

Anexo III

08-0019/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2  
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO 08 - 0019 / 2009 DE 2009

MATÉRIA LEGISLATIVA: RDP 08 - 0019 / 2009 DE 10/02/2009

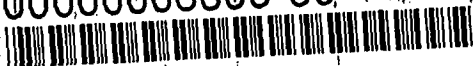
PROMOVENTE: VEREADOR MARCELO AGUIAR

EMENTA: REQUER A CONSTITUIÇÃO DE CPI PARA AVERIGUAR CASOS DE PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.  
\*\*\*\* LIDO EM 10/02/09 \*\*\*\*\*  
\*\*\*\* APROVADO EM 18/02/09 \*\*\*\*\*

OBSERVAÇÕES: NOTAS TAQUIGRÁFICAS  
  
ANEXO III

CNC Solutions  
Tipo: Processo Legislativo  
19/10/2010 11:21:23

00000006805-59



ARQUIVADO EM 04/MAR 2010

CHefe DE SEÇÃO  
Adriana de França Silva  
Consultor Técnico Legislativo  
CRB 8/5579  
RF 11.139

## **CPI-PEDOF ( PROC.08-0019/2009 ) – ÍNDICE NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

|               |                                                              |
|---------------|--------------------------------------------------------------|
| FLS.001 a XXX | VOLUME 01 (fls. 001 a XXX – período de 05/03/09 a xx/xx/09)  |
| 001 a 006     | Notas taquigráficas da reunião de instalação – 05/03/09      |
| 007 a 017     | Notas taquigráficas da 1ª reunião ordinária – 19/03/09       |
| 018 a 032     | Notas taquigráficas da 1ª reunião extraordinária – 26/03/09  |
| 033 a 043     | Notas taquigráficas da 2ª reunião ordinária – 02/04/09       |
| 044 a 058     | Notas taquigráficas da 3ª reunião ordinária – 16/04/09       |
| 059 a 073     | Notas taquigráficas da 4ª reunião ordinária – 30/04/09       |
| 074 a 086     | Notas taquigráficas da 5ª reunião ordinária – 14/05/09       |
| 087 a 098     | Notas taquigráficas da Reunião de trabalho em 21/05/09       |
| 099 a xxx     | PENDENTES – NÃO FORAM ENVIADAS POR SGP43                     |
| Xxx a xxx     | Notas taquigráficas da 2ª Reunião extraordinária em 25/06/09 |



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PEDOFILIA E DO  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL  
(PROCESSO Nº 19/2009)**

---

**TERMO DE ABERTURA  
DE VOLUME DE PROCESSO**

Este é o volume “1 - NOTAS TAQUIGRÁFICAS” do

processo nº 08-0019/2009,

que se inicia a partir da folha nº 001 .

**ALFREDO DE CAMPOS ADORNO**  
RF 11.103 – Secretário da CPI

**05/ 03/ 2009**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

FL. Nº 01

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05 de março de 2009.

**OBSERVAÇÕES:**

- Lista de participantes não fornecida
- Orador não identificado
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Declaro aberta a instalação da CPI da Pedofilia. É o começo deste trabalho. Queria agradecer, em primeiro lugar, a presença do nosso querido deputado estadual José Bruno, presente, deputado José Bruno, que também está fazendo várias audiências públicas. Ele que também está à frente da CPI da Pedofilia, no Estado de São Paulo, desenvolvendo um trabalho maravilhoso. Tem muito a somar junto conosco. Obrigado, deputado José Bruno, pela presença. Também o deputado Major Olímpio, que está aqui conosco hoje também. Todos conhecem já o trabalho do deputado Major Olímpio. Veio nos apoiar. Está junto conosco nesta guerra, nesta luta contra a pedofilia. Obrigado pela presença, Major Olímpio, que, daqui a pouquinho, estará com a palavra, e também queria agradecer o representante, deputado José Bruno, deputado José Tenuta, deputado Geraldo Tenuta, perdão, ou não pode vir. Não me ligou de manhã, mas mandou o representante, o Davi César Domingues; e agradecer também a ligação do Senador Magno Malta, que está nos apoiando. Já está se comprometendo em estar conosco, na primeira audiência pública, que estaremos marcando, e também nós estaremos juntos, na quarta-feira, em Catanduva. Agradeço também a ligação do Senador Magno Malta, que está desenvolvendo um trabalho no Brasil todo, sobre a CPI da Pedofilia. Esta Presidência informa já ter solicitado à Presidência desta Casa designação de assessores para dar o suporte permanente à CPI na área jurídica. Contaremos com a Procuradora Adela Duarte Alvarez e também Daniele Piacentini Stefanni.

Antes de qualquer outro assunto passaremos à eleição da vice-presidência desta Mesa. Gostaria de saber se há alguma solicitação de todos os Pares à vice-presidência desta Mesa, se há algum acordo. Vamos suspender a sessão por dois minutos e já retornaremos com os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Reaberta a sessão, eu queria antes de indicar a Vice-Presidência saber se alguém tem algum indicado. Eu quero eleger a relatoria, em primeiro lugar. Passemos à eleição do Relator. Queria saber se há alguma indicação? Eu, por livre e espontânea vontade, até pelo trabalho que sei que o nobre Vereador vem realizando ao longo do tempo, indico o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra como relator da CPI.

Gostaria de saber se os demais Pares estão de acordo e se podem votar.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, voto no nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. QUITO FORMIGA** - O meu voto é para o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Voto no nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Sr. Presidente, eu sigo a indicação de V.Exa.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Agradeço a indicação, Sr. Presidente, agradeço o reconhecimento e a confiança e espero, junto com todos os membros desta CPI, fazer um grande trabalho em prol da defesa das crianças da nossa Cidade. Então, eu, regimentalmente, aceito a indicação e manifesto o meu voto favorável.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Meu voto é favorável ao nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Relator da CPI da Pedofilia é o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA** - Eu gostaria de, regimentalmente, indicar o Vereador Quito Formiga - segundo entendimentos feitos por todos os Vereadores desta Comissão, que reconhecem a importância, o trabalho, a representatividade do Vereador Quito Formiga - à Vice-Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Eu voto no Vereador Quito Formiga para Vice-Presidência da Comissão.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu voto no nobre Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Meu voto é para o nobre Vereador Quito Formiga.

**O SRA. SANDRA TADEU** – O meu voto é para o nobre Vereador Quito Formiga.

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Eu sigo a indicação do Relator desta Comissão votando no nobre Vereador Quito Formiga.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA** - Após a indicação, eu manifesto meu voto ao nobre Vereador Quito Formiga e desejo a V.Exa. sucesso nos trabalhos desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - O meu voto também é para o Vereador Quito Formiga, que será o Vice-Presidente da CPI da Pedofilia.

Eu queria pedir a todos os Pares, a todos os Vereadores presentes, a autorização de todos vocês também, em comum acordo, para que o Deputado Major Olímpio pudesse trazer uma palavra. Pedir apoio a esta CPI. Ele que, todos conhecem o trabalho do Major Olímpio, uma luta incansável para o reconhecimento do trabalho que ele vem realizando há longos anos e eu queria que ele pudesse manifestar, principalmente, o seu apoio, o que

ele acha desta CPI da Pedofilia. Major Olímpio, por gentileza, tem a palavra.

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** – Meu caro Presidente desta CPI, meu amigo Marcelo Aguiar Vereador, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cidadãos funcionários da Câmara Municipal, cidadãos que acompanham aqui presentes ou acompanha pela TV Câmara os trabalhos desta Assembleia, eu venho, mas como um cidadão de São Paulo, orgulhoso do Legislativo da cidade de São Paulo. Não sou, na maioria das vezes, de jogar palavras elogiosas que eu não acredite, exatamente, que elas possam ser 100% verdadeiras. Mas, acredite, eu me entusiasmo demais com o trabalho da Câmara Municipal, numa série de circunstâncias em que, aí sim, como Deputado, eu até sonho que a minha Assembleia não se omitisse e não se prostrasse, que fosse mais um Poder harmônico, mais independente como eu vejo a Câmara Municipal de São Paulo se portar numa série de circunstâncias.

Num passado, não muito distante, quando a minha Assembleia Legislativa se omitiu de não instaurar uma CPI para apuração de desvios financeiros, do sistema prisional e dos ataques do PCC que assolaram toda e apavoraram toda a população no Estado de São Paulo e no país, a Câmara Municipal convocou o cidadão e o Deputado para vir aqui e dizer: “vem aqui e se explique para nós o que pode ter dado causa a tanto desespero ao povo de São Paulo”. E eu aqui estive, por mais de cinco horas, e fui embora com a certeza absoluta, a população da cidade de São Paulo é muito bem representada pela sua Câmara Municipal.

Recebo um convite para abertura dos trabalhos de uma CPI da Pedofilia. Acompanhei, juntamente com o Deputado José Bruno, os trabalhos que a CPI do Senado vem desenvolvendo, quando teve audiências em São Paulo, o tamanho da barbaridade e da crueldade que existe envolvendo esse crime que deve ser combatido de todas as formas, por toda a sociedade, com alterações legislativas de cunho federal - que estão em fase de processamento - mas com um alerta, com educação da sociedade para que possa, principalmente, denunciar.

Nós já temos uma campanha para o Disque 100, contra a pedofilia, vamos ter a terceira cidade do mundo, com a sua câmara municipal, buscando formas de orientação à maior cidade brasileira, com o maior volume de crianças e adolescentes que merecem todo o trato e toda consideração. Também vejo, com extremo orgulho, a abertura desses trabalhos, por quê? Por iniciativa do Deputado José Bruno nós ainda não conseguimos instaurar a CPI da Pedofilia em âmbito estadual, por um entrave burocrático do volume de CPIs que estão na fila. Então, como uma forma de protelação de CPIs importantes, são protocolados pedidos de CPI que o interesse é, praticamente, nulo. A não ser o interesse político de nada se apurar de coisas concretas. E a CPI proposta pelo Deputado José Bruno está numa fila de CPIs para ser instaurada. Graças a Deus, nós teremos a Câmara Municipal já dando passos importantíssimos e fundamentais para mais de 40% da população do Estado de São Paulo.

Como cidadão, como deputado, como representante da Segurança Pública só quero me colocar à disposição de todos os membros desta CPI, desta Casa, para em quaisquer atos, em quaisquer circunstâncias em que eu possa ser útil, ou Parlamentar, ou cidadão, ou policial ora aposentado, eu estarei dentro das minhas obrigações, participando com toda felicidade, porque eu tenho certeza absoluta que esta CPI, que ela é composta por membros de todos os partidos, que não há disputa ideológica partidária ou de qualquer natureza, e que há uma comunhão total de todos os membros estarem imbuídos para melhorar a sociedade paulistana, diminuindo, já que é impossível neutralizar, esse tipo de crime hediondo.

Lembrem-se os senhores, que iniciativas têm acabado, por exemplo, como a maldita lei do silêncio, que impera e destrói, faz com que o crime prolifere e o criminoso se garanta na impunidade. Essa lei acabou sendo quebrada e está sendo quebrada em todos os momentos pela estimulação da sociedade. Inclusive, houve na cidade de São Paulo, iniciativa da sociedade civil e desta Câmara Municipal, a criação do Disque Denúncia. Hoje, o 181 é uma realidade, muitos marginais e quadrilhas são desbaratados e, tenho certeza absoluta, grandes frutos serão gerados por esta CPI. Os Vereadores têm inúmeros afazeres nas Comissões e sabemos que a participação nesta CPI será mais um gesto de amor à população de São Paulo, de respeito aos contribuintes, do que qualquer espécie ou preocupação de participação política.

Que Deus nos abençoe e nos dê sorte nesta luta. Tenho certeza que vão esbarrar em situações altamente constrangedoras. Acompanhei os trabalhos da CPI Federal, assisti vídeos e imagens estarrecedoras, que mesmo para um velho policial, que achava já ter visto na vida toda espécie de barbaridade, fiquei prostrado, dobrei os joelhos e fui às lágrimas ao ver as barbaridades feitas com crianças inocentes e bebês de colo por facínoras, que por desvios psicológicos ou por malandragem, não podem ficar impunes na sociedade. Acredito que esta Câmara Municipal vai nos dar a alegria de trazer frutos que irão minimizar os efeitos dessa barbárie. Parabéns a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar – PSC)** – Muito obrigado, Deputado José Olímpio, que está nos apoiando. Comunico que o Deputado terá de se retirar, pois tem compromissos na Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela presença.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero fazer algumas orientações. Ficam estabelecidos os seguintes procedimentos para esta CPI: todo e qualquer requerimento será encaminhado por escrito, produzido pela Assessoria do Vereador solicitante e submetido à votação no final de cada reunião; todo requerimento que

se reporte a pedido de documentos, informações, convite, convocação ou intimação deverá vir devidamente instruído com nome, endereço físico, endereço eletrônico, telefone e outros dados que tornem possível seu encaminhamento pela Secretaria; os Vereadores membros devem indicar para a Secretaria o nome do Assessor que cuidará dos assuntos da CPI, bem como endereço eletrônico para recebimento de notas taquigráficas, convocação para reunião, intimação, convite e outros encaminhamentos relevantes que serão obrigatoriamente assinados por esta Presidência, também endereçadas à pessoas públicas e particulares, entregues pessoalmente pela Guarda Civil Metropolitana, que registrará formalmente o cumprimento do mandato e certificará eventuais ocorrências e incidentes.

Tendo em vista também a agilização dos trabalhos, a Secretaria ficará autorizada a firmar os demais encaminhamentos da CPI, cuja remessa poderá ser feita por E-mail, Fax ou via postal. Considerando-se Ata das nossas reuniões as notas taquigráficas em sua íntegra, que serão transmitidas por E-mail aos membros da CPI, ficando portanto dispensada a leitura em reunião.

Gostaria de aproveitar e estabelecer os horários. Estávamos conversando porque cada um faz parte de uma comissão, existem mais duas CPIs que acontecem na Casa, que alguns aqui estão envolvidos. Queria estabelecer - como Presidente – todas as quintas-feiras, quinzenalmente, nós pudéssemos fazer uma reunião, para ter bastante conteúdo e fazer as Audiências Públicas e os demais requerimentos que virão ao longo desta CPI. O horário, eu queria deixar para às 11h da manhã, das 11 à 13h. Gostaria de saber se todos estão de acordo? Perfeito? 11h? 11h, então, toda quinta-feira, quinzenalmente, nós teremos a reunião da CPI da Pedofilia.

Queria também passar a palavra agora ao nosso relator Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, membros da CPI, todos os presentes, representantes de organizações, assessoria dos Vereadores, Deputado José Bruno, Deputado Major Olímpio, cumprimentar todos aqui nesta tarde.

Antes de manifestar os meus posicionamentos, gostaria de cumprimentar especialmente ao Presidente Marcelo Aguiar que demonstra, já no primeiro mandato, preocupação com o tema de tamanha importância e relevância para toda a cidade e para toda a sociedade paulistana e brasileira. Desejo todo sucesso na condução dos trabalhos ao Senhor.

Esta CPI tem em sua composição, já demonstra claramente a que veio: a qualidade de cada um que compõe, pessoas de diversas bancadas, diversos matizes políticos diferenciados, todos com o claro compromisso com a questão da criança e do adolescente na cidade. Com certeza farão, sem dúvida nenhuma, a garantia da qualidade dos trabalhos, da produção do que será feito, do resultado final desta CPI, que neste momento passa a recair sobre os nossos ombros como uma enorme responsabilidade.

Gostaria de fazer três apontamentos que julgo importantes no tocante à questão CPI.

O primeiro é sobre a questão da nomenclatura da CPI. Que houvesse uma discussão, claro que não neste momento, mas houvesse uma discussão sobre a nomenclatura da CPI. Falarmos em CPI da Pedofilia, apesar de acabar se consagrando esse nome, parece-me inadequado. Pedofilia é patologia, não é tipificada no Código Penal, então para se propor algum tipo de pena, de procedimento, não se pode falar da questão pedofilia. Eu proporia a alteração e discussão para que se tivesse uma CPI de combate à exploração e violência sexual à criança e ao adolescente ou, pelo menos, de enfrentamento da pedofilia na cidade, pelo menos para podermos fazer esse debate que creio ser um debate importante.

O segundo apontamento que faria: uma CPI, ainda mais uma CPI que trata de um tema como este - do enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente na cidade - é um tema que perpassa por vários outros temas, como por exemplo: a questão do tráfico de drogas, o tráfico de pessoas, a questão da drogadição, prostituição, enfim, vários temas que são transversais a esse. Então, faço desde já, um apelo para que tenhamos uma estratégia definida e um foco definido, para que seja mantido o foco. A tentação durante todos os trabalhos da CPI será enorme, no sentido de desviarmos o foco, em virtude de tamanha amplitude de problemas que serão adicionados conforme avançarem as investigações e as discussões.

Por último, proporia para a discussão de todos os colegas Vereadores que pertencem à CPI: que a CPI tivesse um foco especial também na questão de levantamento de experiências brasileiras relevantes. Particularmente, no atendimento e na definição de normativas para a nossa cidade. Temos uma responsabilidade enorme. Esta CPI não pode, de maneira alguma, tenho certeza que não será, não pode ser uma CPI que termine sem apresentar resultados, e resultados diferentes daquelas que já vêm sendo, que vêm provocando avanços, mas que já têm colocados os seus resultados.

É momento, mais do que nunca, de apresentarmos resultados, os quais serão diferentes dos já apresentados. Temos a responsabilidade de apresentá-los como avanços para a nossa cidade, em termos de atendimento a essa problemática, e em termos da definição de normativas.

Nesse sentido, ficam as minhas sugestões, e o meu desejo de que cada um dos Senhores Vereadores tenham um profícuo trabalho nesta Comissão; particularmente o Presidente, a quem desejo muito sucesso na condução dos trabalhos.

**O SR. MARCELO AGUIAR** – Obrigado, nobre Vereador Carlos Bezerra. Foi uma ótima sugestão. Deixaremos-na em aberto para que, na próxima reunião, possamos discutir o nome desta CPI.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a esta Casa e também ao nobre Vereador Marcelo Aguiar, pela propositura que apresentou. Ressalto a coragem a coragem que a Casa demonstrou ao aceitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de tal invergadura, de tamanha importância para a cidade de São Paulo, para as nossas crianças, para a nossa sociedade, que paga um alto preço pela violência que é cometida contra nossas crianças e adolescentes.

Cumprimento as nobres Vereadoras Sandra e Juliana Cardoso; o nobre Vereador Quito Formiga, que, como Vice-Presidente, terá uma imensa tarefa; e o nobre Vereador Netinho de Paula, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente. Eu, como Vice-Presidente, sei da importância da correlação entre as duas Comissões: a Comissão Parlamentar de Inquérito e a Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude. Creio que saberemos separar os temas relativos a esta CPI dos temas relativos às políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente.

Quero, de forma também bastante especial, agradecer a Bancada do PSDB, na figura do seu Líder, o Sr. Vereador Carlos Alberto Bezerra. Como Parlamentar novato, mas também como administrador público que, há 13 anos, trabalha nas áreas de desenvolvimento social e educação, especialmente voltados à criança e ao adolescente, ressalto a importância de atuar nesta CPI. A Bancada do PSDB teve a sensibilidade e a sabedoria de reconhecer o trabalho que realizei como Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Municipal da Cidade de São Paulo, nos últimos três anos e meio, bem como a experiência acumulada por meio programas implantados: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM –, Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CRECA –, Programa São Paulo Protege.

Lembro-me de que, no início de 2006, já diante da imensidão, do ponto de vista numérico, das demandas relacionadas ao atendimento na área de violência contra a criança e o adolescente – violência moral, física e sexual –, lançamos, na cidade de São Paulo, a campanha *Dê mais que esmola. Dê futuro*. Essa campanha vinha ao encontro da política de resgate das crianças, especialmente aquelas que faziam malabares nos cruzamentos da Cidade. Naquele ano, em 2006, houve um caso emblemático, envolvendo um advogado da zona Sul de São Paulo, especificamente na região da Giovanni Gronchi, que, supostamente, teria abusado de uma menina que fazia malabares num cruzamento. Depois, vários casos vieram à tona, como o da Praça Charles Miller. Procedeu-se ao registro dos casos por meio de um programa, os quais, dessa forma, puderam ser encaminhados aos mais diversos serviços.

Lembro-me da implantação do Programa Sentinela na Cidade; dos Polos de Prevenção à Violência, em parceria com o Instituto Sedes Sapientiae; e do trabalho realizado junto à rede de proteção social na cidade de São Paulo.

Naquele ano – e termino já fazendo uma proposta ao Relator Bezerra –, apresentamos, pela primeira vez na Cidade, o filme *Anjos do Sol*, do diretor Rudi Lagemann, que mostra a rota da prostituição infantil no Estado de São Paulo – no Brasil, terminando em São Paulo – e todas as etapas desse brutal crime que ocorre em larga escala. Então, recomendo ao Relator que, numa das sessões da nossa CPI, possa ser apresentado *Anjos do Sol*, do cineasta Rudi Lagemann.

Por último, agradeço a oportunidade de participar desta Comissão como membro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Muito obrigado, nobre Vereador Floriano Pesaro. Agradeço também a muitos adolescentes, jovens e crianças a presença no nosso auditório. Obrigado pela presença de cada um de vocês. Quero deixar bem claro que, ao longo da CPI, teremos também todas essas imagens que foram mostradas aqui, assim como todo o documentário, tudo aquilo que tem sido um processo de levantamento da CPI ao longo deste ano todo, que já vem acontecendo na esfera federal com o Senador Magno Malta. Traremos esse material e mostraremos o número de casos, convidando pessoas que tem membros de suas famílias que passaram por essas agressões, por essas mutilações.

Neste momento, convido para vir à tribuna o Deputado Estadual José Bruno, do DEM, para expressar sua manifestação e seu apoio a esta CPI. Desde já mando um recado para o nosso querido Presidente da Assembleia Legislativa, Vaz de Lima: esta CPI tem sido algo importante para o nosso município, que representa 11 milhões de habitantes; 40 milhões em todo o Estado de São Paulo. Então, com o trabalho que o Deputado vem realizando, com a realização de várias audiências públicas em todo o Brasil, que essa CPI possa ser assinada o mais rápido possível. Esse é o meu clamor nesta tarde.

Deputado José Bruno, tem a palavra V.Exa.

**O SR. JOSÉ BRUNO** – Obrigado, nobre Vereador Marcelo Aguiar, na figura de quem cumprimento o Vereador Carlos Alberto Bezerra, Relator desta CPI; o Vereador Netinho de Paula; a Vereadora Juliana Cardoso; o Vereador Quito Formiga, Vice-Presidente desta CPI; o Vereador Floriano Pesaro; a Vereadora Sandra Tadeu; o Vereador José Police Neto, líder do governo, nosso amigo; assim como a todos os presentes que nos assistem desta tribuna.

É uma honra poder estar nesta Casa de Leis do Município de São Paulo para parabenizar o trabalho de instauração desta CPI, iniciativa do Vereador Marcelo Aguiar. Como bem disse o Deputado Major Olímpio, desta tribuna, temos, desde o ano passado, protocolado o pedido de instauração de CPI da Pedofilia no Estado de São Paulo. Por uma burocracia, pela fila de instauração de CPIs na Assembleia Legislativa, ainda não foi possível essa instauração. Porém, temos tido audiências públicas. No final do ano passado, tivemos a primeira audiência pública na Assembleia Legislativa, que tratou da segurança pública e também da área criminal. Participei também das oitivas e dos trabalhos da CPI e da audiência pública realizada pelo Senador Magno Malta, sediada na Assembleia Legislativa. Fiquei estarelecido com as imagens e com a maneira como o mal se estabelece na mente criminosa de um ser humano: crianças de oito anos viciadas já viciadas em sexo, sendo vendidas, comercializadas em *sites*. Enfim, algo que nos enoja. Naquele dia, o Senador Magno Malta, que esteve presente dirigindo a oitiva e também a audiência pública junto com o Senador Romeu Tuma, fez um apelo para que em São Paulo também fizéssemos essa CPI. Por isso da nossa iniciativa.

Parabenizo-o, porque, o que está acontecendo no Município de São Paulo, a terceira maior cidade do mundo, é de relevância para todo País. Que isso possa ser uma explosão de um trabalho conjunto das Casas de Leis deste País, para que esse mal seja erradicado da nossa nação. Coloco-me à disposição desta CPI para que possamos trocar idéias. Teremos audiência pública em Osasco, em Poá, em Mogi das Cruzes; ou seja, toda AMAT – Associação dos Municípios do Alto Tietê. São dez municípios: Poá, Ferraz, Itaquá, Mogi das Cruzes, Suzano. E, lá, teremos também audiência pública em junho. Teremos, em abril, na Assembleia Legislativa, mais uma audiência pública tratando de educação e saúde, e os frutos desse trabalho estão à disposição do Vereador Marcelo Aguiar e também desta Comissão. Encerro dizendo que tenho, protocolados, seis projetos de lei na Assembleia Legislativa, sobre o combate à pedofilia no Estado de São Paulo. O primeiro deles autoriza o Poder Executivo a criar um grupo multidisciplinar no tratamento de crianças abusadas sexualmente. Um segundo dispõe sobre normas de atendimento psicológico a estudantes da rede pública, porque a escola tem sido não apenas um local de concentração e de captação de menores, infelizmente, mas também um ambiente onde eles são detectados como problemáticos, até para seu tratamento. Um terceiro, que obriga hospitais públicos e privados a terem instalações adequadas para o atendimento de crianças abusadas sexualmente. Um quarto, estabelecendo normas para o tratamento de condenados ao crime de pedofilia nos presídios do Estado de São Paulo, porque, após cumprida a pena, podemos detectar se muitos deles estão ou não recuperados para o retorno ao convívio da sociedade. Um quinto, relativo à campanha de combate à pedofilia nas escolas públicas do Estado de São Paulo, que pode também ser estendida às escolas municipais, porque a conscientização abrange não só o aluno como também o professor e os pais. Por último, o relativo à campanha nas emissoras públicas de rádio e televisão, mídia em que o Estado se compromete com a conscientização da população sobre os malefícios dessa prática e sobre como acontece a disseminação da pedofilia em todo o Estado. Agradeço a oportunidade. É uma honra estar aqui na instauração desta CPI, que, para mim, é histórica. Parabenizo mais uma vez todo o corpo da Comissão, na pessoa do seu Presidente, Vereador Marcelo Aguiar, e coloco-me à disposição para contribuirmos com esse trabalho. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Deputado José Bruno. Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Sugiro que esta CPI faça um pedido ao Presidente da Casa para disponibilizar, em sua estrutura, um funcionário e um telefone para que, durante o período de funcionamento da CPI, pudéssemos receber denúncias, a serem encaminhadas a esta CPI com maior celeridade.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, Vereador. Isso será solicitado, visto que é de suma importância. Também teremos um *site* no qual se poderá fazer denúncias, com o nome do denunciante mantido sob sigilo. Aproveito para agradecer ao nosso querido Vereador Carlos Alberto Bezerra e para declarar que a função de todos nesta CPI é de grande importância. O Vereador Netinho de Paula, que estará à frente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, com certeza somará aos trabalhos desta CPI. Nossa querida Vereadora Sandra Tadeu, que é médica e também faz um trabalho fantástico, é Vereadora há alguns anos e, com certeza, somará muito aos trabalhos desta CPI. O nosso querido Quito Formiga é o Vice-Presidente desta CPI. Temos também o Vereador Floriano Pesaro e a Vereadora Juliana Cardoso, esta última à frente de um trabalho muito grande na saúde. Parabéns, Juliana.

Nada mais havendo a tratar, considero instaurada a CPI da pedofilia nesta Câmara Municipal. A secretaria enviará aos membros convocação para as próximas reuniões, a primeira das quais a se realizar no dia 19, às 11 horas, neste plenário. Agradeço a participação de todos, bem como da TV Câmara São Paulo.

Está encerrada a presente reunião.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19 de março de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Bom dia a todos. Como Presidente desta CPI, declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar casos de pedofilia, especialmente quanto à existência de rede de pedófilos no âmbito do Município de São Paulo. Com a presença do Vereador Marcelo Aguiar, do PSC, como Presidente; a do Vereador Quito Formiga, como Vice-Presidente desta Comissão; a do Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., como Relator desta CPI; a do Vereador Floriano Pesaro, que também faz parte desta CPI; também a do Vereador Netinho de Paula, que justificou, agora há pouco, por meio de uma ligação, que está numa reunião, mas, assim que puder, virá, até o término desta reunião; e a da Vereadora Juliana Cardoso, que também está com um pouco de dificuldade de chegar até esta reunião ordinária, mas, assim que conseguir resolver essa situação, virá para cá, dou por aberta a reunião e peço a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para podermos conversar sobre a linha de trabalho desta CPI.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Declaro reaberto os trabalhos da CPI da Pedofilia. Após ter conversado com os pares da Mesa, decidimos abrir algumas inscrições para quem quiser se manifestar ou trazer alguma informação. Vocês, que fazem parte de algum Conselho Tutelar ou de alguma Organização Não Governamental e que acompanham este trabalho podem se inscrever com o secretário, o Alfredo ou o Claudio. Estão abertas as inscrições.

Queria, em primeiro lugar, discutir a linha de trabalho desta CPI. Chegamos à conclusão de que teremos uma reunião esta semana para discutir alguns temas importantes e dar entrada em alguns requerimentos para que as pessoas possam, ao longo desta jornada de trabalho, fazer parte desta CPI da Pedofilia trazendo informações. Tenho observado que, apesar de termos alguns dados de todo o Brasil, de todo o Estado, não temos dados específicos do Município de São Paulo, da cidade de São Paulo. E o tema é muito abrangente, porque envolve vários tópicos que acabam sendo importantes e precisam ser agregados a esta CPI.

Não sei se os novos Vereadores vão querer dar alguma palavra logo neste início da sessão para que possa ser estabelecida alguma metodologia de trabalho para esta CPI. Se quiserem, a palavra também está aberta para que se manifestem.

Anuncio a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu, que acaba de chegar.

Desde o dia 5, quando foi instalada esta CPI, eu, como seu Presidente, comecei a fazer alguns contatos em São Paulo. É de conhecimento de todos que a CPI da Pedofilia já existe e acontece há um ano na esfera federal e já promoveu um encorajamento para muitas pessoas fazerem denúncias; até mesmo crianças, por meio de seus pais, têm declarado que têm sido abusadas, abordadas nas ruas, nas escolas. Há inúmeros casos na cidade de São Paulo, como o que já citamos há três dias: um inspetor que, dentro do colégio, abusou sexualmente de uma criança de 11 anos de idade, e essa criança acabou por contar o ocorrido aos diretores da escola.

Queremos, portanto, definir uma linha de trabalho para esta CPI. Proponho aos membros da Mesa de trabalho que também dêem opiniões, que são de extrema importância. A primeira sugestão é que seja uma linha de trabalho que abranja a parte educacional e sociológica, assim como a parte legal e jurídica, e que façamos audiências públicas para que possamos levar às esferas estadual e federal até mesmo uma alteração da Constituição como ideia, como informação, como conteúdo. Outra sugestão é que essa linha de trabalho também abranja um trabalho na área da saúde física e mental, assim como um trabalho na área de investigação e de assistência social, assim como um site, que possa estar ligado a alguns órgãos que já hoje em dia fazem um trabalho de acompanhamento na cidade de São Paulo. Hoje em dia, já existe uma das melhores Delegacias, que é de assuntos de crimes cibernéticos. Fica um pouco velado, mas, muitas vezes, a pessoa acha que é apenas alguma ONG ou alguém que faz esse trabalho. Mas hoje, em São Paulo, temos uma Delegacia que já faz um trabalho importante. É uma Delegacia preparada, que tem equipamentos para isso. E os números que vêm crescendo absurdamente, na cidade de São Paulo, são muito expressivos, tanto que a mudança do IP do computador para IP6 trará um aumento muito grande das pessoas que estarão navegando dentro da rede.

Então, hoje podemos, também, dentro dessa linha de trabalho trazer pessoas que fazem parte – provedores - pessoas que fazem parte desses órgãos para que sejam uma forma de somar nesta CPI da Pedofilia. Já sabemos que têm alguns requerimentos dos pares para que possam ser apresentados para vocês. A nobre Vereadora Juliana Cardoso entrou com um requerimento.

Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, antes que façamos a votação dos requerimentos, gostaria de fazer um encaminhamento no sentido de fazermos uma discussão sobre a metodologia que direcionará nossos trabalhos e o foco que utilizaremos nesta CPI.

Antes de mais nada, cumprimento os membros da Mesa, os assessores, membros de organizações não governamentais, membros de órgãos públicos, servidores, ativistas, militantes.

Enfim, proponho uma metodologia de trabalho, até no sentido de darmos celeridade ao que estamos fazendo. Tinha uma expectativa de que viéssemos a esta sessão e já pudéssemos ter avançado um pouco mais. Mas sei que, também, a dificuldade de agenda - de composição entre todos os senhores vereadores, no sentido de fazermos uma discussão prévia – tornou-se um pouco mais complexa, um pouco mais complicada. Então, em virtude disso, farei uma breve apresentação de uma proposta – como relator desta CPI – de metodologia, de estrutura, de funcionamento, para que possamos fazer uma avaliação conjunta dos senhores vereadores e, então, colocá-la sob apreciação e a votos.

Sr. Presidente, estamos fazendo um debate saudável sobre visões e concepções, no que diz respeito à questão de violência sexual contra a criança. Estamos, neste momento, fazendo este debate. É claro, a Câmara - o Parlamento – representa o que é a sociedade - diferenças de concepções, de visões – e, neste momento, temos um debate feito a partir do nome proposto pela CPI, e que é o nome de “CPI da Pedofilia”. O conceito, não vamos debatê-lo, nem discuti-lo hoje. Mas aquilo que se compreende por pedofilia, por crimes sexuais, por violência sexual contra a criança, precisa ser muito bem estabelecido para que possamos ter o foco e, efetivamente, termos instrumentos de responsabilização daqueles que cometem crimes sexuais contra nossas crianças. Isso é fundamental. A distinção entre os conceitos de pedofilia, violência sexual contra a criança, abuso sexual, exploração sexual de crianças, enfim, a distinção e a clara conceituação disso farão toda a diferença no andamento e no resultado final desta CPI. Há uma distinção de visões: uma visão de inserção de compromisso mais social, de compreensão social do fenômeno – do crime da violência sexual; e há uma visão interna, de dentro da própria Comissão, no aspecto mais policial, da culpabilização e da criminalização. Este é um debate que proponho que façamos na próxima semana e já proponho que ele seja feito o mais urgente possível. Um debate até para esclarecimento, mais a metodologia.

Sr. Presidente, proponho algumas iniciativas para estabelecermos o bom andamento da nossa CPI. Na metodologia, proponho cinco ações.

**Primeira:** composição da equipe de assessores designados pelos Vereadores que integram a CPI. Ou seja, todos os Vereadores devem fazer a indicação formal a essa Presidência, a esta relatoria, dos assessores que acompanharão a CPI e que falarão em nome dos mandatos. Até para que seja garantida uma participação igualitária de todos os Vereadores. Ou seja, todos os Vereadores estarão representados, por assessores, em igual número nas reuniões que serão feitas entre as assessorias dos vereadores desta CPI.

**Segundo aspecto,** a montagem e a divulgação interna de calendário das reuniões de assessoria, com definição prévia de data, horário e local, para que não haja problemas do tipo: "Olha, não fui avisado previamente"; "Olha, não me disseram qual era o local", ou: "Avisaram-me muito em cima da hora, acabei não estando, não fui representado. Então, meu vereador não está representado". Então, para que se evite qualquer tipo de problema nesse sentido a proposta é: definimos previamente o calendário das reuniões de assessoria, os horários e os locais de reunião. Claro, garantindo-se a participação das assessorias de todos os Vereadores.

**Terceiro aspecto importante,** a elaboração do plano de ação da CPI, da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. E aqui, Sr. Presidente, faço uma ressalva. Em minha opinião, – e, aí, é a minha opinião como Vereador, como membro desta CPI, como colega de V.Exa. – ao elaborarmos um plano de ação da Comissão Parlamentar de Inquérito que se estabelece neste momento, precisamos ter muito claro o seguinte: não há como atrelar esta Comissão ao que acontece hoje, à Comissão que acontece hoje no Senado Federal. Em que sentido, Sr. Presidente? No sentido de que as realidades de uma Comissão que acontece no Senado e uma Comissão que acontece no âmbito municipal, na Câmara Municipal de São Paulo, são completamente diferentes. Por quê? Os crimes contra a criança, a violência sexual contra a criança, têm uma característica, por exemplo, no Nordeste brasileiro; têm uma característica nas áreas rurais e têm uma característica completamente diferente em uma cidade como São Paulo – que é uma cidade urbana – e que também, complexamente, tem uma zona rural, tem, também, população indígena. Enfim, tem um tanto de outras coisas. Mas a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes feita na cidade de São Paulo é completamente diferente do recorte nacional. São Paulo tem uma característica diferente. Então, neste sentido, a elaboração do plano de ação desta CPI tem de levar em conta esses aspectos e sugeriria o seguinte, sei que V.Exa. goza de prestígio, de trânsito junto ao i. Senador Magno Malta, e por quem tenho, também, carinho e apreço e a quem respeito muito – a última vez em que estivemos juntos foi em um Congresso Mundial de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes realizado em novembro do ano passado, no Rio de Janeiro. Mas proporia o seguinte, tenho certeza de que chegaram um tanto de denúncias ao Senado Federal e que dizem respeito à cidade de São Paulo. Assim como, também, tenho certeza de que há um tanto de provas, que possam ter sido acumuladas nesse período, que dizem respeito à cidade de São Paulo, e que eles não darão conta.

Então, sugiro que, dentro da elaboração do nosso plano de ação. Sugiro que ou façamos uma vista da nossa CPI ao Senador em Brasília – os membros que estiverem dispostos a fazer isso – no sentido de recolhermos o material da cidade de São Paulo; ou que façamos um convite oficial, formal para que o Senador venha a esta Comissão, que esteja presente nesta Comissão e que nos entregue aquilo que tem sobre a cidade de São Paulo. Acho que, nesse sentido, o diálogo e a proximidade são muito bons. Agora, em relação às linhas de atuação, não há a menor dúvida de que a CPI realizada no âmbito da Cidade e a realizada em âmbito nacional são diferentes.

**Quarto dos cinco pontos** que eu gostaria de apontar aqui na questão da metodologia: precisamos estabelecer um cronograma de ações da CPI. Um cronograma de ações interno, das reuniões, e um externo, de visitas e oitivas. Enfim, um tanto de diligências, um tanto de coisas que precisa ser estabelecido. Nesse sentido, precisamos fazer uma discussão interna urgente dentro de um cronograma. Ou seja, há que se definir – claramente e de imediato: quais serão as visitas? Em que locais? Visando o quê? Isso é fundamental.

O quinto e último aspecto para a gente definir a metodologia seria nós termos um assessor designado pela secretaria desta Comissão, que é o Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Houve uma alteração, é o Alfredo que está hoje à frente dessa assessoria. Na verdade, trabalham juntos; mas, pelo fato de o Cláudio estar cuidando de uma outra CPI – pelo seu tamanho -, designou o Alfredo para que ele pudesse acompanhar nossos trabalhos.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Entendi. Eu, como tinha informação de que o Cláudio acompanharia... Minha sugestão é que se tenha, garantida, sempre, formalmente, a presença de um assessor representando a secretaria do CPI nas reuniões de assessoria e no acompanhamento dos Vereadores, definindo-se muito claramente a competência de cada um dos assessores e definindo a competência de cada um dos Vereadores. Esse é o primeiro aspecto, em relação à metodologia, que proponho a V.Exa. e aos membros desta CPI. Se o aprovarmos, de imediato podemos seguir os próximos passos para avançar um pouquinho naquilo que estou propondo nesta manhã.

Proponho também a V.Exa. que a CPI tenha três momentos. Essa é uma proposta, que submeto aos colegas Vereadores. Primeiro momento: de diagnóstico, reservando-se um número de sessões para que haja reflexão conceitual, debate conceitual e contextualização de dados daquilo que acontece na cidade de São Paulo. Darei um exemplo: termos as primeiras sessões - discussão mesmo, como a gente já está fazendo, aquilo que a gente vem dizendo - para discutir os conceitos de violência contra a criança, de pedofilia, de exploração sexual comercial de crianças. Enfim, esses conceitos. Segundo, disponibilizarmos numa sessão, aos Vereadores da CPI e àqueles que participam, o mapa do que acontece na cidade de São Paulo: quais são as áreas de risco, qual é a população de risco, quem são os principais atingidos. Enfim, fazemos uma reflexão daquilo que acontece na Cidade, ouvimos os movimentos, os especialistas, a sociedade civil e definimos claramente o conceito e o contexto em que a gente está inserido.

Uma vez feito o diagnóstico de onde acontece o que e quem está sendo atingido pelos crimes sexuais contra a criança na cidade de São Paulo, passaríamos ao segundo aspecto, a investigação. Nesse aspecto, depois da análise feita, depois dos levantamentos, depois de ouvirmos a sociedade civil, depois de ouvirmos as pessoas que para cá vêm, depois de analisarmos os dados e completarmos a nossa reflexão e a nossa análise, a partir daí viria a fase de investigação. Teríamos um tanto de sessões voltadas à investigação, fazendo a análise e a investigação das denúncias que tivermos em mãos - as trazidas pela própria CPI de Brasília; as que virão no decorrer da nossa CPI; as que já existem na Cidade, que os órgãos competentes poderão nos encaminhar - e, aí, analisaríamos quais dessas denúncias terão prioridade na nossa investigação e como seria feita essa investigação.

Então, teríamos, num primeiro momento, o diagnóstico, a discussão, o debate; a sintonização de todos os Vereadores com o que acontece na Cidade e a clareza de conceitos para todos sobre o que acontece. Segundo, a questão da investigação: acumular as denúncias, avaliá-

las, investigá-las, ir a fundo, trabalhar com densidade nisso. Por último, a fase de intervenção, que, julgo eu, é a mais importante, porque temos uma responsabilidade enorme, todos nós, Vereadores e membros desta CPI – aqueles que participam -, perante a sociedade e diante da nossa cidade.

Estamos tratando de um tema extremamente delicado, trágico, que envolve a vida, o futuro, o destino de crianças que, uma vez ofendidas, machucadas e agredidas, levarão, por toda sua história e até o último dia de suas vidas, as marcas do que acontece. Então, cabe a nós encontrar mecanismos de intervenção, que seria a última fase, que seriam: deliberações quanto aos encaminhamentos feitos depois da investigação, ou seja, responsabilização clara e objetiva daqueles que cometem crimes de violência sexual contra crianças; e cobrança efetiva, junto aos órgãos públicos, para que efetivamente seja feita justiça. Eis o primeiro aspecto.

O segundo aspecto, clareza da nossa contribuição, na intervenção, de propostas inovadoras para nossa cidade: o que iremos propor? De que maneira? Porque tenho certeza de que cada um dos Srs. Vereadores que aqui estão – Vereador Floriano, Vereador Marcelo, Vereador Quito,... – e mesmo os que não estão, cada um de nós quer, um dia, quando deixar esta Casa, olhar para trás e dizer: “Olha, enquanto estive na CPI, fizemos um trabalho, e tudo o que estava ao nosso alcance para que os responsáveis fossem criminalizados, punidos e para que os mecanismos de atendimento à criança e os de prevenção para que não ocorram mais esses crimes fossem fortalecidos e transformados, nós fizemos.”.

Então, fica minha proposta desses três momentos da CPI, com um momento final de intervenção. E, claro, o momento final da CPI é a leitura do relatório conclusivo, que será redigido por mim, como relator, mas votado nesta Comissão e acatando-se todas as contribuições de todos os membros que fazem desta CPI. Essa é minha proposta, que requeiro seja colocada em discussão e, depois, a votos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Acho que o reconhecimento do sucesso desta CPI, observada pelo nobre Vereador, já é de extrema importância – expressa pela vontade de se querer uma audiência com o próprio Senador, com os dados que já existem hoje. O reconhecimento de que a CPI da pedofilia já existe, traz duas vantagens – o nome e a divulgação –, além das notícias, pois há um ano atrás ninguém sabia o que era a CPI da pedofilia, muito menos o que era pedofilia. Hoje a sociedade já tem um conhecimento e até uma certa autoridade nesse assunto. Então, acho importante ser ressaltado esse reconhecimento.

Sobre as reuniões dos assessores, todos os assessores dos nobres Vereadores receberam dois *emails*, até porque, na última reunião que realizamos aqui, perante a Mesa dissemos que iríamos manter uma comunicação via meio eletrônico, porque é mais ágil e também todo mundo hoje praticamente utiliza a internet para ganhar tempo, que é o que a CPI precisa.

A metodologia apresentada pelo nobre Vereador é de extrema importância, que acaba batendo nessa parte de investigação, legal e jurídica, na parte de saúde e educacional. Acho que é importante termos essa metodologia e principalmente apresentarmos, por requerimento, estas audiências, como já tínhamos falado: uma audiência com o Secretário de Segurança, uma audiência com a Promotoria, uma audiência também com a Polícia Civil da cidade de São Paulo, no caso, onde todos os casos de pedofilia que acontecem no Brasil inteiro, quando se trata de município, acabam caindo; justo nessa delegacia que existe e é de assuntos cibernéticos, como foi falado, aqui, no começo dessa reunião. Acho que a metodologia de trabalho está perfeita, estamos pensando de uma forma única, de uma forma bem próxima. Agora, a respeito das características do ato, na parte rural, estadual ou municipal, é que me desperta um pouco de dúvida, porque só conheço, quando você fala de uma criança mutilada no seu corpo, ou quando você fala de uma criança que é abusada, com três meses de vida, ou quando você fala de um pedófilo que tem em uma rede, mais de 600 crianças, independente de ela estar no campo, na cidade ou fora do Estado, fora do município de São Paulo, que é a maior cidade da América Latina, o ato é o mesmo. A criança traz sequelas, como temos hoje, crianças em clínicas psiquiátricas que não conseguem se libertar desse vício porque começaram a ser abusadas com quatro anos de idade. Então, acho que o reconhecimento do nome é um reconhecimento que despertou tudo isso; até porque nós já temos, há muito tempo, um trabalho de acompanhamento feito pelo próprio município, pelo próprio Estado, através dos Conselhos Tutelares, através de números que as próprias... através também da própria delegacia que foi criada, porém, DHPP, que também precisa ser inclusa nessa delegacia alguns fatores que possam abordar, com mais autoridade, essas denúncias que acontecem a respeito de crianças, como temos hoje a Delegacia da Mulher. Acho que essa metodologia, nós vamos acabar batendo tudo, ao mesmo tempo, em todas essas questões. Podemos debater isso em uma reunião fechada, em uma reunião da própria Mesa, até pelo fator da maioria dos Pares também não estarem aqui, hoje, não estarem presentes. Até porque a presença de todos é importante.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, uma sugestão de encaminhamento. Queria fazer um encaminhamento, no sentido de, primeiro: nós temos uma proposta... Bom dia a todos, sou Floriano Pesaro, membro da Comissão; cumprimento o senhor Presidente, o senhor Vice-Presidente, nobre Vereador Quito Formiga e o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Júnior, relator desta CPI. Sr. Presidente, para encaminhar a discussão no dia de hoje, acho que o relator, que tem a responsabilidade final de apresentar um relatório a esta Comissão e portanto, acho correta a postura do relator, no sentido de apresentar um plano de trabalho, que ele chamou de plano de ação. Nesse plano de trabalho, dividido em três momentos desta CPI: momento do diagnóstico, que é evidente; não podemos começar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, iniciar os trabalhos sem avaliar o que já foi acumulado em relação a esse tema, seja do ponto de vista ou de uma perspectiva mais policial, como V.Exa. vem nos relatando, da presença e das visitas ao DHPP ou à delegacia especializada; ou seja do ponto de vista de formulação de políticas públicas, especialmente na área de prevenção à violência contra crianças. A cidade de São Paulo, acho que é um caso muito especial, que apesar de recente, nossa cidade tomou ações, atitudes, com alguma eficiência, no sentido de trazer o problema à tona. Desde o início, em 2006, se não me engano, quando nós apresentamos o filme do Rudi Lagemann, Anjos do Sol, na galeria Olido, com a presença do Governador do Estado e do Prefeito da Capital, e acho que isso, sem dúvida alguma, é simbólico. Independente de paixões partidárias, o fato é que você leva o Governador do Estado e o Prefeito da Capital para dizer o seguinte: olhe o que acontece aqui, ou como acontece. E em seguida, uma série de ações que foram desde o Decreto que instituiu a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na cidade - que é um marco desse debate, dessa discussão, dessa reflexão – até a aprovação do Plano Municipal, como marco da política pública na cidade. Além disso, a criação de uma rede, que vai desde a implantação do sentinela e dos polos de prevenção, até a programas especiais, como é o Programa de Crianças Ameaçadas de Morte – PCCAAM. Você tem um conjunto de ações, todas as visitas que foram feitas, ou as diligências que foram feitas, em parceria com os diversos poderes instituídos, a Polícia, o Ministério Público, a Secretaria de Assistência, as organizações não governamentais, em locais onde sabidamente havia exploração sexual de crianças e adolescentes, como o Ceagesp, em dado momento

no próprio Autorama, na Vieira de Carvalho, na Rua Augusta e em tantos outros lugares que nós tínhamos identificado com locais de abuso. Esse diagnóstico é importante porque, no meio desse caminho, nós também instituímos na cidade, uma parceria com afeto e está aqui a Sra. Glória, que muito nos ajudou e queria, mais uma vez, agora como ex-Secretário e não como Vereador, agradecer todo o empenho e a orientação que vocês nos deram, assim como à Comissão Municipal, no sentido de divulgar a Campanha Afeto, em São Paulo e o Disque Denúncia, Disque 100. Hoje já tem um diagnóstico de registro de ocorrências, mas nós não podemos parar aí; temos também todo o trabalho que o Instituto Sedes Sapientiae faz em São Paulo, temos polo de prevenção. Essa fase de diagnóstico é essencial, talvez não somente do ponto de vista ou do caráter policial, mas do ponto de vista de identificar essas demandas que ocorrem na cidade. Sei que o Instituto Sedes Sapientiae atende um número “x” de crianças, tem 60, 80, 100 outras crianças e famílias na fila de atendimento e o Poder Público não dá condição de serem atendidas. Então, é um momento importante porque, evidentemente que uma Comissão Parlamentar de Inquérito de uma Câmara Municipal, não tem condições nem jurídicas, legais de atuar ou de contribuir, talvez, para o trabalho que hoje é feito pela Polícia e que é bem feito por ela. E que é cada vez mais investigativo, usando tecnologia, especialmente nessa área que você colocou, que é a área cibernética, onde grande parte dos crimes acontece. Mas, essa Comissão Parlamentar de Inquérito pode e deve trabalhar, à luz do diagnóstico, das demandas e das políticas públicas que existem e se são ou não suficientes na cidade de São Paulo. Porque há uma quantidade de registros, que chamamos de sorrateiros, silenciosos, domésticos, que não vão aparecer em nenhum crime cibernético, ou provavelmente não aparece, ou não, dessa perspectiva. Mas, é o que aparece aqui nas estatísticas, em relação aos familiares, ao padrasto, enfim, todas as estatísticas, todos os números já levantados. Então, essa Comissão tem, na minha visão, relator e Sr. Presidente, muito mais uma característica de, na cidade de São Paulo, observar o que está sendo feito em relação à pedofilia – sim, à pedofilia, é um enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes – e o que precisa ser feito. Daí a importância de nós aprovarmos, hoje, nesta sessão, com quatro Vereadores presentes e regimentalmente é possível fazê-lo, aprovar a proposta que o relator nos faz, ou outra proposta que seja encaminhada de, num primeiro momento termos um diagnóstico, num segundo momento a investigação que na verdade vai comprovar o diagnóstico porque ninguém é policial aqui. Eu não acredito que vamos fazer o papel de Sherlock Holmes. Temos organizações sociais, estou vendo diversos militantes desta área, militantes trabalhadores nesta área, especialistas, que trabalham neste tema que podem contribuir para que nós possamos acelerar este diagnóstico e, em seguida, na investigação, comprovar o diagnóstico. Isso aqui que nós levantamos está comprovado aqui e ali. Nós não vamos fazer um papel investigativo policial de prender.

E na intervenção acho que o mais relevante Vereador é que possamos aprovar aqui no final de seis meses de trabalho um relatório que seja propositivo e aí que vai fazer a diferença. E que diga o seguinte: faltam tais políticas públicas nesta área, faltam recursos, articulação de rede. Qual é a principal demanda que temos hoje? O que chega ao meu conhecimento, mais do que a demanda policial é a demanda da defensoria pública que não consegue defender, que não tem quadro suficiente para fazer aquilo que rege a Constituição, que rege o Regimento e a normativa da defensoria pública em São Paulo.

A mesma coisa em relação aos Fóruns, as Varas da Infância. Este relatório tem de apontar estas falhas em relação às políticas públicas. Ele tem de mostrar que se nós avançarmos nisso estaremos dando uma contribuição para que estas crianças possam ser protegidas, possam ser atendidas e dessa forma poderemos diminuir esta incidência, pois o Brasil hoje é campeão mundial em violência.

E, por último, acho que nesta sessão nos podemos aproveitar a presença das pessoas aqui também e conceder um tempo para que as pessoas possam se pronunciar e colher informações aproveitando que vieram até esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Já há pessoas escritas para poder participar, trazer suas informações e até mesmo somar com esta CPI. Quero só declarar que respeitando os Vereadores que não estão presentes e, também, só para informar o Vereador, sobre a estrutura de funcionamento desta CPI, não há necessidade de trazer a votação para o funcionamento dela. Fica bem claro, que para qualquer votação que venha a acontecer é importante nós conversarmos antes com todos os Pares numa próxima reunião.

Achei interessante na fala do Vereador Pesaro que a maior parte dos crimes acontece na Internet. Já é conhecido de todos que estão aqui que CEAGESP, que Vieira de Carvalho e tantos outros pontos em que já existe prostituição, já existem crianças exploradas e isso por lei já há alguém investigando. Agora, só veio à tona tudo isso depois que a pedofilia apareceu como um tema que surgiu no ano passado. Acho importante que todos os presentes que fazem este trabalho com muita nobreza poderem também colocar isto em cheque.

O SR. QUITO FORMIGA – Quero salientar, Presidente, que como membro desta CPI quero parabenizar a Mesa e V.Exa. da forma como está conduzindo os trabalhos. Parabenizar o nobre Vereador e relator da Comissão Carlos Alberto Bezerra que expôs hoje aqui uma metodologia muito interessante para que a gente possa conduzir esta CPI da melhor forma. Parabenizar o Vereador Floriano Pesaro que contribuiu com suas palavras, definindo, esclarecendo um pouco mais sobre as funções de como será o andamento da nossa CPI e dar minha opinião a respeito da CPI em questão.

Acredito que quando nós aprovamos a CPI da pedofilia em plenário todos nós imaginamos exatamente o que está sendo discutido aqui que é a questão da violência, do abuso, da exploração das crianças e dos adolescentes da nossa cidade. Quero dizer que a minha posição de, independentemente, do nome acho que estamos aqui para punir os infratores e não é intenção nossa tratar a doença pedofilia já que foi dito por um médico, que é Vereador da Casa, que pedofilia é uma doença, não é um crime.

Independentemente do nome desta CPI, a minha posição pessoal é esta. Gostaria de fazer um trabalho em conjunto e acredito que todos os membros da CPI concordam com isso. Pensamos exatamente nos nossos filhos quando falamos em crianças e toda e qualquer violência, abuso, exploração contra as crianças estes infratores têm de ser punidos.

O SR. FLORIANO PESARO – Agradeço as palavras do Vereador Quito Formiga, mas só para esclarecer que não podemos aqui levantar uma expectativa que não será cumprida. Não cabe a uma CPI de uma câmara municipal, seja de São Paulo, seja de qualquer outro lugar punir ou trabalhar neste sentido investigativo policial. Não vamos fazer isso porque não é o nosso papel.

O nosso papel é apontar os caminhos e as falhas existentes no sistema público instalado na cidade de São Paulo. Seja Defensoria Pública ou o Ministério Público ou as organizações conveniadas, as Secretárias, os recursos destinados a estes convênios e a estas parcerias para que a gente possa apontar os caminhos porque senão vamos levantar a vocês todos e aos telespectadores da TV Câmara de São Paulo uma expectativa que não será cumprida. Não temos este papel policial.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Quero deixar bem claro que minha posição como Presidente desta CPI de punição foi uma posição de trazer a conscientização de muitos pais, que muitas vezes, não têm conhecimento de como o pedófilo age. O pedófilo não é agressivo, ele não agride, ele não chega cometendo uma violência contra a criança, ele chega seduzindo. O pedófilo é encantador, o pedófilo chega praticamente querendo fazer uma troca com uma criança.

Achei importante quando o Vereador Quito Formiga falou que pensamos nos nossos filhos porque o pedófilo tem esta característica. Pedófilo não tem uma característica de agressor, de colocar uma criança na rua para se prostituir. Por isso que os números têm crescido absurdamente dentro da Internet, mas acho importante a colocação do Vereador Quito Formiga e também a colocação do Vereador Floriano Pesaro porque toda CPI tem sua limitação. Nós sabemos que a CPI Legislativa tem a sua limitação, mas isso não impede que nestas audiências com a promotoria e com outros órgãos nós possamos chamar a esta responsabilidade.

Por isso os números têm crescido de uma forma absurda porque ninguém pune, ninguém age, mas existe órgão competente para isso. Estamos falando de São Paulo com onze milhões de habitantes. Ninguém vai preso porque é um pedófilo, porque não acontece uma investigação. Temos de, sem dúvida nenhuma, abordarmos estas questões diante de vocês porque existem pessoas que estão aqui presentes e quero até aproveitar e chamá-las para se manifestarem.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA - Antes da manifestação daqueles que estão presentes aqui, não quero mais me alongar, gostaria apenas de reforçar e ratificar o requerimento do Vereador Floriano Pesaro no sentido de que votemos uma proposta de trabalho de metodologia para esta CPI até para que avancemos. Porque, na verdade, o ideal teria sido se a gente tivesse chegado aqui hoje já com a proposta absolutamente avaliada, pronta, e feita em conjunto.

Mas a forma mais democrática que encontro pra ratificar uma proposta é a sua votação, mesmo que essa votação não tenha efeito formal, porque na realidade o nosso desejo não é de formalidade, não é a garantia da formalidade, mas sim do espírito democrático desta comissão e do espírito de demonstração clara do interesse desta comissão no bom andamento e no rápido andamento de seus trabalhos. Então, eu proporia que nós votássemos as três etapas da CPI, pelo menos saíssemos daqui com a aprovação dos Vereadores – lamentavelmente, não temos a totalidade dos Vereadores aqui nesta comissão, nesta manhã – mas, para que também não percamos a sessão e que possamos avançar, eu proporia que votássemos um passo por vez, pelo menos já na determinação de quais serão os próximos passos que tomaremos. Então, eu colocaria a votos a proposta, solicito a V.Exa. que coloque a votos a proposta de metodologia desta comissão e, em sendo essa proposta dividida passo a passo, nos três passos propostos: diagnóstico, na proposta de investigação e intervenção com, é claro, a leitura final à aprovação do relatório conclusivo. Eu proporia a V.Exa. que colocasse a votos os passos, de maneira independente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Eu queria colocar então ao nobre Vereador Bezerra que vamos colocar a voto então os requerimentos que já foram apresentados a esta Mesa. Eu tinha comentado a respeito do requerimento da nobre Vereadora Juliana Cardoso que não está presente, mas que através da sua Assessoria também mandou um requerimento para poder ser votado no dia de hoje.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - (Pela ordem) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento, eu só gostaria de entender, quer dizer, a gente vai na verdade votar primeiro um requerimento sem saber que caminho nós seguiremos? A mim, não me parece um caminho lógico. Quer dizer, o caminho lógico seria: votamos no caminho que queremos seguir, esse é o caminho, e a partir daí votamos os requerimentos que serão enquadrados dentro de cada passo, que seguirá nossa CPI. A mim, me parece muito mais lógico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – O requerimento da Vereadora Juliana é um requerimento que, até em questão de respeito e ter chegado primeiro a esta Mesa, acho que nós temos de colocar em votação também, até porque o que ela coloca aqui também tem a ver com a metodologia de trabalho que o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra apresentou a esta Mesa. O requerimento da nobre Vereadora Juliana Cardoso é um requerimento que nos termos regimentais que sejam oficiados aos conselhos tutelares do município de São Paulo para que forneçam informações referentes ao número de casos de violência e de abuso sexual com criança e com adolescentes: no ambiente familiar, provocados por membros da própria família, provocados por membros de proximidade familiar, vizinhos amigos e funcionários, provocados por estranhos, iniciados por contato virtual, correlatos à prostituição infantil, correlatos ao tráfico de pessoas, correlatos ao tráfico de drogas, correlatos também ao consumo de drogas. Solicitamos que sejam preservados os nomes e dados pessoais dos menores, vítimas da violência e abuso sexual, e constem os índices de incidência de casos ocorridos.

O SR. FLORIANO PESARO – Nós estamos aprovando o requerimento da Vereadora Juliana, tem mais seis ou sete requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nós estamos aprovando ainda porque não foi votado.

O SR. FLORIANO PESARO – Eu sei, mas o seguinte: estamos encaminhando pra votação. Eu quero dizer o seguinte: há algo que precede esse momento, que é um momento de aprovar. O que o Relator nos coloca que é o plano de trabalho. Esse requerimento já é um requerimento de diligência, de diagnóstico, então, porque não aprovamos a proposta do plano de ação que nos dá esse arcabouço de trabalho e, a partir daí, aprovamos os sete, oito requerimentos que estão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Voltando aos trabalhos da CPI da Pedofilia, eu queria que o nobre Vereador Bezerra colocasse, então, a metodologia de trabalho passo a passo para que a gente possa abrir votação.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, ratificando o requerimento do nobre Vereador Floriano Pesaro, no sentido de encaminharmos o plano de ação dessa CPI, seria dividido em três passos. Primeiro, do diagnóstico, claro, respeitadas as normas de funcionamento que aqui colocamos, aliás, um detalhe importante, para ressaltarmos, gostaria de consultar a V.Exa. de tivemos alguma resposta em relação à Mesa Diretora da Casa, quando da solicitação que fiz a quinze dias atrás do telefone, mas V.Exa. pode me responder oportunamente do telefone, acho que é importante um telefone e um funcionário à disposição da CPI, e uma pessoa responsável, por isso eu disse, quem seria o responsável da Assessoria Técnica da Casa, na CPI para recebimento, único, um foco único das denúncias. Acho isso muito importante. Toda denúncia que chegar à CPI deve sempre vir via Secretaria das Comissões, é fundamental para tentar organizar melhor os trabalhos. Mas os três passos seriam: primeiro, o diagnóstico, a fase de investigação e a

terceira fase, a de intervenção que finaliza com a leitura e aprovação do relatório conclusivo. Faça o requerimento a V.Exa. para que coloque a votos, para os membros da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável também.

Aprovado o requerimento por esta Mesa.

Há sobre a mesa requerimento que será lido: “Requeiro que sejam convidados, para a data oportuna, o delegado disponível pela área de crimes cibernéticos da Polícia Civil; a Secretaria Alda Marco Antônio; Senador Magno Malta; Psicanalista Içame Tiba; Psiquiatra Dozemir Ronei de Carvalho Lago e a Dra. Albertina Duarte.”

Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Favorável..

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável também.

Aprovado o requerimento por esta Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro, para que faça a leitura do seu requerimento.

O SR. FLORIANO PESARO – “Nos termos regimentais à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, para que seja convidada a Ilma. Sra. Coordenadora de Proteção Especial da Secretaria de Assistência Desenvolvimento Social, Sra. Zilá Kurok, para venha apresentar a essa comissão serviços da rede de proteção as crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso, exploração sexual, as informações sobre a quantidade de atendimento e funcionamento dos serviços, número de vagas, e áreas de atuação bem como eventuais denúncias que devam ser apuradas visando contribuir com o mapeamento das informações por essa Comissão e assim com efetividade das ações.”

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável também.

Aprovado o requerimento por esta Mesa. Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – “Requeiro, nos termos regimentais que seja convidada a Dra. Dalca Chaves de Almeida Ferraz, coordenadora do Centro de Referência as vítimas de violência, CRVVS do Instituto Sedes Sapientiae para apresentar subsídios técnicos sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes dado a complexidade do problema bem como expõe o trabalho realizado junto as vítimas e seus familiares colaborando com o trabalho dessa CPI.”

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável também.

Aprovado o requerimento por esta Mesa. Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro

O SR. FLORIANO PESARO – “Requeiro, nos termos regimentais, com o objetivo de combater a violência abuso e exploração sexual de criança, visa solicitar ao Diretor do Hospital Perola Byington Jeferson Drezett, que seja encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, informações sobre o atendimento de crianças e adolescentes até 14 anos por conta do programa Bem-me-quer e as denúncias de violência e abuso exploração sexual.”

O SR. PRESIDENTE ...

... sem exploração sexual”.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Aprovado. Favorável, desculpe.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável também.

Aprovado o requerimento por esta Mesa.

O SR. FLORIANO PESARO - “Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais,... (Pausa)

Ah, bem, aqui já é a proposta do trabalho, que já foi referido pelo Relator. Então, eu retiro meu requerimento de proposta de trabalho. (Pausa)

A metodologia também. (Pausa)

“Sr. Presidente: Requeiro, nos termos regimentais, que sejam encaminhadas pela Ilma. Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Sra. Leila Paiva informações sobre denúncias encaminhadas ao Disque 100 referentes ao Município de São Paulo, referentes às violações cometidas contra as crianças e adolescentes, abusos, violências, exploração sexual e tráfico para fins de exploração sexual na cidade de São Paulo”.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Coloco a votos dessa Mesa. Como votam os nobres vereadores?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável, Sr. Presidente.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Favorável, também.

Foi aprovado esse requerimento. Muito obrigado

O SR. FLORIANO PESARO - Por último: "Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados representantes da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso, Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo para que venham a apresentar a esta Comissão o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência bem como quais as estratégias de ação para cada eixo e as denúncias referentes ao tema, visando contribuir com o mapeamento das informações".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Coloco a votos. Como votam os nobres vereadores?

Pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Como já está em processo de votação, eu falo depois, Sr. Presidente.

Eu sou favorável ao requerimento.

O SR. QUITO FORMIGA - Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO - (Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Meu voto também é favorável.

Aprovado o requerimento.

Pela ordem, o Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente, há ainda alguns outros requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Não, não há mais nenhum outro requerimento.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

Então, vou fazer alguns requerimentos e uma ponderação apenas.

A ponderação vai no sentido de que, primeiro, hoje, fizemos um grande avanço no sentido de determinarmos a metodologia e o plano de trabalho desta CPI.

Agora, gostaria apenas, Sr. Presidente, de sugerir - e aí dentro, claro, do apoio, contando com o apoio dos Vereadores, para o bom andamento da CPI, o quê? Que, no critério de convites, que com o critério de convites seja guardado o respeito. Em que sentido? Dois convidados por dia e por sessão, para que aproveitemos melhor o debate, aproveitemos ao máximo os convidados; e que o critério de tempo de vinda dos convidados respeite as fases de desenvolvimento da CPI que nós aprovamos aqui: diagnóstico, investigação e intervenção.

Essa é a solicitação que faço e, claro, sei que conto com o apoio de V.Exa.

Eu gostaria ainda, dentro disso, de mais uma coisa: que privilegiássemos, dentro do possível, claro - cada um tem, enfim, suas visões, sua contribuição, seu acúmulo -, dentro do possível, que dirigíssemos os nossos convites a órgãos, a órgãos representativos, não necessariamente a pessoas. Claro que há pessoas que são de notório saber, de notório conhecimento, mas, dando preferência a órgãos.

Então, neste sentido, gostaria aqui de acrescentar alguns, dentro dos termos regimentais, o convite, ainda alguns outros convites: que seja feito, Sr. Presidente, um convite a Dra. Marta Toledo, Promotora de Justiça do Ministério Público, representando o Ministério Público, para que possa, em algo momento da nossa CPI, tratar do tema de tipificação e responsabilização dos crimes sexuais contra a criança e o adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Colocamos a votos então mais este requerimento. Como votam os nobres Vereadores?

O SR. QUITO FORMIGA - Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. FLORIANO PESARO - Favorável.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Eu encaminho a minha por escrito na próxima, durante o decorrer da próxima semana.

Queria colocar a esta Mesa que... (Pausa)

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, o Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Um outro requerimento, nos termos regimentais, do convite a ser feito ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CEDECA, se possível o convite seja estendido ao Dr. Cláudio Hortêncio, Advogado, Jurista com especialização no tema, para tratarmos do título "Análise Histórica e Social na Concepção de Proteção, Direitos e Participação". Claro que as sugestões, os requerimentos são feitos dentro daquele critério que propus a V.Exa., ou seja, no momento oportuno, guardados e respeitados os tempos metodológicos que votamos nesta Comissão, faremos a opção de trazer essas pessoas. Então, peço que seja aprovado o convite desta CPI ao Dr. Cláudio Hortêncio, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – A votos.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA – Favorável.

O SR. FLORIANO PESARO – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Aprovado.

A votos o Requerimento da nobre Vereadora Juliana Cardoso, já lido.

O SR. FLORIANO PESARO – Favorável.

O SR. QUITO FORMIGA – Favorável.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Meu voto também é favorável. Está aprovado o Requerimento da nobre Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Clóvis Tadeu Dias, da Fundação Travessia.

O SR. CLÓVIS TADEU DIAS – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade. Parabenizo a iniciativa desta Câmara Municipal por instaurar

esta CPI. Sou da Fundação Travessia. Trabalhamos com crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Minha questão é a seguinte: além da pedofilia, trabalhamos com crianças e adolescentes de zero a 18 anos e sabemos também da questão da violência sexual e da exploração sexual que sofrem. O que pedimos à rede e a todas as pessoas com quem temos contato é que fosse ampliada nesta CPI - além da questão da pedofilia em si - também a exploração sexual, que seria uma questão mais abrangente.

Outra questão, a Fundação e os Educadores são sempre procurados, recebemos as denúncias e as famílias. Inclusive, hoje, recebemos uma avó que nos trouxe uma denúncia. O que discutimos é o seguinte: temos a denúncia, levamos ao Ministério Público e parece que essa denúncia para em algum lugar, demora muito a investigação e as pessoas nos procuram depois para saber o resultado e não temos o que responder. Pergunto como funciona isso, a denúncia chega e a criança entre quatro paredes continua sofrendo abuso. O caso que estou acompanhando há dois anos, desde os três anos a menina vem sofrendo abuso, está com cinco anos e nada foi feito. Encaminhamos, fizemos o possível e até agora não tivemos retorno. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Agradeço o Sr. Clóvis Tadeu, da Fundação Travessia. É lógico que quando falamos em pedofilia, não tem como não esbarrar nesse assunto.

Muito obrigado pela sua observação, que, com certeza, será apresentada a todos os pares e, numa reunião fechada, também vamos propor isso à Mesa. Muito obrigado.

Há mais uma inscrita, a Sra. Glória Maria Motta Lara, que faz parte da Agência de Cooperação Social Farol.

A SRA. GLÓRIA MARIA MOTTA LARA – Bom dia a todos e a todas. A Farol também trabalha com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nós temos o eixo de prevenção, nós trabalhamos com capacitação.

Eu queria fazer algumas observações. Primeiramente, quero cumprimentá-los pela iniciativa, que consideramos importante. Agora, gostaríamos de entender melhor essa questão de CPI da Pedofilia. Pedofilia, na verdade, embora existam algumas controvérsias, é uma espécie de para parafilia, ou seja, uma fixação que a pessoa tem a um determinado objeto. A mesma coisa que necrofilia, por exemplo. Então, quando falamos em CPI da Pedofilia, estamos quase falando de uma CPI para avaliar uma questão médica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Por gentileza, só queria advertir que criança não é remédio para esses pedófilos; é um ser humano, não um objeto apenas.

A SRA. GLÓRIA MARIA MOTTA LARA – Evidentemente. Só que a maioria dos casos não é de pedófilos. É isso que eu quis dizer, é aqui que eu ia chegar antes da interrupção. A maioria dos abusadores e dos exploradores de crianças e de adolescentes não é de pedófilos, porque eles se satisfazem sexualmente com outros objetos de prazer: mulheres, homens e adultos também, porque o pedófilo tem essa fixação. Então, propor CPI da Pedofilia, inclusive como foi feito no Senado Federal, na nossa opinião, é uma questão difícil de aceitar, porque não reflete a realidade. Gostaríamos que fosse tratada de CPI do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Só queria deixar bem claro que aí precisa ter uma alteração no requerimento de criação, que é apresentado a esta Mesa.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Há precedente regimental nesta Casa, e eu concordo com V.Exa. na sua preocupação. A minha opinião é pública e queria expressar a minha concordância com o fato de que, ao estabelecermos o nome de CPI da Pedofilia, reduzimos a discussão, porque nem todo abusador de criança é pedófilo e nem todo pedófilo abusa de criança. Agora, com isso, não quero minimizar a responsabilidade do pedófilo. Ele tem de ser responsabilizado, sim, só que, no momento em que se insiste que é pedófilo, é pedófilo, é pedófilo, no limite ele vai ao tribunal e vai dizer ao juiz o seguinte: “Eu sou pedófilo, portanto, não posso ser preso nem responsabilizado, preciso de um psiquiatra; por favor, disponibilize um psiquiatra do Estado para que me defenda.”. Porque pedofilia é patologia médica, como bem foi colocado.

Mas eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente, entendo sua preocupação, que é legítima.

- Manifestações.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Estou com a palavra, Sr. Presidente, só um minuto. Entendo sua preocupação, que é legítima, mas gostaria de ponderar o seguinte: há precedente regimental nesta Casa. Uma CPI de 2007, que tratava da questão da infância e da adolescência, teve seu nome alterado. Porque é preciso votar novamente o requerimento de CPI se se obtiver uma mudança de foco de investigação. Nesse caso, não haverá mudança de foco de investigação. Muito pelo contrário, haverá uma ampliação, e uma ampliação adequada que tem respaldos jurídico, médico, científico e, particularmente, da militância que atua nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Já havia sido falado por mim que a alteração e a expansão do nome não alteraria o foco da CPI, apenas agregaria algo que já existe na Casa, que já existe no Brasil.

O SR. QUITO FORMIGA – Sr. Presidente, pela ordem. Nós tiramos a palavra da Glória. Vamos devolver a ela a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Por favor, Glória.

A SRA. GLÓRIA MARIA MOTTA LARA – Obrigada. Para nós, que atuamos na área, faz diferença, porque distinguimos a questão da pedofilia da questão da exploração da violência sexual. O pedófilo, na minha opinião, na opinião da minha entidade, é uma pessoa que deve ser tratada, mas deve também ser responsabilizada. Só para deixar bem claro.

Foi dito aqui sobre a metodologia. Eu queria só chamar a atenção para uma coisa que é muito importante para que se respeite o direito das crianças e dos adolescentes: criança não pode ser exposta, não pode ser exibida e suas famílias também não. O ECA é claro nisso, e a Constituição Federal também. Eles garantem os direitos da criança, a sua proteção integral, e ela não pode ser exposta. Então, eu não posso veicular a imagem de uma mãe se a imagem dessa mãe for servir para identificar essa criança.

Isso é importante, é um cuidado que esta CPI tem que tomar, inclusive para não acontecer o que aconteceu em Brasília, que se divulgou, inclusive, imagem da própria criança sendo, enfim, numa situação de exploração sexual na internet. Então é um cuidado que eu gostaria de chamar atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Eu só queria colocar um adendo que as imagens de uma criança de cinco anos de idade, três anos de idade, dois anos de idade, que não tem nenhuma vontade própria e, muito menos, como se defender.

A SRA. GLÓRIA MARIA MOTTA LARA – E mesmo que tivesse mais idade, a criança é um ser em desenvolvimento e ela tem que ser protegida. Outra coisa que eu queria dizer é o seguinte: ações policiaiscas a gente sabe que não resolvem. Aqui em São Paulo, por

exemplo, toda vez que foram feitas, inclusive por esta Câmara, no ano passado, algumas ações naquela região do Autorama, no Ibirapuera, então, você faz uma ação polícial, agora está havendo uma ação polícial lá dentro do Autorama, os garotos saem de lá e migram, simplesmente migram pra outras regiões da Cidade. Então, enquanto não se tiver uma política séria, uma política que consiga manter essa criança, esse adolescente, que dê alternativas, espaços alternativos, formas alternativas dele se desenvolver, ou mesmo de desenvolver a sua sexualidade, se for o caso, se não for um caso de exploração e de abuso, as ações policiais não vão adiantar nada no que diz respeito à criança e ao adolescente. Elas podem, sim, serem úteis no sentido de uma investigação sobre as redes, sobre as redes criminosas, enfim, mas não é com polícia que se resolve a questão da exploração e do abuso sexual. Queria só chamar a atenção pra mais um fato: a gente costuma tratar o explorador sexual, o abusador, o pedófilo, como monstro, como bandido, coisa assim. Eu gostaria muito de ver respeitados os direitos humanos dessas pessoas também. Acho que quem defende direitos humanos, como é o nosso caso, não pode abrir mão em hipótese alguma nem mesmo quando é um crime hediondo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Muito obrigado, Glória, da Agência de Cooperação Social Farol. Queria chamar também a Kátia, que escreveu, que faz parte do Cedeca Interlagos.

A SRA. KÁTIA – Boa tarde. A gente queria parabenizar a iniciativa e ratificar o que a Glória traz aqui, o Clóvis traz em alguns momentos: eu acho que sim, a gente tem que tomar cuidados com conceitos na nomenclatura. A gente vai reduzir, a gente vai minimizar e a gente vai correr um risco muito grande, porque no momento em que se fala a gente vê que se fala de várias violências mas, no momento em que coloca o nome da CPI, a gente reduz tudo aquilo, inclusive, colocar violência doméstica como uma questão de pedofilia. Ela pode ser, como pode não ser, porque tem violência física e psicológica aí dentro e que é uma outra coisa que não cabe na discussão de violência sexual. Acho que a gente só precisa tomar cuidado também, a Mesa em algum momento fala da questão da punição e, para a gente, militante de direitos humanos, no caso aqui, vários de criança e adolescente, muito mais do que perseguir e punir o pedófilo ou o agressor, e a gente tem visto no Senado o que a CPI tem feito, pra gente é muito mais proteger a criança. A gente dá muito mais valor ao pedófilo, ao agressor, a gente fala muito mais dele do que a gente fala da criança e da proteção dela, e imagem de criança e de família faz parte da proteção dela, que já é prerrogativa dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, e aí a gente corre o risco de virar menorista, voltar na década de 70, quando ainda vigorava o código de menores, e ignorar o Estatuto, que é uma conquista, inclusive, social. Acho que são algumas coisas que a gente precisa observar. A militância de direitos humanos de criança e adolescente está à disposição para discutir, para propor junto, gosto da ideia do relatório interventivo, dessa coisa de não ficar só nas denúncias porque denunciar a gente já tem quem faça isso; investigação policial, a gente já tem quem faça isso, então, acho que precisa ficar bem clara a definição de papéis nessas coisas todas, e o nosso papel aqui não é fazer o papel – como diz o Floriano – de polícia, mas maior do que isso é proteger criança e adolescente, é garantir atendimento, é garantir as relações sociais dessa criança, independente se ela tem cinco anos, dois anos ou três anos, ela tem uma vontade sim, existe um ser ali em desenvolvimento que precisa ser levado em consideração em todas as suas relações sociais e não na relação com um ou dois agressores, tem uma rede que precisa ser cuidada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Parabenizo a todos que se manifestaram, representantes, militantes dessa questão que estamos debatendo, e peço para que continuem ao nosso lado nesta CPI, ajudando-nos, primeiramente, a defender nossas crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Agradeço à Sra. Kátia, que também se manifestou; ao nobre Vereador Quito Formiga.

Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Apenas para finalizar, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos. Digo, mais uma vez, a importância do tema levantado – e V.Exa. tem sido muito sensível a esta questão, demonstra compromisso com a causa.

Enfim, apenas sugiro, e coloco à apreciação final dos nobres colegas Vereadores, percebe-se, nitidamente, que há algum desejo de debate, de discussão, porque esse debate está na sociedade brasileira – particularmente na paulistana – que é a questão da diferença e dos conceitos, da diferença de conceitos entre pedofilia, abuso sexual, exploração sexual comercial e os temas que se tocam quando falamos disso.

Sr. Presidente, proponho, dentro da possibilidade, que na próxima semana, em vez de esperarmos 15 dias, que na próxima quinta-feira fizéssemos um debate – claro, comandado por V.Exa. – nesta Casa, com dois convidados e com a participação das organizações, dos militantes, de todos aqueles envolvidos no tema, sobre a questão da diferenciação de conceitos quando se trata de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Proponho isso, Sr. Presidente, para que não esperemos 15 dias, porque podemos permanecer com essa questão, de certa forma, entre aspas, entalada, porque ela não vai sendo discutida.

Minha proposta não é, enfim, a definição de qualquer mudança. Minha proposta é que se faça essa discussão e que ela seja aberta, que ela seja franca, porque ela enriquece a todos nós. Ela é boa para nós, para a sociedade, mas, particularmente, ela é boa para as crianças que serão melhor protegidas.

Então, Sr. Presidente, neste sentido, faço esta solicitação – na verdade, é um apelo – para que, na próxima semana tenhamos uma sessão extraordinária da CPI e façamos essa discussão com os convidados colocados à apreciação de V.Exa. e dos Senhores Vereadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – A próxima reunião de assessoria será na quinta-feira, às 10:00hs, e todos receberão o requerimento. É importante a colocação do nobre Vereador e peço que mande por escrito para esta Mesa, na próxima reunião, para que os assessores também possam discutir os dois nomes que possam fazer parte deste debate.

Agradeço ao nobre Vereador Bezerra.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, talvez não tenha sido claro. Na verdade, o que estou encaminhando à V.Exa. é um requerimento para que seja votada a possibilidade de, na próxima semana, termos um encontro da CPI com a discussão da questão do conceito de violência sexual contra criança nas suas variadas formas. E, aí, uma vez aprovado, V.Exa. faz uma convocação e, durante a semana – ou hoje à tarde mesmo – informalmente, todos nós, vereadores, podemos chegar a um consenso dos dois nomes que podem vir a esta Casa. E, antecipadamente, já convidar toda a sociedade civil, representada aqui, para que esteja no debate, o que enriquecerá muito

nossa CPI.

Este é o meu requerimento, Sr. Presidente, e peço para que seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nobre Vereador, peço que possamos discutir isso – hoje mesmo - entre nós, antes de colocar em votação, até mesmo devido ao horário, pelo término desta reunião, porque já se passa do horário.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Insisto, Sr. Presidente. Porque, se não for votado, não há como convocar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – É que não temos mais tempo.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Há tempo tranquilamente, Sr. Presidente. Não há nenhum problema em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Não temos os nomes, ainda, colocados a esta Mesa.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Não há problema. Uma vez que a sessão esteja convocada, aprovamos os nomes. Os nomes podem ser aprovados informalmente. A sessão não. Não haverá tempo da convocação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Então, colocamos os nomes informalmente.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. É isso o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Perfeito. Ai, tudo bem.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Eu solicito que V.Exa. ponha a votos a possibilidade, na próxima semana, de discussão da questão do conceito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Então, colocamos à votos. Na próxima quinta-feira, propondo o nome, informalmente na próxima reunião.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Solicito que V.Exa. ponha a votos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Vereador Bezerra?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sou favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereador Quito Formiga?

- Manifestações.

O SR. FLORIANO PESARO – É uma reunião...?

- Manifestações.

O SR. FLORIANO PESARO – É uma reunião formal. Teria de ser extraordinária na próxima quinta-feira, porque a ordinária é daqui a 15 dias.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Exatamente.

O SR. FLORIANO PESARO – É isso o que o Vereador Bezerra, Relator desta Comissão, está propondo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereador Pesaro?

O SR. FLORIANO PESARO – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Então, estamos de acordo. Aprovado. Às 11h, na próxima quinta-feira, uma reunião extraordinária. Estão os senhores convocados para essa reunião; sem prejuízo da ordinária, que irá acontecer no próximo dia 2 de abril, quinta-feira, às 11h, neste plenário.

Não tendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta sessão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

FL. Nº 18

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26 de março de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar casos de pedofilia, especialmente quanto a existência de rede de pedófilos no âmbito do município de São Paulo. Com a presença dos Vereadores membros: Carlos Bezerra, Quito Formiga, Floriano Pesaro, que já fazem parte da Mesa nesta manhã e eu, Marcelo Aguiar, Presidente da CPI da Pedofilia. Na sessão ordinária que aconteceu semana passada falamos que iríamos colocar em aberto para algumas pessoas se pronunciarem, para algumas pessoas poderem trazer informações, principalmente entidades, Ongs para que pudéssemos ter mais informações e mais conteúdo ainda para poder tocar esta CPI. O Vereador Carlos Bezerra colocou aqui, na reunião passada, uma metodologia de trabalho que foi votada nesta Mesa e nós vamos seguir. Esta primeira reunião extraordinária já faz parte dessa metodologia, até para termos informações, para partirmos para essa primeira execução para diagnosticar, inclusive nomes e tantas outras situações que foram colocadas nesta Mesa. Vamos colocar em aberto para quem quiser se inscrever. O secretário já está à disposição para anotar o nome para quem quiser, nesta manhã, se pronunciar e falar.

Pela ordem, Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, apenas me justificando, pedindo licença por cinco minutos porque quero atentamente acompanhar os debates desta manhã. Mas, por cinco minutos vou atender a um veículo de comunicação, que entra ao vivo agora, e volto em cinco ou dez minutos no máximo para continuarmos o debate. Sugiro que os trabalhos continuem, sem qualquer prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Vocês que fazem parte nesta manhã, desta reunião, e quiserem se inscrever. O Secretário está à disposição para recolher os nomes. Pela ordem, Vereador Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO – Presidente, queria sugerir que como temos duas convidadas, a Glória e a Professora Dalka, se poderíamos pedir a elas que iniciarem a exposição, como convidadas da CPI e sem prejuízo daqueles que se inscreveriam para falar em seguida a fala da Professora Dalka e Dra. Glória. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vamos dar abertura então a Glória, que faz parte do Disque 100, do trabalho que faz na instituição. Vamos convidar a Glória para se pronunciar. Por favor, Glória. Bom dia. A Dalka, a Dalka é do Sedes. OK, Dalka, se você quiser se pronunciar. Eu queria colocar a disposição da Dalka se quiser se pronunciar aí de baixo, fique a vontade, e se quiser usar a tribuna, perfeito.

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI – Entro pelo convite de estar aqui e gostaria de usar o power point. Não sei se está sendo visto.

Eu acho que fazendo parte da apresentação, eu represento aqui uma equipe que desde 94 atende vítimas de violência no Instituto Sedes Sapientiae. Nosso centro se chama Centro de Referência Vítimas de Violência do Instituto Sedes. Ele integra a instância de centros do Instituto e foi fundado por Madre Cristina Sodrê Dória, em 77, depois ele acabou se instalando realmente em defesa da questão dos Direitos Humanos e da proteção à criança e adolescente. Essa trajetória é composta por uma equipe multiprofissional: de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais. Ele vai se estruturar em sete áreas. Acho importante contar um pouco dessa historinha para a gente chegar na contribuição que a gente pretende trazer, que é voltada ao tratamento, à prevenção, à pesquisa, parcerias, formação, serviço social e administração. Ele objetiva contribuir com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, reduzindo as situações de violência, abuso e exploração sexual. Para a gente, a questão da violência está definida em termos de que existem diferenças que se apoiam em desigualdades e que levam a relações assimétricas e hierarquizadas e onde a criança é vista como objeto, não é vista como sujeito. Aparece entre todos os relacionamentos, seja em relacionamentos individuais, de duplas ou em grupos. Todo ato ou omissão proferido por parte de um responsável, capaz de causar à vítima dor ou dano, de natureza física, sexual ou psicológica, é segundo a Dra. Maria Amélia Azevedo uma situação de violência. A Organização Mundial da Saúde fala que nessa última década milhões de crianças sofreram abusos e negligências nas mãos de seus pais e cuidadores. Então, uma coisa que chama atenção neste tema, é que a grande maioria dos casos acontecem dentro da própria casa. As modalidades que a gente vê e atende desde essa época, do início do centro, o que chama mais a atenção são as questões de negligência. Então, o que seria uma negligência? A omissão no provimento das necessidades básicas, físicas e emocionais, quando não há uma causa socioeconômica só. Então, a criança ela chega, por exemplo, na escola com problemas de alimentação, de vestimenta, de higiene e às vezes a família, não é só família de baixa renda. Chegam para nós crianças vítimas de violência física, onde existe o emprego da força física no processo disciplinador para resolver os conflitos. Então, situações de palmadas, de pais que espancam e, como vocês veem pela mídia, muitas situações que chegam a óbito. Violência doméstica sexual. Utilização do corpo da criança ou do adolescente por um ou mais adultos com a finalidade de estimular ou obter estimulação sexual baseada na relação de poder, através da sedução ou da coerção. Dentro desta questão da violência doméstica sexual, todo o tipo de manipulação vai surgir nessa relação pais/criança e chamamos a atenção que o agressor pode ser não só a figura do homem, mas também tem aparecido muito a questão da abusadora mulher ou dos abusadores adolescentes, irmãos mais velhos e tudo mais, tios, avós. Constatamos desde manipulações de genitais, mamas, ânus, *voyerismo*, exibicionismo, todo o tipo de sexo oral, anal, vaginal, exploração sexual comercial e pornografia. Dentro desse elenco de violências sexuais caracterizamos traços de alguns dos abusadores, com traços de pedofilia. E o que seria pedofilia? Ela significa, então, um distúrbio de conduta sexual com desejo compulsivo de um adulto por crianças ou adolescentes podendo ter características homossexual ou heterossexual, seja por que esse pedófilo tem uma patologia ligada a questão de identificação do próprio eu. Então, ele não tem uma noção clara do seu eu, ele está também vitimizado por uma relação antiga, seja de bastante proteção, uma proteção exagerada de figuras parentais, principalmente da figura materna ou por uma privação emocional grave. Então, o que chama a atenção nessa característica do pedófilo? É aquela pessoa que não tem uma identificação do seu "eu" definido. Ele vai ter um problema muito ligado, dentro da psicanálise, e eu gostaria aqui de explicar, a questão do narcisismo. Todo mundo sabe da lenda do Narciso, que era aquela pessoa que se admirava e de tanto que ele se admirou, ele ficou congelado, ele ficou petrificado, é a fábula dos gregos. O pedófilo tem uma identificação narcisista com o seu "eu infantil"; então, quando ele está com essa fixação por uma criança, ele pensa que essa criança vai trazer a complementação ao seu "eu" que ficou falha. Então, chamando atenção, que dentro das violências é um distúrbio de conduta, um distúrbio patológico grave e que nem todos os violentadores sexuais têm esse grau de regressão da sua patologia. Às vezes, a pessoa comete uma violência sexual e ela segue a vida, depois ela pode esconder isso, ou realmente não voltar mais a fazê-lo. O pedófilo tem uma fixação por alguma criança atendendo, por exemplo, sejam crianças em situação de perícia, sejam crianças em situação de entrevista, se a gente faz uma sessão conjunta do pai com essa pessoa, com esse abusador, a pedido de um juiz. É diferente a fixação que esse pai tem pela criança na hora do contato, ali, porque ele está provavelmente, muitas vezes, impedido de estar perto dessa criança e há uma necessidade assim realmente diferente, intensa dessa aproximação. Só para dar um exemplo,

um pai assim que terminou a sessão; ele, a mãe e a criança, que era uma sessão para poder ver essa ligação, ele traz uma pergunta no final, ele não se conteve, ele dizia assim, eu posso dar um beijo em você? Ali, na frente do psicólogo, na frente da mãe, ele tem a vontade de ter uma aproximação física, apesar da proibição jurídica. A gente vai encontrar, também, na situação de atendimento, a violência doméstica psicológica, que significa o desrespeito, a depreciação, a humilhação, o desprezo, a rejeição e a discriminação que levam a um sofrimento psíquico grande. A gente vai encontrar e, principalmente, na nossa Cidade e em outras do Brasil, a questão do trabalho infantil, que é também uma forma de violência desumana com todas as crianças sendo exploradas, na questão do trabalho. A questão do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, que aí a gente vai fazer realmente uma observação, que tem uma questão do crime organizado grave e qual a natureza desse fenômeno, então? A gente vai ter uma relação sujeito-objeto, a criança não é considerada nessa relação como sujeito, é uma cultura adultocêntrica e falocêntrica, é o adulto e a questão da erotização é muito séria, é um caráter repetitivo, tem fronteiras intergeracionais frágeis, famílias disfuncionais e um padrão multicausal. Dentro dos fatores familiares, a gente tem vários, que são desencadeadores dessas situações de violência sexual contra a criança e o adolescente, e eu estou usando essa terminologia porque segundo o Ministério do Desenvolvimento Social que coordena o Plano Nacional, depois a gente teve o Plano Estadual e o Plano Municipal, toda a terminologia ficou fechada em termos de violência, abuso e exploração sexual porque os casos acabavam se encaixando dentro dessas três definições. Então, como fatores familiares a gente vai ter toda uma experiência de socialização desses pais na história pessoal de abuso, história de desarmonia e ruptura familiar, ignorância sobre o processo de desenvolvimento dessa criança, às vezes, os pais exigem coisas que a criança não está preparada, não tem maturidade ainda, fatores individuais, características patológicas dos pais, desordem física e psíquica como alcoolismo, drogadição, baixa autoestima, baixa tolerância à frustração, despreparo para o papel de pai e mãe, impusividade. Como fatores individuais, a gente pode ver que às vezes os filhos, também, têm características que decepcionam esses pais e isso é motivo para uma certa agressão. Por exemplo: filhos prematuros, deficientes, filhos que têm problemas graves de saúde, hiperatividade, rebeldia, tudo isso pode levar a uma dificuldade no vínculo. Fatores situacionais de estresse na família: violência estrutural, pobreza, excesso de filhos, isolamento social; crises familiares: separação, morte, gravidez indesejada, desemprego. Fatores socioeconômicos: pouco contato com a família extensa, pouca interação social na vizinhança, no trabalho e na escola, pouco acesso às instituições de saúde, educação, lazer, de comunidade, pouca expectativa e mobilidade social. A família se isola porque é mais fácil ela cometer violência longe dos olhos de toda essa rede. Fatores políticos: a gente também vê falhas na elaboração e execução de políticas públicas, a gente gostaria de ter um sistema mais operativo. Fatores culturais: atitude perante a infância de violência, de castigo, discriminação com mulheres, com a sexualidade, regulamentação das relações entre sexos e entre gerações. Então, tudo isso é revestido sob um complô de silêncio que, de certa forma, vai isolando a família dentro desse quadro. Vai cristalizando os papéis do agressor e da vítima, vai perpetuando historicamente este fenômeno. Existe, então, na hora que você está diante de uma situação que é fechada, que a família não abre, num contato que é inicial, a gente vai ter de respeitar essa privacidade familiar, trabalhar dentro do sigilo profissional e, como consequências da violência, contra a criança e o adolescente, falando de todas elas, a gente vai ter desde consequências físicas, que vocês vão ver no *data show* - que está ligado -, lesões de todo tipo: de pele, de órgãos abdominais, oculares, fraturas, distúrbios digestivos. É muito comum uma criança, que passa por violência sexual, ter enurese, encoprese. Consequências físicas - continuando - hemorragias vulvares, anais, presenças de sêmen na roupa da criança, dor e infecção urinária, vaginais, problema de DST, gravidez precoce. Consequências psicológicas: transtorno do *stress* pós-traumático, baixa auto-estima, apatia, agressividade, medo, isolamento, enurese, encoprese. Existe, além de tudo isso, um despertar dessa criança para, também, se aproximar da questão das drogas, de outro tipo de prática, ela vai reproduzir a questão que ela está vivendo. E, principalmente, ela pode ter reações de depressão, agressividade, pode levar ao suicídio. Estou andando mais rápido, porque a gente vai ter mais pessoas. Consequências sociais: temos levantamento do Ministério da Saúde que fala do aumento da gravidez da adolescente e, principalmente, o número de partos realizados pelo SUS, em São Paulo, a faixa etária é cada vez mais precoce. Alguns dados estatísticos, agora: a gente tem - o próximo - segundo dados internacionais, de cada quatro meninas que nascem, uma sofrerá de abuso sexual; 40% dos abusos acontecem com violência física; 71% dos casos são intrafamiliares, tendo uma incidência maior em relação a pais, depois padrastos, tios; 76% das vítimas de abuso sexual são meninas, sendo que 37 têm menos de 11 anos - resultados da ABRAPE, é do Rio. A própria família omite, muitas vezes, responsabiliza a menina. Próximo. Segundo os dados do Ilanud, ele faz um levantamento, é um órgão latino americano, das Nações Unidas, vai ser feito um levantamento onde a criança está mais exposta, onde ela tem mais situações de violência. Foi feito este levantamento, nos vários lugares onde a criança frequenta e onde ela pode estar mais exposta à violência. Se vocês acompanharam ali, hoje, a residência, 26,95% é o lugar onde ela tem mais situações de violência e, em seguida, a exposição à internet. Então, isso chama a atenção para a questão grave, realmente, que está acontecendo ligada à internet. Próximo. Aqui trago um levantamento, que foi super recente, do Disque 100, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos e que mostra, no Brasil todo, a maior incidência, sobre qual violência que aparece mais. Então, se vocês acompanharem ali, a gente vê que temos a questão da negligência, como dito, que é uma questão forte no nosso País, principalmente, ligadas às dificuldades das questões estruturais. Então, acho que, quando a gente fala de negligência, tem a questão da família que tem posse e negligência, mas, a grande massa de crianças negligenciadas, tem a ver com a questão da violência social que impera no País. Em seguida, a gente vai ter a questão da violência física, psicológica, depois a exploração sexual, comercial, depois a questão da violência, do abuso, que inclui a pedofilia, a pornografia, também. Então, assim, se a gente for pensar - ali tem depois São Paulo e na Capital - isso são dos casos que foram denunciados. A gente costuma dizer que essa é a ponta do *iceberg*, porque existe um manto de silêncio que cobre tudo isso e, os que aparecem, são identificados com essa categoria - isso pelo Disque 100 que está, hoje, um serviço bastante organizado. Então, se a gente puder - estou falando um pouco em cima do que a gente está vendo - se a gente puder transformar esta CPI, atendendo a uma situação da violência em geral contra a criança e o adolescente, a gente estaria, realmente, tendo uma atitude mais protetiva com a nossa infância, porque ela estaria voltada para todos esses índices que são alarmantes. Se a gente ficar numa questão só da pedofilia, acho que a gente tem só uma minoria de casos, onde não se justifica um trabalho tão grande. Realmente, acho que seria importante ter uma cobertura de outros atendimentos, dentro desta oportunidade que vocês estão criando. Seguinte. Aqui é um levantamento trazido por uma inglesa que fez sobre a incidência da exploração sexual comercial no mundo, e o Brasil, infelizmente, é o campeão, como vocês vêem, é a Christiane Sanderson, um livro que está à venda, chama-se *Abuso Sexual em Crianças*, da M.Books, depois somos seguidos pela Índia, Estados Unidos, tudo mais. Seguinte. Aqui para se entender um pouquinho a compulsividade quando existe a situação do pedófilo que é compulsivo. Um traço, não são todos os abusadores que tem esta Síndrome de Adição, mas segundo o

teórico que fez esta avaliação, o Furniss, existe uma fantasia que ele tem na cabeça, ele planeja esse aliciamento, ele se excita, ele abusa, tem o alívio, depois começa tudo de novo, uma tensão, e esse ciclo vai alimentando a patologia. Seguinte. Então, o abusador mesmo sabendo que o abuso é errado, ilegal, prejudicial, para a criança e podendo ser preso, ele pratica a ação, ele não se contém. Primariamente, não há prazer, mas alívio de tensão. Excitação e gratificação sexual levam à dependência psicológica e à negação da realidade. Então, tem uma compulsão à repetição e sentimento de culpa. Às vezes, a gente tem diante da gente esta situação de sentimento de culpa, muitas vezes, não. O abusador é uma pessoa fria e que não vai entrar nesta questão da culpa. Esses são os casos mais graves, que não teriam recuperação, mesmo com ajuda terapêutica. Seguinte. Então, essas particularidades, acho que vale a pena falar também, quando são meninos os abusados. A gente fala muito sobre a questão da menina. O que acontece de diferente no abuso sexual dos meninos? Eles vão ter dificuldade para buscar ajuda da pessoa protetiva, no caso a mãe não abusiva, vão ter bloqueio ou exacerbação do seu impulso sexual, confusão na identidade sexual, agressividade ou apego em relação ao agressor, dificuldades nos adolescentes em estabelecer uma relação aberta e positiva com as meninas. Eles vão desenvolver mais uma sexualização ansiosa, tendendo a tornar-se, se eles não tiverem uma ajuda, que interrompa esse ciclo, eles podem vir realmente a se tornar um abusador ou repetir o papel de vítima. Por exemplo, entrarem na questão de ser explorados sexualmente de forma comercial. No seguinte, fatores que influenciam a qualidade e intensidade das consequências: idade da vítima e do agressor – é sempre importante a gente estabelecer esses parâmetros porque quanto mais jovem a criança, menor a sua capacidade de compreensão, não é? E capacidade de se defender; quanto mais velho o agressor, mais forte a hierarquia de poder, mais evidente a fragilidade dessa barreira intergeracional. Tipo de relação entre o agressor e vítima: quanto mais íntima a relação entre eles, se for dentro do âmbito familiar, maior o paradoxo entre proteção e abuso, portanto, maior o dano. Com relação à personalidade da vítima: crianças tímidas e inibidas comunicam menos seus sofrimentos, o que aumenta o tempo em que ficam submetidas ao abuso; elas têm mais dificuldade de pedir ajuda. Crianças expressivas podem ser vistas como coquetes e sofrerem abuso sexual; é aquele famoso caso em que o abusador diz: ah, mas você provocou. Podem também ser consideradas rebeldes e carentes de limites e punições físicas. Duração e frequência da agressão: quanto maior a frequência e duração dos abusos, maior o dano. Tipo e gravidade do ato: quanto maior a dor, o sofrimento psíquico causado pela impotência, desamparo, medo de morte e erotização, maior o dano. Reação do ambiente: os danos são menores quando se acredita e há um acolhimento da criança; os danos são maiores quando existe uma desatenção ao que ela fala e as pessoas acham que ela possa estar mentindo, ser a culpada ou estar fazendo um depoimento que realmente, não é valorizado. No seguinte; então, o profissional, quando está diante de uma suspeita, uma postura que é importante e acho que aí, na entrevista, não sei se chegará a ter entrevistas com crianças ou adolescentes, mas, quem for fazer, é importante poder acreditar no que a criança está dizendo, sinalizando que irá protegê-la. E quando se faz perguntas nessa questão, não, nunca colocar palavras na boca da criança ou sufocá-la com observações sobre a questão da violência; não censurar, esclarecer sobre a responsabilidade do agressor. Existe a notificação que é, realmente, faz parte, todos os serviços acabam notificando o caso quando chega sem notificação. No seguinte; então, a pornografia infantil facilita a sedução sexual de crianças, tanto na internet quanto fora dela, e a preocupação para a maioria dos pais e adultos é o seu uso para o aliciamento e abuso sexual de crianças. Então, hoje, os pais têm diante de si, um problema em sua casa, que é o próprio uso do computador; que é um monitoramento constante. Se quisermos proteger crianças, é importante que possamos nos colocar sempre disponíveis para estar supervisionando essas crianças na internet. No seguinte, essa responsabilidade de proteção cabe não apenas aos pais, mas a todos os adultos da comunidade; para garantir a segurança de todas as crianças, é essencial mudar da reação para a prevenção, o que acontecerá por meio de campanhas de saúde pública, sócio-educacional, apoiadas pelo sistema de garantias de direitos. Aqui, rapidamente, não sei se hoje a gente teria ainda um tempo para falar, mas a questão da prevenção é fundamental, não só o atendimento é importante, mas a questão de poder trabalhar em uma situação mais de informação com a população. Pode passar o próximo; segundo a Organização Mundial de Saúde, a gente vai trabalhar nessa questão, com três níveis de prevenção: a primária, a secundária e a terciária. A primária será o trabalho com grandes palestras, campanhas; a secundária seria quando já existe uma situação de risco, e terciária, quando você está fazendo a prevenção com aquela família que já está vitimizada e temos de intervir para que outras pessoas não sejam vitimizadas. O Cnrvv tem se dedicado à prevenção, tanto primária quanto secundária; com a instituição dos polos de prevenção na cidade de São Paulo, houve uma parceria com a Fundação Abrinq e o WCF para que esses polos existissem. Hoje, existem 22 polos que já foram capacitados desde 2004 e são referências, tanto na cidade de São Paulo, quanto na Grande São Paulo, sobre esse trabalho de prevenção. Eles trabalham com os educadores, com os pais e as crianças; a população participa desse processo de construção dessas ações. Pode ir adiantando porque já estou terminando. Cada organização irá ter esse planejamento, objetivo geral e tudo supervisionado no atendimento desses polos; eles não fazem atendimento terapêutico, mas eles têm uma dinâmica de esclarecimento da comunidade. No seguinte, os temas mais trabalhados que as crianças escolhem: formas de relacionamento dos meninos e das meninas, em diferentes situações; sexualidade nas suas diferentes fases; abuso sexual contra crianças e adolescentes - o que é, como reconhecer e pedir ajuda; violência nas relações familiares; as questões do Estatuto. Então, são temas que as crianças discutem nesses polos; os pais também e os profissionais elencam uma série de temas, principalmente ligados à questão da família, do desenvolvimento, colocação de limites, violência física, questão da sexualidade e também o Estatuto. No seguinte, uma foto do dia em que foram criados esses polos, no Centro, onde houve uma assinatura conjunta da Fundação Abrinq, WCF e das Secretarias de Saúde, Segurança, Assistência Social - no caso, o nobre Vereador Floriano Pesaro era o Secretário – e ali, o pessoal do Instituto. O seguinte é uma foto de uma oficina dos educadores e aí, terminando, as recomendações do Ministério da Saúde para o trabalho de apoio psicossocial a vítimas de violência: frisam muito que a abordagem da equipe deve estar sempre pautada na ética, na isenção de julgamentos, no respeito à dignidade da pessoa humana. A atenção às vítimas de violência privilegia a humanização e os direitos de cidadania, contemplados ao lado de ações jurídicas, de assistência e sistematização de ações de apoio psicossocial. Então, fechando: proteger crianças é uma responsabilidade de todos os adultos e como tal, da comunidade na qual vive. Só quando toda a comunidade, realmente estiver esclarecida e envolvida na proteção de crianças, é que será transmitida uma mensagem clara e unificada de que a sociedade não tolerará o abuso sexual de crianças. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Queria agradecer e parabenizar a Sra. Dalka Ferrari, que é do Centro de Referência às Vítimas de Violência, pelo belíssimo trabalho, material e também pelo conteúdo que trouxe, hoje aqui, nesta manhã. Com certeza, um material assim importante para essa CPI, um material importante para ser analisado. Peço que, se possível, puder deixar; os próprios Secretários Alfredo e Claudio, esse *power point* para que a gente possa, depois, ver com mais calma, será de extrema importância. Parabéns, mesmo, por esse belíssimo trabalho. Temos também aqui, nesta manhã, a Sra. Glória Lara, que esteve na outra reunião; está

conosco, irá se pronunciar e faz parte da Agência de Cooperação Social Farol, que fica no centro da cidade. Também queria aproveitar, a nobre Vereadora Juliana Cardoso já está aqui conosco; bom dia.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Desculpem-me pelo atraso, mas sabemos que estamos juntos nesta batalha, não só na questão da pedofilia, mas na questão da violência e abuso sexual da infância e juventude.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Muito obrigado, nobre Vereadora Juliana Cardoso. A palavra está com a Sra. Glória Lara.

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA – Bom dia a todos. Depois da aula que a Sra. Dalka deu, fica difícil a gente falar, ainda mais porque eu não tenho essa formação em psicologia; sou advogada e jornalista.

Então, acho que a minha fala vai ser voltada para questões mais pontuais, tentando relacionar um pouco com o que acontece na cidade de São Paulo. Queria fazer algumas observações; primeiro, sobre a fala da Dalka. A violência sexual, do meu ponto de vista, inclusive como advogada, é uma violação de direito fundamental. Isto é importante: violação de direitos humanos da criança e do adolescente. Acho que isso a gente tem que pontuar sempre que é uma violação de direito e que ela está inserida no contexto de uma sociedade que é extremamente violenta, que tolera muitas vezes e muito facilmente esse tipo de violência e outros tipos de violência que estão por aí. Então, por exemplo, no caso da violência sexual, quando se trata de uma criancinha pequena, todo mundo se comove, todo mundo fica revoltado. Mas e quando se trata de uma adolescente ou um adolescente de 17 anos, por exemplo? Quando se trata não de abuso sexual, mas de exploração sexual, como é que fica essa questão? Eu já ouvi justificativas de pessoas que dizem: "Não, mas no caso da exploração sexual há um contrato, então, há uma relação comercial entre aquela menina e o seu, entre aspas, cliente.". É um absurdo, é de uma falta de senso total, mas são argumentos que eu acho que a gente tem que trazer, para pensar a respeito. Então, eu acho que esse contexto da sociedade violenta é importante, a gente tem que sempre frisar isso também. A violência sexual, como a Dalka falou, é um fenômeno de múltiplas causas. Acho que ela já explicou, enfim, e que eu acho que eu não vou retomar, porque a Dalka já falou sobre ele. Só para resumir, de uma forma mais simplificada, para a gente falar a mesma língua, a gente considera abuso sexual aquele abuso que acontece em geral dentro da família de modo genérico, é o intrafamiliar, que pode também ser intrafamiliar, mas que não envolve remuneração. Então, a gente trabalha com essa ideia do que seja abuso sexual. Na exploração sexual comercial é diferente, há sempre uma remuneração que pode ser em dinheiro ou pode ser, como a gente também ouvi casos, ouvir falar de casos, troca de favores. Por exemplo, as crianças que vivem em situação de rua, que trocam muitas vezes sexo por proteção policial ou que trocam sexo por uma noite num hotel, ou que trocam sexo por um prato de comida, ou, realmente, uma coisa de receber dinheiro, receber presentes, coisas assim. Então, para ficar bem clara essa divisão. Nas modalidades que a gente enxerga como de exploração sexual, a gente inclui a chamada prostituição infantil, que é um termo que a gente não aceita; eu só estou usando porque é de mais fácil compreensão. A gente não aceita esse termo porque a gente acha que criança jamais pode ser considerada se prostituindo; ela é, na verdade, prostituída, ela é usada. A gente coloca na ESCCA ainda o turismo sexual, que, como vocês vão verificar provavelmente ao longo dessa CPI, não é só de turistas estrangeiros; ao contrário, o turista nacional é um grande consumidor desse tipo de turismo. O problema de falar sobre informações é que a gente tem informações e a gente não consegue comprová-las por falta de um diagnóstico mais preciso. Eu vou falar disso mais adiante. Mas, por exemplo, a gente tem informações de que em São Paulo existe um turismo de negócios onde há exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, é uma dica, é uma coisa que eu acho que a gente tem que verificar se existe ou não existe. Ao mesmo tempo, a gente tem notícias de que o paulistano é uma pessoa que, de repente, aqui não abusa, não explora, tem sua família, tem seus filhos, mas, quando ele vai pescar no Pantanal, quando ele vai pescar na Amazônia, aí, ele explora sexualmente as crianças daquelas regiões. Uma outra modalidade de exploração sexual seria o tráfico de pessoas para fins sexuais; no caso, incluídas as crianças e os adolescentes. A Pestrat – Pesquisa Sobre o Tráfico de Pessoas, que foi uma pesquisa muito séria feita pelo Cecria, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos – mostrou que São Paulo é porta de entrada do tráfico nacional, é porta de saída do tráfico nacional e é porta de saída do tráfico internacional. Então, isto ficou claro dentro da Pestrat: existe tráfico de crianças e adolescentes passando por São Paulo. Bom, a última modalidade que a gente colocaria é a questão da pornografia infantojuvenil, que ganhou muita força, muita visibilidade depois do advento da *Internet*, mas ela sempre existiu, é importante que a gente sempre diga. Quer dizer, sempre houve esse tipo de exploração; agora, com a *Internet*, ela cresceu, sem dúvida. Não sei se cresceu, não posso afirmar, mas ela se popularizou certamente. No III Congresso Mundial de Enfrentamento à Violência, que aconteceu no Rio, em novembro passado, os especialistas estavam muito preocupados com as novas tecnologias, inclusive com o uso do celular, porque – é normal, quem convive com adolescente sabe – eles trocam mensagens pelo celular o tempo todo. E essas mensagens, muitas vezes, incluem fotografias de nu para o namorado, poses sensuais para a namorada, enfim. Esse material estaria sendo usado também para reforçar essa questão da pornografia. A gente tem que ter muito cuidado quando trata disso, porque também a gente não pode impedir que as nossas crianças e adolescente se manifestem, se expressem da maneira que eles querem se expressar. Então, o nosso problema não é discutir aqui que a criança e o adolescente não podem passar mensagem sensual pelo celular. A gente tem que discutir que tem que haver um tipo de controle sobre quem usa essas imagens. Nesse sentido também das novas tecnologias, foi levantado no III Congresso uma coisa que acho que é importante, que é a invisibilidade, a tendência a tornar invisível, por exemplo, a prostituição, não só a infantojuvenil como a adulta, porque a menina, muitas vezes, fica num determinado lugar ou recebe uma ligação por celular, enfim, por telefone e é levada para um outro local. Então, você pára de ver aquela situação de rua, aquela situação de boate, e isso complica a questão do enfrentamento. Eu não vou me estender falando sobre pedofilia porque eu já falei na primeira sessão; a Dalka falou e eu sei que tem gente inscrita com muito mais competência do que eu para falar sobre a questão da pedofilia. Eu só queria ressaltar o seguinte: a grande parte dos abusadores e dos exploradores sexuais não são pedófilos, eles são simplesmente exploradores sexuais. Quando a gente fala de exploração sexual, a gente fala também, muitas vezes, de uma rede criminoso, muito bem organizada, a rede que pega essas crianças, que mantém essas crianças e adolescentes em locais que eles estabelecem, muitas vezes vivendo como semiescravos, enfim. Então, existe uma rede criminoso muito bem organizada, e a gente também não consegue identificar na cidade de São Paulo a atuação dela diretamente. Quer dizer, eu não sou capaz de dizer para vocês: "Olha, tem uma rede que funciona em tal lugar.". Mas a gente sabe que a rede existe. Bom, eu destaquei que o abuso sexual é uma coisa que não vê classe social, não vê idade, não vê coisa nenhuma; quer dizer, o abuso ocorre em todas as classes sociais, com pessoas muitas vezes acima de qualquer suspeita, pessoas que têm uma família bem estabelecida aparentemente e, de repente, dentro daquela família ocorre um abuso. A exploração sexual, os dados mostram que ocorre principalmente com meninas. Isso reflete uma relação de gênero cruel ainda. Ah, eu queria discordar da Dalka numa coisa que a gente sempre discorda, que é a seguinte: eu não acho que esta CPI tenha que tratar da violência de um modo geral contra a criança e o

adolescente, porque senão não vai se chegar a nada. Por quê? Porque é muita coisa, é muito grande. A questão da violência sexual tem que ser tratada de forma específica, porque ela implica situações específicas. Então, queria ressaltar isto: acho que é importante se tratar da violência sexual. Se a gente for abrir demais, a violência sexual acaba escondida, acaba esquecida lá atrás. O que nós sabemos sobre a questão da exploração sexual? O abuso é muito difícil de a gente dimensionar, porque ele ocorre, como a Dalka falou, principalmente no ambiente familiar, onde existe um pacto de silêncio. Agora, em relação à exploração, o que sabemos? Sabemos que há uma tremenda subnotificação. Os dados que a Dalka trouxe, do Disque 100, falam em 344 casos de exploração sexual na cidade de São Paulo; mas é muito maior do que isso. A gente imagina que seja muito, mas muito maior do que isso mesmo, incluindo meninas e meninos. Então, a gente não tem os dados. Na verdade, a gente fala do que a gente sabe, do que a gente conversa, do que a gente troca de informação entre as pessoas que estão trabalhando nessa área. Agora, não existe um dado sistematizado sobre isso. Da Pestraf eu já falei, pois eu achava que era uma coisa séria. Ai, me perguntam sempre: mas onde é que existe? Bem, a gente identifica alguns lugares, que a imprensa já noticiou – então, eu não estou falando nada de novo -, como, por exemplo, o Ceagesp, onde foi feito um trabalho. Mas o problema dos trabalhos que são feitos, na minha opinião, é o seguinte: você faz um trabalho em determinada região, aí as crianças saem dali e vão para outro lugar. Por isso, não acredito em repressão policial de forma alguma quando se trata de crianças e adolescentes vitimados e em geral, mas, sim, em garantia de direitos. Porque se você não garantir os direitos dessas crianças e adolescentes, haverá simplesmente uma mudança de espaço; mas o cerne do problema, que é o respeito ao direito daquela criança, não vai estar sendo cumprido. Esse é o tipo de posição que eu acho que a gente tem, também, que trazer à discussão. Há também os autoramas da Cidade. Não é só o autorama do Ibirapuera, tem outros locais com esquema de funcionamento do autorama. Há região da Rua Augusta, nas proximidades da Rua Luís Coelho. Basta passar por ali à noite para você ver meninas muito novas mesmo. Pior: se você parar e perguntar, pedir um documento, conversar com elas, elas vão te dar um documento com 18 anos e vão te dizer com a maior confiança a data em que elas nasceram, que vai bater com 18 anos, embora você veja que ela não tem mais do que 13, 14 anos. O que a gente sabe mais sobre São Paulo? Que os serviços são insuficientes. Por exemplo, do serviço especializado, do antigo Sentinela, a gente tem cinco para atender toda a cidade de São Paulo. A gente sabe que é muito pouco, a gente sabe que esse pessoal do atendimento – tem a Dalka, tem mais gente, tem pessoal da Rede Criança – se mata para tentar atender a uma demanda e sabem que não vão dar conta, pois o grupo é muito pequeno. Essas são algumas das coisas que eu levantei para começar a discussão. Acho que uma das coisas que a gente tem que fazer é pensar em prevenção, e prevenção envolve fazer com que essas crianças e adolescentes tomem pé da sua própria situação. Porque, muitas vezes, o próprio adolescente não entende que está havendo uma violação do direito dele. Ele acha que não está tendo o direito violando, no entanto ele ele está. O que podemos pensar em termos de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes? Ações policiais não resolvem, não do ponto de vista da violação de direitos. Agora, a polícia tem, sim, que investigar as redes, buscar a responsabilização desses exploradores – dentre os quais eu incluo os pedófilos. Eles são pessoas com uma certa doença, entre aspas, mas eles têm consciência e podem ser responsabilizados. Temos que pensar em ações preventivas, temos que passar informação para a criança e o adolescente. É muito mais fácil uma criança se defender, por exemplo, de um abuso sexual, se ela sabe que aquilo não é algo que seja corriqueira, comum. A gente ouvir, inclusive, um relato no Sedes, certa vez, de uma moça que me disse: “Eu só descobri que o meu pai fazia não era bacana quando eu tinha 13 anos porque, aí, eu comecei a conviver com outras meninas de 13 anos e percebi que elas não viviam aquilo”. Então, muitas vezes, esse processo de sedução e o pacto de silêncio entre a família, fazem com que seja difícil para a criança, inclusive, se reconhecer. Então, acredito em informar e formar essas crianças em sexualidade desde a mais tenra idade. Enfim, para que elas possam defender o seu próprio corpo. Acho que é importante o envolvimento da sociedade e, aí, acho que a CPI pode atuar nesse sentido, no sentido de fazer com que haja uma mobilização em São Paulo, que São Paulo pare de mentir para si mesma, dizendo que aqui não existe, que isso é “coisa de praia do Nordeste”, e assuma que existe, sim. Acho que temos de pensar no protagonismo infanto-juvenil, essa coisa do adolescente poder dizer a que veio e como ele acha que tem de ser esse enfrentamento também; a criação de espaços alternativos de convivência, onde essa criança, esse adolescente, possam ter um outro tipo de convivência, de relacionamento social; e a capacitação dos profissionais. Ouvimos relatos, por exemplo, – e não lembro mais aonde – de médicos que atendem uma criança, uma menina pequena de 7, 8 anos, que está com a vagina toda machucada e ele vira e diz: “Mãe, passa essa pomadinha nela que, daqui a uma semana, ela vai estar bem”. Como assim? Esse não é o atendimento adequado. Você vê uma criança, é normal uma criança de, sei lá, 9, 10, 11 anos estar com a vagina machucada? Então, estou falando o médico, mas pode ser o assistente social, pode ser quem quer que seja, enfim, que faça esse atendimento, o professor, ele tem de ter essa sensibilidade de perceber que ali tem alguma coisa a mais do que uma pomadinha que você vai passar. Que alguma coisa está errada e alguma coisa tem de ser feita. Sobre a CPI em si, queria dar alguns “pitacos” quanto à metodologia. Queria pedir mesmo, porque ouvir criança e adolescente tem de ser o último recurso. Não podemos expor a criança. Temos de, todas as formas, fechar com tudo que disse antes sobre respeito a direitos. A criança tem de ser protegida. Então, você trazer uma criança para uma CPI, você expor essa criança, mesmo que seja em uma sala fechada, você fazer a criança reviver tudo aquilo, contar tudo aquilo, não sei qual é a vantagem. Sinceramente, acho que existem outras formas de se avaliar, de se pesquisar e de se chegar à realidade. Acho, por outro lado, que a Câmara Municipal, por meio desta CPI, tem mais é que jogar o seu peso político no enfrentamento, na busca de políticas públicas que sejam eficientes, na exigência de que o que está previsto seja cumprido. Enfim, de fazer esse diagnóstico da situação em São Paulo, de tentar obrigar o Poder Executivo a capacitar os seus servidores para que eles possam fazer esse atendimento de forma adequada. Penso que é isso. Vou parar e a gente vai para o debate. Obrigada. (Palmas)

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI - Vou responder à Glória. Continuo defendendo que, quando atendemos, se fizermos o recorte só da violência sexual, vai acontecer o que aconteceu no Programa Sentinela. Ele foi criado só para isso e para a exploração sexual e, hoje, ele tem de atender a demanda grande de outras violências. Então, acaba ficando uma situação não ideal. Então, acho que todas as violências precisam estar.

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA – Eu tenho direito à tréplica. Claro que, quando você trata da violência sexual, você vai ter de passar pelas outras. Só que há um foco. E, se formos tratar, por exemplo, de todos, vocês viram quantos tipos de violência que foram tratados aqui. E o que aconteceu com o Sentinela, também, é o seguinte, é que não chega caso de exploração sexual. De violência chega, chega de abuso, muito mais do que de exploração. Então, a coisa desandou mesmo, na questão que era uma coisa específica para exploração sexual, porque não chegam casos. E não chegam por uma deficiência dessa rede que não encaminha casos e não consegue fazer com que essa coisa toda caminhe.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Importante deixar bem claro que essa visão – e isso que foi colocado aqui sobre o abuso, a violência, sobre um que cuida a respeito de crianças um pouco mais novas, outros que cuidam de crianças tanto de um a 12 anos, como também dos adolescentes – isso é muito saudável para nós que fazemos parte desta CPI. Acho que as duas participações, hoje, que foram indicadas pelos senhores vereadores que fazem parte desta Comissão, são informações importantes para acrescentar no conteúdo desse trabalho que vai se realizar. Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Antes de mais nada, cumprimento a professora Dalka e a Sra. Glória pela exposição. A Professora Dalka é, talvez, uma das maiores autoridades no tema no país – referência bibliográfica, acadêmica. Enfim, uma autoridade respeitada. Queria dizer, reafirmar, que para nós, nesta CPI, é uma honra tê-la neste dia a fim de esclarecermos pontos que são fundamentais no foco e na condução desta CPI. Também cumprimentar a Sra. Glória, ativista como bem colocou aqui, – além da formação, além do trabalho – grande contribuição como ativista e quer demonstrar aqui e afirmar o respeito a todos os ativistas da rede que sentem os problemas e as tragédias familiares todos os dias na pele e que lutam com todos os recursos no enfrentamento destas questões. Queria, apenas, reagir à fala da Glória, fazendo alguns apontamentos na forma de perguntas, de uma maneira mais sucinta e objetiva possível para que haja maior participação possível daqueles que aqui estão. Estava aqui pensando, Glória, te ouvindo e, um pouco, reagindo a tua fala e também da Professora Dalka. Então, eu queria te fazer a pergunta e pedir que a Professora Dalka comentasse, mas de acordo com a sua experiência, qual foco você entende como prioritário quanto à temática que discutimos aqui hoje? Você olhou e falou um pouco sobre a metodologia, colocou e ensinou alguns conceitos. A gente ampliou, a Professora Dalka ampliou a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes e eu gostaria que você comentasse – dentro da sua experiência – aonde você vê o foco prioritário para o enfrentamento da questão da violência sexual contra crianças aqui na cidade de São Paulo? Segunda ponderação, você fez uma afirmação que grande parte dos exploradores e abusadores sexuais de crianças e adolescentes aqui na cidade, não são pedófilos. Quem são e onde estão inseridos? Onde é que estão esses que abusam, que violentam, que agredem e que desrespeitam e que não, necessariamente, são pedófilos? E a última observação, em forma de pergunta em reação à sua fala, quando a gente fala em rede de abusadores. Ao falarmos em rede de abusadores, onde é que estão inseridas as maiores e, portanto, onde é que estão inseridas aquelas que são mais danosas? Aquelas que são ainda mais – não sei se dá para dizer isso – mas, ainda mais maléficas para o público infanto-juvenil, para a criança e para o adolescente? Onde estão inseridas essas redes na cidade, ou pelo menos a maioria delas? Essas são as minhas considerações.

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA - Respondo agora?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Por favor.

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA - Começarei de trás para frente. Não falei em rede de abusadores, rede de exploradores. Vamos ter isso bem claro. Esta distinção é importante porque consideramos abuso, aquele intrafamiliar, aquela coisa sem remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito, está correto. Eu que me expressei mal. Explorador mesmo.

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA - Eu não saberia dizer onde elas estão porque não temos um diagnóstico de São Paulo. Não temos dados sobre São Paulo que nos permitam afirmar. O que sabemos é que, por exemplo, temos relatos eventuais de pessoas que falam: peguei um táxi outro dia e o cara me ofereceu um *book* de mulheres, falei que não queria e ele foi baixando até que chegou e perguntou se eu gostava de menina. Entendeu? Nós temos esse tipo de relato, a gente ouve. As pessoas sabem que trabalhamos com isso e contam. Mas, nós não conseguimos comprovar isso. Sabemos de um caso que houve a pouco tempo aqui em São Paulo, foi denunciado por uma repórter do *Jornal da Tarde*, por exemplo, de meninos travestis que foram trazidos do Pará para São Paulo e que aqui foram travestidos e que viviam numa situação de semi-escravidão. Eles estão hoje no PPCAM que é um programa de proteção à criança e ao adolescente ameaçados de morte e lá existia uma rede criminoso. Eu não consigo dizer o que é mais danoso ou menos danoso. Eu acho que se você tem uma pessoa que de alguma forma se ocupa com o sexo de uma criança ou de um adolescente, para mim é igual. Quando falo em rede é porque a gente vê a coisa acontecer, a Pestrar comprova isso. Tem uma pessoa que vem, que sai lá do Norte do país e trás a criança até São Paulo. Como é feito isso? O ECA proíbe que a criança viaje sozinha até os doze anos, no entanto ela chega até São Paulo. Isso está na Pestrar, os dados estão lá. Como que isso acontece? Tem de ter rede que trás isso. Tem que ter uma organização que faz essa passagem. Chega aqui ela é colocada em algum lugar para viver e esperar ser exportada, por exemplo, para o exterior ou ser mandada para um outro estado brasileiro. Isso a gente vê claramente que é um trabalho em rede, porque certamente não é a mesma pessoa que vem lá do Norte ou lá do Sul e trás e faz todo esse trajeto. Isso vai sendo passado. Fica claro que essa rede existe. Agora, onde elas estão? Infelizmente, não temos esse diagnóstico em São Paulo. Temos tentado fazer esse diagnóstico, várias entidades já tentaram, é pauta da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, o Plano Municipal de Enfrentamento prevê uma ação de diagnóstico, mas onde está não podemos dizer, por enquanto. Quando digo que grande parte dos exploradores não são pedófilos é pelo seguinte: pedófilo já ficou claro que é uma parafilia, uma doença, enfim, conforme a visão que se tenha. No entanto, o explorador é todo mundo que está envolvido nessa rede. O motorista de táxi que agencia para uma menina e leva um, entre aspas, cliente para fazer o abuso, a exploração, ele é explorador. Na minha opinião ele é tão explorador quanto o cliente, entre aspas, que está pagando. Como é o cafetão, como é a cafetina. Qualquer elo dessa rede é explorador. O pedófilo, na verdade, ele é a pessoa que tem uma compulsão e acho que, não sei se a Dalka falou isso, mas tem que ser ressaltado, que o pedófilo muitas vezes fica no plano da imaginação. Não é porque ele é um pedófilo que ele é um explorador ou um abusador. E nem o contrário. Quer dizer, não é porque ele é um abusador ou explorador, que ele é pedófilo. O pedófilo pode manter a compulsão, o desejo num plano de imaginação. Ele pode sonhar com crianças e adolescentes, sonhar que está fazendo sexo com crianças e adolescentes, mas ele pode nunca realmente consumir aquilo numa agressão, exploração ou abuso. Pensei assim, de cara me passa a idéia de trabalhar a questão das políticas públicas de enfrentamento, como principal ponto que esta CPI devia se fixar. Mas acho que teria de ter um pouquinho de tempo a mais para dar uma pensada melhor. Acho que seria bem interessante, talvez até ouvir as pessoas, porque sei que tem muita gente inscrita e que trabalha com o tema e de repente pode dar uma contribuição mais legal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Obrigada, Glória Naria, pelas informações.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente, só para não ser indelicado, havia pedido para que a Professora Dalka fizesse a reação à fala da Glória.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Por favor, tem a palavra a Professora Dalka.

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI – Então, sobre a questão dos abusadores não sexuais não são pedófilos, todos não são pedófilos, aonde eles estão e como seria essa localização, temos dentro das famílias a maior parte dos abusadores. Agora, eles podem ter

características de pedofilia ou não. Assim como podemos ter o pedófilo que fica na Internet, como a Glória disse, fantasiando, imaginando que vai encontrar uma criança que atenda ao perfil que ele deseja. Só que com o tempo, ele começa a ver que outras pessoas conseguem abusar, por que não eu? Então ele parte da imaginação para a situação real de aliciamento mesmo. Com todas as estatísticas mundiais, ele acaba abusando. Começa pela Internet, pela coleção de fotos até que ... Outra coisa, sobre a questão da rede de exploradores, onde estariam acontecendo situações de exploração em São Paulo. Houve uma tentativa inicial, quando foi feito o Pacto São Paulo, a transformação do Plano Nacional para o Plano Estadual de enfrentamento, foi feita uma pesquisa ligada às regiões e tinha sido identificada a situação ligada a caminhoneiros. A questão dos transportes mesmo, das cargas e transportadoras. Sei que houve uma intervenção na época, mas não sei até que ponto a situação foi sanada. Então há muitas crianças e adolescentes que vêm para São Paulo, que são, entre aspas, vendidas por seus familiares. E aí esses caminhoneiros ou levam para a Baixada, ou elas acabam sendo trazidas e o destino não sei qual seria. Mas existe uma ligação forte com esse tipo de situação dos caminhoneiros. O ponto identificado por todos desde sempre e que nunca foi mexido, as tentativas que vários órgãos tiveram sempre esbarraram em alguma situação e a coisa não continua. Agora, através das informações que temos dos nossos pólos de prevenção, existe um novo movimento que acaba abusando e trazendo situações de risco para muitas crianças, porque acontece na rua, em alguma situação próxima de praças e tal, que não sei se o pessoal já está informado, mas os antigos bailes *funk* que aconteciam, hoje estão com a denominação de pancadão. Acontecem como reuniões, principalmente – soube disso – na região Oeste, porque temos uma parceria com a Liga das Senhoras Católicas e o Pólo de Prevenção no Educandário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Liga Solidária.

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI - Liga Solidária é o novo nome. E a situação que tem acontecido, não tem idade, são crianças e adolescentes, todos reunidos com músicas de baixo calão mesmo e em determinado momento apaga-se a luz totalmente e depois de uns dez minutos a coisa volta e têm crianças envolvidas e é um risco grande. Em relação ao foco da CPI, acho que realmente o tema é muito amplo, mas imagino que atrocidades cometidas do ponto de vista físico contra bebês, por exemplo, também não deveriam ficar de fora. Então continuo insistindo, acho que a violência contra a criança e o adolescente não vai realmente dar conta de abarcar tudo, mas situações de risco deveriam ser vistas, seja violência física, violência sexual, aonde existem situações de risco e a necessidade de uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Gostaria de fazer uma pergunta para a Professora Dalka e outra pergunta para a Dra. Glória.

Professora Dalka, no caso de um pai que queira orientar os seus filhos quanto à prevenção de riscos na Internet, enfim, ou que queira colocar programas que bloqueiem acesso, esse pai não estaria de alguma forma aguçando a curiosidade da criança para a situação da pedofilia? Essa é minha pergunta para a senhora.

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI – Acho que hoje os pais tem de se adaptar à situação nova, que é lidar com essa questão da Internet. Não vejo que esteja chamando a atenção, há situações muito sutis que podemos estar criando, um programa que bloqueia. Ou abrir um diálogo com o filho. Trouxemos até uma cartilha que mostra como navegar com segurança, que é uma campanha do WCF, ajuda os pais e tem uma orientação interessante para que isso fique de uma forma transparente, sem nenhuma situação de instigar a criança a ser mais curiosa. Acho que a criança deve ser esclarecida cada vez que ela tiver dúvida e perguntar. Ela só vai procurar se informar com outras pessoas ou de uma forma mais ilícita, chegando a situações proibidas, etc. e tal, quando ela não tem uma primeira resposta. Então, se o diálogo está presente na família, acredito que não chegaria nisso. É uma situação preventiva que dá para ser contornada.

O SR. QUITO FORMIGA – Muito obrigado. Dra. Glória, no caso de tratarmos de uma CPI com o nome de pedofilia, gostaria de saber quais os meios e mecanismos que podemos ter para enfrentar, coibir, diminuir o caso de violência sexual na cidade de São Paulo?

A SRA. GLÓRIA NARIA MOTTA LARA – Na minha opinião, temos os dois elementos. Um deles é o abuso, que é uma forma de enfrentamento, que na minha opinião é difícil, porque ele é coberto por esse pacto de silêncio. Ele acontece, em geral, entre quatro paredes de uma casa e, por outro lado, temos a situação sexual, que é uma coisa mais visível. Acho que temos de fazer ações preventivas. E ações preventivas é aquilo que falei, quer dizer, temos de pensar na questão do abuso, de dar às crianças e aos adolescentes meios de se defenderem. Temos de começar a falar de sexualidade de uma forma mais séria, mais aberta e mais direta. Criança entende tudo. Claro que há níveis diferentes de tratar isso, mas temos de falar sobre isso desde pequeninhos, para que as crianças percebam o que está acontecendo e possam se defender, inclusive. Isso do ponto de vista de ação preventiva. Eu acho que a gente tem de fazer, por exemplo campanhas, campanhas de alerta mesmo. No Rio Grande do Sul tem uma campanha muito interessante – teve, acho que já acabou -, que era voltada aos pedófilos. Aparecia uma imagem, uma silhueta de uma criança e vinha um texto mais ou menos assim: “Se você sente algum tipo de atração pelo que você está vendo, você precisa de ajuda. Procure ajuda”. Ou seja, você tem campanhas, tem formas e tal. Agora, para fazer isso, é preciso ter um diagnóstico. Mas do abuso, eu acho complicado, porque você vai ter dados, que você vai conseguir levantar nos serviços que fazem o atendimento a essas crianças, a essas famílias que vivem nessa situação. Agora, você vai ter, na situação sexual, você pode ter uma ação direta mesmo, de denúncia, você pode ter uma ação direta inclusive de criação de espaços alternativos. Eu queria dizer uma coisa que eu me esqueci, que eu sempre insisto, que é a seguinte: quando a gente fala desse assunto, sempre aparece um componente muito importante que é a pobreza. E eu queria dizer o seguinte: pobreza não é determinante de violência sexual, nem de abuso, nem de exploração. A pobreza é um elemento, sem dúvida, mas não é determinante. Ela pode até ser vista como algo que influencia, mas não é determinante. É questão de agir preventivamente e de colocar à disposição das crianças e adolescentes os serviços públicos a que elas têm direito. É garantir os direitos delas, é garantir o direito fundamental que elas têm, de desenvolver sua sexualidade. A sexualidade é um elemento inerente ao ser humano. Portanto, está entre os direitos humanos fundamentais, que alguém se desenvolva de uma forma saudável. Eu ia dizer mais alguma coisa, e me perdi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra a Vereadora Juliana.

- Intervenção fora do microfone. Inaudível.

SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – O senhor já está inscrito com outras pessoas. Já vamos dar oportunidade para as pessoas se manifestarem num tempo de 5 minutos para cada um. Próximo a falar o Dr. Ricardo e, na sequência dos inscritos, já daremos abertura.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Desculpe, sei que tem muita gente inscrita para falar, e, na verdade, acho que essas nossas perguntas, acho que vai acabar alguma pessoa respondendo. Mas é que a gente está nesse processo da CPI e também para poder entender alguma coisa. Falou-se do *funk*. Mas, nas *raves* também acontece esse tipo de abuso? E assim, para a sociedade... Porque existe uma

confusão da sociedade, que não entende a diferença entre a pedofilia, a violência sexual. Isso tudo, e a gente até, na mídia, coloca-se muito a questão do pedófilo. Porque a sociedade não tem muito esse entendimento. Então, como vocês estão vendo essa questão da confusão? Na verdade, não é só uma coisa "linkada". Ela engloba várias coisas que já foram ditas aqui e que até norteiam nossa CPI para poder ir em busca de políticas públicas concretas. Mas eu só queria entender um pouco, com vocês que estão trabalhando, como a sociedade vê essa confusão? Será que ela tem esse entendimento?

**A SRA. DALKA CHAVES FERRARI** – Eu acho que o termo pedofilia ficou popularizado até em função da outra CPI nacional, da Câmara Federal. Fica confuso. As pessoas não têm isso claro, e elas tomam para si, fazem seu julgamento. A coisa não está realmente detalhada. Agora, que é certo é que existe muito tranquilamente para as famílias a identificação do abusador quando ele está dentro da família, que eles tentam esconder, que tem um pacto de silêncio, e tem também a situação de quando alguém da família é abusado, é estuprado, é agredido por alguém de fora da família. Então, existe um movimento de atenção, de proteção, todo mundo se junta para ajudar nessa situação, quando alguém foi agredido por alguém de fora da família. Agora, se o abusador está dentro da família – seja pedófilo, ou não -, aí muda de figura, porque entra toda a questão da dinâmica familiar, de protecionismo – ou não -, de brigas e separações. Aí, é uma situação que começa às vezes nas Varas de Família, não é um tema que chegue para a gente direto da Vara da Infância. Começou lá pela questão do casal, e a criança é colocada muitas vezes como objeto sexual, às vezes com a convivência da mãe, porque é mais cômodo que isso aconteça. Então, vejo esta grande diferença: quando a questão está identificada dentro da família e quando está fora. E isso é o que a sociedade – a maioria -, pelos atendimentos, consegue se solidarizar, se somar, etc. Por exemplo, nas salas de espera das mães, ou nos grupos de pais que participam, existe toda uma vontade de querer se aproximar desse trabalho de vocês. E a gente está assim, ainda sem saber como... Algumas até procuraram já, mas não esta CPI, procuraram o pessoal de Brasília para poder ter alguma ajuda. Mas isso quando a Justiça não está dando conta do caso. Por exemplo, um pai que tem um diagnóstico de abusador e que está impedido de ver a filha ele não para, quer dizer, tem "n" processos que fica contra essa mãe. Muitos casos recebem decisões judiciais incoerentes. Por exemplo, uma juíza que tem todo um laudo a favor de um abuso, ela continua autorizando visitas no Visitário – aquele famoso Visitário da Criança -, e a criança não quer ir. Então, tem algumas situações que esta CPI poderia tentar trazer até a parte mais jurídica, juízes, promotores, porque esse terreno da decisão judicial é muito complicado para as famílias.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Dr. Ricardo, se já quiser ir descendo... A nobre Vereadora Sandra Tadeu também já está na Mesa. Bom dia. Pela ordem, tem a palavra a Vereadora.

**A SRA. SANDRA TADEU** – Bom dia. Eu queria agradecer a presença de todos. Eu queria deixar neste pronunciamento o seguinte: em primeiro lugar, eu gostaria que esta CPI não fosse apenas uma CPI como todas as outras, que aparecem num momento, em que está aquele escândalo, em que o Brasil inteiro fala da pedofilia, da pedofilia, que aqui fazemos um relatório e, de repente, aparecendo um outro assunto, este fique no esquecimento. Um segunda... Então, se fosse possível – nós temos prazos regimentais de término da CPI -, acho que aqui poderíamos estar abrindo um movimento sem término. Até o término seria quando melhorássemos essas condições, essas ações preventivas e realmente chegássemos a um denominador comum, ou seja, eliminar esse sofrimento para essas crianças, essas barbáries. Todos nós sabemos das grandes dificuldades, em todo o Brasil o que acontece hoje. Segundo, eu queria perguntar para a Sra. Glória qual seria... Você fala que nós não temos um diagnóstico. E nós teríamos de ter esse diagnóstico para chegarmos num ponto comum da ação para algo realmente acontecer. O que precisamos, prontamente, para chegarmos nesse diagnóstico? Nós, como Vereadores, poderemos estar legislando em algum termo de lei para que isso aconteça? Porque eu, como membro da CPI, não quero ser apenas mais um membro que está participando de algum movimento que está acontecendo na Casa. Quero que daqui saiam ações efetivas, que realmente o nosso trabalho e o trabalho de vocês estarem aqui seja efetivo. É para isso que estou aqui sentada. Sei de todas essas dificuldades, mas quero que os trabalhos fluam de uma maneira que cheguemos a um denominador com ações realmente efetivas. Porque sabemos que há ações preventivas, que temos de falar com as crianças, sobre a Internet, mas a gente sabe das barbáries todas que ocorrem dentro da nossa cidade: seja em baladas, em bailes *funks*, em *raves*, enfim. Acho que temos de ter uma participação da sociedade, uma participação de dentro da Casa. Eu sou mãe de jovens. A gente sabe a dificuldade: por mais que você explique, "olha ali é perigoso" etc, a gente sabe da dificuldade de segurar um adolescente – uma criança, nem digo, mas um adolescente – que não pode estar participando de uma série de eventos. Acho que nós aqui devemos sair com uma decisão efetiva para que algo realmente aconteça, nem que tenhamos de sair, fiscalizar, tenhamos de, dentro da Câmara, elaborar leis mais rígidas dentro desses estabelecimentos para que as coisas sejam mais regradas. Então, era isso que eu queria estar ouvindo. Temos de dar o primeiro passo de uma ação. Estou aqui para termos uma ação, para que algo realmente aconteça. E a gente só vai poder fazer com que isso aconteça se vocês nos ajudarem com todo o conhecimento que vocês têm do assunto para que a gente possa realmente sair daqui com ações efetivas, que isso, daqui a alguns meses, não caia no esquecimento, com próxima tragédia que aconteça nesta cidade ou neste país, fazendo com que haja uma nova CPI. Mas realmente, que saíamos daqui efetivamente com ações para que isso diminua, que isso termine e quem faz pague realmente por esses crimes bárbaros que fazem com nossos jovens, com nossas crianças.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereadora Sandra Tadeu. Eu só queria falar que esta sessão está sendo gravada e peço para que controlem o tempo. Temos ainda dez pessoas para falar, para se manifestar, prestar informações. Então, peço que ocupem mais ou menos três minutos para cada participante. Quem estiver inscrito, peço que, quando vier usar o microfone, fale seu nome e a instituição que representa ou de onde veio, para ficar registrado.

**O SR. RICARDO KASSAB** – Meu nome é Ricardo Kassab, sou advogado. Eu queria fazer uma pergunta à Dra. Dalka. Por ela ter todo esse conhecimento na área de Psicologia, ela sabe perfeitamente, assim como nós tivemos o cuidado de estudar, que o pedófilo não é exatamente um doente. Ele é um camarada que tem essa disfunção cerebral que faz com que ele tenha atração sexual por crianças. E isso demonstra claramente um tipo de desvio de personalidade, não sei se posso dizer dessa forma. Foram colocadas várias coisas aqui interessantes. Anotei três situações muito objetivas. A primeira delas é a seguinte: o pedófilo é um cidadão, em tese, muito discreto. Então, ele não ataca com violência; ele ataca de uma forma sorrateira e ataca a criança porque a criança é indefesa. Ele faz isso porque é muito mais simples para ele. Por isso, talvez seja mais difícil de localizá-lo. A gente vê aí nessas últimas apreensões e prisões que envolvem grandes empresários, políticos, alguns profissionais liberais de grande estatura. E eu penso se não seria o momento de se fazer uma maciça divulgação voltada para a criança do que é pedofilia. Ensinar a criança: "Olha, se isso está acontecendo dessa forma com você, fale com Fulano, denuncie no número Tal". Ou seja, que se tenha uma atitude pró-ativa em favor

da criança, não em querer justificar o pedófilo. O pedófilo a gente quer mais é vê-lo atrás das grades. Mas não é assim que eu pelo menos imagino. A segunda questão que tenho é: a violência ao menor é diferente da pedofilia, porque a pedofilia tem um foco eminentemente sexual. Portanto, aquele que age sexualmente, muitas vezes não age com violência. Se há violência, sabemos que é estupro, que é atentado violento ao pudor, outros tipos de crimes que já estão lançados no Código Penal. Mas a pedofilia ela é muito específica. Eu gostaria de ouvir também uma opinião da Senhora a respeito disso. A terceira – e eu queria abrir isso inclusive para os nossos Vereadores – é: quais são as experiências que nossos Vereadores têm com a pedofilia, se vocês já assistiram ou recepcionaram alguém que foi vítima de um crime de pedofilia. E de que forma foi a reação. Eu, por ser advogado, já tive inúmeras situações em que vi pessoas que tiveram esse problema. Se vocês nunca viram, ou se viram, qual foi a sensação que se teve a respeito disso. O pedófilo de uma forma geral é muito cara de pau. Ele é extremamente maldoso na forma até de agir e ele se locupleta da posição que ele ocupa, até do nível que ele tem intelectual e foge da situação. São dezenas os processos, a dra. Dalka, inclusive, que estão correndo hoje no Tribunal de Justiça de São Paulo de pais e outros parentes que são acusados de pedofilia e isso tudo é encoberto de uma forma geral. Então, a minha pergunta é direta para os senhores componentes desta CPI a respeito da experiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Se alguém quiser responder da Mesa, quiser se manifestar, está aberto.

O SR. FLORIANO PESARO - Eu só quero fazer um comentário em relação à última questão que o advogado coloca. Primeiro, nós temos algum trabalho acumulado aqui, pelo menos o relator desta CPI vem trabalhando a mais de quatro ou cinco anos sobre o tema e eu como Secretário, "ossos do ofício", me envolvi muito com o tema e coloquei o tema, sem querer ser arrogante aqui, porque há várias testemunhas do trabalho que nós realizamos em São Paulo, mas acho que conseguimos colocar o tema na agenda de debates na cidade de São Paulo, pois não estava. Sem CPI, sem grandes ações espetaculares policiais, etc. Nós colocamos na agenda, assumindo que havia uma demanda de atendimento, havia ocorrências que não eram em grande parte registradas e há uma rede que estava despreparada para este atendimento. Sugerir ao Presidente que depois vai passar para uma análise, mais para frente, fazer uma ação similar ao que a gente fez na Prefeitura que foi a exibição do filme Anjos do Sol do Rudi Lagemann sobre o tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes. Aquilo foi impactante, porque como eu disse na primeira sessão da CPI, esteve presente o Governador do Estado José Serra e o Prefeito Gilberto Kassab. Então foi possível mostrar, sem nenhuma cortina de fumaça, a realidade ainda que de forma ficcional, não foi possível mostrar a realidade. Tenho um pouco de receio quando se coloca Sr. Presidente: você já ouviu ou você já viu? Quero dizer o seguinte: eu deixei de ver muitas coisas, nem por isso, como homem público e Secretário da cidade de São Paulo deixei de agir sobre elas. Então, não acho, e aqui já faço um pronunciamento público, necessário ouvir qualquer criança nesta CPI, qualquer criança. Quero deixar do meu ponto de vista que serei contra. Há relatos para isso e há especialistas que já ouviram, como o senhor, por exemplo. Então, o senhor pode muito bem nos contar, não precisamos ver nem ouvir. A minha imaginação é capaz de desenvolver o objetivo que nós queremos. Muito obrigado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só quero colocar aqui também uma situação que, na verdade, esta CPI e a gente está sentando junto com as entidades sociais que já fazem este papel, que já escutam, que já possuem toda esta experiência para trazer para a CPI as ações que nós podemos tomar como políticas públicas para ter esta defesa. Então, na verdade, esta pergunta até acaba provocando um pouco a gente no sentido de que não estamos aqui fazendo figuração. Aqui nós estamos para poder achar algumas soluções, pois a gente não vai poder conseguir resolver tudo, com as entidades não conseguem resolver tudo para poder discutir este problema que é sério e que, cada vez mais, está crescendo aqui na cidade de São Paulo. Só queria fazer esta colocação. Eu já vi sim, algumas coisas porque sempre trabalhei com o desenvolvimento social e sei que é uma coisa muito bárbara e horrível para se ver. Não tenho, sinceramente, muita estrutura de ver de novo, pois em vez de ajudar a pessoa acabei chorando junto deixando ela mais deprimida. Na verdade nós queremos buscar políticas públicas para combater cada vez mais este tipo de abuso sexual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Como a pergunta foi direcionada poderá responder a senhora Dalka.

A SRA. GLÓRIA NÁRIA MOTTA LARA – Concorde que a gente tem de investir muito na questão da criança ser informada, da criança poder dizer não, da criança saber onde está entrando e que tipo de consequências as coisas têm. Acho todos têm de assistir, fazendo propaganda de um filme, existe um filme que mostra bem o perfil do pedófilo que é O Lenhador. Está na mídia. Neste filme podemos ver que ele realmente precisa de um monitoramento, mesmo ele tendo cumprido pena, e quando sai para a liberdade assistida é monitorado, nos Estados Unidos, com um chip e quando ele se aproxima de alguma situação em que ele pode correr algum risco de recaída ele chama o assistente social. Agora, esta conscientização que consta, enfim, acho que vai demorar muito. Mas, em todo o caso para conhecer o problema acho que vale a pena divulgar este filme. Fizem-me uma pergunta sobre o diagnóstico. Existe um programa federal que se chama PAIR que pode ser muito bem desenvolvido na cidade de São Paulo. O programa é realizado nas cidades, nos municípios, onde é feito este levantamento, este diagnóstico da situação da exploração sexual. Acho que a CPI poderia entrar em contato e se informar mais. O pessoal do Escca possui algumas informações sobre este programa e talvez fosse interessante. Quero dizer o seguinte, ao contrário do que o colega advogado disse, eu não quero simplesmente o pedófilo "atrás das grades" porque acontece o que a Dalka falou: o pedófilo precisa ser tratado também porque senão ele vai voltar a cometer o mesmo tipo de abuso quando ele sair. No País não existe prisão perpétua, ainda bem, e ele vai sair e quando ele sair vai repetir o abuso se ele não for tratado, se ele não for cuidado. Por isso, citei a campanha no Rio Grande do Sul e acho que nisso a gente concorda.

A SRA. DALKA CHAVES FERRARI – Quero responder uma pergunta que me foi feita lá no início que eu disse que queria pensar um pouco sobre o foco. Com tudo o que foi dito eu digo o foco é a proteção mesmo, a proteção da criança e do adolescente ligado às políticas públicas que estão disponíveis para esta proteção.

O SR. FLORIANO PESARO – E não podemos esquecer da família junto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nós estávamos conversando aqui eu e Floriano Pesaro sobre a família e principalmente as crianças e quero colocar que o Hospital das Clínicas criou um ambulatório para cuidar destas pessoas com desvio. Já um caminho, já é um avanço que o hospital saiu na frente para monitorar e poder ajudar com tratamento clínico estas pessoas que têm o desvio. Já caminhamos um pouco dentro da cidade de São Paulo com isso. Quero abrir para as pessoas escritas, há a entidade Casa Lar e sua representante Talita Barreto pode fazer uso da palavra.

A SRA. TALITA BARRETO – Sou coordenadora de uma casa-lar/abrigo para crianças de 0 a 12 anos. Tenho observado, e estou a frente desta casa a mais ou menos quatro anos, que a maioria dos casos que nós atendemos são crianças vítimas de pedofilia. Hoje, eu não vou citar nomes aqui, mas temos três crianças que estão abrigadas e que foram vítimas de pedofilia. Nós já recebemos, por exemplo,

um bebê que era filha do avô e a nossa maior dificuldade é que não vemos uma ação para que estes casos sejam resolvidos porque o abrigo abriga estas crianças provisoriamente. Qual é a função do abrigo: garantir a segurança, mas como ele é temporário, provisório, a gente precisa resolver a situação. E é o que não acontece. Posso citar estes três casos uma adolescente, por exemplo, de 12 anos. A própria mãe oferecia a filha para um pedófilo, e ela recebia dinheiro em troca. E essa pessoa continua solta, não foi feito nada porque não existem provas. Mas, conversando com a adolescente, ela fala com todas as letras a violência que sofreu. Tem um outro caso também de uma criança que está lá e ela continua recebendo a visita desse pedófilo no abrigo, porque não temos como provar essa violência. Então, eu gostaria de saber como a minha entidade pode ser ajudada nesse sentido, em relação à CPI dos pedófilos. É um caso bem complicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – O seu abrigo não é conveniado com a Prefeitura?

A SRA. TALITA BARRETO – Não. Ele não é conveniado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Então, você não faz parte dessa rede que hoje..?

A SRA. TALITA BARRETO – Não, o abrigo não. Mas nós recebemos as crianças pela Vara da Infância e pelo Conselho Tutelar. A gente abriga as crianças, e a gente precisa ter uma ajuda para impedir que essas crianças voltem para a família. Porque, nesses três casos, os três abusadores continuam soltos.

- Pergunta fora do microfone. Inaudível.

A SRA. TALITA BARRETO – Sim, já foi para a Polícia. Mas é porque, como a Dalka colocou, existe uma lentidão muito grande até que seja resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Talita, qual é o nome da sua entidade e onde se localiza?

A SRA. TALITA BARRETO – É Casa Lara Abrigo, fica em Franco da Rocha, para crianças de 0 a 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Vamos abrir para mais pessoas. Tem a palavra a Andréa Moreira, da Comunidade Cidade AE Carvalho.

A SRA. ANDRÉA MOREIRA – Boa tarde. Sr. Presidente, eu não sei quem aqui já sofreu algum abuso sexual. Então, acho que ninguém melhor para expressar o que é isso do que alguém que já viveu. Eu vivi isso. Dos 6 aos 8 anos, sofri abuso sexual por uma pessoa assim de muita confiança de minha família – não era alguém da família. Eu sofri abuso sexual na mão dessa pessoa. É bem como o Dr. Kassab colocou: eles são caras-de-pau, porque eu via depois ele junto com os meus pais, num cinismo, e minha vontade era de avançar nele. Eu tinha medo de abrir essa situação. Uma coisa que eu acho tremenda foi aquilo que a Vereadora Sandra colocou, que até bateu forte no meu coração, porque quem viveu deseja mais do que aquele que não viveu, por mais que aquele que não viveu deseja ver o fim dessa situação, por mais que aquele que não viveu se comova, aquele que viveu deseja muito mais. E a Vereadora Sandra falou que nós precisamos ter ações efetivas, por quê? Uma coisa muito séria: eu tenho uma mãe que me ama. Eu tenho um pai que hoje não é vivo, mas que sempre me cobriu com amor. Minha mãe sempre teve ações preventivas. Minha mãe sempre sentou para conversar, e todo carinho, todo o amor da minha mãe, infelizmente, não foi solução para que eu não vivesse isso. Então, tenho certeza de que todos os pais que têm conhecimento das ações preventivas fazem uso desse conhecimento em favor de seus filhos. Mas muitas vezes essa ação preventiva não livra os filhos de caírem nas mãos dessas pessoas. E uma coisa muito séria que a Dra. Dalka falou, que eu achei muito especial, foi que ela falou que pedófilo não tem a criança como um sujeito e sim como um objeto. Agora, se eu pegar este copo, que é um objeto, e "tacar" ele na parede, ele vai quebrar, e eu vou embora. Eu sei que ele não vai sentir nada, porque estou vendo que é um objeto. Agora, nesse caso, o objeto é na visão do pedófilo. Mas, na visão de quem sofreu aquilo, ele não é... Por exemplo, eu. Eu não fui um objeto. Para a pessoa que abusou de mim sexualmente, naquela idade, ele nem lembra mais de mim. Mas eu passei anos sofrendo com aquela marca. E talvez muitas outras crianças, porque nós não somos objetos. Porque nós não somos objetos. Nós somos sujeitos. Temos sentimentos. Então abusou sexualmente de mim nessa visão de que fui um objeto, mas eu não sou objeto na minha concepção. Eu sofri anos. Hoje graças a Deus sou uma mulher liberta e curada. Só que tenho uma filha de seis anos. Eu também desejo, como alguém que sofreu essa violência e como mãe desejo ver ações efetivas e infelizmente, uma das ações efetivas é sim a punição eficaz, porque tem muitos pedófilos que querem tratamento e vamos ajudá-los agora têm alguns que não querem tratamento, vai fazer o quê. Esse homem que abusou de mim, fiquei marcada por anos, hoje graças a Deus sou mãe, tenho uma família, sou uma mulher abençoada isso não me prejudica mais. Mas quantas outras crianças que hoje são mulheres traumatizadas, que acabam revertendo em situações destrutivas como aconteceu comigo. Eu fui uma adolescente que foi para as drogas e talvez muitas destruições que vivi na minha adolescência foi em decorrência desse trauma. Agora quantas pessoas ainda não foram libertas, não foram curadas na sua alma transformadas e que hoje estão sofrendo a consequência desse abuso, desse mesmo homem que um dia abusou de mim. Porque? Porque ele é tido como um doente, ele continua fazendo aquilo, continua prejudicando outras pessoas e está aí impune. Hoje, por causa das CPIs, da mídia, isso acabou sendo descortinado. Tenho certeza, não sei, os números cresceram porque isso foi aberto e as pessoas não tem mais medo de ir atrás, denunciar, como colocada pela Dra. Glória, de uma criança que com 13 anos só foi descobrir que aquilo que o pai fazia não era bacana, mas porque? Porque talvez o assunto não estava descortinado da forma que está hoje. Então precisa, cada vez mais descortinar e ter ações severas para que as pessoas que sofrem não fiquem marcadas, não fiquem na mão, mas denuncie e haja realmente uma punição devida, não que elas não devam ser tratadas e curadas, mas acho que a segurança não é só uma ação preventiva, a segurança para muitas crianças é que o pedófilo esteja sendo tratado, mas não solto praticando aquilo que para ele é uma doença.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Com a palavra a Sra. Ana Cristina Silva, que faz parte da rede criança de combate a violência.

A SRA. ANA CRISTINA SILVA – Boa tarde a todos. Coordeno o trabalho na zona Leste de abuso e exploração sexual. Temos quatro de atendimento ao abusador e a criança e o adolescente. Tudo que a Dalka e Glória falaram, concordo com muita coisa. Há uma confusão enorme nessa questão que as pessoas precisam ser informadas. A questão da família como nós tratamos a família, a criança e adolescente e o abusador. Porque entendemos que esse abusador tem de ser tratado e responsabilizado. Isso é fato. Não dá para discutir isso. Porque se ele não for tratado, ele vai fazer novamente. A rede está tendo uma situação interessante que os pedófilos e abusador estão procurando ajuda espontaneamente, que é um fato interessante. Como nós não temos pernas, ainda para tratar o pedófilo com um tratamento o que temos feito? Encaminhado ao Hospital das Clínicas. Entendemos que se não for tratado ele vai chegar a abusar da criança. A família tem de ser tratada. A dinâmica familiar tem de ser tratada. E chega – a Glória fala um coisa, nos sentinelas – mas tem chegado caso de exploração no território que é um dado que as pessoas não têm e nós temos esse dado. Existe pontualmente algumas questões de exploração mas que são muito tímidas diante do número de casos de abusos que chega na rede

criança. A CPI, não acredito que ela tem de ser pontual, ela tem de ter efetivo algumas ações e temos de começar a discutir e informar as pessoas porque elas são muito mal informadas. Nos que trabalhamos com a questão, as vezes a gente discute bastante essa questão, porque sempre estamos na discussão juntos para essa questão na cidade de São Paulo. A Cidade de São Paulo tem sim, muito bem pontuado pela Glória a questão da exploração e acredito piamente o dano que o abuso faz na vida da criança e ela tem de ser tratada. Obrigada a todos.

**A SRA DALKA CHAVES FERRARI** – A rede criança tem um trabalho tão interessante que é de reintegração, inclusive do abusador à família, após o tratamento. Acho que é uma coisa que deve ser ouvida depois com calma.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Ok, até pediria a Ana Cristina, nas outras reuniões, estar presente para o desenrolar dessa CPI. Com a palavra a Sra. Lúcia Toledo, do Conselho Regional de Psicologia.

**A SRA. LUCIA TOLEDO** – O conselho regional de Psicologia foi convidada a estar aqui, entendo que toda discussão temática de conceitos, a Dalka e a Glória já falaram, mas quero falar, acho que a preocupação da nobre Vereadora Sandra, é deixar claro - acho que você falou muito bem - a ação efetiva desta CPI. Começaria se deixássemos claro qual é o foco. Quem que essa CPI de fato quer se preocupar? Quando deixa claro que o nome é do pedófilo no universo de pessoas que abusam e exploram sexualmente crianças e adolescentes uma parcela pequena são pedófilos. E além, disso você não dialoga com a sociedade de que aquele que leve e trás, que fotografa, que explora, que permite que naquele hotel tenha criança sendo explorada, etc...Toda aquela rede de aliciadores se identifique com essa CPI. Só vai identificar quem de fato for. E que geralmente trabalha silenciosamente. Tem de deixar claro para a sociedade com quem que vocês querem dialogar. Respeitando a situação vivida pelas pessoas que são exploradas e abusadas temos de focar em quem agride, quem violenta, quem é o agressor. Temos de focar na criança e adolescente. E como foca isso. É na rede de proteção. Sistema de garantias de direitos. A CPI dialogar com o que tem hoje colocado. São Paulo está sendo pensado agora como um dos municípios a se pensar no mapeamento reconhecer como é que é a situação de exploração de abuso sexual na cidade. Se você levar em consideração, independente do conceito que você quiser colocar: é perversão, doença, parafilia? Pouco importa, porque na verdade o que você precisa é cuidar para que não aconteçam outras situações. Começam olhando os desenhos e muitos pedófilos só olham desenhos de crianças de revistas, roupas. Criança em situação de pornografia. Contentam-se com isso e podem crescer. E só crescem porque tem uma oferta. Tem alguém que está ofertando o consumo disso. É claro, pode ter um desvio como a Glória falou, às vezes uma foto que se dispersa pela forma social de adolescentes conviverem... também tem de pensar onde a gente quer enfatizar, onde a gente quer focar. É na pessoa que tem essa... Qualquer que seja a forma que a gente queira entender esse pedófilo. É uma disfunção cerebral? Doença, disfunção cerebral? É uma perversão? Perversão por perversão, seria a perversão sexual e a perversão social, que é de todos os aliciadores, de todos os exploradores colocados nessa situação. Então, talvez acho que, para pensar em ação efetiva e chegar no foco do necessário para podermos enfrentar essa realidade que viola direitos de crianças e adolescentes desta cidade e que a gente vem convivendo com uma tolerância, por mais que a gente tenha descortinado muita coisa, a gente descortinou uma parte desse processo. É só ver as histórias que acontecem nos municípios que cuidaram das realidades: quem é que foi punido, quem é que foi assassinado, quanto tempo demora para a mulher do assassinado, do ameaçado receber proteção como vítima. A gente vai conseguir entender como a gente cuida, como a gente é, de fato, moralista com essa discussão e muitas vezes falsos moralistas. E, quando entra questão de criança e adolescente, a gente é muito pior para entender e para cuidar disso. Então, minha sugestão – e acho que o Conselho Regional de Psicologia traz isso -, não entro na discussão temática, mais conceitual, porque acho que já foi feito, mas acho que a Comissão tem de pensar – e aí você tem uma gama de assessores e acho que esse tipo de audiência é muito importante para saber qual é o foco, para saber por onde começar e fazer um planejamento de ações da CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra a Vereadora.

**A SRA. SANDRA TADEU** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta: que convidássemos a Secretária da Promoção Social para que ela esteja sempre presente na nossa CPI, até para melhorar algumas falhas. Porque eu já estou há algum tempo procurando a Secretária para falar em algumas entidades aqui, o nosso Vereador também já disse que há alguns meses também está procurando a Secretária para falar de determinados assuntos, inclusive esse assunto que hoje a gente está a toda hora sendo procurada. E ela é uma peça extremamente importante dentro desta CPI, é a presença da nossa Secretária aqui na nossa CPI para que a gente possa discutir essas ações preventivas e o que realmente hoje o Município está oferecendo para nós. Então, faço esse apelo ao Sr. Presidente. Que seja por requerimento, em papel, sei lá. Que ela esteja presente para que possamos discutir essas ações preventivas. Porque de bla-bla-blá, acho que todo mundo aqui já está cheio. Nós queremos realmente ações. E eu vim para isto: ações.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Eu vou pedir para a Vereadora que fizesse o requerimento para levarmos à votação na Mesa, apesar de que eu acho que nem precisa de votação, acho que já é do consenso de todos, não é? Para que ela possa estar presente. Mas vamos fazer o requerimento para levar a votação pela Mesa. O próximo inscrito, já que o Dr. Kassab passou na frente, é o Sr. Paulo Novaes, educador social e escritor.

**O SR. PAULO NOVAES** – Boa tarde a todos. Tenho muito a falar, mas meu tempo é pouco.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Temos pouco tempo. Conseguimos mais 20 minutos para estender, mas o senhor tem de 3 a 4 minutos disponíveis.

**O SR. PAULO NOVAES** – Ok. Trabalho há 20 anos já com crianças e adolescentes. Sou ex-conselheiro tutelar. Escrevi um livro sobre essa temática, essa situação toda que acontece. Eu gostaria apenas de falar sobre o livro. Fiz uma entrevista, um relato com uma criança, adolescente, que foi abusada sexualmente. Ela me deixou um recado que eu gostaria de transmitir a todo mundo aqui. Ela fala assim: "Você vai fazer alguma coisa para ajudar? Ou vai sair daqui, vai guardar essa fita na gaveta e virar as costas? Porque nós precisamos de ajuda". Então, eu estou aqui nesta CPI porque eu acho que a gente tem de fazer alguma coisa. Como ela falou, temos de ser efetivos e fazer alguma coisa realmente, a gente tem de acontecer. Não adianta ficarmos aqui falando bla-bla-blá, na conversa, sem fazer nada. Estou sozinho nessa luta há 20 anos. Eu falo muito da realidade. Eu sou aquele cara que fica com o pé na lama lá, que vai mesmo na questão, que vai atrás da situação. Esse livro aqui eu demorei três anos para escrever. É um livro de relatos mesmo de crianças e adolescentes, de abusos, de negligência, de maus tratos. Então, a gente fez esse trabalho. Hoje eu quero aqui deixar bem claro que eu quero ação. Eu quero fazer alguma coisa mesmo. Eu estou aqui não é para ficar olhando para a cara do outro, ser bonitinho, a gente fazer um trabalho. Não, a gente quer ação. A gente quer mesmo que saia daqui alguma coisa formada, alguma coisa mesmo que seja real, para lutar mesmo, porque o problema está aí, a gente está acompanhando. Tem aquele comercial que a criança fica apanhando e os vizinhos aumentam o som do rádio para ouvir música porque é muito mais fácil você virar as costas pro problema

do outro e não fazer nada. Ta bom? É isso então que eu vou falar, eu tinha muito pra falar, mas vou deixar nessa situação porque eu quero neste momento ação. Eu estou aqui pra isso, pra ter ação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Queria chamar o próximo inscrito de hoje: a Kátia Reis, do Cedeca Interlagos.

A SRA. KÁTIA REIS – Boa tarde a todos. Eu fui escolhida pelos meus companheiros de militância de direitos humanos da criança e do adolescente pra ler o manifesto que a gente elaborou desde a última quinta-feira, quando abriu a CPI da “Pedofilia”, mas antes de ler o manifesto eu queria deixar registrado aqui o que o Vereador Carlos Bezerra falou na semana passada: quando ele traz propostas de metodologia pra esta CPI, ele fala de um calendário de reuniões, um calendário com horários, com planejamento pros trabalhos fluírem de maneira qualificada nesta CPI. Quando formos montar esse calendário, eu queria que a gente tivesse um pouquinho mais de atenção e cuidado com o horário. A gente fala que vai começar às 11h e começa às 11h30, 11h40. Porém, quando chega às 13h, corremos o risco em detrimento de um processo democrático de um direito constitucional de participação popular da gente não se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Só para informação, nós temos um tempo de tolerância de alguns minutos após as 11h. O tempo de tolerância está sendo cumprido, as pessoas estão participando, só alguns Vereadores que tiveram alguns compromissos e chegaram um pouco mais tarde, mas informaram e mandaram assessores.

A SRA. KÁTIA REIS – Não, quanto a isso, é tranquilo, vamos garantir também meia hora depois das 13h, porque aí a gente garante, pelo menos, duas horas de debate com relação a isso. A gente vem de longe pra cá para um trabalho sério e ficamos com medo de não ter voz, de não ter fala, e de não poder auxiliar também dentro desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Só para poder intervir, isso não está acontecendo porque, desde a primeira reunião, a sua presença é eficaz aqui e toda vez que você pediu aparte no microfone, isso foi entregue, isso foi lhe dado, então, acho que você está sendo bem ouvida aqui nesta CPI.

A SRA. KÁTIA REIS – Só pra registro.

“Manifesto de apoio à CPI para o enfrentamento à violência sexual e infanto-juvenil: a sociedade civil organizada que atua na defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente, através deste manifesto, vem saudar a instalação da CPI da Pedofilia destinada a averiguar a existência de rede de pedófilos no município de São Paulo, inclusive, quanto à utilização da internet para prática de tais crimes. Requerimento para instalação da CPI na CMSP, de 04/02/2009, com base em ocorrências jornalísticas, notadamente, matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, de 09 de outubro. De plano, fazemos algumas condenações: no requerimento anunciado não há em nenhum momento menção a crime e sim a eventuais práticas abusivas de conotação sexual. No requerimento, é fundamento, de fato, para sua instalação a matéria veiculada no dia 09 de outubro no jornal supracitado. No entanto, em tal matéria, o foco é a pesquisa que retrata a exposição de crianças como expectadores aos sítios eletrônicos de conteúdo impróprio. Portanto, o único fato utilizado em requerimento para a instalação da CPI não a justifica, uma vez que não traz em pauta exatamente a prática violenta que sustenta a pedofilia, mas sim a responsabilidade do mantenedor provedor desse instrumento comercial eletrônico. Em outro plano, sendo um único fato formalmente utilizado para a instalação da CPI, eleva a rede eletrônica o grau de máxima importância investigativa, deixando em segundo lugar, como justificativa fática, outros e reais modos de manifestação da exploração e abusos sexuais. Contexto político: infelizmente, assistimos que tão grave situação tem sido retratada de forma inadequada, principalmente pela mídia de grande audiência que, mais preocupada com apelos públicos imediatistas e superficiais, não se preocupa em tratar a situação com cuidado, profundidade e respeito devido, pautada pura e simplesmente em interesses comerciais que acaba ‘revitimizando’ crianças e adolescentes, não dando conta de responder a situações de violações presentes em nosso cotidiano contra meninos e meninas. A ampliação do foco investigativo conceitual e institucionalmente sabe-se que pedofilia não é crime em si, mas segundo a Organização Mundial de Saúde, um estado psicológico de atração sexual por crianças chegando a ser caracterizado como um desvio sexual. Uma vez que as políticas públicas devem ser direcionadas à garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes, sugerimos que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha como foco as práticas de violência sexual contra esse público, dentro das quais estará, eventualmente, a prática derivada desse estado psicológico definido como pedofilia. Assim, diante dos fatos e construção dos diversos grupos pautados por um processo de elaboração científico-conceitual, solicitamos com respeito devido a esta CPI que o foco da sua ação seja ampliado, pois o recorte pedofilia sugerido não dá conta da real problemática que visualizamos por dois motivos: formal, a nomeação de pedofilia que a coloca como objeto de investigação retira de foco a prática de violência enfocando somente o estado psicológico; material, propriamente a prática de violência derivada do estado psicológico pedofilia tira o foco da garantia de direito, reduz o âmbito investigativo tão somente ao autor e eventual crime na lógica do dano não se apurando o contexto de violência sexual contra criança e adolescente na lógica do desafio. A CPI é inegável e trata de um aspecto que entendemos grave que, porém, está dentro de uma problemática muito maior que é da exploração, abuso e violência sexual, já que essas são suas manifestações. Entendemos que, a partir daqui, há necessidade de fortalecermos esse processo de mudança da cultura ‘vitimizadora’ de crianças e adolescentes da sociedade paulistana e precisa, sim, investigar a violência e propor outros caminhos de resolutividade não-reducionista. Assim, é possível detectar outras possibilidades de apuração dos fatos de violência sexual contra crianças e adolescentes, incluindo, eventualmente, os ligados à pedofilia. Com essa adequação conceitual, os procedimentos decorrentes também já poderão impulsionar a elaboração de políticas públicas voltadas ao pedófilo e à vítima, bem como sua família, contribuindo para atuação da delegacia de crimes virtuais. Frisa-se que é atribuição principal do Parlamento a criação e a adequação de normas e a fiscalização da correta execução das mesmas, por meio da implementação e efetivação das políticas públicas de garantia de direitos da criança e do adolescente. Pedido: entendendo a sensibilidade dos nobres Vereadores que, ora se empenham e se juntam na nossa história de luta para superação de todo tipo de desrespeito à infância, juventude e adolescência, pedimos que esta CPI tenha sensibilidade necessária para compreender a dimensão e a importância das nossas ponderações, entendendo-se, por fim, que o fenômeno que também (ininteligível) na pedofilia tem uma abrangência maior, que é todo o processo de exploração e abuso sexual contra criança e adolescente num nefasto circuito de ‘vitimização’ e exploração comercial. Portanto, todos os expostos e visando ter esta CPI maior condição de produzir os efeitos planejados que esperamos a não ser de mera punição, mas principalmente de defesa e proteção de crianças e adolescentes, solicitamos a ampliação de seu foco investigativo, adequando-se à materialidade dessa investigação no seu teor e produção e, consequentemente, conceituando adequadamente sua denominação, seguindo as nomenclaturas adotadas no plano nacional, estadual e municipal de enfrentamento à violência sexual... e infanto-juvenil.” Assina esse manifesto várias organizações sociais, conselhos e fóruns: O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, o Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, o Fórum Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, o CNRRV que a Dalka está aqui

representando e que compõe cerca de cem organizações sociais, o Fórum Regional de Defesa da Criança e do Adolescente da Vila Mariana, Instituto Lidas, Casa dos Meninos, Instituto São Paulo de Cidadania e Política, Conselho de Leigos da Região Episcopal Ipiranga, Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, Associação Brasileira de Gays, Grupo E-Jovens de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados, E-Sampa grupo de jovens em São Paulo, Fórum Paulista de Juventude e LGBT, Defesa Mirandópolis, Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, Associação Comunidade Ativa de Vila Clara, Espaço Cultural Professor Paulo Freire Acolher, Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Públicas da Fundação Educacional de Fernandópolis, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, Movimento Nacional de Direitos Humanos; Maria Cristina Oliveira, Especialista na área de Violência Doméstica contra Criança e Adolescente, Assistente Social membro do CREAS do ABC, militante da área de Direitos Humanos; Instituto Hannah Cory, Cedeca Sapopemba, Cedeca Interlagos e Agência de Cooperação Farol. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nós temos mais três minutos para encerrar a reunião de hoje, declarando para os outros que estão inscritos que o direito de se manifestar, de poder participar vai ficar assegurado para a próxima reunião, que acontecerá quinta-feira que vem.

O SR. FLORIANO PESARO - A próxima reunião é quinta-feira que vem. A gente vai voltar ao tema.

- Manifestação inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Espera aí.

- Manifestação inaudível.

O SR. FLORIANO PESARO - Calma. Você vai ter o seu direito assegurado. Você está inscrita, Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Você está inscrita. Nós estamos respeitando só essa ordem das pessoas que estão inscritas, mas você vai ter a palavra para poder falar, com certeza. Queríamos chamar o último... a última pessoa que vai poder hoje se manifestar aqui, que é a Ana Paula Silva Nascimento, que faz parte da Associação dos Moradores do Jardim Cidade Pirituba. Está com a palavra.

A SRA. ANA PAULA SILVA NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Eu queria deixar claro... E também estar solidária com a querida que falou sobre a situação que ela teve na vida dela. Eu também fui uma pessoa que desde os seis anos até os quatorze... nós... eu fui abusada e isso traz marcas realmente irreversíveis na vida de um ser humano. Eu quero deixar claro também que a impunidade gera uma motivação para que aquele que abuse continue abusando. Eu vejo hoje a pessoa que me abusou abusando de outras crianças, abusando de pessoas da família e motivado, porque não foi punido. Eu quero deixar assim uma pergunta: o que é feito eficazmente para que o coautor, que pessoas que realmente estavam e sabiam da situação e eram coniventes... qual é a punição para aqueles que são coautores? Porque tanto aquele que abusa como aquele realmente sabe e não denuncia, quer seja pai, mãe, quer seja irmão, quer seja quem for, não denuncia, é tão criminoso quanto aquele que abusa. E aqueles que têm a infância roubada, porque a minha infância foi roubada, a minha infância foi roubada e isso não tem nada, não tem lei no mundo que me traga de volta aquilo que me foi roubado dos seis aos quatorze. Essa questão de realmente punir... porque eu vejo hoje o pedófilo e o abusador como vítima. Eles são, podem até ser, porque aquele que é agredido, se não for uma pessoa que tem uma capacidade intelectual de... voltada, pode abusar também, e vira um abusador, ele vira aquele que abusa e que traz marcas para outras pessoas. Graças a Deus eu não me tornei uma abusadora, mas tinha grande propensão a fazer isso. Então, eu quero deixar aqui a minha declaração de que realmente esse crime tem que ser... o abusador tem que ser visto como um criminoso, porque ele rouba, ele mata uma infância, ele mata uma pessoa e, se a pessoa não tiver um acompanhamento para a frente, vira também um criminoso. É isso que eu quero deixar claro. Obrigada.

O SR. FLORIANO PESARO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Pela ordem, Vereador Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO - Diante aqui do nosso tempo ultraescasso neste momento, queria fazer uma proposta, uma sugestão para a próxima reunião no seguinte sentido: que na próxima reunião nós possamos garantir aqueles que não falaram hoje que falem seguindo a ordem de inscrição e, em seguida, que nós pudéssemos ter aqui neste plenário, aí por convocação, a apresentação, por parte do responsável da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, do plano municipal; não só do plano, mas que a gente possa saber também a rede municipal instalada de atendimento. Eu digo isso por quê? Porque eu sinto por parte do Sr. Relator e do próprio Presidente, e especialmente das pessoas que aqui estão, um certo desconhecimento das políticas públicas em execução e, evidentemente, suas respectivas falhas, e acho que isso vem ao encontro do papel da CPI que nós estamos discutindo aqui, como a Lúcia colocou. Quer dizer, o primeiro passo é conhecer qual é o plano municipal de enfrentamento à violência sexual e, diante disso, nós podemos, então - aí, sim -, partir para uma atuação mais pontual, mais específica. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Pela ordem, Vereador.

- Manifestação inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Seu direito de falar está garantido na próxima reunião, seguindo a ordem dos inscritos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Estamos seguindo aqui aquilo que nós recebemos do Cerimonial. As pessoas foram inscritas. Seu nome está aqui na ordem de inscrição.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – A sessão já avançou 20 minutos. Temos ainda várias pessoas inscritas. Pela limitação de horário – e acho que a Mesa toda é... Temos uma reunião que vai começar daqui a pouco. (Pausa) Tem a palavra a nobre Vereador Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – (Fala longe do microfone) - Nós estamos hoje fazendo esta CPI, estamos fazendo uma audiência para poder ouvir as coisas que vocês têm a nos dizer para podermos também fazer o nosso plano de ação para a CPI da Pedofilia. Esta reunião, na verdade... É muita coisa pra ser falada em pouco tempo, são duas horas, não tem condição. Porém, dentro da Casa existe um termo regimental, que é, com o início da sessão plenária, não pode haver sessão principalmente aqui, porque eles vão descer daqui a pouco. Na verdade, essa discussão só está começando. E o peso que têm as pessoas que estejam vindo... Elas precisam estar junto nas próximas reuniões, porque a gente precisa desses depoimentos pra poder dar o Norte desta CPI. Então, a gente precisa ter esse entendimento, porque vir aqui falar um minuto, dois minutos, três minutos... Não dá pra ser falado, porque tem muita coisa a ser dita. Então, eu peço a compreensão de todos pra que, na verdade, a gente forme um conjunto de forças junto com os nobres Vereadores pra

gente fazer um trabalho em conjunto, não só dos nobres Vereadores que estão aqui nesta Casa. Na verdade, em todas as reuniões da CPI, quem tem a disponibilidade de vir pra falar sobre isso, porque são militantes e porque trabalham com isso, também se dá o dever de estar aqui com a gente para poder nos ajudar a fazer essa CPI pertinente. Então, eu queria a compreensão de todos, porque aqui nesta Mesa todo mundo está querendo muito ouvir vocês e entender pra gente poder fazer alguma coisa (ininteligível).

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Cristina, você não pode vir na semana que vem? Você está inscrita e nós queremos ouvi-la, está bom?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – E a sua participação é importante, Cristina.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pela ordem, Presidente. Era isso que eu queria reforçar, porque nós vamos encerrar a sessão. Eu só queria, pra fazer encerrar, fazer uma observação. Primeiro, do acolhimento. Queria dizer a vocês todos que há um interesse claro desta CPI no sentido de ouvirmos a todos. Hoje é a segunda sessão da CPI. Aliás, esse interesse demonstra... Porque esta é uma sessão extraordinária, sequer uma sessão ordinária. Ou seja, nós estamos abrindo mais tempo ainda pra que todos falem, pra que todos se manifestem. Então, há muito tranquilidade nesse sentido. Nós só estamos iniciando. E eu gostaria de acrescentar, nesse sentido de que estamos iniciando, o seguinte: na reunião passada – e, aí, é importante que todos saibam, os que estão aqui e mesmo os Vereadores -, nós aprovamos um plano de ação da CPI - em conjunto, os Vereadores que aqui estavam – que pressupõe três fases. A primeira fase, de diagnóstico. É o que nós estamos fazendo aqui: discutindo conceitos, discutindo diagnósticos, ouvindo pessoas, ouvindo vítimas, ouvindo representantes da sociedade civil, ouvindo, enfim, todos os envolvidos na questão. Porque nessa fase de diagnóstico estamos acertando o foco, estamos tentando ampliar o foco, atingir outros tipos de violência que podem não estar contemplados com a nomenclatura que foi estabelecida. O que nós queremos é uma ampliação, queremos é buscar mais. Só que estamos ainda na fase de diagnóstico. Dentro da nomenclatura, dentro do plano de trabalho aprovado, seguiremos para a próxima fase, que é uma fase específica de investigação. E, se necessário for, prorrogaremos esta CPI porque terminaremos com uma fase de intervenção. E quero fechar minha fala dizendo o seguinte: todos os Vereadores desta CPI, todos eles, têm um compromisso efetivo. Temos todos o mesmo compromisso: de cobrarmos ações efetivas do Poder Público para a proteção das nossas crianças. Isso foi definido na primeira reunião desta CPI. Por isso é que nós estamos trabalhando com afinco, por isso precisamos de cada um de vocês. Pra quê? Pra vermos alternativas, vermos o que não funciona na rede hoje, sabermos por que alguns programas têm tão poucos recursos, enfim, colocarmos o dedo na ferida pra que soluções possam ser propostas. Nesse sentido, eu queria reafirmar aqui o compromisso desta CPI - acho que falo pelos colegas Vereadores – pra que se tranquilizem. O direito de fala está garantido. Quer dizer, houve toda a tolerância possível, estouramos o tempo, é uma sessão extraordinária. E pedimos desculpas, pedimos paciência, mas dizemos o seguinte: é só o início de todo o trabalho, que, tenho certeza, terá um final com resultados que significativamente protegerão as crianças e as suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Lembro que a próxima reunião vai ser realizada no dia 2 de abril, quinta-feira, às 11 horas, neste plenário. Todos estão convidados. Todos os que não se pronunciaram... Seu direito está realmente resguardado pra que você possam falar na próxima reunião do dia 2 de abril. Nada mais a declarar, convoco os Vereadores membros desta CPI para a próxima reunião e agradeço a todos. Está encerrada a sessão extraordinária da CPI da Pedofilia.



FL. Nº

33

Anexo – Notas Tapigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02 de abril de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Há quórum e como Presidente, declaro aberta a segunda reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar casos de pedofilia, especialmente quanto à existência de rede de pedófilos, no âmbito do município de São Paulo. Com a presença dos nobres Vereadores Juliana Cardoso, que está a caminho, Netinho de Paula, Floriano Pesaro, relator desta CPI, Carlos Alberto Bezerra Júnior, Sandra Tadeu e eu, como Presidente, Marcelo Aguiar. Na extraordinária que tivemos na semana passada, houve algumas pessoas inscritas que não deu tempo de se manifestarem, trazerem informações, o trabalho que já vem sendo realizado por algumas entidades, por algumas pessoas e nós guardamos este primeiro horário para que pudessem se manifestar. Nós tivemos quase umas 12 pessoas, temos algumas aqui que não conseguiram e aqueles que também quiserem se manifestar, o Secretário já está à disposição para colher o nome de vocês, para poderem falar. Aqueles que não se manifestaram, eu sei que tem aqui o Sr. Rony Lins e mais algumas pessoas que não falaram a semana passada, que se puderem atualizar o nome conosco, só para podermos dar sequência. Temos como convidada, hoje, desta CPI, a Sra. Miriam Tronolone, assistente social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, Coordenadora de Proteção Social Especial da Criança e Adolescente; veio como convidada, colocando-se à disposição para colher informações, ver a metodologia de trabalho desta CPI, para que pudessemos ter aqui nossa Secretária, Sra. Alda Marco Antonio, para que pudesse fazer parte destes trabalhos, estando também conosco, hoje. Mas iremos começar, primeiro, com a abertura daqueles que se inscreveram a semana passada. Acho que o próprio Rony Lins pode fazer uso do microfone. É obrigatória a identificação, por favor, e de onde faz parte.

O SR. RONY LINS – Bom dia a todos. Meu nome é Rony Lins, sou assessor pessoal do Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia, a nível nacional. Em primeiro lugar, quero parabenizar todos vocês pela iniciativa, acho de extrema importância. Trago o abraço do Senador a todos desta Mesa, a todos que estão empenhados nessa luta. É uma luta que fez um ano, agora, dia 23, e que tem dado grandes resultados. Entre os resultados que já foram alcançados, o primordial foi tirar, na verdade, a venda dos olhos da sociedade. A partir disso, a sociedade despertou e as pessoas abusadas, as crianças que foram abusadas ou que estavam sendo abusadas, resolveram se pronunciar, falar, denunciar. É importantíssimo isso que está acontecendo aqui, em São Paulo; quero deixar bem claro e trago isso como palavras do Senador. Falei com ele hoje, está fora do Brasil, tendo sido convocado pela ONU, uma missão importantíssima e acredito que todos gostariam de saber o que ele foi fazer lá – ele foi palestrar para a ONU e terá um encontro com a Microsoft e com os donos da Google, que se colocaram à disposição do Brasil, para criar ferramentas no combate à pedofilia. É importantíssimo e acho que o Senador tem feito um grande trabalho. Porém, mais importante ainda para São Paulo é o trabalho que vocês começam a desenvolver. Trouxe alguns dados aqui, importantíssimos, mas antes de falar desses dados, gostaria de falar do início da CPI. Quando o Senador me falou que iria abrir a CPI da Pedofilia eu até dei risada, na hora, e falei que não sabia o que ele queria com isso. Porque a nossa mente só registra, quando a gente fala em abuso sexual de uma criança, registra garotas de 13, 14, garotas lá do Ceará, que a gente vê tanto na televisão, mas nunca registra uma imagem de uma criança de quatro, de três, de dois ou de 20 dias de nascido sendo abusada por um homem formado, de 18, de 20, de 17 anos, que já é um homem, de 50 anos; nunca registra isso. E o que eu fico mais abismado nessa história e acompanhando tudo isso, muito de perto, é imaginar, porque eu imaginava sempre que os abusadores eram aquele homem que puxa o carrinho, na rua, que não tem condição de trabalho, que mora em um barraco de favela, que toma cachaça, mas eu me deparei com a situação de ver que a maioria desses homens são homens formadores de opinião, são donos de empresas, são formados em Harvard, são formados em teologia e isso tudo me causou grande constrangimento. E quando o Senador me mostrou isso, porque ele já tinha essas informações da CPI do Narcotráfico, da qual foi Presidente; quando me mostrou essas imagens, eu, como todo mundo que vê uma imagem desta, falei: “A gente tem de fazer alguma coisa”. E começamos a vestir a camisa, começamos a trabalhar; ele pegou o laptop dele, colocou debaixo do braço, foi de gabinete em gabinete, mostrando para cada um o que era realmente a pedofilia. E a pedofilia vem dando os resultados que estão aí e todo mundo tem acompanhado. Ele esteve com o Presidente da República e mostrou uma única imagem, nesse momento vi um homem desesperado, que esmurrava a parede e perguntava o que tinha que fazer para poder salvar essas crianças, chorando compulsivamente com a cena que viu. E naquele momento, ele se colocou à disposição e a gente já conseguiu uma vitória, que foi a tipificação do crime de porte de imagem, para quem filma, para quem produz, que foi a alteração do ECA, do artigo 241 e 240. Hoje já é crime. Existe uma outra luta e estamos atrás, o Senador, com certeza, irá conseguir, que na verdade, é a tipificação do crime, mesmo. Pedófilo vai ser preso, 30 anos de cadeia, sem direito à reclusão (sic), rastreamento eletrônico até à morte, porque o pedófilo é um criminoso e é isso que venho defender aqui. Não dá para aceitar, é inadmissível aceitar. Existem distúrbios? Existem, acredito, 5%. Em um grande número de pedófilos que vem aparecendo, acredito que existam, realmente, uns doentes no meio, mas é impossível que em tamanho número, todos sejam doentes, todos é impossível, não dá para aceitar isso. Eu tenho me deparado com situações de homens que administram empresas de dois mil funcionários, diretores de bancos, reconhecidíssimos, nacional e internacionalmente, e abusando de criança de um ano de idade, tendo o prazer de ver sua própria filha e ele levar sua própria filha para ter relação, sua filha de quatro anos para ter relação com quatro, cinco homens ao mesmo tempo. Não dá para aceitar isso, gente. Então, eu venho defender isso aqui, tenho defendido, tenho palestrado em alguns lugares, logicamente, quando o Sr. Senador não pode ir e a gente procura fazer o nosso trabalho. Mas eu trouxe alguns números aqui importantíssimos, acho que é fundamental. Nós somos hoje o 4º no ranking mundial de sites pornográficos infantil, mas somos o 1º no abuso sexual. São dados do FBI isso. Indicam que jovens de classe média com idade entre 17 e 24 anos são considerados os principais produtores de imagens, abusadores e geralmente são solteiros, profissionais liberais com idade também entre 40 e 45 anos. Os abusadores, entre 40 e 45 anos. Quem fabrica essas imagens são pessoas de 17 a 24 anos, dados do FBI. Quero dizer que a pedofilia não é uma doença e sim uma orientação sexual. Antigamente ela já foi considerada como doença, no início. Mas hoje com esse trabalho de um ano da CPI, com acompanhamento de psicólogos e médicos, está constatado realmente que não é simplesmente, totalmente uma doença. Pode ser, como eu disse, pode ser, têm aqueles doentes, mas também têm aqueles que sentem o prazer de abusar de uma criança. A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República tem o Disque-Denúncia, que é o Disque 100. Para se ter uma idéia, de maio de 2003 a fevereiro de 2009, ela registrou 2.220.524 atendimentos, porém desses 2.000.000, 89.464 foram denúncias de abuso sexual. Esses são dados concretos. Desse 89.000, 57,99% é abuso sexual a crianças, 40,27% é exploração sexual comercial, isto é, a prostituição; 1,73% é pornografia infantil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) Como nós não estabelecemos tempo, dou mais três minutos.

O SR. RONY LINS - 1,73% é pornografia infantil, comercialização e divulgação das imagens, filmes e fotos e 0,75% é tráfico de crianças e adolescentes. São dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Denúncias de janeiro a novembro de 2008, a média foi de 89 por dia. Agora, só em finalzinho de dezembro a janeiro de 2009, a média foi de 80 por dia, quer dizer, depois que a CPI foi instalada, eu quero dizer que o que está acontecendo aqui está acontecendo em vários municípios. Vários municípios estão abrindo as suas CPIs independentes para que possam tratar do assunto dentro da sua cidade. O que eu gostaria de dizer a vocês é que não dá para admitir criança de um ano, recém nascido de 27 dias sendo abusada por um homem formado, igual têm imagens lá de uma criança de dois anos de idade sendo penetrada por um homem que tem um pênis de 19 cm. Eu tenho essa imagem, são dados da CPI. Não dá, isso é inadmissível e eu gostaria que vocês se juntassem nessa luta para que a gente possa realmente, acredito que não vamos conseguir resolver a situação total, mas vamos pelo menos amenizar o sofrimento dessas crianças. Precisamos nos unir, precisamos da consciência que a pedofilia é crime, sim e tem de ser punido independente de qualquer coisa. Tem de ser tratado? Tem de ser tratado, porque todo cidadão tem o direito, ele tem de ser tratado, mas antes de qualquer coisa, ele tem de ser preso. Quero parabenizar a todos os Vereadores, o Vereador Netinho de Paula, que já se colocou à disposição, temos feito movimento lindo chamado “Todos contra a Pedofilia”, isso nacionalmente. Fizemos o primeiro lá em Vila Velha, onde o Vereador Netinho esteve presente e foi sucesso de público. E na segunda-feira colocamos 50 mil pessoas e agora, no dia 11 de abril, vamos ter novamente em Cachoeira do Itapemirim; no dia 19 de abril em Divinópolis e vamos fazer um grande em São Paulo. Acho que em São Paulo não cabe só um, não. Cabe, pelo menos, uns oito e eu gostaria de passar aos nobres Vereadores para que seja criada a Secretaria Regional de Defesa Social. O que seria essa Secretaria? Uma Secretaria para criar políticas públicas no combate ao abuso sexual, às drogas, uma Secretaria que ficasse 24 horas pensando nessas políticas públicas do seu bairro, porque São Paulo não dá. Se formos criar uma só não vai atingir e não conseguiremos diminuir a violência em todos os aspectos. Quero parabenizar cada um e dizer que estou à disposição, a CPI Nacional se coloca à disposição para somar junto com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Obrigado, Sr. Rony Lins que trouxe informações, dados e se coloca à disposição, como assessor do Senador Magno Matta, e está cooperando aqui em São Paulo nesses trabalhos. Temos aqui mais pessoas que na semana passada não se manifestaram: Sr. José Pinheiro, Sra. Cristina Sales. Tem a palavra a Sra. Cristina Sales.

A SRA. CRISTINA SALES – Bom dia, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente desta CPI, a figura do Sr. Vereador Marcelo Aguiar e dizer que Deus vai dar poder de filho para o senhor, com certeza, mas também gostaria de falar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Só te peço um favor, para você apenas falar qual a entidade faz parte...

R – Ah, sim desculpe-me. Meu nome é Cristina, sou Coordenadora do Núcleo de Educação Morada da Cidadania que fica no bairro do Morro Doce, um dos bairros mais longínquos e que só perde, na questão da violência, para o bairro do Jardim Ângela. Gostaria de falar para o nobre Vereador Netinho, ontem falamos a respeito do Pró Jovem e deixei uma informação muito importante, fiz parte do projeto piloto, juntamente com o cursinho da Poli, que foi a entidade-mãe e obteve 2.000 vagas. Quinhentas vagas foram para as zonas Norte e Oeste. Digo isso porque o senhor lida diretamente com o jovem periférico, para que o Senhor entenda a importância desse projeto. Esses 500 jovens foram aprender cursos profissionalizantes de texturização, montagem de micro, informática, panificação. Esses jovens tinham condução, alimentação e tinham, por obrigação, uma carga horária de 25 horas semanais nas entidades dos seus bairros, quer dizer, creches, hospitais, alguma entidade que fornecesse algum tipo de assistência social, o que é muito importante. Então, por isso que eu acho que é muito importante o senhor bater nesta tecla, em insistir porque o Estado de São Paulo, o ano passado, teve a sua cota. Infelizmente, o nosso Governo Municipal não utilizou dessa cota e eu defendo esse Projeto. Com relação à pedofilia, eu acho importante a questão da prevenção e nós só podemos falar em prevenção quando a gente fala de informação. Poderíamos começar, com certeza, com os nossos educadores, com os profissionais de saúde, com os movimentos populares, com pessoas dos movimentos de Igreja. Por quê? Porque nós temos que pensar no mecanismo de prevenção. Há uma rede preparada de informação com profissionais de Saúde e Educação e movimentos populares, pois, muitas vezes, o pedófilo está dentro de casa e, aí, como essa criança falará que está sendo vítima de pedofilia se não tem ninguém que possa detectar isso? Porque, muitas vezes, é o pai, o tio e a criança não tem alguém de confiança que possa dizer: "Olha, estou sendo vítima de pedofilia". Então, acho que o professor – que é a figura mais próxima, preparada para identificar uma criança que está sendo vítima de pedofilia – seria de grande ajuda. E sem contar com a falta de responsabilidade dos pais que, muitas vezes, deixam as crianças de seis a doze anos – e isso digo porque estive em várias *lan houses* – acessando a *internet* e sabe-se lá o quê. E já houve casos, no Morro Doce, de pedofilia, de um jovem de 14 anos e de uma menina de 11 anos que freqüentavam a *lan house* sem a permissão dos pais. Acho que deveria haver, Srs. Vereadores, uma fiscalização maior nas *lan houses*. Deveria haver, sim, um Disque Denúncia e uma Delegacia especializada só para cuidar da questão da pedofilia. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Muito obrigado, Sra. Cristina.

Paulo Novaes, acredito que já tenha falado na outra reunião; Ana Paula Silva Nascimento; Kátia Reis, que já esteve conosco, não sei se falou na semana passada; Glória, que também já falou na semana passada; Rony Lins, que acabou de se manifestar; José Pinheiro que não veio e a Cristina Sales. Não sei se temos mais alguns inscritos. Ana Cristina Silva, da Rede Criança.

Tem a palavra a Sra. Ana Cristina Silva, da Rede Criança.

A SRA. ANA CRISTINA SILVA – Bom dia. Novamente estou com vocês. Acho que estarei seguindo, porque a Rede faz esse trabalho de atendimento e prevenção nas Zonas Leste e Sul da cidade de São Paulo. Vemos casos, como já disse na semana passada, extremamente complexos e sérios. Agora, gostaria muito que a Comissão, como já foi solicitado aqui pelos Vereadores, a Comissão de Enfrentamento, Abuso e Exploração Sexual. Acho que deveríamos estar chamando essa Comissão como um todo, porque é importante estarmos juntos pensando um pouco o que, de fato, mesmo na mudança do nome. O nobre Vereador Carlos Bezerra esteve em um curso nessa semana, sobre a questão da mudança do nome. E acho que tem de mudar mesmo porque as pessoas confundem muito a questão da pedofilia, do abuso e da exploração. Então, gostaria muito que essas pessoas, que já são da militância, da questão do enfrentamento, abuso e exploração estivessem presentes nesta CPI, para dar um norte para o que queremos na cidade de São Paulo. Porque temos algumas questões que são: a exploração; o abuso intrafamiliar; e também temos a questão da pedofilia – todas questões sérias. Então, acho que precisamos, de fato, definir o que queremos para esta cidade. Vamos abraçar tudo? Ou vamos dar um norte para que possamos, de fato, fazer de bom senso e fazer bem feito. Porque, senão, as coisas ficam muito confusas e não vamos a lugar nenhum.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Muito obrigada, Sra. Ana Cristina, pela participação. Temos mais duas palestrantes hoje, a Maria Nazaré e a Sra. Tatiana Cardoso. Tem a palavra a Sra. Tatiana Cardoso.

A SRA. TATIANA CARDOSO – Bom dia a todos. Na verdade, sinto-me completamente contemplada com a fala da nossa companheira. Gostaria, realmente, de parabenizar o trabalho realizado pelos senhores nesta CPI, porque o que estamos verificando, principalmente com a sessão da semana passada, é que estão trazendo um requinte, um esclarecimento a toda a sociedade, porque não somos – e os senhores, principalmente – especialistas no assunto. Temos de assumir isso. Os senhores são conhecedores de diversas questões, mas não são especialistas na questão do abuso sexual infantil. E buscar transparecer e desdobrar essa nomenclatura é uma questão muito importante, realmente. Nesse sentido, o trabalho que vem sendo feito para readequar o que foi iniciado como algo equivocado, é muito importante. Como representante da sociedade civil, parabenizo os senhores. Por outro lado, verificamos que há algumas falas – assim como houve a fala de duas senhoras na semana passada e esse senhor que expôs aqui – que sugerem a mudança de nome, e que "a gente não quer punir". Para aqueles que não me conhecem, sou militante da questão da criança e do adolescente; sou membro de um centro de defesa da criança e do adolescente; estava, esta semana, em um Encontro Nacional da Associação dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; estou na Executiva do Fórum Municipal de Defesa de Criança e Adolescente, e falar que defendemos a prática pedófila é um absurdo! Então, gostaria que vocês entendessem que o que queremos, na verdade, é a modificação do nome para ampliar, porque pedofilia é um absurdo, concordo plenamente com o senhor, concordo com as senhoras que colocaram o depoimento de que sofreram o abuso. É um absurdo. Não admitimos a prática pedófila, que põe aquela criança ali e que vai ter um transtorno, e muitas vezes – como já foi explanado pelas pessoas que aqui estavam na semana passada – pode reproduzir essa prática no futuro. Ocasional, realmente, uma mácula na vida dessa criança e que é inconcebível e também não concordamos, e também queremos a responsabilização daqueles que colocam essa prática em ação. Também queremos, sim, responsabilizar. Porém, não queremos só isso. Queremos responsabilizar aquele que tem essa doença, esse transtorno – seja lá qual nome se dê a isso – mas queremos, também, atingir outras questões que não estão contempladas na figura do pedófilo. E isso porque, abusador – para aqueles que estão participando desde o começo, está muito claro. Não consigo visualizar dúvida. Mas, enfim, para aqueles que estão participando pela primeira vez, o pedófilo, em si, é uma figura muito pequena no mundo daqueles que abusam e exploram – inclusive comercialmente – as crianças e adolescentes. Temos relatos de meninas que se vendem por R\$1,99. E não são pedófilos que fazem aquele ser humano estar naquela situação indigna. E esta CPI tem de dar conta de dar resposta a essas questões. Então, nesse sentido, parabenizo por não estar reproduzindo, porque sabemos que as CPIs desse país não são sérias, não são feitas de forma séria. E, aqui, colocando essa seriedade e, justamente, focando para adequar realmente essa questão, é muito importante, pois demonstra qualificação desta Casa, dos Srs. Vereadores integrantes. Só gostaria de colocar mais uma coisa – que já foi falada pelo companheiro que está vestindo a camiseta da pedofilia – e que é em relação à tipificação. Se perguntarmos para qualquer especialista, para qualquer criminologista – ou não, basta abrir o Código Penal – verificaremos que essa prática de abuso é crime, sim. É crime e, como crime, tem de ser responsabilizado. Não precisa ficar inventando mais crime. É nisso que somos contra. Não precisa ficar inventando mais crime. Não há necessidade de se fazer mais crime, porque todas as condutas que refletem no abuso da criança e do adolescente nesse país, estão tipificadas. Tivemos uma luta que culminou na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente, que abarcam e dão conta de responsabilizar criminalmente, penalmente todos os abusadores. No entanto, o que pedimos ao falar que não é só punir, mas tem de tratar para que não se reproduza, é porque aquela figura vai sair dali

e vai continuar sendo portador daquele transtorno, e vai continuar abusando. Então, o que queremos não é lei penal, não é criminalizar ainda mais, porque crime tem um monte e, aliás, tem desde 1940 – data da promulgação do Código Penal. Desde 1940 e, aí, vemos esse tanto de números que o colega apresentou. Ou seja, não resolve nada. Precisamos ter políticas públicas que, realmente, dêem conta de responder a contento essas violações e que estejam, realmente, comprometidas em resolver a questão do abuso contra as crianças e adolescentes deste país. E isso não será conseguido com lei penal, porque não foi até agora. É só através de política pública eficaz que dê conta de atender e não reproduzir essa violência, essa violação dos direitos humanos da criança e do adolescente. Só assim teremos um trabalho digno e, nesse sentido, puxo a competência dos senhores, porque enquanto legisladores de uma Casa da maior capital do nosso país, têm a responsabilidade de fazer uma produção legislativa no sentido de dar conta e de direcionar o nosso Executivo para, de fato, resolver esse problema. E outra questão, para finalizar, diz respeito ao modo como a mídia vem tratando isso. Abominamos isso. Nós, que somos defensores dos direitos da criança e do adolescente, o senhor eu nunca tinha visto participar de nenhum movimento antes desse, da pedofilia. O que vemos é que as pessoas se promovem em cima da desgraça e do sofrimento das crianças. E verificar que um órgão – através de um órgão público – possibilite a exposição de imagens de crianças, que isso fique passando de gabinete em gabinete, que seja exposto, isso é horrível! Somos inteiramente contra essa exposição das crianças porque ela passa a ser objeto. E, aí, se pegarmos, realmente, por onde quer se caminhar – que é a questão Penal – se portar a imagem é a configuração de um crime de pedofilia, então os senhores que assistem, que reproduzem e que repassam essas imagens estão incidindo em uma prática penal. E aqui queria deixar consignado para os senhores tomarem o cuidado e fazerem um trabalho realmente sério que não exponha as crianças. E isso já ficou consignado na fala da Glória, na semana passada. Não expor as crianças dessa forma, porque é assim que vamos trabalhar de forma correta, honesta, defendendo e atendendo os interesses reais da população infanto-juvenil desta cidade. Parabéns pelo trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Obrigado, Tatiana Cardoso, que faz parte do Centro de Criança e Adolescente. É importante deixar claro que não há nenhum equívoco. Esta Mesa é sensível, mesmo, a colher essas informações, para tomar, realmente, as medidas corretas. Por isso que esses debates são importantes. A Presidência da Mesa entende que as duas partes têm um peso muito importante para podermos tomar qualquer decisão diante dos trabalhos desta CPI. Bom, temos presente a Sra. Miriam Tronolone, assistente social, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS, Coordenadora Proteção Social Especial da Criança e Adolescente.

O SR. FLORIANO PESARO – A Sra. Miriam vai falar agora. Eu pediria para que você dissesse qual a sua função na Secretaria e, também, de certa forma, o nível hierárquico. Porque esta CPI aprovou o convite, requerimento, da Sra. Zilá, e não sei qual é a função dela e a sua. Seria interessante que você colocasse, inclusive, em que nível hierárquico você está do ponto de vista do comando da área.

A SRA. MIRIAM TRONOLONE – Bom dia, meu nome é Miriam Tronolone, sou assistente social, servidora da Prefeitura Municipal há muitos anos, atuo na Secretaria desde 1982 e, atualmente, trabalho na Secretaria de Assistência Social, na coordenação de proteção social especial, coordenando, especificamente, a área de criança e adolescente. Respondendo a pergunta que foi feita, sou, hierarquicamente, subordinada à Zilá, que é a minha coordenadora, que coordena toda a proteção social especial. No caso, temos uma equipe, uma coordenação de proteção social especial para adultos e uma equipe de coordenação de proteção social para crianças e adolescentes. A informação que recebemos é que teríamos um convite, hoje, para conhecer a CPI para saber quais seriam as demandas e levá-las para a Secretaria. Colocamos-nos à disposição, posso passar algumas informações, neste momento, mas gostaria que fossem detalhadas no momento posterior. Só para dizer, a Secretaria Municipal da Assistência atua nessa área, no combate e enfrentamento a situações de violência, abuso e exploração sexual. Temos uma rede de serviços específica para atendimento nessa área, com serviços conveniados com organizações sociais – que até se manifestaram aqui –, com abrangência em todo território municipal. São cinco serviços específicos para atendimento social especializado e multiprofissional na área de enfrentamento e abuso e exploração sexual. Essas informações podem ser, posteriormente, detalhadas, mas são serviços localizados em cada macrorregião da Cidade – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Além disso, a Secretaria, em termos de proteção social básica, atua com uma rede de serviços, também, na área de prevenção. Então, nós temos diversos serviços que atuam, diretamente, com crianças e adolescentes como centros para crianças, centros para adolescentes. O nome anterior era Núcleo Socioeducativo – só para localizar –, que são atendimentos socioeducativos no contraturno escolar, temos trabalhos com famílias, desenvolvidos nos territórios, com mulheres vítimas de violência, enfim, uma série de serviços. A prioridade da Secretaria, nesse momento, é o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que é um serviço público estatal, direto, desenvolvido, é a porta de entrada para todos os serviços da Assistência Social, e tem como objetivo prevenir e atuar nas situações de risco e, também, fortalecer os vínculos familiares, comunitários, concretizar os direitos socioassistenciais e trabalhando muito no território de maior vulnerabilidade, também com famílias que recebem transferência de renda, acompanhando essas famílias, famílias que, eventualmente, podem não estar cumprindo algumas condicionalidades desses programas, famílias em situação de risco. Enfim, é um serviço que está sendo reestruturado na perspectiva da implantação do Sistema Único de Assistência Social. Queria só complementar também que existe uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual. Essa comissão foi composta a partir do Decreto 48.358, de 17 de maio de 2007, e é uma comissão em que participam diversas Secretarias Municipais, Conselhos, sociedade civil. Ela tem um caráter consultivo e propositivo e tem como uma de suas principais atribuições contribuir para a implantação e implementação de programa de conscientização e combate à violência, dentre uma série de onze atribuições. Eu queria dizer que essa comissão já elaborou um plano municipal, que está sendo, neste momento, detalhado em termos de ações a serem implementadas, um plano de enfrentamento e combate à violência, ao abuso e à exploração sexual. Essa comissão tem se reunido quinzenalmente, e dela participam o CMDCA, que está aqui representado, e diversas outras organizações; e esse plano, acredito que por volta do mês de junho esteja concluído no seu detalhe para que possa ser divulgado e debatido. Não sei se teria mais alguma informação importante, mas eu me coloco à disposição, e acho que a Secretaria também, para qualquer esclarecimento. As reuniões da Comissão Municipal de Enfrentamento acontecem na própria Secretaria, ela é uma comissão constituída oficialmente por portaria, é um espaço aberto para interessados poderem contribuir, e o próximo encontro é dia 15 de abril, numa quarta-feira, às 9 horas. Outros participantes são bem-vindos; e nós estamos num momento importante, que é o do detalhamento desse plano de ação. Acho que seria isso. Qualquer coisa, estou à disposição, bem como a Zilá e qualquer pessoa da Secretaria. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Obrigado, Miriam. Eu queria convidá-la pra fazer parte da Mesa. (Pausa) Então, está ok. Se é do gosto da senhora, se prefere ficar sentada... Perfeito. Eu queria anunciar a presença dos Vereadores que já estão compondo a Mesa: Juliana Cardoso, Sandra Tadeu e Quito Formiga. Hoje não será aberta...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Vamos dar continuidade aos trabalhos da Mesa. Logo em seguida, a gente dá sequência aos debates, se todos estiverem de acordo. (Pausa) Queria saber se algum Vereador tem alguma... (Pausa) Por favor, Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO – Presidente, acho que nós estamos passando por um momento inicial da CPI que é o momento de diagnóstico, conforme nós aprovamos um roteiro por sugestão do relator Bezerra. Nesse diagnóstico, nós começamos, então, com as políticas públicas que estão sendo implementadas na cidade de São Paulo ao longo dos últimos anos. O intuito, quando nós convidamos a representante da Secretaria de Assistência Social, era justamente para que ela pudesse nos apresentar – esse é o ofício que foi encaminhado à Secretaria – a rede de serviços de proteção a crianças instalada na cidade, vítimas de violência, especialmente. É isso que diz o requerimento. Então, precisamos saber a rede, mas precisa ser apresentado à Comissão quantos serviços são, quantos estão atendendo etc. Depois, nós pedimos informações sobre quantidade de atendimento, funcionamento do serviço, número de vagas, áreas de atuação e eventuais denúncias que chegaram à Secretaria e a forma de apuração. Fui Secretário três anos e meio dessa Secretaria, a instalação da Comissão Municipal foi feita na minha época ainda, e eu sei a dificuldade que é você tratar esse tema dos diversos ângulos de que ele deve ser enxergado. Por isso é que aqui eu, de saída, não acho que a gente deva restringir; ao contrário, nós devemos ampliar ao máximo, ainda que no final a gente possa restringir a proposta de atuação. Até porque, se nós quisermos abarcar tudo, provavelmente nós não conseguiremos. Daí a importância da racionalidade de

uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de uma Câmara Municipal. Mas eu queria especificamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas, colocar três questões, que ficam para a CPI, que ficam para que a Miriam possa responder ou retornar à Secretaria com o compromisso de contribuir com esta Casa Legislativa e trazer as respostas que estão sendo colocadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, nós sabemos que o atendimento da rede de proteção, de assistência a essa questão especialmente, é pequena, tem em torno de 340 vagas. A professora Dalka, do Sedes Sapientiae, outro dia, numa entrevista à TV Gazeta, chegou a falar em 400 e alguma coisa, 460 atendimentos conveniados. Deve estar falando do Sentinela, mas é preciso confirmar isso oficialmente. Pergunta número um: há um estudo referente à demanda? Evidentemente, é difícil você identificar a demanda uma vez que novos casos surjam todos os dias frutos, inclusive, da atuação do Poder Público em todas as suas esferas. Na verdade, não é que isso passou a existir de três, quatro anos para cá; é que o nosso trabalho como Poder Público, Judiciário, Disque 100, campanha Afeto e tudo aquilo que foi desenvolvido na Cidade nos últimos quatro anos fez com que esses casos... E, de certa forma, Tatiana, a imprensa nos ajuda nisso. Por isso é que também nós temos que ter um meio-termo aí, porque a imprensa nos ajuda a aflorar o tema. Ainda que nós possamos não concordar com a forma como ele está sendo explorado, o fato de ele estar vindo à tona é um grande avanço para nós todos, porque isso faz com que casos que antes não apareciam, apareçam. Isso também tem um pouco a ver com a fala daquela moça do Morro Doce. Então, a pergunta: diante da dificuldade que é identificar a real demanda – seja porque ela é doméstica, seja porque ela não é registrada, é subnotificada, enfim, seja por todos os problemas que nós temos na rede, Conselheiros Tutelares, Varas da Infância, assim por diante, reconhecendo as dificuldades de enxergar essa demanda, há um estudo referente à demanda baseado nas informações que nós temos hoje? Segunda pergunta: há filas de espera para o atendimento nos serviços? De novo, fala com a Rede Criança, fala com o Sedes ou com os Cedecas, ou com os futuros Creas, fala com qualquer organização social que trabalha com o tema, todas têm filas de espera. Qual é essa fila de espera? Porque isso também é um fator para dimensionar a demanda, certo, Vereador? Precisamos dimensionar. Terceiro: como estão sendo encaminhados os casos que a rede não comporta? Ou não estão... Eu pergunto isso, não é uma questão, em absoluto, de nenhuma intenção se não a de reconhecer que há de fato uma demanda que não é atendida, e não é de hoje. Mas como a CPI tem como missão contribuir na solução desses problemas, por isso queremos saber até onde está dimensionado. Aqui, Sr. Presidente, para ilustrar e ficar registrado, em relação aos dados de julho a dezembro de 2008, o índice de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de ambos os sexos que sofrem violência sexual corresponde a 57,5%. Quanto às crianças de zero a 6 anos, o número representa 23%. Por isso, talvez, o colega de Brasília diga que só enxergamos os mais velhos. Mas não é que nós só enxergamos os mais velhos, é que hoje a maior demanda por atendimento tem sido entre os mais velhos, ainda que saibamos que não é só entre os mais velhos. O maior índice se concentra no ensino fundamental. Destaco aí a parceria entre a fundação Abrinq, a WCF e o CRVV do Sedes que foram implantados os Polos de Prevenção à Violência Doméstica e Sexual entre 2005 e 2007. Em 2007 e 2008 a Secretaria celebrou parceria com o Centro de Referência para a implantação dos polos nos núcleos educativos, que hoje são os Centros de Juventude, para a realização de oficinas nas comunidades. Inclusive, seguindo a legislação aprovada nesta Casa. Considerando-se que se trata de um segmento bastante vulnerável em virtude das fases de desenvolvimento, deve-se investir na sensibilização dos adultos envolvidos na proteção e na capacitação dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes. Pergunta (é a quarta): há previsão de continuação da parceria entre a Secretaria e as organizações conveniadas, especialmente as do centro de juventude que atendem crianças de 7 a 14 anos? Quais as ações de prevenção junto à rede de proteção que estão ocorrendo hoje na Secretaria ou ainda que possa não ocorrer, mas quais são as propostas? Por último, Presidente – eu já termino, é só para ilustrar um pouco do nosso trabalho – foram atendidas 563 crianças vítimas de violência sexual nos cinco serviços de proteção – esse dado é público. Desses, cerca de 28 casos foram vítimas de exploração sexual. Vou repetir à CPI: são 563 crianças – Vereadores Netinho de Paula e Juliana – foram atendidas vítimas de violência sexual nos cinco serviços de proteção. Estou entendendo que são nos cinco Sentinelas. Está certo? Eles estão espalhados pelas cinco regiões da cidade. Desses, 5%, ou seja, 28 casos foram vítimas de exploração sexual. Sabemos que há grande esforço dos serviços, especialmente das organizações sociais, para atender as vítimas de exploração sexual. Mas a dificuldade de diagnóstico e a complexidade do atendimento que envolve diversos fatores de risco, evidentes, o algoz, o explorador. Aliás, faço parênteses aqui para elogiar a matéria do Repórter Record de domingo passado, que ainda que tenha tratado só do tema exploração sexual, tratou de forma bastante complexa no sentido de mostrar não só a criança que está sendo explorada, os adultos que estão explorando e as falhas no processo de atendimento, seja nos centros de referência, nos CRECAs, nos abrigos, no atendimento às famílias uma vez que a menina foi levada pra casa e no dia seguinte, de volta, na rua. Então, volto e pergunto o seguinte: nós sabemos da dificuldade de diagnóstico e da complexidade do atendimento que requer ações e apoio técnico específico. Pergunta: há ações específicas para a identificação dos pontos de exploração sexual? Porque a CPI também vai avaliar isso. Nós temos informação. Aliás, a Secretaria tem informações, como Ceagesp, Autorama, Vieira de Carvalho, Rua Augusta, Indianópolis, assim por diante. Esses pontos estão identificados? Estão avaliados do ponto de vista técnico? Os agentes de proteção social estão identificando e atuando na proteção dessas crianças? Seria importante considerar, Sr. Presidente, a possibilidade do projeto da Agência Farol que atua especificamente na região do Ibirapuera se constitua numa referência à política municipal. Aí é uma sugestão deste membro, a secretaria, a CPI e o Sr. Relator podem encaminhar no futuro. Por último, os dados que apontam – esse é um comentário final, mas importante –, os dados que temos e foram reunidos no período em que fui Secretário, que o pai ocupa o primeiro lugar, com cerca de 25%, de abuso. Há uma nova realidade que nos chega, que são as mães que passam a integrar essa estatística, respondendo por quase 13% dos casos notificados. Desses 67% correspondem a abuso sexual de mães. Outros, como vizinhos, amigos de família, colegas de escola, correspondem a quase 30%. Diante disso, a última pergunta: o desafio está no atendimento à criança e à família para que possam superar o problema e protegerem os seus filhos, longe de qualquer moralismo. Como está sendo pensado do ponto de vista da confecção da política pública a ampliação do atendimento às famílias vítimas dessa violência? Repito: quanto ao atendimento das famílias vítimas dessa violência sexual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Lembro novamente a todos... Tem a palavra, pela ordem, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Queria colocar na fala do Vereador, porque eu também fiz um requerimento e aí eu não sei se contemplou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Esse requerimento vai ser votado no final.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Está bom, então eu falo no final.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Quero lembrar a todos a gentileza que a Miriam teve de estar aqui, conosco, que recebeu o convite de uma forma informal porque o requerimento estava direcionado à Zilá. Mas ela pegou a informação no meio e se colocou hoje à disposição de estar aqui, pegando informações sobre o método de trabalho para realmente poder levar para a Secretária que pudesse estar presente para debater os assuntos, e até mesmo responder todas as perguntas do Vereador Floriano Pesaro, que são perguntas que todos nós aguardamos as respostas e principalmente a sociedade. Queria agradecer também a presença do Sr. João Bosco que faz parte da Secretaria da Saúde, da Supervisão Técnica de Pinheiros, também do RH, Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais para Assistência às Vítimas de Violência. Hoje, está presente para também conhecer um pouco mais a CPI para poder levar informações porque também estaremos entrando com requerimento pedindo que eles possam nos ajudar nesse trabalho, principalmente os que fazem trabalho na Secretaria da Saúde. Temos mais algumas pessoas inscritas. A Maria Nazaré queria falar depois da participação da Miriam. (Pausa)

Tem a palavra pela ordem o Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, gostaria de sugerir, é uma sugestão que submeto à Mesa em que sentido? A Miriam ouviu alguns questionamentos que foram feitos pelo Vereador Floriano aqui da Mesa. Acho que ela poderia ter um tempo para falar sobre os questionamentos, para a gente checar se algum outro Vereador gostaria de fazer questionamentos e, a partir daí, os inscritos poderiam ter as suas falas colocadas. Essa é uma sugestão para o andamento dos trabalhos, para que todos os Vereadores que queiram participar tenham seu direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereador Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO – Talvez não tenha ficado claro, quero destacar a importância da presença da Miriam, viu Miriam? Realmente, a Secretaria de

Assistência Social encabeça essa ação de política pública. Por isso, estamos tão interessados em contribuir com informações, com dados que esta CPI coletar no sentido de que o relatório final do relator Vereador Bezerra, e do trabalho de todos esses Vereadores que estão compondo a comissão possa ser na contribuição para uma política pública cada vez mais efetiva, integrada e intersetorial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Apenas ressalto isso, Presidente, e o Vereador Floriano, de certa forma, antecipou-se naquilo que eu diria, pela importância que tem os dados, que tem a participação e a presença da Sra. Miriam nesta comissão, nesta CPI, no dia de hoje. Nós estamos, como todos sabem, dentro do cronograma estabelecido a fim de organizar os trabalhos da CPI, num momento específico de diagnóstico. Estamos fazendo um debate riquíssimo sobre a questão dos conceitos que envolvem a pedofilia, abuso sexual contra a criança, turismo sexual, exploração sexual comercial, enfim, as formas de violência contra as crianças.

Agora, para nós, enfim, no sentido de organizarmos o relatório, o nosso trabalho, as informações trazidas aqui são fundamentais e, por isso, até há uma expectativa muito grande - acredito que não só minha, mas de todos os membros desta Comissão - no sentido das informações que teremos à nossa disposição, até para orientarmos em que linha trabalharemos nesta CPI. Estamos trabalhando, estamos conceituando, estamos estabelecendo um mapa, mas precisamos trabalhar em cima de informações. E aí, nesse sentido, vejo a fala da Miriam aqui nesta manhã como fundamental para que se possam explicar esses dados e esclarecer as dúvidas aqui colocadas pelo Vereador que me antecedeu, o Vereador Floriano Pesaro.

O SR. NETINHO DE PAULA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, o Vereador Netinho de Paula.

O SR. NETINHO DE PAULA - Presidente, apenas acrescentando um pouco na fala do Vereador Carlos Bezerra e do que foi dito aqui por algumas das pessoas que se manifestaram, na questão da pedofilia, particularmente, vai ser muito difícil existir um perito capaz de se prontificar a levantar uma bandeira e de se pronunciar como um entendedor da causa. O porquê disso: porque a pedofilia já existe há muito tempo, mas a forma em que ela vem se desenvolvendo junto com a tecnologia, isso é recente, isso é muito recente aqui no Brasil.

Desse modo, não precisa ter nenhum especialista. Aqui não conta o tempo, os 20 anos que trabalho com criança e adolescente, o tempo em que o Floriano foi Secretário, os trabalhos da Vereadora Sandra Tadeu com a sociedade civil organizada, a Juliana, o Quito com as creches, o Marcelo. Não é isso que se trata. O que se trata é sensibilidade do tema, a ponto de muitas das nossas decisões nós repensamos. Temos a humildade de, em muitas das decisões, voltarmos atrás e analisarmos. Agora, veja que a preocupação dos Vereadores com esse tema é tão grande e, mesmo tempo, nós somos contemplados, porque a gente tem aqui, particularmente inclusive na figura do Floriano, uma pessoa que vem com dados e com um questionamento muito enraizado, porque ele estava à frente desse trabalho nos últimos anos, não é? Portanto, o que nós gostaríamos de saber e esperamos que seja capaz de ter a resposta, porque esta CPI ela não quer ser como as outras de começar, não ter meio, não ter fim e ficar na ladainha, todo mundo participou. Não, a gente quer resultados. Aqui existem pessoas que são propositivas. Portanto, nós não estamos aqui querendo aparecer. É bom deixar claro, não importa o tempo que cada um trabalha com criança ou não, a gente está a fim de sair daqui com uma proposta para a sociedade. Nós fomos questionados publicamente, em veículos de televisão; estamos sendo questionados em jornais, e a gente precisa dar uma resposta. Portanto, eu acho que, a partir de hoje, Sr. Presidente, a minha contribuição para esse debate seria que realmente fossem os convidados ou as ações que acontecerem aqui fossem propositivas, não é? Os questionamentos feitos pelo Vereador Floriano, se respondidos, vão conseguir nos nortear para que a gente possa então propor algo para a sociedade. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Queria ceder o tempo para a Miriam poder também responder todas as perguntas e até mesmo perguntar se teríamos uma pessoa dentro da Secretaria específica até para... Eu até coloquei à Mesa aqui que há uma dúvida se realmente, quando nós fizemos aqui o requerimento e trouxemos à votação da Mesa, a própria Zilá não sei se ela se programou para poder estar aqui junto conosco, não é? Por isso que eu coloquei que a tua gentileza de estar aqui é primordial. ... E uma pessoa, dentro da Secretaria, que pudesse receber e também responder e até poder passar uma data aonde as pessoas que forem requisitadas a poderem estar aqui conosco pudessem estar confirmando através dessa pessoa.

A SRA. MIRIAM TRONNOLONE - Bem, eu queria esclarecer que o convite hoje foi feito em cima de algumas informações. Algumas delas eu tenho condição, de antemão, de detalhar. Nos foi colocado, também, que a demanda específica seria apresentada hoje. Até porque, mesmo que hoje estivesse presente a Zilá, que foi a pessoa oficialmente convidada, ela responde por uma parte desse atendimento na Secretaria - do atendimento específico da Proteção Social Especial que são serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Várias das questões envolvem, também, a Proteção Social Básica. Então, talvez nós pudessemos estar presentes, acredito que não teria nenhum problema, com representação de várias áreas específicas ou até mesmo da Secretária, da Coordenadoria Geral de Assistência Social, que hoje coordena as duas proteções. Essas são possibilidades que talvez dessem conta de um detalhamento maior e de uma articulação maior entre as informações. Eu queria deixar claro que enquanto informações da rede, a rede existente e o número de atendimentos, isso é possível passar. Eu tenho a relação dos serviços e o número de atendimentos dos serviços específicos. Mas, como o próprio Vereador Floriano levantou, existe também um atendimento indireto, às vezes feito através dos antigos núcleos socioeducativos, centros da juventude, centros para crianças, que poderiam estar sendo apresentados. Eu gostaria de colocar que a Secretaria está completamente à disposição. Entendo quando o ex-secretário e agora Vereador Floriano levanta que estamos nesse enfrentamento dessa discussão, por ora, às vezes, em várias posições: como secretário, como Vereador, como técnico, como profissional, como pessoas que estão na Secretaria. Eu acho que os presentes também estão no mesmo compromisso. A dificuldade de diagnóstico existe. Eu acho que São Paulo é uma realidade bastante complexa. É uma cidade grande. Tive a oportunidade de participar de um seminário do Disque Denúncia, Disque 100 Nacional, e percebemos a dimensão e a complexidade da cidade de São Paulo e a necessidade que temos de criar fluxos para colher informações, fazer diagnósticos, porque, hoje, por exemplo, temos denúncias que chegam através do Disque 100, temos denúncias que chegam através do Disque 181 - que é um serviço em parceria com o Governo Estadual, mas que recebe também denúncias do 181, de casos de violência, abuso e exploração sexual - essas denúncias são encaminhadas ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem a atribuição de acionar uma rede de proteção à criança e ao adolescente que daí nós fazemos parte, mas, não só a Assistência Social como também Saúde, Educação, Trabalho e outras secretarias afins e tem como responsabilidade acionar uma rede de responsabilização na linha de segurança. Só para complementar e concluir, a Comissão Municipal, que chama CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual - tem uma referência de Plano Municipal que está sendo detalhado, uma das ações desse plano é elaborar um diagnóstico dessa demanda. Então, a situação de diagnóstico de demanda que nós temos ainda é precária porque ainda podemos colher dados de demanda dos serviços, de vários serviços, mas será que é só isso? Para realmente saber a situação, precisamos de pesquisa, de um diagnóstico mais elaborado, isso faz parte do Plano Municipal. Queria dizer também que a Secretaria da Assistência coordena esta comissão, mas que, e nisso a gente tem uma responsabilidade fundamental, mas também que a comissão tem uma composição intersetorial, porque acho que é um assunto bastante complexo, e que, para enfrentar esta situação, vários conselhos participam, da Assistência, dos Direitos Humanos e também várias secretarias municipais, sob a coordenação da Secretaria da Assistência. Então, a relação dos serviços fica à disposição, e o detalhamento das informações também, para uma oportunidade que poderia ser agendada, e eu anotei todas as questões. Gostaria que fosse oficializada também as questões a serem apresentadas pela Secretaria no próximo convite ou convocação. Eu não tenho experiência de como funciona.

A SRA. SANDRA TADEU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU - Miriam, eu gostaria, sim, se você trouxe já hoje, alguns dados, porque, na verdade, nós aqui da Mesa, nós Vereadores, nós precisamos desses dados, para a gente ser mais objetivo, para saber realmente qual é o diagnóstico. Você acabou de dizer que o diagnóstico é precário. Eu queria saber se tem um tempo para vir esse diagnóstico, entendeu? Porque agora aqui estamos não numa fase assim de exposição, nós estamos assim, numa

fase que a gente está coletando dados, para que a gente possa, nós também fazermos um diagnóstico e ir no pontinho da ferida, para ficar cutucando alguma coisa.

A SRA. MIRIAM TRONNOLONE – Pois não. As informações que eu trouxe são relativas à rede de serviço específico de atendimento a essa questão. Isso está à disposição.

A SRA. SANDRA TADEU – Qual é a rede de serviço?

R – Esses cinco serviços macrorregionais e o que eles atendem, a quantidade.

P – Isso você tem, o que está falando para nós? É o mais importante, então, de tudo isso são esses dados, esses...

R – Posso apresentar então, verbalmente?

P – Faça o favor.

R – É o seguinte: Nós temos cinco serviços de proteção social à crianças e ao adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias. Esses cinco serviços, um está localizado, na Zona Sul, na região de Campo Limpo, através da parceria...

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Só um minuto, Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Desculpe-me. Só para facilitar os nossos trabalhos e até para melhorar a nossa comunicação, eu pediria a gentileza que você ficasse absolutamente à vontade, mas pediria a gentileza que você sentasse ali na cadeira de convidados de hoje, até para que facilitasse a comunicação nossa, entre nós da mesa e você.

A SRA. MIRIAM TRONNOLONE – OK. Obrigada.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Fique absolutamente à vontade.

R – Bom, continuando. Através de uma parceria com a rede criança de combate à violência, é um serviço conveniado com a Assistência Social. Tem a área de abrangência a macrorregional Sul, e é um convênio com capacidade para 80 atendimentos. Na região norte, nós temos um serviço, na Freguesia do Ó, através de convênio com o Instituto Sedes Sapientiae, é o Centro de Referência às Vítimas de Violência da Zona Norte, abrangência regional macronorte, capacidade de atendimento, 50. Na Região Oeste, temos um serviço localizado na Lapa, em convênio com Sedes também, com abrangência para a região Oeste, com capacidade de 50 atendimentos. Na Região Leste, temos um serviço de proteção social localizado em São Miguel Paulista, através de convênio com a rede de criança de combate à violência doméstica, com abrangência para atendimento da Região Leste, 80 atendimentos. E na região da Vila Mariana, temos o Centro de Estudos Paulista Psiquiatria, o Projeto Quixote, com abrangência macrorregional para 80 atendimentos. Aqui os dados de valores desses serviços também. Eu acho que posso deixar à disposição, entregar esse material.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Até aproveito e peço que o Secretário, no final, possa até recolher esse material. Para nós é importante. Pela ordem, Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu também queria colocar um questionamento e perguntar se vocês têm os dados de quantas crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente não estão atendidos, hoje, na rede de atendimento.

A SRA. MIRIAM TRONNOLONE – No momento, não. Poderemos apresentar os dados na próxima oportunidade. Essa foi uma questão que eu anotei e acho que é só agendarmos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim, mas acha que dentro do requerimento? Só quero o entendimento, dentro do requerimento que a gente mandou para a Secretaria, estavam todos esses dados. É isso, Vereador Floriano?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Não tinham os dados, acho no requerimento, não tinham todos os... no requerimento. A própria Miriam ela foi...

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, só mais uma vez esclarecer aos Vereadores qual foi o requerimento. O requerimento diz o seguinte: que venha a representante da Secretaria, que venha apresentar a essa CPI os serviços da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente vítima de violência, abuso e exploração sexual, as informações sobre a quantidade de atendimentos em função desse serviço, número de vagas, áreas de atuação, bem como eventuais denúncias que devam ser apuradas visando contribuir com o mapeamento das informações. Então, isso a Miriam está trazendo para nós, fica aqui a questão da demanda reprimida, ou seja, qual é a fila de espera, se é que eu posso chamar desse jeito, ou qual é a fila de espera de atendimento registrado pelas organizações sociais que são parceiras da Secretaria.

A SRA. MIRIAM – Por favor. Só queria esclarecer. Eu acho que as questões que estão apresentadas aí, na solicitação, foram respondidas. Eu gostaria que fosse feito um novo requerimento para oficializar e eu acho que isso daria mais segurança para que a gente possa se organizar, a Secretaria, e ter, contar numa próxima oportunidade com um representante para responder, em detalhe, as outras questões apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Em virtude daquilo que nos coloca agora, o que nos coloca a Miriam, eu gostaria, se fosse possível, Miriam, que fosse dado a nós, da CPI, no sentido de agilizarmos os processos, os trabalhos, porque a CPI é uma comissão instalada, é uma comissão parlamentar de investigação com prazo determinado, nós temos um cronograma a ser cumprido e esses dados nos são de grande valia. No estabelecimento desse relacionamento, desse bom relacionamento entre a Comissão e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, o que, para nós, é muito importante que até o final dessa sessão, seja nos dado um nome de um servidor encarregado na Secretaria em SMADS, encarregado lá, em receber os ofícios, votados e aprovados por essa CPI e nos informar, nos responder com maior, com a maior quantidade de dados e a maior brevidade de tempo, aqueles questionamentos que forem feitos pelos requerimentos aqui da CPI, para a gente evitar qualquer novo convite, novas possibilidades de fala, enfim, quer dizer, para a gente estabelecer mesmo uma maneira e uma forma dinâmica de comunicação entre a Comissão e a Secretaria.

A SRA. MIRIAM – Pois não. Posso informar? É, nós temos na Secretaria agora uma estrutura onde existe uma Coordenação Geral de Assistência Social, Cogeas, que é a coordenação técnica, então acredito que os ofícios poderiam ser encaminhados aos cuidados da Sra. Ângela Eliana de Marchi, que é a atual coordenadora da Coordenadoria Geral de Assistência Social, Cogeas, ou a outro critério da Comissão, mas assim, a área técnica, existe essa coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu já vou entrar um pouco dentro desse meu requerimento, que aí eu acho importante colocar, porque aqui nesse meu requerimento eu coloco alguns questionamentos nesse sentido, né? No sentido de qual o número das crianças, como eu perguntei aqui, não tem os dados, qual a proposta político-pedagógica dos programas de atendimento da criança e adolescentes explorados sexualmente, porque não ficou claro, ainda aqui, mesmo ela colocando os dados, ainda não ficou claro para a gente a política pedagógica. Então, eu gostaria de apresentar, claro, o requerimento, mas aí eu observo que o Vereador Carlos Bezerra coloca que é já estabelecer um contato direto para a gente ter respostas rápidas senão a gente vai ficar patinando na CPI.

O SR. FLORIANO PESARO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela ordem, Vereador Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO – Para esclarecer, duas coisas. Primeiro eu acho que, para mim, mais uma vez, ressaltar a importância da tua presença aqui. A nossa expectativa, hoje, é que a Secretaria nos apresentasse, hoje, o Plano Municipal, apresentasse a rede instalada, enfim, fizesse um diagnóstico, talvez, até em *Power Point*, ...*Power Point*, qual é a política pública instalada na cidade de São Paulo? O segundo ponto é uma discordância do meu colega de partido, meu Líder, nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra. A CPI do Poder Legislativo da cidade de São Paulo, vai encaminhar os seus requerimentos à Secretária da Pasta. Porque a resposta que vier da Secretaria é oficial. Quem tem de nos responder é a Secretária. Ainda que nós possamos manter, aí sim,

na sugestão do Vereador Bezerra e da Vereadora Juliana, um canal de comunicação para esclarecimento de informações, ou seja, alguma coisa no nível mais técnico que vá de fato acelerar o andamento da CPI as informações, como eu disse no início, estamos juntos, tenho absoluta certeza que o papel da SMADS e desta CPI é o encontro no final de propostas de políticas públicas para a cidade de São Paulo, identificando as falhas delas em todas as questões institucionais, inclusive na Vara da Infância, nos conselhos tutelares, na rede instalada. Estamos do mesmo lado. Mas é preciso do ponto de vista procedimental, que as respostas venham oficialmente assinada pela chefe da pasta, ou pelos chefes das pastas que vamos requerer informações.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Só para esclarecer, na verdade não há divergência entre a minha posição e da Vereadora Juliana, e a do Vereador Floriano. Ao fazer o que havia proposto, de forma alguma estava excluindo a possibilidade de respostas da Secretaria que é fundamental. É um questionamento oficial feito por um órgão, independente, como a Câmara Municipal de São Paulo, à Secretaria. Ou seja, não me passou em nenhum momento pela cabeça a possibilidade de que isso não fosse feito pela própria Secretária. Agora, precisamos de uma pessoa que faça esse diálogo cotidiano, que também tenho certeza que a Secretária é impossível fazer esse diálogo cotidiano com análise de dados em relação, especificamente a CPI, como disse, de forma diária.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Proponho que possamos fazer um novo requerimento com as perguntas, formular isso enviar para a Secretaria responsável da pasta. (Pausa) Já tem o requerimento da nobre Vereadora Juliana Cardoso. - A próxima depoente terá seu nome suprimido das Notas Taquigráficas por determinação da Presidência.

A SRA. \_\_\_\_\_ – Bom dia a todos. Sou mãe de duas vítimas de abuso sexual cometidas pelo seu genitor. Isso ocorreu em 2004, as crianças tinham 4 e 5 anos. Houve-se uma separação de corpos dentro de casa e o genitor propôs de eu estar dando liberdade para que ele pudesse, também participar, dormir com os meninos dentro de casa mesmo, em quartos separados. Eu estava dormindo com meus filhos no quarto deles e nisso ocorreu dele pedir que também tivesse a oportunidade de estar dormindo. Não vi nenhum tipo de problema, nenhum tipo de problema que constasse a cerca disso, e tive essa boa intenção de estar dando essa oportunidade apesar de ser genitor, de ser pai, de estarmos tendo um certo atrito por parte do casal, mas não vinha realmente a contribuir nada na questão das crianças. Então ele tinha o direito e esse direito e esse direito eu dei a ele como eu tinha meu direito também. Só que na verdade houve os abusos que vieram a tona depois, foi inúmeras assaduras, e eu achando que eram assaduras corriqueiras e gostaria de deixar bem claro para todos que estão fazendo parte dessa CPI, que a prevenção, em si, é muito complicada quando você trata de uma questão pessoal, dentro de casa, mas ao mesmo, daquelas pessoas que estão dentro de casa e não estão tendo aquela visão, até mesmo por parte de não ter a malícia, não ter aquela questão de você colocar em dúvida ou em cheque a pessoa que está dentro com você, que realmente está fazendo parte da sua família, que você esta tendo um tipo de relacionamento com ela, isso descarta qualquer tipo de possibilidade de ter os olhos abertos e começar a investigar por esse ângulo de questão pedofilia. É uma questão que vem a tona depois que isso já ocorreu. É uma coisa que não dá para detectar de cara. Já aconteceu. Isso é um fato. E tem ocorrido em diversos lares e quero deixar claro que é uma questão seriíssima e através de várias vezes que ocorreu a questão das assaduras em nenhum momento coloquei ele em cheque, ou duvidei, ou qualquer tipo de questionamento com relação ao genitor. Quero deixar claro que a princípio eu achei que fosse até comestíveis porque, como ele passava de a noite de sexta para sábado dentro do quarto com eles, e isso ocorria durante a madrugada e o que acontece? Ele dava muitas coisas que crianças gostam, danoninhos, yakut, todynhos, etc... Isso trazia o quê? Você analisa pelo campo alimentício. A princípio analisei pelo campo alimentício. Comecei a brigar com ele nessa questão. E depois disso veio a brincadeira de conotação sexual por parte dos meus filhos. Onde detectei, após meses, porque ele, além dele fazer toda esse brincadeira durante a noite, que ele levava fitas cassetes da Blockbuster, ele passava a noite com eles trancados, não permitia que eu entrasse dentro do quarto. E no dia seguinte ele levantava e levava os meninos para passeio, onde ele trazia diversos brinquedos, não era uma só caixa, eram várias. E por ser um empresário – quero deixar bem claro que sou totalmente na questão de dizer que é uma doença – porque quem é doente não tem a capacidade e nem a competência de dirigir uma, duas, ou três ou mais empresas. Que é o caso dele. Quero deixar claro aos senhores e toda essa comissão, que a coisa não é bem assim de se tratar de uma lesão, ou qualquer tipo de problema equivocado trazendo distúrbios na questão de mentalidade. Um pedófilo quando ele exerce isso em cima de uma criança como foi o fato dos meus filhos de cometer incesto duplo e ainda ter a questão de ameaçar, amedrontar eles, e ficar debaixo de opressão em cima deles, que se contasse, o meu mais velho, ia acontecer algo pior com a mãe dele e para o meu menor, dizendo que ele ia para cadeia e eu comecei a perceber pela questão das crianças. Porque após os brinquedos tudo mais, quando eu andava na rua com eles, para levá-los para a escola, o menor, quando se aproximava um carro de polícia parado no trânsito, do lado do meu carro, ele entrava em desespero e começava a perguntar: mamãe eles não vão me levar preso? Vão? Quero deixar bem claro para vocês que não se trata apenas, não doente, coitadinho, vítima. Ele abusou de uma criança. Ele foi além. É um crime hediondo. Não considero um coitadinho. Ah, coitadinho ele tem de ter uma pena. Não é questão de pena. É uma questão de direitos humanos. Cadê os direitos do ECA? Cadê o Estatuto dos 18 anos que temos no País e que não sai do papel? Quando vai sair do papel e quando é que é uma violência, quando não é constatada através de laudo, IML, que quase 90% dos casos de IML – isso quem deu para mim foi o próprio rapaz do IML, da recepção – que disse assim: minha senhora, quase 90% dos casos do IML são todos prejudicados. Parece que é xerox. Isso do Perola Byington. Então gostaria que vocês realmente vissem, analisassem os fatos, e com prioridade, com responsabilidade; e ir atrás, também, desses dados.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB) – Eu só queria fazer uma pergunta. Bom, depois dessa história toda, você achar que ele não era doente... Do ponto de vista de saúde mental, parece-me que ele é muito doente. Mas, independentemente disso, a minha pergunta é a seguinte: qual foi o procedimento que você teve acesso, ou adotou? Você chegou a procurar a Vara da Infância, o Conselho Tutelar, a Polícia? Qual foi o procedimento adotado. E queria te fazer uma segunda pergunta também: Como você chegou nessa CPI, hoje? Quer dizer, qual foi o interesse que a motivou a estar presente hoje? Você viu a CPI pelos jornais, você sabia que a Câmara estava iniciando esse trabalho? Porque você não trabalha nisso, pelo o que eu entendi. Então eu queria essas duas informações. Primeiro, saber qual foi o procedimento que você adotou a partir da descoberta do fato. E, em segundo lugar, como você se sentiu motivada a estar aqui, hoje, presente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu também gostaria de fazer uma pergunta. Quais as dificuldades que você encontrou em todo esse processo de chegar à conclusão que aconteceu, e até o processo todo, juridicamente? Como que está havendo esse desenrolar? Porque eu sei, também, que também tem muitas dificuldades.

A SRA. \_\_\_\_\_ – Eu quero explicar para vocês que após o meu conhecimento, infelizmente, da questão, eu procurei. Eu estava já em processos de entrada no Fórum – de separação de corpos; e ele também, o genitor. E aí, durante esse trajeto, eu liguei. Quando eu vi a brincadeira de conotação sexual entre os meus dois filhos, que eles não tinham isso, eu liguei para o meu advogado, e ele pediu que eu fizesse qualquer tipo de manifestação perante uma delegacia, de um órgão público, ou alguma coisa na questão de autoridade, que eu tivesse isso, uma certeza. Então que eu fizesse uma análise com eles – com psicóloga –, e apresentasse, quando eu tivesse com uma coisa concreta na questão, como: "A psicóloga falou 'é'", então você ingressa na delegacia. E eu realmente fiz uma análise do meu menino. E ouvem-se mesmo os fatos narrados por ele. Aí, depois disso, eu tomei a incumbência de ir a uma Delegacia da Mulher – porque não temos uma delegacia especializada na questão de pedofilia; então a gente vai para um lado... do centro da mulher –, e fui atendida. E lá foram elaborados laudos dentro do Centro de Psicologia da Delegacia da Mulher. E foram novamente constatados... A Dra. Maria Cecília pediu, inclusive, a prisão preventiva do genitor. Seguiu para o DIPO do Fórum Criminal, onde não aconteceu exatamente nada. Eu quero deixar bem claro para vocês que, atualmente, eu estou, ainda, nesse percurso. Não é fácil. Você não é ouvida. Eu quero deixar bem claro que não é só eu, mãe, mas há diversas mães e parentes que se doam, e que têm esse desgaste durante esse período. E somos, muitas vezes, até chamadas de loucas; caluniamos, difamamos, etc. E quero deixar bem claro que, com relação ao que a Vereadora perguntou, é que atualmente a Justiça determinou uma guarda provisória para o pedófilo. Eu não

estou, faz cinco meses... Vai fazer seis meses que eu não tenho acesso aos meus filhos. É claro que eu também tive um problema com relação ao meu advogado, que houve a desistência, não me comunicando. Mas quero dizer para vocês que eu preciso de ajuda, porque faz exatamente quase seis meses que eu não sei o paradeiro dos meus filhos. Eu tinha uma visita pelo CEVAT, que é o visitário público de São Paulo; que foi designado para lá. E eu não estava... Simplesmente não sabia. Eu não fui avisada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas eu não entendi. Mãe, se você não tem acesso aos seus filhos, ele conseguiu a guarda dos filhos?

A SENHORA – Exatamente. Ele está com os meus filhos agora. Nesse período de quase seis meses, ele está com o domínio dos meninos. Os meus filhos, inclusive... Eu tive, em 28 de novembro de 2008, uma ligação do meu menino. E a ligação foi assim, exatamente desse jeito... Ele ligou para a casa da minha tia. E eu estava na casa da minha tia. E a minha tia atendeu o telefone, viu que era ele e passou. E ele falou assim: "Tia". Eu falei: "É a mamãe, (Nome omitido por determinação da Presidência)". Ele falou: "Mamãe, que saudade. Mãe, eu estou morrendo de saudade. Eu te amo muito, mãe." Eu falei assim: "Filho, a mamãe está correndo atrás, a mamãe está cuidando. Eu vou ajudar você e o (Nome omitido por determinação da Presidência) sair disso." Ele falou: "Mamãe, mamãe, não dá para mim falar". Ele chama o genitor dele de gordo – pela obesidade, mas pela forma de tratamento deles. Não é uma coisa que foi imposta. Eles é quem têm essa certa maneira de se manifestar por ele. Ele falou: "Mãe, o gordo vem vindo. Mãe, eu tenho que desligar." E desligou. Exatamente, de 28 de novembro para cá, eu não tenho mais acesso nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Com todo esse relato que teve aqui, eu até, sinceramente, fiquei sensibilizada. E fiquei imaginando a sua situação, porque eu também tenho uma filha e eu fico imaginando isso. Mas assim, surgiu o fato de investigação. Então, a partir disso, a gente pode começar, de alguma forma, já, desse caso, começar a trabalhar, efetivamente, nas coisas que a gente precisa fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, ratificando aquilo que fala a nobre Vereadora Juliana Cardoso, temos o primeiro fato trazido a esta CPI. É um fato e é, ao que consta a todos, claramente um fato onde se tem uma de abuso sexual. Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho a que façamos – sei que essa é a posição de todos os Vereadores – um requerimento conjunto para que esse seja o primeiro fato a ser investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na cidade de São Paulo. Uma pergunta que a Vereadora Sandra me coloca, nesse momento – até porque, desculpe-me, pois que somos, estamos profundamente sensibilizados com o que ouvimos aqui e solidários a sua causa. Mas a Vereadora Sandra me lembra o seguinte: se você é moradora da cidade de São Paulo?

A SRA. \_\_\_\_\_ – Sim. Sim, exatamente. Sou.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – E o que a motivou a vir a esta CPI? Quem a convidou?

A SENHORA – Bem, eu venho acompanhando todas as manchetes, os jornais, porque, infelizmente, nós não temos uma campanha aberta a nível nacional. Por exemplo, teve, no ano passado, uma que falava assim: "Apenas um olhar. Denuncie." Mas, na verdade, esse "apenas um olhar, denuncie a violência", em si, não diz muita coisa dentro de uma delegacia. Eu queria deixar bem claro para vocês que quando você é recebida numa delegacia, e, justamente, a gente vai para fazer a denúncia, é levantada uma série de coisas, como se você estivesse se propondo a... "Ah, você está "brigada" com o seu marido, para você estar fazendo...?" Então, assim, não é colocada a criança, em si. É levantada a vida da mãe, de todo mundo, menos da criança.

O SR. FLORIANO PESARO – Só uma questão, para encerrar o meu questionamento, Presidente. Eu estou entendendo que tem um processo na Vara da Infância, ou na Vara da Família. É isso?

A SRA. \_\_\_\_\_ – Tem. Exatamente.

O SR. FLORIANO PESARO – Tem. Tá bom. Depois nós vamos pegar. A segunda questão que eu acho que era importante a gente saber, como é que você veio para cá, hoje? Quer dizer, você está dizendo que você foi motivada pelos jornais.

A SRA. \_\_\_\_\_ – Exato.

O SR. FLORIANO PESARO – Mas isso não significa que você sabia que a CPI se reunia...

A SRA. \_\_\_\_\_ – Não; o Dr. Rony me convidou.

O SR. FLORIANO PESARO – Quem é o Dr. Rony?

A SRA. \_\_\_\_\_ – E o Gabinete do Dr. Marcelo também que me atendeu, a semana passada, no dia 25 de março.

O SR. FLORIANO PESARO – Quem é o Dr. Rony?

A SRA. \_\_\_\_\_ – o Dr. Rony, do Dr. Magno. E, inclusive, o Dr. Marcelo, eu fui indicada por uma amiga minha. E eu consegui chegar até o Dr. Marcelo.

O SR. FLORIANO PESARO – Está bom. Muito obrigado.

O SR. VEREADOR QUITO FORMIGA – (PR) – Eu gostaria de fazer só uma pergunta à mãe. É uma coisa que não ficou muito clara. Diante de uma acusação tão grave contra o genitor, com que argumentos, como que ele conseguiu a guarda dessas crianças?

A SRA. \_\_\_\_\_ – O fato de não ter o IML conclusivo e prejudicado, já diz, porque a nossa lei, infelizmente, dá a brecha. E eu achei inadmissível. Com quatro laudos – inclusive, feitos, um, pelo judiciário, do Fórum João Mendes; dois feitos pelo Centro de Psicologia da Delegacia da Mulher – e isso não ser o suficiente.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Somente para maiores informações...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Somente para maiores informações e para tirar dúvidas das pessoas, você veio na Câmara dos Vereadores por qual motivo? Como você descobriu que aqui você poderia fazer alguma manifestação ou trazer este caso?

A SRA. \_\_\_\_\_ – Vim a princípio... conheci vocês no dia 25 que foi onde eu fui recebida por vocês, pelo seu gabinete, e ali eu fui ouvida. Eu tive também, como posso dizer? O convite de estar aqui através do Dr. Rony para que eu pudesse ter esta participação, para que eu tivesse uma voz aqui para estar nesta campanha porque para mim esta campanha eu sei o que eu estou falando porque eu vivi, eu sei o que é diurese noturna, eu sei o que é assadura hoje, eu sei o que é as crianças estarem raivosas, revoltadas e caladas e não poder fazer nada. Você começa a descobrir uma série de coisas que você vive dentro de casa. Então, eu quero que vocês entendam que não é uma coisa só falada é uma coisa vivida. Então, eu não estou falando aqui. Eu quero que vocês, não é..., eu sei que tem gente que é contra levar isso a conhecimento na imprensa, mas infelizmente, a população só fica sabendo desta maneira. É da pior forma. Você está entendendo? É você realmente abrir mesmo e dizer: "olha está acontecendo isso" porque infelizmente nos lares quando acontece dentro de casa você não tem voz e quando você vai procurar as vozes para ser por você e pelo teu filho, muitas vezes, lhe é negado. Então, eu quero que vocês tenham seriedade e realmente competência mesmo de ir a fundo nisso porque, tenho certeza, que vocês vão ter muitas coisas que estão encobertas que vão trazer à luz. Tenho certeza que vai se resolver muita coisa, pode não se resolver todas, mas a princípio de muitas formas vai ser limitada esta ação, vai ser feito um pare, um stop, literalmente para este tipo de abuso, este tipo de violência contra a criança e o adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito. Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA – Faço um primeiro requerimento, Sr. Presidente, e submeto a apreciação de todos os Vereadores e também de V.Exa. para que o primeiro caso a ser investigado por esta CPI seja o caso relatado aqui hoje nesta manhã e encaminho a V.Exa. para votação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Pela gravidade do caso e pelo fato de ter sido relatado aqui na CPI vamos elaborar aqui um requerimento, mas já podemos abrir uma votação para este caso emergencial. Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quando falei já tinha feito um requerimento no sentido do que o Vereador acabou de colocar de fazermos esta investigação. É só para deixar claro.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA – Não há problema Sr. Presidente, façamos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereadora Juliana Cardoso pode, por favor, ler o requerimento.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Fiz dois outros requerimentos. Então, vou ler: “Sr. Presidente, a Comissão da CPI com o propósito de subsidiar os trabalhos desta honrada comissão com informações e dados reais acerca da exploração e violência sexual contra a criança e o adolescente requeiro, nos termos regimentais, que seja oficiado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento para que forneça as seguintes informações: qual a rede de atendimento para crianças e adolescentes abusados sexualmente - já havia sido feito o pedido pelo Vereador Floriano. Qual a proposta político-pedagógica dos programas de atendimento para a criança e o adolescente explorados e abusados? Qual o número de crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente não atendidos hoje na rede de atendimento? Acho importante salientar que sejam privados os nomes e dados da criança e do adolescente para não expor estas crianças. O segundo requerimento, nos termos regimentais, que seja oficiado à polícia militar do Estado de São Paulo a prestar informações a respeito do disque-denúncia, do 181, sobre violência e abuso sexual praticado contra a criança e o adolescente.

Da mesma forma, para preservar os dados pessoais da criança e do adolescente. Ela colocou, também, o Disque 100, que vou pedir já para a Assessoria colocar um outro, para acrescentar o Disque 100. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Temos mais dois requerimentos, mais o requerimento da Vereadora Juliana Cardoso, é o mesmo requerimento este?

A SRA. JULIANA CARDOSO - Sim, é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – A Presidência, então submete este requerimento, que é denúncia à Polícia Militar, 181, e sobre violência e abuso sexual praticados contra criança e adolescente. Perfeito? A votos. Vereadora Sandra Tadeu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – OK? Vereador Carlos Alberto Bezerra Júnior, de acordo?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereador Quito Formiga?

O SR. QUITO FORMIGA – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Também estou de acordo com o presente requerimento. Então, está aprovado o requerimento da Vereadora Juliana Cardoso.

Temos um requerimento, primeiro requerimento do Vereador Floriano Pesaro.

- É lido o seguinte: “À Presidência da douta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que sejam encaminhadas as perguntas a seguir para a Sra. Ângela Eliana de Marchi, que, conforme indicação da representante do SMADS, presente na sessão de hoje, com o objetivo de apresentar a rede de proteção às crianças e adolescentes, vítimas de violência e exploração sexual. As informações sobre a quantidade e os funcionários do serviço, número de vagas e áreas de atuação, bem como eventuais denúncias que devam ser apuradas, visando contribuir com o mapeamento das informações desta Comissão e assim com a efetividade das ações.”

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Nobres Vereadores, a votos. Sandra Tadeu está de acordo com este requerimento?

A SRA. SANDRA TADEU - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Vereador Carlos Alberto Bezerra Júnior?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereador Floriano Pesaro?

O SR. FLORIANO PESARO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereador Quito Formiga?

O SR. QUITO FORMIGA – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Vereadora Juliana Cardoso?

A SRA. JULIANA CARDOSO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Está aprovado o requerimento do Vereador Floriano Pesaro. Tem a palavra, pela ordem, nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Júnior?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos por um minuto, apenas para que vejamos os requerimentos, porque eu estava fazendo levantamento dos documentos, fazendo uma ordem dos documentos do relatório, há inúmeros requerimentos que já foram apresentados pelos Vereadores, mas que ainda não foram votados, e, por causa disto, estão atrasados, não chegaram às Secretarias, aos órgãos, as pessoas ainda não foram convocadas. Então, peço um minuto, apenas, para organizarmos os requerimentos e façamos a leitura e a votação em bloco dos requerimentos que não apresentam divergência de opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – OK. Os trabalhos estão suspensos por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) - Voltando aos trabalhos desta CPI, os dois últimos requerimentos que foram lidos por esta Mesa estão aprovados. Temos apenas um último requerimento. “Devido ao depoimento prestado a esta CPI pela senhora que, em virtude de proteção legal não podemos declinar o nome, solicitamos que seja apurado por esta CPI as denúncias feitas pela mesma nesta reunião”. Eu peço que... Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO – Só para garantir, atenção à TV Câmara, avisar o Sr. Lancha, que é o nosso Diretor aqui que essas informações, especialmente nesses casos, são sigilosas. É importante porque, se não, vamos prejudicar o próprio trabalho da CPI. As informações são sigilosas. Eu já vi que deu entrevista na televisão. As informações são sigilosas, vamos ter de apurar os fatos, vamos fazer diligências. É para que se preserve a identidade dessa senhora, das crianças. Inclusive, peço nas Notas Taquigráficas a supressão dos nomes porque isso vai correr em segredo na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Tem a palavra a Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só colocando que, nem internamente, acho que não tem que ficar “rolando” essa entrevista que a mãe deu na TV Câmara, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nós pedimos ao pessoal da TV Câmara, como o Vereador Floriano comentou, para que não se inclua nenhum tipo de entrevista até para assegurar a proteção da senhora depoente e não atrapalhar o andamento do processo porque vai ser apurado. Temos mais um requerimento direcionado para o Plenário. Pela ordem, Vereador Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Sr. Presidente, foi encaminhado à CPI na última sessão documento assinado por aproximadamente 150 entidades e organizações da sociedade civil, nacionais e pelo que nos consta inclusive internacionais de notório reconhecimento pelo trabalho que realizam na questão da prevenção e do enfrentamento da violência sexual contra a criança e da exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso país. Esse requerimento propõe, tem um entendimento conceitual sobre a questão da pedofilia completamente diferente do que foi colocado aqui muitas vezes. Aliás, Sr. Presidente, sobre essa questão conceitual de pedofilia, eu gostaria fosse anexado aos documentos da CPI um panfleto. Aliás, fazer um convite, porque recebi esse panfleto que é um convite, na tarde de ontem, para uma audiência pública que acontecerá na Assembleia Legislativa, agora no dia 16 de abril, às 14h, que fala sobre o Combate à Pedofilia no Estado de São Paulo. É um panfleto que tem uma convocação do Deputado Bispo José Bruno que esteve na primeira sessão, na abertura dos trabalhos da CPI. Eu gostaria que fosse anexado o documento que é uma convocação pública, é um documento que nos ajuda também no debate, aliás, riquíssimo debate conceitual que vem sendo feito nesta CPI, que diz o seguinte: O que é pedofilia? Esse é o documento assinado

pelo Deputado Bispo José Bruno. “A pedofilia atualmente é definida simultaneamente como doença, distúrbio psicológico, e desvio sexual ou parafilia pela Organização Mundial de Saúde. Nos manuais de classificação dos transtornos mentais e de comportamento encontramos essa característica diagnóstica”. E por aí vai. Seria muito importante que esse documento fosse anexado aos documentos da CPI até porque tivemos uma riqueza no debate conceitual sobre a diferenciação entre a pedofilia, violência sexual contra criança, exploração sexual comercial enfim, as várias formas de abuso contra as crianças. E isso nos faz, hoje, encerrarmos esse debate com a, proponho aqui, com a votação do requerimento que nos foi feito, do manifesto que nos foi colocado, do documento que foi entregue, por várias entidades. Eu vou ler o nome das entidades, mas gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, não, vou ler só o documento, o documento já foi lido, aqui nessa CPI, ele só vai, só vou acrescentar as entidades que se somaram, nessa semana, a esse debate rico e amplo que nos faz a todos crescermos. Mas, a importância de que, essa votação faz com que ampliemos o foco da CPI e diminuamos a possibilidade de confusão entre os conceitos de pedofilia, de abuso, de violência sexual e de exploração sexual comercial. Pela compreensão desse documento, a forma com a qual está colocado o nome da CPI, como única e exclusivamente como CPI da Pedofilia, ela exclui a possibilidade de investigação de outros crimes cometidos contra a criança. Como esse caso típico, que foi apresentado aqui. Então, há um entendimento de todos os Vereadores; de que devemos sim, ampliar, de que devemos sim, incluir todas as formas de violência contra a criança para que possamos ter a possibilidade de enfrentar, também, as redes de exploração sexual comercial, que possamos também, investigar a possibilidade de crimes na Internet, sem dúvida nenhuma, que ressaltamos a importância da pedofilia, sem dúvida, mas, lembrando sempre que a pedofilia é apenas mais uma face da violência e do abuso sexual contra a criança. Se estivermos restritos a esse foco, excluiremos esses criminosos que hoje vendem sexo com as nossas crianças, ganham dinheiro com isso. Se fizermos isso, corremos o risco de excluirmos estes que abusam e exploram das nossas crianças e que, não necessariamente, são pedófilos. Vamos olhar a questão da pedofilia com muita propriedade sim, a gente vai colocar o dedo na ferida, vai sim. Mas é importante a gente ressaltar esse debate. E esse debate onde queremos a responsabilização de todos, não de uns poucos. É muito importante que seja feito. Nós precisamos fechar, como foi dito aqui, fechar todas as brechas possíveis, todas as brechas possíveis. E nesse sentido, esse é um compromisso desta CPI, proteger as nossas crianças, proteger as suas famílias e não expô-las de maneira inadequada. Então nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero aqui ressaltar que esse posicionamento foi encaminhado à essa CPI, como relator dela faço aqui, já foi feita leitura, o registro, nos documentos, nas notas taquigráficas, mas eu gostaria de dizer que esse posicionamento é um posicionamento, hoje, feito por grande parte da rede de entidades que atendem e que atendem crianças vítimas de violência sexual na nossa cidade e que, a partir de hoje, como foi encaminhado, constam novas instituições que aderiram a esse manifesto, que conta hoje com 127 instituições, fazendo um apelo para que o foco da CPI seja ampliado e seu nome seja alterado. Assinam Movimento Nossa São Paulo, Grupo de Trabalho Criança e Adolescente, representando as seguintes instituições: Instituto Sou da Paz, Fundação Telefônica, Revista Viração, Ceats/FIA, Instituto São Paulo contra Violência, Policiadania e também assina o Unicef, o Fundo para Crianças das Nações Unidas. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, peço a V. Exa., com devida anuência e conforme entendimento de todos os Srs. Vereadores, que se coloque o requerimento da Sra. Vereadora Juliana Cardoso a votos, pedindo a alteração do nome dessa CPI, a ampliação do seu foco e a contemplação da investigação e da responsabilização de todas as formas de crime e de violência sexual contra criança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Perfeito, nobre Vereador Bezerra. Peço para que a nobre Vereadora Juliana Cardoso possa ler o requerimento.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Devido à manifestação das entidades e da sociedade e de nós Vereadores, em consenso, a mudança do nome de Pedofilia para Pedofilia Violência Sexual Infância-Juvenil para que nós possamos abranger essa questão da violência sexual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Esse requerimento é consenso de todos. Todos estão realmente de acordo.

O SR. FLORIANO PESARO - Sra. Juliana, pode ler novamente, qual seria o nome? Seria Comissão Parlamentar de Inquérito ...

A SRA. JULIANA CARDOSO – ... de Pedofilia, Violência Sexual Infância-Juvenil. Só um minutinho que eles vão acrescentar alguma coisa.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente, eu solicito um minuto de suspensão dos trabalhos, apenas vamos fazer esse re-encaminhamento. Eu solicito que o encaminhamento, o requerimento da Sra. Vereadora Juliana Cardoso seja feito de acordo com o que preconiza o documento das entidades, dentro da proposta do nome que as entidades propõem à CPI em consonância com o Plano Nacional, Estadual e Municipal de enfrentamento e combate à violência e exploração sexual comercial na nossa Cidade.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente. A colocação é o enfrentamento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Nós vamos elaborar o documento.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu vou elaborar de novo, mas é no sentido de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – É só para ganharmos tempo...

O SR. FLORIANO PESARO – Para facilitar o trabalho e aprovar, Sra. Vereadora Juliana, de repente a gente consegue aqui tirar como requerimento e votar por unanimidade a seguinte proposta: Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infância-Juvenil. Todos estão de acordo? Eu solicito que ponham a votos então. Comissão Parlamentar de Inquérito e do Enfrentamento à Violência Sexual Infância-Juvenil. Lido o requerimento. Coloco à votação. Consenso. Todos estão de acordo com esse nome. A votos. Sra. Juliana Cardoso, concorda?

A SRA. JULIANA CARDOSO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Sr. Vereador Quito Formiga?

O SR. QUITO FORMIGA – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Sr. Vereador Floriano Pesaro?

O SR. FLORIANO PESARO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Sr. Vereador Bezerra?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Sra. Vereadora Sandra Tadeu? Favorável. Eu também como presidente, sou favorável. Está aprovado a alteração pela Mesa da ampliação do nome da CPI da Pedofilia para CPI da Pedofilia Enfrentamento à Violência Sexual Infância-Juvenil. Está aprovado, não tendo mais nada a declarar, damos como encerrada a Sessão Ordinária da CPI.



FL. Nº 44

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE PEDOFILIA,  
ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16 de abril de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Temos a presença dos Vereadores membros: Marcelo Aguiar, Netinho de Paula, Quito Formiga, Floriano Pesaro, Vereadora Sandra Tadeu e Vereador e relator desta CPI Carlos Alberto Bezerra Júnior. Recebi um requerimento informando o compromisso da Vereadora Juliana Cardoso nesta manhã, que não estará presente, mas enviou um comunicado a todos. Recebemos também uma grande quantidade de material sobre pedofilia na área do atendimento, enviado pelo Dr. Jefferson Drezet, do Hospital Pérola Byington. Este material foi distribuído a todos que fazem parte desta Mesa e via e-mail para todos que participaram da última reunião dos assessores sobre a CPI da Pedofilia. Peço que o material seja autuado ao processo da CPI da Pedofilia. Peço ao secretário da CPI que leia o ofício recebido da Primeira Secretaria daquela entidade, de autoria do Deputado Estadual José Bruno. - É lido o seguinte: (ofício JB 374/2009)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Temos nesta manhã a honra de receber o Dr. Cláudio Hortêncio, que irá apresentar todo o material que ele possui, colhido durante esses anos de trabalho na área específica. Vou deixar para ele falar aos presentes. Gostaria de informar que na última reunião falamos a respeito de uma reportagem publicada no *Jornal da Tarde* sobre a falta de preparo das pessoas que trabalham na área de educação, dos colégios de São Paulo, para que os professores possam abordar o assunto de abuso, de violência sexual, de pedofilia. Trouxemos o Dr. Cláudio para que possa esclarecer o trabalho que vem realizando durante todos esses anos. Tem a palavra o Dr. Cláudio, para mostrar tudo o que o senhor trouxe. Antes, tem a palavra, pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra Junior.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas um esclarecimento, estava assinando um ofício e não entendi a relação entre a reportagem do *Jornal da Tarde* com a presença do Dr. Cláudio Hortêncio.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - O Dr. Cláudio veio aqui nesta manhã, ele é um pesquisador da Universidade Bandeirante, de São Paulo, tem experiência na área de Direito com ênfase no Direito da Criança e do Adolescentes e vítimas de abuso sexual. Ele é coordenador do núcleo de defesa do Cedeca Interlagos – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos – que desenvolve a proteção jurídica e social de crianças e adolescentes. Porque a presença do Dr. Cláudio? Na última reunião falamos a respeito das escolas que não têm um preparo e como vamos abordar hoje o tema da educação - por isso falei desta matéria. Tem a palavra pela ordem o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas para fazer uma ressalva importante em virtude do momento que passamos no município. Há uma matéria que aconteceu logo que foi publicada no *Jornal da Tarde* – inclusive peço a assessoria da CPI que disponibilize a nós e a todos os presentes – há hoje no município de São Paulo um programa específico de formação e capacitação dos servidores públicos, principalmente dos servidores da educação, programa que vem sendo desenvolvido em parceria com a WCF Brasil - uma organização fundada pela rainha da Suécia e que acontece em consequência de uma lei elaborada por mim e aprovada pelos Vereadores nesta Casa e que foi sancionada pelo Sr. Prefeito Gilberto Kassab em 2007. São Paulo é um município pioneiro nesse sentido, diria que hoje em termos de capacitação dos educadores é vanguarda no País, aliás, até seria interessante a gente, em algum momento, trazer alguém para falar especificamente do trabalho que vem sendo feito na rede, em especial na rede de Educação, mas é importante frisar isso para que não paire nenhuma dúvida sobre o que acontece no Município de São Paulo, o programa que envolve a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Educação, porque essa matéria fala da rede privada. E na rede pública, hoje, há um programa de capacitação, como disse, acontecendo, fruto de uma lei que foi trabalhada durante cinco anos, nesta Casa, aprovada e já há dois anos, em funcionamento. Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** - Sr. Presidente, eu tenho, neste pouco tempo aqui, como Vereador na Câmara, visto coisas que têm me deixado muito impressionado. Aproveitando a fala do Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., ontem, também o nobre Vereador que preside a Comissão de Educação, Eliseu Gabriel, no tema, do que se dizia com relação à escola pública e que era segurança nas escolas, nós estávamos aqui, criando uma série, sugerindo uma série de coisas, quando eu fui surpreendido por ele. Porque ele me passou uma lei de 2007, que também tinha sido aprovada, não era um projeto, já era uma lei, a exemplo do que o Vereador Carlos Alberto Bezerra acabou de citar aqui. Eu percebo o seguinte: a conclusão do que, desta minha pouca convivência ainda aqui, na Casa, é que existem leis maravilhosas, existem já fatos tão bem pensados, mas acontece que nos jornais, quando foi questionado como é que as escolas públicas, por exemplo, tratam a questão da pedofilia nas escolas, o assunto sobre abuso sexual, os professores não se sentiam à vontade em responder isso. Então, esse trabalho que vem sendo feito desde 2007, que iniciou aqui, através do projeto do Vereador Bezerra, ele não está sendo cumprido, na íntegra. O que eu gostaria de saber é a quantidade de professores que nós temos na rede e que passaram por esse treinamento, por esse curso, que a gente percebe que têm, inclusive, empresas de métodos muito prestigiadas nesse projeto de capacitar os professores. Mas, a gente precisava entender como é, o que está acontecendo nas escolas públicas, nesse sentido, para que tenhamos um resultado, um pouco mais apurado, porque é tudo muito vago. E passa essa impressão; às vezes, a gente vê a Imprensa noticiar ou falar as coisas e a gente tem a impressão de que aqui, esta Casa não trabalha. E a fala do Vereador Bezerra me despertou, exatamente o pensamento de ontem, quer dizer, existe já um projeto, o Vereador pensou nisso, já desde 2007 que isso vem tramitando e o que eu gostaria de saber é a quantidade de professores que já foram capacitados, seja da rede pública, seja da rede privada e como é que esses professores estão lidando com esse assunto que é frequente hoje, principalmente na galera do gueto, ou seja, nas escolas públicas. É isso o que eu gostaria de saber.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Sr. Presidente, até para não me estender, para que seja dada a palavra ao nosso convidado aqui, desta manhã, só fazendo uma reação à fala do Vereador Netinho, que lembra a todos nós, a dificuldade que temos entre, no estabelecimento desse diálogo entre o Executivo, o Legislativo, a dificuldade na implantação de medidas, a dificuldade na, enfim, em que se tornem concretas as medidas que são feitas no município, mas eu diria ao Vereador, fazendo aqui a resposta, e em resposta a essa matéria, que eu vou responder ao final, demonstrando os dados, através da própria matéria do *JT*, que é consequência desta. Porque, às vezes, a gente dá uma super, como posso dizer, dá uma superexposição ou uma superênfase aos aspectos negativos, quando há inúmeras ações positivas acontecendo na cidade de São Paulo. A rede inteira já foi coberta, já foram todos capacitados? Claro que não; mas algo está sendo feito, algo está sendo feito, bem feito, bem realizado pela Secretaria de Educação, por outras Secretarias, há números concretos. A turma, a

primeira turma foi formada, estive lá, tive o privilégio de estar lá, no prédio do Ministério Público, há duas semanas. Então, há muita coisa boa acontecendo. Mas, para que a gente não estenda esta discussão, eu me ative a isso porque essa matéria, fiz a distinção entre aquilo que é a capacitação da rede privada e o que é a capacitação da rede pública. E a responsabilidade da Prefeitura é a capacitação na rede pública e não na rede privada. Então, fiz questão de fazer essa distinção para que a gente lembre sempre que, apesar de todas as dificuldades nesse diálogo entre o Legislativo, Executivo; apesar de todas as dificuldades que temos nós, como Vereadores, para aprovarmos os nossos projetos, aprovarmos leis, torná-los concretos na cidade, apesar de todas essas dificuldades, há muita coisa boa acontecendo na cidade e a CPI é um bom espaço também para que essas coisas boas sejam estudadas, avaliadas, criticadas e aprimoradas.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Esta Presidência parabeniza o nobre Vereador, pela lei, pelo projeto, por aquilo que já vem sendo realizado e também, até pede que aquilo que ainda está de uma forma deficiente, em termos de capacitação, traga mesmo para essa Comissão, para que nós possamos criar políticas públicas e até mais, até chamar os respectivos, pessoas que estão à frente desse trabalho na própria Secretaria para que haja, realmente, uma agilidade nessa capacitação. Parabéns ao nobre Vereador Bezerra. Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Sr. Presidente, seguindo os passos, aqui, do que foi orientado, é exatamente isso; o senhor até completou bem. Eu estou dizendo o seguinte: é que em 2007, isso virou lei, proposta pelo Vereador. E o Vereador acabou de dizer que ele esteve na semana passada, na conclusão da formação dos professores, se não me engano, é isso? É isso, Vereador?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – A capacitação leva seis meses, Vereador.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Não, não é essa a questão. Estou dizendo o seguinte: na semana passada foi que o Vereador compareceu na primeira conclusão disso. É para a gente ver um pouco e se a gente pensar aqui em cronologia, um projeto aprovado em 2007, passou 2008 e agora, em 2009, a gente teve então, essa primeira turma que foi formada. O que eu estou propondo e que eu gostaria de saber, e que talvez o Vereador irá poder me responder é - inclusive não é crítica, porque se já começou a fazer, eu acho que é maravilhoso - é a quantidade de professores que estão hoje, dizendo assim: nós estamos capacitados. E qual é o planejamento deste ano, porque a quantidade de professores que a gente tem na escola pública é muito grande. De repente, é um esforço enorme da Prefeitura para capacitar poucos; quem sabe, nós, através do nosso trabalho e através dessa CPI, não podemos incrementar essa capacitação? Porque todos os Vereadores aqui, desde a primeira reunião entenderam que isso era uma coisa necessária. Então, na verdade, não é uma crítica, é quem sabe, um apoio para que esse processo não seja tão demorado. Porque se a lei aprovou em 2007, em 2009 a gente teve a primeira turma, eu não sei quando é que poderá sair uma segunda turma, poderá demorar, talvez, o mesmo tempo. Nós não precisamos esperar tanto. Então, não é uma crítica, é só um empenho no sentido da gente incrementar a quantidade de professores que possam ser capacitados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Perfeito. Eu queria passar a palavra para o nosso convidado de hoje, que é o Sr. Cláudio Hortêncio da Costa; deixo-lhe à vontade.

**O SR. CLÁUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Bom dia a todos. Dizer que me sinto confortável, porque estou na nossa Casa, sou daqui, sou paulistano, sinto-me muito à vontade. Mas, não muito confortável em relação ao tema; nós estamos aí, mexendo em um vespeiro, não só nós, acho que o Brasil inteiro. Isso já é uma discussão, há muito tempo, fora daqui. A gente teve o privilégio ou o azar, a gente sempre diz, de estar fora do país, em alguns tempos na vida da gente, estudando esse tema e confrontando com as mesmas questões que vocês estão confrontando aqui. O material que eu trouxe para vocês, não sei se necessariamente a gente vai precisar passar, porque ele traz um pouco...eu não estou aqui, com nenhuma ênfase partidária, sou um cidadão paulistano, trabalho, faço trabalhos, enfim, especificamente na área da Infância. Fico feliz que vocês levantam aí, a questão da WCF, que sou professor desse curso, trabalhei nessa formação, sou consultor de estudos da WCF. Tem um colega de vocês, aqui na Câmara e não preciso dizer o nome, do qual fui aluno no mestrado da PUC São Paulo, que dizia que ao falarmos de temas extremamente delicados, precisamos tomar cuidado para dizer de onde viemos, porque às vezes, aumentamos a expectativa, e às vezes, a diminuimos. Faço consultoria para o WCF, há alguns anos; sou professor dos cursos do WCF, tanto aqui em São Paulo, quanto em São José dos Campos, que já tem um período em que eles têm desenvolvido o trabalho; sou professor há 11 anos, do Instituto *Sedes Sapientiae*; no Centro de Referência às Vítimas de Violência, trabalho com formação de técnicos. O meu Mestrado na área do Direito da PUC de São Paulo foi na área do abuso sexual, tenho feito alguns estágios fora do Brasil e a minha encomenda aqui hoje era conversar um pouco com vocês, bater um papo, trazer um pouco uma discussão sobre o sistema político, não vou falar de Governo Federal, de Governo Municipal, de Governo Estadual. O sistema político desenhado é aprovado a partir de uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Infância que diz, que elenca os atores responsáveis pela perspectiva de proteção, porque o tema já não é um problema para nós. O que foi tabu há muito tempo, inclusive neste lugar, na minha vida ou na vida de cada um de nós parece que já vencemos. Estamos aqui discutindo a questão da violência sexual contra a criança. Então, já até existe um avanço que eu faço questão de pontuar. Assim, por muito tempo nós falamos sozinhos em muitos poucos lugares. Estamos falando de vinte anos de trabalho e hoje a gente está tendo a possibilidade de estar falando desse tema aqui na Câmara Municipal de São Paulo, estamos falando de São Paulo, para não dizer muito. Existe uma confusão, quando a gente diz confusão, eu não vou trabalhar muito com perspectiva científica nenhuma aqui, apesar do meu lugar também ser científico. Eu sou dono da Universidade e venho da Academia também, eu faço advocacia privada na área da violência sexual, trabalho na Academia e faço consultoria para as organizações não-governamentais e governamentais. Vou falar um pouco, especificamente do tema, é uma questão que tem nos incomodado, quando eu falo que tem nos incomodado, você tem visto até nos jornais, quando se fala da escola. Tem uma questão que tem nos incomodado muito e que não vamos perder tempo aqui, obviamente porque eu acho que vocês já gastaram necessariamente o tempo para isso que é a questão da terminologia. Nós não vamos perder tempo com isso, mas é uma questão muito séria, que precisa ser pontuada, senão nós não vamos conseguir avançar. Nós vamos simplesmente garantir a caça às bruxas, entre aspas, com todo o respeito e dever que me é devido à questão da infância e da juventude, para que a gente não caia na vala comum. Mas se a gente, a partir desse momento, não buscarmos as universidades também, além dos trabalhadores sociais, eles estarão aqui presentes. A maioria deles sempre aparece para que a gente possa classificar e discutir melhor esta questão, se é uma coisa que precisa ser pontuada, tanto em Brasília quanto aqui. A gente tem a possibilidade de uma interlocução direta ou indireta com Brasília, tentando levantar um pouco disso. Mas não é na perspectiva de dizer: olhe, nós somos o dono da história ou a Academia que manda ou são

as pessoas que mexem com isso. Não é. Muito pelo contrário. É para que as pessoas não sejam desinformadas, porque na maioria das vezes, o que a gente percebe é que existe uma desinformação no que diz respeito ao tema. Isso é transversalmente em qualquer lugar. A gente falou da escola, não só a escola, assim qualquer outro lugar. A dificuldade de lidar com esse tema nos coloca numa perspectiva muito limitada. Quando a gente fala da escola - eu trabalho com a educação, com formação - mesmo a escola, professores extremamente sensibilizados, extremamente capazes de detectar situações dessa natureza, a dificuldade, eu não saberia explicar, alguém da psicologia talvez conseguisse dizer melhor, a dificuldade do embate com relação ao tema fica muito difícil. Então, como se ele abrisse uma caixa e daquela caixa saíssem milhões de víboras. Então, eu abro, eu denuncio, eu notifico a partir de agora que essa criança está sendo violentada. E o resto? Há dez anos, nós ouvíamos assim: eu não denuncio porque é perigoso, os pais dessas crianças são violentos e a gente aprendeu. Aprendemos mesmo cientificamente que a maioria desses agressores, desses abusadores, eu vou usar uma palavra que eu não deveria usar aqui, mas eu acho que esclarece melhor, eles são covardes. Isso a gente já aprendeu. Então, essa perspectiva, essa história da paúra, de que não denuncio, não notifico, a UBS, falando coisa de 15 anos atrás. As unidades de saúde já não denunciavam porque "Fulano" é filho de traficante não sei de onde. Essa fase nós já passamos. E quando eu digo que já passamos, eu estou falando de base, eu estou falando dos lugares que eu venho, de Interlagos, Sapopemba, São Miguel Paulista, lugares onde eu estou. Essa fase nós já passamos. Assim, temos avanços nessa perspectiva. Agora o grande cuidado é de entender de quem é o filho. Então quando a gente diz assim, então (ininteligível) da criança e do adolescente. A Constituição nos diz que é prioridade absoluta e é dever de todos zelarmos pela efetivação dos direitos fundamentais. Olha como nós avançamos! Hoje nós discutimos Direito, como direito fundamental? Discutimos, estamos dizendo que está posto na pauta legislativa. Nós discutimos como direito fundamental, inclusive o direito à sexualidade. Quando se fala em direito à sexualidade, não estamos falando em direito a ter relações sexuais. E por muito tempo nós fomos barrados, inclusive fora daqui, no escritório do UNICEF em Nova Iorque, pois quem toma conta desse tema é um indiano e uma japonesa lá do Japão. Há dificuldade de diálogo entre nós, brasileiros, e eles, no que diz respeito a esse direito ao desenvolvimento sexual saudável. Não estamos falando de desenvolvimento à atividade sexual, desenvolvimento sexual saudável. Uma criança não é uma pedra, isso nós também já aprendemos. Tudo isso que nós já passamos são coisas que nós avançamos. Mas de quem é o filho? É de todos nós. Quando digo de todos nós, é assim, vocês são representantes da Casa, o tempo todo estão discutindo projetos de lei e questões que venham estar dando conta, dentro do papel de vocês, dando conta, pelo menos no mínimo que é possível, dentro do papel de vocês, para minimizar um pouco a questão da violência. Maria Amélia Azevedo, uma grande estudiosa desse tema, disse que a gente está diante de um fenômeno endêmico. Se a gente está diante de um fenômeno endêmico, não adianta a gente ficar aí buscando pípula, buscando um monte de questões, buscando castração química, buscando (ininteligível) que a gente não vai chegar em lugar nenhum. Maria Amélia, ela mesma já dizia: estamos diante de um fenômeno endêmico. Então, não é que aqui, pretensivamente, nós vamos partir de amanhã, a partir daqui há dois anos, acabar com a possibilidade que as pessoas têm de abusarem sexualmente de uma criança. Sou advogado, a lei em nenhum momento, aí eu posso, a gente pode debater, eu não tenho o menor problema em debater com relação a isso. A lei, em nenhum momento, ela diz que as pessoas não podem ter desejo sexual por criança. Nenhum momento ela diz isso, como ela diz que a gente não pode matar. Fernando Sabino já dizia lá na década de 70 que qualquer um de nós é capaz de matar. Espero que isso não aconteça e que a gente não tenha essa concepção. Mas a lei não está preocupada com isso, ela não diz isso, porque é o campo do desejo. Nós ficamos o tempo todo querendo punir o campo do desejo, entre aspas esse desejo, totalmente fora de lugar, que acho que isso já está claro aqui. A gente não precisa ficar voltando. Totalmente fora de lugar. Então, queria conversar com vocês um pouquinho, rapidinho, cinco minutos, para que a gente pense um pouquinho na Resolução 113 que foi aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança que diz qual que é o papel de cada um. Onde nós estamos, onde nós, Doutores, Vereadores, onde nós, pessoas da sociedade civil, onde nós estamos, o que nós somos capazes, o que é possível a gente fazer, OK? Podemos passar os slides? São cinco minutos mesmo, não vou tomar o tempo de vocês. Fique claro que esses slides não foram produzidos por mim, foram produzido pelo CEDECA Interlagos, na pessoa da Fernanda Lavarello e do Tuto, eles não estão aqui, mas foi produzido por eles e a gente acha interessante e a gente traz para reflexão, porque quando a gente fala da atenção à infância e à juventude, tudo isso, principalmente da questão do abuso, tudo isso vem na nossa cabeça e tudo isso vira uma coisa só: Constituição, Estatuto da Criança, Lei Orgânica da Assistência Social, agora o LOA, toda essa discussão diz onde está, em que lugar está a atenção a essa criança. Aí vêm os CRAS, vêm os CRESS, vêm os CRECAS e a gente fica aí muito sem saber, aí Conselho Tutelar e a gente fica, de verdade, perdido, eu estou falando de uma prática. A gente fica muito sem saber, cada um diz que faz o seu papel e de verdade, a criança não é protegida. E a primeira pergunta é: em que momento essa criança é protegida? Pode ser que essa criança, ela nunca seja protegida pelo próprio sistema. Até enfim dar um processo judicial que é o que as pessoas buscam, a criminalização do agressor ou da agressora, é bom que a gente traga aqui também a criminalização da agressora, é o que a gente sempre busca, mas isso não altera muito. Enfim, essas são as grandes discussões. O que a gente faz? Existe uma distância entre a nossa perspectiva legal, existe, isso é claro, isso é fato, entre a perspectiva legal e a realidade. Num dos cursos lá do CF, uns professores questionavam a mim: é muito ruim essas fotografias de pobre do lado da legislação. Eu dizia: não eu acho interessante, claro gente, discutir um pouco, acho interessante porque é o acesso à realidade. Assim, a violência sexual, essa que nós estamos tratando aqui, a Lia Junqueira, muitos de vocês conhecem, a Dra. Lia Junqueira, ela dizia quando o Estatuto fez cinco anos, num debate na TV Cultura, o Estatuto vai fazer 19, num debate da TV Cultura ela dizia assim: essa violência que a gente está falando aqui, ela é democrática, ela está falando da violência doméstica como um todo (ininteligível) na violência sexual. Ela (ininteligível) e o Dr. Firmino Maiani que hoje não está mais como Juiz, enfim, na Lapa. Essa violência ela é democrática, a única diferença é que os muros altos fazem com que a gente não ouça e não veja o que acontece do outro lado, porque na periferia a gente diz que sabe que outra pessoa comeu peixe na hora do almoço, porque até o cheiro da comida a gente sente. Então, assim, é a única diferença, e a gente fica às vezes, principalmente na Justiça, se tem alguém da Justiça aqui pode comungar ou não comigo é o Juiz e Promotores, procuram, na maioria das vezes, um tarado ou alguém que tenha ali um carimbo ou qualquer esteriótipo que ele possa, de verdade, dar fim naquele processo, porque também é difícil para ele lidar com aquilo. Eu estou dizendo isso porque as famílias quando chegam a mim, eu digo que faço advocacia privada, cobro por isso, é o meu trabalho, enfim. Não estou dizendo aqui que eu sou, enfim... Faço outras coisas, mas assim: quando as famílias chegam, elas já chegam destruídas, porque quando elas... elas já passaram por todos os espaços de Justiça, mesmo os advogados,

os meus colegas, eles têm dificuldade de ouvir um relato. Eu sempre dou um exemplo, mesmo que os meus alunos lá do (ininteligível) dizem assim: é aquele filme Filadélfia, que muitos de nós assistimos lá atrás, o advogado quando resolve pegar o caso do rapaz soro positivo, que ele diz assim: conte a história para mim e o rapaz fala assim para ele: Filadélfia toda sabe da minha história, está nos jornais, todo mundo sabe da minha história. Aí ele diz assim: conte como eu tivesse seis anos de idade. Quando a gente está diante de uma situação de abuso, abuso, aí vocês coloquem pedofilia, a violência sexual, como que isso está sendo tratado aqui, cada um com suas questões. Enfim, voltemos para lá. Podemos passar, senão eu vou pegar muito tempo de vocês. Podemos ir para frente. Então, é a junção – pode ir rolando, sem problema nenhum – então, uma regulamentação, uma das questões que faltam, que a gente busca o tempo todo, é uma regulamentação. O que é SUAS, o que é ECA, qual o papel do Conselho Tutelar, o que a gente faz com o CRAS, em que lugar que estão os CRAS da vida? Em alguns municípios, está muito claro, não estamos diante da teoria do caos, eu que sou... talvez a minha fala... mas no começo eu já pontuei os sucessos, os avanços que a gente teve. Não estamos diante da teoria do caos, não. Estaria em São Paulo, do lado da minha casa - que eu moro aqui também - discutindo esse tema que eu já discuti em vários lugares do mundo - sem modéstia - pra mim é um grande privilégio. Por isso que eu disse do desconforto no início era esse, porque nós estamos falando com os iguais, e na família da gente, a gente às vezes tem dificuldade de fazer com que nossos pensamentos façam valer. Então, fica um pouco difícil. E vocês nem me conhecem, alguns a gente conhece e outros não. A operacionalização desse sistema normativo. Eu gosto da assistência social, as pessoas falam que a justiça tem um... que o povo da justiça tem um preconceito com a assistência social, muito pelo contrário, pelo menos da minha parte. Cadê, a Adriana Palheta está aqui. O interessante é entender que uma questão complementa a outra, isso é muito claro. Quando a gente está falando de assistência, a gente está falando de direito! Não estamos falando da "cesta básica", com todo o respeito. Nós estamos falando de direito. Aí a cesta básica entra como perspectiva de direito, é uma outra história, ok? Podemos ir pra frente. Pode passando, isso são só desenhos, suplementação, o que falta são as coisas que faltam, a resolução está lá, a Resolução 113. Pode ser que o Conanda reveja essa resolução futuramente, mas é o que tem agora. Com o Presidente Lula, ou com o próximo presidente, ou com outro presidente de qualquer outro partido, a resolução que vai permanecer é essa que a gente tem. Pode ser que ela altere, mas ela não vai ser alterada pelo Governo Federal, vai ser alterada pelo Conselho Nacional, que é sociedade civil e governo. Podemos ir pra frente. Pode passar. Essa Resolução 113 fala do sistema de garantia de direitos. Pode passar. O que é o sistema de garantia de direitos? É um sistema estratégico. Aí se vocês forem lá no Estatuto, vocês já vão ver no artigo 86, 87, que fala da política de atenção. A política de atenção à infância e à juventude... Prestem atenção, que quando eu estou falando... "prestem atenção" é ótimo, desculpa, parece que eu estou dando aula, mania de professor. (Risos) Quando eu estou falando do sistema estratégico que articula os diversos (ininteligível) operacionais, eu estou falando aqui de criança e de adolescente. O tema central da CPI é "criança e adolescente vítimas de violência sexual". Está certo? Eu acho muito importante pautar, senão a gente começa a separar novamente, a gente volta lá atrás nos tuberculosos lá, vamos pra Campos do Jordão... ou quando começou o HIV a gente começava a separar. Então, os Crecas não estão preparados para receber as crianças violentadas sexualmente. "Tá". E aí, o que eu faço? Estão entendendo? Eu estou falando como cidadão, mas está lá, dentro da política ele está desenhado. O que a gente faz, né? Outro caminho. Podemos passar. Que articula os diversos sistemas operacionais. Quando falo "articula os diversos sistemas operacionais", eu estou colocando todos ali, eu não estou excluindo nenhum. Não estou excluindo LDB, não estou excluindo SUAS, não estou excluindo nada, isso é normativa, e a gente não tem conhecimento disso. É normativa federal, está lá, saiu do Conanda, e nós não temos conhecimento. A gente cria a política, a gente pensa em política – os Conselhos -, a gente pensa em projeto de lei – não estou dizendo isso para a Casa especificamente. Não leva em consideração aquilo que já foi construído. Tem um exemplo que a minha chefe lá da universidade diz, que é assim: as pessoas acham que sempre tudo está começando agora, e esquecem a história que está sendo construída. E a gente perde dinheiro, a gente joga dinheiro fora. Bom, enfim, podemos ir pra frente. Agora é rápido mesmo, a gente vai pular alguns. O sistema efetiva os direitos humanos, quando se fala de direitos humanos estou falando de direito fundamental, não estou falando de casa na praia, seria ótimo que eu também teria, não é nada disso. Estou falando de direito fundamental que qualquer pessoa humana precisa para se desenvolver. Está certo? Podemos passar. Sujeito de direito, reconhecimentos, esses são os três princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, todos os países que trabalham com o enfrentamento de abusos por ação sexual trabalham com essas três perspectivas, porque é a perspectiva da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Sujeito de direitos, porque sua condição peculiar de desenvolvimento e o princípio do interesse superior. Esse princípio do interesse superior que nós conseguimos chegar ao reconhecimento do desenvolvimento sexual da criança. Está certo? Podemos passar. Então, esses são os três eixos que a resolução traz: o eixo de defesa, promoção e controle da efetividade. Sem a articulação desses três eixos, não existe política de atenção para a infância e juventude no Brasil – estou falando no Brasil, não estou falando em São Paulo. Podemos ir pra frente? Então, o primeiro... eu posso deixar esses slides aí, a gente pode passar rapidinho, é só pra vocês entenderem o que eu estou tentando mostrar. É assim, o que e quem faz o quê? Ainda que seja um bastão que a gente jogue o tempo todo pra um e pra outro. O que e quem faz o quê? Então, quem está no eixo da defesa? É só para a gente ver quem, e está lá! E aí quando vemos "criança violentada", pensa: e a promoção vai para onde? Aqui está escrito que encaminha para os CREAS e esses para os CRECAS, aqui em São Paulo. É mais ou menos um desenho parecido. Estou "esquizofreniando" um pouco, mas vocês me explicam, com todo o respeito. Quem, então? O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Segurança Pública, conselhos tutelares e ouvidorias? Nos CREAS comporta a figura de um advogado, pelo menos no desenho comporta. E quando está falando que comporta a figura de um advogado, o CREAS é um espaço de promoção de política, e promovida dentro desse espaço. E quando a gente coloca um advogado, estamos articulando dois eixos, um de defesa e um de promoção. Acaba sendo interessante. Como é o desenho? Aí a gente vai pensando, mas acaba sendo interessante. Para entender o eixo de promoção, não precisa ir mais longe porque é assim: qual a política de atendimento pensada no Município de São Paulo para a criança e para o adolescente violentado sexualmente? Qual é a política desenhada? A gente tem alguma política específica desenhada? Estou perguntando para mim mesmo, não é para responderem. Não estou perguntando à Mesa, não é uma pergunta, penso enquanto Brasil, mas sem megalomania, mas pensando enquanto Brasil. Então, o Estado, família e sociedade, ali somos todos. De quem é o filho? Quem vai garantir a promoção? Somos todos, mas sem a loucura de que: ah, criança está na rua, a gente tem que tirar. Claro, a gente tem que tirar, só que esse "claro que tem que tirar" tem várias subjetividades em relação a isso. Muitas outras questões precisam ser discutidas, até eu tirar as crianças na rua. Por exemplo, como estamos discutindo o abuso, a violência sexual e tem aparecido

muito o campo de exploração, quando falamos da rua, a rua é o lugar extremamente de produção desses espaços. A gente vê, de verdade, em São Paulo – e não vão me perguntar porque me nego a responder, se for em juízo a gente responde -, mas há lugares que a gente vê, não estou dizendo que vejo alguém aliciando uma criança, mas você vê a dinâmica daquele... A dinâmica... Lembro-me de quando eu comecei a trabalhar no Sapopemba, anos atrás, a gente não se incomodava, muito entre aspas, com o respeito, com o tiozinho que levava a menina para a padaria porque não tinha outra coisa, a padaria da esquina e pagava para ela um x-salada, que era o que se almejava na época, e ficava no namorico, em altos orgasmos com aquela menina. E a gente: imagina, ele está matando a fome da menina. E é aí que a gente começa a entender o que é abuso, o que é exploração, porque a gente fala do abuso que a gente vê. Mas Maria Amélia Azevedo fala de muitos abusos que a gente não vê. E mesmo nós, com coisas que a gente não consegue lidar, ela chama de reticências psicológicas. Quando as famílias chegam até mim – e não estou dizendo que eu dou conta – vocês estão vendo o peso. Mas quando as famílias chegam destruídas, elas falam assim: eu não consegui dizer, eu não consegui mostrar o papel... De verdade, ela está destruída. Ela chega com 40 papéis, e ate você entender o que são aqueles papéis, você leva três meses e a criança continua sendo violentada. Estão entendendo? Lidar com isso é muito difícil. Imagino para vocês como é acordar hoje, e eu não sei da vida de cada um, todos nós acordarmos, numa quinta de manhã, hoje, e discutir um tema tão, eu acho muito pesado. Eu digo que eu mexo com isso há anos, o meu mestrado foi nessa área, na PUC São Paulo, terminei em 2003, e não consegui encerrar o doutorado. Estou tentando agora porque me destrui. Porque uma coisa é mexer e outra é estudar. Quando vai estudar a gente cai nos vazios que a gente não conseguiu compreender a própria intenção que é discutir a proteção a criança. Podemos ir para o último item que é o Controle da Efetivação, que é o grande barato! Digo que é um grande barato porque é o controle de ações e promoções em defesa do direito que é um mandamento constitucional. Isso é democracia, e não estou falando do controle de pessoas, a gente paga imposto. E até o dia 30 temos de entregar a nossa famosa declaração. Ali eu busco respostas. Acho importante porque as pessoas começam a separar as coisas, e não pode separar. Elas se complementam, não tem nada separado. Estão entendendo? Às vezes, o Direito vem e quer separar a sua fatia, a Assistência vem, e não tem nada de separado, é tudo junto. O Estatuto, artigos 86 e 87, fala de uma política articulada. Podemos passar. Termina aí. Esse é o sistema de garantia de direitos. Se esses espaços, se esses sistemas, podemos chamar de sistema, e é uma tendência mundial essa perspectiva de trabalho com sistema. Se isso não estiver articulado desta forma não tem proteção. Não vim aqui mesmo falar de abuso ou de exploração porque vocês já devem estar cansados de ouvir, enfim, eu vim dizer de uma possibilidade. Uma das possibilidades é o atendimento adequado por que quando a gente fala prevenção primária, secundária e terciária, hoje, nós, aí eu vou falar sem o menor, brasileiros, vou falar da nossa própria terra, estamos trabalhando, infelizmente, ainda com toda a boa vontade, com todos os projetos de inovação, nós estamos nos desesperando e nos descabelando na prevenção terciária. Ou seja, já aconteceu aí a gente enlouquece. O que é que a gente faz? Vai prender o indivíduo? Tá e aí? A prisão é dada as crianças o direito àquela intervenção negativa? Pillmann Furniss, psiquiatra alemão, que é o que melhor escreve sobre o abuso sexual contra as crianças, o problema é que o livro dele é muito caro, ele diz assim, quando a gente discute este tema a gente pensa muito nos temas de justiça porque é natural: prisão, prisão, e um monte de outras coisas, outras países pensando em castração. Tinha uma folha que ele dizia assim - isso é só para a gente ir embora pensando, para gente pensar - ele diz assim: "O processo judicial, esse processo que a criança passa ou numa situação de exploração ou de violência sexual doméstica, ele é tão doloroso quanto a violência sofrida", então, que a gente pense nisso porque aqui é uma Casa Legislativa a gente vai pensar em questões desta natureza acho que é o nosso mandamento porque o resto está aí: a política está pensada, tem os estágios de atendimento. Agora, como a gente garante que este sistema funcione e que as crianças sejam cada vez menos violentadas. Nosso trabalho hoje é minimizar, infelizmente, nós vamos acabar com isso. Não dá. Desculpa eu tomar o tempo de vocês, acho que é o que eu tenho para falar e estamos aí para conversar sempre abertos para discutir. Meu contato está aqui a gente tem aí algumas coisas eu trabalho no DFCE com já falei é só me procurar que vocês me acham na Universidade Bandeirantes também e tenho o contato aqui, a Elisete, todo mundo me conhece a gente pode ir conversando. Agradeço a atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Nós só temos de parabenizar pelo trabalho que você vem desenvolvendo todo este tempo, todos estes anos, e também essas formas de conseguir. Depois que acontece o que fazer? Antes de acontecer o que está sendo feito, realizado. Acho que o conteúdo que você trouxe para esta manhã é de extrema importância. Tem a palavra o nobre vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Claudio, eu já conhecia seu trabalho e de alguma forma nós já trabalhamos juntos. Quero dizer que o seu depoimento foi excepcional para nós porque de certa forma ele condensa toda esta lógica de um sistema de garantias de proteção. Nada mais é do que, a despeito do que o Vereador Netinho falou, o nosso desafio como sociedade de conseguir implementar as políticas públicas que já foram de certa forma, que já tenham um arcabouço legal que as define. Então, o nosso desafio é esse. Você sabe que fui Secretário de Assistência Social de São Paulo, com Adriana Palheta como minha principal assessora nesta área, e as dificuldades de se conseguir esta intersecção que você nos mostrou neste e nos outros gráficos. Esta é uma dificuldade da sociedade, não é uma dificuldade de um gestor ou de uma pasta, de uma política, são várias políticas que se entrelaçam. Evidentemente, nós temos um desafio imenso nesta CPI que foi fruto de debates iniciais, que você deve ter acompanhado, no sentido de entender o papel que a CPI tem, e seu relator o Vereador Carlos Alberto Bezerra, que é especialista da área também, tem de oferecer ao fim de seis meses de trabalho, escutando pessoas como você que são do ramo, entendem, são especialistas, mais do que especialista, militante dessa área, propor para a Cidade de São Paulo, que é o nosso âmbito, mas, evidentemente, pode servir de exemplo para outras cidades e quiçá para o Brasil, no nível Federal, propor a efetividade desse sistema, na Cidade de São Paulo. A sua contribuição vem ao encontro da nossa expectativa, aliás, na realidade, já nos dá, aos que já conheciam e os não conheciam, nos dá clareza de rumo, quando você indaga e deixa no ar questões que nós ainda duvidamos de como funcionar ou por que não funciona. Tenho três perguntas que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, Vereador Marcelo Aguiar, ao Cláudio e farei as três, porque já vi a velocidade e agilidade mental do Cláudio, que tem uma capacidade de síntese e de acúmulo de informação. Portanto, acho que posso fazer as três. A primeira pergunta, também faz parte da nossa angústia como membros da CPI que é, que você avaliasse os mecanismos que temos hoje de denúncia e de apuração dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, se eles são satisfatórios, se eles garantem o direito à proteção destas crianças ou revitimizam. Essa é uma questão que chega a todo tempo, principalmente para quem teve mais contato com a turma do Sentinela, tive muito contato com o pessoal do Sedes, do WCF também, e como você entende que nós podemos contribuir com isso, como CPI, ainda que seja na base da denúncia, dizer: "Olha, não está funcionando", porque isso vai ter repercussão na imprensa. Aqui faço

um parêntese, sem medo de errar, no sentido de que como sou servidor público há 14 anos, sei também que a esfera pública trabalha sob pressão, sob pressão, pressão da sociedade em geral e, em especial, ou em particular, daquilo que sai na imprensa. Então, todas as nossas discussões e resoluções aqui vão, de certa forma, influenciar nesse processo. A segunda pergunta é, na sua visão, diante dessas intersecções todas, qual é o maior nó? O nó crítico na rede para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, o que precisa ser melhorado para efetivar a proteção dessas crianças e adolescentes? Elas são próximas. A terceira é em relação às famílias. Você tocou num ponto que me agrada muito, que é a ideia da prevenção, se é que eu posso chamar de prevenção. Diante desta real brutalidade que nós vivemos, desta brutal injustiça social, falta de privacidade, falta de espaço, você disse algo que está até na capa do meu livro, que é a foto do Tuca Vieira, da Favela Paraíso, com o prédio arredondado e cheio de piscinas e é dividido por um muro, fica explícita a ausência de espaço de um lado e a sobra de espaço, de outro – espaço de convivência. Até queria perguntar, se você acha que esta falta de privacidade – você falou do cheiro do peixe – eu logo que cheguei na Secretaria visitando algumas comunidades da região do Capão eu disse: “Mas, não é possível que as pessoas consigam” – tinha uma foto de uma mãe, se não me engano, dormindo com as crianças. Isso é muito comum, os quartos sem divisão, um cômodo e vários familiares. Se esta falta de privacidade, de certa forma, tem muito a ver até, teoricamente, com a política de habitação, porque as pessoas precisam de um mínimo de espaço e de convivência comunitária, também, de alguma forma, pode levantar a – e vou usar um termo pelo qual já fui muito criticado há três anos, mas não importa, é um termo que facilita o entendimento das pessoas – uma maior promiscuidade. Essa era uma questão sobre a qual eu gostaria de te ouvir. Em relação às famílias, como você vê o apoio ofertado a elas para que possam superar essa situação vivida por seus filhos? O tratamento ao agressor, que é preocupação desta CPI também? Ainda: se na cidade de São Paulo você acha que temos equipamentos adequados para esse tipo de trabalho. Muito obrigado.

**O SR. CLÁUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Temos umas questões que são bem críticas, mas às vezes são feridas. Feridas, não: calos. Calos, às vezes, podem ficar por 20 anos, e a gente convive com eles. Calos incomodam também, mas às vezes menos. Sobre os mecanismos de denúncia. Na dissertação, quando escrevi... E hoje eu jogaria no lixo. Escrevi em 2003, hoje já é totalmente diferente. A gente fala muito de uma via-crúcis, a denúncia. Nós, que trabalhamos na Justiça, obviamente não vamos aqui falar de Direito, dar aula de Direito. A denúncia, pra gente ter um entendimento muito claro, muito limitado... A denúncia é uma peça do Ministério Público, e a gente não fala nisso. Mesmo quando fala... A história da notificação, dos mecanismos de notificação: eles existem, estão aí, ainda que seja o Disque 100, eles estão aí. A grande dificuldade... A própria Abrapia... É uma pena que a Abrapia não se sustentou, faz três ou quatro anos que a Abrapia fechou.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Cláudio, esclarece o que é Abrapia, por favor.

**O SR. CLÁUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – A Associação Brasileira de Atendimento Multidisciplinar à Infância, no Rio de Janeiro, com o Dr. Lauro Monteiro, que foi deputado numa época. A Abrapia era, inclusive, ligada à Anced, a Associação Nacional dos Centros de Defesa. Eles não funcionam mais, pelo menos na perspectiva em que funcionavam. Não sei como está hoje, mas ela não existe mais do jeito que funcionava. Ela recebia todas as denúncias do Disque 100 e fazia a distribuição, as notificações. Dr. Floriano, eu não vou ficar no achômetro, que não é meu papel, mas eu sugiro – e é só sugestão, a gente está aqui pra um diálogo, não estamos aqui pra acabar com a exploração, porque não vai acabar mesmo – que a gente começasse a pensar... Ao invés de a gente pensar em mecanismos de notificação, que a gente pensasse melhor em fluxo. Não sei se é porque eu estou viciado, estou trabalhando com ABMP, e é uma das coisas que têm esclarecido bastante a gente. Na perspectiva de notificação, de a gente não substituir a palavra notificação, mas que a gente centrasse força na perspectiva do fluxo. Aí, a gente tentaria responder as duas questões. Equipamento, a gente, eu me lembro, eu falar... Claro que manca, falta muita coisa ainda, São Paulo é um “monstro”, falta muita coisa realmente, mas eu me lembro... Eu vou dar um exemplo muito prático lá do Cedeca Interlagos, com o pólo de prevenção, quando a gente trabalhou junto com a Secretaria: situação de exploração tal, não tem pra onde mandar. Aí, no lugar, na própria comunidade, às vezes, no Creca não tem lugar. Aí, ligava pro Creca Pinheiros, não sei onde, Butantã: “Ah, a gente tem uma vaga, sim, traga pra cá”. Quer dizer, algumas coisas interessantes, que a gente via que eram interessantes - mas pena que não é uma coisa com que a gente possa contar sempre -, era a boa-vontade do gestor local, daquele que está ali, de compreender a situação. Então, equipamento, vamos investir muito mais, que esta cidade é bastante rica, este Estado é bastante rico, esta Nação não é miserável, ainda que estejamos em desenvolvimento. Vamos investir muito mais, porque nós precisamos. Uma das coisas interessantes, quando você fala da notificação,... Eu jamais vou fazer propaganda dos Estados Unidos – propaganda, que eu digo, de entendimento de direitos humanos, de direitos fundamentais -, essa propaganda, eu jamais vou fazer. Mas num estágio muito interessante, uma das coisas que chamou muito a atenção, num dos Estados que mais violavam, era a rede de atenção. A rede de atenção era a mesma visão que a gente está tentando amadurecer aqui pra questão do adolescente autor de ato infracional, que é o atendimento integrado. O atendimento integrado pode dar conta de muitas coisas. O atendimento integrado ainda não conseguimos fazer, que é o que o senhor está falando mesmo. É um problema de secretarias. Quando a gente faz atendimento integrado não é só Assistência Social. Atendimento integrado é atendimento integrado. A criança chegou na madrugada no Creca, por exemplo, está lá levou duas pancadas do aliciador, por exemplo, está sem três dentes. Dá novalgina ou dipirona para dor de dente, tal... No outro dia vai ver. Quando falamos de proteção integral, a Saúde vai ter de ser chamada. A saúde, neste momento. Não é a técnica que está ali para fazer o acolhimento que vai dar conta do dente quebrado da criança. Essa compreensão precisamos dividir um pouquinho. Quando falo em dividir não estou falando do método cartesiano, não, que ele é perigoso, mas entender melhor os papéis. Não é a Saúde. Lembro-me no começo da década de 90, quando o estatuto foi aprovado fizemos uma pesquisa na Vara da Infância Especial dos adolescentes que chegavam lá com a cara quebrada. Chegava na oitiva informal com o Promotor de Justiça com a cara quebrada, o Promotor estava ali fazia a denúncia, 60 dias, 90 dias vai ficar ali, depois a gente vai ver o seu processo. A gente falava: e a cara quebrada? Não interessa para um agente do Estado que é Promotor de Justiça, fiscal da lei, é custos legis. Não interessa para ele a cara quebrada. Eu substituiria essa questão de notificação e de denúncia para o fluxo para gente compreender melhor dentro do Estado de São Paulo ou do Município qual é o fluxo que podemos desenhar ou pode entender melhor a criança violentada. Ai nas três dimensões da Organização Mundial de Saúde: federação primária, secundária e terciária é muito bem definido. Muito bem delimitado. Aquele que sair fora a gente consegue identificar, e o sistema de garantia dá essa possibilidade. Se foi na Saúde, se foi na Defensoria Pública, enfim, pensando em outras questões. Sei que não respondo muito, mas começaria pensar na

perspectiva de fluxo. A questão do no crítico da rede de atendimento. Vou ser muito simplista, a questão do no crítico está nas reticências psicológicas. Está muito mais nas dificuldades das pessoas lidarem com o fenômeno, com o tema do que do próprio atendimento. Estou dizendo isso, porque eu assisti, infelizmente, em um determinado lugar, num determinado estado, um determinado agente do Estado, dizer que a menina de 11 anos, em depoimento na delegacia, a delegada dizer para ela, para o agente e para família o seguinte: essa não tem mais jeito. Porque ela perguntou para a menina, se ela tinha prazer. A menina disse que tinha. Pillmann Furniss diz que sim. Então se estivermos diante de uma menina ou menino que foi abusado, se perguntarem - porque os advogados perniciosos gostam de fazer isso - se sentia prazer, ela pode responder que sentia prazer, isso não desvincula a violação que ela sofreu ou que ele sofreu. Lidar com isso acho os nós muito mais críticos e nós no atendimento a gente identifica a partir do fluxo. As dificuldades que as delegacias tem de oitiva, fazemos um depoimento protegido. Fizemos um debate no Sesi sobre depoimento protegido, no Rio Grande Sul eles estão experimentando o depoimento protegido, eu tenho cliente que passou por depoimento protegido fora daqui de São Paulo. A gente diz depoimento protegido, qualquer um de nós devemos ser capazes que estamos na espera da justiça, ou em qualquer secretaria, devemos ser capazes de ouvir protegidamente uma criança. Isso é fato. É premissa. Vamos criar no Judiciário o espaço protegido. Isso é antecipação de provas. Isso é muito antes de qualquer ação nossa. Isso está lá no crime. Buscar quem cometeu, quem não cometeu. Fica buscando depoimento sem dano para poder garantir a antecipação de prova. Vamos entender buscar melhor as provas.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Apenas um aparte na sua fala na pergunta do nobre Vereador Floriano Pesaro, porque na verdade sua contribuição para elaboração no relatório final por todos nós aqui da CPI é fundamental. Na verdade, tendo aquilo que você está falando e que o Floriano toca como aspecto fundamental que é hoje o grande nó, fala um pouco para gente, para que todos possamos nos aproximar ainda mais, descreve um pouco melhor a todos dessa CPI, os que participam o depoimento protegido. Descreve como ele é feito no País. Qual é a característica dele. Isso é importante para gente deixar muito claro.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** - Então, o depoimento protegido nasce com o depoimento sem dano, no Rio Grande do Sul, com dois Juizes de lá, que trabalham com a perspectiva do depoimento sem dano. Campinas está experimentando mais ou menos - acho que estão experimentando - no Juizado da Infância e Juventude de Campinas. O depoimento sem dano nasce com o projeto de lei do Deputado Amarildo Rosário, de São Leopoldo, se não me falha a memória, dizendo que era importante que houvesse um espaço - não vou dizer o projeto de lei, é só colocar no Google depoimento sem dano, vai aparecer inteiro - é um projeto de lei que visa proteger a criança num depoimento. Mas, a grande discussão que não chega à esfera pública, é proteger a criança durante um depoimento. E o objetivo é buscar provas, a produção antecipada de provas. Então, vou evitar que a criança seja ouvida em vários serviços, vou garantir um espaço - acho que lá é no espaço judiciário - uma Técnica ou um Técnico, Assistente Social ou Psicólogo, de preferência, vão fazer a oitiva da criança, sendo acionado por um Juiz pós-espelho ou pós-parede. Isso existe há muito tempo nos Estados Unidos, o Juiz vai dizendo para o Técnico o que ele quer que a criança responda. O pai fez isso, não fez aquilo e a criança vai respondendo e o Juiz vai tendo essas respostas como antecipação de provas. Entende-se que o lugar está protegido, a criança está falando para um Técnico capaz de ouvir. Mas o tempo todo inquirido pelo Juiz, que diz para o Técnico. O Conselho Federal de Serviço Social já se manifestou contra ao depoimento sem dano. O Conselho Federal de Psicologia também se manifestou contra. Quando digo contra, significa que eles estão discutindo. Estou resumindo, são manifestações de 12, 13 laudas. Inclusive, já tive um debate muito difícil com eles, que dizem que o papel de inquirição não está na ciência dessa profissão. Resumindo é isso. Eles falam um pouco da psicologia do serviço social - A Lúcia do CRP estava aqui. É isso, não é Kátia, do serviço social? Eles dizem que o papel de inquirição não é da ciência deles.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Claudio, por exemplo, um profissional da psicologia que assume esse papel, até que ponto ele também não quebra o vínculo profissional, o vínculo de sigilo e de confiança com aquela criança? Porque é fundamental, na recuperação daquela criança, o restabelecimento do vínculo. Quer dizer, até que ponto ter essa exposição do profissional, não quebra todo um trabalho feito no sentido da reconstrução.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** - Esse é um grande debate. Mas podemos pegá-lo na gênese. Em 2000, o CRP aqui em São Paulo, pediu que eu e a Dalka (?) - que também foi convidada para conversar - escrevêssemos um artigo na revista de psicologia sobre o sigilo profissional. O Estatuto e a Constituição Federal descaracterizam esse sigilo absurdo, da minha proteção ou da proteção da criança. Se há sujeira - me desculpem os terapeutas - estou falando como analisando, vai ter de limpar. É impossível trabalhar e depois as teorias serem de outra forma, mas se tem sujeira ali vamos ter de limpar. Mas se denunciar, eu quebro o sigilo. É isso mesmo. Aí tem o imperativo de consciência, toda aquela discussão dos Códigos de Ética que existem. Não entraremos nessa questão. No depoimento sem dano não se pressupõe o vínculo, porque o Técnico vai ser chamado para aquele momento, que é uma discussão também da Psicologia e do Serviço Social, o Técnico é chamado só para aquele momento. Não tem vínculo terapêutico. Podemos avançar no vínculo, como o vínculo que estamos estabelecendo aqui agora. O vínculo vai existir, mas esse vínculo do depoimento sem dano não é entendido como vínculo terapêutico, mas um vínculo só de confiança, onde o Técnico está preparado para responder. É só um vínculo de confiança, vai acabar ali. Pode ser que esse Técnico nem ouça mais essa criança. Sou profissional do Direito, tenho críticas a respeito do posicionamento do CRP e do CFSS, mas também tenho muitas observações com relação ao papel do Técnico nesse lugar, porque já defendia em 2003, na minha dissertação e defendo - podem me chamar de louco, de megalomaniaco, o que for. Nós, que trabalhamos na perspectiva de sociedade democrática, que acreditamos que o mundo pode ser diferente, qualquer um de nós pode fazer um depoimento protegido com uma criança, desde que estejamos preparados. É o pai que chega em casa e pergunta, fazemos isso na questão da escola.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Era isso que eu ia perguntar, Cláudio. Qual é a vantagem e a desvantagem... Por exemplo, na questão do depoimento protegido, existe uma experiência francesa...

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** - Sim, sim.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - onde se coloca um substituto.

**R** - Isso, isso.

**P** - Um depoente substituto, um técnico qualificado pelo Estado, capacitado pelo Estado que faz o depoimento no lugar da criança. Comparando essas duas experiências - essa que a gente tem no Brasil e essa francesa -, quais são as diferenças fundamentais e quais as

vantagens e desvantagens de uma e de outra?

**R** – Uma coisa boa de verdade... Nós temos uma jurisprudência, hoje, cada vez mais favorável à valoração da fala da criança. Porque nós demoramos muito tempo pra aprender que criança não é uma ameba; criança pensa, criança fala, criança se manifesta. De um jeito ou de outro, ela se manifesta. Ela não precisa nem falar às vezes. “Ah, mas uma violência perpetrada contra uma criança de dois anos... A fala dela...” Não, criança fala, criança é gente. Então, a jurisprudência brasileira avançou. Então, a fala da criança é muito levada em consideração. Quando você diz das vantagens e desvantagens... Acho que eu perdi um pouco a... Eu perdi de verdade...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Vereador Bezerra, reformule sua pergunta, por favor.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – A comparação dos dois modelos.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Isso, isso.

**P** – Do modelo hoje adotado na França, que é uma alternativa, esse depoimento protegido...

**R** – Isso.

**P** – Quais são as vantagens e desvantagens?

**R** – Então, a nossa vantagem é que nós estamos cada vez mais levando em consideração a fala da criança, aquele reconhecimento internacional. A Convenção Internacional da Criança (ininteligível) o interesse (ininteligível) da criança, não fomos nós, brasileiros, que inventamos. A fala da criança tem um lugar. Então, a referência nacional é cada vez mais reconhecer esse sujeito. Então, esse sujeito precisa ser reconhecido, inclusive na fala dele. Ai, a gente ouve juízes, promotores, especialistas, inclusive militantes da área, dizerem: “Não, mas a criança pode mentir”, “A criança mente”. Hoje tem se discutido muito uma questão – que não vou levar pra debate, porque não é nossa... Fui consultado pelo Conselho Regional de Medicina sobre a questão da Síndrome da Alienação Parental, que pode acontecer tanto com o homem como com a mulher, e a questão do abuso aparece muito. Ou seja, a mãe ou o pai “matam” a figura um do outro pro filho. Quando digo matar, é figurativamente: ela corta as fotos, ela tira da memória da criança... Isso pode acontecer. A justiça, cada vez mais – claro que a justiça... estamos falando de uma “venda nos olhos” -, tem avançado; mas também é incipiente em algumas questões. Então, levar em consideração a fala da criança é muito mais vantajoso do que colher o depoimento a partir da decodificação do adulto. Porque nós estamos falando de sentimento. Quando eu estou diante de um adolescente, por exemplo, um adolescente da “pá virada”, como a gente diz, eu não consigo trazer pra minha vida os sentimentos que eu tinha com 14 anos de idade, que é a idade dele; então, fica um pouco difícil. Eu não estou dizendo que eu conheço tudo, mas a nossa legislação e a nossa visão de proteção à criança é uma das mais avançadas que a gente tem. Isso, a gente encontra, basta a gente ler. Não precisamos ser nenhum especialista, nenhum *experto*: ela é uma das mais avançadas; e a proteção também. Quando eu disse dos Estados Unidos, do atendimento integral, é interessante porque “revitimizam” menos a criança. Só como exemplo, pra terminar a resposta do Dr. Floriano. Aqui, nos Fóruns da vida, ao acompanhar audiências, às vezes criminais, às vezes cíveis, é marcado o mesmo horário sempre. O interrogatório é marcado num horário, a vítima vai pra reconhecer. É o mesmo andar. Então, o que a gente tem inventado? Peruca. Inventam roupa diferente. Na última audiência que eu fiz, a criança ficou no carro, um quilômetro do Fórum – não preciso dizer onde -, e a criança foi de bermuda, e já era um adolescente. Problema, porque faltavam cinco minutos pra audiência, e a criança estava de bermuda. A sorte é que era do lado de um *shopping* – aí, vocês vão saber onde é o Fórum -, e corre pro *shopping*, e compra uma calça, que a criança vai ser ouvida, que o adolescente vai ser ouvido, e o adolescente foi ouvido. O que o (ininteligível) estava trazendo na discussão era o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança. A criança tem 12 anos, ela não quis ser visitada pela família do pai que a abusou. E a justiça diz: a família tem direito a visitar. Estou falando de um adolescente, ele tem direito a querer ser visitado ou não. Nesse aspecto, nós avançamos. Se a gente pesquisar a jurisprudência brasileira, vamos ver lá que estamos avançando na compreensão do sujeito-criança, de compreender que ele tem fala, e que a fala dele tem um lugar, e que nós devemos ter a capacidade de entender da mentira, ou da simulação, ou da Síndrome de Alienação. Esse poder é dado a nós. Indo pra frente, na questão da falta de privacidade, que o Dr. Floriano coloca. Isso é uma questão, mas eu não afirmaria mesmo – e acho que nenhum escritor, e não que eu conheça tudo – que a falta de privacidade gera a violência sexual. Não dá pra afirmar. A gente pode dizer... A Dalka deve ter falado, com certeza, porque essa é a fala dela. Nós estamos falando de questões multicausais. Eu posso falar “promiscuidade”, eu posso falar “álcool”, posso falar “drogas”, posso falar “pobreza”, posso falar um monte de coisas: vão faltar mil outras coisas dela que nós, ainda, enquanto sociedade humano, não conseguimos avançar. Então, assim, é claro que, claro, claro. Não vamos ser ingênuos. É claro que há situações que podem facilitar. Se a gente vê a própria história da infância e adolescência, no Brasil, assim, fala: “A pobreza, a desigualdade acaba levando, acabou aproximando a juventude do crime”. Se a gente pegar a história da infância e da adolescência, lá no livro da Mary Del Priore, ela coloca isso. Agora, a gente dizer: “A pobreza gera violência?” Não. Isso, a sociologia já nos ensinou muito. Se a gente pode também, a questão da falta de privacidade, a questão da família. A gente fala (ininteligível) no transgeracional. Assim, então, exigir que uma mãe cesse o abuso de uma filha ou de um filho, é um exercício muito difícil, muito difícil. Assim, estamos falando sempre de fenômenos transgeracionais. Tem o Maurício, Maurício Rebouças. Ele foi aluno da Miriam Veras, aqui, na Faculdade de Serviço Social da PUC, no Mestrado. Ele trabalhou em Santos. Eu trabalhei em Santos também. Eu trabalho no Sentinela. Faço, fiz supervisão, acho que quase todos os Sentinelas da Baixada... Ele trabalhou no porto, quando ele era jovem, militante. Trabalhou com a educação de rua, no porto, e, quando ele é mais velho, ele continua trabalhando no porto, no Espaço Meninas, que é ali, no Paquetá, que algumas pessoas conhecem. Ele começou trabalhando com as meninas. O Espaço Meninas, com as meninas em situação de prostituição, e ele descobriu que muitas dessas meninas eram filhas e netas ou netas das mulheres que ele conheceu, no passado, e ele construiu uma dissertação de Mestrado a respeito disso, do fenômeno transgeracional. Então, assim, isso pode, é um fenômeno? É. A nossa estatística, por mais perversa que ela pode ser ou como disse o Eduardo Dias, outro dia: “Eu acredito na estatística que eu possa manipular. Nas outras, eu não acredito”. Assim, mas, a estatística nos diz, não só no Brasil, que a maioria do abuso, do abuso e da violência, não estou falando da exploração. Separa a exploração aí, tá? A exploração de fala de rede. Falando do abuso, o abuso, na maioria das vezes, ele acontece, no espaço doméstico. É praticado pelo pai, o pai, o pai sanguíneo, o pai, não é história de padrasto, de madrasta ruim, é coisa de Walt Disney, não é? Acontece pelo pai e, na modalidade de estupro, ou seja, contra a menina. Então, o que a gente precisa discutir também, quando a gente está discutindo das famílias, é o lugar da mulher, ainda na família. Que lugar a menina ocupa na família? Sendo que a maioria da violência é contra a menina. Então, que lugar a gente

construiu para a mulher na família brasileira? Então, e a violência física é a mulher que acaba perpetuando mais. Por quê? Porque a ela é dado toda a obrigação de educar, e chega o momento, se explode, e, mais uma vez, na história da, da... Existe uma coisa, se a gente for, for olhar as escolas sociológicas, por exemplo, vamos pensar na escola de Frankfurt. Só, como exemplo, pensando, na escola de Frankfurt, da concepção da teoria crítica de sociedade. Acho que estamos, no momento de escola frankfurtiana, eu diria. Nós estamos, no momento, de fazer uma análise muito crítica do nosso modelo de sociedade, nosso modelo de sociedade. Que sociedade nós, brasileiros, queremos? Ai, vai falar assim: "Mas isso é conversa da década de 70, conversa sua que você tinha lá, no boteco, quando você tomava cerveja com..." Não é nada disso. Eu acho que agora é o momento. Nós estamos aí com 20 anos, 19 anos.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Um aparte, Floriano? Me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Netinho pediu um aparte e a Vereadora Sandra também, também pediu um aparte, mas...

**O SR. FLORIANO PESARO** – Ah, é? Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Primeiro, o Vereador...

**O SR. FLORIANO PESARO** – Perfeito, perfeito.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Dentro do tempo do Floriano, apenas um aparte. Já passo a palavra. A gente percebe o seguinte, que você é um conhecedor máximo das coisas, e é uma oportunidade muito boa para a gente de ouvir tudo o que você tem para falar, e eu acho que você tem muita coisa para passar para a gente, mas eu pedi um aparte na fala do Floriano, porque eu estou assim, inclusive, impressionado com o alto nível do debate, deste debate, desta vez, em função do seu conhecimento, até das perguntas dos colegas aqui, dos Vereadores Bezerra e até do Floriano, que esse é um assunto que eles entendem muito e tal, mas eu queria aqui, não tão nesse alto nível, mas no meu, eu queria dizer o seguinte, no nível mais "cohabístico", vamos dizer assim, você fez uma colocação, que o processo jurídico é tão doloroso quanto o fato. Não é isso? Então, eu queria me apegar nessa sua fala, porque existem alguns conceitos nossos aqui, de que esta CPI, ao longo deste ano, pretende gerar bons resultados. Então, além de poder contar como você, é algo que a gente vai estar conversando aqui, eu queria ficar dentro de uma causa aqui. Você, com seu conhecimento, e num curto espaço de tempo, ou seja, nesse, nesse decorrer de ano que nós estamos, se você indicasse, se você sinalizasse essa, essa CPI, você iria sinalizar, para que a gente participasse, numa mudança de processo nesse lado jurídico, ou seja, após o que já aconteceu, ou que nós focássemos, no lance pré, antes de ter acontecido? Qual seria a sua avaliação? Porque nós começamos a nossa conversa aqui falando de capacitação, falando então de uma série de coisas e seria interessante entender, porque poderia nortear melhor até do que a gente está falando. Todo o seu conhecimento, as perguntas e as falas aqui têm enriquecido muito. Inclusive, o relator não para de sorrir aqui, porque a gente está conseguindo tratar de temas que a gente nem imaginava poder mexer, mas eu gostaria que você nos desse esse norte, porque é uma grande discussão nossa aqui.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Eu responderia, sem pestanejar, que é o antes, ainda que eu traga duas angústias. A angústia é uma palavra tão mal colocada, mas, assim, duas... Uma questão é a promoção, não é, e a outra questão é o sistema de Justiça. Eu peno no sistema de Justiça, Vereador. O sistema de Justiça é um coisa muito difícil para tratar esse tema. Quando eu digo, peno, eu ganho para isso, estou dizendo, é meu trabalho, enfim, mas é muito difícil você construir visão de proteção para criança e adolescência, no Poder Judiciário. Ainda é muito difícil, porque o conservadorismo, sinto muito, o conservadorismo ainda é muito latente e não só... Olhem a Lei Maria da Penha, que tem há dois anos e tem gente dizendo que a Lei Maria da Penha é inconstitucional. Como diz a professora Silvia Pimentel, inconstitucional é não ter a Lei Maria da Penha. A Silvia Pimentel disse isso, na *Folha de S. Paulo*. Ainda bem que tem alguém como ela, que solta aí essas coisas e diz. A gente demorou muito tempo, assim. O campo da Justiça é muito lento. Pensar projeto de lei, pensar em alteração é muito lento. Eu me lembro, até o próprio Dr. Celso Limonge, num DVD, num vídeo, olha, nem existia DVD, no vídeo da PUC, que eu peguei para o meu Mestrado, ele já dizia lá, o Celso Limonge já dizia assim: "Se a gente conseguir tirar essa violência sexual, os crimes de natureza sexual de crimes contra os costumes do Código Penal, seria um grande avanço, porque é crime contra os costumes, não é crime contra a pessoa, é crime contra os costumes". A pessoa tem que provar que ela foi violentada. Ainda é assim a nossa legislação brasileira, a nossa legislação penal. É ela que tem que provar que ela foi violentada, tanto a mulher, quanto à menina e quanto à criança. É como se... eles tivessem... A história do depoimento sem dano: "Eu quero prova, criança. Me dê prova." Está entendendo? E nós, adultos, bom, enfim... Antes, Netinho. Por que antes, Netinho? Desculpa o antes. É assim, quando a gente fala antes, porque é a promoção, porque a Justiça, ainda ela é muito mais devagar é conceito. A gente muda com tese. Um conceito a gente muda, dia para noite. A gente muda. A tese, uma tese derruba um conceito. Agora, uma lei é muito complicado. Uma lei ainda... Quando a gente pensa, em Direito Penal, que foi construído, aí vai pensar em 1940, para você pensar em alterar essa compreensão. E eu acho que a Educação, quando eu falo antes, eu estou tentando também alcançar o Poder Judiciário, quando eu digo antes, entendeu? Que o Poder Judiciário venha também nesse antes. Quando eu falo Poder Judiciário, é o Ministério Público, sistema de justiça, que ele também esteja nesse antes porque ele também está com um passo atrás. Ele também tem um passo atrás. A gente ainda, a gente descaracterizou a presunção da violência. Só, como exemplo, vocês cortem, está? Nós estamos terminando agora um projeto, de fazer análise de um projeto de dez processos, dez regiões do país pelo Instituto WCF, inclusive, estamos enlouquecendo porque tem que terminar domingo. Nós estamos analisando dez processos judiciais, exploração, abuso e violência física. Isso, eu e uma psicóloga do Rio de Janeiro, a visão jurídica e a visão psicossocial. A gente vê, mesmo do relato das instituições, aí vai ser publicado no dia 18 de maio vai ter um lançamento. A gente convida vocês. Enfim, mesmo, no relato das instituições, que são parceiras da gente, tem lá sempre uma visão de punição, sempre de que o processo continua parado, o processo não andou. É como se nós fôssemos promotores, persecutores do crime. Por quê? Porque a questão da violência sexual bate lá dentro. Então, a gente quer ver punido. Depois que o leite derramou, quer dizer, leite derramado a gente pode, com o canudinho chupar, sim, mas nós vamos perder muito dele. Essa história de leite derramado não se recupera é mentira, porque a tecnologia, cada vez... Você bota lá um *wap*, você pega todo o leite derramado, só que a qualidade dele vai ser outra. Está certo? Então, vai ser totalmente... Não vai dar para beber. OK? Então, é antes, porque, na Justiça, a Justiça ainda vai demorar muito. Eu digo isso, na minha dissertação, eu digo isso. Então, a gente trabalha com juízes, promotores. Ainda vai demorar muito, porque o conservadorismo... Quando eu digo, conservadorismo, eu não estou falando de militante. Eu tenho quase 50 anos. Não vou ficar aqui perdendo tempo falando de militância insana, não. Estou dizendo de um lugar. Eu sou um senhor. Enfim, vai demorar muito para a gente avançar, no que diz respeito a legislações, no campo legislativo. O que a gente pode é minimizar, cada vez mais, o espaço de

audiências, não necessariamente o espaço protegido, mas que os técnicos sejam, cada vez mais, treinados. Treinado é a palavra certa, que o juiz seja, cada vez mais treinado, é a palavra certa, coisa que o juiz não gosta de ouvir, porque, mesmo, nós, advogados: "Ah, já tenho a OAB. Já não preciso de mais nada. Ah, eu sou juiz, eu não preciso de mais nada." Treinados, para saber ouvir, para saber compreender. Vou dar um exemplo só. Quando eu comecei a trabalhar com isso - eu gosto de dar esse exemplo, porque é ótimo para vocês, inclusive, não é? - quando eu comecei a trabalhar com isso - é o último, eu juro que eu paro aqui - eu fui, eu me atrevi a fazer visita domiciliar. Trabalhava em Campinas, trabalhei no CRAMI, em Campinas durante sete anos. Lá foi a minha escola. Por acaso, quem fundou o CRAMI, em Campinas, hoje é o Prefeito, o Prefeito da cidade hoje. Trabalhei no CRAMI Campinas sete anos. Lá foi a minha história, e eu me atrevi a fazer visita domiciliar, com as assistentes sociais e com a psicóloga. Eu me atrevia. Eu, não trabalho com terno e gravata, não trabalhava lá, porque não tinha audiência, só dia de audiência. Ia fazer visita domiciliar. Um dia, numa visita domiciliar, acho que muita gente aqui já ouviu esse exemplo. Numa visita domiciliar, nós chegamos, numa casa, era uma notificação gravíssima. O conselho tutelar já tinha história da família, coisa muito grave. A gente chega na casa, a casa limpa. Eles tinham acabado de almoçar. Estavam ali conversando. Tinham acabado de chegar da escola, uma casa humilde, mas uma casa limpa, e a gente entrou, ficamos conversando. Papo de família, conversa de família. A menor, a menina menor, a menor de tamanho, estava na pia com um, com um caixote, lavando a louça. Chamou atenção, porque ela era menor. Como eu também sou filho de família que teve bastante filho, pode ser que, um dia, cada um lava louça. Imaginei que fosse, cada dia lavasse a louça, e pronto, não é, como foi a vida de alguns de nós. Daqui a pouco, a psicóloga me chuta, chuta o pé, e faz qualquer, aquelas coisas, não desse jeito, porque senão todo mundo ia ver, mas ela deu um toque. Quando a gente olha para a pia, a menina está passando a bucha. Eu estou falando de uma menina de 7, 8 anos de idade, passando a bucha grossa, na mão. Ia tirando sangue, ela tirando sangue da mão, ela tirando sangue da mão. E aí olhei, terminou a visita. Fomos embora. Então, ela estava dizendo para a gente o que estava acontecendo naquela família. Para nós, aquela família estava, em ordem, naquele momento. Ela denunciou que tinha alguma coisa errada ali. Pode ser que todas as pessoas, mil visitas que fizeram, naquele lugar, saíram com a mesma impressão. Pode ser que a menina não teve coragem ou alguém não enxergou que a menina estava se automutilando, ali na nossa frente, para que visse que algum... Esse senhor foi condenado a quinze anos de cadeia. Depois, ele, enfim, ficou paraplégico, que acabaram com ele, na cadeia, enfim, outra discussão. Aí que eu comecei, lá atrás, a pensar nessa história do tratamento do agressor. A gente está falando de fenômeno. Então, ou a gente... Vou dizer uma coisa horrorosa: Ou a gente entra, na vala comum, e diz: "Acaba com todos eles", porque a gente vai acabar com a história, porque é mentira. Isso é coisa para boi dormir, ou a gente vai pensar numa perspectiva de atendimento. A gente teve uma oficina, na Unicamp, no ano de 2003, com Vera Faleiros, com Maria Lúcia, todo esse povo que mexe com violência e exploração. Veio um projeto de Belo Horizonte, uma psicóloga "porreta". Na metade da oficina, ela dizia assim: "Se vocês não trouxerem o agressor para cá, nós vamos nos retirar do projeto, do processo, porque não tem discussão". Estão entendendo? Não tem discussão. Ela disse isso, bateu na mesa, tinha lá juiz, tinha promotor, tinha eu, e falou: "Então, vamos lá começar a discutir, porque não dá para avançar". Então, acho que é isso. Não sei se...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quería dar a palavra à Vereadora Sandra, mas antes.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pode. Então, eu só queria anunciar a presença do nosso Vereador Tripoli aqui, hoje. Se quiser fazer parte da Mesa. Maravilha! A gente fica feliz pela sua presença hoje aqui também, que sempre colabora muito com esta CPI também. E queria, se alguém tiver alguma pergunta, nós temos alguns minutos antes de ir para os requerimentos. Se alguém tiver alguma pergunta também, dentro do tema, dentro daquilo que ele está falando, do que ele trouxe hoje, que fique à vontade. Por favor, tem um microfone, tem um microfone aqui. Só, venha aqui, até à frente, fale o nome, para que nós possamos identificar, nas Notas Taquigráficas. A Cristina? Então, a Cristina, primeiro, que a Cristina já tinha, já tinha (ininteligível)

**O SR. FLORIANO PESARO** – Pela ordem. Acho que é importante definir um tempo para as perguntas, também.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – É, nós temos pouco tempo. Dez minutos para cada um.

**O SR. FLORIANO PESARO** – E a identificação do nome e da origem de militância, de trabalho profissional, enfim, para nós sabermos quem são e lembrar de constar do relatório do Sr. Relator e lembrar que tudo que está sendo dito, nessas sessões da CPI, é gravado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito.

**A SRA. CRISTINA SALES** – Bom dia ao plenário. Eu cumprimento a Mesa, na figura do nosso Presidente desta CPI, o Vereador Marcelo Aguiar. Meu nome é Cristina. Sou coordenadora do Núcleo de Combate à Exclusão, Morada da Cidadania, que fica no Morro Doce, um dos bairros mais pobres, entendeu? Que só perde, na questão da violência, para o Jardim Ângela, e eu estava muito agoniada, para que esse dia chegasse, o dia da quinta-feira. Por quê? Porque qual o primeiro contato da criança, que é vítima da pedofilia, que é vítima da violência sexual? Qual é o primeiro contato? É com a família. E, muitas e muitas vezes, a família omite, entendeu? A família é omissa. Eu digo isso porque eu estive, numa delegacia, em Pirituba, na Delegacia da Mulher, e ouvindo o depoimento de uma criança de treze anos, a delegada estava lá, perguntando para essa criança de treze anos. A criança de treze anos dizendo que tinha sido vítima de violência sexual pelo padrasto, e a mãe dizia que não, que não foi o padrasto. A mãe dizia que tinha sido o namoradinho, entendeu? Outro caso é o seguinte, eu não vou citar nomes. Uma criança de dez anos e meio começou a ser aliciada, e depois foi se passando o tempo, se passando o tempo. Doze anos, ela foi estuprada, e a mãe sabia e não tomou nenhuma providência, entendeu? E o que acontece, na periferia, talvez, na classe média, na classe alta, não sei, é a omissão da família. Por isso que eu defendo muito, Vereador Netinho, Vereador Marcelo Aguiar, que exista esse Disque-Denúncia específico para a questão da pedofilia, porque se a família se omite a denunciar, que o vizinho possa denunciar, que um professor possa denunciar, e quando o Vereador aqui, o Vereador Carlos Alberto diz que tem esse programa de capacitação, infelizmente, nesses dois anos e meio dessa atual gestão, não chega onde tem que chegar, na periferia, entendeu? Por isso que eu defendo muito um programa de capacitação para a rede de educação, para a rede de Saúde. Por quê? Porque se a família, se a mãe se omite a denunciar a questão do abuso, que a professora faça isso, que alguém da UBS faça isso. Então, eu defendo muito essa questão de um Disque-Denúncia, porque, já que a família se omite, as pessoas que estão mais próximas que possam detectar que essa criança está sendo vítima de violência ou está sendo vítima de pedofilia possa denunciar, e uma palavra aqui para o nosso nobre Vereador Marcelo Aguiar. A palavra de Deus fala, no salmo 135, que somos o tesouro de Deus. Eu acho que é por isso que o senhor trata, com tanta responsabilidade, essa questão da

pedofilia e defende tanto as crianças que são vítimas, porque o senhor sabe que elas são as pérolas de Deus. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado pela tua participação, Cristina. Eu acredito que o Claudio já deixou bem claro a respeito do Disque-Denúncia ou até mesmo sobre a denúncia, porque...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pois é, que já existe. Está desligado? Acho que desligou aí, porque aqui...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Está aceso.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Já deixou bem claro, já deixou bem claro a respeito do Disque-Denúncia, deixou bem claro, porque acho que hoje ele trouxe um conteúdo importante para esta CPI, para que, mesmo a capacitação que já existe, essa lei está sendo...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, perfeito, perfeito. Eu acho que a sua colocação é importante.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Na verdade, o próprio Claudio, ele já trouxe hoje aqui até as deficiências também do próprio Disque-Denúncia. Ele está trazendo para nós algo com conteúdo.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Está certo, Cristina.

**A SRA. CRISTINA SALES** – Me desculpe, Vereador, interromper. Vai ser feita a... É feita a denúncia através, através do telefone. E aí? Como é que vai ser feito, como é que vai esmiuçar essa denúncia? O que vai ser feito? Eu gostaria que ele, ele me falasse um pouco mais a respeito disso.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Cristina. Acho que o Claudio já deixou bem claro, mas, faça o favor, Claudio. Coloque novamente o seu... a respeito disso.

**O SR. CLÁUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Nesse aspecto, eu sugeria que você chamasse alguém do Disque 100, de Brasília, para poder dizer como que tem sido o fluxo das denúncias O senhor saberia respeitar o fluxo das denúncias, mas...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. CLÁUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Isso. Mas vamos ficar com o pé no chão e vamos falar a nossa realidade aqui de São Paulo, não é? Assim, ainda que os Conselhos Tutelares de alguns lugares ou alguns tenham despreparo para estar dando conta dessa situação, é a eles que é dada uma certa atribuição. Então, assim, quando falar em notificação, é: todos somos obrigados a notificar. O artigo 245 do Estatuto, ele nos obriga a notificar e essa notificação não necessariamente é o Disque 100 nem a notificação. O professor e o médico, eles são obrigados, não tem a menor discussão. Eles são obrigados a notificar, obrigados. Aí vai o tal do princípio de moralidade ou não. A legislação, hoje temos de notificar. Temos de notificar. Aí, falam: "Mas o que que vai acontecer?". Se a gente conseguir, pelo menos, fazer a notificação, já é alguma coisa. Agora, aí é devolvido à Mesa. Depois que notifica, o que é que faz? Aí a gente pensa na política de atenção. Para onde que vai a criança? A criança que chega na escola com a perna machucada e que a professora acha que tem uma fratura grave e diz que aconteceu em casa. Vamos minimizar, que não é tão minimizado assim. Vamos sair da questão da sexualidade.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, Cláudio.

Eu só queria te interromper um segundinho, porque acho que o que o Cláudio está colocando e até mesmo a Cristina colocou aqui para nós é realmente que nós temos de encontrar um caminho que essa denúncia, que esse, na verdade, Disque-Denúncia ou qualquer outro serviço que seja instalado na cidade de São Paulo tenham um resultado mais rápido, um fluxo dentro daquilo que foi aquilo que ele passou, do Plano de Metas e até mesmo dentro daquilo que ele já passou para esta Comissão. Acho que realmente é importante. Queria aproveitar, antes nós temos mais dois inscritos: temos o Eduardo e o José Gomes. Antes do Eduardo, que é advogado, que tem uma pergunta, queria passar para o Vereador Bezerra, que tem duas perguntas para o Cláudio.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Bem, Cláudio, como você sabe, eu já falei, a gente está aqui agradecendo a contribuição em relação a conceitos importantes que você trouxe aqui e que vão nos ajudar e favorecer muito o estabelecimento e a realização de um relatório. Eu queria aqui fazer dois apontamentos para você, que você fosse, dentro do possível, o mais objetivo possível para que todo mundo possa participar. Eu estava ouvindo a sua fala e percebi uma preocupação que é uma preocupação, enfim, primeiro, das famílias, das crianças vitimizadas e de todos aqueles envolvidos na rede de proteção à criança vítima de violência sexual. Você aponta uma questão muito importante: que há dificuldade no estabelecimento de um fluxo de atendimento dessa criança, ou seja aonde ela é atendida, como ela é atendida, quais são as condições das unidades - seja unidade de saúde, seja, enfim, do sistema penitenciário, do sistema judiciário, enfim -, de onde é atendida e como é atendida, a preocupação com a capacitação daqueles que a atendem, enfim. O que eu queria de você? A gente percebe claramente a dificuldade no estabelecimento de um fluxo. E, quando a gente fala de uma CPI na cidade de São Paulo, nossa preocupação é com a cidade de São Paulo. Um dos pontos que nós colocamos logo no início desta CPI foi o seguinte: um dos desafios que nós temos é olharmos para a rede, vermos onde estão os nós dessa rede e propormos soluções, se possível baseados em experiências, inspirados em experiências que acontecem com sucesso no Brasil, na América Latina ou mesmo fora do Brasil. Minha primeira pergunta é a seguinte: em relação à sua experiência, àquilo que você estudou, àquilo que você viu, àquilo que você presenciou, qual seria um bom modelo de fluxo hoje onde, em que a cidade de São Paulo poderia, de alguma forma, se inspirar? Um modelo de fluxo, no Brasil, uma experiência de sucesso em alguma cidade brasileira ou uma experiência de sucesso, ou mais também, uma experiência de sucesso numa cidade fora do Brasil, que você considera uma boa experiência e que poderia nos inspirar como modelo propositivo para a nossa cidade? Falando em fluxo. A segunda e última pergunta ela é extremamente objetiva. Acho que você tocou aqui em aspectos muito importantes na questão da comparação entre as leis de responsabilização penal do agressor, da garantia dos direitos das crianças, enfim. Acho que você falou bastante. A minha última pergunta é a seguinte: queria lhe ouvir um pouco, também baseado na sua experiência, baseado na sua caminhada, no acúmulo que você teve ao longo dos anos: qual a sua expectativa em relação a essa CPI aqui na cidade de São Paulo? Se posicionando

dentro do contexto da cidade e no contexto nacional onde o tema pedofilia e abuso sexual na infância, hoje, está no topo da agenda. Quer dizer, qual a sua expectativa em relação ao trabalho que esta CPI pode realizar?

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Posso começar pela segunda? (Pausa) Um trem sem rumo, a gente pensa...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Claudio, peço pra você agilizar porque o nosso tempo está apertado, tem os requerimentos para serem votados.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Então, o modelo que a gente, não dá pra dizer um modelo interessante. Um modelo interessante é aquele que vai alcançar a garantia dos direitos fundamentais, aquele que vai se reportar ao artigo 227 da Constituição e a resolução 113. Esse é o modelo apresentado, tem uma política de adesão e está aí, e precisa funcionar. Acho que eu respondo. A gente precisa entender melhor como isso foi desenhado e fazer com que isso aconteça. Está aí, não precisa inventar a roda, a roda está pronta. A outra coisa que você pergunta?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Não há nenhum lugar onde existe um fluxo interessante, um fluxo desafiador ou pelo menos mais organizado para a gente comparar?

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Então, eu tenho trabalhado, se pegar à região Noroeste, eu tenho trabalhado em várias prefeituras. Com Várzea Paulista tenho trabalhado, há seis anos, e alguns de nós... Os mesmos problemas que vocês trazem aqui são os mesmos que estão sendo discutidos ali. Se você pegar a literatura internacional ou para quem quer acompanhar melhor o negócio, um dos melhores sites é o da UNB. Pega o CECRIA da UNB. São as mesmas reflexões que fazemos aqui. E não é que São Paulo está atrasado ou adiantado nada disso. Acho que o tema está em pauta porque é necessário. As pessoas viram que família violenta criança, e que adulto violenta criança! Eu vou dizer um absurdo, não vou dizer de processo porque de processo a gente não diz, mas precisamos ver uma criança ser jogada da janela, e é para alguns, para algumas pessoas. Claro, já existia... Há pai que mata filho e filho que mata pai. Machado de Assis já dizia isso em seus melhores contos. É tomar cuidado para não demonizar muito a família porque quando a gente fala da mãe, é para encerrar mesmo, quando a gente fala de família incestogênica, em falando de violência intrafamiliar, e não da exploração, temos uma família vítima, não estamos falando de uma criança vítima, temos todo um processo de vitimização. Então, por que a mulher não sai de madrugada e vai embora antes do marido chegar? Porque ela não tem para aonde ir! Por que ela não pega não-sei-o-quê? Porque ela não tem para aonde ir! Ela depende daquele marido, ela depende de grana, ela depende de segurança, ela depende dele até, podem não concordar, mas é isso, ela depende até fisiologicamente dele! Então, às vezes, é exigir demais que o único ser, mulher, que está na mesma equiparação de criança e adolescente hoje, ela não alcançou os direitos fundamentais, você alcançou? Parabéns! Elas não alcançaram os direitos que devem alcançar, estão então no mesmo patamar. Nesse aspecto a gente pode avançar reconhecendo que família violenta!

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra o Vereador Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – É pelo adiantado da hora. Claudio, a gente poderia ficar aqui mais outra sessão, a gente combina talvez mais para frente, se for da vontade do Presidente, do relator, mas queria sugerir que passássemos para a parte dos requerimentos, da leitura.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Vamos passar porque alguns Vereadores têm compromisso, e haverá outra reunião neste plenário. Aí o advogado fará algumas perguntas e o José Gomes e o nosso querido Claudio responde. Peço ao secretário da comissão que leia o requerimento.

- É lido o seguinte:

(Oficia o Procurador de Justiça do Estado de São Paulo solicitando informações sobre o processo de município que apresentou denúncia, de autoria Vereador Marcelo Aguiar)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte:

(Encaminha convite a Sra. Patrícia Sabóia, de autoria dos Vereadores Carlos Alberto Bezerra e Floriano Pesaro)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Passemos ao próximo requerimento.

- É lido o seguinte.

(Convida a Sra. Márcia Salgado, da assessoria da Delegacia de Defesa da Mulher para comparecer na CPI, de autoria dos Vereadores Quito Formiga, Carlos Bezerra, Floriano Pesaro)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte:

(Solicita da Coordenação da Atenção Básica da Saúde Municipal, comparecimento da Sra. Edjane Brito, de autoria de todos os membros da CPI)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Tem a palavra pela ordem o Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Sr. Presidente, peço a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Está suspensa a sessão por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Reaberta a reunião, os trabalhos, eu peço para que o Secretário leia o último requerimento.

- É lido o seguinte.

(Convite para comparecimento das seguintes autoridades; Dr. Jefferson Drezett e Dr. João Augusto Figueiró, do Vereador Marcelo Aguiar)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu queria também passar para todos da Mesa, que já têm conhecimento disso, mas todos que estão presentes, que todas as convocações, na verdade são realizadas em nome de todos que fazem parte dessa comissão. Até por que nós queremos fazer algum trabalho fora daqui, também, dentro dessas reuniões, um trabalho não de investigação, mas para poder mapear até o

próprio local do trabalho de fluxo, até que o Claudio comentou. Então nós vamos, ao longo das reuniões, passando isso para vocês. Eu queria aproveitar, vamos votar esse requerimento. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Pela ordem, Vereador Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Não, só uma sugestão porque eu estou vendo aqui o nosso calendário “tentativo”, que deve ter sido acertado pelas Assessorias, que aliás, aproveito para parabenizá-las pelo trabalho que vocês vêm realizando na organização dos nossos trabalhos. É que há uma proposta de convidar o Senador Magno Malta e a Senadora Patrícia Saboya, para o dia 14 de maio e junto com eles estaria a Dra. Marta Toledo, eu queria pedir para separar, quer dizer, nós vamos trazer dois Senadores da República aqui, provavelmente será uma sessão quase que solene sob esse tema, se é que nós podemos dizer isso. Então, peço para que se mude a data. E também, encerrando a minha fala aqui, no dia de hoje, Presidente, mais uma vez, parabenizar o Claudio pela sua disposição em ter vindo a essa CPI, pela importância e relevância das suas informações e deixar claro que nós pretendemos, realmente, contar com você, com todos os demais que aqui já estiveram mas, deixar claro dessa importância para os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Claudio, vou abusar mais um pouquinho de você, aproveitar o Claudio que tem uma pergunta e também mais uma pergunta do José Gomes, nosso tempo já estourou, só mesmo para formular a pergunta, Dr. Claudio? Pode utilizar esse microfone aqui do lado direito.

**O SR. EDUARDO BEZERRA** – Boa tarde, meu nome é Eduardo Oliveira, para ratificar, sou advogado, eu cumprimento a CPI na pessoa do Sr. Presidente, dos nobres Vereadores, o Dr. Floriano Pesaro fez uma pergunta, mas como advogado, Claudio, também quero cumprimentá-lo, estou impressionado com sua capacidade e conhecimento, mas de uma maneira prática, sob seu ponto de vista, sua ótica, um pedófilo reconhecidamente pego em uma situação de pedofilia, qual é, na sua visão, a melhor aplicação de uma pena. Por que se fala, hoje, por exemplo, até em castração química, a gente sabe que o austríaco está sendo condenado a isso. Na sua visão, na sua ótica, qual seria, no Brasil, a melhor pena aplicada a um pedófilo? Obrigado.

**O SR. DR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Tudo o que sai do comum a gente tem dificuldade em lidar. Vou dar um exemplo horroroso, péssimo, pode ser usado contra mim, enfim, dou aula de gestão e segurança, dou aula de sociologia do crime e da violência na Universidade Bandeirantes para gestor de segurança, polícia, eu dizia um dia, não tenho muito me interessado pelos fatos, de verdade, porque os fatos acontecem independentes da minha vontade, quero entender os motivos que levaram a esse fato. Estava discutindo, um dia, com eles, na Universidade, a história do crime da Eloá, que virou o Caso Eloá, a história, que isso não seja usado contra mim, mas vou usar como exemplo. Por que a polícia não matou o rapaz? Eu jogo como interrogação, está gente? Não estou aqui fazendo nenhuma crítica a nada, não sou acusador, não sou nada, só estou refletindo como espaço de reflexão. Por que a polícia não matou o rapaz? A gente tem várias suposições, a que me confortou – quando digo que me confortou não é que me fez dormir, pouca coisa faz a gente dormir bem - mas o que me confortou a entender é que a polícia enxergou o cidadão – que a polícia enxergou o cidadão, quando ela tira a “cabrita” a ficha, o DVC, a ficha, o antecedente criminal e vê que não tem antecedente criminal, estou diante de um humano, fica difícil eu matar. Isso eu estou dizendo suposições, estou aqui de verdade a palavra é “viajar”, estou dizendo suposições, diante do humano fica mais difícil, ele não tinha ficha criminal, então fica um pouco mais difícil. Quando se fala da questão do pedófilo praticando crime é – dentro da legislação, sou advogado – é flagrante delito, a gente não discute, em princípio, não se discute, é flagrante delito, ele vai ser responsabilizado pela Justiça, ele vai ser preso em flagrante, não se discute isso, não estou aqui para discutir isso. Agora, quando eu digo, dei um exemplo diferente, é assim, mesmo a droga, vou dar um exemplo de droga só guardadas as devidas proporções, a nossa política de entendimento de drogas, de uso de drogas, passa também por aí. A gente ainda trata o crime como algumas questões que são de saúde, nós, do Direito, nós, eu digo na perspectiva geral, não teremos como responder a essa pergunta. A única pergunta que nós responderíamos, que eu responderia é assim: o Direito reconhece esse pedófilo enquanto cidadão, eu não posso matar ele, e nem o Estado pode matar em nome do Estado. Isso a gente tem de fato, o resto a gente vai precisar conjugar. Vamos entender, aqui a partir de agora, ainda que as histórias já estejam vividas, que a CPI é um trem e que a gente está colocando antídoto cada vez que a gente vem para cá e eu quero entrar neste trem, a partir de hoje eu quero ser passageiro deste trem, e que seja um trem-bala.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – É muito bem-vindo, viu Cláudio.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Que seja um trem-bala que não fique parado. São questões que a gente, também, vai buscar. Há lugares que é possível, nós temos psiquiatras, psicólogos extremamente conceituados que definem a possibilidade de um tratamento, mas não estamos dizendo de um tratamento sem contenção, não chegamos nisso ainda. É uma discussão mundial: o que se faz com o pedófilo? É uma discussão mundial, estamos falando do pedófilo e não do abusador circunstancial que é outra história.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Cristiana, é que nós estamos no final, espera só um minutinho, deixa eu só passar a pergunta para o José Gomes, caso contrário a gente perde a linha que já tínhamos combinado aqui. O Sr. José Gomes é um munícipe.

**O SR. JOSÉ GOMES RIBEIRO** – Claudio, quando que você ... Há?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ GOMES RIBEIRO** – Claudio, meu nome é José Gomes Pinheiro, a pergunta que vou fazer é: como você se sentiria quando uma criança que tem sete anos convida para você para morar com você e querer morar com você, como você se sentiria? Quando você passa por uma experiência de uma criança que pergunta para você mesmo ...

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Uma criança quer morar comigo?

**O SR. JOSÉ GOMES RIBEIRO** – Sim, uma hipótese, você passa, porque é assim, quando se fala em Conselho Tutelar, o doutor fez uma boa pergunta, existe as três justiças, a justiça para classe pobre, para a classe média e para a classe rica.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Sim, sim.

**O SR. JOSÉ GOMES RIBEIRO** – É isso que entra em contradição. Porque nossa Justiça é assim, aqueles que não sabem ler e que deve, eles vão para a prisão, o que tem dinheiro e poder não vai. Você entendeu?

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Entendi.

**O SR. JOSÉ GOMES RIBEIRO** – Então, a minha pergunta é essa, porque eu já passei por uma situação muito delicada e procurei o Conselho

Tutelar, que é alienado a algum pedofilia, seja ele formado ou analfabeto, e me deixou com água na boca. E cacei também uma vizinhança, pessoal do Conselho Tutelar e as coisas convivem ao lado. Obrigado.

**O SR. CLAUDIO HORTÊNCIO DA COSTA** – Então, gente, quando uma criança ... não vou responder a sua pergunta ,objetivamente, porque acho que não tem resposta, porque é uma pergunta meio ... se uma criança me convidar para morar com ela, tem questões que vou cuidar da criança, porque é muita coisa errada está acontecendo, essa criança é vítima, não estou dizendo se é vítima de violência sexual, se é vítima de negligência, de violência física, mas algum produto ruim, mas não ruim enquanto, mas alguma interferência negativa já houve ali, não tenha dúvida. Porque não é comum, não estou dizendo normal, não estamos discutindo no campo da normalidade. Não é comum uma criança de sete anos querer viver com adultos. Não é comum dentro do nosso entendimento. Alguma coisa já está errada. Darei um exemplo idiota, mais um exemplo idiota dentro de muitos que dei aqui. Num dos programas do *Criança Esperança* perguntaram a Xuxa, todo mundo conhece a Xuxa, "Xuxa, o que você tem a dizer a essas crianças que estão nos faróis?". Pasmem. A Xuxa respondeu: "Para as crianças eu não tenho nada a dizer, eu tenho a dizer aos adultos". Com essa minha fala tento responder sua pergunta. Se não gastaria muito tempo para respondê-la. Dei só como exemplo público.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Peço para que vocês possam guardar as demais perguntas. O Cláudio vai continuar ao longo da CPI, é até um convite em nome de toda a Mesa, que o Cláudio continue trazendo esse conteúdo de material que você tem para que possamos, ao longo da CPI, ter acesso e até mesmo nos ajudar nesse sentido. Na próxima reunião nós passamos ao Cláudio a sua pergunta porque não temos mais tempo. Os Vereadores da próxima Comissão já estão presentes. Para mantermos a ordem. Nada mais havendo a tratar hoje, convoco os Vereadores membros desta CPI para a próxima Reunião Ordinária a se realizar dia 30 de abril, quinta-feira, às 11h, neste Plenário. Gostaria de dar a palavra ao Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Bom dia. Acredito que hoje foi uma das reuniões mais esclarecedoras e importantes desta CPI. Gostaria de cumprimentar o Vereador Juscelino Gadelha que está presente, compondo a Mesa, e dizer que estamos finalizando, em andamento na fase de diagnóstico, entrando na fase de investigação. Tomando isso por base, cumprimento o trabalho desta Comissão e dos membros por terem trazido pessoas como o Cláudio e tantos outros que enriqueceram até agora os nossos conhecimentos. Proponho e tenho requerimento para ler que nós possamos formar, nós Vereadores desta Comissão, algumas diligências sequenciais com roteiro similar ao percorrido pelas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual para que possamos entrar naquilo que o Cláudio expôs tão bem aqui, a questão do fluxo e não dos mecanismos. Deste modo podemos entender o que uma criança sente ou o que passa na cabeça da criança quando ela está sendo levada a um hospital ou a uma Delegacia de Defesa da Mulher. Gostaria de ler o requerimento, Sr. Presidente.

- É lido o seguinte: (requerimento à Presidência da CPI para aprovação de diligências sequenciais com roteiro similar ao percorrido pelas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Os Vereadores que tiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado o requerimento do Vereador Quito Formiga. Dou como encerrada a reunião de hoje.



FL. Nº 59  
Anexo – Notas Taquigráficas  
Proc. nº 19/2009  
CMSP – CPI-PEDOF  
Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 de abril de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar - PSC)** – Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Estão presentes os Vereadores: Marcelo Aguiar, Quito Formiga, Carlos Alberto Bezerra Jr. e Floriano Pesaro. Acredito que a Vereadora Juliana Cardoso já esteja descendo, está na Casa. O Vereador Netinho de Paula também está a caminho, mas já mandou o seu assessor representá-lo nesta reunião. Hoje estamos recebendo o Dr. Jefferson Drezett do Hospital Pérola Byington; Dr. Ivan Mello - representando o Dr. João Augusto Figueiró, Presidente do Hospital das Clínicas e do Instituto Zero a Seis – que também faz parte do Hospital das Clínicas e da Universidade de São Paulo. Perfeito? Então, corrija-me. O senhor vem substituir o Dr. João Augusto Figueiró e faz parte do Hospital das Clínicas também?

**O SR. IVAN MELLO** – Não, do Hospital das Clínicas não. O Dr. João Augusto Figueiró coordena o núcleo de atendimento do Hospital das Clínicas.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Vice-Presidente do Instituto Zero a Seis. Maravilha. Estamos recebendo a Dra. Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams, psicóloga, que veio representando também o Dr. João Augusto Figueiró. Temos também a Sra. Mariângela Aoki, faz parte da Secretaria Municipal de Saúde - Coordenação de Atenção Básica. Quero abrir a reunião passando a palavra à Sra. Mariângela Aoki, que tem 15 minutos para sua exposição, porque hoje começamos atrasados. Hoje seremos rigorosos no horário, não é nada pessoal, mas conto com a colaboração dos convidados que compareceram a esta reunião, trazendo conteúdos importantes para os trabalhos.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Sou Mariângela, trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, sou psicóloga de formação e faço parte de uma área técnica Cultura de Paz, Saúde e Cidadania, que está dentro da Coordenação da Atenção Básica.

Trarei, em linhas gerais, como que a Secretaria está trabalhando a prevenção da violência e promoção de cultura de paz e darei destaque à questão da criança e do adolescente. Trabalhamos a violência como fenômeno social historicamente construído, o contrário da violência ao respeito aos Direitos Humanos e Cidadania. É um fenômeno complexo, possui várias causas e por isso implica numa abordagem interdisciplinar, intersetorial. Por que entendemos que violência é um problema de saúde pública? Porque traz um risco às pessoas, alterando sua saúde, produz enfermidades, provoca morte, tem caráter endêmico pelo número de vítimas e magnitude das sequelas emocionais e físicas. Ao setor da saúde cabe cuidar dos agravos físicos e emocionais, além do custo social e econômico.

- Exibição de slides.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Vou mostrar um próximo slide. As crianças, adolescentes e jovens, pessoas em idade produtiva que acabam morrendo, por exemplo, por homicídio. Trouxe vários slides, mas só darei destaque que no Município de São Paulo de morte por homicídio, a primeira causa de morte, vai dos 15 aos 34 anos; a segunda causa, dos 35 aos 44 anos; a terceira causa de morte, de cinco aos 14 anos. Observamos que de modo geral crianças, adolescentes e jovens a principal causa de morte são as causas externas, como definimos no setor saúde. Então, qual o conceito que usamos de violência? É o conceito da Organização Mundial da Saúde que implica sempre em uma intencionalidade, numa relação de poder na qual uma pessoa por intermédio da força física, como ameaça ou real, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grandes possibilidades de resultar em lesão, morte, danos psicológicos, mau desenvolvimento e privação. Então, quais são os marcos legais? São as diversas convenções da ONU, das quais o Brasil é signatário; o Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; a notificação compulsória de violência contra a mulher pelo setor saúde e a Lei Maria da Penha. Trouxe os principais marcos. De modo geral, não só a Organização Mundial de Saúde, mas também o Ministério da Saúde definiu diversas políticas voltadas para a redução da mortalidade por acidentes e violências. Está organizando uma rede nacional de prevenção à violência e promoção da saúde, no qual estados e municípios constituem um núcleo. A cidade de São Paulo faz parte desse núcleo que tem a finalidade de implementar políticas de prevenção da violência e de acidentes. Trabalhamos com a violência contra si mesmo, que são as tentativas de suicídio e suicídio. A violência interpessoal, que é intrafamiliar, doméstica, que ocorre entre os membros da família, entre aqueles que convivem no espaço doméstico. A comunitária, que ocorre no ambiente social, seja escola, seja no trabalho, na prisão, no asilo e uma violência mais coletiva que ocorre nos âmbitos microsociais, políticos e econômicos: crime organizado, atritos e guerra. Na verdade, enfocamos uma prioridade, para nós, enfocando a questão da violência doméstica e familiar principalmente. Então, ela se manifesta através de uma violência física, psicológica. A sexual. A violência sexual é algo que está sendo abordado aqui. A negligência e o abandono. Procuramos organizar os nossos trabalhos considerando que existem - a cidade de São Paulo é uma cidade muito grande - diferentes locais e regionais. O recorte de gênero, raça, cor intergeracional. Os grupos mais vulneráveis: criança, adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, pessoa com transtorno mental e temos também um olhar em relação ao agressor ou agressora. Quais são as principais estratégias? Organização de uma rede de cuidado integral às pessoas de situação ou risco de violência, articulada com outras redes de apoio. Então, todo o profissional de saúde pode identificar e acolher a pessoa em situação ou risco de violência. O atendimento é realizado pela equipe multiprofissional, a unidade de saúde deve atuar de forma integrada à rede de serviços de saúde, colocamos diversos níveis de complexidade do sistema, que é a atenção base especializada, urgência e emergência, e a região deve articular e fortalecer o trabalho em rede com os outros setores.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Dra. Mariângela.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Oi.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Só uma pergunta nesse slide, para não perder a oportunidade. Todo profissional de saúde pode identificar e acolher e nos outros, você verifica que as unidades devem, devem. E lá pode. A nossa dúvida recorrente é se o profissional de saúde ele pode ou deve, diante de uma situação de violência consumada já, provavelmente, porque quando chega lá, ele deve atuar ou ele pode atuar?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Ele deve, ele deve. Assim, o que nós estamos colocando é que não colocamos a palavra no imperativo, mas todo profissional que esteja preparado, formado, ele pode identificar e acolher sinais e sintomas relacionados à violência, ou então acolher o próprio relato da pessoa que fala...

**O SR. FLORIANO PESARO** - Sob pena de omissão? Essa é a questão.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Eu estou falando de um lugar que é da atenção básica, acho que é diferente do serviço de urgência e emergência onde os sinais são claros. Sempre tem uma fratura, hematoma, uma situação de violência sexual. Estou falando daquele que trabalha na Atenção Básica, que esses sinais são invisíveis e precisa estar treinado para ter esse olhar, dentro dos diversos ciclos de vida, para a violência. De 2005 a 2008, na verdade, a Secretaria, antes disso, já tem colocado essa questão dentro da agenda da saúde, porque até então a violência era mais no campo da Segurança, e agora a gente trabalha com a violência, também, como uma questão de saúde pública, temos a capacitação de mais de 1.400 profissionais, produzimos material de apoio, uma revista e um vídeo *Tecendo Redes de Paz, Cadernos de Violência Doméstica Sexual*, voltada para a criança e adolescente, para a mulher e para a pessoa idosa, e um álbum seriado de prevenção à violência para fazer trabalhos educativos de prevenção. Vou dar destaque a duas parcerias que fizemos - bastante importantes - voltadas para a violência sexual da criança e adolescente, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, um curso de mulheres, adolescentes e jovens em situação de violência, que foi dado pelo Núcleo de Estudos e Saúde de Adolescentes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde capacitamos o que chamamos de atores chaves, - porque em cada coordenação e supervisão técnica de saúde temos um interlocutor para poder implementar esta política -, e fizemos uma parceria com o Instituto WCF-Brasil, no Projeto Laços da Rede onde os profissionais participaram de um curso que foi feito com diversos setores de prevenção e atenção à criança e adolescente em situação de violência sexual. Temos, na rede municipal, oito hospitais de referência para a violência sexual, sendo que cinco que fazem aborto legal. Acho que o Dr. Jefferson pode estar falando melhor sobre isso, porque eu não estou citando aqui os outros hospitais que estão sob a gestão estadual, que também fazem o aborto legal, o previsto por lei. Neste ano, fizemos um trabalho com os pediatras,

enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos e fono do Programa Aprendendo com Saúde, contamos com a participação de promotores e juizes que colaboraram conosco para poder estar sensibilizando para o olhar desses profissionais as crianças que estão nas escolas para identificar e acolher situações de violência e fazer os encaminhamentos necessários. O Aprendendo com Saúde é uma parceria entre Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação; e um curso de Prevenção de Violência e Promoção de Cultura de Paz que está ocorrendo em Cidade Tiradentes, uma parceria com a Prefeitura com o Projeto da Região da *Île-de-France* que está envolvendo 199 professores profissionais, focando principalmente agentes comunitários de saúde. Para 2009, vamos trabalhar esta questão e tem de ser feito de uma forma permanente, continuamos implementando a Rede de Atenção Integrada de Pessoas em Situação de Violência; temos em torno de 50% das supervisões externas de saúde com redes constituídas, ou parcialmente constituídas; ampliar o núcleo de profissionais para assistência e prevenção nos casos de violência nas unidades de saúde; inserir tema da violência nos grupos educativos. Estou citando as principais estratégias. Como que a gente entende o que é a Rede de Apoio: existe uma suspeita, o profissional acolhe, é importante avaliar o risco, essa avaliação sempre junto com uma equipe, a importância da anotação no prontuário dessas informações, porque isso pode ser requisitado pela Justiça. Essa pessoa pode ser atendida na própria unidade de saúde quando for uma situação de urgência e emergência, por um serviço de emergência, ou então para serviço especializado, porque nós temos os CAPS de saúde mental, álcool e droga, saúde do trabalhador, DST/AIDS, laboratórios de especialidades, e a própria inserir na rede de proteção, que é a Promotoria de Justiça Regional da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Delegacia do Idoso, na Assistente Social, na Educação e outros setores. Uma outra importante estratégia é a da produção da informação para poder atender o próprio ECA, a notificação da violência pelo setor de saúde, que foi aprovado por esta Casa, Lei Municipal 13.671/2003, regulamentada pelo Decreto 48.358/2007, onde o setor de saúde tem de notificar as situações de violência. Inicialmente, em 2003, para poder atender a lei e pela importância do setor de saúde ter esta informação, nós montamos o Sistema de Informação de Notificação de Violência, que é o SINVI, enquanto isso a Prodam estava desenvolvendo um aplicativo que entrou em funcionamento de verdade em julho de 2008, esse novo sistema, que é o Sistema de Informação para Vigilância de Violência e Acidentes, foi lançado numa Portaria em 2007, mas o sistema passou a rodar só em julho de 2008, onde os hospitais públicos e privados têm de notificar e toda rede básica especializada do SUS, da Cidade de São Paulo. Por que é importante produzir informação? A gente entende que notificação como parte do processo do cuidado, é um modo de inserir em outras redes de proteção social, revelar a magnitude da violência, identificar o perfil da violência, para poder estar construindo e elaborando políticas públicas e ações de saúde. Como eu coloquei, são os hospitais públicos e privados, as unidades básicas de estratégia e saúde da família, serviços especializados do SUS que notificam, essa informação é inserida dentro de um formulário, que é *web*, e tem o banco de dados do SIVA e o profissional pode usar esse formulário ou um relatório para poder estar notificando ao Conselho Tutelar ou à Promotoria. Então, de julho de 2008 a 22 de abril de 2009, nós tivemos 15.278 notificações, um dado anterior que é do sistema que estava em funcionamento, nós tínhamos – nós estávamos de 2003 até julho de 2008 tivemos 9.735 notificações e de julho de 2008 a 22 de abril de 2009, 15.278 notificações, sendo que, 44,5% se refere a agressão por terceiros. Infelizmente, queria trazer esses dados focando a questão da criança e do adolescente, mas o sistema está sendo atualizado e não consegui extrair esse dado. Nós poderemos, se for necessário posteriormente, apontar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Dra. Mariângela, eu queria saber se esse material poderia ficar à disposição dos trabalhos da CPI.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Eu posso falar com, quem cuida do sistema é a ...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – É lógico, fique à vontade.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Até mesmo esse outro material, que a senhora não conseguiu extrair para trazer, se poderia depois nos disponibilizar.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Isso, quem cuida do sistema de informação é a Coordenação de Vigilância e Saúde, na área de Dant-Covis – que é Doenças e Agravos não Transmissíveis. Ontem fui extrair esses dados, mas eles estavam atualizando o sistema e não saíram dados relacionados à faixa etária, que eu acho que é bastante importante para esse trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas uma observação, Dra. Mariângela, existe alguma previsão de tempo hábil para que possamos conseguir ter acesso a esses dados a que a senhora se refere? É imediato?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – É imediato. Eu conversei com o técnico que cuida desse banco, ele falou assim: precisamos... não estava entrando dados de faixa etária; ele falou assim: “É só o técnico vir e vai atualizar e a gente extrai”.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, então fica a minha solicitação para que, no final da sessão, votemos um requerimento pedindo o envio. Dirigido à senhora ou diretamente à Coordenadoria de Vigilância e Saúde. O que é melhor?

**R** – Pode remeter a mim que eu encaminho. Eu converso lá, não tem problema.

**P** – Para a Dra. Mariângela, com cópia ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando esses dados para que eles façam parte da composição do nosso relatório.

**R** – Está ótimo. Agora eu acho que é importante destacar que, ainda no setor de saúde, há uma subnotificação e que existe todo um trabalho da Secretaria para organizar a rede. Essa assistência para que o profissional, em todos os casos que cheguem, que ele detecte uma situação de violência que faça a notificação, está bem?

**O SR. FLORIANO PESARO** – Dra. Mariângela, só também para, não precisa responder já, mas as unidades básicas de saúde têm o papel também de atender as vítimas ou o atendimento recai só na área da assistência? A saúde tem tido esse atendimento direto e o número de atendimento e o tipo de atendimento que é prestado, se a senhora também pode nos dizer?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu só queria dar mais três minutos para concluirmos isso, para abrimos para perguntas e para a mesa.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Então, a nossa estratégia é ampliar a cobertura da vigilância e notificação de casos suspeitos e confirmados de violência nas Unidades Básicas de Saúde – AMA. São essas três publicações, eu encaminhei um material, temos um vídeo também, a nossa equipe é formada por mim e por Jonas Melman, que é psiquiatra. Aqui está o nosso telefone e temos uma página na Intranet, porque na verdade a Intranet é uma Internet, onde disponibilizamos material para quem quiser consultar. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Queria deixar aqui registrado o nosso agradecimento à Dra. Mariângela Aoki pela sua exposição e dizer que nós tivemos aqui à disposição de outras áreas do Governo, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que, infelizmente, não teve a condição ou a capacidade de trazer as informações que a senhora nos traz hoje aqui. Então, parabéns a Secretaria da Saúde e a senhora pela exposição. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Alberto Carlos Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Dra. Mariângela, ainda alguns questionamentos.

**O SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Está bem, mas eu respondo agora ou depois?

**P** – Agora, a não ser que tenha sido tomada alguma deliberação que não tenha...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Não perfeito, pode ir. Pode responder agora.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Aproveitando que a fala ainda está aquecida, mas eu estava aqui prestando atenção na sua exposição, aliás, cumprimento-a pela brilhante exposição. Para nós, nos traz algo especial e valioso que é a questão de um fluxo organizado na condução dos casos e no atendimento dentro do sistema de saúde, o que para nós, representa um grande avanço e nos traz uma informação muito positiva para esta CPI. Nós temos uma preocupação especial com a organização e a determinação do fluxo na cidade de São Paulo. Essa é uma preocupação que nós temos, sabemos que há avanços em determinados setores, assim como sabemos que outros ainda necessitam outros avanços. E uma das preocupações que temos no trabalho, cada um de nós, Vereadores desta CPI, é exatamente fortalecermos e trabalharmos mecanismos que fortaleçam a possibilidade da criação desses fluxos que acontecem na cidade. Mas, eu, primeiro, gostaria de pedir que a senhora enviasse a nós, já foi solicitado, uma cópia dos fluxos, desse fluxo da saúde que fosse enviado aos membros dessa CPI. Eu peço que o representante da Secretaria dessa Comissão, se possível, trouxesse para nós aqui na mesa. Segunda coisa, eu queria fazer aqui apenas duas perguntas específicas sobre a sua fala. A primeira é sobre a questão da estrutura dos equipamentos de saúde para o primeiro atendimento da criança ou do adolescente vítima de violência sexual na cidade de São Paulo. Quais são as unidades especializadas e como a senhora avalia a estrutura desse primeiro atendimento, que é o atendimento de emergência nas unidades de saúde da Prefeitura do Município de São Paulo? Eu tive a satisfação de conhecer alguns outros equipamentos fora da cidade de São Paulo, fora do País, que tinham uma preocupação especial, principalmente no acolhimento das crianças, no atendimento aos pais, nas condições e na manutenção das condições de investigação dos possíveis abusadores, enfim, eu gostaria de saber, no meu primeiro questionamento, como a senhora avalia a estrutura das unidades de saúde que fazem esse primeiro atendimento e quais são as unidades especializadas que temos para esse atendimento na cidade de São Paulo. E a segunda pergunta, um outro tema que também me traz uma preocupação especial que é a capacitação dos servidores municipais no sentido de reconhecerem precocemente qualquer sinal de abuso ou de violência cometida contra a criança. Venho há alguns anos dedicando-me a isso, nos últimos cinco anos da minha vida venho dedicando-me particularmente a isso. A cidade de São Paulo conseguiu enormes avanços a partir da lei que propusemos aqui nesta Casa, sancionada pelo Prefeito Gilberto Kassab, que possibilitou esse convênio entre a Prefeitura e a WCF para que acontecesse o treinamento dos servidores. Agora, minha pergunta específica é a seguinte: pelo que vi na sua exposição, 1.400 profissionais da saúde, aproximadamente, foram capacitados nesses últimos dois anos, se não me...

**R** - Quatro anos.

**P** – Nos últimos quatro anos? A minha pergunta é: se existe algum dado concreto do resultado dessas capacitações. Existe algum dado concreto? Que profissionais são esses em sua maioria, são médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, gente do serviço burocrático? Qual o perfil desse profissional? Quais são os resultados concretos e objetivos? Finalizo dizendo isso, porque na Secretaria da Educação - onde o mesmo treinamento vem sendo feito em parceria com a WCF -, há uma série de dados que apontam resultados concretos no treinamento e na capacitação dos servidores. Novos projetos de prevenção surgiram, principalmente nos CEUs, a disponibilização de informação à criança e à família foi fortalecida. Enfim, são tantos dados que eu não vou citar aqui, poderia até citar oportunamente, mas são dados que caminham nessa direção. Minha pergunta à senhora é exatamente essa: existe algum estudo, há dados concretos? Se não há, por que não há e o que pode ser feito para se fortalecer uma iniciativa como essa?

**R** – Vou ver se eu consigo responder. De modo geral, na primeira questão que o senhor colocou referente ao acolhimento, o nosso trabalho é que todas as unidades, no momento em que chega um usuário, uma usuária do serviço com determinadas queixas, que eles sejam capazes de identificar uma situação de violência. Agora, é um investimento que tem de ser feito de forma permanente porque dessas 1.400 pessoas que foram capacitadas, que estavam dentro de determinadas unidades, às vezes, há uma movimentação e que precisa de reorganização daquele serviço. As pessoas mudam dos seus lugares de trabalho. Então, a princípio, toda unidade tem de atender e para isso a gente tem de investir para que elas consigam ter esse olhar para a violência.

Em relação à violência sexual, além dos outros hospitais que cada região tem como referência para atender violência sexual, é um fluxo quando aquela violência sexual implica em uma situação de um estupro, de algo que precisa de uma intervenção mais imediata. Do mesmo modo, nós contamos com os Centros de Referência de DST/AIDS para poder fazer as profilaxias necessárias. Contamos também, como coloquei, que a gente tem de fazer um trabalho em rede. Contamos também com aqueles serviços especializados, como, por exemplo, em cada região, voltado para as mulheres e para as meninas, como Casa Sofia, Viviane, Eliane de Grammont, a Cidinha Kopcap. São vários serviços na cidade, que são especializados; Casa Isabel, também na região do Itaim, que é uma referência para a Leste, e o serviço Sentinela, que é o Rede Criança, o Instituto Sedes Sapientiae. Então, quando precisamos de um atendimento mais especializado, a gente tem de organizar e conta com esses serviços. Fora isso, tem algumas regiões que trabalham com unidades de referência, mas de modo geral, são aquelas unidades que têm psicólogo, assistente social e então, definem essas unidades como uma referência, como fazem, por exemplo, em São Miguel. Mas, de modo geral, as regiões de saúde da cidade colocam que toda unidade tem de acolher e quando precisam de um serviço, de um profissional mais especializado e que aquela unidade não possui, ele vai à unidade que é de referência para a região. Normalmente é um atendimento psicológico, é um atendimento psicossocial. A gente acredita que, com a cidade, está prevista a organização de 85 equipes, que são de Núcleo de Apoio à Saúde da Família; já foram montadas, do total previsto, 79 equipes. Nessas equipes implicou a contratação de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, várias especialidades que irão fazer o matriciamento para as equipes de Saúde da Família. A gente acredita que isso dará uma resolutividade melhor para o trabalho das equipes de Saúde da Família e que temos notícias de que em uma região, essas equipes têm trazido para as equipes do NASF, que são interprofissionais, muitas situações de violência e bastante graves, e que poderemos estar avançando nisso. Em relação ao resultado das capacitações, assim, eu não tenho uma... Pode ser que seja uma lacuna, da gente fazer um monitoramento, mas assim, como a gente avalia? A gente avalia o resultado da capacitação, das reuniões técnicas, das oficinas que fazemos, a partir das redes que vão se constituindo. Estamos em torno de 50% de redes constituídas ou parcialmente constituídas; quando falamos que está plenamente constituída, é quando a região conseguiu organizar, do setor saúde, dentro dos diversos níveis de complexidade, esse fluxo e também todo um fluxo, junto com os outros setores. Os outros setores são: Conselho Tutelar, Promotoria, Delegacia, Serviços Especializados, Assistência Social, Educação, e aí, existe diferença nas regiões. E também um outro dado que a gente avalia, de um resultado, é pelo número de notificações; na verdade, nós estamos, de julho de 2008 até agora, com mais de 15 mil notificações. Essas notificações, nós colocamos que temos de investir na unidade básica, porque do total das unidades básicas, nós estamos em quase...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Essas notificações são ao Sistema de Saúde?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - As notificações são feitas pelas unidades...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Ou notificações gerais?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** – Não. Essa notificação que eu coloquei aí, é feita pelo setor Saúde. Toda Unidade Básica de Saúde, Unidade de Saúde da Família, AMA, Serviço Especializado, hospitais que atendem, têm de produzir uma notificação. Como existe a notificação compulsória, violência passou a ser uma notificação compulsória no setor Saúde, entendeu?

**O SR. FLORIANO PESARO** - Não, porque eu estou entendendo também que...

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Então, esses 16% das nossas unidades estão notificando. E se estão notificando, significa que elas identificaram e acolheram, ofereceram cuidado. É um indicador indireto.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Ofereceram algum encaminhamento. Eu pergunto porque não sei se a senhora sabe que trabalhei, fui Secretário de

Assistência Social aqui de São Paulo e tivemos sempre uma dificuldade muito grande nessa integração entre a política de enfrentamento e acolhimento da Assistência e a Saúde. Apesar de que a Organização Mundial da Saúde passou a considerar a violência como uma questão de saúde, como a senhora demonstrou aqui e em relação à prevenção, está também demonstrado naqueles livros; conheço só o branco, que é o da Rede, como é que se chama, da Paz?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Tecendo Redes de Paz.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Tecendo Redes de Paz. Mas, é importante que a Saúde tenha essa visão na sua porta de entrada também, ou seja, que nas unidades básicas, ainda que, ou mesmo ambulatoriais, que você possa ter essa percepção do problema e esse encaminhamento.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Esse é um grande desafio, porque como estava colocando, das notificações, em torno de 16% das nossas unidades, que estou falando Unidade Básica e AMA, porque os hospitais notificam. Há um percentual alto de notificações provenientes de nossos hospitais; o nosso desafio é consolidar isso dentro da Atenção Básica, acho que o senhor tem razão. É um desafio que estamos perseguindo, há alguns anos e que é onde todo profissional consiga identificar e oferecer o cuidado necessário.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Mas, percebe que se a gente não tiver um monitoramento e um acompanhamento sobre a evolução concreta das capacitações, fica muito difícil da gente sair do lugar. Então daí, a pergunta, até que ponto; quer dizer, quais são os resultados efetivos das capacitações, se a gente não tem esses dados que possam medir, a gente não sabe o quanto deixamos de avançar, por exemplo, na rede de Atenção Básica e onde mais nós poderíamos avançar.

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - Então, nós fazemos o monitoramento relacionado à constituição dessa rede de cuidado no setor saúde e na articulação com os outros setores; esse monitoramento, nós fazemos. Acho que a gente precisa de estar, vou levar em consideração o que o senhor colocou e construir um indicador mais efetivo, para poder estar avaliando esse resultado. Não fomos capazes, ainda, de criar um indicador que seja potente para poder estar fazendo essa avaliação e dar uma resposta mais objetiva.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Para finalizar, como é que funciona o fluxo, hoje? Por exemplo, uma criança chega ao pronto-socorro e vai ser atendida por um profissional médico, tendo sido vítima de abuso. A experiência que eu tive, atendendo esse tipo de coisa, há mais de 15 anos trabalhando em pronto-socorros da cidade de São Paulo, como médico, é que reinava a mais absoluta desinformação entre os profissionais. Nos últimos anos, ou seja, o profissional desconhece o fluxo, desconhece o mecanismo de denúncia, na sua maioria, não só profissionais médicos, mas os profissionais que estavam ali; essa era a realidade que via, quando atuando na rede. Pelos dados que a senhora mostra, a rede avançou bastante nos últimos anos, na capacitação, na informação, na produção de materiais, o que é absolutamente inovador e positivo, apesar de nós não termos os dados do quanto isso, realmente, teve impacto nos profissionais de nossa rede. Mas a questão é a seguinte: a criança chegou hoje, ao pronto-socorro, ela é atendida e a partir daí, qual é o fluxo que ela percorre? Qual é o caminho que ela percorre?

**A SRA. MARIÂNGELA AOKI** - É, acho que o Dr. Jefferson pode, pela experiência, ajudar-me nisso, posteriormente. Mas, assim, em relação aos hospitais municipais, eles têm consolidado; temos os hospitais que organizaram núcleos de prevenção de violência.

Então posso citar o Hospital do Jabaquara, Hospital de Campo Limpo, Hospital do M'Boi, do Tatuapé que organizam o núcleo, o Hospital do Servidor Público Municipal tem um núcleo. Então se chega lá num pronto socorro e é identificada uma situação de violência, são feitos todos os cuidados necessários em saúde e isso é encaminhado para esse núcleo que é composto por uma equipe multiprofissional de assistente social, psicólogo para poder fazer todo o cuidado necessário. A partir daí, a orientação é que ele referencia esse caso para a unidade básica para dar prosseguimento ao cuidado. Um exemplo, a rede aqui da região da Vila Mariana-Jabaquara, que está constituída, essas situações, esses casos são encaminhados, são discutidos nessa rede para poder, além do cuidado em saúde, quais são os outros cuidados necessários, seja do ponto de vista da educação, da assistente social, às vezes precisa de um abrigo, isso é um caso que não precisa de um... se a criança está correndo algum tipo de risco mas não implica, não precisa de uma internação, mas a orientação que é dada no hospital é que essa criança aciona o Conselho Tutelar e a partir, acionando o Conselho Tutelar essa criança ela pode ficar, provisoriamente, afastada da família até remover esse risco. Fui clara?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Dra. Mariângela, foi clara sim. Foi clara em todo o material, tudo que foi questionamento, pergunta a respeito para melhorar o sistema de saúde, o atendimento, acho que foi claro e acho que nós já podemos... depois se alguém tiver mais alguma pergunta direcionada à Dra. Mariângela, vou deixar, praticamente, para o final porque eu quero aproveitar o material dos outros profissionais aqui, que hoje vieram aqui e nós sabemos que temos, ainda, materiais importantes para os trabalhos da CPI. Queria agradecer à Dra. Mariângela Aoki, da Secretaria Municipal da Saúde, eu queria dar oportunidade agora, para o Dr. Jefferson Drezett, que eu acho que o material do Dr. Jefferson vai complementar e até enriquecer esse trabalho. Queria já agradecer ao Dr. Jefferson Drezett, que é médico ginecologista, obstetra e Diretor Técnico do Núcleo de Atenção Integral à Mulher, em situação de violência sexual do Hospital Pérola Byington. Queria dar 20 minutos, 25 minutos ao Dr. Jefferson poder desenvolver o seu material.

**O SR. DR. JEFFERSON DREZETT** – Cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Não, 25.

**O SR. DR. JEFFERSON DREZETT** – Obrigado. Se puder, obrigado. Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu quero expressar a satisfação pelo privilégio, por esse honroso convite para poder colaborar, assessorando os trabalhos dessa importante CPI. Em nome do Hospital Pérola Byington, da Secretaria do Estado da Saúde, eu expresso, então os agradecimentos por essa oportunidade única de colaborar com esses trabalhos. Eu também peço desculpas porque o aspecto que eu me apresento nesse momento, um tanto quanto de quem tenha sofrido violência, mas a noite foi impiedosa e como obstetra não me restou nem um segundo de sono essa noite, eu estou aqui conseguindo me manter ativo por conta do generoso café e peço desculpas por alguma dificuldade de fala, realmente é pelo cansaço. De toda forma, eu entendo que o tempo precisa ser utilizado, é um assunto que nós consideramos de extrema complexidade, é um assunto que de forma alguma é um tema que possa ser tratado de maneira superficial, de maneira sem o devido cuidado, sem o devido aprofundamento por consequências graves que possam decorrer de uma inabilidade ou de uma incapacidade de ver nesse tema um tema de elevadíssima complexidade e entendendo essa complexidade de forma alguma, eu teria intenção, nesta casa, de em 15, 20 ou em 25 minutos esgotar uma questão; que, do ponto de vista médico, necessitaria de profundos esclarecimentos daquilo que pode, o que não pode ser feito, daquilo que se envolve ou não envolve com as situações de abuso sexual de crianças e adolescentes.

- Exibição de slides.

**O SR. JEFFERSON DREZETT** - De forma que, no contexto daquilo que entendo que ora se apresenta, me pareceu interessante, de certa forma, apresentar, a essa Casa, via todos os senhores e senhoras, um pouco daquilo que vem sendo feito pelo Hospital Pérola Byington, um trabalho bem menor do que aquele que é desenvolvido, evidentemente, pela Secretaria Municipal da Saúde, com tantos recursos, com tantos equipamentos, com tantas possibilidades, mas de certa forma, uma prestação de contas daquilo que fazemos, porque fazemos e, principalmente, que resultados temos e a apresentar aos senhores e às senhoras nesta CPI.

Nesse sentido o Hospital Pérola Byington é um hospital da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, vizinho desta Casa, a poucas quadras daqui, talvez duas ou três quadras. É um hospital que, há 15 anos, tem se dedicado a ter núcleo que cuida de situações de abuso e de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Esse sentido de atender essas questões, ele é pautado sobre qualquer outro conceito técnico na questão de entender o abuso sexual de crianças e adolescentes, como é intolerável com uma brutal violação de direitos humanos e ao mesmo tempo, um problema de saúde pública importante, de magnitude expressiva, como aqui já foi dito, fundamentado tanto nas consequências físicas, emocionais e

sociais que esse abuso possa acarretar a essas pessoas que estão envolvidas nesse tipo de situação, quanto à magnitude do problema que tem mostrado indicadores da mais elevada preocupação. Gostaria de mostrar aos senhores, portanto, o que temos feito, como tem sido a evolução dos nossos atendimentos desde o ano de 94, quando em agosto de 94 nós iniciamos as nossas atividades e chamo a atenção de 94, possivelmente, até 98 um crescimento muito lento, uma dificuldade muito grande de desenvolvimento do serviço até porque era um fato novo dentro do setor saúde, mas a partir de 98 um crescimento significativo do número total de casos atendidos por ano. Hoje nós temos em torno de 2.000 casos de abusos sexuais atendidos por ano, dentro da instituição. A distribuição, evidentemente, recai com forte peso sobre o sexo feminino, nas mais diferentes estatísticas disponíveis tanto no Brasil e no exterior, o peso da violência sexual ele se alinha fortemente ao peso da violência de gênero e, portanto, à violência contra a mulher em qualquer idade. Essa distribuição, portanto, específica dos casos por ano, por sexo, no caso o sexo feminino.

E no sexo masculino, embora, o Centro de Referência da Saúde da Mulher seja o nome oficial da instituição, nós temos uma quantidade significativa de casos de ocorrência de abuso sexual contra o sexo masculino, maioria desses casos contra meninos de até 14 anos de idade, que hoje compõe aproximadamente ¼ dos casos de abuso sexual contra crianças atendidas na instituição. Essa é a evolução de todos os casos no período desses 15 anos, dividido por grupo etário, crianças, adolescentes e mulheres adultas, e chamo atenção a um crescimento que se mostra um pouco mais tardio das crianças naquela curva vermelha, ou seja, começa a representar parte do nosso atendimento de maneira mais significativa, em alguns anos depois, dos casos de mulheres adultas e de adolescentes, mas hoje é sem dúvida, o maior montante, o maior conjunto de casos que atendemos a cada ano, superando o atendimento das mulheres adultas e adolescentes. Esse é o fechamento desses 15 anos de atendimento, são 18.740 casos de abuso e de violência sexual, entre 94 e 2008, chamando atenção de 6.350 crianças, 33,9% desse total, mais de 5 mil adolescentes, 29%, portanto, crianças e adolescentes correspondem, hoje, a quase 65% do total dos atendimentos feitos pela instituição. Como nas particularidades atualizadas para esse período mais recente, há prevalência desses casos de abuso e violência sexual sobre o sexo feminino, uma informação, um dado já esperado, ele é importante, são 17 mil casos entre mulheres, 91% do total das pessoas que atendemos, e 1.655 casos contra meninos menores de 12 anos na sua maioria, o que corresponde a 26% do total dos casos das crianças atendidas. Em 2008, para o fechamento mais recente, para atualizar a importância desses dados, as crianças corresponderam a quase 50% do total dos atendimentos feitos pela instituição. Evidentemente, é importante entender que isso é um fenômeno complexo, com uma dinâmica bastante complexa, e um entendimento de como isso se relaciona, algumas questões fundamentais se faz presente para entender a como atuar, do ponto de vista médico, nesses atendimentos. No caso, a autoria desse abuso, dessa violência sexual, os dados que temos aqui a apresentar, eles não se desalinham, eles pouco divergem da experiência brasileira, de outras instituições, da experiência internacional, apontando que, em se tratando de abuso sexual de crianças e adolescentes, o autor dessa violência – na maior parte dos casos – é alguém conhecido, próximo a essa criança, absolutamente identificável. Quando não, em 85%, da nossa experiência, se trata de alguém presente, muito próximo a essa criança, no núcleo familiar, apontando o pai e o padrasto como os dois principais autores desse abuso sexual, seguindo-se por outras pessoas que, no conjunto da observação, evidentemente fica claro que se trata de pessoas que deveriam ser as responsáveis pela proteção e atenção integral a essas crianças. Porém, são exatamente as mesmas pessoas que estão envolvidas, com maior frequência, nas ocorrências de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Em adolescentes o fenômeno se repete, embora com peso um pouco menor. Um dado que chama muito a atenção é que esse não é um fenômeno ocasional, não é um fenômeno casual, não é algo que – como já ouvi dizer – acidental. Não há absolutamente nenhum acidente no abuso sexual de crianças e adolescentes. E essa é uma série pequena que publicamos, em uma revista científica brasileira em 2004, e isso é parte de um prêmio científico que recebemos no Congresso Paulista de Ginecologia e Obstetria da mesma época, que demonstrou que no acompanhamento das adolescentes, na instituição, mas de 90% dos casos se tratavam de abusos de repetição. Não era um fenômeno ocasional. Era um fenômeno que se repetia, e se repetia múltiplas vezes. E o tempo de repetição, até que esse ciclo de violência fosse rompido e comunicado, mostrou que em mais de 60% dos casos esse abuso sexual dura mais que um ano até que se consiga, de alguma forma, revelar aquilo que acontece e oferecer condições para romper com esse ciclo de violência. Chamo a atenção, ali em destaque, 12% dos casos que analisamos, esse abuso durou mais que cinco anos e, portanto, começou da metade para o final da infância, até, talvez, o início e metade da adolescência, em um processo que pela cronicidade, evidentemente, traz consequências tanto físicas como emocionais, profundamente mais importantes. E claro, tudo isso é traduzido pelo que os senhores e senhoras já conhecem muito bem, aquilo que é protegido por um muro de silêncio, também chamado de conspiração ou pacto de silêncio, o que dificulta a identificação desses casos e medidas de proteção. E lembrar que há questões muito específicas que essas crianças e adolescentes e também mulheres adultas vão sofrer em situações de abuso e violência sexual. E aqui, pelo tempo, trago quatro apontamentos muito rápidos de bastante importância e interesse, que são: a possibilidade de sofrer danos físicos decorrentes dessa violência – sejam eles genitais ou extragenitais; o problema da gravidez que decorre dessa violência – que muitas vezes é esquecido ou varrido para um canto, como se não nos interessasse ou se fosse um problema grave e importante, e é de extrema importância pelos impactos que promove; a possibilidade de adquirir doenças sexualmente transmissíveis – hepatites virais e HIV e AIDS, e para que fique claro, senhores, da importância do impacto dessa situação, acredita-se, hoje, que pelo menos 50 a 60% de crianças e adolescentes que estão em condição de exploração sexual tenham, pelo menos, uma doença sexualmente transmissível, mostrando a gravidade desse tipo de circunstância; e aquilo que me parece o maior desafio de todos, que nos meus 15 anos de trabalho com essas pessoas, me permito atribuir essa condição de um dos mais elevados impactos emocionais, causando danos, por vezes, devastadores para crianças e adolescentes, com impactos futuros, por vezes, irreparáveis. Mas esta é uma área que devidamente será tratada em outro momento, mas, evidentemente, não pode ser esquecida. Aqui quero, um pouco, apresentar aos senhores o que temos feito nesses últimos anos. Temos uma equipe interdisciplinar dividida em duas frentes de trabalho. Uma delas é uma frente de atendimento de emergência que funciona todos os dias do ano, 24 horas por dia, e nenhuma mulher, criança ou adolescente, nesses 15 anos, que procurou a instituição deixou de receber o atendimento apropriado para a circunstância e deixou de receber os medicamentos necessários para receber a intervenção e proteção contra esses danos. Entendemos, como proteção imediata a esses danos, avaliar a possibilidade de risco de gravidez decorrente dessa violência; avaliar o risco de infecção por doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais; o risco de infecção pelo HIV e, evidentemente, o tratamento desses danos físicos. Nesse caso, na questão da anticoncepção de emergência, uma atitude fundamental para prevenir a gravidez decorrente da violência sexual, o Centro de Referência da Saúde da Mulher – o Hospital Pérola Byington – realizou até 2008, para os casos que estavam, evidentemente, sob risco de gravidez, 9.725 intervenções de anticoncepção de emergência oferecidas e garantidas a essas mulheres. Não é uma prescrição. É uma garantia de recebimento dessas medicações. E esse ato, por estimativa e com base nos dados hoje disponíveis pela Organização Mundial de Saúde, pode ter resultado em até 413 gestações decorrentes de abuso sexual impedidas e evitadas por essa atitude tomada dentro de um serviço de saúde. Da mesma forma – e pensando que é um dado genérico apenas a apresentar aos senhores – a profilaxia, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis, gonorréia, linfogranuloma venéreo, cancroide, cancro mole, cancro duro, enfim, é uma relação muito grande de doenças que podem ser prevenidas após um contato sexual dessa natureza, e também da hepatite B, onde pode ser feita de maneira exemplar. Fizemos mais de onze mil intervenções para as mulheres, crianças e adolescentes atendidos e a estimativa é que podemos ter evitado até mais, quase 1.500 infecções, com diferentes possibilidades de dano e agravo para a saúde dessas mulheres. Da mesma forma, falamos – sem nenhuma arrogância, evidentemente, sem nenhuma pretensão de tornar essa questão em algo que pudesse ser arrogado – mas o Hospital Pérola Byington é a primeira instituição, do ponto de vista internacional, que estabeleceu um protocolo de prevenção da infecção pelo HIV após um crime sexual. Isso foi em 1994, e foi uma atitude absolutamente pioneira, que passou por estudos bastante concretos e sérios, inclusive, sob a observação do Ministério da Saúde – estudos esses já concluídos. Hoje, esse tipo de medida tem recebido acolhida

internacional e recebido comentários e proposições como um programa, como uma forma de realizar esse tipo de prevenção, que foi desenvolvida na instituição como uma recomendação a nível internacional. Se me permite esta Casa, tenho orgulho em dizer, este protocolo, hoje, está sendo traduzido para a língua inglesa e, provavelmente, vai ser assumido pela Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, como uma recomendação internacional a todos os países para esse tipo de circunstância. Digo, não por qualquer motivo de arrogância, nem para tornar o santo meritório de qualquer observação dos senhores, evidentemente, que não. Mas, é na medida em que foi desenvolvido no Brasil por pesquisadores, profissionais e servidores públicos brasileiros, tem feito enorme impacto para proteger essas mulheres. E esse é o resultado. São mais de dez mil e seiscentas intervenções profiláticas para proteger essas mulheres, crianças e adolescentes de uma infecção pelo HIV após o abuso sexual. E a nossa estimativa é que evitamos mais de duzentas e cinquenta infecções pelo HIV nesses quinze anos de trabalho, com tudo que isso possa representar para as pessoas que receberam esse tipo de prevenção. Também há uma responsabilidade social, como aqui já foi dito. Não é apenas uma intervenção médica que é proposta pela instituição. Existe a responsabilidade estabelecida por lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que o serviço de saúde tem por obrigação – não é nenhuma gentileza, é obrigação legal – obrigação que cumprimos com absoluta concordância de comunicar os casos suspeitos ou confirmados, para que possam ser iniciados os mecanismos de proteção a essa criança e a esse adolescente em nossa instituição. Não devolve à cama do autor, jamais, de nenhuma forma, uma criança que tenha atendido. Portanto, esse ato é feito de maneira absolutamente rotineira. São mais de dez mil e oitocentas comunicações de crimes sexuais realizados nos Conselhos Tutelares, ou nas Varas da Infância e Juventude, de maneira bastante apropriada e adequada conforme a gravidade e o risco de cada situação. E fazemos isso sabendo que apenas é o cumprimento do dever. Da mesma forma, os efeitos emocionais, que aqui são extremamente difíceis de os resultados serem mensurados. Gostaria apenas de lembrar a importância desses efeitos, os transtornos que causam, tanto para a sexualidade quanto para o conjunto da vida futura: afetiva, comportamental, social. São impactos tremendos. Temos, hoje, a identificação de pensamentos e ações suicidas, e até de possibilidade de suicídio recorrentemente aparecendo. E aparecendo de uma maneira importante, para 20% das nossas mulheres. Significa dizer que cada um de nós que atende a essas pessoas, em algum momento - delegado, médico, assistente social, policial, que fosse – há que saber que cada cinco mulheres que estamos atendendo, uma tem na questão do suicídio algo importante, e isso deveria pesar na qualidade da nossa atenção e do manejo desse caso. E é uma responsabilidade, evidentemente, de todos nós. O tempo é pequeno, mas pedirei aos senhores a permissão de mais quinze segundos para mostrar a importância desse impacto, que não é só relatado ou quantificado por quanto possam sofrer de anorexia nervosa, de bulimia, de transtornos sexuais. Isso é possível ser feito, evidentemente, mas há impactos muito mais sutis e, possivelmente, muito mais profundos. Este é o desenho de uma criança de sete anos. Hoje, ela já deve ter mais de seus quinze aninhos e quando me foi trazido foi difícil de entender. Era uma criança que trazia um pai biológico como aquele suspeito ou acusado de causar esta violência. É preciso um pouco de ajuda para entender este desenho. A metade da esquerda é um pai com um olhar bonito, carinhoso, gentil, simpático, carequinha, inclusive, que é o pai que convive, é o pai amoroso. É o pai que aquela criança tem uma boa parte dos períodos do dia. Ao mesmo tempo, convivendo dentro deste mesmo pai a criança pode, com tanta expressão, desenhar a existência ou a coexistência daquele que é o pai abusador, do pedófilo em si, e daquele que, ao mesmo tempo, consegue conviver algumas horas do dia com aquele que causa tamanha agressão. É preciso perguntar se é possível num desenho de uma criança de sete anos colocar tamanha condição de impacto. O que mais pode ter acontecido a estas crianças? O que mais pode acontecer às crianças em situações como esta? Por fim, aquilo que não pode ser esquecido. Temos uma responsabilidade importante de fazer o cumprimento da lei, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei 2848, artigo 128 do Código Penal Brasileiro, em seu inciso II, que torna claro um direito às pessoas em situação de gravidez decorrentes de violência sexual escolher se querem ou não manter esta gestação até o término. Há as mulheres que escolhem pelo término desta gestação. Crianças e adolescentes também têm o direito de receber atenção a este abortamento, a esta interrupção de gravidez de maneira legal. Cumprindo-se todo o ordenamento jurídico de forma ética, de forma humanizada, e, evidentemente, de forma segura. Isso nós temos feito há quinze anos. São mais de 705 abortos realizados até o término de 2008. Vinte e sete por cento destes casos foram feitos em crianças e adolescentes. Este número não é pior porque crianças não menstruam tão cedo para poder engravidar, senão este número seria seguramente maior. Não temos nenhuma complicação registrada nestes quinze anos, cumprindo o nosso objetivo de fazer este aborto de forma absolutamente segura. Na verdade, é um cumprimento de dever, de garantir isso às mulheres, crianças e adolescentes que nos procuram. Este é apenas um relato muito breve, muito rápido daquilo que uma instituição pode fazer no conjunto de suas atividades. Há uma preocupação enorme pelos mecanismos de prevenção, acompanhamento, tanto social quanto médico e psicológico. Os dados técnicos, os protocolos técnicos que nós aplicamos, sem dúvida nenhuma, são pouco importantes se se esquecer o manejo emocional, se se esquecer a condição psicológica, o impacto que isto causa e a necessidade de um cuidadoso olhar, de um cuidadoso tratar, de um importante acolher, como aqui já foi descrito. Portanto, entendo apenas como uma oportunidade muito grata que os senhores e as senhoras nos concedem de prestar contas destes quinze anos de trabalhos. E, enfim, se esta experiência acumulada com quase 20 mil casos pudesse ser possível de ser compartilhada ou oferecidas informações complementares é um privilégio para nós poder colaborar com esta Casa e com esta CPI. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quero aproveitar e dar a oportunidade para que a Mesa se tiver alguma pergunta. Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Dr. Jefferson, surpreende-me os números porque a despeito de todo o trabalho feito pelo Pérola Byington que nós conhecemos e é a nossa principal referência nacional, é evidente uma subnotificação de casos. Porque, imagine, 705 abortos legais em 12 anos, é isso, ou 15 anos. Então, este é um desafio nosso. Como conseguir que os nossos fluxos apresentados pela Saúde que vamos discutir internamente para propor para Prefeitura como um todo, incluindo especialmente a Secretaria de Assistência. Outra dúvida que tenho é como fazer com que estes fluxos realmente mostrem a realidade. O outro ponto é que num dos gráficos que nos chamou atenção mostra um percentual muito grande de abuso em crianças com até um ano. No entanto, o Pérola Byington tem atendimento para crianças acima de 14 anos? Essa é uma questão que eu queria saber.

**O SR. DR. JEFFERSON DREZETT** – Na verdade, se o senhor me permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pois não.

**R** – Não sei se eu me anticipo, ou se já havia terminado. Desculpe. É o cansaço.

**P** – Tem plena liberdade, Dr. Jefferson.

**R** – Então desculpe. Eu não sou tão formal talvez quanto deveria.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Só para complementar, porque aí já responde as duas.

**R** – Pois não. Claro.

**P** – Como é o atendimento para além dos 14 anos; e se existe um atendimento psíquico continuado, psicológico; ou somente no momento do atendimento ambulatorial.

**R** – Na verdade, o contrário. Então vou até começar pela última pergunta. Eu insisto sempre na questão de que nós temos desenvolvido os protocolos técnicos que têm recebido apreciação desde o Ministério da Saúde, e a própria norma técnica do Ministério do qual somos colaboradores do desenvolvimento desses protocolos técnicos. E esses protocolos têm sido, digamos, exportados para outros países, e recebido comemorativos em outros países. Então não há dúvida da qualidade técnica do desenvolvimento desses protocolos, que não digo que esteja esgotada, mas que está sendo continuamente aprimorada. E isso tem colocado o País em posição de vanguarda nesse sentido. Ao mesmo tempo que é necessário que se

realizem essas intervenções, não é possível que uma criança, um adolescente, ou uma mulher que passe no serviço de emergência em risco de gravidez não receba a prevenção e termine nas mãos do setor de saúde grávida... de uma situação como essa, que é um verdadeiro pesadelo para essas mulheres estar grávida em função de violência sexual. Ao mesmo tempo que esses protocolos são sumamente importantes do ponto de vista de intervenção técnica, eles não podem ser aplicados de maneira matemática. É impraticável que isso seja aplicado por um computador, que calcule peso, calcule dose, e se entregue uma prescrição, se entregue um conjunto de medicamentos para essas pessoas. E, portanto, o dueto, digamos assim, do processo de acolhimento, que é uma preocupação constante para todos nós, com a atenção do ponto de vista psicológico, se torna fundamental. Se nós vamos ter um corpo sadio, um corpo sem ferimentos físicos, um corpo sem sífilis, e uma alma destruída, e uma vida destruída, e alguém tentando suicídio, que é extremamente comum nessas circunstâncias, e assim por diante. Então é, sem dúvida nenhuma, uma preocupação de todos os membros da equipe o bem-estar emocional dessas mulheres. E hoje, o nosso número de psicólogos envolvidos no programa supera em muito o número de médicos que nós temos disponíveis, porque o trabalho que é preciso ser feito é muito mais intenso, exige muito mais tempo, exige muito mais disponibilidade profissional. Com isso, hoje, nós temos colocado isso como fundamental a todos nós. É uma prioridade, portanto, para o serviço. E isso tem sido feito com o grupo de... Hoje, são oito psicólogos disponíveis – quase todos eles disponíveis para atenção a esses casos em período integral. E não há nenhum tipo de regra estabelecida no nosso serviço de como será feito. Não há, por exemplo: há que haver uma consulta a cada 15 dias, ou a cada 30 dias. O número de consultas, o tipo de atividade, o conjunto e o modelo de atenção psicológica seguirá aquilo que aquele profissional da psicologia estabelecer como mais adequado para aquele caso, pelo tempo que for necessário. Se a avaliação médica, por questões técnicas, pode ser terminada aos seis meses de acompanhamento da violência – isso pode ser feito por motivos técnicos –, nós não temos nenhum estabelecimento de um término de possibilidade de atenção psicológica. É claro que depois de um certo tempo passado, digamos a fase aguda, e pela grandeza do tamanho dessa cidade, é muito difícil o deslocamento de muito longe. É claro que isso pode ser continuado, depois de uma primeira atenção, ou de uma atenção numa fase mais aguda num setor de saúde mais próximo da residência daquela pessoa. Mas o trabalho é contínuo, e nós não estabelecemos nenhum limite para essa atenção. Outro dado importante é que o primeiro momento, que pode ser às duas horas da manhã, nós não temos, necessariamente, um psicólogo às duas horas da manhã para esse tipo de atendimento. Talvez nem seja isso que seja necessário. Esse primeiro momento é um momento em que ela já passou, possivelmente, pela delegacia, já passou pela própria violência, já passou por vários locais. Está cansada, está desgastada. Já recebeu atendimento, por exemplo, do Instituto Médico Legal, já passou pelo serviço de emergência. Não é, exatamente, o momento para se fazer um psicodiagnóstico, ou para se fazer uma primeira consulta em psicologia. Mas todos esses momentos são momentos de acolhimento. E acolhimento não é a mesma coisa que atenção psicológica. Acolhimento, em palavra simples, é dizer para aquele que nos procura que aqui a senhora é respeitada – a senhora adolescente, a senhora criança ou a senhora mulher adulta. É um processo bem diferente.

**P** – Faltou a questão da idade do atendimento. Porque a informação que eu tinha era de que o Pérola não estava atendendo os meninos acima de 14 anos – os meninos, especialmente.

**R** – É, essa é uma confusão. E é ótima a sua colocação, porque, na verdade, o Pérola, às vezes, é confundido com uma unidade do Instituto Médico Legal que existe dentro do Pérola.

O Hospital Pérola Byington, que não é unidade do Instituto Médico Legal da Secretaria de Segurança Pública que está alocada dentro do Pérola Byington, não tem – e digo que não tem, porque sou coordenador do serviço há 15 anos – nenhum tipo de limitação a qualquer tipo de atendimento. Homens ou mulheres de qualquer idade, em qualquer situação de abuso suspeito ou confirmado, em qualquer grau de complexidade, são admitidos pela Instituição. E eu não tenho referência – pelo menos que tenha me chegado até hoje; não é possível acompanhar pessoalmente os 18 mil casos, mas não há antecedente na Instituição de que nós temos uma negativa de atendimento na transferência para outro hospital, salvo situações muito particulares por período muito curto. Portanto, não há limitação. Se hoje, nesse momento, chegar uma pessoa de 18 anos de idade do sexo masculino, ela receberá atenção, sim. E não há limitação do atendimento hospitalar. Na unidade do Instituto Médico Legal, que está alocada dentro do Hospital Pérola Byington, podem existir regras diferentes; e vale, portanto, essa limitação de idade, por motivos estabelecidos Segurança Pública, pela Secretaria de Segurança Pública, que obedece aos fluxos da Secretaria de Segurança Pública. Então há que se fazer essa distinção. Nós não temos nenhuma limitação de idade para o atendimento em saúde. Mas o atendimento do Instituto Médico Legal, que serve a realização de prova para percução penal, que é o processo judicial, esse, sim, obedece a regras, a princípios e a fluxos que são estabelecidos pela Secretaria de Segurança Pública.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Antes de mais nada, cumprimento o Dr. Jefferson, pela apresentação – um trabalho de referência reconhecido pelos profissionais da área, por todos aqueles que militam. Enfim, o trabalho desenvolvido no Hospital Pérola Byington é uma referência a todos aqueles que se interessam pelo tema. E, aliás, foi muito bem colocado aqui que, a partir de agora, também, servindo como referência internacional. Queria fazer dois apontamentos em relação à sua fala, e também em relação às respostas dadas ao Vereador Floriano Pesaro. O primeiro é o seguinte: percebemos claramente que há uma confusão, particularmente do usuário dessa rede, sem contar, enfim, aqueles que encaminham, na questão da clareza do fluxo. Ou seja, eu queria que o senhor nos ajudasse – e essa é uma contribuição também ao relatório – em que sentido? Em estabelecer para nós, de maneira simples, pedagógica e objetiva, qual é o fluxo que essa criança abusada percorre hoje na cidade de São Paulo. No momento em que uma criança foi vítima de violência, foi abusada, enfim, qual é o caminho de entrada dela na rede pública. Quais são os passos que ela percorre hoje. E a segunda questão é sobre o atendimento psicológico – bem pontuado pelo Vereador Floriano. No atendimento psicológico, como o senhor disse, não há uma regra pré-estabelecida. Quer dizer, vai se sentindo, dentro da necessidade, vai-se acolhendo, vai-se trabalhando, enfim. Agora, esse atendimento, a gente falou aqui única e especificamente sob a ótica da criança abusada. E a família? E essa família? Que tipo de acompanhamento que tem essa família, que pode ser também uma família abusadora? Como é o cuidado com essa família? Como se faz o trato com essa família. Que tipo de acompanhamento. Existe algum programa? E, para finalizar essa pergunta, a grande questão que está na minha cabeça é a seguinte: o quanto, hoje, o Pérola e o serviço, a rede, dá conta em termos de demanda. Quanto a gente consegue atender da demanda? Dez, 20, 50, 80%? Ou temos uma demanda reprimida que não conseguimos medir?

Enfim, essas são as minhas colocações.

**O SR. DR. JEFFERSON DREZET** – Em termos de demanda, o que vou he responder é em termos de impressão. É muito difícil prever ou concretamente entender essas questões de demanda.

Quando se fala em demanda para esse tipo de assistência, o meu entender é que a demanda, em algum determinado momento, atinge um certo patamar, com a sua flutuação, mas um certo patamar, que expressa um tanto quanto qual é a capacidade de se perceber naquela instituição algo, num órgão ou instituição, que eu posso recorrer numa determinada circunstância. Com isso, o Pérola termina sendo percebido como uma instituição de referência, um local onde eu posso encaminhar determinado caso em algumas circunstâncias, mas não em outras. A percepção, portanto, da possibilidade de atender crianças na instituição é, nitidamente, no gráfico de evolução do serviço mais tardia, aparece dois ou três anos depois. E na medida que essa resposta começa a existir, ou seja, quem é encaminhado recebe a atenção, não recebe uma negativa de atendimento e sabe que ali existe uma resposta a determinada situação, evidentemente, que essa demanda termina crescendo. Na nossa evolução histórica é nítido, também, que ainda não experimentamos um patamar com as crianças. E é muito difícil entender o que significa isso em termos de esgotar ou não as nossas possibilidades. Aí me permito fazer um comentário muito rápido, o que estamos vendo nesses números é parte de um problema muito maior que existe

e que ainda não sabemos identificar. Todas as estimativas, hoje, baseadas em evidências científicas em qualquer parte do mundo são claras em apontar que abuso e violência sexual são situações de mais elevada taxa de subregistros e subnotificações. Os estudos da Organização Pan-americana de Saúde - é uma pena que não possa ter trazido para apresentar aos senhores, são estudos bastante recentes - apontam que em diferentes países da América Latina se observa o mesmo tipo de processo. Na maioria das situações de abuso e de violência sexual, na maioria dos casos não há busca daquela pessoa que sofreu violência, nem pela Polícia, nem pelo setor Saúde. A maioria dos casos ainda se mantém escondidos, protegidos ou, de certa forma, ocultados por aquele muro de silêncio, aguardando por vezes apenas o agravamento crítico da situação para ser percebido. O que aconteceu recentemente em Pernambuco demonstra o quanto isso é verdadeiro. Se aquela criança de nove anos não tivesse engravidado do seu padrasto, possivelmente, estaria neste momento sofrendo abuso, sem que ninguém soubesse. Foi preciso um fato crítico para que aquilo se expusesse ao conhecimento das pessoas e que pudesse ser feita uma intervenção. Então, é preciso entender que se dobrássemos no ano que vem o número de casos atendidos, isso não significa que estamos numa escalada de pedofilia ou de abuso sexual. Poderia significar apenas a responsabilidade do senhor, afinal de contas, foi o senhor enquanto Vereador que criou o mecanismo de melhor identificação dentro da cidade de São Paulo. E se esse mecanismo, de fato, funcionar vai permitir o reconhecimento mais precoce, mais ágil desses casos, podemos aumentar em 50% ou duplicar o número de casos para o próximo ano. Isso não significa que estamos observando um movimento estável de curva. É uma questão de identificação. Não quer dizer que piorou nossa segurança pública ou que há um surto de abuso sexual. Isso, evidentemente, não procede.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - O que o senhor está falando remete a um dos slides que foi aqui apresentado e me chamou atenção, que o Pérola vinha tratando com a maior parte dos casos de abuso com mulheres. A partir de 2001 há um crescimento em curva vertiginosa do número de crianças. O senhor poderia explicar, dentro do que está sendo falado, o que aconteceu a partir de 2001.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Só para complementar a pergunta, Dr. Jefferson, para que esse tipo de procedimento seja realizado no Pérola Byington, o atendimento só se dá a partir de um Boletim de Ocorrência ou pode ter um atendimento sem passagem pela Polícia?

**O SR. JEFFERSON DREZETT** - Se o senhor me permitir, responderemos as duas perguntas juntas, porque acho que fica mais fácil para entender. Mas de qualquer forma, fechando essa questão, porque o tempo é curto, trabalhamos com a ponta de um iceberg e estamos tentando lutar, criar mecanismos de reconhecer o que está oculto, retirar essas crianças dessa condição oculta, que tem sido absolutamente nefasta para o futuro delas e tentar reconhecer quem são esses autores de violência e responsabilizá-los da maneira mais adequada possível. Não vejo outra maneira de ver a questão. Portanto, essas atuações têm de ser muito cuidadosamente vistas e interpretadas, para que não se saia divulgando questões que possam alarmar a população de maneira desnecessária, ou até colocar em cheque de maneira contraditória a eficácia dos nossos organismos públicos. É preciso ser muito cuidadoso com essa questão. Então, em primeiro, quero destacar que estamos trabalhando com uma parcela muito pequena dos casos. Segundo, a pequena parcela de casos de abuso que busca por alguma forma de ajuda e essa não é a maioria dos casos, repito, ainda corresponde a 10%, 15% dos casos, ou buscará primeiro pelo setor policial, não estou falando em regras, estou simplificando as alternativas, ou buscará primeiro pelo setor Saúde. Há mulheres, por exemplo, adolescentes, a questão da criança é particularizada tanto quanto pela visão da mãe ou daquele que é o representante legal, vamos falar da adolescente, que estamos num ponto médio. Há adolescentes que entendem que o primeiro passo é ir ao serviço de Saúde, para buscar qualquer forma de proteção, porque ela reconhece ou identifica algum risco para sua saúde. Portanto, ela vai primeiro a um serviço de Saúde. E há aquela pessoa que reconhece primeiro a necessidade de buscar atenção policial, verificando mais a questão do crime sexual do que o risco para a saúde. São duas possibilidades de fluxos diferentes e acho interessante entender como termina essa pessoa chegando hoje ao Hospital Pérola Byington, que é o fluxo da fonte particularizada. Portanto, aquelas pessoas que buscam primeiro a instituição Saúde, que fique claro, não é possível mais gerar confusão, não há mulher neste país que tenha dever legal de realizar Boletim de Ocorrência Policial, quando sofre violência sexual. E não há serviço de Saúde que esteja em posição de exigir aquilo que não pode ser exigido, que é a apresentação de um Boletim de Ocorrência Policial, para receber atendimento, que está previsto pela Constituição. Esta confusão não pode mais ser aceita pelo setor Saúde. Nenhum profissional de Saúde pode se permitir fazer essa confusão. A Delegada de Polícia não exige o Papanicolau para atender uma mulher. Gostaria então de entender por que uma mulher tem de apresentar Boletim de Ocorrência para receber atenção. A atenção à Saúde é direito dessa pessoa, não está condicionada a realizar Boletim de Ocorrência ou qualquer outra medida legal. É prioritária, os riscos são graves e é dever do setor de Saúde oferecer a atenção que for necessária. Ao término dessa atenção, é evidente que essa pessoa, seja criança, adolescente ou adulta, deve ser orientada a buscar pela atenção completa e integral a sua situação, buscando a Polícia se a condição exigir. Enfim, com todas as outras medidas que possam caber nesse tipo de situação. Mas exigência prévia para atendimento à Saúde, não há base legal alguma e não praticamos, inclusive, nem para atenção aos casos de abortamento legal.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Mas e o exame de corpo de delito?

**O SR. JEFFERSON DREZETT** - O exame de corpo de delito é uma questão de um exame específico e típico, de responsabilidade de pessoas que não são médicos da Secretaria de Saúde e sim peritos médicos da Secretaria de Segurança Pública, que não tem por dever, não tem por função o atendimento em Saúde, mas sim do ponto de vista do seu conhecimento médico, recolher ou tentar buscar elementos de materialidade daquele crime sexual alegado, seja a presença do espermatozóide, de exame genital local, enfim, de qualquer elemento de materialidade que puder ser visto, pesquisado, mensurado, identificado, para que se pudesse então oferecer para a autoridade policial e para a autoridade do Poder Judiciário, elementos para que se pudesse compor o processo de responsabilização daquele que é o autor da violência. Isto nada tem a ver com atenção em Saúde. Não são procedimentos concorrentes. Não são excludentes e não deveriam estar competindo pelo espaço dentro da mesma pessoa. E dentro desse objetivo, hoje, a presença da unidade do Instituto Médico Legal dentro da instituição tenta resgatar um pouquinho esse abismo que existia anteriormente entre as duas questões, onde dentro do mesmo espaço físico, diferente do espaço que são levados os corpos da queda de um avião, como antigamente ocorria, dentro de um espaço da Saúde há um local onde essa pessoa recebe tanto o exame de corpo de delito, fundamental para a questão do processo da responsabilização do autor, como ela recebe atenção em Saúde para evitar uma gravidez decorrente da violência sexual. Isto é feito porta a porta, como aqueles que já conhecem a instituição, é separado por um espaço de dois metros entre uma porta e outra, onde a mesma pessoa, criança, adolescente ou mulher adulta pode receber ao mesmo tempo essa atenção. Outra questão dentro desse fluxo, portanto, que pode chegar pela Polícia ou pode chegar pela Saúde, é entender a chegada via Polícia. Ou seja, aquela adolescente que entendeu que o primeiro ato a fazer seria buscar pelo atendimento policial, é recebida por um Distrito Policial ou por uma Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, o Delegado a recebe, a escuta, lavra o boletim de ocorrência e requisita o exame de corpo de delito, também conhecido como exame pericial ou de sexologia forense. Antigamente essa mulher, por próprios meios, três horas da manhã, no ponto mais distante de São Paulo, tinha de se locomover - repito - pelos próprios meios até o Instituto Médico Legal aqui, próximo, na região do complexo do Hospital das Clínicas, com toda a dificuldade que isso exigia. Hoje, a dinâmica do atendimento está mudada, e o Hospital Pérola Byington é parceiro nessa mudança. Existe agora na Secretaria de Segurança Pública unidade de transporte, que não devem ser confundidas com ambulâncias, são unidades de transporte que não podem ser identificadas externamente no que fazem ou quem levam ou trazem. Onde um delegado em qualquer ponto da cidade aciona a unidade que está alocada no Instituto Pérola Byington e vai um agente de segurança, não um motorista, inclusive um agente armado e capaz de defender essa criança, mulher ou adolescente, vai até o distrito policial e traz essa mulher do distrito no conforto de um carro de transporte, acompanhada por um profissional de psicologia que faz o primeiro acolhimento, que faz o primeiro atendimento até a chegada no Instituto Médico Legal, hoje alocado dentro do espaço físico do Hospital Pérola Byington. Ela recebe, portanto, esse atendimento do ponto de vista pericial, ao mesmo tempo e no mesmo

momento toda atenção aos riscos aos quais foi exposta pelo nosso serviço de emergência. E isso feito, isso posto, dados os encaminhamentos futuros que terá de fazer evidentemente, ela é de volta levada por essa unidade policial pelo mesmo agente de segurança que a trouxe, e no mesmo carro. Isso em curto espaço de tempo, essa experiência mostrou que quase duplicou ou triplicou os exames de corpo de delito num espaço de dois ou três meses, demonstrando que muita gente não recorria a essa importante etapa da atenção não porque não queria fazê-lo, mas porque não tinha oportunidade real. Depois de tanto sofrimento, às três horas da manhã, de encontrar um carro para trazê-la ao centro de São Paulo. Isso realmente modificou essa dinâmica, é uma experiência ainda focal. Está limitada à parceria do nosso hospital com essa unidade do Instituto Médico Legal, mas que o Governador do Estado, aqui me permito lembrar suas palavras, em várias oportunidades identificou o modelo como algo que gostaria que fosse reproduzido em outras regiões do Estado de São Paulo e que fosse ampliado para a região metropolitana de São Paulo, e nós ansiosamente aguardamos os eventos que vão terminar com essa ampliação. De uma forma ou de outra, essa experiência que pelo seu caráter, por todos os aprimoramentos que necessite, que aqui fique claro. Mas pelo caráter daquilo de positivo que ela trouxe que é inegável, não só no que tange à perícia, mas na precocidade da perícia, que é fundamental para o bom resultado da investigação, isso, evidentemente, termina colocando na instituição um grande número de casos. Então, há crescimento grande. Agora eu me permito o ponto de corte que o Sr. Vereador colocava, que a partir de 2008 quando estabelecemos a parceria, a identificação dessas crianças que não viam em um hospital ginecológico um hospital de atendimento, essa parceria com o Instituto Médico Legal e com a Secretaria de Segurança Pública pode trazer essas crianças que antes não tinham necessariamente uma referência de atendimento para dentro da instituição. Embora não sejamos um hospital pediátrico, temos atendido essas crianças dentro do âmbito da violência e esperamos que possa ser reproduzido, que não fique centralizado dentro de uma instituição. Portanto, o ponto de corte que o senhor perguntava, está explicado. O crescimento foi tardio na identificação do ponto de vista espontâneo e natural, mas foi profundamente ampliado quando houve essa associação, demonstrando que a questão do fluxo é importante sim. Fluxos bem estabelecidos podem modificar todo o processo de identificação e andamento dos casos. Agora, se o fluxo acontece em toda a região metropolitana de São Paulo de uma maneira igual, evidentemente não. Todos reconhecemos que esses fluxos podem ser confusos, ainda há dificuldade nas diferentes áreas que recebem pela primeira vez essa criança ou adolescente e saber o que fazer. Há desconhecimento, há confusão, e isso pode gerar fluxos que não são fluxos, são vias de peregrinação das pessoas procurando uma solução para o seu atendimento. O modelo que hoje existe no Pérola, repito, com todo o aprimoramento que entendo seja necessário e cabível, mostra que é possível modificar os fluxos. Agora, os fluxos ainda são muito mais organizados para aquilo que nós entendemos que é bom para nós, e não aquilo que entendemos ou deveríamos entender que é bom para as crianças. As crianças ainda são submetidas a fluxos desnecessariamente longos, entrevistas que não são entrevistas, por vezes são inquéritos, por vezes são questionamentos que sequer podem ser tratados como entrevistas. São processos longos, desajustados, por vezes permeados, lamentavelmente, por profissionais que não têm nenhuma capacitação, que não têm nenhum preparo para fazê-lo. Isso pode acontecer em qualquer âmbito, inclusive no setor Saúde. Realmente, a proposta desta CPI deve ser sim – se os senhores me permitirem pela importância do tema – nos perguntar se esses fluxos estão estabelecidos por quem e se somos nós ou não, enquanto sociedade, que podemos decidir que fluxo oferecer a essas crianças. Hoje, no meu entender, tirando condições focais, as crianças são submetidas a fluxos desumanos, incorretos, inadequados que estão sendo melhorados, sem dúvida. Todo esforço foi demonstrado, mas está longe de ser aquilo que uma criança que sofreu violência merece de nós, enquanto sociedade, ou de nós, enquanto autoridade responsáveis por esse tipo de atendimento. A questão do fluxo é muito complexa – e eu não quero me estender –, certamente já me estendi, mas pela importância é uma questão que em algum momento, eu penso, eu acredito que possa ser tratada de maneira muito particularizada. Se os senhores me permitem, eventos recentes como o ocorrido em Catanduva, embora tenha sido extremamente importante à identificação dos casos ali ocorridos, demonstraram a inadequação da nossa postura em lidar com aquelas crianças. As crianças foram de uma forma absolutamente incorreta, de maneira irregular foram desprotegidas, expostas com consequências que até agora estão em andamento pela falta de cuidado com essa questão. As questões policial e do crime são importantes, mas mais importante que tudo isso é entender que quem sofreu com tudo isso tem que ser protegido, é prioridade absoluta. Não consigo imaginar alternativa que não seja priorizar o respeito, o cuidado e a proteção a essas crianças.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra o Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Quería, neste momento, parabenizar tanto a Dra. Mariângela Aoki, da Secretaria da Saúde, que nos trouxe material belíssimo a nossa comissão quanto o Dr. Jefferson que nos enriqueceu com dados relevantes, com a profundidade que colocou as questões. Quanto a sua última explanação, surgiu uma dúvida que eu acho seria esclarecedora a todos da CPI. Quanto ao IML, é a adequação desse ambiente para que possa receber essas crianças, se é um ambiente adequado, se as pessoas que ali trabalham são preparadas para atenderem as crianças. A nossa preocupação é quanto às crianças serem atendidas em ambiente como esse.

**O SR. JEFFERSON DREZETT** – Em vez de oferecer uma resposta ao senhor, eu vou continuar na linha de perguntas: será que nós estamos realmente preparados? Quanto estamos preparados para atender essas crianças? O que é estar preparado? Estar preparado é ter uma aula? Estar preparado é ter uma capacitação? O que é estar preparado? Realmente, foi colocado pela Dra. Mariângela de maneira importante, o que é exatamente estar preparado, capacitar e quais as consequências? Mais do que entender, eu realmente não poderia dizer pelo Instituto Médico Legal, não estou em posição de julgar ou de avaliar, mas acho que essa é uma questão que a Secretaria de Segurança Pública tem de ser convidada a contribuir. Estamos adequadamente preparados? Temos um espaço adequado às crianças? O Hospital Pérola Byington – e faço uma autoavaliação – está preparado para receber essas crianças, tem espaço apropriado para receber as crianças? Ou tem atendido as crianças dentro de recursos disponíveis, mas alguém do que deveria ter feito? Eu lhe antecipo, se o senhor me permitir, que tenho recursos alguém daqueles que gostaria de ter e alguém daqueles que a Secretaria de Estado poderia nos prover. Mas são processos de aprimoramento que nem sempre são tão simples de serem feitos. Essa avaliação toda que o senhor nos convida a fazer, eu acrescentaria: é esse o modelo que deveria existir para a sociedade brasileira? Uma criança que sofre violência sexual deveria estar na polícia, não deveria estar frente à polícia aquele que é o autor da violência? É lugar de uma criança delegacia de polícia, o mesmo local que entra um traficante, um espancado? É esse o lugar que nós escolhemos colocar uma criança? É no Instituto Médico Legal, cujo nome a todos nós – não que o mereçam evidentemente –, mas nos causa um puxar de ar porque não é ambiente em que não podemos dizer que é um parque de diversões com flores coloridas – que deve estar uma criança? Somente um perito pode fazer o reconhecimento e o recolhimento dessas provas, enquanto em outros países do mundo isso é feito de maneira absolutamente diferente? Até quando vamos colocar no genital da criança a prova do abuso ocorrido onde na maioria das vezes não há prova naquele genital? Isso é justo? Eu faria, me desculpe, a pergunta: é minimamente inteligente colocar no genital, reduzir uma criança à “genitalização” de uma prova material? É adequado que uma criança chegue em uma emergência cujo médico não recebeu na sua graduação nenhuma formação e agora a Secretaria Municipal de Saúde tenta prover a esse pediatra ou ginecologista uma informação que ele não teve na sua graduação nem na sua pós-graduação? Nós cobramos dele hoje que faça o melhor possível, será esse o local mais adequado? É a nossa emergência às duas da manhã o local mais adequado? Por que fazemos assim se somos nós que temos o direito de escolher, não digo tudo, mas quais procedimentos nós vamos fazer! E hoje, se o senhor me permite, seguindo a sua linha de pergunta, eu lhe diria, eu tenho todas as dúvidas do senhor. Em 15 anos, estou convencido de que estamos absolutamente equivocados. Os nossos procedimentos estão preocupados em atender as formalidades legais e formalidades de fluxos que estabelecemos. E é compatível que o senhor nos pergunte: podemos fazer diferente? Nós podemos! Porque este país é nosso e podemos escolher o que vamos fazer com essas crianças. E não temos escolhido certo, eu lamento lhe dizer, temos escolhido errado. Há inúmeras experiências em outros países, e aqui estão os colegas poderiam reafirmar,

demonstrando que isso poderia ser feito de maneira justa, humana, técnica e correta, por gente capacitada e preparada, inclusive para documentar todos os atendimentos para as autoridades do Poder Judiciário no momento do processo de responsabilização, não colocando a criança no banco da polícia, no banco dos réus, fazendo acareação com o autor da violência, como comumente escutamos falar. Isso é o que eu desejaria, mas é bastante possível que eu termine minha carreira sem ver isso posto às crianças. Termine a minha carreira sem ver isso modificado, mas compartilho com o senhor, com a sua preocupação. Lamento muito não poder lhe dar uma resposta a tudo isso, mas a resposta está nas decisões que fazemos ou não enquanto sociedade.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quero parabenizar o Dr. Jefferson, mais uma vez, e a esta Casa, aos Vereadores pelo altíssimo nível do debate, do conteúdo que hoje está sendo trazido aos trabalhos desta CPI. O conteúdo que nesta manhã está sendo trazido ao relator da CPI. Parabéns mesmo Dr. Jefferson. Queria dar um pouco de tempo, dividir entre o Dr. Ivan Mello e a Dra. Lúcia. Dr. Ivan Mello que é psicólogo, Vice-Presidente do Instituto Zero a Seis que focaliza o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade e a Cultura de Paz proposta pela ONU e pela Unesco. Dou a oportunidade então ao Dr. Ivn Melo e na sequência para a Dra. Lúcia.

**O SR. IVAN MELLO** – Em primeiro lugar, quero agradecer a presença do Instituto Zero a Seis aqui, como o nome diz, a gente tem trabalho com crianças de zero a seis anos, um trabalho focado em transmitir conhecimento e informação para poder melhorar a maneira como essas crianças vão ter conhecimento futuro. Mais do que isso, provocar mudança de políticas públicas em todos os níveis para que essas situações aconteçam. Diante disso, a gente tem assim duas ações principais, que é exatamente o advocase (?) - que estamos fazendo junto com o Senado, a geração da Semana da Primeira Infância, política focada na cultura de paz; e ações locais que estão sendo trabalhadas e, paralelamente, a capacitação de adultos que trabalham, atuam e agem junto com as crianças. Especificamente é o trabalho que nós agimos. É importante entender e é uma coisa importante para a gente trazer aqui, que o trabalho que a gente mensura e a gente percebe é que todo o corpo cognitivo do ser humano é formado dos zero aos três anos. Mais de 90% de tudo o que se tem de sinapses nervosas já está estabelecido nesta fase. E dos três aos cinco anos, o indivíduo gera o seu cérebro moral, ou seja, onde ele vai ter discernimento, onde ele vai ter respeito, onde ele vai ter ações futuras. Então, o trabalho que a gente sempre verifica como necessário é que se enfatize cada vez mais na adequação, no trato com a criança nessa fase. Exatamente por quê? Porque um grande estudo que foi feito pelo Unicef junto com o Banco Mundial e o BID há alguns anos mostrou que cada real que se investe na prevenção nessa fase é efetivamente uma economia de sete reais no futuro, em qualquer tipo de correção, já na adolescência. Então, os números são gritantes com relação ao orçamento e pensamento futuro. O problema é que a gente sempre trabalha com criança, com enfoque em criança, porque o termo infância, infelizmente, vem de uma palavra chamada *infans* que quer dizer sem voz. E, quando a gente fala em *infans*, sem voz, se diz também que ele não vota. Então, infelizmente, a criança ela não expressa certas opiniões num trabalho que deve ser levado para 20, 30 anos para ser efetivado. Efetivamente, esse trabalho sendo concluído, a gente consegue eliminar e diminuir maus-tratos, violência e abusos e comportamentos inadequados na vida adulta. Dentro disso, a gente pode trazer alguns estudos científicos - que eu acho que a gente pode, depois, trazer para vocês tecnicamente, que é mais importante até do que neste momento usar tanto tempo para isso -, de trabalhos que estão sendo feitos pelo mundo com relação a esse tipo de solução. E trazer o seguinte questionamento importante: em primeiro lugar, o que está faltando, no nosso ponto de vista, são duas coisas: entender que a criança tem de estar no orçamento; "O lugar de criança é no orçamento, sempre". Esse é o *slogan* que a gente trabalha o tempo todo; e a segunda informação é valorizar as redes sociais e as redes públicas de comunicação e de informação para que não ocorram esses fatos que ocorrem. Porque, inacreditavelmente - como ele comentou e a gente acompanha com uma parceira nossa do Rio e outros parceiros vários que estão trabalhando juntos, inclusive a Dalka Ferrari, aqui da USP -, uma criança e um adolescente chegam a ter de repetir o seu depoimento até nove vezes para profissionais diferentes. Uma vez, geralmente, é com um psicólogo - que tem uma capacidade limitada, mas que tem uma percepção melhor do que está acontecendo; mas, geralmente, é um policial; depois, um delegado; depois, um promotor; depois, um juiz; e aí volta para uma ratificação de conteúdo para ser gerado, na verdade, conteúdo para que o advogado de defesa possa quebrar o depoimento de uma criança, às vezes, de idade... Então, sete mecanismos simples que mundialmente já são trabalhados, que a gente pode ver inclusive em certos seriados de TV como práticos, são situações simples que a criança vai ter o seu depoimento gravado. Já é feito aqui em Niterói um trabalho muito bonito nesse sentido, onde esse depoimento é feito uma vez só e ele é disponível para todas as instâncias necessárias, de maneira definitiva. Então, por quê? Porque o trauma pós-evento é geralmente muito maior do que o próprio trauma do evento, nesse sentido, porque, se a criança tem de relatar que o pai dela abusou dela - nove vezes para nove pessoas diferentes -, é só imaginar, vocês tendo essa situação, quanto grave seria. É isso praticamente o que a gente queria trazer como informação, deixando claro que a gente tem uma mobilização forte, efetivamos um trabalho junto com vocês - inclusive os Vereadores Carlos e o Quito estavam juntos no dia 2 de abril. Vamos ter aqui um evento, no dia 18 de maio, aqui na Câmara, focado exatamente em eliminar a violência, os maus-tratos e os abusos sexuais contra a criança e o adolescente e outros abusos. E queríamos que a gente entendesse que somente participando e jogando essa rede efetivamente é que a gente vai poder mudar as coisas. E, no nosso ponto de vista, a fase ideal seria investir na primeira infância, porque, em curto prazo, a gente não vai ter retorno, mas, a médio e longo prazo, é efetivamente claro que se erradicam os problemas sociais, na sua maioria.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, Dr. Ivan.

Queria aproveitar e dar oportunidade para a Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, que é Psicóloga e Mestre em Modificação do Comportamento pela University of Manitoba, e com um currículo aqui que dispensa apresentação, muito longo, muito extenso. Mas hoje ela foi convidada também para esta CPI. E, até aproveitando, queria também que, ao longo, se ela pudesse comentar um pouco a respeito do trabalho que é representado pelo Dr. João Augusto Figueiró, Presidente e também responsável pelo HC. Dentro do HC há um núcleo hoje que parece que dá uma assistência aos abusadores também, às pessoas que passam por lá e que são identificados com essa deformação, com essa enfermidade. Queria que, ao longo da sua fala, pudesse falar um pouquinho disso também.

**A SRA. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS** - Gostaria de saudar todos e todas presentes. Sinto-me profundamente orgulhosa de estar nesta Casa. Sou uma paulistana que mais ao menos se autoexilou no interior de São Paulo e gostaria de agradecer ao meu querido colega Dr. João Figueiró, pela indicação do meu nome para esse trabalho muito importante que os senhores e a senhoras têm pela frente.

- Apresentação slides.

**A SRA. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS** - Trabalho na Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Psicologia, onde coordeno o Laprev - Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, que existe desde 1998. Fazemos três ou quatro coisas: pesquisa, ensino e extensão, na área de violência, mais especificamente violência na família e na escola. Extensão significa o trabalho na comunidade. Então, oferecemos atendimento a mulheres vítimas de violência, a homens agressores dessas mulheres - não trabalhamos com agressor sexual, por uma decisão - e trabalhamos com crianças e adolescentes.

Aqui o que interessa para vocês é mais o trabalho com criança e adolescente. Nós fazemos isso numa sala no Conselho Tutelar. Quando começamos esse trabalho, não existia nenhum atendimento na cidade de São Carlos. Então, alunos de graduação e de pós-graduação oferecem psicoterapia para as crianças e para os familiares. Já trabalhamos com mais de 800 pessoas, ao longo desses anos, e alguma coisa de não muito errada estamos fazendo, porque recebemos um prêmio internacional este ano, da Organização Pan-americana de Saúde. Fui recebê-lo em Washington, no Dia Internacional da Mulher. O trabalho foi considerado uma prática exemplar na área de Saúde e a OPAS vai publicar, então, essa experiência em inglês, espanhol e português, no segundo semestre. Fazemos pesquisa e a área que interessa aos senhores é a questão da prevenção da violência e do

abuso sexual. Já produzimos duas teses de doutorado. Vou falar muito rapidamente para vocês o que fizemos. A Rachel Brino foi uma doutoranda que resolveu trabalhar com professoras da pré-escola para capacitá-las para entender de abuso e agir como agente multiplicador. Então, essas professoras faziam oficinas com os familiares e com as crianças. Ela trabalhou com mais de cem professoras, cada professora fez uma oficina com 30 crianças e uma oficina com 30 familiares. Então, foram mais de 3 mil familiares e mais de 3 mil crianças de São Carlos. Esse trabalho está publicado no exterior. Ao fazê-lo, quisemos monitorar qual seria o impacto disso na comunidade. Uma das formas que tivemos de medir o impacto foi tentar analisar o número de notificações. Como o Dr. Jefferson disse, precisamos aumentar, pois existe uma subnotificação escancarada. Para nossa surpresa, temos então uma curva ascendente, em São Carlos - possivelmente podemos hipotetizar que contribuimos; como cientistas não podemos dizer que foi a única variável. Mas há uma outra coisa interessante: queríamos que baixasse a idade; queríamos que crianças com quatro anos de idade fossem envolvidas na notificação. Como já foi colocado aqui, é demorado esse processo. Não adianta uma criança com 8, 10, 11 anos notificar um fenômeno que ocorreu quando ela era pequena, porque o dano vai ser muito maior. E nós conseguimos isso em São Carlos, também, baixar o número. E a Maria da Graça Padilha fez um trabalho em uma escola rural de Curitiba, trabalhando com as crianças da zona rural, ensinando, pré-adolescente, adolescente a entender o que é abuso, e apreender quatro habilidades muito simples, por exemplo, quando isso acontecer eu conto para alguém, não fico calado. São habilidades muito simples que pode estar ensinando e, quem sabe, estar prevenindo esse problema grave. Enfim, nós ensinamos, temos estágio de intervenção às vítimas de violência, curso sobre direitos humanos, etc... Já foi dito aqui, mas o abuso sexual da criança é o delito menos denunciado no mundo. Não consigo pensar em nenhum outro delito que seja menos denunciado que isso. As razões são complexas, vamos falar bem por alto, a sexualidade humana ainda é tabu, apesar de termos tido uma revolução sexual, no final de século passado, o agressor muitas vezes faz diversas ameaças para a criança, se você contar eu posso te machucar, vou matar sua mãe, vou largar da sua mãe, etc e tal...E quando ele é parte da família, como na maioria dos casos, há uma série de complicações emocionais, culturais, econômicas, a criança sabe que esse agressor, talvez, vá para a cadeia, o que vai acontecer com a família. O fato de ser pouco denunciado pode dar para o leigo a impressão de que é um fenômeno raro, acontece pouco. E na verdade quando atuamos na área vemos que é muito mais freqüente do que se imagina. É muito comum você trabalhar com as pessoas e elas falarem, aconteceu isso comigo quando eu era pequena e eu nunca contei para ninguém. Passei 40 anos da minha vida sem contar isso para ninguém. Dados epidemiológicos vão depender da definição de abuso. Se tenho uma definição muito ampla, vou ter maior freqüência e se tenho uma definição mais restrita vou ter. Mas o pesquisador que mais entende, do meu ponto de vista, sobre abuso sexual, o sociólogo americano David Finkelhor, reviu revê os dados de prevalência de 20 países e chegou à conclusão de que todos os países são comparados aos Estados Unidos. E essa prevalência vai de 7 a 36% das mulheres e 3 a 29% dos homens. É um problema internacional. Ele ocorre em todos países de maneira muito parecida. Uma outra pesquisadora Canadense, Alison Cunningham, diz que a questão do aborto sexual é uma pirâmide investida. Lá em cima nós temos 100% dos casos que ninguém vai saber quantos são. E um número da porcentagem menor conta para alguém, não sabemos quantos são, 50% conta para a polícia, como é que eles sabem disso no Canadá? Por pesquisa de levantamento, por exemplo, tem até um questionário aqui, e tentar levantar quem já contou, isso é anônimo, então posso ficar protegido e conto, 30% desses casos são arquivados no Canadá, 15% resultam em condenação, 10% desses 15% entra com recurso, e no Canadá 6% são condenados. Vou tentar mostrar alguns dados de São Carlos, para ver se é parecido com o Canadá. Outros pesquisadores estimam que 90% dos casos de abuso nunca foram notificados, então isso bate com o que já foi dito aqui. Temos muita literatura, muita pesquisa mostrando que ao abuso sexual faz mal para a saúde. Ele causa danos em curto prazo, comportamento sexualizado inapropriado, ansiedade, medo, pesadelo, transições de *stress* pós-traumático que um quadro caracterizado por uma, reviver o fenômeno sem querer, então tenho cenas na minha cabeça, penso sem parar embora não queira pensar, e paradoxalmente eu evito, não consigo falar, evito os locais associados com isso, depressão, baixa autoestima, isolamento, queixa somática, dores de cabeça, etc....agressão, problemas na escola, comportamento regressivos voltar para uma faixa do desenvolvimento anterior, fuga de casa, comportamento autolésivo e ideação suicida. Ao longo prazo temos problemas de sexualidade alterada, dificuldade em fazer sexo, falta de prazer no sexo, promiscuidade, dor, distúrbios de parafilias, isolamento, depressão, suicídio, tanto ideação quanto a tentativa, autodesvalorização da pessoa, doenças somáticas, fuga de casa, evasão escolar, problemas psiquiátricos. Há pesquisadores que relatam que, de 14 a 70% dos pacientes internados sofreram e tem histórico de abuso. Muitas vezes o profissional da saúde não detecta isso, mas isso existe; transtorno de alimentação, problema de atenção e concentração e o fenômeno da "multigeracionalidade", que é: a criança que foi "vitimizada" no passado, tornar-se um agressor no futuro. No Laprev, nós fizemos um estudo, que está publicado: uma aluna minha, Juliana, tentou comparar a sexualidade, o que pensa sobre sexualidade um adolescente com e um adolescente sem um histórico de violência sexual, com a mesma idade, mesmo poder socioeconômico etc. E como vocês podem imaginar, o adolescente que teve o histórico de "vitimização" sexual tem uma visão muito negativa a respeito de sexo, do sexo oposto, do futuro, ao passo que o adolescente que nunca sofreu tem uma visão bastante natural da sexualidade. Então, eu quero contar pra vocês muito rapidinho como eu acabei me mobilizando em relação ao abuso, em função da prática clínica de supervisionar alunos em São Carlos. Nós vimos que a escola não estava preparada pra atender à criança que havia sido "vitimizada" e, em geral, a escola estigmatizava, os professores tinham uma conduta muito preconceituosa; nós fizemos pesquisas sobre o que o professor sabe a respeito do abuso e constatamos que ele sabe o que o senso comum sabe, e ele aprendeu sobre isso em programas de auditórios – não sou contra programas de auditório, mas tem lugar melhor para aprender sobre um problema tão complexo quanto o abuso sexual. Paralelamente, nós começamos a ver que o nosso Judiciário também estava despreparado para lidar com isso, e eu vou comentar sobre isso rapidinho. Nesse estudo da Rachel Brino, nós tentamos então avaliar a notificação de casos antes, durante a tese dela e no final. E para isso, então, a gente foi à Delegacia da Mulher – porque em São Carlos não há Delegacia da Criança – e no Fórum analisar esses documentos todos. Então, em relação ao ano de 2002, nós vimos que houve em São Carlos 483 notificações de mulheres e crianças, um número invisível perto de uma cidade de 200 mil habitantes; 14 % desses delitos eram de natureza sexual, 30% eram de abuso sexual infantil – isso representa 6% do total de delitos e 44% dos delitos sexuais. A maioria eram mulheres, poucos meninos, isso não quer dizer que seja assim, a gente sabe que o tabu de denunciar o problema com menino é maior ainda, tem mais vergonha ainda; e a idade ia de 05 a 16 anos no ano de 2002. Quem procurou a polícia? Para nossa surpresa – boa surpresa – 73% foi a mãe, então a mãe ali agindo numa ação de proteção; 10% foi a própria polícia. O agressor era desconhecido e outros, familiares e até vizinhos. Aí nós fomos ver: E no Fórum? O que aconteceu com esses casos? Onze casos tinham laudo médico. Nove desses laudos confirmavam abusos, confirmavam entre aspas, porque como já disse o Dr. Jefferson, a maior parte dos casos não tem prova material. Isso não significa que o abuso não tenha ocorrido e significa muito menos que ele não tenha sido grave, porque eu posso praticar sexo oral com uma criança - é gravíssimo isso! - e possivelmente não vou deixar marcas. E havia só o laudo psicológico que era fortemente sugestivo de abuso. Quando a gente foi ver, então, o resultado disso: três casos ainda estavam abertos, dois agressores foram considerados culpados, mesma taxa do Canadá – 6% de culpabilidade. A gente foi ver quais eram esses casos, as vítimas eram meninas de 13 e 16 anos, adolescentes, e a ofensa tinha sido estupro, e 25 agressores não foram considerados culpados. Agora, em dois casos, vejamos os senhores, o agressor foi preso porque alguém testemunhou de forma ocular o abuso e, depois, ele foi liberado. No ano de 2003, a situação foi bem mais grave: houve 37 denúncias; 25 delas não foram encaminhadas ao Fórum, 12 foram arquivadas, oito delas também arquivadas; dessas que foram encaminhadas, três resultaram em processo, uma ainda estava em andamento, dois foram absolvidos e apenas um foi condenado. Por que ele foi condenado? Porque ele confessou, ele era o padrasto. E qual foi a pena desse indivíduo? Ele teve de pagar uma pena de R\$ 86,00. Quando apresentei esse dado em Curitiba eu quase fui apedrejada, mas é verdade, eu estou lá como cientista coletando dados. Vocês vêem uma freqüência muito pequena de condenação. Daí, então, a gente foi ver dois casos ilustrativos de "não condenação". No caso um, a vítima tinha 16 anos, era um adolescente do sexo masculino, ele tinha uma possível deficiência mental que aparecia no processo, o

agressor era um homem de 57 anos, não era da família, ele foi preso pela polícia ao ser flagrado no carro praticando sexo oral com uma vítima. Ele não foi condenado e a argumentação do Judiciário foi porque era a primeira ofensa, ele não tinha delitos prévios e ele era um cidadão cumpridor da lei. Vejam bem, que a lei a respeito de abuso não é considerado um delito grave. O segundo caso, era uma adolescente de 16 anos, - conheço muito porque nós trabalhamos com essa adolescente - ela estava na casa-abrigo com a mãe porque a mãe sofria violência do pai. Essa mãe respirou fundo quando ela entrou na casa-abrigo porque ela disse, agora eu posso dormir à noite, porque por quatro anos ela não dormia. Ela fazia uma barricada porque quando o marido levantava para ir ao quarto da filha, ela ouvia e ela estando desperta, o abuso não era tão grave. Então não chegou a ter estupro, mas houve atentado violento ao pudor. Essa adolescente estava em tratamento com a gente, ela tinha depressão, ela tinha ideação suicida, ela pensava em se jogar na frente de um carro quando ela atravessava a rua, ela era uma ótima aluna, quando o abuso sexual começou, ela deixou de ser boa aluna, ela tinha técnicas de enfrentamento inapropriado, ela queria matar o pai dela e fazia planos sobre isso. A mãe e as irmãs observaram o pai agir inapropriadamente e por falta de recursos, por falta de conhecimento não fizeram e essa adolescente me disse uma coisa que me fez pensar muito: "Nunca na minha escola alguém falou sobre isso e eu não sabia que existiam leis a respeito disso". Esse senhor não foi considerado culpado, também, por ser um indivíduo cumpridor da lei e por ser apenas a palavra dessa adolescente, dessa mãe e dessas crianças contra a palavra dele. Uma outra pergunta que a gente fez: e o que acontece quando a vítima tem alguma deficiência? Porque a gente sabe que, internacionalmente, o crime recebe sentença mais branda quando o indivíduo tem uma deficiência, embora devesse ser o contrário. Então, o Rafael Montone, que é um aluno meu de graduação, resolveu caracterizar a violência sofrida por pessoas portadoras de deficiência em São Carlos, também foi para a Delegacia da Mulher e foi para o Fórum e analisou os B.Os. de 2001 a 2003. O resultado que ele conseguiu é muito limitado porque não existe nada nos processos, na delegacia e no B.O. dizendo que aquela pessoa tem uma deficiência. Nos casos que ele conseguiu, está aí, mas não significa que seja representativo. Ele conseguiu cinco casos, ao longo desses anos, três casos de estupro e dois casos de atentado violento ao pudor. Quem eram essas pessoas? A idade dessas pessoas, dos dez até 38 anos, quatro tinham deficiência mental, uma tinha surdez, eram todas mulheres, o delito foi estupro em três casos, um seguido de gravidez e a declarante, a mãe, o pai e a psicóloga, o profissional de saúde fazendo seu papel de denunciar, que foi já apontado aqui. O resultado, como vocês podem imaginar, quatro casos arquivados, mesmo o caso que resultou em gestação por conta do estupro e um caso foi considerado inocente. Aí, então o Rafael tentou entrevistar, pelo menos, uma dessas pessoas, tentou entrevistar cinco, conseguiu localizar só a vítima três, que era uma mulher de 38 anos com deficiência mental. Ele encontrou uma situação bastante triste. Um outro vizinho testemunhou o abuso, essa pessoa não menstruava desde que sofrera o abuso, não por gravidez, mas por estresse, ela tinha uma DST decorrente do abuso, sofria de depressão também, o agressor já havia abusado de outras crianças no bairro e como nada aconteceu, o caso foi arquivado, a mãe dessa senhora, uma pessoa bastante simples, estava erguendo um muro na casa para proteger, porque ela precisava trabalhar como faxineira, deixava essa pessoa com deficiência mental sozinha em casa, então ela estava erguendo um muro alto, fazendo o papel que o Estado não fez que era defendê-la desse agressor. Qual o problema de uma sociedade que não acredita na criança e não acredita no deficiente? Ou melhor, acredita conforme a conveniência porque em São Carlos, o que a gente vê é o seguinte: a criança diz que foi abusada, depois ela volta atrás, volta atrás porque é muito doloroso, a literatura diz que esse fenômeno acontece com muita frequência. Quando ela diz: "Não, não foi bem assim, ele não me abusou", aí então, se diz: "Agora ela está dizendo a verdade". Conforme a conveniência se acredita ou não, na criança. A criança tem menos espaço, tem menos poder, isso ocorre. Agora, eu queria dizer para vocês que eu não estou sendo extremamente crítica do Judiciário, não estou falando mal do Judiciário, tenho profundo respeito, são meus colegas, trabalhamos juntos. Mas, se isso acontece é porque a lei tem brechas, a lei permite e nós não entendemos da gravidade desse fenômeno como precisaríamos entender. Qual a mensagem, então, que a gente pode estar transmitindo à sociedade? Que é um delito menor, que é um delito sem importância e é ao contrário, nós precisamos maximizar os esforços e, portanto, capacitar todos os envolvidos, já foi dito aqui, o pessoal de saúde, mas nós precisamos o pessoal da rede de proteção, os conselheiros tutelares precisam entender disso com maior profundidade, o Judiciário, os advogados, enfim todos os profissionais e os educadores. Por causa disso, nós fizemos, em São Carlos no ano de 2007, o I Encontro Internacional sobre "Violência na Família: abuso sexual infantil", conseguimos verbas de "n" entidades, até do exterior, trouxemos pesquisadores canadenses especialistas no abuso e fizemos grupos de trabalho, grupo da educação, grupo de saúde, grupo do Judiciário, grupo da mídia e fizemos deliberações. Foi um evento gratuito, casa cheia, 600 pessoas, não pudemos ter mais porque não havia espaço e o resultado disso foi esse livro: "*Prevenção do abuso sexual infantil, um enfoque interdisciplinar*", estão aqui todas as palestras, inclusive, as dos canadenses e esse livro foi lançado, agora no dia 02 de abril aqui em São Paulo, num evento organizado pelo Instituto Zero a Seis. Aí está Alison Cunningham, que tem um trabalho belíssimo, no Canadá, de inquirir a criança, de respeitar a criança no Tribunal. É importante dizer que essa questão do despreparo judicial ocorre nos Estados Unidos e ocorre no mundo inteiro, não é só no Judiciário brasileiro que está pouco preparado. Por que isso é uma questão tão urgente? Voltando ao David Finkelhor, nos Estados Unidos tem havido uma queda das notificações de abuso sexual e isso ocorre, também, em alguns países da Europa extremamente desenvolvidos. As razões são complexas e são múltiplas, mas algumas das razões são o encarceramento do agressor e programas de prevenção maciços. Então, eles tiveram a curva ascendente - que nós ainda precisamos ter - e essa curva está despencando. Essa é a curva que o Finkelhor apresenta, vocês vêem aí os casos de abuso sexual desde 1997, notificações ao longo dos Estados Unidos inteiro e olha como é impressionante. Agora isso faz sentido, gente. Eu tenho pesquisa mostrando que 73% dos indivíduos, dos abusadores, tinham histórico de vitimização. Se nada acontece com eles, eles continuam abusando e há dados mostrando que um pedófilo pode trabalhar em média, fazer 150 vítimas. Vejam o número e isso vai se multiplicando, se a sociedade não faz nada a respeito disso, o problema vai continuando, continuando... E se faz alguma coisa, o problema tende a diminuir. Nós temos um trabalho belíssimo dos juristas do Rio Grande do Sul, que é o Dr. Cezar Daltoé, que propôs um programa de escuta, de inquirição da criança protegida no Tribunal, ele propôs o nome: "Depoimento sem dano". E eu sei que esse nome foi extremamente criticado, mas não importa o nome; atualmente o pessoal está chamando de Depoimento Protegido. O fato é que é uma maneira de respeitar a Convenção dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário, de dar voz para a criança no Tribunal. Se eu tivesse tempo, daria casos para vocês, de trabalhos com casos gravíssimos de abuso sexual, adolescentes que tinham anorexia, adolescente que tinha transtornos pré e pós-traumáticos e ideação suicida, que não conseguia falar a respeito do abuso. Nós trabalhamos, por um ano, esse adolescente está preparado, ele vai ao Tribunal depor e é vitimizado; ele pega um advogado, que se acha no direito de abusá-lo verbalmente e de dizer que aquilo é mentira, que ele está fabricando. Isso é proibido no Canadá, um advogado não pode fazer isso com crianças no Tribunal, no Brasil, isso acontece. Então, o dano é muito grave. Por favor, a próxima apresentação. Infelizmente, o meu Conselho, o Conselho Federal de Psicologia, não tem contribuído para essa questão. O Conselho Federal de Psicologia, em maio do ano passado, publicou um artigo: CFP contra o Depoimento sem Dano. E esse artigo foi extremamente ruim, não é embasado em evidências científicas e mais do que isso, o CFP não consultou a academia, não consultou os psicólogos no Judiciário para tomar essa decisão. Então, desde maio do ano passado, eu envio cartas a todos os Conselhos Regionais de Psicologia, sou bastante conhecida por causa disso, mas até hoje, não tive uma resposta do CFP. Quem sabe os senhores possam me ajudar, eu quero entender como eles tomam essa decisão, arbitrariamente, sem consultar a classe, classe científica, e por que eles não estão abertos ao diálogo. Posso passar aos senhores a carta que fiz, analisando o documento deles e dizendo porque esse documento não é adequado. Bom, só para dar um exemplo, estudos longitudinais com crianças que prestaram no Fórum, publicado nos Estados Unidos, estes pesquisadores acompanharam mais de 200 crianças, 12 anos depois que elas prestaram depoimento. E eles foram ver o seguinte: que o ajustamento pior ou melhor em saúde, dependia do que acontecia no Fórum. Se houve inquirição repetitiva, isso era ruim e se ela não tivesse sido sequer inquirida e o agressor recebido uma sentença mais branda, era ruim para o prognóstico em saúde mental. Bom, então já falei desse livro e falarei do Projeto Escola que Protege, que é do Ministério de Educação e Cultura, do

MEC, em Brasília, voltado para a formação de profissionais. No início, foi só de Educação e neste ano, estão abrindo para a Saúde e Conselheiros Tutelares, para capacitar, para entender o que é abuso, o que é violência contra criança e adolescente e o que eu posso fazer a respeito. Nós estamos trabalhando com o Estado de São Paulo, temos recursos para capacitar mais de 1.400 professores da cidade de São Paulo, estamos tendo uma certa morosidade de conseguir apoio para isso. A contrapartida que eu preciso: vocês me digam onde estão esses professores e a minha equipe irá lá. É uma equipe que tem, no mínimo, grau de mestrado, muita experiência e oferece gratuitamente. Nós também publicamos esse livro, só que ainda não foi lançado: *A Escola como Agente de Prevenção do Abuso Sexual Infantil*, que é a tese de doutorado da Rachel Brino, que comentei com vocês. E cada professor que fizer esse curso, ganhará esse livro, gratuitamente. Então, é mais ou menos isso que queria dizer para vocês e se puder colaborar, de alguma forma, estou aqui para isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Eu queria dar oportunidade para a Mesa, se alguém tiver alguma pergunta. Também quero parabenizar a Dra. Lúcia pelo belíssimo material, pelo belíssimo trabalho desenvolvido e queria fazer uma pergunta, porque fica muito nítida a necessidade do Judiciário e dos profissionais da saúde caminharem com o mesmo pensamento. Porque os profissionais da área da saúde e vocês que estão à frente desses hospitais, desse trabalho todo, fica nítido que o conteúdo do material e os fatos que vocês têm todos os dias nos hospitais, no trabalho que a Dra. Lúcia realiza, faz com que vocês estejam muito à frente até do que já aconteceu em termos de transformação nas leis - que é uma necessidade emergencial, e a gente percebe então nisso -, que há uma necessidade dos dois órgãos caminharem com o mesmo pensamento. Se a Dra. Lúcia quiser falar alguma coisa a respeito disso.

**A SRA. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS** - Eu acho que é uma questão central e tem de ser interdisciplinar. Nenhuma área vai dar conta de capacitar, dada a complexidade. Então, juntamente com o grupo de profissionais, nós temos pensado como propor a capacitação para o Judiciário. Seria uma capacitação interdisciplinar, nós teríamos de ter juristas, nós precisamos de juristas que abracem a causa e que compreendam profundamente essa questão. Nós temos de ter todos os profissionais de saúde muito bem representados. E nós temos nomes excelentes no Brasil, como foi já apresentado aqui nesta manhã e nós temos de ter também o pessoal da Educação para mostrar esses lados da questão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcio Aguiar)** - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Primeiro, quero cumprimentar a Dra. Lúcia, pelo trabalho, pela exposição, pelo enriquecimento com o número de dados, pela pesquisa, enfim, pelo conjunto da obra. Meus parabéns, enriquecedor aqui para todos nós, membros dessa CPI. Eu queria fazer só uma observação, uma reação à sua fala e uma pergunta. A reação à fala vai no sentido do tema capacitação dos educadores. A gente vem trabalhando aqui, há alguns anos em São Paulo, já há pelo menos cinco anos, criando mecanismos de lei, instrumentos jurídicos para cobrarmos efetivas ações do Executivo no sentido de termos uma capacitação contínua dos servidores públicos que lidam com a criança. Não vamos nem entrar no mérito do porquê, porque sua exposição e todas que foram feitas esta manhã apontam na mesma direção da prevenção. O Sr. Prefeito Gilberto Kassab sancionou o projeto de lei que foi votado por todos aqui nesta Casa, à época apresentado por mim, e iniciou-se um trabalho. No último ano, em parceria com a WCF-Brasil foram capacitados 700 educadores, 700 servidores ligados à Secretaria da Educação, um tanto de outros ligados à saúde, assistência social, conselheiros tutelares e membros também do Judiciário. Sem dúvida nenhuma, e é por isso que eu falava da demanda reprimida, perguntava sobre a demanda reprimida ao Dr. Jefferson, sem dúvida nenhuma, a capacitação ainda é muito aquém daquilo que desejamos todos nós e do que queremos para a nossa Cidade. Mas, por outro lado, também sem dúvida nenhuma, São Paulo hoje em termos de enfrentamento ao abuso sexual na infância e a violência sexual na infância vai colocando-se como vanguarda no Brasil, por causa desse tipo de ação. Então, queria apenas dizer isso, nós estamos trabalhando e uma das coisas que temos trabalhado muito nessa CPI, que temos conversado cada um de nós, todos os Vereadores, entre nós, queremos ver ao final dos nossos trabalhos como efetivamente essa CPI pode contribuir para o fortalecimento da rede, para o fortalecimento dos fluxos, para a determinação de um fluxo, para a integração dos fluxos. Foi dito aqui, por exemplo, do grande avanço que se viveu e que se experimentou no Hospital Pérola Byington com a simples integração de fluxos entre o sistema de saúde e o sistema Judiciário. Quer dizer, esse é um dos grandes desafios, talvez o maior desafio, vinha conversando com o Sr. Presidente também, talvez o maior desafio que nós temos aqui. Mas eu queria fazer isso esse registro, fazendo a crítica e a autocritica, reconhecendo, claro, avanços, mas também reconhecendo que os avanços estão muito aquém daquilo que desejamos. E aí fazemos também um apelo para que gente como vocês, que militam, que estudam, que trabalham, que vivem as agruras de quem vive na ponta, aqueles que aqui estão, que nos acompanham, que são de organizações, que são de ONGs, que são dos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança, enfim, que possam com a sua contribuição, nos ajudar a termos um relatório que, sem dúvida nenhuma, não será apenas um marco nesse tema apenas na cidade de São Paulo, mas que pode ser espelho para todo o País. Então, nesse sentido, a contribuição de vocês é muito válida, é muito bem-vinda nessa CPI. E aí coloco as duas questões: a senhora nos disse que um dos grandes problemas é que a lei tem brechas. Ao mesmo tempo, ao olharmos para as estatísticas internacionais de responsabilização do agressor, o que a gente percebe é que é uma média mundial, 6% dos agressores são efetivamente responsabilizados e encarcerados. Queria que a senhora falasse um pouco sobre isso. A brecha é na lei, está faltando mais leis? Há países que, de certa forma, estão nessa discussão, mais avançados do que nós? Têm sistemas jurídicos penais que remontam 200, 300, 400 anos que fazem essa discussão, mas mesmo em todos esses sistemas, parece que a média é sempre a mesma, só 6% de responsabilização dos agressores. Então, o problema é penal, o problema é do sistema? Onde, efetivamente, está a pista desse nó? Como é que a gente pode, de verdade, aumentar a responsabilização daqueles que cometem esse crime de abuso e de violência contra as nossas crianças? E a segunda questão, queria que a senhora falasse um pouquinho mais aqui, expusesse para nós um pouquinho mais claro, que eu sei que o tempo está praticamente esgotado, mas falasse um pouquinho mais sobre a experiência da Dra. Cunningham na questão dos depoimentos, dentro dos tribunais. Acho que seria importante para nós aqui.

**A SRA. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS** - Bom, em primeiro lugar gostaria de parabenizar, Sr. Vereador, pelo trabalho que tem feito em relação a legislar sobre o assunto e eu gostaria de tecer alguns comentários iniciais sobre a questão da capacitação. A questão da capacitação nós temos de ser muito abrangente, trabalhar com números grandes, milhares de pessoas, mas temos de focar na qualidade. Então, não basta capacitar, nós temos de ter indicadores de que esta capacitação surtiu algum efeito. Porque senão nós vamos lá, falamos uma porção de coisa e aquilo não teve a propriedade de alterar o comportamento das pessoas.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Só mantendo o diálogo, não quero interrompê-la, não é isso, mas especificamente na Educação, esses dados devem ser publicados nas próximas semanas, os indicadores que apontam o quanto a capacitação coloca o tema na pauta e facilita o mecanismo de denúncia.

**R** - Sim, mas não basta só isso, porque o que a gente viu é que a gente precisa dar uma consultoria frequente, porque você vai lá, capacita e o professor tem problemas. Eu tenho professor que foi processado porque ele fez denúncia, então precisa ter um mecanismo de apoio para esse profissional que vai atuar de forma diferenciada. E nós precisamos ter uma rede que funcione, porque na verdade, a nossa rede é a coisa mais desarticulada do mundo. Vocês mencionaram aqui Catanduva. Eu estive em Catanduva, nós vamos oferecer esse Projeto Escola que Protege para as escolas envolvidas, mas nós fizemos uma reunião muito produtiva com o Sr. Prefeito, Secretário da Saúde, Secretário da Educação, Secretário da Assistência Social, eles não conheciam a rede entre eles. E eu tenho um aluno que falou assim: é tão fácil você pôr uma carta no correio, você entra na Internet, você vê o percurso daquela carta. Por que a rede não pode ser assim? E eu falei assim: "Olha, que ideia genial". Quando eu era jovem, o Correio no Brasil era horrível e hoje é bom. Então, eu tenho experiência de que um dia nós vamos ter uma rede, de preferência, não muito longe de hoje. Bom, mais a questão específica, a lei tem brechas, o problema é com lei? Bom, eu não sou advogada, eu sou uma psicóloga metida a entender

de lei, então eu não me sinto confortável para falar disso, mas tem brechas. E eu diria que há países em que o respeito do Judiciário pela vitimização do abuso é muito mais sério do que no Brasil. E não importa ter sido criança, a mulher. Porque se hoje, eu sou uma mulher e venho relatar um caso que ocorreu há muito tempo, eu vou ter muita dificuldade e no Canadá, isso não acontece. Não existe esse período mais de que se ocorreu no passado, você deveria ter denunciado lá e hoje prescreveu. Então, eu diria assim, que na verdade, isso tem a ver com conscientização. Nós estamos engatinhando enquanto sociedade, uma sociedade que tem uma democracia recente, e estamos engatinhando em ter uma conscientização sobre a gravidade desse fenômeno. Bom, em relação à Alison Cunningham, ela apresentou dois trabalhos. Ela é uma pessoa, ela é uma criminóloga, mas que atua como psicóloga também. O conhecimento dela de psicologia é vastíssimo. Ela ficou encantada com o Brasil. Ela voltaria aqui, quando for convidada de novo. Ela apresentou uma pesquisa, que é analisando o processo de revelação de crianças, trabalhando com doze mil crianças no Canadá, e mostrando basicamente como é demorado esse processo e como a criança, seis tentativas de contar para alguém e esse profissional, despreparado, falou: "Que é isso? Imagine se seu pai ia fazer uma coisa dessas. E vamos falar de outra coisa", enfim. Então, é um trabalho extremamente detalhado e ela tem um capítulo sobre isso, e eu não faria justiça descrever, em detalhes, agora, rapidamente. Vocês têm que ler o capítulo da Alison sobre a revelação de abuso. Aliás, eu vou deixar um exemplar para vocês. Então, todos poderão ler esse capítulo, e o outro capítulo que ela tem é sobre a inquirição da criança e como você ajuda a criança. E, no Canadá, eles não têm um modelo apenas. Esse modelo, de depoimento sem dano, ele é praticado em praticamente todos os países, inclusive países da América Latina. Argentina já usa. Colômbia já usa, etc. e tal, mas o Canadá tem quatro modelos, e vão assim, num grau de mais ou menos recurso tecnológico. Por exemplo, basta a criança ser acompanhada, no tribunal, com profissional de apoio. Esse profissional não vai falar, não vai se meter, não vai estar dando depoimento. Ele está lá, como um "advogado", entre aspas, da criança, para dar apoio, para dizer que ela não está sozinha. Esse é o número 1, e depois eles têm anteparos que podem ser colocados na frente da criança, de forma que ela não veja o agressor, tem a Câmara de Gesell, onde você tem um espelho unidirecional e tem outras formas bastante sofisticadas. Então, sugestão: leiam, com atenção, o capítulo que a Alison fala sobre a inquirição das crianças e como ajudá-las. E ela tem, inclusive, um instrumento para ajudar o psicólogo a avaliar se a criança está, como que ela está, se ela está ansiosa ou não para prestar o depoimento no fórum, e entre as coisas que eles falam, eles levam a criança para uma visita no tribunal antes, para dessensibilizar, para não gerar tanto medo na criança. Então, é a criança sendo tratado como um cidadão de respeito, cidadão de direitos e não sendo revitimizada pela nossa própria Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Eu queria agradecer a Dra. Lúcia Cavalcanti, por esse belíssimo material, agradecer a todos, o Dr. Ivan, pela presença, o Dr. Jefferson Drezett que, mais uma vez, cooperou muito. Já tinha conhecido o Dr. Jefferson em outras ocasiões, mostrando material também, e mais uma vez nos surpreende, com o seu profissionalismo, com a sua dedicação ao assunto, ao tema com tanta autoridade. Queria agradecer também à Dra. Mariângela. Muito obrigado pela participação, contribuindo muito com os trabalhos da CPI.

Nós temos alguns requerimentos sobre a mesa, a serem... Queria pedir para que o Secretário pudesse ler.

**O SR. SECRETÁRIO** – Pois não, Presidente. O primeiro requerimento é de autoria do Vereador Carlos Alberto Bezerra: "Requer, nos termos regimentais, a realização de uma sessão extraordinária, a ser convocada para o dia 21 de maio de 2009, às 11 horas".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A votos. Se todos os Vereadores... Não está o tema especificado?

**O SR. SECRETÁRIO** – Não, por enquanto, é só a da convocação.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Ah, perfeito, perfeito.

**O SR. SECRETÁRIO** O próximo requerimento, de autoria do Vereador Floriano Pesaro: "Solicita que seja, que a representante da Secretaria Municipal da Saúde, da área de atenção básica, a Sra. Mariângela Aoki, encaminhe a esta Comissão os documentos solicitados e apresentados aqui", De autoria também do Vereador Floriano Pesaro, solicitando que sejam oficiados os membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual, para que compareçam a esta Comissão, na reunião extraordinária, justamente aquela mencionada e já aprovada, a ser realizado no dia 21 de maio, das 11 às 13 horas.

Do Vereador Floriano Pesaro, solicita à coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Sra. Leiva Paiva, para que compareça ou designe representante à sessão desta Comissão, a ser realizado no dia 14 de maio, das 11 às 13 horas.

Também do Vereador Floriano Pesaro, requerimento solicitando, nos termos regimentais, que a Sra. Alda Marco Antônio, compareça a esta comissão, em sessão a ser realizada no dia 21 de maio, para apresentar informações que relata, a saber, informações sobre a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração, ações de prevenção, informações sobre a quantidade de funcionamento dos serviços, número de vagas e as áreas de atuação, quadro geral da demanda reprimida, recursos disponíveis para essas ações e qual a expansão prevista.

E, por fim, do Vereador Floriano Pesaro, um requerimento solicitando a realização de um evento, na forma de mesa redonda, com o tema: "O papel da mídia e seu olhar para a violência sexual da criança e do adolescente", a ser realizado no dia 20 de maio às 19 horas, com convidados, com intuito de discutir sobre o tema, com o fulcro na lei.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Todos estão de acordo com os requerimentos? A votos. (Pausa) De acordo? Permaneçam como estão. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas dois esclarecimentos. Primeiro, que os requerimentos todos que se apresentam são requerimentos previamente acordados entre os Vereadores, e são de assinatura dos membros todos desta CPI. São pedidos de todos os membros desta CPI. A única coisa que eu queria esclarecer também, outra coisa que queria esclarecer também é que estou propondo um evento que não necessariamente tem a ver com a CPI, mas, em virtude de acontecer a CPI e do dia 18 de maio ser o Dia Nacional de Enfrentamento, na questão do Abuso e Exploração Sexual de Crianças, propor uma discussão, nesta Casa, fora do período da CPI, também fora do período de sessões, provavelmente no período noturno, e por isso que apresentei o requerimento em nome dos membros também da comissão, para fazermos uma discussão aqui, nesse dia, sobre o papel da mídia na questão do Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças, e aí a proposta é que venha um representante da ANDI, da Agência Nacional dos Direitos da Infância, e outro representante de um grande órgão, uma grande organização de comunicação do país, para que se faça essa discussão, de como hoje a mídia aborda o tema que acho que é fundamental, e será enriquecedor aos membros desta CPI e a todos aqueles que se interessam pelo tema, também particularmente aos estudantes de comunicação, que terão uma oportunidade ímpar de discutir um olhar diferenciado sobre essa questão e o trato dela na mídia.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Só para que fique, nas Notas Taquigráficas, a presença do Vereador Netinho de Paula e também da Vereadora Juliana, que, como eu comentei, estava na Casa, desceu, participou da reunião, e já teve que também de cuidar de seus interesses, de outros compromissos. Agradecer novamente a todos os profissionais pela participação honrosa a esta comissão, e, nada mais havendo a tratar, convoco os Vereadores membros desta CPI para a nossa próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 21, às 11 horas, neste plenário, que é a extraordinária, uma sessão extraordinária neste plenário.

Está encerrada esta reunião.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 14 de maio de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Bom dia a todos. Hoje teremos a 5ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Fizemos um convite ao Senador Magno Malta, e ontem, às 20 horas, recebemos um comunicado de que ele poderia estar aqui, mas já era um horário não muito oportuno para poder comunicar a todos sobre a presença do Senador. Então, vamos transformar esta reunião de hoje numa reunião de instrução dos trabalhos da CPI que estão sendo realizados. Teremos a presença do Senador, que está a caminho. Colhemos informações do trabalho dele em todo o Brasil, com a CPI da Pedofilia. Queria justificar – pois também tínhamos feito o convite – que a Dra. Leila Paiva, por motivo de agenda, não poderá estar presente conosco hoje. Compõem a Mesa o Relator, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., e os Vereadores Floriano Pesaro e Juliana Cardoso. Os Vereadores Netinho de Paula e Quito Formiga já estão a caminho e a Vereadora Sandra Tadeu já se justificou. Teremos hoje uma reunião com o Senador Magno Malta, totalmente atípica. Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu gostaria de registrar minha presença e dizer que está acontecendo, no 8º andar desta Casa, a prestação de contas da Saúde relativa ao primeiro trimestre, na Comissão que eu presido. Terei que ficar um pouco aqui e um pouco lá. Vou subir e, assim que começarem as discussões aqui, volto. Mas esta reunião da CPI é extremamente importante. O trabalho está sendo feito com muita seriedade, ouvindo, além disso, os movimentos sociais e as pessoas para que possam também nos ajudar a chegarmos a um diagnóstico correto e, principalmente, ao foco do que a CPI precisa ter de respostas. Agradeço a paciência de V.Exa., mas estarei acompanhando.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, Vereadora. Estamos acompanhando o trabalho de V.Exa. e até a parabenizamos, porque sabemos que esta CPI vai dar um resultado para esta Casa. Parabéns, e aguardamos sua presença daqui a pouco. Quero fazer um pouco sobre a reunião do dia 21 de maio, às 11, neste plenário. Teremos a presença da Sra. Alda Marco Antonio, que é Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, membro da Comissão Mundial de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e está hoje como Prefeita, em vista da ausência do Prefeito Gilberto Kassab. Teremos ainda 58 convidados nesta Casa. Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Eu estava recebendo uma outra informação e não ouvi. Essas presenças já foram confirmadas?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Já foi mandado requerimento. Só estamos aguardando a confirmação da Sra. Alda Marco Antonio.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma discussão com V.Exa. e com o Vereador Floriano sobre o que acontece hoje nesta reunião. Todos nós, Vereadores, havíamos, inicialmente, deliberado que seriam convidados os responsáveis pelo Disque Denúncia, que deveriam vir a esta Comissão trazer um aporte de dados, de informações, que nos ajudariam muito e que são fundamentais para a elaboração do relatório e do mapa de informações sobre o perfil dos crimes de violência sexual contra crianças, que acontecem na cidade de São Paulo. Mas, lamentavelmente, pelo que percebemos, nosso convite não foi atendido. Indago a V.Exa. se isso de fato procede, se isso o que acontece. Ou seja, que nós fizemos o convite, que foi enviado, mas não obtivemos resposta; ou, se a obtivemos, a resposta foi negativa.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O convite que fizemos para a reunião de hoje, que era para ir para a página do Disque 100 até para sabermos o trabalho de mapeamento que eles vêm realizando. Ela justificou por problemas de agenda, deixou claro que não poderia vir a esta reunião, mas não temos informações dos motivos da Dra. Leila Paiva.

Pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Eu gostaria então de propor a V.Exa. – ouvindo também a ponderação do Vereador Floriano – votarmos o requerimento de convocação da responsável pelo Disque 100 para que possamos ter acesso a esses dados, que a todos nós – particularmente na elaboração final do relatório – são fundamentais.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Bom dia a todos. Presidente, minha dúvida é em relação à quantidade de requerimentos e convites que foram feitos para depoimentos nesta CPI e em relação a como está o calendário de presenças, de depoimentos. Não sei se o Vereador Bezerra também questionou isto, mas havíamos feito um requerimento convidando a Senadora Patrícia Saboya.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Também por motivos de agenda, não pôde estar presente hoje na reunião. Mas acredito que hoje, até com a presença do Senador Magno Malta, poderíamos propor – quero ouvir a opinião do nosso relator – que façamos outra audiência junto com os dois que estão à frente desse trabalho. Sei que já foram feitas algumas audiências no Brasil, muito importantes para o andamento não só da CPI da Pedofilia, mas também de outras frentes que já fazem um trabalho com crianças e adolescentes. Aproveito hoje a presença do Senador para fazer esse convite, contando com essa colaboração, pois, sem dúvida, reconhecemos o trabalho que vem sendo realizado no Brasil inteiro. Só para informar o nobre Vereador Floriano, no dia 20 de maio nós convocamos uma reunião extraordinária, na verdade uma mesa redonda com o tema Papel da Mídia e o Seu Olhar para a Violência Sexual da Criança e Adolescente. Nós temos confirmadas as seguintes presenças: Adriana Carranca, do jornal *O Estado de S. Paulo* e também André Tal, da Rede Record. Essas são as únicas confirmações que temos para o dia 20, que será uma reunião extraordinária. (Pausa) Perdão, dia 20 será uma reunião ordinária e dia 21, extraordinária, com a presença da Sra. Alda Marco Antonio e também da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, apenas para fazer dois apontamentos. O primeiro, da necessidade da convocação. Não precisamos votar neste momento - V.Exa. delibera da maneira que achar mais adequada, mas ainda nesta reunião, até porque temos quórum para isso – a convocação da responsável pelas informações do Disque 100 para vir a esta CPI. Porque um dos primeiros ofícios que foram enviados por esta Comissão foi, exatamente, um pedido de informações, que nos ajudariam muito na elaboração do relatório. Mas, como não obtivemos, até o presente momento, nem as informações nem nenhuma confirmação da vinda dos responsáveis ou da responsável pelo sistema, é de fundamental importância para o bom andamento dos nossos trabalhos a convocação dessa pessoa responsável. A segunda questão é apenas para reafirmar e relembrar o convite, em virtude das pessoas que estão aqui hoje, do público que temos, até porque a próxima semana é uma semana importante a todos aqueles que militam com o tema da prevenção da violência sexual contra as crianças na Cidade e no País. Próxima semana, dia 18, é o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em todo o País. E a Câmara Municipal de São Paulo, assim como esta CPI, estará trazendo também sua contribuição a este debate. Acontecendo evento dia 18, evento esse promovido e capitaneado pelo Vereador Quito Formiga. Também gostaria de ressaltar a importância do evento que acontece dia 20, já citado aqui por V.Exa, que trata do papel da mídia na questão do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. O debate proposto é para se fazer exatamente esse diálogo e essa reflexão de como a mídia trata o tema, como ele poderia ser tratado, que alternativas se teria. Nesse sentido, é importante a presença aqui dos jornalistas setoriais: Ana Carranca, do jornal *O Estado de S. Paulo*, que vem falar sobre ética na reportagem, como noticiar sem revictimizar; André Felipe Tal, repórter da Rede Record de televisão, vencedor do Prêmio Esso de 2008, que vem falar

sobre os desafios da apuração de casos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Aguardamos a confirmação de um jornalista da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, e também já temos confirmados alguns outros convidados, como a editora de conteúdo da Revista Viração, a Agência Cipó e a Oficina de Imagens. Então, só para ressaltar a importância dessas duas questões, Sr. Presidente. Semana que vem é uma semana de debates intensos, um debate importante sobre o papel da mídia no diálogo, no enfrentamento em relação a essa questão, que acontece no dia 20, às 19h no Salão Nobre da Câmara Municipal, e a importância da votação do requerimento de convocação do responsável pelo Disque 100 nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Nós já temos quorum, Vereador Bezerra, para poder deliberar esse requerimento de V.Exa. Eu gostaria que o senhor, se pudesse, lesse o requerimento.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Então, tudo bem. Então, nós deixamos para o final da reunião para poder voltar a deliberar esse requerimento. Lembrando que dia 18 é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Vereador Quito Formiga, Vice-Presidente da CPI da Pedofilia tem a honra de convidar a todos que estão aqui presentes também para um evento que vai acontecer aqui no Salão Nobre, a partir das 9 horas da manhã. No final, temos alguns *folders* desses com toda a programação e estaremos deixando à disposição de todos que quiserem ter maiores informações a respeito desse evento que vai acontecer no dia 18 de maio no Salão Nobre.

Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas um detalhe. Acabo de receber a informação de que houve uma justificativa, por *e-mail*, da ausência hoje dos responsáveis pelo Disque 100 nacional, por uma questão de problemas e dificuldades com passagens aéreas. Então, como é essa uma justificativa normal, solicito de V.Exa. que comunique à Presidência desta Casa, se isso for um empecilho, para que a própria Presidência da Casa, com seus instrumentos, possa fazer com que isso aconteça de uma maneira que essa necessidade possa ser superada e, enfim, que a passagem possa ser, de alguma maneira, reembolsada, para que não tenhamos o ofício de convocação, mas recebamos a mesma justificativa. Acho isso é importante: o comunicado ao Presidente da Casa ainda hoje seria muito importante na solução desse problema.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O.k. Uma nova sugestão do nobre Vereador. Nós vamos comunicar ao Presidente desta Casa para que o andamento desse trabalho da CPI da Pedofilia e do Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes possa ser realizado e não ocorra nenhum tipo de problema. Que a Casa possa disponibilizar as passagens para as pessoas que estão fora da cidade de São Paulo. Nós já estamos com a presença do nosso Senador Magno Malta e eu queria convidar para fazer parte da Mesa o nosso Exmo. Senador Magno Malta, que já está na Casa e que, como todos sabem, já tem um bom tempo à frente da CPI da Pedofilia em nível nacional, no Brasil. (Aplausos) Como é de conhecimento de todos, o Senador Magno Malta já está aí há mais de um ano à frente da CPI da Pedofilia e tem muitas informações, situações, casos que ele está acompanhando e também é um pioneiro na mudança até da própria legislação para que possamos ter leis mais eficazes no Brasil inteiro. Então, eu queria já agradecer a presença do nosso querido Senador Magno Malta e passar a palavra para que ele possa, hoje, trazer todas as informações e tudo aquilo que realmente tem sido um trabalho árduo durante esse um ano à frente dessa CPI. Queria também registrar a presença do Vereador Quito Formiga. Queria deixá-lo à vontade para falar ou da mesa ou da nossa tribuna, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** – Eu agradeço muito pela oportunidade. Eu agradeço pelo privilégio de estar aqui hoje numa reunião tão boa, tão seleta, com pessoas interessadas na causa, com militantes da causa, de interesse da Casa e dos Vereadores. Sinto-me muito honrado de estar aqui nesta manhã, até porque, quando vou a uma Câmara de Vereadores, eu me sinto em casa, porque fui Vereador, comecei como Vereador. Estou muito feliz, porque o meu segurança é o Kiko, do KLB, que foi me buscar no aeroporto. O trânsito agarrou a nós dois por aí. Estou agradecido a ele, ao Franco, o pai, aos irmãos pela militância que têm feito por esta causa Brasil afora. Segunda-feira, fizemos o evento Todos contra a Pedofilia, com mais de 50 mil pessoas, as pessoas nas ruas manifestando-se em solidariedade e misericórdia e mostrando indignação por esse bárbaro e nojento que é o crime de abuso de crianças. Quero dizer que estou em casa porque sou daqueles que defende que qualquer indivíduo, para entrar na vida pública ou para disputar qualquer cargo eletivo – defendo isso e acho que deveria ser uma lei –, primeiro deveria disputar uma eleição de Vereador, para ganhar ou para perder, porque só conhece uma eleição quem disputa uma eleição de Vereador, a eleição mais difícil do mundo de se disputar. Eu fui Vereador, eu sei disso. Acho que reeleição é pior ainda. Quando eu vejo um cara com três, quatro mandatos, acho que ele é um herói. Mas eu só fui Vereador dois anos, porque logo em seguida me elegi Deputado Estadual, que também não deixa de ser uma eleição de Vereador no Estado; é um troço difícil também. Começa a ficar mais fácil de Federal para cima, mas aí também a dificuldade é só consolidar, quando você consolida, aí é absolutamente mais fácil. Para Senador, fica mais fácil ainda, porque é meio “plebiscitário”: ou é tu ou é tu, ou é um ou é o outro. Tem mais ataque também, mas é mais “plebiscitário”. Eu quero registrar a presença da Vereadora de Osasco. Estive com ela na Câmara de Osasco. Só me lembro do sobrenome. (Pausa) Ana Paula Rossi, filha do nosso amigo Rossi, Deputado Federal, ex-Prefeito, que fez um evento muito bonito lá em Osasco. Parabéns. E estive conosco nesse simpósio lá em Cachoeiro do Itapemirim. Um simpósio absolutamente importante, que durou um dia inteiro, com 2.500 pessoas: estudantes de Direito, juizes, delegados, ONGs, Conselhos Tutelares e os palestrantes qualificados do País, para poder dividir a experiência e formar multiplicadores nesta luta. Quero cumprimentar o Presidente, Vereador Marcelo Aguiar, tenho amizade e carinho grande por ele, dizer que tenho desejado boa sorte no trabalho, não é fácil. Essas lutas são muito difíceis. Mas, certamente, acredito muito neste tipo de CPI para o município, embora sendo a CEIs, as Comissões Parlamentares das Câmaras de Vereadores, até mesmo da Assembléia Legislativa, não dispondo o mesmo poder que tem uma CPI do Congresso Nacional, não é que haja desequilíbrio, mas é que as frentes de trabalho devem ser diferentes para se completarem. Quem está perto da população é a câmara municipal, o primeiro socorro é a câmara, são os vereadores. O cidadão não sai daqui para ir atrás de um senador, de um deputado federal; ele se socorre primeiro, no município dele. São Paulo não tem a experiência, por que é São Paulo, de ser um município do interior que tem vereador do distrito. Vereador do distrito é o sujeito que morre, que adoce, é tudo na casa dele, esse é mais herói para se reeleger ainda do que os outros. Mas é absolutamente importante. Com esta palavra eu cumprimento o Vice-Presidente, o relator da CPI, entendo que, do ponto de vista de políticas públicas, ninguém poderá dar a São Paulo o que esta CPI poderá dar de proposta de políticas públicas, para São Paulo, para a população de São Paulo. Políticas públicas efetivas, o mapeamento da cidade de São Paulo. Até onde se dá o nível da degradação e onde tem a dívida do poder público para que a CPI possa fazer essas proposições em nome das famílias. Primeiro, quero dizer aos senhores e senhoras que não sou doutor em nada, meu sonho era ser advogado, embora o Brasil pense que eu seja, mas não sou. Fiz vestibular três vezes e não passei. Então, não sou doutor em nada. Sou esforçado, tenho senso de justiça e sou movido a sede de justiça. Presidi a CPI do Narcotráfico, começo falando aqui, foi na CPI do Narcotráfico que consegui identificar; quando os narcotraficantes estavam tomando crianças nas favelas e nos quetos dos pais para abuso sexual, com a força do fuzil, com a força do dinheiro, com o império da intimidação. E muitos pais e

mães, e gente da comunidade - canalha também - que entregava as crianças para abuso em nome das benesses que o tráfico poderia lhes proporcionar. Como o foco da minha CPI, o fato determinado, não era pedofilia, o fato determinado era narcotráfico, eu não podia desfocar. Até porque o fato determinado de uma CPI obriga a trabalhar no foco para não ensejar ilegalidades, mais tarde, judicialmente. Então veja, essa coisa cresceu dentro de mim. Já no relatório da CPI do Narcotráfico fiz algumas denúncias sobre isso. Nos últimos quatro anos comecei a debater a questão da pedofilia no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Senador, só um segundo, o nosso Presidente, Vereador Antonio Carlos Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, também do vosso partido.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Tem a palavra, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** - Eu comecei então, só para que os senhores tenham ideia, uma CPI, para as pessoas que não convivem com o formato, não conhecem o formato, você precisa ter um fato determinado, só que narcotráfico e pedofilia você não precisa ter um caso específico, ela existe por si só. Narcotráfico é narcotráfico, uso e abuso é uso e abuso, abuso de criança é abuso de criança. Eu não preciso ter um caso para poder abrir uma CPI de abuso de criança. Existe sozinho, está lá. Então veja, eu comecei a falar sobre esses assuntos nos últimos quatro anos, quem vê TV Senado sempre me vê ou falando de recuperação de drogados, ou me vê falando do enfrentamento a crime organizado, ou me vê falando de violência, de enfrentamento à violência, de enfrentamento ao tráfico, me vê falando dos códigos brasileiros, velhos, de 1940, que precisam de mudança urgente, o Código Penal, Código de Processo Penal brasileiro, que tem muito mais favorecimento para o bandido do que para a sociedade como um todo. A minha discussão está sempre focada aqui -, tenho mais de 25 anos da minha vida que tiro drogados na rua e eu sou ex-drogado. Jesus me libertou quando eu tinha 17 anos, comecei a usar drogas com 13 anos de idade, eu vinha falando para o Vereador Quito aqui que, até 1992, eu era um imortal: não tinha onde cair morto. Eu dormia na Rodoviária de São Paulo, em 92, dormia na Rodoviária de São Paulo viajando, com minhas caixas de LP e meu violão, violão tonante, descolando o fundo, ainda. Eu ficava para cima e para baixo para buscar recursos, vendendo os LPs para recuperar os meus drogados que eu deixava em casa, com minha esposa tomando conta. Então, eu tenho quase 30 anos da minha vida tirando gente, eu acredito em recuperação de gente, acredito em investimento em gente, sempre acreditei. Então, a minha militância foi aqui. Quando eu fui para a CPI do Narcotráfico eu conheci o outro lado do balcão, porque a CPI do Narcotráfico mapeou e descobriu o Estado bandido dentro do Estado de Direito; um Estado criminoso dentro do Estado de Direito; e o Estado bandido o Estado criminoso, opera, exatamente, nas vísceras do Estado de Direito. É por dentro, é como a corrupção, opera por dentro do Estado de Direito. A CPI do Narcotráfico revelou isso para o Brasil, revelou isso para o Brasil. As nossas oitavas, feitas em São Paulo: lembro-me que estivemos em Campinas e que foram cinco dias de muita tensão. Quando estivemos aqui na Capital, duas vezes na Assembléia Legislativa, de muita tensão, como foi no Brasil inteiro. Porque ex-Deputado Federal Ildebrando Pascoal, ex-coronel que serrava gente no Acre, está preso, com mais de 170 anos para cumprir; os 134 que nós prendemos no Acre estão presos até hoje. Dele, a Fernandinho Beira-Mar, que foi investigado por nós, pela CPI e eu fui à Colômbia buscá-lo, junto com o Márcia Velasco. Fui buscá-lo primeiro no Paraguai, com mandado de prisão da *Interpol*. Ele estava na fazenda dos Moréus, que são brasileiros, têm fazenda de plantação de maconha no Paraguai, são brasileiros criminosos. Depois, Fernandinho matou o velho Moréu que guardou ele na fazenda e, ao chegar ao Paraguai, ele fugiu para a Colômbia, e na Colômbia ficou com as FARC pagando aluguel de 10 milhões de dólares, por mês, até ser recambiado para o Brasil. Dele ao Deputado Caícas, José Geraldo, ao crime organizado no meu Estado, nós fizemos um mapeamento e eu conheci o outro lado do balcão. A partir daí, com a denúncia de abuso de criança, nesse tipo de discurso eu não era nem apartado pelos senadores. E me intrigava porque, todas as vezes que vou à tribuna tenho a graça de ser apartado, por conta dos assuntos que trazemos. E ninguém me apartava. Mas não me intrigava porque eu sabia que, a partir daquele momento, me tornei uma delegacia do Brasil. Eu comecei a receber cartas, e-mail e receber telefonema do País inteiro. Mas carta tipo assim, uma senhora, de 90 anos, me escreve uma carta lá em Cruzeiro do Sul, no Acre: "Meu filho, vejo você na parabólica, aqui na minha rua tem um homem que mora em frente a minha casa que ele pega os meninos pequenos, inclusive neto meu, e leva para a casa dele e faz ousadia e dá doces para os meninos. Meu filho vem aqui." E como eu vou? Recebi carta do Brasil todo. Com o advento da tecnologia, o crescimento da tecnologia, com o advento dos telefones celulares e as suas câmeras e máquinas fotográficas no telefone celular, essa tecnologia que hoje, graças a Deus existe, as máquinas digitais - que acabou com a vida de muito fotógrafo no Brasil, não é? por aí, de lambe-lambe -, fez um bem e fez um mal. Mas o abusador, o pedófilo ele tem duas taras: uma é a sua lascívia, uma é a sua angústia para saciar o seu desejo sexual, e a segunda tara é o exibicionismo. Eles são exibicionistas, eles fotografam e se identificam, se conhecem e se falam. Eles se falam. Como alguém que coleciona selo, troca selo, alguém que troca figurinha, troca figurinha, eles trocam imagens. Eles trocam figuras, eles trocam fotos, eles têm aquilo para ver, saciar a sua lascívia todas as vezes que olham e têm para trocar também. Têm para trocar. Ainda nas máquinas de 12 poses, 36 poses têm pedófilos presos de 70-80 anos de idade que, normalmente, na busca e apreensão se acha muita foto ainda, fotografias, filmes a serem revelados. Em muita busca e apreensão mandei revelar filmes agora, filmes lá, dentro da gaveta, filmes de absurdos de avô abusando de neta, trocando a fralda e manipulando a criança com o dedo. Com o advento da tecnologia, a internet fez um mal desgraçado ao mundo, e ao Brasil fez um mal pior. A *Google*, que se julga a "oitava maravilha do mundo", entra nos países sem respeitar cultura, sem respeitar legislação, a pouca legislação ou quase nenhuma que os países têm, que nós temos pouca ou quase nenhuma, outros nada têm. Mas eles entram e falam assim: "Vocês se virem". Como "se virem"? "Vocês precisam da internet, é assim". Mas é preciso saber que é preciso respeitar um povo, a sua história, é preciso respeitar a sua cultura, a sua religiosidade, as suas manifestações. Aí a resposta é a seguinte: "Nosso servidor está na América, nós só cumprimos a lei da América". Quando pedi à CPI, fui ao Presidente da Casa, Presidente Garibaldi, falei: "Presidente, precisamos aprovar uma CPI para investigar a pedofilia no Brasil". - Quem vê a TV Senado, conheceu o Senador Garibaldi, é um nordestino do Rio Grande do Norte. - Ele disse: "Homem, esqueça isso, homem". Falei: "Como esquecer isso?" Ele disse: "Homem fui governador quatro vezes, é um negocinho aqui, outro ali, sempre um pai bêbado, desempregado". Porque todo crime dramático cai na conta dos pobres, a princípio, quando se revela, vai para a conta do pobre. "É um desempregado que abusou da enteada, homem, esqueça isso". Digo: "O senhor tem noção do que eu estou falando?", "Homem, eu tenho". "O senhor tem neto?", "Tenho". "O senhor não tem". "Tenho". "Então está bom, olhe o meu *lap top*". Eu havia recebido naquele dia uma imagem do Ministério Público de Minas, com um caso emblemático. Normalmente, quando um caso é emblemático ele para pela força do poder do dinheiro, ou das relações que o sujeito desfruta na sociedade. Quando o caso é grande e chega em "peixe grande", ele é abafado por outros meios. E nós sabemos, é a força do poder vigente na sociedade, de quanto o cara tem no banco, com o poder político que se dispõe no município, e aí o Ministério Público cheio de casos parados, travados, empoeirados, começaram a ver em mim essa delegacia e despejaram em cima de mim. Eu abri um caso que Dr. Casé tinha me mandado naquele dia de Minas Gerais, Divinópolis. Um homem de 70 anos tendo uma conjunção carnal com uma criança de quatro anos de idade. Quando ele viu aquilo disse: "Homem, apaga isso". Eu digo: "Não vou apagar, não. O senhor tem noção do

que é?"; "Não, eu não tinha, não. Homem ..."; "Tenho coisa pior do que isso, quer ver?". "Não, eu assino". Assinou. Fui nos 80 gabinetes e choquei todo mundo, e eles assinaram, eles assinaram. Pois bem, comecei a CPI e sei que vocês têm a lucidez de fazer uma CPI de fazer a mesma coisa, não se começa uma CPI sem buscar quem pode e quem conhece o assunto. Quando a CPI começou eu não sabia passar nem um e-mail, eu era analfabetíssimo nessa questão, crime cibernético? A palavra "cibernético" eu pensava que era um lanche, sei lá o que era isso, cibernético? Eu fui a Ellen Gracie e fui mostrar para ela, Presidente do Supremo, e fui pedir ajuda e ela disse: "Eu te dou." E me deu o assessor do Supremo. Eu fui ao STJ, depois eu fui ao Dr. Antonio Fernando, o Procurador Federal, chocado eu disse que preciso que o senhor me dê um assessor. O Procurador Federal me deu um assessor e eu fui ao Conamp - isso é muito importante, Presidente. Fui ao Conamp, ao Ministério Público, e pedi ajuda ao Conamp, eu conhecia promotores e promotoras - aliás o Rio era mais a contundente vara, a promotoria, de combate a esse tipo de crime. Fui atrás da Dra. Cláudia Condack, que havia me auxiliado quando, na confecção da lei do crime organizado, ela me indicou a Dra. Ana. Fui a Minas atrás de um procurador chamado André Ubaldino, sujeito valente, corajoso e conhecedor do assunto. E o Conamp me cedeu - quando vocês acharem que o meu tempo encerrou, podem tocar aí - o Conamp me deu esses nomes, nós oficiamos convidando, o Ministério Público deu gente de Minas, gente de São Paulo, gente do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul. O Ministério Público Federal me deu Dr. Suyama, aqui de São Paulo, que é um ícone no enfrentamento ao crime cibernético, foi o primeiro que travou a briga com a *Google*, e chamou para dentro a briga, junto com a Dra. Adriana. E uma repórter, Cristina, da Record, falou comigo: "Senador, existe uma ONG, chamada *SaferNet*, estou com os dados aqui, o nome do diretor é Dr. Tiago." Não sei se vocês vão convidar o Tiago para vir aqui? Devem convidá-lo. Eu estava viajando e falei: "Olha, eu estou indo para lá, se não te convidarem, vou sugerir para que te convidem, para que você possa explicar para eles essa coisa da questão do crime cibernético, como essa CPI pode ajudar São Paulo na questão do *ciber-café*, das *lan-houses*, que tem tudo a ver com código de postura do município." Pois bem, eu convidei o Dr. Tiago, quando eu formei esse corpo, estou falando para vocês que fazem a CPI, falei: agora eu começo a CPI, porque eu tinha estrutura de assessoria para poder começar o trabalho. Quando comecei o trabalho, ouvi o Suyama primeiro, comecei ouvindo os chamados crimes cibernéticos, porque nós havíamos saído de uma operação chamada Operação Carrossel, que o Brasil inteiro viu. Foram 200 buscas e apreensões, que aconteceram no Brasil, demandados por uma operação da Espanha. Essa Operação Carrossel fez uma prisão, porque tínhamos uma lei esdrúxula no Brasil, o sujeito que fez essa lei era um brincalhão. Dizia o seguinte: você pode ter qualquer desgraça quanto a criança no seu computador, se você for pego teclando você é criminoso. Se você não for pego teclando, você é gente boa. Nesses 200, um azarado foi pego teclando, esse foi preso. Os outros, busca e apreensão. Levaram os computadores dos pedófilos, perícia, anos, anos, anos. Porque tem poucos peritos. Embora no Brasil a Polícia Federal é a que mais avançou no mundo, tecnicamente, e também sugeriria que ouvissem o Dr. Sobral, Dr. Estênio, que são delegados da Polícia Federal de crimes cibernéticos e os peritos. É importante ouvir isso, porque estamos chegando num momento em que para socorrer rapidamente as nossas crianças, precisamos mudar um pouco a lógica dos conselhos tutelares. Os conselhos tutelares precisam ter especialista em depoimento sem dano, psicólogos, conhecimento de crime cibernético, minimamente ter conhecimento, porque a Polícia Federal avançou sem qualquer elemento de lei que pudesse dar respaldo para ela. Pois bem, comecei juntar as pedras e meu primeiro embate foi, exatamente, com o crime cibernético. Então, fiz um ofício convidando a *Google*, os senhores não sabem, mas a CPI do Congresso Nacional tem poder de polícia e poder de justiça. Na minha condição de Presidente de CPI sou juiz e sou polícia. Convidei a *Google*, porque você só convoca o cara que está denunciado, só convoca o cara que tem denúncia contra ele, tem acusação contra ele, que tem minimamente indício contra ele. Esse cara é convocado e tem que vir, se não vier, virá coercitivamente, debaixo de vara, porque ele tem que vir. Mas as outras pessoas são convidadas, todo mundo é convidado, você não pode convocar quem você não está investigando. Eu convidei a *Google*, fiz o convite para que eles pudessem falar da situação da *Google*, no Brasil, porque, minimamente, temos um Código Civil que diz que toda e qualquer empresa multinacional que põe os pés no Brasil ela se torna empresa nacional. Existe, então, o Código do Consumidor, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente que, minimamente, temos pouca lei? Tem. Não temos lei para crime cibernético? Não, mas, minimamente, o que tem o cara tem que cumprir, tem que obedecer se é empresa nacional. Ai o juiz dá uma ordem e não cumpre. Ministério Público pede uma quebra e não cumprimos. Por que não cumprimos? Só cumparam nos Estados Unidos e não no Brasil? "Aqui no Brasil não cumparamos lei, de jeito nenhum". Como? Enquanto isso uma banca de advogados importantes de São Paulo recebia o dinheiro deles para orientá-los a não cumprir a lei no Brasil, o que é lamentável! E desrespeitava juiz, Ministério Público, todo mundo. Esse japonezinho, o Suyama, que é um siri na lata, partiu para cima deles o tempo todo. E eu levei o Suyama para lá, ouvi o Suyama e ouvi o Dr. Tiago que me trouxe um dossiê que eu fiquei estarelecido. Eram cinco mil perfis, cinco mil álbuns comprovados de pedofilia. E começo a me perguntar, o Orkut que parece que foi criado para o Brasil porque os Estados Unidos não consomem Orkut, consomem *My Space*, *Face Book* e *Bibblo*. Embora tenha sido gerado lá, e brasileiro é tão danado que eles construíram o Orkut e convidaram 400 pessoas para testar. E deram convites para brasileiros que trabalham no *Google*, e os brasileiros convidaram outros brasileiros. Eles assimilaram aquele negócio tão rápido porque quem botava dez pessoas para dentro ganhava mais convites. E eles foram ganhando e botando brasileiro para dentro e eles aprenderam rapidinho. E o Brasil tem quase 29 milhões de usuários no Orkut, a Índia, o segundo país, tem 25 milhões. E o Orkut não foi criado para o mal, foi criado para o bem. É um aparelho de relacionamento onde elas se encontram, onde elas se revelam, mandam mensagens de amor, mandam fotos e sei lá o quê! Eu acho absolutamente perigoso. Não, não foi criado por mal, mas os bandidos descobriram ali e acreditando em duas coisas, primeiro, na impunidade, porque nós não temos legislação para puni-los e, segundo, na inviolabilidade da Internet porque o sujeito que minimamente conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente sabia que os artigos 240 e 241 punem minimamente. Todo pedófilo preso vai embora por bom comportamento, porque não tem criança perto dele e ele tem bom comportamento. E também ele sabe que onde ele está é o único lugar do mundo que tem lei para ele. Então, ele se comporta bem. Ele vai embora por bom comportamento, mas acreditando na inviolabilidade da Internet, acreditando na falta de legislação para punir, eles invadiram. Era normal! Você tinha e tem o Orkut que é perigosíssimo, qualquer um podia entrar, e hoje não. Depois do Termo de Ajuste de Conduta, só entra no seu Orkut quem você permite porque já é uma ferramenta que a *Google* desenvolveu após a assinatura do termo de conduta, já com o Brasil, com a CPI. Então, o sujeito entrava no seu Orkut. Então, ele descobriu que era tão bom e fez um álbum fechado. Só entra quem você quer. Ai sim eles navegaram com os pés nas costas. Foram cinco mil perfis a denúncia, e o *Google* me respondeu, para desmoralizar o Ministério Público e a Justiça, e alegrar o meu coração, eles me mandaram a resposta assim: Prezados Senador. Estamos orgulhosos dessa CPI. O Brasil estava precisando. Vamos cooperar. Somos parte disso. Parabéns. Merece o nosso aplauso. Você é isso, você é aquilo, tal, tal, tal, tal. Cheguei para o japonês e falei: Suyama, você fala mal dos caras! Ele falou: "Não acredito em uma palavra aí". Falei: Tiago, olha! "Não vai cumprir nada!" Chegou o pessoal da Polícia Federal, Sobral: "Esquece!" Como é que esquece, aqui é a palavra do cara! Está assinado! Esquece! Era quinta-feira a audiência, na quarta às quatro da tarde chegou um ofício: cumprimento essa nobre e esse nobre Presidente da CPI, CPI maravilhosa, bonita, cheia de luzes e tal, enfeitadíssima, estamos felizes, mas comunicamos que não podemos comparecer porque temos uma audiência nos Estados Unidos, vamos ter que viajar para lá, não sei o que, coisa e tal. Eu falei, é mesmo Suyama,

os caras não vem não. Eu fiquei arrasado, falei: amanhã eles me pagam! Marquei para as nove horas manhã, Presidente, e às nove horas da manhã e não convidei mais, não fui educado com eles. Eu convoquei, e convoquei e determinei a vinda coercitivamente, debaixo de vara. Entreguei à Polícia Federal, pode buscar eles. Dei uma coletiva e duas horas depois recebi um telefonema. "Magno?" Disse: opa! "Aqui quem fala é Márcio Tomas Bastos". Falei: meu ministro, aonde anda? "Rapaz, é o seguinte, você convocou os caras da Google, não foi?" Falei: foi! Ele disse: "Bicho, eu saí agora do escritório deles, fui contratado, me dê cinco dias para eu resolver esse negócio". Falei: pôxa, eu dou oito, falei pra ele. Dou oito, e sabem por quê? Porque eu sei que você é ex-ministro e não vai ensinar os caras a jogar contra o Brasil, contra as crianças. Você é pai, é avô, você sabe de tudo! Você é o maior advogado deste país. Eu vou à tribuna. Ele disse: "Não!" Digo, eu vou, vou dizer que eles contrataram você e que agora vão resolver... Eu fui à tribuna do Senado. Disse: "Não vai!" Eu digo: vou! Vou falar para o Brasil agora, Dr. Márcio Tomas Bastos foi contratado pela Google e agora vamos resolver porque um Ministro da Justiça não vai ensinar uma multinacional a jogar contra o país dele. Depois ele me falou: "Rapaz, ouvi o seu discurso. Por que você fez esse discurso?" Eu digo: rapaz, é para o Brasil ficar feliz igual eu. Eu estou feliz, eu tenho certeza que você vai trazer os caras. Ele então, com sete dias, ele me ligou e disse: "É amanhã!" Eu digo: é amanhã, vou marcar! Trouxe o Dr. Alexandre Hohagen, Presidente da Google, para cá, e o Dr. Alexandre, Presidente da Google, chegou, tadinho, meio desfigurado em meu gabinete. Eu disse: pode ficar tranquilo que o senhor não vai ser molestado aqui, o que nós queremos é a Google como parceira, é uma empresa que ganha dinheiro no Brasil, e nós queremos que ganhem dinheiro mesmo aqui, que gerem emprego. Nós estamos casados com a Google, doutor, estamos amasiados com ela, ninguém separa mais. Quem é que vive sem a Google, meu irmão? Você vai ao interior, o prefeito fala: "Não, porque eu tenho um projeto aí para fazer uma ponte..." E você vê um negócio escrito "Google" em cima. Entra na Google, digita aqueles mapas e vem o mapa. O projeto está pronto. Quer dizer, ninguém vai viver sem isso, e a tecnologia vai avançar e vai ficar pior para nós, ou melhor, sei lá! Deus ajude que melhor! Aí eu falei: o senhor fique tranquilo. O senhor vai ser muito bem tratado. O que nós queremos é o senhor junto no combate a esse crime desgraçado, junto com a sociedade, cumprindo um papel social aqui no Brasil. Olha como o Brasil é bom para a Google? É o maior consumidor de Orkut do mundo. Fomos então para a audiência. Ele leu, eu fiz um pouco de maldade porque eu botei ele de frente para o Suyama e para o Tiago da SaferNet e fiz uma acareação. O ministério Público Federal tinha todos os documentos e para minha surpresa, no final, ele encerra dizendo que a Google estava disposta a assinar o Termo de Ajuste de Conduta. Que coisa maravilhosa! Mas aí quando ele terminou, eu dei a surpresa, dei. Eu quebrei, naquele dia, 3.664 álbuns de pedofilia. Nesses álbuns achamos 2.260 pedófilos. Quando a Google me entregou, 16 dias depois, a quebra do sigilo em disco rígido, que eu pedi em seguida para transformar em CD... Eu quero dizer uma coisa a vocês, temos uma sala no Senado onde foi preparado um aparato de tecnologia, com os programas mais avançados do mundo, para que pudéssemos abrir. É uma mesa redonda e cada um tem um laptop, com a cabeça de um servidor. Quando, naquela hora, eu entrei na sala e disse, vamos começar a abrir hoje, e eu pedi às pessoas a liberdade para fazer uma oração, e eu fiz. E nós começamos a abrir. Quero dizer aos senhores que de tudo que a minha imaginação já me levou, de tudo que eu já vi, de tudo que eu já pensei, porque esse "HDzão" que temos aqui só tem um registro, um, não tem dois, você entra com Pedofilia, abuso de criança, a nossa mente traz uma imagem para nós: um homem adulto abusando de uma menina de 12, 13 anos. Ele nunca te dá um menino, a nossa imagem nunca vê um menino, uma criança no berço, a nossa imagem nunca vê uma criança de tenra idade, de cinco, seis anos, uma criança de um ano de idade. Pois bem, quando começamos a abrir, é a própria degradação da humanidade. É a própria lama da humanidade. Eu vi as três promotoras que são mães, começaram a vomitar em cima do laptop delas. Saíram da sala, e uma que tem duas filhas pequenas, essa começou a vomitar biles, ela vomitava verde. Começamos a ver imagem de pediatra abusando de criança, com 20 dias de nascido. Eu tenho uma imagem que me chocou que foi a primeira que eu olhei: um pai, com um bebê. Ele tira a fralda do menininho, criança de um ano e pouco, e ele começa a estuprar a criança com o cabo de um martelo. A mãe estuprando o ânus da criança com o outro dedo, e ele se masturbando com a outra mão. (Pausa) Sabem quanto vale uma imagem dessa? Seis mil dólares! Sabem quanto vale uma foto? Eu podia botar aqui, eu vou botar daqui a pouco. Uma foto do Dr. Jacob. Quem é Dr. Jacob? É um desgraçado! Quem é esse desgraçado? Diretor do Banco Central, formado em Harvard, não é bêbado, não é desdentado, não mora em favela, nunca pisou no chão. Anda de carro importado, um dos pais do Plano Real. Serviu aos governos Itamar e Fernando Henrique, serviu ao Governo Lula, e foi pego no gabinete do Senador Mercadante com um assessor econômico da Comissão de Direitos Econômicos, quando ele foi identificado, chegaram ao gabinete, o Senador chamou ele, naquele dia Aloysio Mercadante o demite, num gesto de coragem, manda ele de volta ao Banco Central, ele vai para o Banco Central, vai para a perícia. E o que nós encontramos no computador do Dr. Jacob que está com mandado de prisão e fugido para Portugal, esse desgraçado? Mas vai vim pra cá, ele vai vim pra cá para pagar aqui o que ele fez com as crianças, aqui. Criança? O doutor só abusa de criança no berço, com a mamadeira na mão. Esse doutor formado em Harvard pode até ser doente, mas é 5% de doença somado a 95% de safadeza, de canalhice, de indignidade! De quem invade as emoções, o moral, o emocional de uma criança e da sua família porque eles são sorrateiros! O pedófilo é uma sombra, é pessoa acima de qualquer suspeita, qualquer um põe a mão no fogo por ele. O pedófilo é um sujeito que qualquer defende ele, é por isso que se surpreende. Quem imagina que o pastor é pedófilo? Estou cheio de imagem de pastor pedófilo, abusando de criança. Naquele dia, na Assembleia Legislativa, quando preendi o Pai de Santo, preendi um adorador, um tecladista de igreja. Depois recebo um telefone do PG desesperado, que o cara era tecladista dele! Abusando das duas sobrinhas, uma de cinco anos e outra de sete anos! Absolutamente lamentável: tenho imagem de padre, de padre abusando! Tem imagem de empresário, de rico, de pobre. A pedofilia no Brasil veste estola, veste toga, juizes! Pedofilia no Brasil veste uniforme, tem patente, tem divisa! Pedofilia no Brasil tem anel no dedo, tem dente de porcelana, e tem banguela também. Mora em cobertura, está em colunas sociais, vocês vão ver. Entre os dias 18 e 20, este país não mais será o mesmo! Este País nunca mais será o mesmo por iniciativas como essa. Acho que a primeira comunicação que eu recebi de CPI de Câmara Municipal foi esta. Mas Cuiabá já criou, Espírito Santo criou, o Rio criou, e recebo todo dia câmara municipal do Brasil inteiro criando CPI. O Brasil não será mais o mesmo por conta de posições que já foram tomadas e porque eu acho que o grande momento, o mais importante da nação brasileira e acho que se esta CPI tem uma virtude, se ninguém quiser dar mais que dê uma, foi a capacidade de ter acordado o País. O País acordou, a nação acordou! Ninguém quer conviver com predador, ninguém quer conviver com abusador de criança, ninguém quer conviver com pedófilo. As pessoas ganharam a capacidade da coragem. Os pedófilos não apareceram agora. Esse monte de caso na televisão e nos jornais, não! Eles já existiam. A ocasião não faz o ladrão, revela! Eles estão sendo revelados. Quando você pega um pedófilo com uma criança, tem um rastro atrás dele. Na investigação você vai encontrar cinco, dez, quinze crianças abusadas. Eles são compulsivos! A partir daquelas quebras, eu vou ao Marajó acudir os bispos ameaçados de morte por denúncia de pedofilia, em uma parte tão importante do Brasil, que não tem cobertura do SIVAM, onde as nossas crianças são colocadas nos barcos em pequenas embarcações, são levadas para serem abusadas pelos turistas, e descem com um quilo de arroz, com uma lata de óleo. Dizem pra mim que os pais dão as crianças ao abuso, mas é por falta de inclusão social, é porque são muito pobres. Por que não dá o dele? Por que tem que ser o da criança? Por que ele não manda a mãe da criança subir na embarcação? Por que tem que ser a criança? Dá a tua mulher, safado! Não justifica porque são pobres e como? Depois eu me pergunto: como é

que o cara passa fome na beira do rio, com tanto peixe, com tanta coisa? Só preguiçoso! Pode não ter o conforto da grande cidade, mas fome não tem que passar. E dizer que a criança subiu lá por causa de cinco quilos de arroz porque o pai está dormindo na rede e a criança vai para o abuso. E eu fico pensando numa série de coisas, de legislações, porque embarcação nos rios no Pará é como linha de ônibus. Você tem a linha de ônibus no asfalto. Lá não tem asfalto, é água. É preciso criar, estabelecer normas pela lei, instrumentos e que o abrigue, por exemplo, que essas embarcações, e é uma proposta nossa, sejam monitoradas com câmeras e essas câmeras estejam acopladas ao Batalhão de Polícia Militar no Belém ou nas cidades mais próximas. Que as embarcações viajem monitoradas e que, assim como tem um policial que tira serviço na porta do estádio, tem outro policial que tira serviço na praça, tem outro que tira plantão dentro da delegacia, que haja policiamento destacado dentro das embarcações que fazem as águas do Amazonas. Não há que se tolerar sem tomar qualquer tipo de iniciativa. Os bichos estão ameaçados de morte? Quem é que abusa das crianças? É quem veste uniforme, sim. É quem tem mandato. Quem tem mandato? Pedofilia no Brasil tem mandato? Tem. Pedofilia no Brasil tem empresa, pedofilia no Brasil tem anel no dedo. Sim, pedofilia no Brasil reza missa e dirige culto e anda de gravata. Pois bem, estamos a cruzar o Brasil de ponta a ponta. E os casos começaram a se revelar e com a ajuda dos Ministérios Públicos e monitorada por eles, os casos nos Ministérios Públicos começaram a andar. Os delegados, o Ministério Público, a imprensa e a Justiça como um todo começaram a tratar desses casos com sentimento paterno, sentimento materno, sentimento de quem ama a família, de quem ama a criança e essa é a grande virtude da sociedade. Essa é a grande virtude da sociedade. Nós presenciamos o caso de Roraima. Em seguida eu vou a Roraima, quem foi pego em Roraima? O Procurador, o homem mais forte do Estado, mais forte do que o Governador, porque era um homem de conhecimento jurídico invejável. Esse desgraçado – tem uma mulher que mandou um e-mail para mim: eu não gosto de ouvir o senhor falar, o senhor xinga os pedófilos de desgraçados – porque eu não acho outra palavra que eu possa falar em público. Cheio de anel no dedo. Ele ia para o motel três vezes por dia, três por dia, com crianças de quatro, cinco anos de idade. Vocês viram as imagens da Polícia Federal? E essas imagens da Polícia Federal são públicas, requeiram por ofício que eu dou essas imagens para essa CPI, porque muito mais do que reunião pública, muito mais do que audiência pública – audiência pública eu estou cansado de ir, audiência pública eu estou cansado de ver, encontros pela paz eu estou cansado de ir, as pessoas entram de um jeito e saem do mesmo jeito. Se não forem chocadas, não muda nada.

**O SR. QUITO FORMIGA** - Eu queria, é que eu não posso me conter diante de tanta coisa que nós estamos ouvindo aqui, de parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua coragem de defender uma causa que eu, pessoalmente, acredito que é o maior crime hediondo da humanidade. E é inconcebível que um pedófilo seja tratado como doente. Não é no Brasil, não. É em qualquer lugar. Pedófilo é criminoso e tem de ir para a cadeia.

**O SR. MAGNO MALTA** - Uma informação para o senhor. O Brasil já tem mais pedófilo do que o usuário de drogas. Já tem mais gente usando criança no Brasil do que usando droga. Então, que desgaste de tanto doente é esse?

**O SR. QUITO FORMIGA** - Eu não consigo imaginar um pedófilo recebendo um tratamento. Ele tinha de receber outro tipo de tratamento pelo crime que ele comete. Eu não consigo, eu trabalho com crianças há mais de 30 anos, são 12 creches, 3.000 crianças que nós mantemos. E eu quero parabenizá-lo pela sua coragem, pelo seu trabalho, por essa CPI, por tudo o que o senhor tem levantado. V.Exa. tem levantado dados para comprovar, para mostrar que esse é o maior crime que se pode cometer em qualquer lugar do mundo. Meus parabéns.

**O SR. MAGNO MALTA** - Eu agradeço, eu queria dizer...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Só apenas para fazer uma observação, não tomando a palavra de V.Exa., é claro, mas o que acontece é o seguinte: primeiro cumprimentá-lo pelo depoimento, dizer da alegria que essa CPI tem em recebê-lo aqui. Cumprimentá-lo pelo grande trabalho que vem realizando no Senado com a CPI nacional e pelos avanços conquistados particularmente na questão de enfrentamento das redes de pedófilos na Internet. Registrar aqui a alegria de reencontrá-lo, estivemos juntos recentemente no Rio de Janeiro, no Congresso Mundial de Combate ao Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança, mais uma vez registrar a importância do trabalho. Mas apenas aqui fazer o registro de que como sou líder do PSDB nessa Casa e o único membro do PSDB da Comissão de Saúde, ocorre concomitantemente com a nossa CPI, uma reunião da Comissão de Saúde, que nesse momento, debate o orçamento. Eu fui à abertura, enquanto esta reunião estava atrasada, estive na abertura da reunião extraordinária da Comissão de Saúde e estarei, assim como justifiquei lá, justifico aqui, estarei indo e vindo entre lá e aqui, porque hoje eu estou feito, dizia o nosso Presidente, Marcelo Aguiar, dizia que hoje estou feito equilibrista de pratos. Eu tenho dois pratos, mas tenho só uma varinha para sustentá-los. Então, apenas registrar a importância da sua vinda a essa Comissão nessa manhã e dizer da alegria dos membros todos dessa CPI. E, claro, suas informações, ressaltar a importância das suas informações para o estabelecimento do relatório final desta CPI que, temos certeza que é uma CPI que, por ter a preocupação de reestruturação das políticas públicas no Município de São Paulo, contam com sua ajuda, com seu trabalho e com suas informações para que o relatório final seja um relatório positivo, contundente, transformador e reformulador de políticas públicas.

**O SR. MAGNO MALTA** - Eu agradeço a deferência e a referência. Vá lá e volte para a gente continuar a conversa. E eu quero convidar, nós vamos ter umas oitavas em Manaus, uma rede cabeluda, de gente muito boa que sai em coluna social. Eu quero convidá-los a nos acompanhar nessa oitava em Manaus, a CPI. Quero convidá-los no debate à legislação que nós estamos fazendo. E eu quero falar da legislação e o que nós avançamos. O Brasil precisava de uma lei chamada Criminalização de Posses que 27 países do mundo têm e nós não tínhamos. E quando a CPI começou, eu fiz um compromisso de que nós não a encerraríamos sem que tivesse uma legislação entregue à sociedade. Com cinco meses, nós aprovamos e o Presidente Lula sancionou. Eu fui ao Gabinete para conversar com o Presidente Lula. Ele falou assim: Magno, será que tem isso tudo? Falei: Presidente, estou lhe falando. Mas isso é "brabo" assim mesmo? Vou lhe mostrar uma imagem. E mostrei a ele uma imagem do tenente que suicidou-se aqui em São Paulo. Deu um tiro na cabeça, já foi tarde. Só uma imagem daquele homem de bem, respeitado no seu condomínio, que foi o primeiro que apareceu no caso da Isabela. Foi o primeiro que apareceu para ver, fazer a varredura. Eu sei bem o que ele foi olhar. Ele deu um tiro na cabeça e eu mostrei a imagem dele para o Presidente Lula. Uma criança de dois anos, uma menininha desse tamanhozinho, as perninhas dessa grossura. Foi brincar na casa dele. Esse peste botou essa menina em cima da cama. Tirou a blusa da criança, pôs a mão em cima, apertou a criança contra a cama, ajoelhou do lado da criança, se masturbou e ejaculou na boca da criança. E o áudio é horrível, porque uma criança de dois anos chamando ele de tio, falava: tio, é ruim, é ruim, é ruim, tio, é ruim, está sujo, está sujo e eu vi o Presidente Lula virar um bicho e começou a andar dentro do Gabinete suar o pescoço, tirar o paletó e bater na janela e olhar para mim e dizer assim: o povo vai pedir pena de morte? Eu digo, o povo vai pedir pena de morte, vai matar na rua. Aí, tem muita gente que fala: esses caras estão incitando a violência, só quem deu a vida pode tirar, ninguém está incitando a violência, não. O problema é que a sociedade acordou e a sociedade não quer conviver com esse tipo de gente que molesta criança. E duro é você ainda ouvir certas coisas, você está tomando a luta da família, tomando a luta da criança. O sujeito molesta a criança. Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma lei. "Qual é a lei?" Nós precisamos a lei de criminalizar a posse, que foi assinado no Rio de Janeiro, nesse Congresso, o Presidente Lula sancionou a lei que foi um avanço para o Brasil. O mundo voltou os olhos para o Brasil por causa de dois fatos: primeiro, nós quebramos o sigilo da Google. O Reino Unido tem uma briga com a Google de seis anos;

a Espanha, de seis anos. Quando nós quebramos o sigilo da Google no Brasil, saiu uma manchete no *El País*, da Espanha, dizendo: Senado do Brasil põe Google no banco dos réus. Pois bem, quando assinou o termo de ajuste e conduta, o Dr. Alexandre Hohagen aqui do Brasil, que era Presidente da Google, ele foi promovido. Ele agora é o Presidente da América Latina, porque fez o termo de ajuste e conduta aqui, aprendeu e vai ter de fazer com a América Latina toda. E a Google agora é obrigada a fazer com o mundo inteiro, menos com os Estados Unidos porque lá tem uma ONG, mas está ligada ao Governo, que trata de toda essa questão de criança, tanto criança desaparecida como criança molestada, criança sequestrada, tudo é com a ONG. Quem milita nessa questão de criança, sabe do que eu estou falando. Mas é uma ONG que recebe 50 milhões por ano do Governo americano. Basicamente, é o que a Safernet faz no Brasil, só que a Safernet não tem esse dinheiro, a Safernet não tem essa ligação com o Governo, mas é uma ONG absolutamente importante. Então, o que acontece? O Presidente Lula sancionou a lei. Ao sancionar a lei foi possível, a partir daí, as quebras dos sigilos do Orkut. As pessoas falam assim: por que é que quebrou o sigilo do Orkut e nós não vimos nada dessa quebra do sigilo? Não tinha que ver, porque não tinha lei. Nós íamos fazer "um mico". Quando nós quebramos o sigilo do Orkut, eu peguei todos os pedófilos do mundo e entreguei a seus respectivos pela *Interpol*. As operações que vocês viram a televisão falar: "País tal fez uma operação tal", os dados saíram daqui. No Congresso do IGF, ocorrido em Hyderabad, das cinco páginas de avaliação do Congresso, feita pela ONU, - das cinco -, três tratam da CPI do Brasil. Quando eu fiz essa fala lá e que entreguei os pedófilos da Índia, um país com "n" religiões e com "n" seitas - e que vive a sua dificuldade exatamente por causa do abuso de crianças -, que não tinha esses pedófilos na mão e que nós os entregamos, aí falaram: "Mas essas operações... Nós precisamos de uma lei". Não dava para "pagar o mico" de fazer agora busca e apreensão de computador do sujeito que passa a noite distribuindo pornografia desta maneira: ele entra numa sala de bate-papo ou entra no Orkut e trava uma amizade com uma criança de oito anos de idade e se mostra com oito anos ou com sete ou com nove, faz uma amizade de 30 dias, de 60 dias; tornam-se íntimos, duas meninas falando, uma íntima da outra. E a outra de lá pergunta: "Você já tem pelinho?" A outra responde: "Tenho. E você?" "Eu já tenho peito, quer ver?" "Eu já menstruei". E aí, vai: "Abra a sua Web, que eu vou abrir a minha". Aí ela abre. Daí a outra fica lá carregando, carregando... A da criança de verdade abre. "Deixa eu ver seus pelinhos". A criança mostra. "Ah, eu vou consentar a minha. Não está abrindo, não". Quando ele grava aquelas primeiras imagens, ele se identifica para a criança: "Eu sou adulto; eu filmei você. Eu sei onde você mora; eu sei quem é seu pai; eu vou matar seu pai e vou matar sua mãe. Eu sou bandido". E à criança, agora, debaixo do império do medo, ele diz: "Quando seus pais forem dormir, de madrugada, você venha, ou, então, eu chego aí. Ligue o computador e entre. E faça o que eu mando". E eles começam a coletar imagens: "Ponha a mão aqui, põe o dedo aqui, põe cenoura aqui, põe banana aqui. Faz desse jeito, faz desse jeito". A criança dá as imagens. A imagem vale seis mil dólares. Prestem atenção no que eu vou falar agora: o movimento da pedofilia no mundo são 105 bilhões de dólares por ano - o dobro do narcotráfico. E tem um dado sobre o Orkut que eu quero dar: tem crianças que não são a imagem; eles travam uma amizade e mexe com a libido da criança. Quando mexe com a libido, que aflora a sexualidade de uma criança de cinco, sete, oito, dez anos de idade - um menino, uma menina -, e que ele percebe que o menino está "taradinho" e que a menina está "taradinha", ele leva para o MSN. Aliás, na próxima semana, a Microsoft vai assinar um termo conosco, de cooperação, embora a Microsoft, diferente da Google, tem sido solícita toda vez que a Justiça brasileira tem chamado. Mas ela precisa assinar, como a UOL vai assinar, como a IG vai assinar, como o Terra vai assinar, como todos vão assinar, mas, a Microsoft tem sido muito solícita. Eu, por conta dessa quebra - e quero dizer hoje que a Google virou parceira do Brasil com o Termo de Ajuste de Conduta - eu quero fazer justiça a partir de agora. A Google começou, com o Termo de Ajuste de Conduta, a atender, virou parceira da sociedade brasileira. Sugiro também que vocês convidem alguém como convidado da Google - lá tem os advogados muito preparados que têm acompanhado conosco - para conhecer essa mecânica toda que eles têm. Até conhecer o escritório deles aqui em São Paulo, é absolutamente importante conhecer como essa coisa se dá. E eles estão absolutamente disponíveis até para falar do Termo de Ajuste de Conduta. Porque uma coisa é nós falarmos sobre o Termo de Ajuste de Conduta, outra coisa é a Google falar de um Termo que ela assinou, por compreender, naquele momento, que era o momento de assinar e era o melhor para ela e para o País. Então, ao assinar esse termo, ela mudou o comportamento, como é o termo que todos vão assinar. Quando nós votamos essa lei, quando nós assinamos, o Presidente Lula sancionou a Lei, o mundo se voltou para o Brasil. Falei no Congresso da ONU, em Genebra, e fui chamado para falar sobre essa quebra de sigilo e sobre o Termo de Ajuste de Conduta. A partir de minha fala, em Genebra, o Congresso se deu, a partir da posição do Brasil. No IGF, em Hyderabad, o Congresso se deu a partir da experiência do Brasil e no painel estava sentado em Hyderabad - Dr. Suyama, Dra. Adriana, Dr. Tiago, da Safernet, a Dra. Ana, do Rio de Janeiro, e eu - para discutirmos essa questão com o mundo inteiro. Na segunda, à tarde, falei para os parlamentares do Parlamento europeu: Há um desespero no mundo. E o mundo acordou nesse momento - e parece que de uma só vez - porque entendeu. Penso, até, que é o mesmo decreto que Herodes fez na época de Jesus para matá-lo. Um decreto para destruir as crianças novas e que foi reeditado no inferno contra as crianças. Todo dia tem coisa contra a criança. Todo dia tem coisa contra a criança. A partir daí, entendíamos que tinha de mudar o Código Penal Brasileiro, e encerro minha fala aqui. O Código Penal Brasileiro não traz o tipo penal. E já votamos na CPI, e já está no Plenário do Senado, para ser aprovado - e será aprovado - o tipo penal que discutimos com o Ministério da Justiça do Brasil, com o Governo e com a Câmara. O tipo penal versa sobre penas de 16 a 30 anos, essas penas acumuladas, dependendo do crime. Veja bem, o sujeito que teve abuso de uma criança de zero a 14 anos de idade. Esse sujeito foi pego na *internet* e, hoje a posse está criminalizada em oito anos. Ele tem oito ali. Se a criança abusada for do relacionamento, ou parente, ou se o sujeito for servidor público, agrava-se em 1/3 a pena dele. Somada ao abuso, e se a criança é levada a óbito - como aconteceu com o Kayko agora, em Cuiabá, e estou indo para Cuiabá para um ato, às onze horas da manhã - o sujeito abusou de uma criança de oito anos, estuprou, matou e foi preso. O juiz entendeu que ele tinha bom comportamento, não observou progressão de regime e colocou-o na rua. Esse sujeito pegou o Kayko, com nove anos, "estuprou", matou, e na hora que foi preso disse assim: "Quando sair, faço de novo", na sua compulsividade. Então, votamos o tipo penal: penas de 16 a 30 anos e essas penas podem ser cumulativas, juntando os tipos de crime. Dentro dessa mesma lei, votamos um outro tipo penal: criminalizamos o bulinamento. O que é o bulinamento? O sujeito passou a mão, mexeu na criança, dois, três anos, colocou o dedo, mexeu, aflorou a criança, para a sua própria lascívia, para a sua própria realização sexual. Mexeu na criança. Abusou da criança. O advogado é muito esperto, não existe crime para isso: "Sr. Juiz, não houve conjunção carnal. Meu cliente só passou a mão". Pois é, passar a mão, agora, dá dez anos. Bulinar. Quem é que tem o direito de fazer aflorar a sexualidade de uma criança? Não por intenção de fazer o bem à criança, mas por sua própria lascívia, por sua própria tara. Há um tipo de pedófilo, na sociedade, que sabemos que abusa não por causa da tara e para saciar uma lascívia sexual. Mas ele abusa para devolver o sofrimento. O fato de ele ter sido abusado, na infância, fez dele um violento sexual, não pela lascívia, mas para devolver a dor, para devolver o sofrimento. Pois bem, na próxima quarta-feira, esperamos votar a modificação do 244, do ECA, que dá perdimento a bens móveis e imóveis, onde uma criança, de zero a catorze anos, for encontrada por abuso. Pode ser em um hotel de luxo, pode ser em um motel, pode ser em um posto de gasolina, pode ser em um táxi, pode ser no "caramba a quatro". Onde a criança for encontrada, então se dará o perdimento em favor de um fundo para crianças abusadas. Estamos tratando da legislação - e aqui, contrariando, um pouco, o nobre Vereador - para amparar esse pedófilo.

Quando você mete trinta anos nele e tem a lei do rastreamento – porque o rastreamento eletrônico já virou lei no Brasil, quer dizer, o Senado já votou nas duas instâncias e, agora, está na mão do Presidente Lula para ser sancionado, e será sancionado o rastreamento – esse rastreamento vai desobstruir as cadeias, não vai servir só para o pedófilo. Temos dois tipos de criminosos nas cadeias: o criminoso ocasional e o criminoso de mente criminosa. O nosso problema é que pegamos o criminoso ocasional e o colocamos junto aos criminosos de mente criminosa. O cara de mente criminosa recebe o indulto de Natal. Ele vai e não volta. Ele é pego, depois, em um sequestro, matando, roubando, porque ele não volta. E o sujeito, que não tem mente criminosa, que, por exemplo, cometeu um crime no trânsito, estava bêbado – idiotice, porque o cara que anda bêbado é um idiota -, ou brincando com uma arma, disparou, matou, não tem mente criminosa, mas põe ele lá. Ele sai de liberdade condicional. A liberdade condicional diz: “Você pode trabalhar de dia.” Então, ele trabalha de dia e tem de voltar para dormir no presídio à noite. Que lógica é essa? Se o cara não oferece perigo de dia, por que tem de voltar para o presídio à noite? Ai, lá dentro, o “xerife” da cadeia fala assim: “Amigão, traz um carregador de celular amanhã ou, então, você morre.” Ele, com medo, põe o celular no ânus para entrar. Já cometendo o crime. “Olha, traz trezentos gramas de cocaína amanhã.” O cara compra e põe aquele “sacolê” dentro do ânus e leva. Quando ele é pego, cometeu um outro crime. Ai ele fica mais tempo dentro do sistema, agora como criminoso realmente. Então, vejamos, não tem sentido. Se o cara pode trabalhar na rua, você põe um rastreamento nele, onde ele quiser pôr e diz: “Olha, o satélite está te vendo. É inviolável. Pode trabalhar. Vá para casa dormir. Vá estudar. Vá para a sua igreja. Vá criar seus filhos.” E ele cumpre a pena dele com o rastreamento. E a minha lei segunda, é que o pedófilo seja rastreado, para que o satélite olhe para ele o tempo inteiro, porque ele é compulsivo. Para dar a ele a possibilidade de não morrer. Portanto, é preciso que o Estado também se ponha à disposição de tratar o pedófilo que se “autoentende” como doente e que pede ajuda. Se ele se entende como doente e pede ajuda, o Estado tem de estar presente. É por isso que estamos propondo que mesmo a esse pedófilo que não se entende como doente, que o sistema penitenciário tenha psicólogos para poder tratar com eles. Você prende um cara que abusou das filhas. As filhas cresceram e, agora, o cara está abusando das netas e está preso no sistema? Então, é o seguinte, ela tem de acudir. Ai vem o sujeito que vai fazer uma lei para ter castração química, porque a maioria das pessoas que ouve falar em “castração química” pensa que é para cortar o negócio do cara. E as mulheres que são pedófilas, faz como? Porque está cheio do mesmo jeito. Para lá e para cá do mesmo jeito. Por que o pedófilo é tão perigoso? Porque pode ser a melhor amiga da sua esposa, que leva os seus filhos para dormir na casa dela para o marido abusar. É muito perigoso. Não há que confiar em ninguém. Você fala: “Ah, vai ter paranoia?” Não estou dizendo para ninguém viver de paranoia, mas estou dizendo para todo mundo viver de paranoia. “Ah, não tem de confiar em ninguém?” Não, claro. Não estou dizendo nada disso, mas estou dizendo para não confiar em ninguém. Vou fazer o quê? E chegamos em um momento tão absurdo que temos de pegar as crianças de tenra idade e colocá-las na nossa frente e dizer: “Meu filho, esse aqui é o seu piu-piu.” “Essa é a sua perereca, minha filha.” “Esse aqui é o seu bumbum e ninguém põe a mão aqui. Ninguém põe o dedo aqui. Se tocar aqui, você fala. Conta, não esconde. Se te ameaçar, conta para a mamãe. Ninguém vai matar a mamãe, nem o papai. Fala. Ninguém pode pôr a mão, a não ser a mamãe e o doutor, quando a mamãe estiver junto, olhando. Mas ninguém pode fazer.” É tão difícil que, muitas vezes, é a mamãe que leva. E, então, temos de, agora, preparar a criança de tenra idade para que ela possa se defender. É verdade que o pedófilo é um ser humano. Ele se acha pedófilo? Pronto. Agora, o que é a castração química? Não é cortar o pênis do cara ou costurar a vagina da mulher que é pedófila. Você não vai cortar os dedos dela. Ela “estupra” com os dedos. “Estupra” com o cabo de martelo. Com os dentes. Tenho uma imagem de um pediatra, de São Paulo, “estuprando” uma criança de 20 dias com os dentes. Mas o dia dele está contado. Com os dentes. O que é castração química? Acho que tudo que soma, serve. Agora, castração química é redutor de apetite. É um remédio. O sujeito toma para inibir o apetite sexual. Todo mundo que já foi gordo, que é gordo, que já engordou, que é fofinho, e que já fez um regime, sabe. Você faz um sacrifício, se vacilar, volta tudo de novo. E volta pior. Quem toma redutor de apetite, sabe. Você toma. Na hora que passa, a fome volta maior. Então, não sei bem qual é o sentido do negócio de redutor químico, essa castração química. Não sei realmente. Eu não sei também como se opera. Se der certo, como se opera? O SUS vai fornecer? O pedófilo aparece? Qual vai ser a cor da receita dele? Preta? O cara é receita preta, porque é pedófilo... “Eu vim buscar meu medicamento, eu sou pedófilo”. Vai? Não vai. Onde é que vão fornecer isso? Como é que é? Vai vender na farmácia para quem é mais rico comprar? “Olha, eu sou receita...”. O cara que compra remédio controlado é receita azul. O pedófilo é receita preta? Ai o cara fala assim: “Não, eu sou receita preta, preciso daquela caixa ali”. Não sei se isso vai dar certo. Não sei. Pode até dar. Com o cara preso, quem sabe, dá uma injeção na marra nele. Não sei também se dá certo, entendeu? O cara já está preso ali. E eles são tão compulsivos. Quando eu fui ver o Procurador de Roraima, ele não sabia que eu tinha as imagens dele, ele sentou do meu lado aqui e eu disse: “O senhor chama Luciano?”. “Sim, senhor”. “O senhor conhece a Lidiane Foo?”. Ele disse: “Eu me reservo o direito de ficar calado”. E tem direito mesmo, é constitucional: não tem de criar prova contra si. “Reservo-me o direito de ficar calado”. Eu disse: “O senhor sabe as atividades dela?”. A Lidiane Foo é a cafetão, a cafetina que levava a filhinha para ele, e as menininhas. “Eu me reservo o direito de ficar calado”. Beleza. “Vou fazer um trato com o senhor: todas as vezes que eu lhe perguntar e o senhor disser: ‘Reservo-me o direito de ficar calado’, o senhor está respondendo que sim. ‘O senhor conhece ela?’”. “Eu conheço, sim, senhor. ‘Já se serviu do serviço dela?’”. “Não sei que serviço ela faz”. “Certo. Conhece a filhinha dela?”. “Não, senhor”. “Então, olha no meu computador aqui”. Ele entrando num motel com a menina, que a Polícia Federal tinha filmado. Pode requerer essas imagens que eu passo para cá. “Esse aqui é o senhor?”. Ficou calado. “Qual é a idade dessa criança?” Eu tinha vindo do Projeto Sentinela: tinha uma menininha de oito anos com doença venérea e grávida dele, do Procurador. “O senhor é doente?”. “Não, senhor”. Quando nós tiramos do presídio o Dr. Eugênio Chipkevitch, aquele pediatra famosíssimo, das consultas caríssimas, que a mãe ficava lá fora, vendo revistas *Caras* e ele abusando dos filhos lá dentro, com Ormonid, eu não sei se tenho de ter pena dele. Ele está com 110 anos para cumprir. E eu o tirei do presídio, porque ele é uma sumidade, os livros sobre puberdade que o mundo leu foi ele que escreveu. Os advogados não queriam, brigaram, foram ao Supremo para que ele fosse depor. O Supremo falou: “Tem que depor. CPI é CPI”. Aliás, eu estou processado pelos advogados dele. Meteram um processo em mim, porque eu expus o cliente deles ao ridículo... É brincadeira! Um cara que abusou de “n” crianças, eu expus o cara? O cara com 110 anos para cumprir... Mas esse processo eu já botei num quadro, dividi as páginas e botei. É um orgulho para mim ser processado por um miserável desses. “Esse livro aqui é do senhor, Dr. Eugênio?”. “Reservo-me o direito de ficar calado”. As fotos dos meninos em nu, lá dentro. Esses meninos, quem fotografou tudo foi ele. Tudo foi ele. Expus ao ridículo? Ele precisa de tratamento? “O senhor é pedófilo?”. “Reservo-me o direito de ficar calado”. “O que merece o pedófilo?”. “Reservo-me o direito de ficar calado”. “Como é que se trata um pedófilo, já que o senhor é especialista?”. “Reservo-me o direito de ficar calado”. Se tem uma maneira de tratar, se o Estado pode, então nós estamos criando leis para o Estado. Se o pedófilo disser: “Eu preciso de tratamento. Vocês me ajudem”, o Estado tem que ajudar - é um cidadão brasileiro. Nós estamos criando esses projetos de lei. É importante, é importante. Se o cara diz: “Olha, eu preciso que vocês me amarrem, porque eu sou compulsivo, se me soltarem dessa corrente, eu vou...”. Agora é até perigoso se você amarrar o cara e os Direitos Humanos forem para cima de você. E o cara pedindo... Mas é preciso dar um jeito nele, é preciso ajudar ele. Mas eu, como estou acostumado com isso tudo, eu fico com a causa que acho que é melhor. Eu fico com a causa que acho que é melhor. Eu sou pai, tenho uma filhinha de nove anos. Minhas filhas,

que têm 21 e 22, já tiveram, já trocaram dente de leite. Minhas filhas cresceram nos meus braços. E você imaginar uma criança... Vocês sabem daquele sujeito lá de Uberlândia? O advogado dele disse que ele não podia ser preso, porque ele não teve conjunção carnal. E ele, só sete meses que a menina dormiu nuazinha com ele... E eu com as fotos. A menina com os dentinhos de leite, sentada em cima do pênis dele. Uma sequência de fotos. Em outra, não tinha mais o dentinho de leite - mesma foto. Outra, banguelinha da silva - mesma foto. Outras, já com os dentes encavalados, porque, quando vem a dentição da criança, vêm aqueles encavalados. Eu falei: "Só durou sete meses, não é, doutor?". Mas, graças a Deus, o Juiz deu 54 anos e ele hoje se entende como doente e ele falou isso para mim, na CPI, em Uberlândia - que não havia falado no depoimento para o Juiz e não tinha se assumido como pedófilo. E assumiu como pedófilo. Então, vejam, nós estamos criando uma legislação, estamos votando uma legislação, estamos criando uma legislação que vamos impedir o turismo sexual - uma proposta nossa que os Estados Unidos já fez, na nossa frente, e o Japão. O nosso é mais moroso. A proposta é a seguinte: que todo indivíduo que vai buscar um visto para vir ao Brasil, de qualquer parte do mundo, ele precisa levar a ficha criminal entre os documentos. Se disser que ele sofreu uma investigação, a Embaixada levantará, de abuso de crianças, se já pagou pena, se está pagando - se já pagou, ele não deve mais nada -, ele não entrará no Brasil. Se a renovação do visto acontecer, não acontecerá mais com esse tipo de ficha criminal. Ele não virá ao Brasil. Acabamos de votar a chamada Difusão Vermelha. E a Difusão Vermelha é uma lei que poucos países do mundo têm. Nós temos muitos pedófilos alemães e franceses, aqui no Brasil; pedófilos filipinos, aqui no Brasil, com mandado de prisão no seu país de origem. Eles vêm para cá, nós não podemos prender. A Polícia Federal sabe onde está, mas não pode prender, porque nós não temos a Difusão Vermelha e o mandado de prisão é lá. Nós acabamos de votar a Difusão Vermelha. Só para vocês entenderem o que é a Difusão Vermelha: o Cacciola tinha um mandado de prisão aqui no Brasil. Ele foi para a Itália. A Itália não tem a Difusão Vermelha. Ele estava lá. Não pode prender, é um cidadão italiano, acabou: "Aqui ninguém prende, daqui ninguém tira". Só que ele achou que ninguém mais estava olhando mais para ele e foi passar um final de semana no Reino Unido, mas a *Interpol* estava olhando para ele. Quando chegou ao Reino Unido, pisou no aeroporto - o Reino Unido tem Difusão -, ele foi preso no Reino Unido. Senão, nunca teria sido preso. E foi mandado, trazido para cá. Então, votamos a Difusão Vermelha para o Brasil. Nós estamos votando tirar os privilégios do réu primário. O sujeito é réu primário - porque ninguém é réu secundário, quando faz o primeiro crime, é sempre primário. Mas os privilégios que têm um réu primário não mais terá aquele que o crime for abuso contra criança. E o sujeito que tem curso superior terá a pena agravada, quando o crime tiver sido abuso contra a criança. O Parlamento tem que cumprir o seu papel, criando instrumento de lei, porque é o único papel que ele tem: o Legislativo existe para legislar e entregar à sociedade. Creiam os senhores que nós... Ontem eu vi pela primeira vez o projeto que estava sendo acabado, nos próximos 15 dias, que cria a legislação do Depoimento sem Dano. Não dá para revitimizar uma criança. Quem esteve ali e me acompanhou em Catanduva para ver de perto - e no Brasil inteiro -, você revitimiza uma criança. Ela chega e fala para o Conselho Tutelar. Primeiro, ela contou para a professora ou contou para a mãe; depois, no Conselho Tutelar, conta para o Conselho Tutelar; depois, conta para o Promotor; depois, tem de contar para o Delegado; no Reconhecimento, ela conta de novo: conta para o Juiz, conta para o Delegado. Vocês não têm de revitimizar uma criança. E a nossa discussão agora é que cada um quer ter o direito de inquirir. Eu acho que juiz, delegado, Ministério Público, acho que o depoimento da criança tem de ser feito uma vez só e ela tem de ser ouvida por um psicólogo, nunca por um polícia, nunca por um juiz. Tem de ser ouvida e esse depoimento, sendo visto pelo juiz, pelo advogado, pelo Ministério Público ou pela polícia, e ser gravado, a criança falar uma vez só. Esse é o depoimento verdadeiro. Você pega uma criança pequena, de cinco anos, uma criança de oito anos, daqui a pouco ela está cansada, ela não quer falar mais nada; ou, daqui a pouco, quando fala, falta alguma coisinha do que ela falou no primeiro depoimento. O advogado pega aquilo para desqualificar e botar na rua um predador. Então, essa lei que está sendo formatada, do Depoimento sem Dano, é uma lei absolutamente importante para não revitimizar as crianças. Estamos tentando fazer o nosso papel. Eu confesso que sou um homem absolutamente emocional; sou pai; não tenho a frieza que outras pessoas têm - gostaria muito de ter -, mas tenho a emoção absolutamente aflorada. Eu acho que o Estado precisa socorrer o pedófilo, quando ele se entender como pedófilo e pedir ajuda. Mas não tenho qualquer tipo... Eu tenho vivido meu grande drama com Deus, nesse um ano e três meses, porque não acredito na recuperação dessa gente: são compulsivos, são abusadores, são debochados; um sujeito que invade o psicológico, o moral, a emoção, a honra de uma criança e da sua família; O sujeito que viola a amizade de uma família ou se faz amigo dessa família, se passando por religioso ou por uma boa amiga, para tomar seus filhos e levar para abuso, ou para ela própria abusar, é preciso que nós tenhamos muita razão, uma razão movimentada pela nossa emoção para poder tratarmos disso. Eu lamento que o Brasil chegou onde chegou, entre os três maiores do mundo e em crime de *Internet*, o maior do mundo. É o maior consumidor. Nós, na próxima quarta-feira, teremos a primeira audiência com os operadores de cartão de crédito. Eles serão levados a assinar um Termo de Ajuste de Conduta para desenvolverem ferramentas que impeça o cartão de crédito ser registrado quando a compra for material pornográfico. Eles estão dispostos, os operadores de cartão de crédito do Brasil estão dispostos, já se colocaram. Nós precisamos assinar o resto do Termo de Ajuste de Conduta, que faltamos assinar com a Vivo, com a Telefônica que opera aqui em São Paulo, a Oi já assinou, a Tim assinou, a Telemar assinou e a Telefônica se recusou a assinar, só porque pedimos um item, risco iminente de vida de uma criança, nós queremos a quebra do sigilo em duas horas. Porque isso tem de comprar muita tecnologia, demanda dinheiro, e quanto vale a vida de uma criança? E quanto esses operadores de telefonia ganham aqui no Brasil? Então, é preciso que nos os coloquemos no seu devido lugar. Eles contrataram agora o Dr. José Carlos Dias, que é Ex-Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique, eu fiquei feliz porque se contratou o Sr. José Carlos Dias, Ex-Ministro e eu disse ao Sr. José Carlos vou falei para o senhor o que falei para o Dr. Thomas Bastos, vocês vão ensinar os caras a cumprir a lei. Vocês não vão fazer com que os caras joguem contra o País. "Não de maneira nenhuma." Se a Oi assinou e viva a Oi. Se a Tim assinou e viva a Tim. Estou desenvolvendo ferramentas dentro desse Termo de Ajuste de Conduta, se a Telemar assinou e o problema - eu preciso falar isso publicamente - é que a Vivo e a Telefônica mentiram para a sociedade brasileira. No dia que os outros assinaram o Termo de Ajuste de Conduta, que eles não foram, eles emitiram uma nota para a imprensa parabenizando e dizendo que eles assinaram. E a gente, como CPI, que tem um processo investigativo, a gente tem de fazer. Eu encerro agradecendo aos senhores e mais uma vez reiterando que eu não sou doutor em nada absolutamente, eu tenho um sentimento de pai, tenho um sentimento de que as crianças do Brasil todas são filhas minhas, que são netas minhas, de que a família é o bem maior a ser preservado. Nós, amanhã, teremos uma sociedade absolutamente lesionada e estudiosos do comportamento humano dizem que o Brasil vai numa pegada e que daqui a uns dez anos será a nação mais lesionada emocionalmente do mundo. Onde eu faço palestras; ao findar da palestra; as pessoas se aproximam de mim; de cada dez, sete dizem a mim: eu fui abusada na minha infância. Eu falava agora num evento onde a moderadora era a Deputada Federal, Marina Maggessi, uma delegada casca grossa do Rio, a mulher que enfrentou as milícias do Rio, ela passa a palavra para mim, eu começo a falar, quando eu comecei a falar da quebra do sigilo do *Orkut*, eu percebi que ela estava chorando. Quando eu encerrei, eu nunca esperei ver Marina Maggessi chorar, ela disse: "Eu vou me livrar de um monstro hoje, diante dos senhores e das câmeras de televisão. Eu, tem 22 anos que eu faço análise, não sei se isso mudou a minha vida, se não mudou em nada, mas eu fiz", ela disse. E quem não pode pagar um psicólogo, um analista, como fica? "Eu quero revelar aos senhores que eu

fui - dizia ela Marina Maggessi - abusada dos cinco aos dez anos de idade." Eu estava dando uma entrevista em Teresópolis, o moço que me entrevistava começou a chorar e revelou no ar o seu abuso. E quem sabe essa CPI tem ajudado as pessoas até a se livrarem dos seus monstros. Eu recebo milhares de e-mails todos os dias, milhares de e-mails, milhares, todos os dias. E parte desses e-mails são pessoas que estão na sociedade, que foram abusadas na sua infância, que levam consigo a lesão e o desespero de noites "indormidas", de pesadelos, de remédios controlados. São maridos que me escrevem dizendo que minha esposa grita à noite, me soca, até ela me contar que isso é por causa do pesadelo do abuso, cara eu estou fazendo minha cirurgia, eu preciso sair porque eu começo a suar frio, se eu estou fazendo uma palestra, apaga na minha mente, se eu estou dando um aula na faculdade... Um empresário diz, eu estou falando para os meus empregados, de repente, não sei mais o que eu estou falando, porque eu me lembro do abuso que sofri na minha infância. Então, é hora da gente fazer alguma coisa. Eu só estou tentando fazer uma parte, eu sou parte de uma engrenagem, isso não é luta de D.Quixote. Eu sei também que o meu jeito e a minha maneira de conduzir essa CPI e o que a CPI está fazendo não agrada a um grupo de pessoas. Mas a CPI não foi formada e nem eu vivo para agradar, eu vou cumprir o meu papel e a CPI cumprirá o seu papel. Nós entregaremos uma legislação para esse País. Eu quero avisar, que dia 18, é um dia muito importante para a nação brasileira. Que entre o dia 18 e o dia 20, esse País não será mais o mesmo.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Senador Magno Malta, eu como Presidente da CPI, o Quito Formiga como Vice-Presidente, os demais participantes dessa comissão, só temos mesmo de agradecer ao trabalho que o senhor vem desenvolvendo há mais de um ano, no Brasil inteiro. Eu acho que não vejo necessidade de nós nem abrimos aqui um debate com tantas perguntas, como o senhor muito deixou claro aqui. Alguns, de repente até, tem o pensamento contrário.

**O SR. MAGNO MALTA** - Mas eu não tenho medo do debate, não, pode vir do jeito que for. O que eu souber responder, eu respondo. O que eu não souber, eu falo que não sei e acabou. Não sou doutor em nada, entendeu? E não tenho medo de colocar minha posição, o que eu acredito. Agora quem gosta de defender pedófilo, tem de explicar porque que gosta. Eu defendo a criança, mas eu acho que o pedófilo, enquanto cidadão, tem de ser tratado como gente lá na prisão, mas tem de ter pena para ele. Se ele precisa de tratamento como doente, trate dele, ele disse que é doente? É. Então, dê o psicólogo, dê o psiquiatra a ele, dê o remédio dele, ele precisa. Eu defendo e estou fazendo lei para isso. Agora, eu não posso bater palma para ele não. Eu tenho procuração é das crianças, não tenho procuração de pedófilo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Diante de tantos casos, tantos relatos, até nas mudanças, nos avanços que a própria CPI do Senado já teve, no art. 240, 241 do ECA...

**O SR. MAGNO MALTA** - Aliás, eu quero convidar, porque na terça ou quarta-feira, nós vamos ter um audiência pública, com o Conanda, para discutirmos o projeto do depoimento sem dano. O Conanda é uma ONG, absolutamente, o Conanda é de uma importância muito grande para o País e convido, se vocês quiserem participar do debate conosco lá.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Qual dia?

**O SR. MAGNO MALTA** - Eu não sei se é terça ou quarta-feira, mas eu pedirei à Assessoria para poder informar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Perfeito. Nós tivemos aqui algumas pessoas que falaram um pouquinho a respeito do depoimento sem dano e acho que isso é totalmente louvável porque a gente sabe o quanto que a criança é mutilada e cada vez que ela dá esse depoimento ela revive novamente toda a história, tudo aquilo que foi um fator de...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - É, pois é. E aí, com certeza, dependendo do dia, essa comissão inteira, se não todos, mas pelo menos...

**O SR. MAGNO MALTA** - Revitimizando, salva o pedófilo. Porque vai chegar uma hora que a criança está tão cansada que ela fala uma coisa diferente ou ela não quer falar. E o que ela falar diferente e for para os Autos do Inquérito, é exatamente ali onde o advogado vai pegar e vai desqualificar o depoimento da criança. E se ela falar uma vez só, e ficar gravado, na presença do juiz, sem que, ela fala para o psicólogo lá dentro, o psicólogo com um ponto aqui, ouvindo o juiz, fazendo as perguntas que o juiz quer, com as técnicas do depoimento sem dano, num ambiente preparado para a criança, certamente esse depoimento é que vai valer.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Mas como nós tivemos tantos profissionais, pessoas que defendem essa causa e que passaram, fazem um trabalho com criança, adolescente, passaram já por essa CPI. Tivemos o Hospital Pérola Byington, tivemos a própria Lucia Williams, que esteve aqui, também, mostrando todo o seu trabalho, e tantos outros profissionais e ao longo, ainda, dos trabalhos dessa CPI que vai ainda durar um bom tempo e tantas pessoas que vão passar por aqui. Eu acho que, diante de tantos casos, tantas situações, tantas transformações, até mesmo, futuras transformações do Código Penal, que é o trabalho da CPI do Senado, eu acho que já foi muito esclarecedor e, principalmente, quem quiser ter ainda informações de tudo isso que foi relatado aqui pelo Senador, é só pedir um requerimento para Notas Taquigráficas, nós vamos fornecer para cada um de vocês. Mas eu quero agradecer ao Senador porque eu sei da sua mudança no roteiro, não estava programada a sua vinda, o senhor, ontem à noite, fez uma mudança, veio para cá e essa participação, ela é primordial para essa CPI porque nós sabemos que cada avanço... Pois não.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** - ...minha categoria sozinha para fazer essas denúncias. Por várias e várias vezes, eu, como transportadora escolar, na época, fui chamada pelas crianças que eram de comportamento estranho, de repente, e elas diziam dos abusos que sofriam e hoje ainda continuam afirmando. Eu não sei se os senhores perceberam, me permitam: nós estamos com a camisa de "Não à pedofilia".

**O SR. MAGNO MALTA** - Parabéns.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** - A gente trouxe uma para o senhor, e, pedindo permissão ao Vereador Marcelo Aguiar, que é o nosso Vereador, para entregar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Fale o seu nome.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** - Lurdinha Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Perfeito. Eu vou fazer o seguinte, só um minutinho. Como a Dona Lurdinha pediu pela ordem a palavra, quem quiser então se inscrever, nós temos pouco tempo porque daqui a pouco nós temos aqui Audiência Pública da Subcomissão de Direitos Humanos, estamos com pouco tempo aqui, da Comissão de Direitos Humanos, então nós temos pouco tempo. Já que ela pediu pela ordem, temos mais uma participante ali atrás, quem quiser se inscrever, vou pedir para que a Secretaria possa preencher, nesse curto tempo, disponibilizando três minutos para cada um para que façam algumas perguntas para o Senador.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** - Então, sendo rápida, eu só fiz esse aparte, o senhor me desculpe, mas porque, na segunda-feira, nós fizemos um movimento, inclusive com o Fórum Social, que também está aqui presente, com o Sindicato dos Transportadores Escolares, Federação,

Cooperativa. E fizemos um movimento até para ver qual seria a reação do povo. Nós percebemos que o povo para para escutar. Nós concordamos com o senhor que tem de mostrar imagem, que tem de fazer movimento mais dentro de sedes como está aqui, para que a gente possa acirrar nas pessoas a revolta, a vontade, não só de denunciar, mas de também participar desse trabalho que começou com o senhor. Não adianta dizer, não se chama Comissão da CPI do Senado, é do Magno Malta que se fala.

**O SR. MAGNO MALTA** - Tem uma outra Comissão, que a Senadora Patrícia começou com a Deputada Maria do Rosário, também foi muito importante aquela CPI.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** – Lógico.

**O SR. MAGNO MALTA** – Aquelas investigações todas que foram feitas; tem muitos grupos, muitas ONGs militando no Brasil e tal. Eu sou parte dessa engrenagem como a senhora é. É um monte de roda dentada que faz movimentar: a senhora é uma roda dentada, eu sou outra. Então não é luta de Don Quixote, é todos nós. Cada um recebeu uma missão aí, não é? Para a gente tocar. E eu sou parte e fico feliz da senhora ser parte. Traga minha camisa aqui.

**A SRA. LURDINHA RODRIGUES** – Obrigada, obrigada. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, por cinco minutos, a Sra. Tatiane Cardoso, do Cedeca Sapopemba.

**A SRA. TATIANE CARDOSO** – Só acho que, talvez, a exposição tenha até perdido o objetivo do Senador ter vindo aqui. E, nesse sentido, eu gostaria de solicitar, porque foram faladas muitas coisas que vem acontecendo, realmente é muito importante para dar visibilidade a uma temática que tem - tem de ser dada visibilidade - para que a sociedade se atente a essa questão, porque é uma violação inaceitável dos direitos humanos da criança. Só que, gostaríamos, pleiteando daqui, a gente que vem acompanhando esta CPI desde o início, de que pudesse esta CPI do Senado trazer contribuições no sentido de apontar os casos deste Município, não é? Porque a finalidade da CPI do âmbito..., são de âmbitos distintos, não é? Essa daí que o senhor sabe mais do que ninguém. Então, seria importante trazer os dados aqui do Município de São Paulo e também trazer o que tem de contribuição para o reordenamento da política, porque foi falado pelo Senador que muitas modificações estão sendo feitas no âmbito da legislação penal. E para o reordenamento da política, se vem sendo tomada alguma providência, ou simplesmente se se atém à questão penal? Porque quando o senhor fala, o senhor fala como se não houvesse nada, e a gente sabe que tem. Embora seja o Código Penal defasado, isso e aquilo, mas o Código Penal prevê pena de 12 a 25 anos para quem abusa sexualmente de crianças, não é? Que é, no caso, que haja uma modificação para o aumento da pena. E gostaria aqui de já fazer um questionamento com relação a, realmente, as medidas que estão sendo tomadas hoje no Congresso Nacional com relação a essas questões. A gente vê que são tomadas muitas medidas no âmbito da legislação penal, de recrudescer a lei, de piorar, de não fazer novos tipos, na verdade. Novos tipos feitos com relação a portar imagem de criança, inclusive, se portássemos aqui, estaríamos todos incidindo num crime. Muda, aumenta a pena, mas para a criança, a preocupação não é falar que defende. Não. Ninguém defende pedófilo. A diferença é o que está se preocupando e o que a gente vê, infelizmente, poucos de vocês estão acompanhando desde o começo, é ter uma preocupação efetiva com a criança. De se preocupar de não revitimizar essa criança, de se preocupar com a política que vem atendendo essas crianças, se têm condições, se tem estrutura, Conselho Tutelar, que é a porta de entrada, os hospitais, acompanhamento psicológico, médico, enfim, tudo que essa criança tem direito. Considerando o âmbito diferenciado, realmente, aqui não estamos para fazer lei penal, mesmo porque não é competência do legislador municipal, então o foco é diferente. Nesse sentido, gostaria de solicitar, através do Presidente, de como esta CPI do Senado pode estar contribuindo nessa visão e nesse papel que tem o Parlamento aqui no município, que é justamente pensar no reordenamento da política. Obrigada.

**O SR. MAGNO MALTA** - Lamento dar uma resposta assim, parece que nós dois estamos em ambiente diferente, não sei quem é a senhora, com todo o respeito. Mas comecei a minha fala dizendo como é importante uma CPI municipal para questões municipais, para propor políticas municipais, políticas públicas. E em seguida disse, uma CPI é diferente de uma CPI nacional, porque lá tem poder de polícia, poder de justiça, aqui não tem. Aqui pode fazer um mapeamento das dificuldades. O Conselho Tutelar, usei todas essas palavras que a senhora usou. Não sei se a senhora estava, quando falei, porque não prestei atenção olhando para todos, mas falei exatamente isso, está gravado o que eu falei. E uma CPI como a nossa é exatamente para propor política pública, propor instrumento de lei - não tem sentido - e um processo investigativo. E depois é o seguinte: vim aqui convidado para falar de um trabalho nacional. Não vim aqui dizer como São Paulo deve fazer. Acho que uma CPI municipal é absolutamente importante e falei até em postura, falei em *cybercafé*, falei em *lan house*, falei de coisas do município. E estamos preocupados sim, não somente em mudar o Código de Processo Penal, porque é absolutamente necessário mudar. Mas falei da preocupação do projeto de lei com o pedófilo em si, com o abusador. Falei da nossa preocupação, por que estamos fazendo, se tivéssemos existido só para fazer o cumprimento da lei de hoje, que penaliza a posse, já teríamos cumprido nosso papel. Quando levantamos essa lebre e esse monstro saiu debaixo da terra, porque o Brasil não sabia da dimensão, do tamanho desse monstro, essa CPI já teria cumprido seu papel. A senhora disse que acompanha a CPI, mas eu acho que não. Se eu tivesse ido só a Catanduva, um caso enterrado por duas Delegadas de 68 crianças abusadas, crianças de tenra idade com doença venérea, eu lamento, a senhora não teria me feito esse tipo de questionamento. Mas eles existem em todo o lugar, o tipo de questionamento e eu estou aqui para responder exatamente da maneira como eu creio, do que está sendo feito. O Congresso Nacional está fazendo. Nós estamos fazendo e estamos entregando ao Brasil. Quando falei da legislação dos barcos da Amazônia, estava falando das crianças lá da Amazônia, que são abusadas lá. E uma CPI nacional existe por isso. Mas quem sabe, do dia 18 ao dia 20, a senhora, se prestar atenção, vai ver que São Paulo está no meio desse chão que vai tremer. Os casos de São Paulo são muitos, pena que esta CPI não tenha poder investigativo, assim de polícia e justiça, mas por isso eu disse: chame o Ministério Público. E a senhora ao convidar aqui para dentro o GAECO, por exemplo, chame o GAECO, Dr. José Reinaldo, e vocês verão como São Paulo é tão podre quanto o Acre, como o Acre é tão podre quanto o Espírito Santo e o Espírito Santo é tão podre como Cruzeiro do Sul e a cidade menor de Alagoas como é tão podre quanto o Rio de Janeiro, porque para a questão de abuso de criança, o país é absolutamente igual e já temos mais abusadores de crianças do que usuários de drogas. Eu gostaria muito de poder propor mais coisas para o país. Quando falo que o turista que abusa de criança não terá visto mais para vir ao Brasil, estou falando que ele não vai entrar em São Paulo, que é a sua cidade. Estou falando de São Paulo, não estou falando do Espírito Santo, que é minha terra. Não estou falando da Bahia, que é onde nasci, mas estou falando da sua terra, estou falando de São Paulo. Quando cito esses casos, eu preendi aquele pai de santo, a rede dele em São Paulo, na Uol, só a rede dele tinha 600, não tinha um. O Tenente se suicidou, mas pegamos 600 na rede dele aqui em São Paulo. Então, na verdade, vim dar uma panorâmica, não vim trazer estatística de São Paulo. Não tenho estatística de São Paulo, não tenho estatística do Rio, não tenho estatística de lugar nenhum. Uma coisa eu sei, pelas informações que nós detemos hoje, com conhecimento de causa, fatos e imagens. E se eu estivesse expondo a imagem, eu posso ter imagem, eu sou autoridade e eu posso acumular imagens, está na lei, a senhora leia a lei um pouco. A senhora não, mas eu posso ter. Eu não estaria cometendo crime nenhum e ainda que tivesse de cometer o crime, eu cometeria em defesa das crianças. A informação é completamente equivocada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Devido ao tempo, temos a Comissão de Direitos Humanos, que já se encontra presente para começar a reunião, temos de seguir a ordem desta Casa. Queria agradecer ao Senador, porque o Brasil inteiro acho que acompanha a CPI e vê o avanço. O senhor é um desbravador desta causa e um pioneiro desta visão, algo que Deus entregou na tua mão, lhe deu e como autoridade, o senhor tem desbravado o Brasil inteiro, fazendo um trabalho para a CPI. Queria passar a última pergunta então. Por favor, peço que fale o nome e de onde é.

**A SRA. DAGMAR MARIA DE CARVALHO** – Meu nome é Dagmar Maria de Carvalho, sou Catadora. Admiro muito o senhor, vejo o senhor pela televisão e dizer que o caso é muito mais grave do que o senhor imagina, porque acho que 80% das nossas crianças não tem futuro, primeiro que são exploradas pelos próprios pais. Os meninos vão para as drogas, as meninas gravidez precoce. Então acho que o problema é muito maior do que o senhor está expondo.

**O SR. MAGNO MALTA** – É verdade. Parabéns pela sua fala. Parabéns, é uma brasileira atenta.

**A SRA. DAGMAR MARIA DE CARVALHO** – As meninas com 13 anos já estão grávidas e os meninos já fumando droga.

**O SR. MAGNO MALTA** – Só quero concluir dizendo o seguinte: não sou rival de ninguém. Sou aliado da luta que envolve ONG, Conselho Tutelar, que envolve todo mundo. Não sou rival de ninguém não. A briga é comprada para proteger a criança, o ser humano tem de ser tratado quando ele entende que é humano e precisa ser tratado. A lei está sendo feita. Agora, nessa luta de defesa da criança só tenho a procuração delas, não tenho procuração de outros.

**A SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Temos o último inscrito que era o Enzo. O Simão.

**O SR. SIMÃO** – Vereador, eu pergunto fora, pode deixar, é para o jornal, eu faço fora.

**A SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Quero então aproveitar, não temos mais tempo pelo motivo da Comissão de Direitos Humanos. Agradeço, mais uma vez, o Senador. A próxima reunião vai acontecer no dia 21 de maio, às 11h, aqui no plenário. Convido todos. E dia 20, às 19h, teremos uma mesa redonda com o tema “O Papel da Mídia e o Seu Olhar para a Violência Sexual da Criança e Adolescente” no Salão Nobre. Agradeço duas estudantes que estão aqui conosco, a Carla Juliana de França Pereira e Amanda de Oliveira, estudantes de Direito. Sejam bem vindas. Temos um requerimento do nobre Vereador Carlos Bezerra, mas por falta de quorum não vamos poder deliberar, fica para a próxima reunião. Dou como encerrada a 5ª sessão ordinária da CPI da Pedofilia e Enfrentamento.



FL. Nº 87

Anexo – Notas Taguigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR  
CASOS DE PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À  
EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)**

**PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo**

**DATA: 21 de maio de 2009**

**OBSERVAÇÕES:**

- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Declaro aberta a reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, com a presença dos Srs. Vereadores-Membros Netinho de Paula e Carlos Alberto Bezerra Jr. Temos convidados os membros da Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e adolescentes, representada por Lúcia Fonseca de Toledo e Bethânia Rezende de Carvalho. Quero fazer uma saudação aos alunos do curso de gestão de políticas públicas da USP, acompanhados da Prof. Natalia. Esta presidência suspende a sessão por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Quito Formiga.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – A proposta de hoje é ouvirmos a Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a fim de colhermos dados e informações para o relatório da nossa CPI.

Com a palavra a Sra. Lucia Fonseca de Toledo.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** - Bom dia. Antes de dar início a minha fala quero explicar que ontem a comissão se reuniu e tiramos as duas representações, eu e Bethânia e fizemos uma apresentação que foi submetida pelo grupo que estava presente. Estamos aqui apresentando em nome da Comissão que esteve presente, ontem, reunida na SMADS.

- Apresentação de slide.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** - A Comissão é composta por dois representantes, sendo um efetivo e um suplente de diversos órgãos. Composição da Comissão: Poder Público, Conselho Municipal - Comas, CMDCA, Comuda, Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, órgãos públicos municipais, Comissão Municipal de Direitos Humanos, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; Secretaria do Trabalho; da Educação; da Saúde. Na Saúde, têm várias áreas técnicas que estão lá representadas, como Programas de Política Saúde nas seguintes áreas: saúde mental, álcool e droga, DST Aids, Saúde da Criança e Adolescente, cultura de país, saúde e cidadania. Além disso, a Secretaria não é uma área técnica que até então está ali, na verdade, é a Secretaria de Participação Parceria, uma secretaria que está arrolada em áreas técnicas da saúde. Guarda Civil Metropolitana, órgãos públicos estaduais, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pela Corregedoria. Entidades de classes: OAB, Conselho Regional de Psicologia, universidades Pontifícia – PUC e o Mackenzie. Além disso, tem a composição governamental e não governamental, além dos outros órgãos, tem as organizações não governamentais, agência de cooperação social Farol, Cedeca Interlagos; Cedeca Jardim Ângela; Instituto Eduardo Brasil; Fundação Orsa; e o Instituto Sedes Sapientiae, duas versões, no CNRVV e dois serviços representados, Projeto Pixote e Rede Criança de Combate à Violência Doméstica. Qual é a base legal, acho que vale a pena para todos tomarem conhecimento, ela é baseada na lei municipal de autoria do nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra, que institui o programa de enfrentamento à violência sexual, programa de conscientização, na verdade, e além disso ela é instituída a partir do Decreto Municipal 48.358, de 17 de maio de 2007. que foi uma data significativa. Em 2007, exatamente em torno da data de 18 de maio, data de comemoração do dia de luta nacional de enfrentamento a violência sexual, ela foi instituída nessa data em Diário Oficial. O caráter da comissão é um caráter consultivo e prepositivo como está colocado no Art. 9º desse decreto. As atribuições que a seguir vou falar têm um caráter consultivo e de proposição, de sugestão. Primeira atribuição: contribuir para implantação e implementação do programa municipal de conscientização e combate à violência contra criança e adolescentes. Esse é o programa que falei há pouco, foi criado pela lei municipal de 2006. 2 – envolver-se com a problemática da violência, abuso e exploração sexual por meio de estudos intervenção direta e formação da rede de atendimento. 3 – sugerir procedimentos complementares das diretrizes e normas dos serviços de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso, exploração sexual e às suas famílias. Esse é o antigo Programa Sentinela. 4 - estimular e incentivar capacitação e atualização de profissionais e representantes de instituições prestadores de serviços junto ao público alvo. 5 – Participar juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da elaboração do Plano Municipal de Ações Integradas que vamos apresentar em seguida. 6 - Interagir com diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das crianças e adolescentes de suas famílias objetivando otimizar os resultados dos serviços de proteção, que é o Sentinela. 7 – Sensibilizar e mobilizar setores do governo e da sociedade acerca da problemática, da violência, do abuso, da exploração sexual, de criança e adolescentes. 8 – Recomendar aos órgãos competentes adoção de meios instrumentais que assegurem o acompanhamento e sustentabilidade das ações envolvidas no âmbito desses serviços, o antigo Sentinela. 9 – Acompanhar e supervisionar de forma complementar as atividades envolvidas pelos serviços, Sentinela. 10 – Receber e encaminhar aos setores competentes as denúncias e reclamações sobre a implementação e execução desse serviço. Entendo que a CPI quando nos convocou e no ofício pergunta sobre número de denuncia, imagino que seja em relação a essas denúncias. Já adianto aqui que até o momento não recebemos nenhum tipo de denúncia com relação aos serviços de proteção. 11- Contribuir com o levantamento e consolidação das informações subsidiando a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, quanto à operacionalização e avaliação das ações implementadas. Aqui vale a pena tecer um comentário em relação às atribuições que temos hoje de fato se debruçado na comissão e tentando se rediscutir quais são as atribuições que a gente se deu conta que das onze atribuições previstas legalmente para a CMESCA, apelido da comissão municipal, estão diretamente relacionadas ao serviço. E quando nos debruçamos para fazer o plano, e a CMESCA vem no bojo da implementação de um plano municipal, que contém oito eixos, as atribuições ficam focadas em um eixo apenas. Se a gente entender como programa de proteção, aí, sim, estão todos os eixos. Se a gente pensar como serviço de proteção, estamos falando apenas de um eixo, mais diretamente, claro, que os serviços não se restringem a fazer apenas o atendimento. Acho que vale a pena esse comentário porque a Comissão hoje tem uma atribuição um pouco mais focada para esse serviço.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas uma questão sobre o que você estava falando no slide anterior, explica um pouco melhor sobre a questão das atribuições da sobreposição de atribuições, enfim. Explica um pouco melhor isso de maneira mais concreta e mais prática.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** – Quando a gente tinha de ler as atribuições da comissão, percebe que ela tem como foco, as proposições e as sugestões que é o caráter da comissão muito direcionados para os serviços de proteção. As outras atribuições

serão implementar o plano, sugerir capacitação para serviços terceirizados, que frísou diretamente, mas entendo que esse serviço terceirizado poderia ser feito a leitura como um sexto ponto diretamente relacionado com serviço, porque hoje os serviços são terceirizados. É um convênio da Prefeitura do Município de São Paulo, com diversas instituições, que fazem parte, inclusive da nossa comissão. A atribuição está focada. Se a gente for aqui visualizar, ela tem contribuição para implantação e implementação do programa, que é de sua autoria na Câmara Municipal. Envolver-se com a problemática da violência, cuidar da problemática, sugerir procedimentos para esses serviços, quando é mais enfática, mais direto, em relação específico a esse serviço. Estimular e incentivar a capacitação e atualização que acabei de falar em relação aos terceirizados. Participar junto com a Secretaria na elaboração do plano, aí é uma coisa efetiva que é o plano. Interagir com diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas, visando à otimização dos serviços. Sensibilizar e mobilizar setores do governo acerca da problemática, é a sensibilização. Recomendar aos órgãos competentes adoção de meios a instrumentalizar a sustentabilidade desse serviço. As ações são direcionadas para esses serviços, que é uma coisa específica. Os serviços, só reiterar, não se restringem ao atendimento. Os serviços que fazem polo de prevenção, que fazem prevenção primária e secundária, capacitação, mas o serviço é conveniado pela Prefeitura do Município de São Paulo, aquela instituição conveniada ela responde a essa demanda a esse convênio que é o serviço de atendimento, às crianças e adolescentes em situação de violência, no entanto esses serviços fazem coisa mais amplas do que só atendimento. Mas o convênio é para o atendimento, portanto é um eixo dos oito previstos no plano municipal de enfrentamento ao abuso da exploração sexual. Um pouco o histórico para podermos conhecer o plano. Qual é o histórico desse plano, que acho importante para gente não esquecer, até porque parte das pessoas que hoje estão nessa CMESCA participaram do histórico como um todo, uma outra parte da segunda versão dessa discussão do plano. É importante que resgatemos o histórico para que todos o conheçam. Em 2004 foram feitos cinco seminários nos diversos temas que norteiam o plano. Desde 2004 a preocupação era de que, de fato, contemplasse todos os eixos. Além disso várias oficinas nas cinco macrorregiões da cidade, com representação grande da sociedade civil e do governo, quer dizer uma participação intensa. Foram discussões muito ricas e muito interessantes. E no final desse ano de 2004, foi concluída uma versão inicial do plano. Aí, de 2004 a 2005, muda o governo e no final de 2005, começa a ser revista essa versão do plano, que na verdade, ele não foi, na verdade, ele é finalizado, mas não é implementado, não é? Então, isso passa a ser revisto pelas coordenadoras dos Programas Sentinela, dos programas de serviço de atendimento e o Movimento Pacto São Paulo, que é um movimento social e congrega diversas instituições, inclusive até o Poder Público, no enfrentamento da violência sexual. O Movimento Pacto São Paulo é um movimento do Estado de São Paulo, inteiro, não é? Em 2006, a SMADS inicia a construção do decreto que aí, em 2007 é lançado, não é, pela constituição da Comissão Municipal e em 17 de maio, é criada a Comissão. Então, só para a gente conhecer um pouco esse histórico. Passo a palavra para a Bethânia, que irá contar um pouco mais sobre o Plano Municipal, como é que ele se estrutura e como é que ele coloca. Eu vou entregar para vocês, a gente trouxe um exemplar do Plano, em CD-ROM, vou entregar para cada um dos Vereadores, para que vocês possam, depois, com calma, debruçar e conhecer melhor.

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** - Bom dia a todos, a todo o povo que está aqui, pois a Câmara é a Casa do Povo. Eu irei falar um pouco sobre o Plano Municipal, que foi lançado no ano passado, no Largo São Francisco, num ato solene, com muitas autoridades presentes, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, várias secretarias que participam da Comissão de Enfrentamento.

- Imagem exibida em tela de projeção.

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** - Esse Plano é dividido em oito eixos, seguindo as diretrizes do Plano Nacional. O primeiro eixo é Análise da Situação, que prevê um diagnóstico da situação da violência sexual contra criança e adolescente, na cidade de São Paulo. O segundo eixo incide sobre a formação e capacitação, que significa qualificar a rede, os profissionais da rede, não só diretamente envolvidos com o atendimento, mas também enfatizar a questão da prevenção, que é muito importante que os profissionais sejam qualificados para prevenir. Principalmente nas escolas. A gente acha muito importante, por isso que congrega Secretaria de Educação também, nessa Comissão de Enfrentamento. Em seguida, temos o eixo três, que é Mobilização e Articulação, que pretende fazer campanhas e tem um foco, sim, na sensibilização da mídia, para que se reverta esta postura da nossa sociedade, não é? Não julgando a mídia ou os poderes envolvidos, mas esta postura da nossa sociedade de dar um caráter moral para a questão, e só ver o lado de criminalizar. Acho que a gente tem de pensar na, eu acho, não, eu, em nome da Comissão, estou falando aqui, temos de pensar na questão preventiva e nas questões positivas em que se possa, os pontos positivos que possam ser trazidos ao se discutir e ao se implementar políticas públicas de combate à violência. Então, assim, Mobilização e Articulação seria esse eixo. Em seguida, a gente tem o eixo quatro, Defesa e Responsabilização, que não podem ser deixados de lado, é claro. Mas, assim, uma questão de articular os órgãos competentes, o foco tem de ser esse. Nós já temos instrumentos para responsabilizar abusadores, o Poder Público omissivo, não é? Quando se fala em responsabilização, não é só do violador, é da Unidade Básica de Saúde que também não soube atender bem, o Poder Público também tem responsabilidade. A gente não pode pensar só em crime e criminoso, quando se trata dessa questão. O eixo cinco, nós trabalhamos sobre o Atendimento, então esse eixo se propõe a ter uma uniformização do atendimento, para efetividade desse atendimento. Entra no exemplo que dei sobre a questão de atendimento de saúde, de atendimento na escola. Precisa ter uma uniformização conceitual, prática, tem de ter um fluxo, acho que, isso é muito importante e todos os atores envolvidos nessa questão, sempre enfatizam essa questão do fluxo, não é? E nesse fluxo, precisam estar integrados os diferentes serviços da política municipal e os diferentes poderes. Não é só uma questão restrita ao Executivo, nós temos o Judiciário envolvido, e agora temos a Câmara, também entrando para essa discussão. Então, é importante pensar numa uniformização do atendimento e de como se vê essa questão. O eixo seis, a gente fala em Prevenção, que a meu ver, aí, pessoal mesmo, é uma questão das mais importantes, evitar a violência sexual contra a criança e o adolescente tem de ser o foco da sociedade, não é? E esse eixo prevê ações, nesse sentido. O eixo sete, o Protagonismo Infanto-Juvenil, ficou muito em moda falar em protagonismo e aí, a gente acaba, é, a gente discutiu muito na Comissão, essa questão de não trazer esse eixo, só por um modismo, mas ter consciência em como incluir criança e adolescente no processo de prevenção, de combate, até de responsabilização, mas assim, de modo responsável. Essas crianças precisam, e os profissionais precisam estar, ter uma uniformização do atendimento para conseguir incluir essas crianças e adolescentes, de modo responsável. Por exemplo, a exposição de imagens de crianças e

adolescentes, vítimas de violência sexual, ou mesmo de violência física, a torto e a direito, é uma forma irresponsável de expor essas crianças e não de incluí-las no combate, não é? A avaliação, a gente, pode passar para o outro eixo. Avaliação e Monitoramento: esse eixo prevê um acompanhamento dos resultados da implantação do próprio Plano Municipal e das políticas públicas de combate à violência sexual contra criança e adolescente. Então, o que se espera? Que se, pondo, é...colocando em prática o Plano Municipal de Enfrentamento, que ele seja revisto, que ele inclua um mecanismo de indicadores de resultados do que está sendo feito, não é? Que ele seja revisto para tomar novas direções, sim, para modificar o texto, sim, mas revisto para, com vistas à efetividade e não a vírgulas do texto, não é? Que, infelizmente a gente, às vezes, fica revendo o texto e não a prática. E os próximos passos da CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, então, voltando à Comissão Municipal que se difere do Plano Municipal, o Plano é para a Prefeitura, o Plano é para o Município e a CMESCA tem atribuições distintas das do Plano. Não se confundem essas atribuições da Comissão de Enfrentamento com as ações e objetivos do Plano, são coisas distintas. Então, os próximos passos da Comissão de Enfrentamento seriam: publicar oficialmente o Plano, que infelizmente, apesar de ter sido lançado em setembro de 2007, desculpem-me, de 2008, ele ainda não foi publicado oficialmente, então, não está em vigência. Nós temos oito meses aí, de...de vazio legal. A gente também... a Comissão de Enfrentamento pretende elaborar um planejamento bienal da atuação da Comissão e manter suas reuniões ordinárias mensais, que aproveito para expor ao povo, na Casa do Povo, que essas reuniões ordinárias são abertas ao público, realizadas no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, em todas as primeiras quartas-feiras do mês, no período da manhã. Então, se a sociedade quiser participar, está lá, à disposição. E outro passo, é incluir os adolescentes na atividade da Comissão, a gente também pretende pensar isso.

- Nova imagem exibida em tela de projeção.

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** - Então, sobre o planejamento, não é, eu queria, assim, é um dos próximos passos. O planejamento da Comissão trata-se de cruzar o Plano Municipal com as atribuições da Comissão. Então, lembrando que a Comissão é um órgão de caráter consultivo e propositivo. Então, onde é que no Plano se encaixam essas atribuições? Como a Comissão de Enfrentamento pode começar a executar esse plano? Proponho e servindo de consultoria para toda a rede que tiver alguma dúvida nessas questões. Então o nosso planejamento consiste nisso. E outro ponto muito importante e essencial seria garantir orçamento para implantação da política municipal de enfrentamento que está descrita no Plano Municipal. Esse orçamento, no nosso entender, de Comissão Municipal de Enfrentamento, consiste nas diversas Secretarias terem orçamento direcionado à temática. Não que se crie um orçamento para a Comissão de Enfrentamento, mas que as pastas tenham um orçamento direcionado ao combate. Então que seja verificado, no orçamento, a título de exemplo: que a Secretaria de Educação tenha orçamento para capacitação nessa temática; que as campanhas tenham orçamento previsto nas secretarias – por exemplo, a questão do Carnaval é um momento em que acontece muito abuso. E precisa ter mais coesão entre as secretarias. Até a Secretaria de Turismo, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Educação, para sensibilizar mais no Carnaval. E, para isso, precisa prever orçamento. A Comissão de Enfrentamento, este ano, tentou fazer uma manifestação no Carnaval, mas a gente não tinha orçamento para ter faixa – para levar uma faixa no sambódromo. Então é um exemplo importante de se enfatizar: a responsabilidade que os Srs. Vereadores, como nossos representantes, têm nessa questão do orçamento. É muito importante para a gente levantar isso. Nesse *slide* eu estou falando que a gente, enquanto CMESCA, já está se reunindo e discutindo, eixo a eixo, o plano, para detalhar e poder propor, com qualidade, para as Pastas que desenvolvam as políticas adequadas. Nesse próximo *slide*, a gente traçou um modelo de planejamento. Estrutura com base nas diferentes competências. O que a gente pensa sobre política pública de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente? A gente pensa que está trabalhando com três instâncias de poder, e que a gente tem um nível estratégico, em que estão Câmara Municipal, os chefes dos Poderes Executivo e Judiciário. A gente tem um nível tático, que congrega desenvolvimento de programas e projetos; e um nível operacional, que são os profissionais que lidam, no dia a dia, com o público. Pode passar o próximo, que, aí, vou explicar melhor esse triângulo. Tático e operacional. A Comissão congrega atores do nível tático e do nível operacional. Então se reúnem mensalmente nessa Comissão pessoas que trabalham com elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos e programas e pessoas que trabalham no dia a dia com as vítimas, que seria o nível operacional. Então esse papel a Comissão de Enfrentamento cumpre muito bem. Dá para se discutir lá que programas implementar, o que essa Comissão pode propor para as pastas implementarem – que seria o nível tático. Pode passar o próximo. Agora, o nível estratégico daquele triângulo das políticas públicas – que a gente pode chamar assim – deixa a desejar, às vezes, um pouco, para a gente, porque, no caso, a gente está... É aí que estão as lideranças mais fortes. Enfim, aí é que vão ser tomadas as decisões efetivas que o nível tático e o nível operacional vão pôr na prática. Pode passar o próximo, por favor. Exemplificando: os atores do âmbito estratégico editaram a lei municipal e o decreto municipal referidos. Serão os atores táticos que criarão os programas de atuação, e serão os atores operacionais que atuarão diretamente com a execução. No momento, nós, Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, e nós, povo da cidade de São Paulo, aguardamos que os atores do âmbito estratégico publiquem oficialmente o Plano Municipal. E acho que aí eu encerro a nossa fala. E me coloco, junto com a Lúcia, à disposição para qualquer pergunta.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Antes de mais nada, queria cumprimentar a Lúcia Toledo e a Bethânia de Carvalho, aqui representando o Conselho Regional de Psicologia e Conselho Municipal de Direitos Humanos, falando sobre a questão da Comissão de Enfrentamento, do Plano Municipal. Cumprimentar todos aqui presentes, também a Profa. Dalca, que nos dá a alegria de sua presença em nossa reunião, hoje; a Glória, e cada um de vocês – assessorias, Vereadores, enfim. Queria, a partir da apresentação que foi feita, fazer alguns apontamentos. O Presidente me lembra de fazer o registro da presença da Vereadora Sandra Tadeu, também compondo esta Comissão, neste momento. Mas, a partir dos apontamentos que vocês fizeram, eu queria fazer aqui alguns questionamentos. Falando especificamente sobre o Plano. Acho que era importante, primeiro, destacar na fala de vocês, para nós, é importante, na elaboração do relatório que estamos preparando, alguns dados. Primeiro: quantas reuniões do Conselho foram realizadas desde o decreto?

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** – Isso a gente até conversou. A SMADS tem isso sistematizado. Mas a gente pode contar. Essa questão dos números, a SMADS, que coordena a Comissão de Enfrentamento, está elaborando um relatório para enviar à CPI. Mas a gente pode contar que foi em maio de 2007. E tivemos uma mensal, pelo menos – uma reunião ordinária mensal, de maio de 2007 até agora. Então estamos completando 24 reuniões ordinárias. E, possivelmente, mais umas oito, dez extraordinárias. Mas isso virá com data. Inclui até com pessoas presentes.

**P** – Você sabe se existe alguma previsão, algum responsável pelo envio desses dados a essa Comissão?

**R** – Quem coordena a Comissão de Enfrentamento é a Secretaria de Assistência Social. Então é lá que estão todas as atas, enfim. E tem uma previsão de que...

**P** – Quem, na Secretaria, está responsável?

**R** – Isso a gente pode ver pelo próprio Decreto que, acho, nomeou as pessoas. Mas é a Proteção Especial – a Coordenadora de Proteção Especial.

**P** – Quem que é a pessoa responsável, hoje, pela Coordenadoria de Proteção Especial?

**R** – Acho que isso é possível. É a Secretária, em última análise.

**P** – Ou seja, em última análise, ela é a responsável pelas ações e pela implementação do Plano.

**R** – Então, não. O Plano traça diretrizes. Quem é responsável somos todos, incluindo os três poderes, incluindo várias pastas do Poder Executivo, pela implantação desse Plano. Agora, quem coordena as reuniões da Comissão de Enfrentamento, que secretaria a Comissão de Enfrentamento, é a Secretaria de Assistência Social.

**P** – Deixe-me entender uma coisa: você estava falando sobre a questão da implementação do Plano. Na prática, o Plano não foi implementado.

**R** – Não, o Plano foi criado.

**P** – Calma, deixe-me só desenvolver meu raciocínio, aí você pode, enfim, reagir. Mas na prática, de maneira muito concreta, o Plano não foi implementado. Se foi implementado, a minha pergunta é: em que etapa está dessa implementação. Em que pé se encontra essa situação. Foram feitas, segundo os dados que você nos traz, 24 reuniões da Comissão. Imagino, pelo que conheço daqueles que acompanham a Comissão, enfim, pela qualidade do debate, da responsabilidade do engajamento e envolvimento das pessoas com o tema e com a causa, imagino que foram feitas inúmeras discussões sobre limitações, sobre a questão da realidade da implementação do Plano. E aí a minha pergunta para você vai em quê sentido? A gente precisa saber depois de 24 reuniões, depois de – foi 2007, o Decreto – um ano e meio, qual ação concreta, em que pé concreto está o plano municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Pela ordem, Vereador. Até fortalecendo um pouco esse questionamento, eu gostaria de reforçar a questão da prevenção, que eu julgo uma das coisas mais importantes dentro desse plano.

Então, se foi implementado, em que pé está essa questão da prevenção, como vem sendo feito e de que forma está sendo elaborado isso.

**A SRA. NETINHO DE PAULA** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Só para eu encerrar, Vereador Neto, terminar essa primeira pergunta que acredito ser importante para então conceder um aparte ao Vereador Netinho de Paula. Então, a gente está debatendo aqui sobre a oficialidade, quer dizer, o que se traz: o esqueleto, os eixos, as idéias, enfim, o que foi construído. Mas, a não vigência do plano tem um impacto. Não há a menor dúvida – eu sempre olho para essas questões de maneira muito cautelosa e procuro ser o mais criterioso possível. Quer dizer: nós temos um avanço, que é um avanço histórico. A questão da conquista da Comissão, do espaço da Comissão e a questão da garantia efetiva da construção do plano. Essa, não há a menor dúvida, é uma grande conquista histórica para todos aqueles que militam com o tema e sabem da importância do tema. Ou seja, nós inserimos o tema na pauta da Cidade. Todos nós, cada um com seu papel, colocamos isso. Agora, temos um impasse: a não vigência do plano na cidade. E aí, eu queria que você falasse um pouco sobre qual o impacto da não vigência plena desse plano na cidade. O que a gente garantiu no momento em que a gente conquistou a efetivação da Comissão e do plano e o que é que a gente perdeu como Cidade, como Município, o que, efetivamente, as famílias e as crianças, que estão sendo abusadas, perderam com a não vigência do plano. Essa é a minha pergunta, a primeira.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Pela ordem, Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Boa tarde a todos, já passamos do meio-dia. Fico sempre muito feliz com a intervenção do Vereador Bezerra porque, realmente, ele milita nessa área já há algum tempo; é uma pessoa, inclusive, muito respeitada nesse setor e enriquece muito o nosso debate quando a gente está aqui conversando, porque as perguntas que são técnicas acabam sendo também esclarecedoras. Sabendo de um trabalho como esse, que vocês acabam de nos mostrar, e que vem sendo desenvolvido desde 2007, eu faço também o mesmo questionamento que foi feito por ele, mas eu anotei alguns tópicos que eu gostaria que vocês pudessem intervir na medida em que eu fosse pontuando. O Vereador Quito Formiga, também atento ao pronunciamento do Bezerra, destacou a questão do foco, que foi o que vocês falaram aqui. Bom: o foco é prevenção. Você falou também sobre uniformização, está certo? Que eu vou tentar traduzir como se fosse uma integração dos órgãos que existem na Prefeitura, para que tivessem no orçamento foco nas questões do enfrentamento da violência e abuso sexual. Você falou também sobre a forma irresponsável. O que eu vou traduzir aqui, também de uma exposição midiática, sem o conteúdo próprio para o tema. Você também disse que pretende pensar – pretende pensar – em incluir os jovens na Comissão de Intervenção Orçamentária, é isso?

**A SRA. BETHÂNIA DE CARVALHO** – Na Comissão de ...

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Perdão.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** – Posso esclarecer essa questão?

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Pois não.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** – Nos próximos passos da Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, a gente inclui o adolescente para discussão. Então, assim, é um dos próximos passos a ser tomado. Porque na previsão do Decreto não está prevista a participação de adolescentes na discussão.

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**O SR. NETINHO DE PAULA** - Ok. Está bem. Então, vamos começar por aí. Eu acho, eu gostaria de pontuar, na verdade de solicitar, para que a gente consiga implementar isso junto ao trabalho de vocês, e isso pode ser, talvez, aqui permito que o Vereador também me interrompa, caso ache necessário, para que a gente possa debater aqui. Talvez isso possa ser uma grande participação da nossa Comissão para a realização disso que começou em 2007. Os jovens participarem. A opinião da juventude que é a mais afetada nisso, tem um peso determinante. Talvez, encare, inclusive, como um equívoco não constar do Decreto, desde o seu início, a participação da juventude. Quando você fala sobre a forma irresponsável, eu gostaria aqui – por ser uma pessoa de mídia – de me posicionar um pouco com referência a esse assunto e, quem sabe, também colaborar para que a gente mude isso, porque incomoda realmente. Existem os dois lados: porque uma hora você é um homem de mídia, um homem que tem de dar audiência, tem de aumentar os números e tem de expor de qualquer fato, a informação de um terceiro, você apenas comenta. Um repórter grava, o assunto vem para a televisão e você comenta e, em cima do modo que você comenta, você aumenta a audiência necessariamente não passando o conteúdo que, as pessoas que trabalham com o tema, gostariam que esse conteúdo tivesse. Pois bem. Acho muito importante a gente deixar claro que os veículos de comunicação, como rádios, jornais, revistas e, principalmente, televisão, não são visitados por alguns órgãos que possam capacitá-los para falar sobre alguns assuntos. Existe uma pauta que o diretor deixa ali e o tema que o jornal deu, às vezes, é destacado do final da tarde e é posto, às vezes, gratuitamente. Isso é, sim, uma irresponsabilidade quando a gente está tratando de um tema que tem de ter mais humanidade para tratar. Tem de ser mais humanitário. Portanto, com foco nisso que vocês estão dizendo, o primeiro tópico que você falou, que é o foco, seria a capacitação de profissionais e de pessoas envolvidas com as questões. Desde os primeiros debates que nós tivemos aqui nesta Casa, discutimos bastante porque o Vereador Carlos Bezerra vinha com uma informação de que um grande número de professores já tinha sido capacitado para tratar desse assunto, e os jornais diziam o contrário: que algumas escolas públicas não conseguiam falar sobre o tema, era uma dificuldade para os professores. Então, veja: se para os professores, que são as primeiras pessoas, às vezes, o primeiro contato fora a família, é difícil de falar, você imagine para aquele “cara” que virou um apresentador e que está só lendo a matéria. Ele também desconhece o que está acontecendo. É importante deixar claro aqui para vocês que, no começo desta CPI, nós tivemos dificuldades para entender o que seria o crime e o que seria a doença. O nome da CPI foi a grande discussão para depois se instalar porque é um tema muito difícil e, ao mesmo tempo, nós não podemos atacar a mídia, porque a indignação daquele que apresenta ou daquele que fala é a mesma da população, que também desconhece o que está acontecendo. Então, eu gostaria, apenas nessa minha fala – como citei algumas coisas aqui – de propor e acho que a CPI pode ter um papel fundamental nisso junto ao trabalho que vocês já vêm desenvolvendo desde 2007, de acrescentar e da gente trabalhar como o primeiro tema o foco. Porque a gente informando, capacitando as pessoas, aí a gente vai poder chegar no orçamento. Antes disso, vai ser muito difícil a gente conseguir realizar a uniformização, que foi o termo utilizado por você. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Quero justificar a ausência do Presidente desta CPI, Vereador Marcelo Aguiar que, por problemas de saúde familiar, se encontra ausente. Tem a palavra a Sra. Bethânia Resende de Carvalho.

**A SRA. BETHÂNIA RESENDE DE CARVALHO** - São vários pontos aqui que vocês colocaram, mas talvez eu não tenha deixado muito claro. A Comissão de Enfrentamento elaborou um plano, discutiu o texto. Nós estamos no ponto de isso ser publicado oficialmente, ter vigência e aí a Comissão pretende propor a cada uma das pastas que a compõem, de certa forma as pastas que estão vinculadas à Comissão, ações no sentido de executar o plano. Então, uma das ações prioritárias, como enfatizei, que a Comissão está discutindo eixo a eixo, enquanto se aguarda a publicação para pensar sua implementação. Um dos eixos prioritários, sem dúvida, nós concordamos com o Vereador Netinho, é a capacitação. Nada é simples devido à dimensão da cidade de São Paulo, mas a capacitação se você tem o recurso humano já é um bom começo. Neste sentido o que a Comissão de Enfrentamento pode fazer? Propor que, com base nas suas atribuições, e nos eixos que tem o plano propor que a Secretaria de Educação capacite professores para diagnosticar a violência de seus alunos. São estes os próximos passos, cruzar planos e atribuições da CMESCA para propor. A Comissão de Enfrentamento não pode executar.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA** - Fazendo um diálogo com aquilo que você está dizendo, reagindo um pouquinho à sua fala, você diz que o plano está para ser implementado. A publicação e a vigência, enfim, são aguardadas com expectativas. Qual é a previsão desta publicação e qual o maior empecilho hoje para que isto se efetive na prática?

**A SRA. BETHÂNIA RESENDE DE CARVALHO** - Isto está no Gabinete da Secretaria de Assistência Social para publicação o mais rápido possível, aliás, desculpe-me, está com o CMDCA para aprovação do texto pelo CMDCA, pois isso é uma previsão do Plano Nacional, que o Plano Municipal seja revisto pelo CMDCA e, em seguida, a Secretaria de Assistência Social vai publicar oficialmente.

**P-** Desde quando foi enviado ao CMDCA?

**R-** O CMDCA faz parte da Comissão de Enfrentamento, então, desde a primeira reunião ele tem conhecimento do Plano.

**P-** Ele foi enviado oficialmente?

**R-** Quanto a isso, eu não secretário a Comissão de Enfrentamento, então, neste ponto não posso mesmo responder.

**P-** Ou seja, pelo que eu posso entender pela sua fala hoje é que as discussões se esgotaram, o texto está pronto, afinado, burilado. Passa, neste momento, por uma discussão no CMDCA e aguarda a aprovação no espaço do CMDCA para ser enviado à Secretaria para que então possa ser efetivada a publicação. Você não tem idéia há quanto tempo este texto final se encontra no CMDCA?

**R-** Oficialmente, não. Mas, tacitamente, ele está no CMDCA desde que foi elaborado.

**P-** Qual o empecilho formal para que este texto seja aprovado no CMDCA hoje?

**R-** Nenhum.

**P-** E por que não é aprovado?

**R-** Aí temos de perguntar para o CMDCA. Não me sinto à vontade para responder esta questão.

**P-** Sr. Presidente, ao final quero propor que oficiemos como CPI, com o entendimento de todos os Vereadores, o CMDCA, fazendo o questionamento oficial desta CPI do porquê da não manifestação oficial sobre a implementação do Plano Municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Gostaria de fazer um questionamento, não falando em CMDCA, a Comissão tem feito alguma

ligação, algum trabalho junto com os Conselheiros Tutelares?

**A SRA. BETHÂNIA RESENDE DE CARVALHO** - Queria falar algumas coisas em relação às colocações de vocês. A primeira coisa, é claro, na hora que olhamos “a olho nu” 24 encontros e supostamente mais 8 ou 10 encontros extraordinários parece que temos um tempo muito grande de trabalho e ele não foi implementado. Só para gente retomar. A Comissão é composta por vários atores, e fizemos de um jeito estratégico para que todo mundo entenda, em especial, de um nível operacional. Cabe a publicação, portanto, a implantação e implementação do Plano Municipal o nível estratégico. Cabe uma ação do nível estratégico. Claro que estamos há dois meses retomando sistematicamente nas ordinárias e extraordinárias que este encaminhamento tanto para o CMDCA quanto para o Prefeito assinar seja feito de forma mais abreviada. Isso é uma coisa que tem de deixar claro porque na verdade a Comissão foi lá e só para reiterar - elaborar o Plano era uma atribuição dentre as 11 da Comissão.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA** - Aliás, observando isso era importante na sua fala nos explicar porque o que vinha sendo apresentado especificamente sobre a Comissão e o Plano, queríamos entender um pouco o papel e a finalidade da Comissão, particularmente, em relação ao Plano. A finalidade da Comissão é definitivamente implementar, operacionalizar, executar, enfim, qual a finalidade da Comissão neste sentido. Na verdade, colocamos de maneira muito clara não porque queiramos fazer especificamente uma crítica destrutiva ao que está sendo feito porque abri minha fala reconhecendo os avanços. Agora, há um interesse claro desta Comissão no sentido de nós ajudarmos e trabalharmos como parceiros para que o processo avance. Por algum motivo, há de se reconhecer também, este processo não tem tido a celeridade e a velocidade necessária à demanda que se tem hoje na Cidade. O Vereador Netinho coloca suas preocupações como apresentador, como homem de mídia, é um sentimento claro da impaciência da sociedade. Nós, enquanto legisladores, também temos por conta da população que representamos. Há um sentimento claro no sentido de que precisamos ganhar mais velocidade e aí é importante saber qual é o papel da Comissão nisso. Ela vai operacionalizar, vai implementar e executar sem orçamento? Como é que se faz isso? Como no nosso relatório podemos contemplar uma ação que possa avançar porque o que se tem hoje de verdade é a não vigência do Plano e com certeza traz malefícios para as crianças, para as famílias. Agora, como é que participamos deste processo? Vocês precisam esclarecer para nós para o nosso trabalho, nosso relatório. Dizer para nós: o nosso papel será esse e esse não faz parte do nosso papel. Dentro da atribuição de vocês esta Comissão vai fiscalizar e vai trabalhar para fortalecer. Vamos fiscalizar os outros também e trabalhar para que isso seja efetivamente resolvido.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** - Acho que os Vereadores podem ficar tranquilos e também estamos tranquilos. O Decreto foi criado com atribuições muito específicas. Da discussão que criou o Decreto a gente não participou integralmente. Então, é um Decreto instituído pelo Poder Executivo e nós nos juntamos a este grupo e estamos trabalhando. Quero reiterar qual é o caráter da Comissão. Ela é um construtor de um proponente. A Comissão não pode ser uma cortina de fumaça para que de fato a política de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes no município de São Paulo não seja implantada, nem implementada. A Comissão vai nortear, vai dar assessoria para que a política seja implementada. Ainda cabe, e a Comissão não quer este papel de implantador e implementador da política de enfrentamento, isso cabe ao Executivo. Entendo que vocês estão questionando como fiscais, como uma das atribuições de fiscalização do Executivo, e faz parte da Comissão o Executivo também. Então, só reiterando: construtor e proponente. Agora, gostaria de esclarecer até para ser justo com o trabalho árduo da Comissão e aqui têm vários representantes que fomos construindo o Plano e paralelo à sua construção aos ajustes realizamos diversas outras ações e importante que não somente os Vereadores, mas todos os presentes conheçam quais são as ações que a Comissão fez durante estes 24 encontros com mais 10 extraordinários. Pautamos sistematicamente o CMDCA por mais que tivéssemos representantes do CMDCA na Comissão sempre fomos a eles pautar a discussão em situações pontuais ou para que a discussão, o enfrentamento da violência sexual, também entrasse na agenda do CMDCA como órgão de controle social na discussão da promoção dos direitos da criança e do adolescente. Também trouxemos para a discussão o SIPIA que tem no seu bojo, na forma que trabalha os dados, uma quantidade de informação em relação à violência, abuso e exploração de adolescentes de uma forma muito incipiente. Às vezes, nem existente. Fizemos uma assertiva com o SIPIA, com o coordenador estadual, para que a gente pudesse entender como ele funcionava e como poderíamos contribuir para que existissem dados nesta direção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA** - Seria bom esclarecer o que é o SIPIA e o seu papel a todos os presentes.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** - O SIPIA é um sistema de informação sobre a infância e adolescência que é alimentado pelos conselhos tutelares da cidade de São Paulo e todos os municípios. É alimentado pelo Conselho Tutelar. Além disso, estamos participando na construção do Manual de Atribuições dos Conselhos Tutelares que está sendo feito por coordenação do CMDCA com a Comissão Permanente de Conselhos Tutelares. Estivemos lá com o CMESCA. Fizemos mobilização nos três anos no Dia de Luta Nacional do Enfrentamento da Violência Sexual, 18 de maio de 2007, 2008 e 2009, em cada ano com formas diferentes de mostrar o fenômeno, de inquirir o Poder Público para se posicionar diante do enfrentamento ou então em parceria com a Universidade para que ela também leve para dentro de seus muros e também cuide e forme profissionais para esta sensibilização, para se instrumentalizar e reconhecer o fenômeno. Então, a gente teve várias ações no dia 18 de maio. Além disso, em relação ao “Disque 100” também tivemos ações tanto no Governo Federal e em todas as chamadas que a CMESCA foi para conhecer e para que fosse formado um polo de difusão do “Disque 100” no município de São Paulo. Então, tivemos diversas ações que foram acontecendo paralelo à elaboração do plano. Ou, podemos chamar de revitalização deste Plano, desta reatualização do Plano. Acho que isso é importante. Com relação à mídia, Vereador Netinho, acho que aqui também tivemos um cuidado que a mídia não tem, nem para tecer generalizações, nem de ser preconceituoso. Acho que falta capacitação algumas vezes e em muitas delas há uma intenção de retratar daquela forma que a mídia retrata as crianças e os adolescentes em qualquer que seja a situação. Porque a mídia absorve rapidamente em reconhecer que a menina da classe média que foi violentada ou assaltada era jovem ou uma criança ou um adolescente e a criança ou o adolescente que cometeu o delito, o crime ou violência é um menor, ainda reiteradamente. Existe uma intenção. Agora, achamos que capacitá-los, discutir para que entendam o que é chamar aquela criança, aquele adolescente de menor quando ele está cometendo um ato infracional, um delito, e o que é reiterar na criança e no adolescente quando vítima de criança e de adolescente e de jovem que é como deve ser chamado. Isso pode ser estendido para qualquer temática que estivermos discutindo quando o público-alvo da

matéria ou da informação são crianças e adolescentes. Acho que há uma intenção sim, mas não queremos aqui generalizar e não queremos ser preconceituosos com a mídia como um todo. Então, a gente acha que tem de ter um diálogo, abrir um diálogo, formar, capacitar, atualizar, quer dizer, acho que têm várias coisas a serem feitas aí, mas acho que a gente aqui também não pode ser ingênua e não ver que existe uma intenção. Acho que não é isso que você está dizendo, estou querendo reiterar que a comissão entende dessa forma, por isso que colocamos no nosso eixo de capacitação, capacitar a mídia para esse entendimento. Então, distinguir o que é exploração sexual e abuso da pedofilia. Esclarecer que nem todas as pessoas que exploram ou abusam crianças e adolescentes são pedófilos. Para reconhecer um pedófilo, é preciso uma avaliação técnica e não criminal. Fazer toda essa formação e capacitação para que a mídia possa fazer de um jeito bacana e não de um jeito esfumaçado, que não mostra para a sociedade o que é, e que não traga instrumento para as futuras responsabilizações, porque imagino que hoje os advogados devem estar baixando na Internet todas as matérias que dizem que o explorador, o aliciador, o fotógrafo, o agenciador, o transportador, o taxista envolvidos num processo de responsabilização como pedófilos e, portanto, precisam de tratamento e podem suavizar suas penas. Acho que temos também de ajudá-los a entender de uma outra forma esse fenômeno, que acho muito difícil. É difícil, árduo, duro e não é à toa que este ano resolvemos fazer uma ação em que entregássemos flores. A logomarca do Comitê Nacional é uma flor, porque como é árido, acho que temos de suavizar a discussão, aproximar as pessoas para que de fato a gente conheça, reconheça o fenômeno e de fato consiga enfrentá-lo. Enfrentar de um jeito bacana, responsável, como diz a Bethânia, não só para os adolescentes, mas para todos os órgãos envolvidos, governo ou não governo, de uma forma responsável nessa situação. Por último, não é fácil integrar os diversos setores, governo e não governo. Dentro do governo, fora do governo, a sociedade civil e governo. Não é fácil. É difícil e acho que de um jeito saudável, mesmo em posições distintas, então estamos aqui de forma amistosa, eu e Bethânia, mas eu sou sociedade civil e Bethânia é governo. Estamos discutindo, enfrentando o mesmo foco de forma amistosa, mas em posições distintas na Comissão e temos papéis distintos. Isso é saudável, porque cada uma fala do lugar em que está, milita, trabalha e defende.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Aliás, você está tocando num aspecto importante, que é a questão mesmo desse diálogo constante dentro da própria comissão, entre o governo e a sociedade civil. Lembro-me quando aprovamos o ofício de convite para que estivesse presente a representação do Conselho e, enfim, temos dados sobre a questão da implementação do plano municipal, era um convite estendido a todos os membros da comissão. Assim como à coordenação da comissão. Na verdade, tenho muita curiosidade em saber – estou vendo que você tem uma fala importante, assim como a Bethânia – porque são 58 membros da comissão, quantos efetivamente estão presentes, hoje, nesta sessão da CPI? Acho que poderia passar uma lista, porque será importante para nós. Sr. Presidente, vou pedir a V.Exa. que solicite o encaminhamento de uma lista de presença, com todos os representantes, até para que possamos perceber o quanto temos de sociedade civil, o quanto temos de governo, para poder direcionar também a nossa fala nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** - Houve uma questão que envolveu o CMDCA, para esclarecimentos sobre a implementação do plano. Estou vendo que na lista existe um representante do CMDCA, Sr. Armando Russidi, se ele puder se pronunciar. (Pausa) Gostaria de saber se o Sr. Armando quer se pronunciar, por favor.

**A SRA. LÚCIA FONSECA DE TOLEDO** - A Raidi também é representante do CMDCA na comissão. Então, acho que talvez poderiam abrir a palavra para ela.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Seria muito importante, Sr. Presidente. Acho interessante termos uma palavra oficial da representação do CMDCA, sobre a discussão que estamos fazendo, sobre a implementação do plano, enfim, como é que andam as discussões lá no CMDCA.

**A SRA. ADEURAIDE** - Meu nome é Adeuraide. Sou do segmento de governo, Secretaria de Saúde, estou na representação do CMDCA, enquanto suplente. O plano foi apresentado em setembro do ano passado, logo no início dessa nova gestão que se instalou do CMDCA, que foi em agosto. Naquele momento houve apresentação do plano pela Tatiana, que coordenava os trabalhos por SMADS e não houve uma sequência, no sentido do que está se pedindo hoje, ficamos até com uma tarefa ontem da nossa reunião e vou passar para a Elaine do CMDCA, que é a Presidente a partir da semana que vem, de darmos andamento diante da sequência de oficializarmos em Diário Oficial do Município, esta como se diz? O plano dentro da aprovação no CMDCA, que na realidade já foi, de uma certa forma, aprovado. Não houve nenhuma resistência naquele momento, em setembro, foi aceito e, inclusive, no CMDCA acabamos de fazer o nosso planejamento para as ações de 2008 a 2010, que será apresentado na reunião ordinária do CMDCA, no próximo dia primeiro de maio, todos estão convidados, será uma plenária aberta.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Primeiro de maio próximo?

**A SRA. ADEURAIDE** - Primeiro de junho, estou um mês atrasada, desculpem. Primeiro de junho, com início às 9h30m, na Rua Líbero Badaró, 119, no Auditório da Secretaria de Participação e Parcerias. Dentro desse plano está, entre uma das ações importantes, o trabalho no que concerne à exploração da criança e do adolescente, que é hoje tema da CPI. Vamos pedir que no dia da apresentação do planejamento, também seja votado formalmente o plano municipal do CMESCA e se some essa tarefa de oficializar em Diário Oficial, que me parece, é uma ação do CMDCA, enquanto comissão, vão verificar também se é pelo COMAS. E ontem, a Miriam enquanto Coordenadora do CMESCA pela SMADS. Ela também irá apresentar para a Dra. Alda Marco Antonio, enquanto Secretária, esta ação pelo caminho do Executivo.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. (PSDB)** - É Miriam, Coordenadora do CMESCA, pela SMADS?

**A SRA. ADEURAIDE** - Na verdade, quem coordena o CMESCA, que saiu em decreto é SMADS. Então a Miriam... A Miriam não, a Eliane. A Miriam e a Eliane Schutt, que são as pessoas que coordenam as reuniões no CMESCA.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Eu imagino que vocês devem ter tido uma reunião prévia sobre a definição de quem seriam as pessoas que representariam a comissão nesta reunião de hoje.

**A SRA. ADEURAIDE** - Ontem. Saíram as duas, sociedade civil e governo.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - E há algum motivo pelo qual a Miriam, que é a coordenadora, não estar presente hoje? Há alguma justificativa para isso ou não?

**A SRA. ADEURAIDE** – Não, eu acho que foi uma organização dos trabalhos. Teve alguma coisa no final?

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – Acho que precisa esclarecer, ontem, em mãos, a Miriam que vem coordenando em parceria com a Eliane, que é responsável pela proteção especial dentro da SMADS...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – É Miriam, o sobrenome?

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – Não sei o sobrenome, desculpa. Realmente...

**A SRA. ADEURAIDE** – É a Miriam que esteve aqui a primeira vez, representando SMADS, há umas três semanas, não lembra?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Veio uma pessoa de SMADS, mas que não trouxe absolutamente nenhum dado para nós. Ficamos até surpresos, porque imaginávamos que viriam dados, enfim, viriam informações, teríamos um mapa, enfim, indicativos ao nosso trabalho. É isso que me chama a atenção, quer dizer, já esteve, talvez, há três sessões, não trouxe os dados, nós reiteramos o pedido aos dados. Os dados não vieram e a pessoa também não está presente hoje. É isso que nos causa certa estranheza.

**A SRA. ADEURAIDE** – Aí, mas, eu acho que são duas situações, embora no mesmo espaço, mas em momentos distintos, não é? O CMESCA, essa comissão, ela tem toda uma composição coordenada por SMADS em decreto.

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – Cabe esclarecer que assim: eu imagino que a CPI tenha oficializado as pessoas que estão...

**A SRA. ADEURAIDE** – como membros.

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – constando do Decreto. Se a gente olhar aqui o Decreto, quem está aqui como Coordenação, representando a SMADS, é a Tatiana Amêndola e o José Carlos Bimbatte, que não trabalham mais na SMADS.

Eu não sei se a CPI fez uma convocação genérica para o Coordenador. Eu sei que, ontem, a Miriam não havia sido convidada nem a Eliane, que são duas pessoas que, hoje, ...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Essa não é a informação que eu tenho. Vou até solicitar à assessoria desta Comissão que traga os e-mails, porque não é essa a informação que eu tenho. A Sra. Miriam foi contatada pessoalmente, por telefone; deu uma resposta, aliás, uma resposta por e-mail, que eu solicito que venha a esta Comissão. Mas que, definitivamente, nós não entendemos o porquê dessa ausência. Quer dizer, é uma ausência muito importante, porque é uma discussão que volta à tona – há três semanas, a gente fez essa discussão. A gente imaginava que teria avançado, evoluído, mas não é isso que acontece. Olha, a resposta que nós temos, pela Proteção Especial à Criança e Adolescentes – o contato foi feito dia 6 de maio, pela secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito, e a resposta foi dada pela Sra. Shirlei Macedo dos Anjos de Menezes, falando aqui em nome de SMADS e de Proteção Social Especial de Crianças e Adolescentes. “Segue em anexo o Decreto que institui a Comissão Municipal (...) assim como os órgãos colegiados que a compõem”. Ou seja, o contato foi estabelecido.

**A SRA. ADEURAIDE** – Talvez o convite tenha, se foi na sequência, não sei se está atualizado na sequência os membros, porque, em *Diário Oficial*, ainda não foi publicado...as novas pessoas.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Ainda não houve a publicação?

**A SRA. ADEURAIDE** – Dos novos membros da nova composição. Então, eu acho que isso também, com certeza, se faz extremamente necessário.

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – Então, só para eu esclarecer...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – A informação que chega é que houve, em virtude dessa situação, a comunicação da Secretaria desta Comissão para que fosse enviado um substituto a esta Comissão.

**A SRA. ADEURAIDE** – Ah, tá. Houve um cuidado.

**A SRA. LUCIA FONSECA DE TOLEDO** – Gostaria só de esclarecer, porque fizeram mudanças, não só em relação a SMADS, mas, por exemplo, o Cedeca de Interlagos, atual representante do Cedeca não foi oficiada, então, só para a gente, de fato, não chegou a tempo, pelo menos. Então, eu acho que teve... Há o Decreto que está com nomes desatualizados. Eu imagino que, em SMADS, isso tenha feito um outro percurso. Ontem nos foi dito que a convocação foi para a Coordenadora, acho que Ângela, não me lembro o sobrenome, e para a Secretária. Então, isso havia chegado ofício para que estivesse presente hoje na CPI. A gente, até aquele momento, não sabia se estariam presentes, ou não, inclusive, a Miriam não sabia dizer se estariam presentes e não sei também porque é que não estão presentes hoje aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pois é. Não, na verdade, nem estou te pedindo isso, Lúcia. Mas, que nos causa estranheza. Quer dizer, a gente está tentando estabelecer um diálogo, estabelecer canais, fazer a aproximação, mas as informações que a gente tem, primeiro: são completamente desconstruídas; aí acho que a gente tem de ter uma reunião dos Membros desta CPI e tentar encontrar um caminho único. Essa é a segunda tentativa. Eu acho que não tem mais de ter tentativa. Nós estamos querendo estabelecer e reconhecer os avanços que foram feitos em relação ao tema na cidade. Mas a gente não consegue encontrar os canais. Acho a sua situação extremamente delicada, difícil...

**A SRA. ADEURAIDE** – Com certeza.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Quer dizer, a segunda situação de vocês, porque eu não entendo...

**A SRA. ADEURAIDE** – A gente responde até onde nos é possível e nos responsabilizamos enquanto grupo.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Eu não entendi, sequer, a sua situação: você é suplente no CMDCA, mas está, fala pelo Governo, mas também, ao mesmo tempo, ocupa a fala do CMDCA. É uma coisa que está muito confusa, definitivamente, confusa. E o que a gente quer, nós não queremos outra coisa que não seja: informação clara e caminhos para que a gente possa efetivamente fortalecer a nossa rede de proteção. E nós vamos trabalhar nisso incansavelmente. Agora, definitivamente, Sr. Presidente, Quito Formiga, que preside esta Comissão, eu acho que nós temos de, ao término desta sessão, termos uma reunião entre os Vereadores, Vereador Netinho está aí, expormos a nossa preocupação e estabelecermos um novo canal de diálogo com o Executivo e, particularmente, com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Porque, efetivamente, na prática, tudo aquilo que a gente vem pedindo, a gente está tendo muita lentidão nas respostas. E uma CPI se pauta exatamente pela agilidade: agilidade em informação e agilidade de ação. Não dá mais para aceitar esse tipo de coisa. A gente fez um ofício que era claro, no sentido de que viesse a coordenação, a pessoa responsável pela coordenação do plano e do Conselho e da Comissão. E o que a gente tem aqui?

Claro, tem gente boa, qualificada, que está aqui cumprindo o seu papel, trazendo a informação que tem, fazendo o que deve ser feito, cumprindo, enfim, a sua função. Mas a gente chega a impasses, porque a gente cobra posições do, por exemplo, do CMDCA. Desculpe-me. Mas acho a sua situação muito difícil: falar em nome do CMDCA aqui numa CPI.

**A SRA ADEURAIDE** - Com certeza.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – É complicadíssimo.

**A SRA ADEURAIDE** – Sem dúvida.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – A gente tem, eu vi o Vereador Quito Formiga falando, perguntando sobre a presença de um representante do CMDCA, que estava aqui, assinou a lista, mas já não está mais. Então, quer dizer: o que a gente, efetivamente, está querendo aqui? Eu vou dizer uma coisa, Vereador Netinho, estou me cansando. Há momentos de cansaço, porque a gente está tentando fazer um trabalho que não se restringe a esta CPI. Todos nós temos atribuições. A gente superpõe agendas. A gente multiplica o tempo. Estamos aqui, quer dizer, ninguém almoçou. Todas as quintas-feiras é um trabalho exaustivo, mas parece que estamos a passo de formiga. Não há sentido mais para isso. Então, justifico o meu desabafo. Mas, o meu desabafo vai no sentido de que, efetivamente, o canal precisa ser reconstruído. Ou se faz um canal específico, único, no qual se tem informação, ou então a CPI tem de tomar outro tipo de atitude e não mais convidar ninguém, aí é convocação. Aí é trabalhar para a convocação porque nós estamos querendo saber o que está acontecendo e o que está impedindo que esse plano, efetivamente, avance, quais são os passos da Comissão, enfim, qual é o papel do CMDCA neste negócio. Porque, desse jeito, particularmente, Vereador Netinho e Vereador Quito Formiga, eu aqui exponho a minha exaustão e o meu cansaço.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Pela ordem, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Pela ordem, Vereador.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Presidente, a indignação do Vereador Carlos Bezerra tem fundamento. Realmente os trabalhos têm sido muito difíceis para esta CPI e é inadmissível uma postura como essa e acho que é importante este momento da CPI ser analisado, porque nós estamos falando aqui e a indignação posta não é partidária, é uma indignação de plano de trabalho. Eu faço minhas as palavras do nobre Vereador e acho que nós, se não partirmos para a convocação, devemos estabelecer, ainda hoje, através da nossa assessoria uma linha de relação com a Secretária Alda Marco Antonio, que, no momento, está como Prefeita da cidade, mas precisamos ter uma pessoa do setor que venha representá-la. Eu entendo a ausência da Prefeita, mas não justifica a conduta ou a postura das pessoas que aqui deveriam estar. Então, eu gostaria - se o Vereador concordar - que a gente fizesse o encaminhamento, no final das nossas atividades aqui, direcionadas à Secretaria, para que eles pudessem, na próxima reunião, ter um representante para falar sobre o tema, especificamente sobre o tema. Não sei se é essa a mesma vontade do Vereador, mas eu entendo que seria propício para a nossa CPI neste momento. É o que seria o mais oportuno a fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** - Eu sou favorável ao Vereador Netinho e ao Vereador Bezerra. Gostaria de saber se a Lúcia quer fazer mais alguma consideração ou a Bethânia?

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** - Eu estava aqui numa linha de raciocínio, respondendo às colocações que nos foram feitas, só encerro dizendo, em relação à participação do Conselho Tutelar na Comissão, que, durante muito tempo, tivemos a participação muito importante, tanto da Comissão Permanente quanto de conselheiros. Acho que o Conselho Tutelar é uma porta de entrada muito importante para o fenômeno e me somo à preocupação de que, de fato, o plano seja publicado. A gente vem sistematicamente reiterando isso na Comissão. A gente também entende que existe um tempo para que o novo Governo chegue, assente, tome pé da situação. Mas, por outro lado, também, acho que isso mostra o quanto de fato é prioridade, não é prioridade na agenda. Claro, a gente sabe muito bem que todas as pastas estão repletas de demandas importantes. Cada um que já trabalhou tendo mais de uma demanda sabe que, em alguns momentos, a gente prioriza uma em detrimento de outras. E nós aqui temos feito um esforço dentro da Comissão para que não fiquemos pelo menos na última prioridade nesse processo de publicação. Acho que agora a gente retomou um esforço, um esforço do CMDCA para aprovação. Acho que a Raide colocou aqui, a gente está trabalhando com a ideia de que o CMDCA não deva ter nada contra, nenhuma observação contrária ao texto do plano, até porque, em setembro esteve lá presente a atual Presidente do Conselho Municipal. Portanto, ela lançou um texto e imagino que tenha lançado um texto que ela concorde. Além disso, como disse a Raide, reitero que a gente esteve presente lá na representação do CMDCA durante todo o processo de elaboração do plano. Então, imagino que seja só uma formalidade e que a gente precisa avançar. Nós estamos fazendo o nosso papel - sociedade civil e Governo para que a gente consiga avançar nisso, inclusive. Então, acho que quase todos os membros comungam dessa preocupação de que precisamos publicar para que ele se torne política pública, para que ele se torne, de fato, realidade no Orçamento das Secretarias. A gente imagina que cada um dos representantes das Secretarias fique de mãos atadas para discutir Orçamento, se o plano ainda nem existe, não foi nem publicado e nem sancionado pelo Prefeito. Então, quer dizer, fica muito difícil pensar que cada um dos representantes das várias Secretarias coloque na agenda e no Orçamento, a preocupação para o enfrentamento da violência sexual. Então, de fato, a Comissão também está com essa preocupação. E, por último, cada um de nós - Bethânia e eu estamos aqui como porta-vozes - mas todos os outros presentes estão aqui e a gente aceita qualquer tipo de questionamento, se for da nossa alçada a gente responde. Eu acho que, por mais que a coordenação não esteja presente, parte da Comissão está aqui presente para poder responder os questionamentos que foram feitos. Em relação à presença, queria só também reiterar um pouco o funcionamento da Comissão. A Comissão tem 58 ou 56 membros, mas nós temos trabalhado com os efetivos e, na ausência do efetivo, vai o suplente. Acho que é mais interessante vermos se a gente tem aqui uma representação institucional do que numérica, porque temos trabalhado com efetivos, até porque as pessoas têm agendas muito lotadas. Então, a gente trabalha com efetivos e o importante aqui é se temos representação de instituições e de quais instituições conseguimos ter efetiva participação.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR** - Eu queria fazer uma última pergunta sobre os apontamentos que vocês fizeram em relação à questão do Orçamento. Eu queria que vocês nos apontassem, apontassem a esta Comissão, sugestões de encaminhamentos possíveis para a garantia legal de orçamento. Eu diria que, a princípio, na fala, se não me engano, da Bethânia, sobre o que hoje a

discussão se coloca, em termos de ter intersectorialidade, um orçamento colocado em cada espaço e tal, eu particularmente, não sei, tenho uma opinião contrária. Eu acredito que, pela importância do tema, pela relevância do tema para a pauta da Cidade, para a agenda de Governo, eu particularmente acredito, estou convencido de que a melhor coisa seria termos uma rubrica específica no Orçamento para políticas públicas voltadas para a questão do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Eu, particularmente, imagino que essa seria - estou convencido, não imagino - estou convencido de que essa seria a melhor solução. Concordam, discordam e quais as ponderações a serem feitas? É a minha última pergunta.

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** - Então, acho que a primeira coisa - quero aqui parafrasear uma colega, uma Vereadora - lugar de criança e adolescente é no Orçamento. Eu acho que essa é uma frase que a gente precisa perseguir, que eu acho que é muito difícil persegui-la. Garantir que, de fato, crianças e adolescentes estejam nos Orçamentos.

Claro que já avançamos muito e conseguimos identificar, mas têm crianças e adolescentes que ficam num limbo orçamentário. Então, criança e adolescente que é alvo de tráfico e vem para a cidade de São Paulo é travestida. Meninos de 9, 10, 11, 12, 13 anos que vêm do Pará para São Paulo são travestidos. É o limbo orçamentário e, por consequência, de responsabilidade. Quem cuida disso: Direitos Humanos, Adversidade Sexual, Assistência Social, quer dizer, cada um teve de tentar administrar o empurra de cá, empurra de lá e quem tinha mais responsabilidade tomou para si essa preocupação, esse enfrentamento e o cuidado que precisava ser dado para isso.

O que me preocupa, quando a gente pensa numa chancela específica, é quem cuida disso? Qual é a Secretaria que vai cuidar de executar esse Orçamento, porque tem de ter uma Secretaria que vai executar. Por outro lado, existem ações internas de cada Secretaria. Então, por exemplo, Saúde, vem perseguindo uma preocupação em formar, em capacitar seus técnicos para o enfrentamento, para que o ginecologista, ao atender a criança vítima de violência, dê um segundo passo que é identificar se aquele cuidado tem por trás dele uma violência. Então, eu acho que precisamos amadurecer.

**P** – A educação, também, eu estou perguntando isso porque ... assim ...

**R** – Claro.

**P** – A educação também. Mas a educação faz isso a partir de emenda orçamentária, por exemplo, que eu apresentei, ou seja, a gente acaba ficando refém das iniciativas individuais dos vereadores, o que não faz sentido para uma política pública mais ampla e de resultado mais amplo. Quer dizer, a garantia de uma rubrica é específica e vinculada a uma Secretaria. Sem dúvida nenhuma, acho que, na minha forma de ver, traria um outro tipo de avanço.

**R** – Entendi. A proposta é se a gente tem uma rubrica para o enfrentamento, quer dizer, você não dependeria ou de boa vontade, entre aspas, ou de intenção política ou então de decreto. O problema é que, se você tem, de fato, implementado uma política pública de enfrentamento à violência sexual, você tem necessariamente colada a ela, um orçamento.

Então, acho que pode ser interessante essa proposta de ter uma chancela, desde que você tenha somado a isso, de fato, essa política que vai dizer como é que isso acontece. E aí não sei qual é a sua opinião, quer dizer, quem seria o responsável por executar esse orçamento, já que existem municípios que têm Fundação ou Secretaria da Criança e do Adolescente. O Município de São Paulo não tem, quer dizer, criança e adolescente é um público alvo que perpassa por várias secretarias.

**P** – Mas acho que essa era uma discussão para se ter no espaço da Comissão. Poderia ter essa discussão. Se provocar essa discussão mais específica sobre quem poderia executar isso, por exemplo, eu não sei, mas Governo Federal - eu acho, não tenho absoluta certeza - mas acho que executa esse tipo de ação a partir da Secretaria de Direitos Humanos.

**R** – Mas aí ela tem uma Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, não tem? Tem uma Secretaria.

**P** – Mas eu acho que essa era uma discussão a se ter.

Temos um espaço conquistado de direitos humanos na cidade, esse poderia ser um espaço inicial, não sei. Agora eu acho que essa é uma discussão que tem de ser feita e já, porque se não corremos um risco enorme. Vamos debater, vamos discutir, vamos trabalhar a rede, o fortalecimento da rede. Enfim, vamos trazer um monte de coisas, um monte de planos, mas se não tiver recursos, e se não tiver quem cobre a execução do recurso vamos ficar paralisados. Então, talvez, essa seja uma discussão, estou aqui sugerindo à comissão que essa poderia ser tema de pauta da próxima reunião, a discussão onde, de onde viria o orçamento, quem executa, como se aplica? Qual a melhor solução e aí apresentar, também, a essa CPI, o resultado dessa discussão que queremos trabalhar em sintonia com vocês nessa linha.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Quero anunciar a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso, componente desta CPI.

Com a palavra a Sra. Bethânia Rezende de Carvalho.

**A SRA. BETHÂNIA REZENDE DE CARVALHO** – Coincide mesmo o que eu queria dizer para encerrar, com o que o Vereador estava colocando de orçamento. Precisamos analisar o orçamento como o plano. Ver o conteúdo desse plano. Seria interessante uma apresentação técnica do conteúdo do plano para se pensar onde é que executa o orçamento, se precisa de outro órgão mesmo.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Quero agradecer muito a Bethânia de Carvalho e a Lúcia de Toledo, e também a intervenção da Raide, foram esclarecedoras acrescentando muito para nossos trabalhos. Acredito que algumas coisa que acontecem em termos de organização refletem exatamente no estado que o assunto se encontra no Município, e por isso que alguns desencontros acontecem. A CPI tem a intenção de estar afinando esses órgãos, fazendo uma interlocução com todos os agentes que trabalham para melhoria de qualidade de vida do povo da nossa cidade, vocês foram corajosas em assumir algumas respostas de órgãos que na verdade nem competiam mas tentaram sanar, mostrando os mais diversos vem trabalhando unidos para que melhore a qualidade do trabalho. Todos os Srs. Vereadores presentes devem ter em comum o sentimento de grandeza no trabalho de vocês que contribuiu com o enriquecimento da nossa CPI. O nosso relator a partir desses esclarecimentos e dos fatos que aconteceram aqui, fica mais rico em conteúdo para o encaminhamento dos sinais em nosso trabalho. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Gostaria de agradecer a contribuição de Lúcia de Toledo e Bethânia de Carvalho, membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; agradecer a participação de todos os presentes. Gostaria, também de fazer um requerimento, assinado pelos Srs. Vereadores desta Comissão,

dois requerimentos de informações e de documentos, solicitando de V.Exa. que os coloque a votos para aprovação. Passo a ler os requerimentos.

- São lidos, postos a votos e aprovados os seguintes requerimentos: (informações e documentos à Secretária Alda Marco Antonio e ao CMDCA).

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** - Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos por um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – É regimental o pedido de V.Exa. A sessão está suspensa.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Quito Formiga.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo, da mesma forma que temos feito apelos reiterados ao Executivo, aos representantes do Executivo, enfim, dos anos que vem sendo consultados no sentido da celeridade do envio de informações, gostaria de fazer um apelo a essa comissão e à secretaria da comissão, reconhecendo, o bom trabalho da secretaria dessa Comissão, mas que os ofícios que forem votados nas sessões de quintas-feiras – faço uma solicitação formal - que no dia seguinte sejam enviados aos órgãos competentes. Com a maior celeridade. Porque temos recebido informações e contatos dos órgãos que recebem os ofícios de que os ofícios têm sido enviados na última hora e isso acaba servindo como instrumento de justificativa para a não presença ou para a não elaboração de relatórios com informações adequados. Faço essa solicitação a V.Exa. acredito que seja de consenso de todos os Srs. Vereadores, mas requeiro nos termos regimentais que a secretaria dessa Comissão, no momento da aprovação, às quintas-feira dos requerimentos e dos ofícios feitos por essa CPI, seja na sexta-feira, no dia seguinte, encaminhados aos órgãos competentes feitos todos os contatos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga)** – Não havendo mais nada a tratar, comunicamos a todos que nossa próxima reunião será no dia 28, quinta-feira, às 11 horas. Estão encerrados nossos trabalhos.

99  
FL. Nº

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18 de junho de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito de Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, com a presença dos nobres Vereadores Carlos Alberto Bezerra Jr., Floriano Pesaro, Juliana Cardoso, Netinho de Paula – que já está a caminho – e Quito Formiga também, e a nobre Vereadora Sandra Tadeu, e Marcelo Aguiar, na Presidência. Hoje, estamos recebendo o Dr. José Mariano de Araújo Filho, que faz parte da Delegacia de Crimes Cibernéticos - Crimes Eletrônicos - da Cidade de São Paulo, do DIG, que vai colaborar com os trabalhos desta CPI. E hoje teremos, também, a convidada Dra. Carmen Lúcia Pantaleão de Mello, Promotora, Secretária da Vara da Infância e do Ministério Público, que estará sendo representada em uma sessão extraordinária, que será deliberada hoje, no dia 25, pelo Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias e Justiça Criminais de São Paulo. Como o Dr. Rossini estará aqui no dia 25, em uma extraordinária, já queria deliberar, então, este requerimento. Ele vai cooperar com o trabalho, trazendo todo o material da Promotora Carmen Lúcia e, também, estará participando, no dia 25. Se todos os Vereadores estiverem de acordo, estará aprovado. (Pausa). Aprovado, então, o requerimento. Dia 25 teremos uma extraordinária da Pedofilia. Então, o Dr. José Mariano de Araújo está participando hoje, aqui, conosco. Queria dar a oportunidade de dar a palavra ao Dr. Mariano para que ele pudesse apresentar o que vem acontecendo na cidade de São Paulo – em termos de investigação – e, também, qual a necessidade. O que precisa, hoje, até para poder cooperar com o trabalho do Dr. Mariano, que é uma das únicas delegacias que temos, na cidade de São Paulo, especializada nessa classificação. Dr. Mariano tem o tempo, à vontade...

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Gostaria de pedir uma licença, porque estamos recebendo, hoje, na Casa o Sr. Secretário-Adjunto, Dr. José Maria, Secretário da Saúde. E, como sou Presidente da Comissão de Saúde, e o nobre Vereador Carlos também participa da Comissão, então vou pedir licença para receber o Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito, nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Só para reafirmar a saída por alguns minutos, por acontecer reunião simultânea nesta Casa, que trata do tema da Saúde, e em virtude da presença do Sr. Secretário-Adjunto da Saúde – e como já explicado – por ser membro da Comissão da Saúde, assim como a nobre Vereadora Juliana Cardoso. Por alguns momentos, então, peço licença da não participação nesta Comissão, mas, o mais breve possível, já volto para participação ativa e para poder ouvir o nosso Delegado José Mariano.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Só para fazer constar, e também ao Dr. Mariano, que todas as questões que forem colocadas aqui, e o que for dito, será gravado. Portanto, as notas taquigráficas, depois, serão encaminhadas aos Vereadores também. Portanto, eles terão total ciência daquilo que for exposto pelo senhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra, então, Dr. José Mariano de Araújo Filho, que hoje coopera com o trabalho da CPI.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Bom dia, Sr. Presidente - Vereador Marcelo Aguiar – na pessoa de quem gostaria de cumprimentar todos os Vereadores, não só esses que fazem parte da CPI mas, também, desta Casa, à qual tenho um grande respeito e uma grande admiração. E enfatizar que, verdadeiramente, é uma honra termos a oportunidade de representarmos a Polícia Civil do Estado de São Paulo, trazendo, de alguma maneira, a nossa colaboração para um assunto que reputo da mais alta importância. Gostaria de pedir permissão para que pudesse tratar do assunto da maneira mais informal possível, e acho que é a melhor maneira para que possamos ter uma compreensão do que, hoje, estamos enfrentando. Então, procurarei não ser tão técnico, porque existem alguns aspectos, dessa questão, que são absolutamente técnicos. Mas, para que todas as pessoas aqui, presentes, e os Vereadores - que terão a oportunidade de ter acesso ao material gerado a partir dessa reunião – possam ter, realmente, a compreensão do problema. Antes de iniciar o que vim propenso a cooperar com a CPI, gostaria de falar, um pouquinho, do trabalho que vem sendo realizado pela Polícia Civil nessa área. Represento a Delegacia de Crimes Eletrônicos – é a 4ª DIG – e é uma das Delegacias de Investigação Geral do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado – o DEIC de São Paulo. É a única Delegacia especializada no Estado de São Paulo, e a sua atribuição legal é justamente tratar de todo e qualquer tipo de crime, cujo emprego da tecnologia o caracterize. Ou seja, o meio utilizado para a prática ou a tentativa da prática criminosa seja o meio tecnológico. Nossa Delegacia existe desde 2001. Sou um dos Delegados que teve a oportunidade de passar, de estar trabalhar nessa unidade policial. E, hoje, procuramos montar uma Delegacia com um conhecimento técnico adequado para o enfrentamento das questões relacionadas a crimes eletrônicos e, também, aqueles que têm, na sua experiência, na sua capacidade profissional, condições de desempenhar esse tipo de trabalho. Gostaria, até, de ressaltar que esse trabalho de investigação do crime praticado por meio eletrônico é justamente um trabalho no qual todos aqueles que estão envolvidos, devem ter uma característica de conhecimento técnico e, também, o conhecimento operacional daquilo que a Polícia pode realizar. Dentre os diversos assuntos que temos investigado em nossa unidade policial está justamente a questão da pedofilia. A pedofilia ganhou um certo relevo a partir do momento que começou a se discutir questões relacionadas à prática de crimes por redes de computadores, dentre as quais a Internet. E, a partir de todos os recursos que a Internet proporcionou para que as pessoas tivessem, justamente começaram a aparecer os problemas relacionados à utilização dessa tecnologia para a prática criminosa. Posso dizer que não é um problema novo; não é um problema exclusivo do Brasil. É um problema de ordem mundial. E todas as forças policiais existentes no mundo têm se deparado, têm se debruçado sobre esse problema, e têm procurado enfrentá-lo de uma maneira mais adequada. E é a partir daí que gostaria de começar a fazer algumas considerações que reputo da maior importância. E que tipo de considerações? Hoje temos, em nosso país, um foco de discussão que se notabilizou por algumas ações que utilizou - e que é, justamente, a CPI da Pedofilia no Senado. Porém, gostaria de ressaltar para todos os membros desta Casa que acho que a iniciativa, existente aqui, pela Câmara Municipal de São Paulo, é da mais alta relevância possível. Explico, Sr. Presidente, porque entendo que é, absolutamente, relevante que não somente a Câmara Municipal de São Paulo, mas essa iniciativa deveria ser seguida pela grande maioria - se não pela totalidade - das Câmaras existentes em nosso país, e não somente em nosso Estado. Essa iniciativa é de um trabalho tão importante porque, no final das contas, a nossa experiência indica que o foro mais adequado para se tratar do problema não é a União, não é o Estado, mas o combate efetivo acaba ocorrendo na municipalidade. Por que posso dizer isso? Um encargo constitucional dos municípios é justamente a questão da Educação. E, justamente, as crianças, na sua mais tenra idade, por sua inexperiência, por sua empolgação – principalmente quando estão se defrontando com questões de tecnologia – acabam se tornando alvo fácil desses predadores, que são os pedófilos. E isso traz, remete o assunto a ser tratado pela Municipalidade. Outro aspecto que considero da mais alta relevância: no final das contas, as vítimas que vão sofrer

com os problemas decorrentes da pedofilia, os traumas que vão ser acarretados àquelas crianças e que vai acontecer? Eles vão, invariavelmente, refletir em serviços de saúde que, certamente, são da atribuição e são tratados pelo Município. Então, isso remete à importância do assunto na esfera Municipal, em que as providências devem ser adotadas. Percebemos, em nosso dia a dia, tratando desse tipo de problema, que a informação tem uma tendência a ser canalizada, normalmente, nos órgãos que se considera, se reputa de maior importância. Por isso, o Senado acabou tendo um resultado considerado muito bom a partir do momento em que ele teve a possibilidade de fazer com que a informação relacionada à pedofilia se convergisse para ele. Mas, no âmbito das competências estabelecidas pela Constituição, o problema da pedofilia – quando ela não está relacionada às relações internacionais – é remetido para o Estado. E, por todas as consequências que mencionei anteriormente, – relacionadas à Educação, à prevenção e à Saúde – acabam, invariavelmente, repercutindo dentro do Município. Então, gostaria, inicialmente, de parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo por esta iniciativa de trabalho e ressaltar a cada um dos senhores Vereadores, que fazem parte desta nobre Casa, tenham esta CPI como um instrumento de mais alta relevância e, principalmente, algo que, efetivamente, possa marcar a história de nossa cidade de São Paulo no combate a esse tipo de delito, e, principalmente, por todas as consequências e por tudo que pode repercutir no enfrentamento desse tipo de problema. Feitas essas considerações, gostaria de falar, também, um pouco a respeito do nosso trabalho. Nosso trabalho é investigativo...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quería só abrir uma oportunidade para que, como estamos tendo outros trabalhos aqui na Casa, gostaria de convidá-lo para fazer parte da Mesa. Porque, como temos, hoje, representantes militantes nessa área também, faça parte da Mesa, até para que as pessoas que estão acompanhando esta CPI desde o começo possam até ter uma visibilidade melhor da sua pessoa e do seu trabalho desenvolvido aqui. Por favor.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Perfeito. Peço licença. (Pausa) Bom, prosseguindo, agora fica até melhor, porque sempre acho que a informalidade, quando se olha no rosto das pessoas, você acaba expressando um pouco mais de sinceridade. E acho isso muito importante, quando se tratam de questões como essa. Prosseguindo no que estava comentando, nosso trabalho é, basicamente, um trabalho de investigação, firmado no que a nossa legislação Penal e a nossa legislação Processual Penal estabelecem. E, portanto, temos visto de perto esse tipo de problema. E, aí, do nosso enfrentamento da questão – que a Polícia Civil de São Paulo faz, com relação a esse tipo de matéria, esse tipo de assunto – verificamos alguns problemas que gostaria de compartilhar com todos que estão aqui presentes. Um dos problemas principais, vou comentá-lo fazendo um breve relato de uma das investigações que levamos a cabo. Recebemos uma informação – oriunda do Ministério Público Federal, no Estado de São Paulo – que trazia ao conhecimento de nossa unidade policial que, na Internet, estava sendo divulgado um vídeo de uma garota – aparentemente menor – que praticava relações sexuais com três rapazes – aparentemente maiores. E esse vídeo estava sendo amplamente divulgado pela Internet. Ao tomar conhecimento desse caso, determinei a instauração do inquérito policial – um instrumento jurídico válido para qualquer tipo de investigação – e começamos a fazer o nosso trabalho de investigação. Primeiro, onde esse vídeo estava armazenado? Qual era o computador, o servidor no qual ele estava armazenado? E descobrimos que ele estava armazenado em um servidor de uma empresa que divulgava conteúdo de pornografia – não a pornografia infantil, mas a pornografia adulta, pela Internet – e estava sendo amplamente divulgado e acessado por pessoas no mundo inteiro. Isso já se tornou um fator complicador porque quando você fala de informações que estavam armazenadas em servidores de outros países, você, imediatamente, acaba tendo necessidade de invocar relações diplomáticas para que você possa solucionar o problema em virtude da soberania que existe no trato de questões como essa por determinados países.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perdão, perdão! Quería pedir para que a Secretaria pudesse apenas chamar a atenção das pessoas lá atrás para manter silêncio, até por uma questão de respeito.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Prosseguindo, eu entrei em contato com a empresa que hospedava esse vídeo para que não somente pudesse efetuar a exclusão desse material da Internet por se constituir pornografia infantil, mas também para que pudesse me dar informações relacionadas...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quería informar também a presença do Vereador Netinho de Paula. Hoje, estamos recebendo o nosso querido delegado do DIG, responsável pela Delegacia de Crimes Eletrônicos da cidade de São Paulo, José Mariano de Araújo Filho. Está explicando sobre vídeo que recebeu do Ministério Público Federal, e ele está terminando, está concluindo o seu pensamento e o trabalho que está desenvolvendo com essa investigação.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Prosseguindo, a partir desse contato que nós tivemos com esse provedor, o vídeo foi devidamente excluído. Restava, então, determinar a autoria, quem era o responsável pela divulgação daquele material de pornografia infantil. Bom, o provedor internacional desse tipo de serviço me informou da impossibilidade de prestar essas informações por não ter essas informações armazenadas no que nós podemos dizer arquivo de registro, de postagem desse tipo de informação. E, consequentemente, um caminho se fechou para a investigação. É claro que nós procuramos avançar na investigação levando em consideração o quê? Aquela garota que era vítima, naquele caso, ela necessitava ser identificada para que nós pudéssemos, com certeza, identificar quem eram os autores, quem estaria praticando aquele ato sexual com aquela garota e divulgado esse vídeo na Internet. O que chama a atenção, e é isso que queria compartilhar com todos, é que essa garota, na prática de atos sexuais dos mais variados possíveis, uma coisa até repugnante, eu posso dizer, ela simplesmente estava completamente nua, mas com uma camiseta, tipo uma camiseta marca Hering. E essa camiseta tinha justamente a inscrição na sua parte frontal da Prefeitura do Município de São Paulo, da Secretaria Municipal da Educação. O que remetia a quê? Tratava-se, com a mais absoluta certeza, de uma estudante da rede municipal de ensino. Muito bem, sabíamos que era uma garota com idade entre 12 e no máximo, não creio, mas no máximo 14 anos, com certeza, menor de 14 Anos. Segundo, estava sendo alvo de atos sexuais por rapazes que não mostravam o rosto, mas, pela compleição física, certamente maiores de 21 ou 22 anos. E era uma aluna da rede municipal de ensino. De posse desse tipo de informação, qual a nossa visão? É claro, devemos nos reportar à Secretaria Municipal de Ensino para que tenhamos condições de identificar quem é a garota. Vamos pensar na linha de investigação. A garota provavelmente da rede municipal de ensino. Ótimo. Precisamos identificá-la. Você trabalha com um universo de 150, de 200 mil estudantes? Que seja, diminui porque são estudantes do sexo feminino. Com as informações relacionadas ao vídeo, tínhamos um dado momento em que era chamada de Vanessa. Perfeitamente. Suas características físicas tornavam a identificação factível porque ela era uma garota de feição morena, mas com os cabelos tingidos de vermelho. E tinha uma pequena característica, os dentes da frente eram ressaltados e afastados. Portanto, qualquer pessoa que visse a imagem dessa garota certamente identificaria se a conhecesse. Conseguimos imprimir com qualidade razoável foto dessa garota, e nos dirigimos à Secretaria Municipal de Ensino para que nós tivéssemos condições de acesso a eventual cadastro dos estudantes, ou pensarmos na solução de que alguém da rede municipal do ensino nos conseguisse fornecer dados que identificassem a garota. Para minha surpresa, particularmente, eu obtive a informação de que não existe um cadastro de

estudantes no âmbito da rede municipal de ensino. Ou seja, todos aqueles que integram a rede municipal de ensino não estão cadastrados em arquivo único que tenham todos os dados qualificativos, informações, fotografia daqueles estudantes. Isso chamou um pouco a atenção, porque imagine as consequências que isso pode acarretar em decorrência de problemas de identificação dos estudantes da rede municipal de ensino. Muito bem, o passo seguinte diante de mais essa limitação, qual foi? Foi que nós, em contato com a Secretaria Municipal de Ensino, sugerimos que seria necessária a emissão de expediente administrativo, em caráter reservado, oriundo da Secretaria Municipal de Ensino, para todas as suas seccionais, regionais, o que seja, e em seguida para todos os diretores de escolas municipais para que, em caráter reservado, tentasse, junto aos seus professores, a identificação daquela aluna. Não vejo nada de excepcional, creio que é realmente uma medida factível. Muito bem, mas aí deparamos com entrave que considero burocrático e desnecessário. A área jurídica da Secretaria Municipal de Ensino nos disse o seguinte: não podemos gerar esse expediente, e só o faremos a partir do momento em que ocorrer uma autorização judicial para que a foto dessa garota seja divulgada no âmbito interno da Secretaria Municipal de Ensino. Consequentemente, todos podem ver, Sr. Presidente, o problema que isso acabou acarretando. Não tivemos condição de fazer a identificação dessa garota. E por que estou chamando a atenção esse tipo problema? Primeiro, vamos pensar numa situação hipotética. Primeira situação hipotética: eu, na condição de delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, sou chamado em local onde é efetuado encontro de um cadáver, uma criança, uma garota do sexo feminino, sem condições de identificação facial, seja lá pelo que for. Como delegado de polícia, vou chegar ao local e fazer todos os levantamentos possíveis. É óbvio que a primeira providência em caso de morte é a identificação da pessoa. Eu preciso, de alguma maneira, para iniciar qualquer coisa que eu possa imaginar, identificar quem é aquela pessoa que está ali, morta! Hipoteticamente ainda, eu acho uma foto da garota, falo: opa, está aqui! É essa a garota, provavelmente. Mas eu só tenho aquela foto dela! O que eu, como delegado de polícia, vou fazer? Preciso identificá-la. No corpo da garota, eu vejo que ela está com uma camiseta da Secretaria Municipal do Ensino, da Prefeitura de São Paulo. Qual a consequência disso? Opa, é alguma estudante da rede de ensino municipal. Eu tenho que ir até a Secretaria Municipal de Ensino ter acesso a arquivos, a cadastros para ter essa informação e tentar identificar uma criança morta. E a resposta, se eu fosse o delegado nesse caso hipotético como esse, seria: não temos um cadastro de identificação dos estudantes da rede municipal de ensino. Esse é o grande problema. Percebam o alcance que o caso traz, o quanto ele extrapola essa situação hipotética que estou trazendo. Agora, vamos voltar ao meu caso, em particular, que estou compartilhando com todos os presentes. Esses rapazes que eventualmente estavam se utilizando de uma garota, em tenra idade, sem experiência, que, com certeza, foi levada àquela situação, amanhã ou depois, eles simplesmente: "Ah, não estou interessado nessa garota e tal". Vai que um deles mata essa garota, pratica um homicídio contra essa garota? Pergunto a todos que estão presentes. O caso torna-se ainda mais grave, e eu não estou entrando no campo das hipóteses absurdas. Estou falando de uma hipótese que é, absolutamente, factível. Pode acontecer, acontece. E, eu, como delegado de polícia, não estaria dotado de ferramentas para fazer a identificação dessa vítima. Então, Sr. Presidente, esse já é, inicialmente, um dos problemas que nós estamos vivendo. Não se trata de um problema que nós estamos extrapolando qualquer coisa ou criando uma hipótese. É um problema que nós estamos vivenciando. Estou trazendo um caso *concreto* para esta CPI. Isso já remete à importância que esse tipo de trabalho tem de ter. Hoje, como eu costumo dizer, educação infantil está a cargo de quem? Qual é a competência constitucional da educação infantil? Então, não se trata de um assunto a ser tratado numa esfera absolutamente superior. É esta a Casa que está próxima das crianças, na mais tenra idade, que, certamente, são as vítimas. Então, aqui é o foro competente, em que devemos tratar desse assunto, e verificar que problemas tão simples como esse, requerem algumas medidas que vão repercutir de uma maneira muito forte no enfrentamento da questão. Esse é um assunto seriíssimo, que tem de ser levado com a mais absoluta prioridade. Eu encareço a todos nesta Casa: tratem desse assunto com carinho, enfrentem-no com coragem, porque, do contrário, nós, Polícia Civil de São Paulo, que somos, em última análise, aqueles que devem fazer frente a esse tipo de trabalho, não vamos estar dotados de ferramentas adequadas para o enfrentamento da questão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Dr. Mariano, só para eu conseguir entender, dentro dessa investigação, do caso que o senhor trouxe hoje para esta Casa, - eu queria mencionar a presença do Líder do PT, nobre Vereador João Antônio e a presença do nobre Vereador Quito Formiga -, mas, só para eu conseguir compreender até dentro da sua linha de pensamento e também dessa investigação. Essa investigação esbarrou na Secretaria de Ensino, perfeito?

**- O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Exato.

**P** - Pelo que eu entendi, então, hoje a Secretaria de Ensino tem um cadastro defasado?

**R** - Não existe cadastro, Sr. Presidente. Se eu necessitar, como necessitei, que alguém me informasse: olha, eu preciso, dentro de uma base de dados dos estudantes de toda a cidade de São Paulo, identificar uma garota cujas características físicas são essas, cujo primeiro nome é tal, não tenho as ferramentas adequadas.

**P** - Quer dizer, então, não só no caso da investigação, até mesmo para você ter uma totalização de estudantes, até para você poder ter a base de tudo isso, hoje em dia, é impossível ter esses dados?

**R** - Não. A Secretaria Municipal de Ensino não me dispôs esse tipo de ferramenta, que me auxiliaria na investigação, sob a alegação, a mim, Delegado de Polícia, de que não tem esse tipo de controle sobre os alunos que integram a rede municipal de ensino.

**P** - Sendo assim, a investigação desse caso específico desse vídeo, que foi uma denúncia recebida pelo DEIC, como ficou a conclusão desses trabalhos?

**R** - Nós estamos tentando nos valer de linhas de investigação alternativas que, certamente, não seriam tão eficientes como a efetiva identificação dessa garota. Consequentemente, nós vamos dizer assim: as chances se reduzem a, infelizmente, reais 10% de sucesso na identificação e, é claro, na identificação dos autores desse tipo de crime.

**P** - Perfeito. Queria abrir o espaço para que alguns dos Srs. Vereadores, se quiserem fazer alguma pergunta.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Pela ordem, Sr. Presidente. Primeiramente, quero cumprimentar o Dr. Mariano, por ter vindo a esta CPI, cumprimentá-lo pelo trabalho realizado à frente da Delegacia de Crimes Cibernéticos. Eu tenho aqui algumas questões pontuais, que gostaria que o senhor me ajudasse a elucidar. Estamos trabalhando, acredito que o Sr. Presidente já tenha relatado ao senhor, em conjunto, como Vereadores desta CPI, na linha de um relatório propositivo, de um relatório que reconheça as falhas do sistema, aponte as falhas do sistema, mas não apenas faça isso, um relatório que também aponte saídas e soluções às fragilidades que vemos hoje na rede, e que, particularmente, se reverta em ações efetivas de proteção das nossas crianças para que esse tipo de crime não mais se perpetue. Tenho algumas questões que eu gostaria que o senhor respondesse. Falando sobre a investigação, que tipo de ação justifica o início de uma investigação? Que tipo de troca de e-mails, que tipo de acesso a portais, que tipo de buscas justificam o início de uma investigação?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Meu querido Vereador, mais uma vez, eu agradeço pela oportunidade que a Polícia Civil de São Paulo está tendo de estar aqui, e eu gostaria de lhe responder da seguinte maneira: a Polícia Civil, como um todo, ela não tem – eu vou ser muito

honesto e franco na minha resposta - bola de cristal, ou seja, a gente não tem condições de antecipar fatos como pornografia infantil, que acontecem e que prosperam dentro da internet. Nós usamos da tecnologia para isso, fazendo varreduras periódicas dentro da rede, procurando acessar conteúdo que, eventualmente, possa ser impróprio e identificando responsáveis. Mas, o que é mais importante no enfrentamento dessa questão? A população, como um todo, precisa ter acesso aos meios necessários para trazer esse tipo de problema ao conhecimento do órgão policial. Isso eu acho da mais extrema importância. É aí que, mais uma vez, eu venho para justificar a importância do trabalho realizado por esta CPI, porque o município está mais próximo, ele tem essa carência, e é justamente essa questão que precisa ser tratada. A Municipalidade precisa, de alguma forma - sugestões existem, acho que é um problema que pode ser enfrentado até com relativo sucesso - permitir que o cidadão no âmbito da cidade de São Paulo, que é a que estamos tratando, tenha condições de prestar essa informação para o órgão policial ou para outros órgãos que assegurem que essa informação vai chegar até a Polícia Civil.

**P** - Mas, na verdade, o que eu gostaria de entender é o seguinte: hoje o que justifica o início de uma investigação? Como é que vocês iniciam uma investigação, é a partir de uma denúncia de alguém, de um município? De onde se começa uma investigação? Existe algum sistema de rastreamento sobre determinados tipos de e-mails, ou alguma forma de acesso a algum tipo de portal, enfim, o que é que justifica e como se inicia uma investigação? Um detalhe importante, como eu havia dito ao senhor, como a gente está trabalhando num relatório que se propõe a ser de intervenção, um relatório interventivo e transformador, enfim, para nós é muito importante saber como é que se inicia uma investigação, particularmente, no campo cibernético.

**R** - O que eu posso lhe dizer é que esse tipo de investigação se inicia, na atualidade, basicamente, com as informações através de uma denúncia formalizada por qualquer parte que tenha conhecimento de que pornografia infantil está acontecendo num determinado lugar.

O Sr. Vereador pode trazer ao nosso conhecimento, qualquer um dos que estão aqui pode trazer ao nosso conhecimento, formalizando ou até não formalizando.

**P** - Como é feito isso? Como é que um cidadão hoje tem a suspeita, por exemplo, um pai de família tem a suspeita de que seu filho ou sua filha estejam sendo assediados *on-line*, como ele faz, o que fazer, quem é que ele procura, como procura, quais são os canais, como é que se dá início, efetivamente, a uma investigação, o que é que justifica o início dessa investigação?

**R** - O que vai justificar o início dessa investigação é que essas pessoas procurem qualquer órgão policial, qualquer unidade da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e prestem essas informações para a autoridade policial, para o delegado de polícia, para que ele, tomando conhecimento dessas informações, possa tomar a providência adequada, que é o início de uma investigação, ou, eventualmente, o encaminhamento dessa informação para um órgão especializado, como é a nossa unidade. E aí, chamo a atenção para o seguinte: nós somos a única unidade policial especializada e fomos a primeira do Brasil a ser criada para o enfrentamento de crimes praticados por meios eletrônicos. Hoje outros Estados já dispõem disso.

**P** - Agora, ...

**R** - Desculpe cortá-lo, Sr. Vereador. Porém, a nossa atribuição é Municipal, atendemos, basicamente, à cidade de São Paulo, porque o decreto de criação do nosso departamento - Departamento de Investigação do Crime Organizado - estabelece como área de atribuição desse departamento a cidade de São Paulo, com intervenções em outras cidades no interior do Estado, desde que mediante uma autorização do Diretor do Departamento ou do nosso Delegado-Geral de Polícia. Então, o que acontece é que qualquer um que toma conhecimento pode levar esse fato que chegou ao conhecimento dele para o órgão policial, e, nós, da Polícia Civil, no nosso âmbito, vamos tratar essa questão.

**P** - Ele levou o fato e fez a denúncia.

**R** - Perfeito.

**P** - Foi à Delegacia e fez a denúncia. Essa denúncia vai chegar à Delegacia de Crimes Cibernéticos, certo?

**R** - Sim ou não.

**P** - O que é que justifica ou não o início de uma investigação, é essa a minha pergunta.

**O SR. NETINHO DE PAULA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Deixa só o Vereador Bezerra concluir, para o Sr. Delegado poder responder, depois, eu concedo a palavra, pela ordem, ao Vereador.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - A questão é a seguinte, o que vai justificar. Uma investigação policial - vou expandir um pouco esse universo da investigação - se baseia numa análise técnica de um Delegado de Polícia, que vai, examinado o fato *in concretum*, verificar se existem, ao menos, indícios de que um crime está sendo praticado...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Tipo?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - Então, num caso como pedofilia, ao chegar ao conhecimento de um delegado de polícia, ele vai examinar essa questão e verificar, aqui, eu tenho indícios mínimos da prática de um crime, e, portanto, justifica a instauração de um procedimento investigatório para que eu possa trabalhar e aperfeiçoar a investigação.

**P** - Então, essa é a minha pergunta. Quais são os indícios?

**R** - Os indícios, numa questão como essa de pedofilia, são, principalmente, a mera informação de que um caso de pedofilia está ocorrendo. Vou dar alguns exemplos práticos para tornar a questão mais clara. Se uma mãe ouvir uma informação qualquer do seu filho ou de algum menor: "olha, está acontecendo um abuso, um caso de pedofilia, aconteceu isso, aconteceu aquilo", ao trazer ao conhecimento do Delegado de Polícia, ele faz essa avaliação técnica, faz a instauração do procedimento, seja por inquérito policial ou seja por procedimento de investigação, para colher indícios da materialidade do crime, ou seja, provas de que um crime, efetivamente, ocorreu. Então, é uma avaliação técnica baseada em quê? Informações, fotografias, vídeos, depoimento pessoal, escritos, tudo aquilo que, de alguma maneira, corrobora a informação que está chegando ao conhecimento do delegado de polícia.

**P** - E é possível se rastrear, por exemplo, mensagens, acessos que, porventura, esse suspeito possa estar tendo, no uso pessoal do seu computador? É possível se fazer isso?

**R** - Hoje nós realizamos esse tipo de trabalho...

**P** - De que tipo de aparato dispõe a delegacia de vocês?

**R** - Como eu disse, hoje, nós realizamos, rotineiramente, esse tipo de trabalho, não somente por uma questão relacionada a crimes de pedofilia e de pornografia infantil, mas também pelo universo de crimes praticados por meios eletrônicos, que, hoje, é um problema efetivo, e se verifica uma tendência de crescimento muito grande. Então, o que acontece. O nosso trabalho é um trabalho de investigação baseado nesses elementos técnicos que um rastreamento de um e-mail, de um vídeo, de uma página na internet requer. Então, Vereador Carlos Alberto, o que eu posso

dizer. nós temos, hoje, a infraestrutura na nossa delegacia para fazer esse tipo de trabalho; porém, quando se fala de tecnologia, tecnologia é algo que hoje eu estou conversando aqui nesta Casa, e quando eu sair daqui eu já vou ter notícia de que algum novo aparato de tecnologia já está no nosso meio. É extremamente rápido o desenvolvimento tecnológico que a gente verifica nessa área da tecnologia da informação. Então, nós precisamos de uma política de acompanhamento constante da tecnologia, porque os criminosos que utilizam da tecnologia para praticar os seus delitos o fazem e muito bem.

**P** - Dr. Mariano, um detalhe é importante. O senhor mesmo na sua fala expôs, todos nós sabemos, isso é de conhecimento público, da dificuldade existente em se estabelecer indícios, quanto mais provas, de que pode estar acontecendo um crime como esse.

**R** - Perfeito.

**P** - Minha pergunta é muito objetiva, ou seja, quando se dá início à investigação? O senhor me fala quando há indícios, agora, Na grande maioria desses tipos de casos é muito difícil ter algum tipo de indício quanto mais uma prova. Como é que se estabelece a seleção daquilo que, quando se inicia a investigação e quando não se inicia. Quer dizer, qualquer denúncia que é feita estabelece o início de uma investigação? Ou só se estabelece uma investigação quando, efetivamente, há uma prova? Mas a gente sabe também da dificuldade de se estabelecer uma prova para casos como esse. Como é que se faz isso? Como é que se lida com isso? Dentro da minha pergunta, que é muito objetiva, o quê, efetivamente, justifica o início? Hoje, por exemplo, quantas investigações estão sendo realizadas no âmbito do Município de São Paulo em relação a esses tipos de crimes?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu acho que o Vereador Netinho tem uma conclusão, na mesma linha de pensamento.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Na verdade, eu até me senti um pouco contemplado com as respostas que ele fez e das várias perguntas que o Carlos Bezerra também propôs. Eu só fiquei um pouco preocupado quando o Dr. Mariano disse que ele teve dificuldade com a Secretaria Municipal de Educação para ter acesso numa investigação de um caso, que pelo que o senhor estava relatando, não foi fictício. Isso aconteceu: uma menina que estava com a camiseta da Secretaria da Educação, alguma coisa assim, e era um vídeo. Não era foto. Era um vídeo, quer dizer, isso é uma evidência. Eu estou vendo o que está acontecendo. Segundo a linha do que ele falou, não sei se foi, aí entra um pouco da sua pergunta, como é que ele teve acesso a esse vídeo? Acredito que alguém denunciou. Alguém denunciou, ele foi averiguar, essa página estava na internet, e aí ele quis, talvez, instalar um inquérito, ele foi fazer uma investigação. Com base nessa investigação, ele não pôde avançar tendo apoio da própria Secretaria da Educação, de onde essa criança faria parte. Então, eu entendo, e a minha pergunta também é bem objetiva, doutor, as pessoas estão vendo com seriedade esse tipo de trabalho? Como é que pode um delegado não ter dados de uma criança que pertence à rede pública de ensino? Isso também é uma proteção à criança? Ou seja, a delegacia não pode ter o acesso porque é uma proteção ao direito da criança? Eles usaram o argumento de violar o Estatuto da Criança e do Adolescente? É isso?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Eles usavam o argumento de que seria uma informação de ordem privada e, portanto, eles não poderiam fornecer sem uma autorização judicial. Só respondendo à pergunta do Vereador Carlos Bezerra, gostaria de dizer o seguinte: quero fazer uma diferenciação, até foi oportuna a palavra do Vereador Netinho de Paula, e fazer uma diferenciação: existem dois instrumentos com o qual a Polícia Civil de São Paulo trabalha. É o instrumento da investigação preliminar e o instrumento, efetivo, que se chama inquérito policial. O inquérito policial, o que justifica a sua instauração é a existência de indícios suficientes de uma autoria ou para uma determinação de autoria e prova da materialidade delitiva. Ou seja, prova de que um crime, efetivamente, está acontecendo. A investigação policial, diferentemente, ela se baseia no conhecimento que o delegado de polícia passa a ter sobre o fato que, hipoteticamente, eu não estou dizendo *in concreto*, até hipoteticamente, pode ser considerado crime ou não. E aí o dever de ofício do delegado de polícia é fazer o quê? Investigar e, ao colher esses elementos, transformá-lo num inquérito policial. Então, respondendo sua pergunta da seguinte maneira, Vereador Carlos Bezerra: a polícia ao tomar conhecimento do fato, ele gera o quê? Uma investigação policial. Quando essa investigação colhe um mínimo necessário de elementos, isso gera um inquérito policial. E aí se trabalha numa linha muito mais ampla. Com relação, especificamente, à pedofilia, qualquer caso que chega ao conhecimento da polícia civil é, no mínimo, alvo de investigação policial. Se concretize ou não se concretize na forma de um inquérito policial.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Quantos casos nós temos hoje, no Município de São Paulo, sendo investigados?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quero apresentar ao Dr. Mariano, delegado de polícia, o nosso Vice-Presidente, Dalton Silvano, que acaba de adentrar o recinto.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Eu poderia dizer o seguinte, aqui nós temos de fazer uma análise do que é a organização da Polícia Civil de acordo com a sua atribuição. Unidades policiais, o que nós poderemos dizer, numa linguagem mais acessível, delegacias de polícia, elas trabalham em virtude da sua atribuição e da sua circunscrição, lugar onde elas estão situadas. No que diz respeito a crime praticado por meio eletrônico, nós temos uma delegacia que tem como seu objeto principal de trabalho de investigação o crime praticado por meio eletrônico seja ele qual for, dentro os quais pedofilia, outros delitos.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Os específicos voltados à questão de abuso sexual de crianças, enfim de material pornográfico e distribuição de material pornográfico infantil. Esses casos específicos. Minha pergunta é muito objetiva, até para a gente não perder muito tempo: quantos casos nós temos hoje sendo investigados relativos ao tema específico dessa CPI e do relatório que estamos elaborando.

**R** - É que eu preciso fazer essas considerações, Vereador Carlos Bezerra, pelo seguinte, nós, da delegacia de crimes eletrônicos, não detemos a exclusividade na cidade de São Paulo desse tipo de investigação. Por isso que eu trouxe ao conhecimento, mencionei que uma pessoa que tem essa informação, ela deve procurar qualquer unidade policial dentro do Estado de São Paulo. Nós não temos a exclusividade nesse tipo de combate a essa modalidade criminosa. Então, a minha informação, a que vou lhe passar, diz respeito a minha unidade policial. Em termos de inquérito policial, nós temos, e quando eu instauro um inquérito policial, eu o faço porque já tenho um indício de autoria e uma prova de materialidade. Opa, houve um crime. Nesse exato momento, nós temos seis casos em andamento por inquérito policial na minha unidade.

**P** - E quantas denúncias, em média por mês, o senhor tem esse número?

**R** - Não tenho, mas posso fazer uma estimativa e se for necessário posso fornecer a esta Casa o material necessário.

**P** - Seria ótimo.

**R** - Mas em termos de denúncia, o que chega ao nosso conhecimento na cidade de São Paulo é em torno de dez a doze casos ao mês. Eu considero pouco e vou dizer mais, considero que não reflete a realidade desse tipo de problema.

**P** - Finalizando esse diálogo que estamos fazendo aqui, Dr. Mariano, uma coisa importante. O senhor disse que neste momento seis casos estão sendo investigados.

**R** - Perfeitamente.

**P** - A Delegacia tem quanto tempo?

**R** - Nós existimos desde 2001; oito anos.

**P** - Nesses oito anos, o senhor tem idéia de quantos casos foram investigados, uma estimativa? E a pergunta que eu gostaria de ter respondida: em quantos deles o agressor, o abusador foi identificado e efetivamente punido?

**R** - Eu também vou ficar devendo uma parte da resposta, Vereador Carlos Bezerra, em virtude de que eu estou nessa delegacia há apenas dois anos e, evidentemente, outros me antecederam e...

**P** - Melhor. Então, nesses dois anos?

**R** - Nesses dois anos nós efetivamente transformamos em inquérito policial pelo menos cinco casos, de que eu tenho conhecimento, e sei que efetivamente geraram duas condenações policiais. Então, até recentemente - eu posso trazer um fato até relevante -, quando houve a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente ampliando o rol das condutas consideradas como pedofilia e pornografia infantil, o primeiro flagrante que aconteceu de um indivíduo que estava praticando pornografia infantil, divulgando esse material, foi feito pela nossa unidade policial. Nós somos a primeira unidade policial no Brasil que deu voz a essa nova legislação.

**O SR. QUITO FORMIGA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Eu tenho algumas outras perguntas, mas vou passar a palavra ao Vereador Quito Formiga, que sei que também gostaria de participar. Eu falo na sequência do Vereador Quito Formiga.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** - Quero agradecer ao Vereador Carlos Alberto Bezerra e agradecer pela presença ao Dr. Mariano, que está hoje colaborando bastante com a nossa CPI. A minha pergunta é simples. Aliás, eu tinha algumas questões que também já foram esclarecidas nessa conversa do Dr. Mariano com o Vereador Carlos Bezerra. Eu queria saber do Dr. Mariano por que a polícia não dá prioridade para casos do nosso tema, sabendo que existem tantos crimes eletrônicos na delegacia de crimes cibernéticos? Por que a polícia só trabalha à base de denúncia e por que não dá prioridade para os casos de abuso de crianças?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - Vereador Quito Formiga, mais uma vez agradeço pela oportunidade. Vou prestar alguns esclarecimentos que reputo importantes. Na realidade, a Polícia Civil de São Paulo dá prioridade ao assunto. Prova disso é que desde 2001 nós estamos preocupados não somente com essa modalidade criminosa, que é efetivamente... Eu venho, desde o início da minha fala, ressaltando a gravidade e a importância desse tipo de diálogo. Como ela foi a primeira no Brasil a instituir uma unidade policial especializada. Então, o que acontece? Dadas as características que existem na nossa legislação estadual, principalmente, e também algumas características da legislação federal, nós temos uma área de circunscrição, a cidade de São Paulo. Diante dessa preocupação, já há algum tempo, a Academia da Polícia Civil de São Paulo tem procurado tratar essa questão fazendo o treinamento de policiais, para que eles tenham condições operacionais e técnicas para enfrentar não somente essa modalidade criminosa, com outras modalidades criminosas. Evidentemente, o que muitas vezes emperra esse tipo de trabalho é que você precisa ter profissionais com uma qualificação técnica muito mais especializada do que a do policial civil, que vai enfrentar outras questões criminais, como um crime contra o patrimônio ou um crime contra o sistema financeiro. Ele tem que ter o conhecimento técnico e não é um profissional que você forma num curto espaço de tempo. Ele é formado a partir da sua experiência dos assuntos policiais e a partir do conhecimento técnico, que aí já é um fator agravante, como eu já mencionei anteriormente, na minha fala com o Vereador Carlos Bezerra. A tecnologia muda no dia a dia, e o criminoso habilmente emprega essas mudanças da tecnologia a seu favor. Infelizmente - vou expor uma realidade -, a gente está sempre um passo atrás, porque ele está correndo, praticando o crime e a gente vem atrás tentando acompanhar, identificá-lo e prendê-lo. E como eu disse anteriormente, não é um problema exclusivo de São Paulo ou do Brasil, é um problema mundial.

**P** - Esse investimento que é feito hoje na delegacia, em termos de se apura os crimes eletrônicos... Nós sabemos que deve ter crimes eletrônicos não só de máquinas dentro da própria casa, mas hoje nós temos inúmeras *lan houses* e tantos outros estabelecimentos abertos ao público. Hoje existe um investimento para que a delegacia esteja sempre cada vez mais acompanhando esse crescimento tecnológico?

**R** - Olha, a Polícia Civil leva esse assunto tão a sério, mas tão a sério que recentemente o que aconteceu? Nós tínhamos oportunidade de investir uma verba destinada para o Governo do Estado de São Paulo para a aquisição de aeronave, mas isso foi realocado para criação de um laboratório de crimes eletrônicos no âmbito do departamento de investigação do crime organizado, o Deic, e isso é um projeto que está em andamento. Ao mesmo tempo, como essa questão da pedofilia, Sr. Presidente, é uma obrigação da polícia e um dever de todos os que têm condições de enfrentar essa questão, nós chamamos à participação a sociedade civil. Então, o que aconteceu? Recentemente a Polícia foi contemplada, especificamente a minha unidade, com uma doação da ordem de quase 250 mil reais em equipamentos. E posso antecipar até que faz parte do nosso planejamento estratégico para daqui até o final do ano a criação do que nós estamos chamando de um primeiro portal na internet, que vai permitir que qualquer cidadão que tenha acesso à internet possa apresentar as suas denúncias. Com esse equipamento, nós estamos criando as bases de dados necessárias e, a partir disso, vamos passar a divulgar o endereço na internet ao qual cada um pode ter acesso, trazer a sua informação e isso vai chegar efetivamente de uma maneira rápida ao conhecimento dos órgãos policiais.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Qual a previsão da instalação desse portal?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - Nós estamos trabalhando com a instalação desse portal para daqui até o final do ano, porque os equipamentos estão chegando, eles são alvo de uma doação de uma fundação que justamente é uma ferrenha colaboradora com relação à proteção de crianças e adolescentes, e a nossa previsão é de que isso até o final do ano esteja efetivamente instalado. E com uma boa notícia a mais: não somente para pedofilia, uma área específica para pedofilia, um endereço eletrônico só para denúncia de pedofilia e um endereço eletrônico para qualquer tipo de denúncia de crime praticado por meio eletrônico. O grande benefício vai ser do Estado de São Paulo, porque esse é um serviço inédito que está sendo criado no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, mais especificamente da Polícia Civil de São Paulo, e que vai ser pioneiro, exatamente como já é pioneiro o nosso Disque Denúncia, feito pelo meio telefônico. A idéia é a criação de um serviço que já é sucesso, e muito, pela intervenção do Município, que faz a divulgação do número de telefone, então isso já é um grande sucesso. Nós estamos copiando o que está dando certo e fazendo para a internet.

**P** - Dr. Mariano, é nesse sentido que vai a minha pergunta. Aliás, cumprimentá-lo pela iniciativa. Acho que nós vamos avançar muito, em termos da cidade e do Estado de São Paulo, com uma iniciativa como essa da instalação do portal, que vai divulgar o trabalho, ser uma nova ferramenta de acesso, enfim, democratizar ainda mais essa informação. Mas a minha pergunta vai exatamente dentro daquilo que estamos conversando. O que a gente percebe, o que a gente está percebendo, a gente está conversando aqui com os Vereadores membros da CPI, primeiro: as dificuldades estruturais em relação ao trabalho da própria delegacia; a dificuldade de informação, de levar a informação do trabalho que é realizado para que a população efetivamente possa fazer a sua denúncia. A pergunta é a seguinte: que tipo de relação a delegacia estabelece,

por exemplo, com o Disque 100?

Vocês têm acesso a essas denúncias, a esses casos? Vocês têm conexão, fazem alguma conexão? Porque me parece natural que haja uma conexão de fluxos e de dados. Ou seja, se a população tem um canal de denúncia efetivo, como vem colocado aqui pelo senhor, como o Disque 100, que tipo de relação tem a delegacia de crimes eletrônicos com o Disque-100?

R – Num primeiro momento, eu poderia dizer que ainda não existe um *link* efetivo, e isso está sendo solucionado, como eu mencionei, Vereador Carlos Bezerra, através da criação desse portal, para que a gente faça com que a informação convirja para o lugar adequado. Então, vamos dizer, nós estamos criando essa infraestrutura necessária; mas, num segundo momento, isso não flui de maneira eletrônica como deveria fluir. Ou seja: chegou ao Disque 100, imediatamente vai para o órgão competente que vai fazer a apuração.

P – Isso não acontece hoje?

R – Acontece, porque existe uma coleta dessa informação, ela é processada e encaminhada indiretamente por outros órgãos, para nós, delegacia. O grande problema que eu vejo...

P – Mas a minha pergunta... Às vezes eu tenho o erro de ampliar demais. Vou tentar ser o mais objetivo possível. Minha questão é: que tipo de relação a delegacia de crimes eletrônicos tem com o Disque 100? Porque me parece elementar que haja comunicação entre esses dois órgãos para que a gente possa agilizar as denúncias e agilizar a possibilidade das investigações. Então, a pergunta é essa: que tipo de relação. Hoje.

R – Perfeitamente, Vereador. Também vou ser prático e objetivo. Existe um relacionamento; nós somos receptáculo das informações canalizadas para o Disque 100. Nós recebemos a informação. A nossa preocupação - eu também me alonguei um pouco e não fui tão objetivo - é que, por se tratar de informações relacionadas a crime praticado por meio eletrônico, o que acontece é que crime praticado por meio eletrônico tem uma característica que o difere dos demais delitos: a volatilidade das informações que são relacionadas a isso. Se não houver um trabalho quase que em tempo real da polícia, com base nas informações que chegam, nós podemos perder muito da informação. Então, o que acaba acontecendo? A ideia da criação desse portal é justamente agilizar que a Polícia Civil possa receber esse conteúdo e realmente trabalhar em verdadeiro tempo real. Mas eu aproveito o gancho da sua pergunta, Vereador Carlos Bezerra, para lhe dizer o seguinte: o maior problema não é a maneira como a informação flui e chega ao nosso conhecimento, e não somente nosso, porque, como eu disse, a nossa atribuição é concorrente com todos os outros órgãos policiais no Estado de São Paulo, como deve ser, porque a Polícia tem que ser tratada como um todo. Nós somos Polícia Civil do Estado de São Paulo e eu, como delegado de polícia, tenho a obrigação do enfrentamento dessa questão, como o delegado que está lá em Presidente Venceslau também tem. A questão é priorização do assunto, que eu acho da mais alta relevância. Agora, o cerne do problema, Vereador, está no aspecto jurídico que envolve a obtenção das informações relacionadas a qualquer tipo de crime praticado por meio eletrônico. Justifico: hoje, se eu necessitar de uma informação que está em poder de uma operadora de telecomunicações, o que vai acontecer? Essa operadora vai fazer "n" argumentações jurídicas dizendo que essa informação tem um determinado sigilo. Perfeitamente. Então eu vou ter que me valer de um juiz de direito para obter essa informação. E aí entra o problema: a burocracia que se forma para que eu obtenha essas informações, que pode chegar - é a lamentável realidade - a até seis meses para que eu obtenha uma única informação. E aí, o lapso de tempo que vai se formar entre o início da investigação e a obtenção da informação - seis meses, o senhor, mais que ninguém, Vereador Carlos Bezerra, sabe que isso vai acabar inviabilizando a investigação. Então, é um problema também que nós devemos enfrentar, essa burocracia na obtenção dos dados.

P – O que o senhor está dizendo é extremamente importante. Eu também esbarrei nessa questão do sigilo elaborando um projeto de lei aqui na Casa. Tratando a questão da identificação dos usuários de *lan house*, usuários de computadores públicos, esbarrei nesse tipo de problema, a questão do respeito à privacidade, da não invasão à privacidade. Até porque a internet é um meio que pressupõe a liberdade, a liberdade de informação. É muito tênue a linha entre o respeito à privacidade e a dificuldade que isso cria, por exemplo, a uma investigação da possibilidade de um crime. E é nesse sentido que eu lhe pergunto, até pela dificuldade que encontrei nessa discussão, porque o que a gente percebe é que grandes portais como o Orkut, o Google e o YouTube identificam automaticamente, no momento em que acessamos do Brasil, se estamos no Brasil; não é necessário digitar ".com.br" para que as informações nos cheguem em português. Digitou lá, vem automaticamente, porque esse portal reconhece a sua presença no Brasil. Bem, qual é minha pergunta? É possível que todos... todos os portais têm mecanismos, hoje, para perceberem se nós os estamos acessando da cidade de São Paulo ou não? Não quero aqui falar do acesso remoto, do acesso pelos *notebooks*, *laptops*, etc, mas acesso em computadores fixos. Há hoje condições nos portais para todos reconhecerem de onde o cidadão faz o seu acesso? Se o cidadão faz o seu acesso da cidade de São Paulo, é possível fazer esse reconhecimento?

R – Sendo objetivo e depois ampliando a discussão, Vereador Carlos Bezerra, já digo antecipadamente que sim. A questão a que eu chamo mais a atenção, e vou trazer outro problema ao conhecimento desta CPI...

P – Ou seja: é possível?

R – É possível.

P – Na totalidade, ou a maioria ou uma minoria ainda um pouco mais aparelhada?

R – Diante de determinadas condições técnicas.

P – O que significa isso?

R – Cada país tem um bloco de identificação IP que o caracteriza. O Brasil, por exemplo, o endereço IP vai de duzentos e tanto a duzentos e tanto.

P – Mas especificamente na cidade de São Paulo?

R – A questão é que isso é distribuído de uma maneira nacional. Então, o que acontece? O único que teria condições de fazer essa identificação seria a própria concessionária pública de que provém o acesso à internet. Ela teria condições de fazer essa identificação.

P – Ela tem condições de fazer a identificação de um usuário, por exemplo, que faça o acesso a partir da cidade de São Paulo ou a partir da cidade de Curitiba, ou do Rio de Janeiro? É possível.

R – É por isso que eu disse "em termos". Porque é apenas a concessionária que presta o serviço que tem condições de fazê-lo. Aí, é claro, existem muitas questões técnicas que estão envolvidas nisso. Mas estou tentando ser o mais simplista e o menos técnico possível.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Carlos, permita um aparte no seu raciocínio? Porque, Dr. Mariano, o senhor pode perceber aqui claramente que o Carlos Bezerra é muito técnico também, nessas questões, é uma pessoa que milita nessa área já há muitos anos. Esse foi, inclusive, um dos principais motivos que fizeram com que a gente, quando resolveu instalar a CPI, o aceitasse como relator. Então, está sendo muito importante tudo o que o senhor tem respondido em termos técnicos, mas eu queria problematizar algo que para nós pode ser prioritário como resultado, Relator, se me permitir. Desde o início das nossas conversas aqui, nós tivemos, então, falha na capacitação na rede pública com os professores. Ainda com a sua lei, com os seus projetos, a quantidade de professores capacitados, a morosidade com que essa capacitação acontece.

Tivemos aqui também pessoas que nos somaram informações na questão da prevenção, do que poderia ser feito e que não estava sendo feito para evitar. E temos hoje, quase que fechando uma tampa, o desfecho, ou seja, depois de tudo que aconteceu, a pessoa deveria ser presa. E aí vem a informação que desde 2001 temos cinco ou seis pessoas que foram condenadas. Ele deixou bem claro, dentro da unidade, dentro do que foi apurado pelo órgão que ele representa. Nós temos um problema gravíssimo, Sr. Relator. Eu diria que essa nossa CPI vai poder apontar para a Prefeitura, quiçá para o Estado de São Paulo, que essa chamada rede está falha, muito falha. Eu gostaria aqui apenas de deixar claro para o Sr. Promotor, que, com todo o esforço, com todo investimento feito, é muito pouco resultado para o número de denúncias e de casos que acontecem. Isso não é culpa do órgão, mas nós temos uma dificuldade muito grande de divulgar as ações. A Prefeitura, o Governo do Estado, nós, na Câmara, temos uma dificuldade imensa de divulgar o trabalho que nós estamos fazendo e de ter essa interlocução com a sociedade. Eu gostaria que essa nossa reunião constasse nos autos do relatório, que uma das principais causas do atraso, Carlos, não sendo técnico como V.Exa., é a divulgação das coisas é muito morosa, é tudo muito dificultoso. A gente tem uma delegacia que existe desde 2001, para poder ter seis casos. E ainda as pessoas não sabem. Eu gostaria de pontuar muito isso, que é o mais grave di que ouvi até agora. Obrigado. É apenas uma intervenção na fala de V.Exa.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Dentro daquilo que você estava perguntando, aliás, a ponderação objetiva e pertinente do Vereador Netinho demonstra muito o sentimento de cada um de nós, Vereadores, aqui nesta comissão. A gente vai fazendo o diagnóstico do que está acontecendo na Cidade, vamos chegando, e essa foi uma opção, dura, a mais difícil que fizemos no início desta Comissão, por consenso, a opção de olhar para essa rede sem medo, olhar para os fluxos, olhar para o caminho que hoje percorre a criança, o caminho que percorre quem faz a denúncia, as dificuldades que essa rede de proteção apresenta e as dificuldades hoje que a gente percebe também de investigação. Então, o nosso trabalho nesse sentido é trabalho de parceiro, primordialmente de parceiro com a Cidade, parceiro com a criança, parceiro com as famílias e também com o Poder Público. Quer dizer, nós queremos todos, de alguma maneira, ter um instrumento, que é o nosso relatório, que possa favorecer e ajudar no sentido da construção mais efetiva de mecanismos para que o seu trabalho avance ainda mais, para que a gente não tenha só o que temos hoje de investigação, mas que a gente tenha três, quatro, cinco vezes mais em brevíssimo espaço de tempo. Isso só acontece a partir de iniciativas como essa que foram propostas pelo nosso Presidente, a de instalação de uma CPI. Quer dizer, essa CPI, no momento em que é instalada, ela trabalha como esse instrumento. Agora, a questão é a seguinte: a gente falava sobre a identificação do usuário, ou seja, é possível identificá-lo territorialmente. Se é possível identificá-lo territorialmente, se é possível identificá-lo, alguns portais identificam que ele está no Brasil, e nesse momento abrem-se telas em português, imagino eu, não sei, porque tecnicamente não detenho conhecimento dessa área, mas imagino que também seria possível, pela mesma linha de raciocínio, no momento em que alguém acessasse determinado tipo de portal ou determinado tipo de site, a partir da cidade de São Paulo, que uma tela específica, com uma mensagem específica aparecesse, por exemplo.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – “Está sendo monitorado”.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Exatamente. É possível tecnicamente? Há mecanismos tecnológicos para que isso aconteça? Ou seja, para finalizar, é possível a gente propor algo aos provedores? Cobrar algo dos provedores nesse sentido?

**R** – Vereador Carlos Bezerra, eu gostaria, antes de direcionar a perguntar, de dizer o seguinte: a Polícia Civil de São Paulo considera esse assunto tão prioritário, mas tão prioritário, que, como eu disse, nós existimos desde 2001. E eu vou falar a partir do que eu estou enxergando desde o primeiro momento em que eu entrei nessa delegacia. As dificuldades na ação policial estão baseadas na burocracia que se formou no que diz respeito à obtenção de informação. Sendo assim, extremamente honesto e sincero, a impressão que eu tenho quando busco determinadas informações é que eu estou buscando algum benefício particular, para mim, eu, Delegado Mariano, tamanho o entrave e a burocracia que surge para que eu consiga essa informação, fico imaginando: será que estão imaginando que eu estou pedindo algo particular, para mim? Esse é um problema a ser enfrentado. Outra questão, existe, como eu disse, essa distribuição dos endereços, que é o que efetivamente vai identificar as pessoas na internet. E eles são distribuídos para cada operadora. Então, quando eu acesso através de determinada operadora, por exemplo, Speed Telefonica, ao iniciar uma investigação, pego o IP, eu bato o olho naquele IP, identifico na base de dados de IP, e vejo que é da Telefonica, eu já sei que ele está dentro da área da Telefonica de São Paulo. Isso já existe, é possível. O senhor mencionou, por exemplo, uma empresa chamada Google. Eu deve lhe trazer ao conhecimento, Vereador, que é uma das empresas que mais dificultam o trabalho da investigação policial, não somente minha. Como eu tenho um grande relacionamento com todos os outros órgãos, inclusive Polícia Federal, nós atuamos, trabalhamos juntos, trocamos informações, isso por iniciativa da nossa unidade policial, da Polícia Civil de São Paulo, o que acontece? Não é uma exclusividade minha, Google, hoje, não é parceiro. Ele prega um papel público que ele não faz.

**P** - Mas eles recuaram muito em virtude do trabalho da CPI de Brasília, quer dizer, eles recuaram muito; e também do Ministério Público de São Paulo, a ponto de assinarem um TAC, termo de adequação de conduta, e acho que nesse sentido o trabalho dos senhores, particularmente da Polícia, do Ministério Público, da Polícia Federal e da CPI de Brasília têm contribuído muito para o País nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Só aproveitar a pergunta do Vereador, como desde 2001 já existe a delegacia até hoje, tem sido uma prioridade também o trabalho prestado pela Delegacia de Crimes Cibernéticos para que haja uma atuação mais eficaz? No caso desta CPI nós o chamamos porque é importantíssimo e sabemos o trabalho que está sendo realizado pelo senhor e pelo departamento, mas tem sido uma prioridade também dos órgãos competentes tê-los como parceiros? Porque a gente percebe que quem faz um trabalho paralelo não são pessoas ligadas às delegacias ou a algum órgão do governo.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Eu diria o seguinte, Sr. Presidente Marcelo Aguiar; Vereador Carlos Bezerra, eu poderia dizer o seguinte, vou dividir em duas partes essa questão. Primeiro, quando a gente depara com o problema, e estou aqui representando a Polícia Civil de São Paulo, nós verificamos que um dos maiores entraves é justamente a circulação da informação. E como você supera esse tipo de problema? Criando redes de relacionamento e trocas de informações que vão permitir que você suplante a burocracia. O que acontece? Hoje, a Delegacia de crimes praticados por meios eletrônicos conversa abertamente, temos como parceiro a Febraban, por exemplo. Nós temos como parceiros algumas concessionárias de telecomunicações que abrem as informações para nós. Alguns provedores que abrem. Isso é suficiente? É claro que não é suficiente, e em determinados momentos há conflitos de interesses que acabam esvaecendo essa troca de informações. Mas eu acho que a gente tem que criar mecanismos para que isso seja uma troca de informações permanente.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Dr. Mariano.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Pois não, Vereador.

**P** – O senhor tem falado muito sobre a burocracia, a dificuldade. Eu queria colaborar; nós, da CPI, gostaríamos muito de colaborar, os membros da CPI, no sentido de saber o que poderíamos fazer para facilitar o trabalho de Polícia Civil nesse caso, para diminuir essa burocracia.

**R** – Vereador Quito Formiga, eu poderia dizer o seguinte: cada empresa que está envolvida em todo esse processo de atuação numa grande rede como essa da internet, ela, fisicamente, está localizada onde? No município. E por estar fisicamente localizada no município, ela tem que, obrigatoriamente, se sujeitar às leis, às posturas municipais. A sugestão que eu trago, Vereador, é que, dentro dessas posturas municipais que geram obrigações para essas empresas, sejam incluídas situações de obrigatoriedade e prestação de informações. Isso já seria um grande avanço. Só para não perder a minha linha de raciocínio, respondendo ao Vereador Carlos Bezerra, a questão é a seguinte: quando eu falo de Google... O Google tem mostrado uma face – eu estou dizendo na condição de Delgado da Polícia Civil de São Paulo; crimes praticados por meios eletrônicos – extremamente dúbia. Por que eu vou dizer isso? O Google se sentiu pressionada pela CPI do Senado, em Brasília. E aí ela se viu obrigada a recuar para que não comprometesse mais a sua imagem. E ela acabou assentindo, e tal; prestou informações. Perfeitamente. Eu, Delegado Mariano, da Delegacia de Crimes Eletrônicos. Hoje, se o senhor, Vereador Quito Formiga, for à minha unidade policial e disser: “Alguém criou um perfil no Orkut que não corresponde à minha pessoa. Está me difamando. Está criando um problema para a minha imagem pessoal”. “Perfeitamente, Vereador. Isso é um caso de falsa identidade, eu vou qualificar tecnicamente, juridicamente, o seu caso”. E qual é a primeira providência que eu tenho que tomar? Impedir que isso continue a se propagar na internet; que mais pessoas tenham o acesso e causem um abalo à sua imagem. E a minha primeira providência qual que deve ser? “Google, retire esse perfil, apague, e preserve as informações, para que eu possa investigar e chegar na identificação do responsável”. A resposta, em 100% dos casos, do Google, é a seguinte: “Não fere a nossa política relacionada ao uso do nosso serviço, e, conseqüentemente, eu não vou tirar do ar”. E não tira. O que me força a gerar uma nova burocracia que é fazer uma representação ao Juiz de Direito, para que ele analise o caso, ouvindo o Ministério Público, o Promotor de Justiça, para que, ao final, eles peçam um ofício e determinem que o Google retire esse material do ar. Olha a burocracia formada, Vereador.

**P** – E isso leva quanto tempo, Doutor?

**R** – Invariavelmente, pode levar de um a oito meses.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Já foi.

**R** – Perfeitamente. É o que o Vereador Netinho de Paula está falando. Olha o prejuízo que isso causa. E nós estamos falando... Eu trouxe um outro caso, paralelo. É claro que se você pegar e falar: “Não, é um caso de pedofilia”, aí eles vão tirar. Mas nós temos casos andando em paralelo que mostra a burocracia que se gerou nisso. Eles assinaram um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público Federal, e isso previa que, no âmbito do Estado, seriam assinados termos de ajustes de condutas com os Ministérios Públicos do Estado de São Paulo. Perfeitamente. O que aconteceu? Eu fui convidado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo a fazer parte da comissão que analisaria o TAC estadual com o Google. Lá estava eu, representando a Polícia Civil; os Promotores de Justiça – um da cidadania, e outro de defesa do consumidor, e outro relacionado a grupo de atuação de minorias. Sentamos; advogados do Google presentes: “Olha, a gente precisa ter acesso à informação”. Resposta: “Não”. “Olha, nós precisamos disso”. “Não”. “Mas é que...”. “Não. Não e não”. Não assentiram em absolutamente nada. Vou dar um exemplo prático, Vereador. Você cria um perfil nesse serviço Orkut. Ótimo. A partir do momento que você cria, você pode, através de algumas brigas que se teve com eles, gerar, por exemplo, uma certa privacidade. Você tem o seu álbum de fotografias que você fecha e apenas pessoas do seu relacionamento, que você permite, passam a ter acesso. Bacana. Agora imagine o seguinte: o senhor me traz uma informação. “Olha, eu descobri que nesse perfil tem pedofilia”. “Tem pedofilia?” Qual é o básico do básico que eu, como delgado de polícia, tenho que fazer? Entro no computador, acesso, e entro no perfil. O perfil está fechado, porque ele pôs essa proteção. E lá dentro está a pornografia infantil. Está fechado, eu não tenho como entrar. O que eu vou fazer? “Google, estou investigando pornografia infantil. Dentro desse perfil tem pornografia infantil. Abra para eu dar uma olhada.” Qual é a resposta, invariável, deles? “Não”. Nesse ponto eu estou tratando do assunto dessa CPI. Agora amplie isso para tudo que puder imaginar em termos de prática de crimes eletrônicos. Eu estou, neste exato momento, Vereador Quito Formiga, com um trabalho de investigação em cima de perfis e comunidades no Orkut que deve, certamente, envolver mais de 300 pessoas que estão, neste momento que estou aqui falando, praticando crime usando essa ferramenta. Está na minha delegacia, com vários policiais se debruçando nisso. Faz semanas que nós estamos trabalhando em cima disso. E devemos, num determinado espaço de tempo, e vencida toda essa burocracia, deflagrar uma grande operação em cima disso. Agora, o senhor percebe, Sr. Vereador, as dificuldades que nós estamos enfrentando? Dificuldade nesse tipo de relacionamento. Eu estou trazendo o caso maior. Porque, claro, é uma rede que tem uma maior quantidade de pessoas que estão utilizando, como é o caso do Orkut. Mas existem outros casos. E, invariavelmente, se qualquer um que estiver aqui presente pegar e falar “Estou com problema no Orkut; alguém fez isso; alguém fez aquilo”, e eu pedir para o Orkut tirar esse material do ar, ele vai me responder que não. E só depois que eu vencer toda a burocracia judicial... O que vai acontecer? Aí é que eu vou lhe dar uma satisfação, e conseguir tirar o material do ar. Essa é a nossa realidade, Vereador. Eu não posso... Eu estou aqui para tratar dos problemas porque eu coloco fé nesta CPI; é a partir das medidas que podem ser adotadas aqui... Por isso que eu voltei a dizer: cada empresa que participa desse cenário que nós estamos descrevendo aqui está estabelecida fisicamente dentro de um município. E por estar estabelecida dentro de um município tem de se sujeitar a posturas municipais.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer uma pergunta ao Dr. Mariano.

Dr. Mariano, o senhor nos lembra que há uma quantidade de empresas, hoje, como essas, de provedores, baseadas na cidade de São Paulo. Qual o melhor caminho para obtermos os dados sobre o endereço e a sede dos principais provedores que hoje estão na cidade de São Paulo?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Essa é uma relação que eu até tenho, Vereador. E teria o maior prazer em lhe fornecer.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - De todas as concessionárias?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – De todas as concessionárias, basicamente, eu tenho.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Sr. Presidente, então eu gostaria, em nome desta CPI, como Relator, e, acredito, falando em nome de todos os Vereadores, porque a gente vem conversando também, informalmente, sobre isso... Então, Dr. Mariano, que o senhor encaminhasse, com a maior brevidade possível, essa lista de endereços, que seria muito oportuna para o trabalho efetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Perfeitamente. Para mim não há nenhum entrave. Eu acho que é uma maneira, até, de haver essa colaboração.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Para nós fecharmos um pouco esse trabalho...

**O SR. QUITO FORMIGA** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Quito Formiga. Só uma pergunta: hoje, onde acontece, dentro dos crimes cibernéticos na cidade de São Paulo, onde acontece o maior número de crimes? Quais os locais em que são realizados esses crimes? São em computadores particulares ou computadores que estão à disposição da população, em lugares como uma empresa que foi aberta, uma lan

house, que tem que ter um CNPJ, que tem que ter a sua inscrição, que tem que ter um alvará de funcionamento? Pelo menos eu acredito que existe um alvará de funcionamento. Ou não existe?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Sr. Presidente, Vereador Marcelo Aguiar, eu acho extremamente oportuna a pergunta que o senhor está efetuando. Por quê? Certamente existe uma falta de controle absoluto sobre a atividade exercida por empresas que prestam serviços de provimento de acesso à internet. E aí eu não vou mencionar exclusivamente as *lan houses*, que são um grande problema que nós temos nas investigações; são. E vejam, todos, que existe uma legislação que tenta controlar a atividade da *lan house* no âmbito do Estado, e uma legislação que tenta controlar a atividade no âmbito do Município. Mas isso não tem impedido que elas sejam utilizadas como ferramenta da prática de crimes. Então o que acontece? São duas as situações. O avanço da tecnologia, que proporcionou, principalmente, acesso móvel, está sendo usado de uma maneira absoluta pelos criminosos. Isso tem proliferado. E principalmente pelo quê? Existe um recurso, -- e as próprias operadoras têm conhecimento disso, chamado de “fraude de subscrição”. Eu vou, olho qualquer propaganda. Tem empresa x, y, z. Tem acesso móvel. Acesso à internet de qualquer lugar onde você tem uma rede de celular. Perfeitamente. Preço, modo, não sei o quê. O cidadão vai lá, pega documentos falsos, faz a aquisição desse tipo de serviço, leva, acessa, pratica crimes, crimes, crimes, crimes, e sequer paga essa conta. Tem alguns que até pagam a conta. Tem alguns que pagam. Para quê? Não quero despertar a atenção. Mas são falsas todas as informações que ele plantou no cadastro daquela operadora. Eles não conferem documento, não existe uma troca de informação. Consequentemente, eu não sei quem é. Na hora em que eu chegar, rastrear a conexão, chegar e dizer: “É usuário fulano de tal. Onde mora o usuário fulano de tal?” “Endereço tal”. Vou lá. “Aqui não mora o usuário fulano de tal. Nunca morou”. Torna-se “irrastrável”. E aí tem a outra situação a que eu volto, respondendo à sua pergunta, Sr. Presidente: a questão da *lan house*, que não é só uma questão da *lan house*, é a questão da lanchonete tal, é a questão do hotel tal, é a questão do serviço tal. Eu já tive oportunidades de dar uma volta por aí com um dispositivo e sair rastreando. O que se acha de redes abertas na cidade de São Paulo, onde proliferam redes que disponibilizam o acesso à internet é impressionante. E eu já tive o dissabor de estar no meio de uma investigação de desvio de fundos de *Internet Banking*, e aí, “Olha, a conexão é no endereço tal”. Maravilha. Eu vou lá e vou lá vou prender um grande criminoso. Chega uma velhinha de 60 anos, que usa a internet para falar com os netinhos dela. Falo: “Mas não foi essa mulher”. Qual o problema? Rede aberta. Um criminoso detecta, usa. - Comentário inaudível

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - Exatamente. (ininteligível)... *wireless*. Muito embora, Vereador, não seja só o *wireless* que estejam utilizando. Eles chegam ao cúmulo de utilizar outras tecnologias, de subir num poste e puxar um cabeamento para poder utilizar. Isso demonstra, na minha opinião, uma total irresponsabilidade no que diz respeito a recursos de acesso à internet. E mais: existem algumas redes de lanchonetes, de cafeterias, que estão aí disponibilizando o acesso, e você não precisa, de maneira nenhuma. Falar “Olha, escuta, eu sou o Mariano, e quero utilizar a sua rede. Anota aí”.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** Só uma pergunta, Delegado. Nós estamos caminhando para a *wireless*, a rede aberta, como uma tendência mundial. Nós vamos ter a Av. Paulista inteira *wireless* daqui a algum tempo; praças. A Prefeitura já estuda transformar a Praça da República em praças com acesso à internet sem fio. Ou seja, nós temos de pensar em outras alternativas, porque essa já não dá mais. Querer identificar o usuário da rede *wireless* não vamos mais conseguir.

**R** – Eu lhe diria o seguinte: eu acho que não é uma tendência, não. Não é. E nos lugares onde se verificou uma indiscriminada presença... um crescimento indiscriminado de redes *wireless*, abertas, públicas, chegou-se à conclusão de que isso não era, efetivamente, um bom negócio. Justamente por quê? Prática de crimes. Então, em países mais desenvolvidos, e eu tenho procurado estudar esse assunto, já começa a se verificar um retrocesso na implantação dessas redes. E onde o acesso é público, gratuito, criou-se alguns instrumentos para efetuar o controle não do que você está fazendo com aquela rede. Não me interessa saber que você entrou no *MSN*, na hora tal, e conversou isso, isso, isso e aquilo. Isso eu sou contra. E eu acho que merece a proteção constitucional. E existe a proteção constitucional. O que a pessoa conversa, utilizando uma rede, deve ser protegido, mas não deve ser protegido o Estado, o Município, a União, saber que, naquele dia e naquela hora, você estava utilizando um recurso. Isso eu acho que é fora de questão. E existe uma confusão jurídica, que, infelizmente, criou diversas celeumas. E alguns grupos que trazem o seu interesse pessoal, particular, sobrepujando o interesse público, criaram aquela situação de que “Olha, em nome da proteção, da privacidade, não deve existir controle nenhum. Absolutamente nada.”

Digo isso agora como o Mariano, eu, como usuário, como estudioso dessa questão da internet. Isso é uma falácia. A questão da privacidade não pode, de maneira nenhuma, sobressair-se, ou prevalecer, sobre o interesse público. O que eu devo proteger é o conteúdo do que está circulando lá. Eu não posso entrar no seu *e-mail* e verificar o que o senhor está conversando, Vereador. Não posso. Isso é ilegal, é criminoso, é inconstitucional. Agora, a questão é: não há qualquer problema de eu saber que o senhor utilizou no dia tal, numa hora tal, esse recurso. Eu faço até um paralelo, eu faço uma comparação. Que comparação que eu posso fazer? A comparação é a seguinte: se eu estou como usuário dentro de um ônibus, e aí, por alguma razão, o motorista dá uma freada brusca naquele ônibus, eu caio, me machuco, sou socorrido a um hospital, tive lesões de natureza grave, por exemplo. Isso vai chegar ao conhecimento da Polícia, que tem o dever, a obrigação de instaurar o inquérito policial e identificar quem foi o responsável – no caso, aquele condutor, por ter dado causa àquele acidente. Qual a providência do delegado? Ele vai oficial para a concessionária de transporte público e dizer o seguinte: “No dia tal, na hora tal, quem era o motorista que estava conduzindo o ônibus naquela via pública?”. E a concessionária vai responder, vai falar: “É o nosso funcionário tal.” Então vem aqui, que eu quero ouvir, ver a sua justificativa”. E, verificando dolo ou culpa, adotar as providências legais. Eu estou infringindo a privacidade de alguém? Não é obrigatório eu ter essa informação? É claro. Quem vai ter essa informação... - Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** - Perfeitamente, Vereador. Quem vai ter essa informação? Então é um paralelo que eu posso fazer para defender, juridicamente, factualmente, o que eu estou dizendo.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pelo fato de, hoje, nós termos grandes empresas de telecomunicações também agindo nessa área de Internet, existe, por acaso, o bom senso dessas operadoras de colaborar com o seu trabalho? Ou essas operadoras, privadas, que atuam na cidade de São Paulo, também dificultam um pouco no momento da investigação? Porque, como o senhor colocou aqui, percebe-se que existe uma facilidade muito grande de burlar até o próprio mecanismo de puxar uma internet, mesmo sem ser titular daquela linha; tem como puxar isso para onde quiser. Então a fiscalização nesse sentido é uma fiscalização falha. E muitas pessoas, quando precisam até desse serviço, a gente sabe que tem uma dificuldade muito grande. Isso como titular do serviço, muitas vezes. Há essa comunicação com o senhor ou também é complicado?

**O SR. JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO** – Eu posso dizer, Sr. Presidente, que quando você trata com concessionárias de serviço público, seja de telefonia, seja de provimento de acesso à internet, o relacionamento é sempre muito complicado. Por quê? Ninguém duvida, eu creio que todos que estão aqui sabem do que eu vou falar e o que é que eu vou dizer, que, infelizmente, essas empresas, e não estou dizendo que eles

certos ou estão errados -eu me abstenho de entrar no mérito dessa questão - só têm um pensamento: lucro. Em nome do lucro, atitudes são tomadas, e geram uma grande instabilidade na obtenção das informações. Então, não existe, efetivamente, o interesse de que esse tipo de empresa preste as informações que são necessárias. Aí eu voltar, me permiti voltar um pouco a uma questão que o Vereador Carlos Bezerra estava comentando, quando ele fala: "Olha, é muito pouco". Mas por que é muito pouco? A investigação de pedofilia, as condenações. Por quê? Percebam que se criou um entrave burocrático tão monstruoso, tão monstruoso, que eu tenho, em quantidades, investigações em andamentos, que acabam não resultando em inquérito policial, porque não tenho nada. Não consigo qualquer tipo de informação que me dê suporte para instauração do inquérito, porque eu não tenho a informação. Não vem, o caminho é barrado. Esse é o grande problema. Essa é uma questão a ser enfrentada, e quando eu falo de posturas, de normas municipais, eu sempre vou insistir, e eu estou falando isso há muito tempo: Uma empresa, seja ela, atue na internet, seja um monstro da internet, fisicamente, ela está em algum lugar, e por estar fisicamente em algum lugar, ela tem a sua obrigação legal, e aí que se entra: Esta Casa tem dado alguns exemplos louváveis, preocupando-se em disciplinar questões de instalação de empresas que vão atentar contra a saúde pública, que vão atentar contra o direito do consumidor, que vão atentar contra a segurança até da própria edificação. Agora, chamo atenção para o seguinte: Por que não se verificar a questão da segurança da informação, que afeta diretamente o município? Isso vai afetar. Eu acho que é algo a ser exigido. Você quer atuar nessa área? Perfeitamente. Atue. Preste o melhor serviço que você puder prestar. Cobre o justo, o razoável, o adequado, e ajude no desenvolvimento. Internet ajuda no desenvolvimento do país, abre frente de comércio. É louvável, é salutar, mas a má utilização predomina. Ninguém aqui que está presente hoje, com certeza, vai me dizer o seguinte: "Eu compro na internet, eu acesso a minha conta corrente, e faço isso com a maior segurança". E cada um aqui vai virar para mim e vai falar: "Eu tenho medo. Eu sei de um caso, eu sei de outro caso. Eu sei daquilo". Agora, se a gente não permite, - eu estou me pondo nesse meio também - se nós não permitimos que determinadas empresas atuem no comércio, por representar um perigo muito grande à população, e, nesse caso? "Ah, não, mas ele está no mundo virtual", mas, fisicamente, ele está num determinado lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Alguém Vereador tem mais alguma pergunta para o Dr. Mariano? O nosso tempo está um pouco estourado, porque nós temos agora uma discussão com o Movimento em Defesa da Vida, que é a reunião ordinária. O nosso querido Vereador Chalita... Não tendo mais nada então a declarar, vamos... Pela ordem, Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Desculpe, Sr. Presidente, mas eu estava aqui respondendo a uma outra questão. Eu estava desatento em relação ao que V.Exa. estava dizendo. Nós vamos dispensar a contribuição do... Aliás, a ótima contribuição do nosso Delegado, e aí prosseguiremos os seguintes procedimentos de, de votação. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu queria saber se vai ter deliberação, porque nós ficamos de, no final, agora...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – OK. Eu sugeriria, eu sugeriria a V.Exa., aliás, eu peço a V.Exa. que antes de nos despedirmos do Delegado Mariano, peço a V.Exa. que então suspenda a sessão por dois minutos, só para os encaminhamentos finais entre os Vereadores.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – OK. Então, vamos suspender a sessão por cinco minutos, e voltamos para deliberar os documentos para a próxima reunião. Queria agradecer ao Dr. Mariano pela contribuição ao trabalho da CPI e vamos aguardar toda a documentação das concessionárias que o senhor tem, para nós colocarmos, para anexar nesses trabalhos e também anexar, hoje, o que nós recebemos para a Comissão, que são as denúncias dos processos do Disque 100, que nós recebemos e vai estar também anexadas ao trabalho da CPI. Está suspensa a sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Reaberta a sessão. Nós temos algumas deliberações. O nosso relator Carlos Alberto Bezerra vai ler os papéis.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, eu quero aqui apresentar alguns ofícios para votação pelos membros desta CPI. "Requeiro, na forma regimental, à presidência da douta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, aprovação de Audiência Pública a ser realizada em 06 de agosto de 2009, às 11h para apresentação do relatório parcial das atividades desenvolvidas por esta CPI".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estão todos de acordo, dou como aprovado. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – O segundo requerimento, Sr. Presidente. "Considerando a importância da contribuição coletiva, requisito essencial a qualquer efetivo e qualitativo intervenção, privilegiando assim as observações de cada um dos mandatos integrantes desta CPI, solicito através do presente, contribuições ao relatório da CPI da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil para que possam auxiliar na sistematização dos trabalhos. Solicito, ainda, que tais contribuições sejam enviadas ao meu gabinete até a data de 10 de julho de 2009, a fim de que sejam aprovadas em tempo hábil para integrar o referido relatório".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estando todos os Vereadores de acordo, dou como aprovado. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Outro requerimento, Sr. Presidente. "Em data de 29 de maio de 2009, foi recebida por esta CPI resposta do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Coordenadoria da Infância e Juventude ao ofício nº 046/2009, que solicitava informações do processo em que a Sra. Suzane Basso(?) perdeu a guarda de seus dois filhos, tendo em vista que o genitor estaria abusando sexualmente dos mesmos, segundo informações fornecidas por ela em sessão desta Comissão. Ocorre, porém, que o Tribunal de Justiça, na pessoa do Exmo. Sr. Dr. Desembargador Coordenador Antonio Carlos Malheiros não pôde responder a contento tal solicitação, tendo em vista que o ofício supracitado não constava as informações necessárias para o auxílio devido, uma vez que tal Tribunal não tem poderes jurisdicionais atuando somente na esfera política. Diante de todo o exposto, requeiro à Presidência da douta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil que sejam encaminhados dados a respeito do caso, tais como: nome das partes, nome das crianças envolvidas, nº do processo, tipo de ação, vara onde tem ou teve curso e o seu andamento atual para que se dirima o caso em tela. Requeiro, ademais, seja retificado o endereçamento do respectivo ofício e assim, encaminhado ao nobre Desembargador, Vice-Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estão todos os Vereadores de acordo? Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, ainda há dois outros requerimentos que dizem respeito aos documentos enviados à V.Exa. e também à mim e aos membros desta CPI pertinentes ao Disque Denúncia 181, informações enviadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em virtude das informações enviadas, eu faço então esses dois ofícios a seguir e submeto à apreciação dos demais componentes desta CPI para votação e aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estando todos os Vereadores de acordo. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Faço a leitura neste momento, Sr. Presidente. "Requeiro, na forma regimental, à Presidência da douta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil que sejam oficiados os Conselhos Tutelares

infracitados para que forneçam informações sobre os atendimentos de finais de semana e feriados, período noturno, tais como: se há plantão, se estão acontecendo e de que maneira, caso estejam, os seguintes Conselhos Tutelares: Sé, Aricanduva, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, Jardim Helena, José Bonifácio, Lajeado, Mooca, Penha, São Mateus, São Miguel Paulista, Sapopemba, Vila Prudente, Casa Verde, Freguesia do Ó, Jaçanã, Santana, Vila Maria, Butantã, Lapa, Perus, Pinheiros, Pirituba, Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Grajaú, Ipiranga, Jabaquara, Jardim São Luís, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro e Vila Mariana".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estão todos os Vereadores de acordo? Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Outro requerimento, Sr. Presidente. "Venho, por este meio, solicitar na forma regimental esclarecimento desse Conselho Tutelar no tocante ao chamado - esse específico ao Conselho Tutelar da Sé - no tocante ao chamado de nº 45751202, de 14 de fevereiro de 2003, tendo como denúncia o crime de estupro, renovando o protesto de estima e consideração apresentado o ofício".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Se todos os Vereadores estiverem de acordo, dou como aprovado. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Último requerimento, Sr. Presidente, à direção do Conselho Tutelar da Sé. "Venho, por este meio, solicitar nos termos regimentais, esclarecimentos desse Conselho Tutelar no tocante ao chamado de nº 18541005, de 06 de outubro de 2005, tendo como denúncia o crime de maus-tratos contra a criança, conforme memorando nº 231/01/09 APMCMSP".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estando todos os Vereadores de acordo, dou como aprovado. Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, uma última solicitação à V.Exa. Conversávamos há poucos minutos sobre a importância de se reiterar os pedidos de informações em relação aos órgãos competentes de ofícios que foram apresentados por esses Vereadores e que não se encontram até o momento, que não obtivemos nenhuma resposta objetiva e concreta. Então, nesse sentido, faço um apelo a V.Exa. que faça um apelo reiterado aos órgãos competentes, também à Presidência desta Casa, para que com a maior brevidade possível possamos ter acesso a essas informações que são fundamentais na elaboração do relatório parcial a ser apresentado na primeira sessão do mês de agosto agora do corrente ano.

**O SR. NETINHO DE PAULA**- Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Sr. Presidente, o acordo que tivemos e que foi uma solicitação aqui do Vereador Carlos Bezerra é de que, então, a gente reiterasse novamente os pedidos que foram feitos a esses órgãos e que não nos responderam. Sr. Presidente, eu gostaria aqui de propor, em nome dos Vereadores, colocar aqui em votação, caso o senhor ache pertinente, os órgãos que não responderam, que recebessem uma diligência desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – É regimental. Se todos os Vereadores estiverem de acordo, uma diligência aos órgãos que não responderam aos requerimentos. Estão de acordo? Aprovado.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Apenas uma observação, Sr. Presidente. A reiteração imediata da solicitação aos órgãos que seja feita dando aos órgãos um prazo máximo de 30 dias a contar desta data, Sr. Presidente, para o retorno dessas informações, porque senão se torna impossível a análise dos dados para a elaboração de qualquer relatório. Então, nesse sentido, e aí eu concordo com o Vereador Netinho, que tem a preocupação de que, se não houver efetivamente essas respostas a contento e dentro dos prazos que estamos estabelecendo, precisamos imediatamente iniciar diligências no sentido de resolvermos esse problema.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Então, para ficar nas notas taquigráficas, o prazo de 30 dias para a resposta dos requerimentos, senão nós vamos numa diligência a esses órgãos competentes. Então, se estão todos de acordo, aprovado. Foi votado no início da CPI uma sessão extraordinária, convocando o Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, que é do Ministério Público, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Criminal, a presença nesta CPI do dia 25 que é a próxima quinta-feira, uma sessão extraordinária. Já foi votado, apenas para encaminhamento.

Não tendo mais nada a declarar, dou como encerrada esta sessão.



FL. Nº 112  
Anexo – Notas Taquigráficas  
Proc. nº 19/2009  
CMSP – CPI-PEDOF  
Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 25 de junho de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, com a presença dos nobres Vereadores Quito Formiga, Vice-Presidente; Floriano Pesado e Sandra Tadeu. O nobre Vereador Netinho de Paula não participará hoje desta reunião por estar representando a Casa na Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial. E a nossa Vereadora Juliana Cardoso também está representando a Casa na Conferência Regional da Criança e do Adolescente. O nosso querido relator, nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., em virtude do trânsito caótico da cidade de São Paulo, está a caminho. Chegará logo. Votamos dois requerimentos semana passada, e estamos recebendo hoje na CPI da Pedofilia o Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminal. E também votamos o requerimento para a vinda da Promotora de Justiça Dra. Carmen Lúcia Pantaleão de Mello Cornacchioni, que faz parte da Secretaria da Vara da Infância, de Defesa da Infância e do Adolescente do Ministério Público. Na verdade, a Doutora Carmen hoje participa de um evento muito importante, até para os trabalhos desta CPI, que está sendo realizado pela PUC, Ministério Público e o Governo Americano. É sobre pedofilia, violência sexual, e a doutora está representando o Ministério Público. Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Nós estamos aqui em um momento importante desta CPI de análise de informações, de dados, que o relator Carlos Alberto Bezerra chamou de momento do diagnósticos da situação, para que possamos fazer um relatório final que seja propositivo e, de fato, avalie as políticas públicas existentes e seus respectivos fluxos de atendimento, especialmente em relação às crianças vítimas de violência sexual. No entanto, estamos percebendo que muitas das informações não estão chegando ao nosso conhecimento. Essa CPI precisa ser respeitada como uma Comissão de Inquérito da Câmara de São Paulo que necessita de informações, especialmente do município, mas que não está obtendo. Faço esse questionamento, Sr. Presidente, porque acho que está na hora, e quero pedir a atenção do plenário, e estou aqui sugerindo um requerimento, ou pelo menos uma notificação ao Sr. Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, para que tome as providências devidas, porque as informações que foram solicitadas às secretarias municipais, especialmente à SMADS, do ponto de vista da execução do plano municipal de enfrentamento à violência sexual e também informações à respeito do Disque 100 cheguem a esta Casa, a esta CPI. Há outras informações, outros requerimentos que foram solicitados, houve a presença da representante da SMADS logo no início da CPI, que não nos trouxe nenhuma informação, e não temos condição, nobre Vereadora Sandra Tadeu, de evoluir no nosso diagnóstico, que é o momento mais importante – como podemos propor um fluxo, um “tratamento”, entre aspas, se posso chamar assim, se não temos um diagnóstico do problema? Então, é imperativo que esta Casa, esta CPI, sob o seu comando, nobre Presidente Marcelo Aguiar, possa solicitar o encaminhamento de todos os requerimentos do plano municipal, das ações da SMADS, da Secretaria de Direitos Humanos e de outras envolvidas e do Disque 100 para o Sr. Prefeito para que possamos contar com a colaboração, que tenho absoluta certeza de que será pronta, do Sr. Prefeito de São Paulo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Observação importante, nobre Vereador Pesaro. Lembro que na última reunião foi votado, novamente por requerimento, pedido de informação de todos os Conselhos Tutelares, de todos os órgãos competentes a que foram mandados pedidos de informação ao longo dos trabalhos, mas não mandaram essas informações. Pelo que a Secretaria me passou, já chegou, já foi protocolado. Até eu peço para a Secretária depois me informar o número, a quantidade de requerimentos que foram enviados ao longo de praticamente quase seis meses de trabalho desta CPI.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Só para complementar, talvez seja o caso de combinarmos o seguinte: se não vier resposta em relação ao trabalho que a SMADS vem coordenando, em relação àquilo que a Comissão Municipal vem realizando de reuniões, atas, discussões, planos, etc, e das informações do Disque 100, sugiro até que essa CPI faça diligências, que a gente vá aos responsáveis por essas áreas, como representantes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal e verifique, *in loco*, qual o trabalho que está sendo realizado. Quando tem reunião da Comissão Municipal de Enfrentamento? Vamos ver a data. Eles não nos informam? Vamos fazer uma diligência, vamos buscar os documentos, vamos começar a agir como age uma CPI, porque não é possível a falta de respeito absoluta que estão tendo conosco aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Perfeito. Não tenha dúvidas. E lembro que uma das únicas instituições que mandou as informações para esta CPI foi o 181, Polícia Militar, que nos informou tudo. Prestou até uma informação confidencial a esta CPI, todas as denúncias que aconteceram nesses três últimos anos; perdão, de 2000 a 2009, na cidade de São Paulo. Dando andamento a esse trabalho, o Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, mais conhecido como Dr. Rossini, por todos, dentro e fora do Ministério Público, hoje está aqui para colaborar com o trabalho da CPI. A Dra. Carmen, por estar representando o Ministério Público neste evento da PUC, não está presente, mas o Doutor Rossini, como ambos são da mesma Casa, da mesma Instituição e amigos, trouxe também um trabalho realizado por três promotoras militantes desta área, a Dra. Carmen Lucia de Mello, a Dra. Dora Martin Strilinchek e também a Dra. Laila Said Abdel Qader Shukair. Três promotoras que assinaram esse trabalho pontual realizado por elas, feito especificamente para constar do trabalho dessa CPI. Eu queria passar a palavra agora para o Dr. Rossini e deixá-lo à vontade para falar desse relatório e de todo o trabalho que realiza ao longo desses anos e o que é importante para nos ajudar no trabalho dessa CPI.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Inicialmente eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Não falo em meu nome, falo em nome da Instituição à qual componho, o Ministério Público do Estado de São Paulo. Digo que nós reconhecemos a importância desta CPI. O ofício que me convida chegou às mãos do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Fernando Grella Vieira, e sou portador do agradecimento que ele, chefe da nossa Instituição, traz ao Legislativo Municipal da nossa capital no sentido de não só jogar luzes, mas se aprofundar na questão da importância do tema - esse tema já é, sabidamente importante - e também em como solucioná-lo. Esse é o diferencial. Como, no âmbito do município, como, no âmbito do quintal da nossa casa, podemos dar conta de um problema que é extremamente grave para a nossa juventude de uma forma geral. Então, no primeiro momento faço esse agradecimento. E aos demais membros presentes, ao próprio Presidente, nobre Vereador Marcelo Aguiar; Vereador Quito Formiga, obrigado; Vereadora Sandra Tadeu e Floriano Pesaro?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Todo mundo fala Pesaro. Eu já propus a ele mudar. Mas ele não...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – É como o colega Roberto Livianu, chamam Leviano. Ele fica louco. (Risos). Desculpe-me. Erro de nome é gravíssimo. Tivemos a honra de receber o convite. Nós talvez tenhamos falhado na acolhida do senhor, Vereador, e do seu Assessor, semana passada. No acolhimento. Não tivemos essa pompa, essa circunstância que tenho agora. De qualquer modo, minha fala diz respeito ao aspecto criminal e à frustração do promotor criminal no que toca ao enfrentamento dessa questão não só no município de São Paulo, posso dizer no Estado de São Paulo como um todo. Nós somos, de fato, os últimos a saber. O que aparece nos tribunais é a ponta da ponta do *iceberg* de um problema muito grave. A despeito disso, temos, no Estado de São Paulo, talvez os senhores devam conhecer essa informação, 148 mil pessoas presas. Temos duas penitenciárias exclusivamente destinadas a abusadores. Mais ou menos mil e poucos presos. Quer dizer que, a despeito dessa quantidade de condutas que tenham por vítimas crianças e adolescentes, quando a prova vem boa, quando há agilidade na apuração, o sistema de justiça consegue dar conta. É um problema repugnante para todos – Polícia, Ministério Público, Vereadores, Juizes, para todo mundo – especialmente quando há prova nesse sentido. Eu vou ler o que as promotoras disseram no que toca ao atendimento que elas fazem. Elas trabalham na área de interesses difusos do Ministério Público no que toca à questão da infância. São três promotoras. Posso ler para constar dos anais?

“São Paulo, 23 de junho, ofício 1949/09, referência CPI da Pedofilia

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Vereadores e Vereadoras,

As Promotoras de Justiça que esta subscrevem, exercendo suas funções na Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude vêm, pela presente, expor algumas das dificuldades encontradas no encaminhamento das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e abuso sexual e sugestões para melhoria do atendimento.

1. As denúncias de abuso sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes vêm crescendo assustadoramente e não há resposta imediata,

- multidisciplinar e integrada por parte do Poder Público.
2. O número insuficiente de CAPS infantil e CREAS dificulta o acesso da população vitimizada e de alta vulnerabilidade social e econômica a psicólogos e psiquiatras.
  3. Há necessidade de estudo para adequação do número de CAPS infantil e CREAS ao número de habitantes de cada região, pois são constantes as queixas de falta de psicólogos e psiquiatras infantil.
  4. O desconhecimento do fluxo de atendimento pela própria rede pública municipal faz com que seja necessária a divulgação do referido fluxo, com o papel de cada agente/serviço – CREAS, CRAS, CAPs, Conselho Tutelar, Delegacias de Polícia, Promotorias de Justiça Regionais da Infância e da Juventude, Hospitais e outros.”
  5. E acresceto aqui a própria Vara da Infância e Juventude, que não constou.
    - a. “...no atendimento, bem como sua identificação e localização.
  6. Há necessidade de conscientização do papel do educador no encaminhamento de denúncias de maus-tratos na escuta do aluno, sem prejuízo da garantia do sigilo do denunciante.

Sem a pretensão de ter esgotado o assunto, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Carmen Lúcia de Mello Cornacchioni; Dora Martin Strilicherk e Laila Said Abdel Qader Shukair, Promotoras de Justiça”.

O ofício é dirigido a V.Exa, Vereador Marcelo Aguiar. Esse é o ofício. São normas muito programáticas, mas que denotam justamente o sentimento que o promotor e a promotora têm de frustração por não conseguir abarcar as inúmeras, incontáveis hipóteses de condutas que ofendem as crianças. Falava com a Vereadora Sandra Tadeu que me parece que não temos de reinventar a roda, de refazer a legislação. A legislação está aí. A própria CPI da Pedofilia Nacional do Congresso Nacional, ela deu conta de alterar os títulos penais. O que nós temos de entender é o fluxo, de como as coisas devem chegar rapidamente ao sistema de justiça que parece que é quem tem a cabal função de, na área criminal, punir o criminoso e na área da criança em situação de risco, fazer um melhor encaminhamento para a questão que se coloca. Muito rapidamente, lembro que há delegacias em todos as regiões. Temos os conselhos tutelares, temos as delegacias, temos os fóruns regionais, temos o Fórum Central Criminal, falo na capital. Temos as guardas civis, temos os psicólogos dos fóruns, mas não existe o fluxo de informação. Demora muito para uma investigação ser instaurada. Eu falava com o Vereador – e até para pontuar o assunto porque a gente fala bastante, eu sou Promotor do júri, a gente fala duas horas, vou tentar ser econômico. Mas o sistema, para permitir que um Promotor Criminal de Justiça da Barra Funda tenha acesso a um fato desse, é muito moroso, é muito complexo. Muita coisa fica pelo caminho. Vou dar um exemplo, terça-feira – talvez a comissão queira até requisitar a fita – aquele programa que o Caco Barcellos faz na Rede Globo, *Profissão Repórter*. Terça-feira passada houve matéria e o acompanhamento do Conselho Tutelar da Cidade Ademar. Houve denúncia de abuso numa casa, o conselheiro tutelar foi lá, fez o contato com a suspeita.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Queria dizer que o nosso querido Vereador Carlos Alberto Bezerra acaba de chegar.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Bom dia, Vereador. Não sei se a reportagem não foi adiante com o que aconteceu, a mulher falou: “Bom, a criança não está, está na casa de um amiguinho”. E todo mundo voltou para trás! Não se registrou um boletim de ocorrência, não se sabe se essa suspeita virou uma investigação. Ah, foi lá, não encontrou, voltou para trás! O que me parece é que esse fluxo vai parando. O Conselho Tutelar, quando nós fizemos na zona Sul inteira, quando falou nós é a OAB, Ministério Público – o treinamento, e me parece que a sugestão que trago aqui é uma coisa muito singela para a Prefeitura fazer, antes das eleições dos conselhos tutelares, é fazer curso - a Casa pode fazer - um curso para que os conselheiros tutelares conheçam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Com licença, doutor! Então, na sua concepção, os conselheiros tutelares hoje não têm...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Não, ao contrário. Na minha concepção, antes de serem conselheiros tutelares, eles têm que conhecer a legislação para saber o poder. O Estatuto defere ao conselheiro tutelar requisições que só o juiz tem. O senhor, Vereador, não tem o poder de requisição que um conselheiro tutelar tem. O senhor não tem, certo? Mas um conselheiro tutelar tem e não requisita, muitas vezes, por desconhecer o poder que o conselheiro tutelar tem. Ele tem legitimidade por eleição e por decorrência da lei. Por exemplo, requisitar instauração de procedimentos, requisitar laudos. E, muitas vezes, o próprio conselheiro, e eu não culpo o conselheiro, são heróis pelos poucos recursos que têm. E a gente percebe nitidamente que haveria destinação de mais recursos. Há necessidade de o conselho tutelar ter um mínimo. Quando a gente visita um conselho tutelar, e eu falo de Parelheiros quando o Secretário, na época, foi lá. Nós pedimos para arrumar um lugar aonde não caísse chuva na cabeça dos conselheiros tutelares porque os conselheiros são a linha de frente nos instantes em que nada está aberto. A legislação, o Estatuto da Criança quis substituir o antigo comissário de menores, do Código de Menores, eu peguei um ano do Código de Menores, era promotor à época, o poder que um *longa manus* de juiz... E voltaram, embora a lei proibisse. Os juízes tiveram que se socorrer novamente daquelas pessoas que não são conselheiros. O conselho tem uma missão na lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente extremamente importante. Acho que tem que, antes de se candidatar, se apoderar da informação. Percebemos, quando vamos para as periferias, pois temos um trabalho de promotoria comunitária, reconhecido como o melhor, e não é cabotinismo, tem que falar que ainda a comunidade vê de maneira qualificada pela promotoria comunitária, que ganhou o Prêmio Inovare, em 2007, como melhor prática de promotoria do Brasil. Então, quando nós vamos à comunidade, e vamos com muita frequência, duas, três vezes por semana, nós percebemos que muitos candidatos não sabem, chegam de paraquedas e não sabem da importante missão do conselheiro. Quero dizer, exercem uma missão, mas poderiam exercer com melhor qualidade se tivessem o preparo que a lei, ou seja, se apoderassem da lei na sua totalidade. Trouxe o Estatuto aqui para o senhor ver o poder que eles têm na legislação, é mais do que o senhor, pode ter certeza disso. Talvez pouca gente saiba disso. Então, primeira coisa, é treinar. Não é reinventar a roda. Mas todos tem que ter... Se os senhores me permitirem, só um segundinho.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quero informar ao relator Vereador Bezerra, sei que V.Exa. estava no trânsito caótico da cidade de São Paulo, a Dra. Carmem, hoje, está num evento realizado pela PUC, pelo Ministério Público que é sobre pedofilia, e também pelo Governo Americano. Está sendo realizado hoje, ela está lá, é por isso que ela preparou esse relatório, o qual o nosso Promotor deixou registrado nos Anais desta Casa. Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Antes de mais nada, quero me desculpar pelo atraso. Infelizmente, o caminho pelo qual venho todos os dias, hoje eu demorei quase o triplo do tempo. Quase duas horas e quinze minutos para chegar na Câmara Municipal. Antes de mais nada, cumprimento V.Exa. e os demais Vereadores que aqui estão. Também o Dr. Rossini, parabéns pelo trabalho e pela vinda hoje a esta CPI. Em virtude do que V.Exa. acabou de mencionar, seria interessante que o Dr. Rossini pudesse nos ajudar naquilo que hoje compete à Dra. Carmem, no evento em que hoje estará, que pudesse enviar a esta CPI documentos conclusivos do encontro, as propostas, as iniciativas e as alternativas. Seria muito importante para utilizarmos como instrumento e como documento constante do relatório final desta CPI.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – O meu assessor, Dr. Tomás Busnardo Ramadan está lá fazendo os apontamentos. O Governo Americano traz experiências dele para o enfrentamento desse problema. Voltando à questão do conselho, Vereador Quito, o art. 186 do Estatuto é tão nítido, especialmente no inciso III: “São atribuições do Conselho Tutelar: 3. Promover a execução de suas decisões podendo para tanto: a) requisitar (não é requerer) serviços públicos nas áreas de Saúde, Educação, Serviço Social, Previdência, Trabalho e Segurança. 2. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento das suas deliberações”. Ou seja, ele pode requisitar e se não cumprir, representa ao juiz. “Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança. Encaminhar à autoridade judiciária casos de sua competência. Providenciar medidas estabelecidas na lei. Expedir notificações. Requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de

propostas orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Representar em nome da pessoa e da família contra a violação dos direitos previstos e representar ao MP para perda ou suspensão do poder familiar, anteriormente chamado pátrio poder". Olha o poder que um conselheiro tutelar tem no ordenamento jurídico pátrio. Resta saber se isso é efetivamente cumprido na sua totalidade. Temos de dar esse conhecimento, reitero, um conselheiro tutelar tem mais poder que o senhor em alguns aspectos, e do que eu em outros aspectos.

**O SR. QUITO FORMIGA** - Resta a nós, então, a dúvida se tudo isso é passado e esclarecido a todos eles.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - O que eu acho é que, como até venho aqui trazer sugestões de treinamento. Nós fizemos os treinamentos através do Centro de Direitos Humanos do Campo Limpo, chamado CDHEP, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, em parceria com a OAB e com o Ministério Público. Naquela região, muitos dos Conselheiros participaram do curso, um curso feito em três semanas, um curso rápido, muito singelo, que pode ser estendido.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Eu gostaria de questionar com o senhor, Promotor, se com esse treinamento que o senhor pode observar nesse grupo que o senhor fez, essas pessoas são preparadas para serem conselheiros tutelares? Porque a gente sabe que são pessoas que vêm da comunidade local, há sim uma eleição, agora, será que só essa eleição é suficiente para nós indicarmos essas pessoas? Porque, na verdade, o conselheiro tutelar é uma peça extremamente importante...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - É fundamental.

**P** - É fundamental. Se ele não tiver um certo preparo, fica muito difícil você estar evoluindo num trabalho adequado.

**R** - Se a senhora me permitir, vou fazer uma consideração histórica, uma digressão histórica. Em 1990, o então Procurador de Justiça, Dr. Munir Cury, mandou para todos os Promotores do Estado de São Paulo, um projeto de lei padrão para regulamentar os conselhos nos municípios. Eu era promotor no Embu, e nós tínhamos um grupo de estudos com a comunidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o então prefeito, não vou me lembrar o nome, e a Casa Municipal do Embu se comprometeu de levar o projeto elaborado por essa Comissão adiante para... E nós chegamos num ponto dos requisitos para que o conselheiro pudesse, isso é lei municipal, se submeter às eleições. Havia quem dizia que havia necessidade do curso superior, e nós falamos não, isso aí deslegitima, porque não é uma exigência, isso é inconstitucional. As eleições ordinárias para Vereador, para Deputado, etc., exigem que o candidato tenha capacidade de entendimento, seja alfabetizado e tenha capacidade de interpretação. Tanto que alguns juízes aplicam provas, não sei se..., não vou discutir a constitucionalidade disso, porque acho que a representação popular é muito profunda. Agora que temos de ter condições de avaliar se uma pessoa tem condições de entender a dimensão dessa importância, acho que temos de olhar e, a Casa onde estou, honrosamente, tem essa atribuição constitucional para saber, porque me parece que é um olhar tão singelo, tão pontual para saber se eles sabem do poder que têm. Seria um "elefante dormindo". Tem poder extremado. Resta saber, por exemplo, através de uma solicitação, quantas requisições de serviços os Conselhos Municipais fizeram ao longo desses anos todos, e o ECA tem vinte anos.

**O SR. QUITO FORMIGA** - Além de todo poder, doutor...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Não sei se respondi à indagação da senhora.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Na verdade, o senhor respondeu. Eu acho que esta Casa, até como sugestão para o relatório, a gente tem de avaliar essa aprovação desses conselheiros, desse Conselho, ver os aspectos, porque, na verdade, a soberania, o voto popular é uma coisa, mas, na verdade, o conselheiro tutelar, além dessa popularidade, tem de ter alguma coisa a mais...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Olhem o artigo 137, senhores: "As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse".

**P** - Está vendo...

**R** - É isso. Ou seja, só o juiz pode anular uma decisão do Conselho Tutelar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Sendo um pouquinho mais pontual, até no sentido de algumas coisas que o senhor foi colocando, deu para identificar que, na parte orçamentária, há uma insuficiência muito grande, primeiro ponto; segundo ponto: o fluxo, a morosidade das informações para o próprio Ministério Público já é algo complicado, imagine para nós que fazemos parte desta Casa e muitas vezes até mesmo para a polícia que tenta investigar algum caso e, de repente, esbarra, também, nos mesmos problemas. Ao mesmo tempo a capacitação, também, que o senhor citou dos conselhos, dos conselheiros, na verdade. Então, são três pontos assim que, na verdade, hoje o senhor identifica como uma deficiência muito grande no sistema.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - São vários, vários. Eu gostaria de falar aqui da atuação criminal. É evidente que o Direito Penal é o Direito da última ratio, eu falo sempre que é o último a entrar. Brincava o Vereador aqui: "Fulano está preso no trânsito." Que bom que está preso no trânsito, porque o Direito Penal deve ser sempre a última ferramenta a ser usada. Todos os ramos do Direito têm de trabalhar, o Administrativo, o Constitucional, etc. agora, existem bens jurídicos que só podem ser tutelados com intervenção do Direito Penal, é sabidamente a questão da infância, a proteção da infância e juventude notadamente nos abusos, tanto de ordem sexual ou não, que o Direito Penal deve ser chamado. Parece-me que o sistema não está funcionando a contento, só nos chegam informações qualificadas, só quem tem condições, então o próprio sistema não alimenta os atendimentos, o conselho. Dei um exemplo, a gente não sabe o que aquele conselheiro fez com aquela informação de abuso. Acho que tudo tinha de ser documentado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - A gente sabe quando uma ocorrência passa pelo hospital, a Vereadora Sandra Tadeu pode falar até com mais autoridade sobre esse assunto, é médica, até o nosso relator também é médico, quando passa qualquer tipo de situação pelo hospital...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Suspeita, não é?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Ou suspeita de violência, ou então mulher que foi agredida, teria de existir uma notificação desse caso. Mas, na maioria dos casos a gente sabe que até pessoas que, muitas vezes, até são baleadas nem são notificadas, nem à Polícia Militar, nem à Polícia Civil e muito menos ao Ministério Público. O que eu gostaria de saber, aproveitando essa deixa do senhor, a notificação é um grande problema, hoje?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Eu estou aqui para falar a verdade. Muitos profissionais da área de saúde têm receio de notificar por medo de retaliação. Isso é um fato. Todos os hospitais municipais, nós falamos só dos hospitais municipais, têm plantões, têm investigadores de polícia ali. Nem tudo chega, porque os médicos têm receio - os médicos e os enfermeiros - de ter seus nomes vinculados a uma denúncia. Isso eu falo, porque, e eu falo nomes aqui: Paulo Milanese, quando era Superintendente da Saúde, na zona Sul, a sua auxiliar Margô, o Dr. Vitorio, falo porque conheço essas pessoas por militar conosco lá. Nós viemos a saber, veladamente, não por eles, pelas pessoas, que havia um grande medo, um grande receio de se comprometer. Não só isso, não de retaliação, mas de ter de ir numa delegacia, ser testemunha: "É muito chato ter de ir numa delegacia." O médico tem que ir na delegacia. Ou o enfermeiro: "Ah, que coisa. Vou ter de ir no fórum, testemunhar na frente do cara." Pois é, ou o regime democrático é na sua totalidade ou ele não é para ninguém.

Então, quando um médico testemunha um abuso, parece-me que ele tem dever não só moral, qualquer pessoa que vê uma criança abusada tem que se insurgir, mas tem o dever de profissão de comunicar, e mais, não só de comunicar, de ser testemunha daquele fato se, por outras formas, a prova não chegar até o investigador. Então, nós temos de entender que essa notificação está sendo, nós temos subnotificações, não estão chegando na totalidade. Muitas vezes ou são maquiadas, não tem provas disso, é um sentir. Eu posso fazer levantamento de quantos estupros, atentados violentos ao pudor chegam na Barra Funda, não vim municiado disso, mas eu me comprometo, se a Comissão quiser, por exemplo, num determinado período, quantos casos na Capital houve. Que me parece são muito menores do que acontecem na vida fenomênica, no mundo real. Nós temos muito poucas ações penais por crimes contra a liberdade sexual: estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores contra criança e adolescente do que acontece no mundo. Então, eu vim aqui colocar à disposição

a Instituição, vereadores, para que essas notificações sejam encaminhadas, em querendo, em podendo, sem prejuízo das outras instituições de Polícia Judiciária, que é quem tem a missão constitucional de apurar. Mas o Ministério Público, e aí eu trago o próprio esboço da lei, a própria fundamentação da lei, no seu artigo 201, incisos VI, X e XII, para que nós possamos receber essas informações, se é que, quando falo nós, não, a Procuradoria Geral de Justiça receber essas informações de forma sistêmica, com fluxo para encaminhar, requisitar da autoridade policial, que vai em caráter de requisição, não é em caráter de, não haveria juízo de admissibilidade quando sai uma requisição e, também, com esta mesma informação proporcionar a provocação do promotor da Infância e da Juventude. Porque toda vez que tem um abuso nós temos, pelo menos, dois problemas, o problema criminal e o problema da criança em risco, em situação de risco, porque, afinal de contas...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Eu queria anunciar o nosso Vereador Wadih Mutran presente, se quiser fazer parte da Mesa, está convidado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Comissão de Finanças? Estamos recebendo o Dr. Rossini, do Ministério Público, ajudando nos trabalhos da CPI.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Muito obrigado, eu que agradeço. Sou portador, falei com meu superior, o Procurador-Geral de Justiça, que está, sem prejuízo dele, nós não queremos subtrair a atribuição de nenhuma outra instituição, especialmente agora que o Supremo Tribunal Federal acenou com a possibilidade das investigações da nossa parte e o Conselho Nacional do Ministério Público, por Resolução, reconheceu o procedimento apuratório.

Muitas vezes, um promotor de justiça pode, rapidamente, sem subtrair, reitero que nós não queremos ocupar poder de polícia, mas naquilo que nos é próprio, fazer as apurações pertinentes e tomar as medidas judiciais cabíveis.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra Júnior.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Queria aqui na minha fala pontuar algumas questões que penso serem relevantes na elaboração do relatório e no sentido de extrairmos o que pudermos de melhor hoje, em termos de informações, com a presença do Dr. Rossini, aqui conosco. Eu ouvi, atentamente, a fala do Dr. Rossini, as intervenções dos colegas Vereadores, eu estava pensando aqui em algumas coisas. Primeiro é o seguinte, Dr. Rossini, para nós era muito importante, e por isso nós valorizamos muito a sua presença aqui, hoje na Casa e nessa CPI, para nós é importante os dados, dados concretos de investigação. Fundamental, hoje, o número de investigações para nós, que ocorrem particularmente aqui no Município, na cidade de São Paulo, e o fluxo com o qual são conduzidas essas investigações. Então, a primeira pergunta que eu queria pontuar ao senhor é a seguinte: vivenciando o problema, conversando com as pessoas, eu fui, o senhor falava agora mesmo de atendimento médico hospitalar, eu fui plantonista em hospitais públicos por quase 15 anos. Conheço bem a problemática, enfim, a dificuldade de informação que o próprio profissional médico tem, apesar de todos os esforços que a Prefeitura vem fazendo, que a própria Secretaria de Saúde, no sentido da capacitação, mas, enfim, até por isso também a importância dessa CPI, que traz o tema à pauta, enfim, que busca a informação e que traz a informação a público. Mas, ouvindo pacientes, ouvindo gente, conversando com pessoas, com familiares, enfim, com aqueles envolvidos com a temática, também, conselheiros tutelares, uma queixa muito comum é a questão do processo investigativo. O processo investigativo, e quando a gente ouve as pessoas envolvidas nisso, a gente percebe que as queixas são de lentidão, morosidade, o senhor tocou num aspecto importante aqui, a revitimização, que é frequente. Não temos espaços adequados, adaptados seja no serviço de saúde, seja no judiciário, enfim, julgamentos equivocados, e aí a minha pergunta é muito objetiva: como é que o Ministério Público tem atuado na questão de rever o processo do fluxo de atendimento? Quais são as iniciativas, o que tem acontecido de maneira concreta e prática para que haja um enfrentamento desta questão, da lentidão, da morosidade, dos equívocos, da revitimização, enfim, como é que a gente pode trabalhar para avançar?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Inicialmente, a título de sugestão para que os dados concretos sejam aportados a esta CPI, eu sugiro, se o senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Por favor.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - A expedição de um ofício ao Juiz de Direito, Diretor do Fórum Criminal, do DIPÓ - Departamento de Inquéritos Policiais, da Capital, Dr. Alex Zilenovski, pedindo, solicitando uma certidão ou dados acerca dos inquéritos policiais que lá aportaram, nos últimos anos, os senhores limitam, para saber quantos inquéritos policiais na Capital. Porque todos os casos de reclusão vão para a Barra Funda, de estupro e inquérito policial envolvendo crianças e adolescentes. Eles têm essas informações. Isso é um dado concreto, essa é a primeira sugestão para saber quantitativamente o que acontece.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Ótimo.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - O fluxo, Vereador, eu vou ter de ser franco muito com o senhor, coisa que eu faço rotineiramente, o processo-crime...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Sem interromper, queria só insistir numa questão, a gente insiste, nós estamos trabalhando muito com o foco no fluxo, na rede, na fragilidade da rede, porque nossa ideia como Vereadores que compõem essa CPI, é construirmos um relatório que observe as fragilidades dessa rede, os pontos vulneráveis dessa rede, e efetivamente aponte caminhos e alternativas, enfim, é nesse sentido que vai a minha questão.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Vereador, no sistema de justiça o inquérito policial e o processo-crime são olhados com os mesmos olhos que se olha um roubo, que se olha um estupro, que se olha um sequestro relâmpago e um estelionato. Desculpe. No dia a dia do promotor, vou falar isso pela minha instituição e penso que isso acontece também na delegacia de polícia, você tem pilhas de processos, é um caso a mais. Entenda, é um caso a mais. É lógico que o seu olhar como pai, como irmão, é um olhar de estupefação, mas aquele caso vai ser colocado na pauta de audiências como outro qualquer caso, as testemunhas vão estar lá como quaisquer testemunhas. Então, as testemunhas de acusação, as vítimas, vão entrar na salinha de testemunha de acusação e se o senhor andar pelo Fórum Criminal da Barra Funda o senhor vai ver o que é isso. Não existe um tratamento específico para tanto. Não tem na delegacia... ah, mas tem a Delegacia da Mulher, mas os estupros, os atentados violentos ao pudor eles não têm o tratamento no dia a dia, na rotina, que se deveria dar para uma pessoa nessa situação. Eu lamento dizer para o senhor, é mais um processo, os processos de estupro e atentado violento ao pudor vão para a pilha do promotor criminal. Na infância já é um pouco diferente, porque é um outro olhar. Então, eu faço *mea culpa* porque é isso que acontece no Fórum Criminal da Barra Funda. São 440 presos todos os dias lá, centenas de testemunhas sendo ouvidas, dentre essas testemunhas aquelas crianças que foram vítimas de abuso. Talvez a gente tenha que pensar, como sugestão, criar delegacias especializada, criar vara especializada para a questão criminal.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, Vereador Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Nesse sentido, que acho que o relator está conduzindo, acho que é importante, queria deixar registrada aqui uma questão para que o Dr. Rossini pudesse responder, primeiro como se dá a relação com a Promotoria da Infância e da Juventude, no caso de violência sexual contra criança e adolescente, em especial, contar com o seu conhecimento, para que possa nos orientar como apurar um crime dessa dimensão e, ao mesmo tempo, preservar os direitos fundamentais das vítimas? Uma segunda questão, quais são os entraves na retaguarda da proteção das crianças nesses processos? O que o senhor enxerga como as maiores lacunas? E, evidentemente, como que o Ministério Público está organizado para atender essa demanda, quantidade de promotores especializados, inclusive, até do ponto de vista de poder nos ajudar a qualificar melhor essa rede municipal, que é uma rede interdisciplinar, é interdepartamental.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - O princípio do promotor natural ele é decorrência do princípio do juiz natural. Só teremos promotores especializados se nós tivermos juízes especializados. Então, quando eu olhar o promotor criminal, nós não temos varas especializadas para tratar do tema. Portanto, não temos promotores especializados para tratar desse tema.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Isso é exclusividade nossa, São Paulo, ou é brasileira?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Não, é Brasil... Não sei, não sei. Podem existir varas especializadas em outros lugares. Porque no interior, o mesmo juiz que cuida de varas cíveis, cuida das criminais. Existe uma função acumulativa. Na Capital, quando você tem as especializações, com relação à infância, você tem a especialização de infratores, lá no Brás, são os adolescentes infratores, e não é disso que se trata, e temos as varas de crianças em situação de risco, carentes e abandonados. São as varas cíveis, são os juizes que não conhecem de ações penais. Quem trabalha na área criminal são os juizes e promotores criminais que recebem, e isso eu falo como se dá, respondendo ao Vereador. Como é que se dá? BO, inquérito policial instaurado por BO, por portaria que é decorrência de um boletim de ocorrência. Se a autoridade policial não tiver conhecimento mínimo, instaura, percebe que não tem elementos de prova, vai para o fórum, o inquérito é distribuído, o promotor examina o inquérito. Se for o caso, se não tiver diligência, se as diligências não estiverem completas, concorda com prazo, indica as diligências que quer, vai e volta para a delegacia. Feito o relatório policial, oferece-se uma denúncia, como se oferece a denúncia do roubo. Não tem, não existe diferenciação entre a vítima criança e adolescente, não existe! É um processo a mais. Essa é a questão que se coloca, é mais uma ação penal que nós vamos promover. Não tem essa especialização porque o juiz não é especializado.

**P** – O que o senhor proporia no sentido...

**R** – Eu sou a favor de qualquer especialização, qualquer especialização é bem vinda porque, veja, o juiz de direito que está ali, ele retira os homicídios que vão para o júri popular, que é outro rito. Embora, tenha conhecimento de abuso também, mas é em caráter excepcional. Talvez possamos, pelo menos, numa fase pré-processual para dar agilidade, não que o juiz e o promotor criminal não tenham condições de fazê-lo, mas a questão também tem a ver com a investigação policial e com o trato imediato. Essas coisas têm que ser feitas muito rapidamente. Quando se tem um médico e ele tem notícia de abuso, o que acontece? Ele faz um relatório, esse relatório vai para o conselho tutelar que fica ali e depois vai ou não para a polícia. Eles vão constatar na casa da pessoa. Muitas vezes, a ida deles lá pode ajudar, mas pode atrapalhar, não sei! Não instaurar um procedimento e tal. Quando chega para a autoridade policial, a prova está maculada, o que é um problema muito sério para o operador do Direito que, muitas vezes, ele pode se ver diante de uma injustiça, uma denúncia falsa de abuso, muitas vezes, alega-se abuso para que uma pessoa saia da casa. A gente tem que ter muita cautela porque as implicações penais são extremamente graves. Pena de seis anos no mínimo, nove, doze, quinze. O STF acabou de definir que atentado violento ao pudor e estupro, essas penas se somam. Isso é consequência de no mínimo 12 anos para um abusador, com conjunção carnal e outras práticas que não vem ao caso detalhar aqui. Como se dá, é isso. E como deve ser, eu acho que pelo menos a especialização na fase pré-processual, com a cautelaridade, tem que ter a cautelaridade, tem que ter o afastamento do agressor do lar, se não for preso temporariamente ou preventivamente. Parece-me que tendo o mínimo de provas, quer materiais ou de testemunhas, esse sujeito tem que ficar preso temporariamente para fins de apuração de inquérito policial. Mas o sistema empaca, ele meio que não funciona, como o restante de todos os problemas de ordem criminal. Quando é flagrante, é rápido. Mas são raros os flagrantes de abuso sexual nas casas das pessoas porque normalmente as pessoas não fazem isso ostensivamente, o fazem de forma velada. Então, dentro do âmbito do Município de São Paulo, dentro do âmbito da Saúde e da escola, é criar canais de rápida manifestação, de rápida denúncia para que a autoridade policial tenha conhecimento imediato. E de preferência que essa autoridade policial seja especializada no assunto, porque é diferente um delegado de polícia que tenha o poder, tenha ali no sei dia a dia, na sua rotina, ele tem uma tentativa de homicídio para cuidar, ele tem um roubo, uma receptação e uma criança vítima de abuso. É diferente de estar conformado, então ele tem de ter também um trato. Então, como sugestão, em linhas gerais, Srs. Vereadores, a especialização. É especialização, quer no Município e cobrar dentro da Secretaria de Segurança Pública...

**O SR. FLORIANO PESARO** - Mas, Dr. Rossini, essa é a lacuna, que o senhor enxerga aqui?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Ah, são várias, Vereador, eu passaria a tarde inteira aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Só queria anunciar a presença do nosso Vereador Ítalo Cardoso, que já ia convidar para compor a mesa, mas já está aqui, vai continuar. Agora, o senhor falou algo a respeito...

**O SR. FLORIANO PESARO** - Eu queria, Presidente, só que o Dr. Rossini pudesse ressaltar quais são as lacunas mais importantes que ele enxerga nessa questão?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - De agilidade. A primeira lacuna é o tempo que chega o fato ao conhecimento quer do médico, quer da professora, quer do conselheiro tutelar até do delegado de polícia e até da justiça. Essa é uma lacuna, assim ... não tem um sistema ágil e as respostas tem de ser rápidas, porque se uma pessoa ... se um médico, por exemplo, percebe que uma criança foi abusada e deixa transparecer que vai denunciar, aquela família rapidamente se muda dali, se não for... porque os abusadores sabem das consequências penais, nós não estamos mexendo com ingênuos. E se não for rápido, perde a prova, leva embora a criança.

**P** - Perdão, é que nós não estamos mexendo com ingênuos, mas às vezes a gente está mexendo com pessoas que são doentes também, não é?

**R** – Eu não parto do pressuposto de doente.

**P** – Não, pois é. Eu sei. Mas, eu já percebi, inclusive. Mas o problema, a questão é a seguinte: muitas vezes, nós estamos tratando de pessoas que são absolutamente inconsequentes no termo mais amplo da palavra, quer dizer, vai desde a questão de uma patologia, de uma doença, especialmente, até a questão de uma violência, muitas vezes até gratuita, ou de uma raiva, enfim...

**R** – Retaliação, não é? Como um ...

**P** - Questões da mente humana. Agora, é necessário que nós tornemos esses procedimentos, procedimentos quase que emergenciais.

**R** – Sim.

**P** - Eu considero que a questão do tempo é uma questão importante, mas ela também se torna vaga na medida em que nós não tenhamos o correto diagnóstico de onde estão os nós que atrasam o processo de acolhimento, de orientação, de proteção. Então, é necessário que a gente possa, talvez, dissecar, usando um termo que é bastante feio, mas de dissecar médico, é que eu sou sociólogo, eu não gosto. mas dissecar essa questão porque nós precisamos saber onde estão os problemas. É evidente que grande parte das críticas nesses casos, recaia sobre os conselhos tutelares. Na minha visão, por um motivo óbvio, eles são o elo mais fraco desse processo todo, a despeito de terem, como o senhor mesmo colocou no início, a despeito de terem legalmente o poder de instruir, de ir atrás, de registrar, de fazer o BO e assim por diante. No entanto, o que a gente percebe é que nesse fluxo que já foi desenhado aqui, já foi inclusive apresentado, agora não me lembro por quem, mas o Sedes apresentou, como é que chama a outra moça que veio no mesmo dia? - Manifestações fora do microfone.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Apresentaram o fluxo aqui para...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - A Dra. Lúcia Lilian.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Da saúde apresentou. Apesar de nós termos os fluxos já, na minha opinião, Sr. Relator, mais do que desenhados, o que a gente percebe é que a corda estoura no Conselho Tutelar. Então, nós fomos ver o seguinte, quais são os problemas. Evidente que não são só dos conselhos tutelares, vão muito além dos conselhos tutelares que, muitas vezes, passam apuros sem ter condição de encaminhamento, não é? Fora o que eu já perguntei aqui, em várias audiências nossas, qual é o déficit, porque o que a gente percebe no Brasil e em São Paulo, em especial, é um aumento das ocorrências.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Sem dúvida,

**P** – Então, o leigo pode dizer o seguinte: “Ah, olhe só, agora estourou a violência sexual contra a criança e o adolescente.” É evidente que não. Quem trabalha no tema sabe que não. O que está acontecendo agora é uma maior exposição do assunto, seja pelas Organizações Não Governamentais, não é? Lembro da adesão da Campanha do Afeto, está aqui a Lúcia, do Farol. Lembro da exposição pelas Organizações Não Governamentais, pela Usaid e outras que têm a Partners of Americas, a Safemet e todas as outras organizações, pelos próprios Governos que tomaram atitudes. O Governo de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo quando eu era Secretário, inclusive uma parceria com essa Casa, com o Vereador Bezerra, nós priorizamos, colocamos na agenda política, na pauta política, que não estava na cidade de São Paulo, mas o Governo Federal também fez a parte dele instituindo o Disque 100 na Secretaria Nacional de Direitos

Humanos e assim por diante. Então, o assunto... E aí as CPIs, claro. A CPI do Magno Malta, Patrícia Saboya, aqui, enfim, isso também ajuda a disseminar informação e expor o assunto que até provavelmente, recentemente, era um assunto tratado como um tabu. Então, agora que nós temos toda essa exposição e que vem aumentando o número de registros, nós precisamos nos preparar para um atendimento que é um atendimento emergencial. É uma emergência, tem de sair um resgate que possa dar conta de imediatamente proteger aquela criança e, a partir daí, trabalhar com a família e tudo que está em torno dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu queria só, aproveitando a pergunta do nosso relator, até para ... eu sei que isso é uma preocupação dele para ajudar no próprio relatório, que no começo dessa CPI, nós até levantamos uma tese aqui: como identificar apenas a pessoa só que porta imagens, até onde ele é um receptor de imagens apenas, é um negociador, ele vende imagens e até onde ele é um abusador. Esse também é um cuidado muito grande que nós temos que entra ainda aqui o da injustiça, muitas vezes, no caso de separação, e tantas outras coisas, fazer uma denúncia que possa prejudicar ou o marido, a esposa ou alguém da própria família. Como fazer a separação disso, porque precisa ser feita uma mudança. Como nós ficamos, muitas vezes, engessados no Legislativo, o que nós podemos até propor como CPI dessa Casa, dentro do seu conhecimento, para a própria CPI nacional?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Primeiro, a especialização. Eu acho que tudo passa pela especialização. Outra coisa, já que nós estamos colocando os dedos nas feridas, que saia daqui um pedido para o sistema de justiça, para o Tribunal de Justiça, que tenham juízes de plantão e promotores de plantão 24 horas por dia. Uma grande dificuldade de uma autoridade policial é de encontrar um juiz de plantão. Os plantões são feitos à distância numa cidade como a de São Paulo. Você não tem uma porta aberta da Justiça às três horas da manhã e o delegado de polícia precisa de uma ordem judicial para entrar numa casa, se é que nós vivemos num regime de direito. É pleonismo dizer regime democrático de direito? É de direito? Só se for democrático? E para ter sistema de direito, tem de ter devido processo legal e, para ter devido processo legal, tem de ter autoridade judicial para fazer. Então, é um reclamo que eu, não como Promotor faço, mas faço como cidadão desta Cidade, porque se eu for vítima de algum crime, eu não terei de ter um juiz e, consequentemente um promotor às quatro horas da manhã, ali sentados, não na casa deles, como tem o médico, como tem o delegado, etc. Então, eu acho que a gente tem que também se despir de pudores institucionais e fazer sugestões. Então, se nós tivermos plantão de fato de justiça nesta cidade de São Paulo, não de direito, de fato, as autoridades policiais que estiverem nos seus respectivos plantões, com um caso como esse, ele vai conseguir um princípio, uma cautelaridade. A legislação processual foi alterada em agosto, setembro e outubro do ano passado. Hoje nós temos, para garantir, uma sugestão aqui: a produção antecipada de provas no processo penal. É o caso típico de, num caso desse, o juiz de plantão ouvir antecipadamente todos os protagonistas para manter aquela prova boa, firme e valiosa. Porque é prova. Ah, mas não tem contraditório. Mas te dá a certeza de que quem colheu foi um juiz. Tendo um defensor público de plantão, tendo um advogado, um promotor de plantão, nós haveremos de ouvir aquela criança abusada naquela hora em quem o conselheiro, hoje, não tem a quem recorrer. Imaginem, Parelheiros, Itaquerá, Guaianases e está com a criança abusada ali, naquela hora, ele vai na delegacia. O delegado tem outras vinte ocorrências. Mas nós temos de ouvir essa criança. Ela vai se revitimizar e vai num processo quando a própria legislação processual penal te dá opções para que essa prova... Então, essa criança pode ser ouvida, a mãe dela pode ser ouvida, o conselheiro, o médico, rapidamente, se nós tivermos especialistas e nós tivermos plantões. É evidente que a Justiça tem de ter plantão nessa cidade de São Paulo e não tem. Não que o DIPO não tenha, tem, juízes à distância. "Ah, amanhã eu vou". Mas não é o amanhã, é o já, é o agora. Eu tenho certeza de que a minha instituição haverá de colocar promotores de plantão nos lugares onde eles tiverem de estar para poder fazer as provas, porque ou é regime democrático ou não é regime democrático. Então, qual é a solução, qual é a sugestão? Eu não sei, eu estou dando sinais que nós não precisamos reinventar a roda. Como é que o Município pode, por exemplo, dentro de uma legislação municipal, sugerir? Eu acho que é a questão da comunicação *on-line*, comunicação imediata, imediata dessas questões. A professora de escola. O que é que ela faz hoje? Qual é a obrigação dela, dentro de uma EMEI, quando ela se depara: "Ah, vai ver..." Lógico que ela tem medo de cometer injustiça. Ela também tem, mas também ela tem medo de cometer omissões, porque quando uma criança dessa é abusada e é eventualmente morta etc. eu fico a pensar como deve doer a consciência por não ter feito nada. Outro dia, eu ouvi um caso, os vizinhos viam que ali um rapaz, aqui em São Paulo, recebia meninas, recebia meninas. Hamurabi, foi um rei. No Código de Hamurabi, ele punia os vizinhos por não terem a percepção. O Código Hamurabi, quando tinha uma pessoa que se matava, a comunidade não tinha percebido que alguém precisava de ajuda. Então, eu acho que é essa ideia de resgate de comunidade de pequeno lugar ágil, rápido.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – É sobre isso que eu também gostaria de lhe fazer uma pergunta, já que o senhor se antecipou e tocou no assunto: a questão da participação da comunidade. O senhor tem um histórico de envolvimento comunitário, eu conheço o seu trabalho. Outro dia, vi uma iniciativa interessante, dando uma olhada no site de *O Aprendiz*, uma iniciativa interessante que acontece em Pernambuco e eu vou aqui fazer uma pequena leitura da matéria que extrai do site, para que os outros colegas Vereadores também se situem naquilo que a gente está dizendo.

A matéria é a seguinte: "Apito é arma para conter violência contra a mulher." O senhor conhece essa iniciativa?

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** – Conheço. Genial

**P** – "O apito tem sido usado para chamar a atenção de toda a vizinhança quando uma mulher está sendo agredida. A vítima apita para alertar a vizinha que ouve e apita para chamar a atenção das demais mulheres de Recife, Pernambuco, compondo, assim, uma rede de proteção contra a violência doméstica. Além do apitaço, essa rede de mulheres tem um grupo de cidadania feminina para conter agressões, tanto físicas quanto psicológicas. A iniciativa do apito, que tem sido usada com sucesso por essa rede que começou também em outros locais a ser usada também na tentativa de denúncias de violência contra a criança, enfim, comprovadamente é uma iniciativa de sucesso. É uma estratégia da comunidade que vem diminuindo os índices e a incidência de violência, ou seja, tem impacto imediato e, agora, também aplicada a questão dos maus tratos contra a criança". O senhor percebe, na sua vivência comunitária, enfim, na sua inserção local, particularmente lá na zona Sul, o senhor percebe alguma iniciativa interessante como essa naquela região ou alguma iniciativa que poderia ser sugerida a partir de experiência que tenha visto, de repente não na região, mas em alguma outra experiência comunitária como essa?

**R** – Me faz pensar na diferença de informação e conhecimento, não é? Existe tanta informação e o conhecimento, muitas vezes, é pouco, não é? Essa iniciativa de Pernambuco, conhecia. Os promotores de lá, eles muitas vezes se socorrem inclusive no processo do resultado desse apitaço. É genial isso. É tão óbvio, tão pequeno, imagine o agressor quando ele tem a iniciativa de começar a gritar, não é? Ele quer agredir, ele sabe, olhe, já ouviram o que eu estou fazendo. A gente tentou construir lá na zona Sul, uma coisa singela, talvez aqui eu possa... a gente teve aquele polêmico proceder em relação aos donos de bares. E o olhar sobre o dono de bar é um olhar não do criminoso, mas é um olhar do protagonista, que na favela é o único local que está aberto, que evita muito abuso. Então, eu fico pensando assim: a gente colocou essa proposta na época para o subprefeito que não levou adiante. A gente agora está fazendo essa proposta no Conseg: o treinamento dos donos de bares. Fazer um treinamento para concessão de alvará de pacificação social. Esse sujeito sabe quem vai agredir em casa, esse sujeito sabe e ele tem de ter treinamento para poder. E a gente tem tentado fazer essas pequenas revoluções no dia a dia, que são tão singelas, mas que você dá para um sujeito que não chegou no quarto ano primário, um certificado de que ele é um pacificador. E ele é um pacificador. Às vezes, é quem mata a fome na caderneta, tem muito em São Paulo, isso, na caderneta da venda. E esse sujeito é mal visto porque ele fecha o bar ou depois das dez ou depois das onze. Então, trazê-lo para a cidadania. Lá na zona Sul...

**P** – Aliás, essa é uma iniciativa interessante que poderia ser chamada pela CPI...

**R** – É uma sugestão que eu deixo aqui.

**P** – Que ao final, poderia, em conjunto com os Vereadores, depois de um debate entre nós, poderia tranquilamente apresentá-la como proposta de lei, proposta de iniciativa de lei a partir desta Casa.

**R** – Se o senhor me permitir, antes de fazer essa consideração, eu fico pensando o que eu estou fazendo na Justiça. Nós somos treinados, eu acho que tem muitos operadores de direito aqui, nos ensinam a litigar, a fazer o processo. Olhe, você passa três anos aprendendo o que é uma petição inicial, como é uma denúncia, e não te ensinam a mediar, a pacificar. Eu estou convencido, sinceramente, e estou tentando fazer com que as pessoas se convençam que o papel

da Justiça não é aplicador de leis. Confunde-se atividade-meio com atividade-fim. Aplicar a lei é uma atividade-meio para se chegar à pacificação social. E a pacificação social, a última forma de se pacificar a sociedade deveria ser pelo processo, que é entulhado, que é moroso, que nunca vai deixar de ser. Parece-me que, aqui no Município, nós temos condições já, com maturidade dos movimentos sociais, dos movimentos sociais se transformarem em pacificadores sociais institucionais. Institucionais, como por exemplo, a Lei 9.099, não sei se os senhores sabem, a mediação pode ser feita fora do fórum, numa igreja, numa comunidade e nós não temos hoje no Município de São Paulo, ambientes de mediação popular. Sugiro a criação, por exemplo, nas Subprefeituras, de mediação popular, porque tudo ali que acontece - por exemplo, os advogados sabem do que eu estou falando - as partes transacionam, transformam aquilo num termo de acordo. Se o juiz homologar, virou sentença, Vereador, está aí na legislação desde 95 e nós não usamos. Acho que é isso. Essa é a ideia.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Eu queria, tem algumas pessoas que querem fazer algumas perguntas. Nossa Secretária já está colhendo os nomes. Só para aproveitar aqui e também fazer mais uma pergunta para que o nosso relator possa acompanhar aquilo que o senhor tinha comentado no começo, que é a informação, a morosidade da informação, não só no caso dos órgãos competentes, mas também de quem está fazendo uma denúncia e pelo fator do Ministério Público também, hoje, não ter essa especialização no sentido direta...

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Só na questão dos abandonados e dos em situação de risco.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Se, de repente, hoje há uma iniciativa, caso esta Casa proponha, de repente, junto com o Procurador-Geral, nós criarmos, e também, dentro do nosso relatório, lógico que não depende só de nós, criarmos um canal direto com o Procurador-Geral e o Procurador-Geral poder expedir isso junto com os conselheiros em todos os órgãos competentes?

**R** - Eu tenho uma sugestão formal a fazer, se os senhores me permitirem. Ora, todas as vezes que nós temos demandas lá qualificadas, nós nos debruçamos sobre aquela demanda. Assim que nasceu o GAECO - Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado. O GAESF, de Sonegação Fiscal, virou Promotoria de Justiça de Sonegação Fiscal, dada a importância do tema. O crime de sonegação fiscal ia para qualquer promotor. Percebeu-se que nós tínhamos que, até por um interesse institucional, fazer um acompanhamento de quanto que os sonegadores, não é? Aí, nós temos, hoje, o grupo de atuação de lavagem de dinheiro e recuperação de ativos. Nós temos um grupo de saúde pública, nós temos o grupo de inclusão social que se transformou, por lei estadual, recentemente aprovada, em Promotoria de Direitos Humanos. Ora, eu acho que dá para se pensar honestamente, Srs. Vereadores, na criação de um grupo de atuação em relação à violência sexual infanto-juvenil, por que não? Com dois promotores, eu falaria hoje, para fazer, pelo menos, uma análise, fazer um retrato do que aí está. Dois promotores criminais, e nós não temos promotores sobrando, estamos com um quadro de 300 promotores no Estado de São Paulo faltando, mas dada a significância desse tema, não seria demais nós pensarmos num grupo de atuação. Eu tenho certeza de que dois promotores na Barra Funda dariam conta de fazer um levantamento e começar a atuar pelo menos na fase pré-processual e oferecer as denúncias de uma forma mais qualificada, fazendo essa interface com os movimentos sociais e com a municipalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Vou abrir a palavra para os inscritos. Temos um inscrito, Givanildo Manuel da Silva, do Fórum Estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes.

**O SR. GIVANILDO MANUEL DA SILVA** - Bom dia. Quero cumprimentar os Vereadores, a Vereadora, o Promotor Rossini, que não conhecemos, mas temos acompanhado toda a ação que tem feito na região Sul, Jardim São Luiz, Jardim Ângela, de muita importância. O Promotor Rossini tem aproximado o MP das comunidades, algo que desejamos muito. Infelizmente, são poucos ainda. Precisamos que mais promotores façam essa ação, que é extremamente respeitável. Promotor, queria dialogar um pouco com o senhor e com os Vereadores. Queria dialogar exatamente em relação ao papel do sistema de Justiça, e o que essa nova institucionalidade trouxe de inovação para a sociedade brasileira. Muitas pessoas já falaram aqui, mas acho importante a gente reafirmar, e em um momento muito importante, o desta CPI, que traz a temática da infância, mesmo que seja de um determinado aspecto de violação de direitos, o da exploração e abuso sexual, mas é sempre importante. O resultado das CPIs sempre tem sido muito importante. A última CPI, por exemplo, que tinha a temática da infância, possibilitou, quando o Vereador Floriano era Secretário, que o plano fosse elaborado e apresentado. Enfim, a gente também espera que o final desta CPI tenha muitos e bons frutos em relação ao avanço dos direitos da criança e do adolescente. E uma das questões importantes para se discutir é exatamente essa ruptura de paradigma da situação irregular para o paradigma da proteção integral, em que o conjunto da sociedade é implicada, implicada de uma forma diferente de como era anteriormente. Infelizmente, a gente verifica que as ações têm sido muito baseadas ainda na situação irregular. Vemos os toques de recolher, em Itaquaquecetuba, crianças sendo retiradas das famílias de forma indevida, por motivo de pobreza e não efetivamente por violação de direito. Então, continuamos, ainda sob a égide do paradigma da situação irregular. E aí trouxemos algumas inovações. Infelizmente, a Vereadora Sandra saiu, pois ela levantou a questão, assim como o Promotor, do papel do Conselho Tutelar. É uma inovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, copiado pela ONU, no artigo 55, das Diretrizes de ADE, uma inovação nossa que a ONU traz no seu conjunto de ofertamento para a humanidade. Nós oferecemos para a humanidade, e a humanidade acolhe uma criação nossa. Isso é extremamente importante para nós. Está lá no artigo 55 das Diretrizes de ADE. E há um debate na gênese do Conselho Tutelar, Promotor. Tinha duas visões. Uma, era mais do mundo jurídico, de que o Conselho Tutelar deveria ser nível superior e quorum qualificado. Tinha esse debate. Uma das pessoas que mais defendeu isso, e ainda verificamos Conselho Tutelar inadequado nessa perspectiva sendo implantado por aí. O outro debate, mais popular, que o Conselho Tutelar deveria representar, manifestar aquilo que é a população brasileira. Foi essa proposta a vencedora, a de que naquele processo de redemocratização do País nós iríamos garantir o máximo de participação popular, porque invertemos a lógica da organização e democracia do Brasil. Não mais democracia representativa, mas democracia representativa e participativa. Então, acolhemos, trouxemos essa nova perspectiva na construção da sociedade brasileira, e o Conselho Tutelar é a expressão disso. Que não é o braço do Judiciário, como falou o Dr. Rossini, como também não é o braço do MP. É importante. A gente tem essa confusão no Poder Judiciário, e temos essa confusão no MP. E temos várias experiências. Temos mandado várias denúncias, ou melhor, pedido de ajuda para o Dr. Lélio. Temos feito algumas denúncias, como no caso de Itaquaquecetuba, para a Corregedoria do MP e para o Conselho Nacional do MP. Então, o Conselho Tutelar, Vereadora Sandra, é importante que se saiba, é esse órgão que é a expressão da sociedade, mas que tem algumas características que o Conselho Tutelar deve guardar. A lei municipal de São Paulo é muito feliz em relação à característica do Conselho Tutelar. Uma das características é que o Conselho Tutelar tem de ter uma liderança e um compromisso com a sociedade no que diz respeito à ação com a criança e o adolescente. Essa é uma questão extremamente importante. Uma outra questão que a senhora coloca, a coisa da formação: os municípios que tiveram essa experiência de que o Conselho Tutelar tinha de ter nível superior, e vou dar um exemplo, foi a cidade de Maringá. A cidade de Maringá fez isso. Em 1999 eu fui lá, com a Erondi Pereira, especialista no Estatuto da Criança e do Adolescente, para mudar a concepção do Conselho Tutelar que foi construído lá, porque era nível superior - psicólogo, advogado. E os conselheiros tutelares de lá tinham uma cela no Conselho, levavam os adolescentes e as crianças em viatura. Aí a gente volta para o que o mestre Paulo Freire dizia: "Compromisso não se compra em banco escolar". É óbvio que o mestre não dizia só isso, o mestre dizia desse saber ingênuo: a gente tem de valorizar o saber ingênuo e trabalhar na perspectiva de que se torne um saber científico. Portanto, a formação permanente é importante. Agora, é formação, não é capacitação, porque capacitação a gente dá incapaz. Então, a psicologia pode dizer isso, a Lúcia, a Elizete, enfim, que são psicólogas e estão presentes. É o processo de formação permanente. Agora, não é um processo de formação permanente para os conselheiros tutelares, mas para todos os atores do sistema de garantia de direito. E vamos verificar como estão esses atores. Só agora, o Promotor deve estar acompanhando, o Conselho Nacional de Justiça faz uma resolução determinado que os concursos para os juízes tenham, obrigatoriamente, a matéria Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes não tinha. Agora, foi recentemente, do ano passado para este. O Conselho Nacional de Justiça baixou essa diretriz, essa resolução, enfim, para que tenha essa matéria. E o MEC obriga as faculdades de Direito a ter a matéria Estatuto da Criança e do Adolescente obrigatoriamente este ano. Então, são 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Vereadora Sandra. A senhora imagine as decisões que têm havido em relação à criança e ao adolescente. A gente pode aqui citar inúmeros casos em relação a isso. Então, quero dizer que precisamos

tomar muito cuidado em relação ao Conselho Tutelar. Teve até uma implicação profunda do Ministério Público nessa última eleição. Estávamos debatendo com o Ministério Público, fórum municipal, estadual, dizendo que era inadequado como o processo estava ocorrendo; a resolução que disciplinou o processo eleitoral foi menos de um ano, não respeitou o prazo que consideramos adequado que seria de um ano. Orientamos o Ministério em tudo isso, e foi feito o processo eleitoral. A meu ver, nosso posicionamento como movimento social ainda permanece, foi absolutamente inadequado esse processo eleitoral. Então, a CPI ela toca em uma violação, mas pode tocar em outras questões muito importantes. Foi discutido um PL aqui, o 001/06, que teve várias discussões e audiências, cinquenta e tantas audiências, um PL que consideramos absolutamente inadequado para o processo de escolha do Conselho Tutelar, enfim...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Qual o conteúdo desse PL?

**O SR. GIVANILDO MANUEL DA SILVA** - O PL disciplina todo processo de escolha, organização da política para infância e adolescência no município de São Paulo.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Quem é o autor?

**O SR. GIVANILDO MANUEL DA SILVA** - O autor foram todos os Vereadores da Comissão da Criança e do Adolescente. Todos os Vereadores, todos, todas as sensibilidades estavam lá propondo esse PL. Mas tem uma questão anterior que é importante. Eu fui conselheiro tutelar na primeira gestão na cidade de São Paulo, e a gente discutiu na década de 90... A gente está falando muito de atendimento, de fluxo, que é necessário e que a gente insiste desde lá, do começo da década de 90. Na década de 90 nós fizemos uma discussão e gestamos uma proposta, já naquela época, 94, gestamos uma proposta que foi o clássico, Proasf, Programa de Atendimento Sócio-Familiar, que deu base para o SUAS. Ficamos durante um ano, um ano e pouco, discutindo esse programa que, hoje, seria o programa, que óbvio, a gente não superaria essa contradição, a contradição nesse país aqui é muito grande, e aí, a corda mais fraca nessa história é a criança e o adolescente. Infelizmente, a gente aprovou, teve pressão e ação do Procurador Federal, à época, Aristides Junqueira e o Município de São Paulo estava sendo obrigado, o Governo Maluf, sendo obrigado a implantar uma política para a criança e o adolescente. Infelizmente, o Promotor Maurício Ribeiro Lopes fez um Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de São Paulo e todo aquele projeto maravilhoso, que hoje é o... deu base muito para o SUAS - Sistema Único de Assistência Social - virou duas casas de abrigo, duas casas abrigo, para crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Então, a meu ver, a gente precisa fazer muitas discussões, e muitas discussões importantes em relação à infância e à adolescência. Eu não sei que eu coloco uma questão, mas eu coloco algumas conquistas históricas, avanços, que poderiam possibilitar que a gente pudesse estar um pouquinho melhor em relação à criança e ao adolescente, um pouquinho mais organizado. Esta CPI dando um outro salto de qualidade diferente de estar discutindo, ainda, questões que desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente a gente vem discutindo. Não cansado, a gente acredita que qualquer sociedade só se constrói a partir da infância e adolescência. Mas, a gente verificando que a gente vive um dilema difícil o tempo todo. Parece que a gente está começando. Quando o Vereador Floriano falou - olha, nós já discutimos os fluxos aqui - e algumas requisições da CPI não foram feitas e a CPI precisava ser respeitada. Para a gente é muito doloroso, que está nessa luta, verificar que é muito difícil efetivar o direito da criança e do adolescente e concordar com aquele texto do Senador Cristovam Buarque que a gente parece que é um país de pedofagos, mais do que pedófilos, parece que temos aversão à criança e ao adolescente.

Era isso o que eu queria. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Vou agradecer a participação do Givanildo. Se o Dr. Rossini quiser fazer alguma observação.

**O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI** - Eu acho que a fala do Givanildo tem muita verdade. Salto de qualidade é necessário. Queria dizer que, quando se fala de alguns promotores, que a instituição é feita por pessoas e cada pessoa tem uma peculiaridade. Melhor errar pela ação do que pela omissão, esse é o pior erro: de olhar e não ver. Lembrando também que o Conselho Tutelar é obra de dois promotores, a ideia, é o Dr. Munir Cury e o Dr. Paulo Garrido de Paula que foram os originais autores do Estatuto da Criança e do Adolescente que veem nos conselhos, justamente, a questão da legitimidade. Temos a certeza de que os conselhos têm um papel fundamental. E, entender também, que o sistema de justiça conta com o papel desses colaboradores, ninguém quer substituir, por exemplo, o Conselho Tutelar - eu lembro muito bem quando discutíamos isso na época - a substituição do comissário de menores pelo conselheiro tutelar, evidente que isso tem de se concretizar, mas o conselheiro..., acabei de dizer, ele continua a persistir, o *longa manus* do juiz embora seja proibido. Enfim, eu não vou me alongar porque tenho certeza de que é no debate que a gente constrói. Muito obrigado, Givanildo. Espero que possamos manter maiores contatos e o Ministério Público fica aberto para ouvir as suas tão ricas experiências.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, Vereadora.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Eu só complementar a palavra dizendo o seguinte: na questão do Conselho Tutelar, você disse que é de extrema importância a formação. Eu não estou especificando a formação acadêmica. Hoje, o que eu acho é que o conselheiro tutelar tem uma extrema importância dentro desse contexto todo. Eu acho que nós aqui da Câmara, nós autoridades, deveremos olhar com outros olhos para esses conselheiros tutelares. Nós temos de observar que apenas o conselheiro tutelar não seja mais, apenas, um cabide de emprego, mas que sejam pessoas extremamente importantes dentro desse contexto, que façam parte da sociedade. Não estou dizendo em termos de formação acadêmica, que tem de ser psicólogo, advogado, ou seja, são pessoas da comunidade que tenham, realmente, compromisso com a criança e com o adolescente e saibam o quanto é extremamente importante o seu papel nesse contexto todo. Então, só isso que eu gostaria de estar ressaltando na questão da formação do conselho. Isso é uma coisa que eu estarei me aprofundando e estarei dando algumas sugestões para que a gente possa estar melhorando essa situação porque, na verdade, o papel do conselho é de extrema importância em todo esse contexto, dentro desse fluxo. Se nós tivermos um conselho mais atuante, mais determinante, que a gente possa contar com as pessoas que, realmente, saibam que estão ali para fazer o que elas têm de fazer, eu acho que nós já vamos estar uns 30, 40% bem mais lá na frente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Nós estamos já no final, faltam cinco minutos. Eu queria colocar à Vereadora Sandra Tadeu, acho que não se preocupe com esse tema que nós temos, talvez, cobrando algo que já ocorra, que os Conselhos Tutelares são absolutamente instruídos para não usar capacitados, do ponto de vista do Estatuto da Criança e do Adolescente, de toda a legislação, de todo o fluxo, porque não são. E isso todos nós sabemos. O que eu acho que o Givanildo nos trás, além de um conhecimento de muitos anos, portanto, um conhecimento muito rico nessa área, é a necessidade de discutirmos outros aspectos desse problema. Ou seja, porque que a gente não tem, como Poder Público, agilidade no atendimento, no acolhimento e na própria ação. O tema dos Conselhos Tutelares é um tema que faz parte dessa engrenagem. Como eu disse, eu tenho a impressão que é a parte mais fraca, depois da própria criança, depois da própria vítima. É a parte mais fraca porque, entre outros fatores, o modelo que o Brasil exportou como modelo de atendimento à criança, primário, é um modelo que se politizou no Brasil. Aliás, diga-se de passagem, politizou-se especialmente pelos partidos de esquerda que fizeram, lá atrás, parte de todo esse movimento e, ainda, faz, mas ao tornar o processo eletivo, politizar as eleições dos Conselhos Tutelares. Imagina. Fui Secretário e peguei duas eleições. Não era minha responsabilidade direta, era do Secretário de Participações e Parceria. As duas últimas eleições para os Conselhos Tutelares nós tivemos problemas. Tivemos denúncias. A primeira tivemos..., aliás, o cancelamento, não foi isso? O Ministério Público cancelou. Não é? Pois é. Não, mas então, as Igrejas vieram depois dos partidos de esquerda porque, primeiro, os partidos de esquerda instrumentalizaram os Conselhos Tutelares, as suas eleições. Depois vieram as Igrejas. Esse é um tema polêmico. Não, eu estou falando algo absoluto, algo absolutamente polêmico. Aliás, tem três aqui que são representantes de poderosas Igrejas.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Quatro.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Quatro.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Setores isolados das igrejas.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Mas não importa, é um fato real, concreto, existe. As eleições para Conselho Tutelar estão sendo bancadas. Você tem estrutura

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** — No dia 06, que acontecerá uma audiência pública aqui nesta Casa, e também nós teremos a presença aqui da Dra. Márcia Salgado, que é Assessora da Delegacia de Defesa da Mulher.

FL. Nº

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 19/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Claudio Quintino da Silva - RF 101.060

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, em virtude da importância da próxima sessão, em que será apresentado um relatório parcial das atividades já desta CPI, das informações colhidas e também da presença da Dra. Márcia Salgado, eu insisto com V.Exa. no sentido de um acompanhamento ainda mais próximo do envio dos convites. Eu sugiro que cada um dos Vereadores apresente à Secretaria desta CPI uma lista de entidades que gostariam de ver aqui presentes no dia 06, eu mesmo me comprometo a apresentar já no início da próxima semana uma lista das entidades que gostaria de ver convidadas, e acho importante que todos os Vereadores apresentem um tanto de entidades. E também ressaltar a importância da publicação em *Diário Oficial* do convite para a próxima sessão, que será uma audiência pública de apresentação do relatório parcial desta CPI. Acho importante, Sr. Presidente. Para finalizar minha fala, eu já havia conversado com V.Exa. e com os outros Vereadores, vou aqui manifestar a voz dos Vereadores. Há uma insatisfação muito grande com a velocidade dos pedidos de informações que cada um dos Vereadores tem enviado, tanto ao Executivo quanto a outros órgãos competentes, no sentido do envio de respostas e de informações. Então, faço esse último apelo a V.Exa., que reitere os pedidos, mas quero aqui manifestar a minha insatisfação, que é a insatisfação dos Vereadores, com essa morosidade, e solicito que seja oficiado e comunicado à Presidência desta Casa para que a Secretaria desta Comissão tenha condições efetivas de trabalho. Nós, no início dos trabalhos desta CPI, propusemos inclusive a instalação de um telefone para que recebesse denúncias por esta CPI. Até o presente momento, passados os 120 dias, não tivemos nenhuma manifestação oficial. Sr. Presidente, é a última vez que falarei sobre essas coisas e é a última vez que faço essa manifestação verbal. Farei-as por escrito, e tenho certeza de que V.Exa., também imbuído no mesmo espírito, fará diligências no sentido de que isso ande com maior celeridade e que a Secretaria desta CPI tenha efetivas condições de trabalho. Caso contrário, Sr. Presidente, nós correremos o sério risco de desmoralização da ação desta CPI, o que eu tenho certeza de que V.Exa. jamais aceitará, nem nenhum dos Vereadores que participam desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Importante observação, Vereador Bezerra. Com certeza, isso será cobrado. Eu já até pedi para a Secretaria nos mandar todos os números de ofícios que, inclusive, na reunião anterior, nós reenviamos novamente ao Disque 100, a todos os Conselhos Tutelares e a alguns órgãos que não nos responderam. Inclusive, conversando junto com toda a Comissão, essas diligências serão inclusive para isso. Se for necessário ir a Brasília para ter a informação do Disque 100, que até agora não nos informou aquilo que é de suma importância para o trabalho e para o Relator, nós vamos sair de São Paulo e iremos a Brasília, e com certeza vamos colher essas informações. Eu agradeço ao nobre Vereador Bezerra pela observação importante. Então, nós vamos votar aqui a prorrogação da CPI. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Temos também o requerimento para o dia 06, que será a próxima reunião ordinária, oficialmente, e no mesmo dia vai acontecer uma audiência pública nesta Casa. Teremos a presença da Dra. Márcia Salgado, Assessora da DDM – Delegacia de Defesa da Mulher. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Temos mais um requerimento na Mesa, que é a solicitação da Rede Globo de Televisão da cópia da matéria vinculada no dia 23 de junho, no programa *Profissão Repórter*, que mostrou o trabalho de alguns Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião. Estão encerrados os nossos trabalhos.



FL. Nº 123

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 20/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Alfredo de Campos Adorno - RF 11.103

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06 de agosto de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Declaro aberta a 7ª reunião ordinária, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil. Com a presença dos Vereadores Carlos Alberto Bezerra Jr., relator da CPI, Quito Formiga, Floriano Pesaro, Sandra Tadeu, Netinho de Paula – está a caminho, participa da reunião com o Sr. Ricardo Ferreira Leite, Presidente da Cohab -, Juliana Cardoso, também realizando um trabalho fora da Casa, e Marcelo Aguiar, na Presidência. Hoje, nós iríamos receber aqui a Dra. Márcia Salgado, que está enferma, no momento, passando por uma consulta médica, ficou internada durante um tempo e hoje não poderá estar conosco presente na CPI. Hoje, vamos apresentar um relatório parcial, a pedido do Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., que foi agendado para o dia de hoje, ao qual eu já passo a palavra e no tempo necessário para ele apresentar esse relatório parcial. Os que estão presentes hoje e depois quiserem se manifestar no final, já queria pedir para a secretaria poder anotar o nome das pessoas que quiserem no final do relatório, se inscreverem para se manifestar, Ok?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Vereadores membros da CPI, assessorias, educadores, militantes, todos aqueles aqui presentes representantes das Secretarias, bom dia. A nossa proposta hoje é a apresentação do relatório parcial das atividades desta CPI, CPI da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual, na cidade de São Paulo. Vou procurar ser o mais objetivo na apresentação, claro que um relatório que já consta, que já tem 150 páginas, demanda um tanto de trabalho para ser sintetizado. Vou procurar me ater a, pelo menos, meia hora de apresentação e aí, o Presidente já se antecipou, serão abertas as falas aos que querem participar e contribuir no sentido de aprimorar o relatório, as conclusões e os desafios que se apresentam em relação a esta CPI, e a este relatório, onde todos nós, vereadores membros da CPI, temos uma expectativa muito grande no sentido de que seja um relatório de intervenção, um relatório que provoque transformações, que olhe para a rede de proteção social da criança, veja as suas vulnerabilidades e promova transformações efetivas. Antes de iniciar a minha apresentação, Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas uma menção, é uma alegria aqui de receber hoje dois companheiros aqui na Casa, que se fazem presentes, o Itamar e o José Carlos Bimbatte, que representam a WCF Brasil, a Childhood, que numa parceria inédita com a Prefeitura de São Paulo, como venho falando já há algum tempo, a partir de uma lei, proposta por mim nesta Casa, votada por todos os vereadores e sancionada pelo Sr. Prefeito Kassab, construiu-se a possibilidade de uma parceria entre a Childhood e a Secretaria de Educação. E, a partir daí, elaborou-se um treinamento, uma capacitação, que hoje já atinge, aproximadamente, mil profissionais, servidores na cidade de São Paulo, capacitados para o enfrentamento dessa violência sexual e, hoje, pedi a eles que ao final da sessão, se houvesse a possibilidade, de disponibilização do material produzido pela parceria que está sendo distribuído nas escolas, que é endereçado à educadores, aos pais interessados no tema e aos alunos. Então, nesse sentido queria fazer essa menção, entregar a V.Exa. o material de referência e cumprimentar o Itamar e o Bimbatte pelo belíssimo trabalho em parceria com a Secretaria de Educação, registrar aqui a sensibilidade do Secretário Alexandre Schneider, em relação ao tema, a priorização do tema e, particularmente, à sensibilidade, ao apoio e à vontade política do Sr. Prefeito Gilberto Kassab, que assim demonstra, claramente, a intenção de trazer o tema, violência sexual contra a criança, à pauta e mais do que à pauta, à prioridade na cidade de São Paulo. Então, eu queria iniciar a apresentação do relatório parcial, que é, como disse, um relatório em construção e que é a síntese de tudo que fizemos nesses meses de trabalho. O relatório se divide em várias fases, em vários aspectos e procurei sintetizar tudo o que fizemos, e interpretar as conclusões a que chegamos até aqui, estabelecendo ao final desafios para a nova, para a segunda fase, e as necessidades que se impõe a nossa frente, para que possamos, efetivamente, chegar aos resultados que queremos todos nós. Nós vereadores, nós membros dessa CPI, representantes da sociedade civil, poder público, enfim, todos nós. Então, o relatório da CPI, abro a apresentação fazendo uma lembrança do slogan do dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: "Esquecer é permitir, lembrar é combater", esse é o espírito que move esta CPI que, aliás, é fruto de um requerimento do Presidente, o Vereador Marcelo Aguiar, que demonstra sintonia com o lema: "Esquecer é permitir, lembrar é combater". Trazer uma CPI, trazer esse tema ao foco na Câmara Municipal de São Paulo é uma incrível contribuição ao combate desse mal que assola a nossa Cidade e a nossa sociedade.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Esta é a apresentação, ligação com a temática, enfim, a participação dos vereadores, todos, da constituição, o requerimento nº 19/2009, de 4 de fevereiro de 2009, como eu disse de autoria do Presidente Marcelo Aguiar, do PSC, e o objeto desta CPI: Requer a constituição de CPI, com base no artigo 33, na Lei Orgânica do Município, para averiguar casos de pedofilia, especialmente quanto à existência de rede de pedófilos no âmbito do Município de São Paulo.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui em ordem alfabética, vereadores que compõem a Comissão: Vereador Carlos Bezerra Júnior, Floriano Pesaro, do PSDB – ambos – Juliana Cardoso, do PT; Marcelo Aguiar, PSC; Netinho de Paula, PC do B; Quito Formiga, PR; Sandra Tadeu, do Democratas. Na instalação: dia 5.3.2009. Definição dos cargos: Presidente, Marcelo Aguiar; Vice, Vereador Quito Formiga; Relator, Carlos Alberto Bezerra Jr., os outros membros são Juliana, Floriano, Netinho e Sandra Tadeu. Do prazo de conclusão: de 05.3.2009, quando da instalação a 2.7.2009, tendo sido prorrogada por igual período com término previsto para novembro de 2009. Da estrutura e funcionamento: Estrutura conta com a secretaria das comissões, assessoria jurídica da Câmara Municipal. No tocante ao relatório, o trabalho do mandato do vereador relator e de assessoria específica e especializada no tema, trabalhando no suporte da construção desse relatório. Funcionamento: reuniões ordinárias e extraordinárias, audiência pública, visitação e depoimento. Periodicidade: quinzenal, quintas-feiras, às 11h, Plenário 1º de Maio.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Da metodologia dos trabalhos: composição de equipe de assessores designadas pelos vereadores integrantes da CPI. Calendário das reuniões das assessorias: que foi o início, como demos no início dos trabalhos por essa nossa CPI. Elaboração do plano de ação da CPI. Cronograma de atividades da CPI. Definição do desenvolvimento das atividades. Queria ressaltar aqui que essa CPI - eu estou no meu terceiro mandato na Câmara Municipal - e essa CPI tem um fator inédito que é o trabalho em conjunto de seus membros todos, quando da aprovação, a partir de iniciativa do seu relator, de um cronograma de trabalho que dividia a CPI em três fases: a fase de diagnóstico, que é uma fase de reflexão contextual e conceitual; a segunda fase é uma fase de investigação, de análise e investigação em relação ao objeto e a fase de intervenção, análises, conclusões e desdobramentos. Nós, nesse período de 120 dias, terminamos a fase de diagnóstico e iniciamos um primeiro avanço na fase de investigação que ainda não é o ideal, mas que já iniciamos e eu vou fazer algumas ponderações mais adiante. E se encerrará com a fase de intervenção e leitura e aprovação do relatório conclusivo e a publicação no Diário Oficial 15 dias após. A estrutura do relatório parcial, a estrutura deste relatório que a gente tem em mãos e que eu faço apresentação nesse momento, propõe algumas coisas. Primeiro, o relatório inicia-se com uma abordagem teórico-histórica sobre: iniciativas nacionais, internacionais na defesa de direitos da criança e do adolescente e a Comissão Parlamentar de Inquérito falando sobre conceito, prática federal e municipal. Fazendo uma observação aqui, quando a gente fala de iniciativas nacionais e internacionais na defesa de direitos da criança e do adolescente, no relatório, a gente vai contextualizando o que está acontecendo nesse momento em relação à questão dos direitos da criança e do adolescente na sociedade brasileira, em que a gente vem sofrendo uma transição clara e intencional, onde a criança é objeto de tutela do Estado e que uma sociedade adultocêntrica e passa a ser um sujeito de direitos. Essa é uma clara transição, uma clara evolução que vem acontecendo na sociedade. E o relatório vai contemplando essa mudança conceitual que vai acontecendo no contexto histórico do nosso país. E também o relatório estabelece a diferença de conceito e de prática de uma CPI, até porque no contexto nacional, nós temos, nesse momento, uma CPI a nível federal, ocorrendo concomitantemente, uma CPI no âmbito municipal. Então, o relatório também estabelece as diferenças de atribuições, de metodologia, de plano de trabalho e de ação entre a CPI que ocorre no Senado da República que

tem atribuições específicas e essa CPI que ocorre no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo. Outro recorte desse relatório, segundo os critérios: o recorte da cronologia, a data das sessões, dividido também por temática, o abuso sexual, o enfrentamento, a exploração sexual comercial e a pornografia eletrônica e a territorialidade nacional, todo o território nacional e a competência, aí sim distinguindo federal e municipal. Nesse sentido, o objetivo é se promover uma interseção entre o tempo de sessão, as formas de violência e o território principal no qual se instalam as atribuições dos membros da Casa desse povo. O que é que a gente está fazendo? A gente está olhando para a Cidade, fazendo uma análise, recolhendo dados para que, a partir desses dados que nós temos, nós estabeleçamos então as diretrizes e as prioridades a serem definidas como foco desta CPI. Nós tivemos uma CPI, vou explicar também um pouquinho mais adiante. Nós tivemos uma CPI atípica, ela inicia com uma primeira discussão que, surpreendentemente tomou mais tempo do que a gente imaginava, que era a discussão da nomenclatura do nome desta CPI, se ela deveria ser apenas uma CPI da Pedofilia ou se ela deveria ser uma CPI que abrigasse, que envolvesse todas as formas de violência sexual contra a criança de uma forma mais ampla. Foi uma discussão acalorada, foi uma discussão acalorada, importante e que fez e que faz a diferenciação conceitual desta CPI e de todas as outras que ocorrem nesse momento no âmbito nacional e, a partir disso a gente avança. Então, aqui mais a leitura, a estrutura desse relatório parcial. Esse aqui é estrutura daquilo que a gente está apresentando, só que é uma espécie de índice, são os tópicos. Então, a apresentação, a historiografia da infância e adolescência, histórico de iniciativas nacionais e internacionais na defesa dos direitos da criança e do adolescente, Comissão Parlamentar de Inquérito, conceito e institucionalidade, a história da CPI no ordenamento jurídico brasileiro, a CPI no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição de 88, a CPI na Câmara Municipal. Note-se que a gente sempre parte do macro, quer dizer, os marcos internacionais e federais e aí até se chegar ao Município, quer dizer, a gente parte do macro para o micro no sentido de contextualizar e de sintonizar as ações e as políticas a serem feitas e as conclusões a serem observadas. Então, a CPI na Câmara Municipal, histórico de CPIs Municipais na cidade de São Paulo, temáticas pertinentes à infância e adolescência. A gente também levantou as CPIs que aconteceram aqui na Casa e que tocam o tema. CPI da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil e aí fase de diagnóstico. Ainda no índice da estrutura do relatório parcial, pedofilia à violência sexual de crianças e adolescentes, marcos situacionais e normativos, situacional, teórico-prático, sanitário e normativo, abuso sexual de crianças e adolescentes, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pornografia eletrônica de crianças e adolescentes. Aí no âmbito do Município de São Paulo, abuso sexual contra crianças e adolescentes, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pornografia eletrônica. Fase de investigação: sistema de garantia de direitos, constatações e perspectivas. Como eu já disse, quando a gente fala de historiografia da infância e da adolescência, a gente leva em consideração a transição que vem ocorrendo na sociedade brasileira da criança como objeto de tutela para um ser de direitos. Isso se exemplifica, a questão da alteração, às vezes a gente acha que é alteração de nomenclatura é preciosismo intelectual. Mas não é nada disso. Alterações de nomenclatura têm profundas repercussões em conceitos e na mudança de consciência de mentalidade da sociedade. Nota-se, por exemplo, quando a gente fala disso, da mudança da concepção de direitos da criança, o exemplo da alteração de nomenclatura das creches, que não mais se utiliza o termo creche, mas sim os CEIs – os Centros de Educação Infantil. Por quê? Porque enquanto creche se pensava a partir da ótica da mãe, do direito da mãe de ter um espaço para que pudesse ali ter o seu filho acolhido e cuidado. A nova nomenclatura já vem dentro de uma nova perspectiva, que aponta em que direção? Aponta na direção da perspectiva da criança, que leva em consideração a criança estar naquele espaço porque tem o direito de estar naquele espaço e porque tem o direito conquistado e garantido ao seu desenvolvimento, seja ele educacional, sexual, enfim, entre tantos outros. O relato das iniciativas nacionais, internacionais na defesa dos direitos da criança e do adolescente e aí eu destacaria, entre as várias coisas que aqui constam do relatório, eu destacaria a trajetória do movimento social da infância e da adolescência no enfrentamento à violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes e a participação das organizações não governamentais. Aqui eu queria fazer um destaque, porque a participação dos movimentos e das organizações não governamentais foi fundamental no estabelecimento desses novos paradigmas em relação à infância e à adolescência. Mas também foi fundamental na definição de focos do trabalho desta CPI, porque a partir de um manifesto elaborado e assinado por aproximadamente 150 entidades, entre elas, movimentos, entidades, organizações não governamentais, se estabeleceu a demanda e a necessidade. Aliás, queria cumprimentar especialmente a Profa Dalka que vejo aqui na plateia, que representa uma grande rede do CNRVV na cidade de São Paulo. A participação dos movimentos e das organizações foi fundamental no sentido de se mostrar que a sociedade clama e pede por um novo olhar para o enfrentamento dessa questão da violência sexual contra crianças. Aí a definição de uma CPI que tem por opção ser uma CPI de intervenção social e não uma CPI de tom e de conotação policial. A Comissão Parlamentar de Inquérito, conceito e institucionalidade, aí vem as coisas todas que vão constando do relatório, a história da CPI no direito estrangeiro, como o instrumento a CPI surge na Inglaterra, é utilizado na Alemanha até que chega ao Brasil. As primeiras CPIs no País ocorrem – dentro da história do ordenamento jurídico brasileiro – a partir da década de 30. E é interessante se destacar o seguinte – e destacamos isso em um relatório também – que a CPI tem um papel diretamente proporcional, tem uma ação diretamente proporcional à abertura democrática que tem o país. Quer dizer, no Brasil, se começa a partir da década de 30 ainda de maneira muito rudimentar e, vem a ditadura. No período da ditadura não se tem nenhuma CPI. Com a redemocratização, com a reabertura democrática, passa-se, então, a ter a CPI e a CPI se fortalece, se ordena ao moldes do que temos hoje e é um dos principais instrumentos de ação parlamentar na direção de resposta aos clamores populares e a temas urgentes na sociedade, com algumas CPIs com resultados extremamente positivos e outros não tão positivos e, às vezes, até como temos visto recentemente em alguns espaços chamados de “pizza”. Queria só reforçar – sei que não é necessário – mas reforçar o compromisso desses Vereadores todos que estão aqui, e que em todas as reuniões têm demonstrado um profundo compromisso com a causa e interesse no sentido de termos uma CPI de resultados. Esse é um compromisso que tem sido de todos nós e é incrível o comprometimento que cada um dos Vereadores, o envolvimento que cada um deles têm tido com o tema e, enfim, com os resultados. A CPI na Câmara Municipal de São Paulo e os ordenamentos, Regimento Interno, o fato determinado, o histórico das CPIs na cidade de São Paulo, temáticas pertinentes relativas à infância e adolescência que levantamos. Na cidade de São Paulo, só para termos uma ideia, temos 4 CPIs que podem, de alguma forma, tocar o tema “Criança e Adolescência”, mas duas delas, de 2001 – a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI de Verbas da Educação e a CPI Escolas de Lata – por si dizem o tema específico de Educação: tratam da questão da infância e adolescência, mas Educação. Em 2007, outra CPI de “Direitos”, entre aspas, sendo um dos focos desta CPI – dentre tantos – a exploração sexual de crianças e adolescentes. Estamos resgatando um pouco do material que eles produziram para nos ajudar, também, na determinação do foco de investigação e de trabalho de nossa CPI, a partir do que foi acumulado pelos nossos colegas, aqui na Câmara Municipal. E a nossa CPI que trata especificamente sobre o tema. O cronograma, então. A fase de instalação da CPI. Procuramos dividir o cronograma por tipo de evento, data, participação de convidados e o status. É o seguinte, primeira sessão: a primeira ação foi a aprovação do requerimento da CPI, aprovado no dia 4 de fevereiro de 2009, com o status concluído. A instalação da CPI no dia 5 de março, com a presença de dois Deputados Estaduais, que estavam aqui naquela sessão – o nobre Deputado José Bruno e o nobre Deputado Major Olímpio – também concluído. A primeira reunião ordinária, onde houve a definição dos cargos, a definição da estrutura e do funcionamento e a aprovação da metodologia. Aqui, como já disse, temos uma grande inovação nesta CPI, porque é uma CPI que tem uma metodologia, porque é uma CPI que se divide por fases e que tem um foco claro e definido. A metodologia de trabalho, aqui alguns comentários, Fase de Diagnóstico, que foi a primeira fase que iniciamos. Reservou-se um número de sessões para que houvesse a reflexão conceitual, o debate conceitual e a contextualização de dados sobre as políticas municipais destinadas à criança e ao adolescente no contexto da pedofilia e da violência sexual contra a criança e o adolescente. A disponibilização de documentos cartográficos e de mapeamento sobre os eventos na cidade de São Paulo, áreas de risco, população de risco, principais atingidos, entre outros. Aquilo que estava dizendo, buscamos mapas, dados e vimos o tamanho da dificuldade em se ter acesso a esses dados para determinarmos onde estão as principais áreas de risco e

qual o perfil dessa violência e dos que se envolvem com ela na cidade de São Paulo. Promoção de reflexão sobre os fatos e as políticas implementadas na Cidade a partir, inclusive, da ouvida de movimentos, especialistas e demais atores sociais. É a primeira fase do diagnóstico, onde estivemos aqui ouvindo especialistas, conversando, trabalhando dados. O que aconteceu no cronograma na Fase de Diagnóstico? Segunda reunião, dia 19 de março, os participantes e os Vereadores – *status* concluído. Primeira reunião, aí, as várias reuniões: 19, 26, 2 de abril, 16 de abril e 30 de abril. Vindo na sequência, na primeira, o Instituto *Sedes Sapientiae* e Associação Farol. Na segunda, representante da SMADS, aliás, aqui representando o *Sedes* a Professora Dalka, e a Associação Farol a Sra. Glória Maria Mota Lara. Na outra reunião, do dia 2 de abril, se trabalharia e a expectativa de nós, Vereadores, aliás, frustrada naquele dia, de que teríamos dados da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social sobre os avanços conquistados a partir de lei sancionada e a partir do trabalho inicial, pioneiro do, então, Secretário Floriano Pesaro, no sentido do estabelecimento da Comissão Municipal de Enfrentamento e do Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Mas foi uma sessão em que veio a Sra. Miriam Tronoloni, representando a Secretaria, para nós – e estou me antecipando – o resultado frustrante. Dia 16 de abril, sessão com o Professor da Uniban e Consultor Social, Sr. Cláudio Hortêncio Costa. Reunião do dia 30 de abril tivemos algumas representações: Secretaria Municipal de Saúde – a Sra. Mariângela Aoki trouxe-nos o aporte do fluxo da Secretaria Municipal de Saúde; representando o Hospital Pérola Byington, o Coordenador do programa específico voltado à área, o Dr. Jefferson Drezett. E, ficou uma dúvida, porque tínhamos a expectativa de um representante do Hospital das Clínicas, e tivemos a presença da Sra. Lúcia Williams, que trouxe a sua contribuição, mas que não representava – segundo a sua fala, nas notas taquigráficas – o Hospital das Clínicas. Então, por isso, aqui a dúvida sobre a qual farei, também, uma observação ao final da apresentação. Na sessão seguinte, uma visita de cortesia do Senador Magno Malta. Havia um entendimento prévio, desta Comissão, de que faríamos um debate enriquecedor entre o Senador Magno Malta e a Senadora Patrícia Saboya – que também havia presidido uma CPI no Senado, sobre o tema – para tratarmos especificamente dos dados que eles pudessem haver obtido em relação à cidade de São Paulo. Coisa que acabou não acontecendo, mas houve uma visita de cortesia do Senador Magno Malta. Uma atividade extra – que não aconteceu – sobre o papel da mídia nessa discussão da temática, no dia 20 de maio, que aconteceu na Semana Nacional de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, foi suspensa por motivos de força maior. Outra reunião, onde representaram a Comissão Municipal, a Cmesca, a Dra. Lúcia Fonseca de Toledo – representando o CRP – e a Dra. Bethânia Resende de Carvalho – representando a Comissão Municipal de Direitos Humanos. E, aí, a outra sessão, do dia 28 de maio, onde havia a expectativa dos representantes do Disk 100, que não compareceram. Aqui há um senão: há dúvidas de que esse não comparecimento tenha sido por desinteresse ou se esse não comparecimento foi por dificuldades estruturais apresentadas a partir da Secretaria dessa Comissão. Ou seja, não se sabe exatamente, não temos dados exatos da saída do pedido, do ofício, da data, e, não sabemos se o ofício chegou muito em cima da hora. Enfim, as pessoas acabam sempre se justificando com a exiguidade do tempo. Enfim. Então, há uma certa dúvida. Mas, sem dúvida nenhuma, estamos encontrando muitas dificuldades na obtenção de dados específicos da capital de São Paulo com o Disk 100. A retrospectiva das sessões. A discussão sobre a nomenclatura da CPI e ampliação do foco foi uma discussão que aconteceu de forma acalorada, inovadora e inédita, diria, mas muito, muito importante, até porque todos os Vereadores chegaram à conclusão da necessidade da alteração do foco e da ampliação desse foco, a partir da mudança de nomenclatura. Na sessão do dia 19, se definiu a metodologia, como colocamos. E aqui já se tem o Manifesto da sociedade civil. Foi definitivo porque tivemos, durante a Fase de Diagnóstico, aliás, a Fase de Diagnóstico sofreu um atraso porque havia um andamento. Houve um andamento lógico em que a partir do momento da proposta de alteração do nome da CPI e ampliação do foco, até que as discussões acontecessem, vem o Manifesto da sociedade civil, ouvimos alguns especialistas sobre o conceito e a conceituação do fenômeno da violência sexual – multicausal, cultural – e chega-se à conclusão, por unanimidade nesta Comissão, da necessidade de aprovação do requerimento de ampliação do foco e de mudança de nome. O que retiramos das sessões? O que tivemos de positivo? O que obtivemos de dados, de informações a partir das sessões? Dia 16 de abril: o olhar da proteção integral; as normativas nacionais e internacionais; o direito à sexualidade, estabelecido como direito à infância; o reconhecimento do sistema de garantia de direitos e a incapacidade preventiva real das políticas de proteção. Destacaria, esse último aqui, como, talvez, um dos pontos mais importantes ressaltados naquela sessão. Na sessão do dia 30 de abril: o detalhamento do funcionamento do fluxo de atendimento às vítimas. Em várias conversas com os Vereadores, demonstramos a preocupação clara, aliás, ouvindo todos aqueles envolvidos com o tema, aqueles que estão na ponta, enfim, que formam a rede, e aqueles que são atendidos, que aqui temos um problema seriíssimo e que deve ser prioritário no enfrentamento desta CPI – o detalhamento do funcionamento do fluxo na cidade de São Paulo; a necessidade de investimento na prevenção e formação de profissionais para uma ação qualificada. Já temos uma ação – abri a sessão dizendo isso – mas há, também, um reconhecimento de que essa ação, frente à demanda que acontece hoje na Cidade, ela é insuficiente. Precisa-se avançar e avançar muito, e acho que isso ficou muito claro na sessão do dia 30 de abril. Apresentação de dados estatísticos. Quem nos trouxe os melhores dados estatísticos foi o Dr. Jefferson Drezett, a partir de sua experiência no Hospital Pérola Byington. Os outros dados estatísticos, realmente, têm sido de difícil obtenção. E, também, naquela sessão, no finalzinho, se tocou de leve em uma questão também muito importante, que é a questão do depoimento sem danos. Na sessão do dia 14 de maio, o que tiramos: o Senador apresentou um panorama de sua ação no Senado Federal. Também tínhamos uma expectativa de que se pudesse trazer um aporte de dados da CPI federal para a cidade de São Paulo de denúncias, enfim, de mapas, de outras possibilidades que pudessem nos ajudar no trabalho aqui na Capital. Mas, infelizmente, não obtivemos isso e foi mais um depoimento pessoal da participação positiva do Senador lá na CPI federal. Na sessão do dia 21 de maio, falou-se da composição e atribuições da Cmesca, o histórico da trajetória da Cmesca, e os desafios para a aprovação e implantação do Plano Municipal para o Enfrentamento da Violência Infanto-juvenil nos termos das diretrizes da descentralização político-administrativa. Esse aqui foi o principal ponto daquela sessão e percebemos, aliás, olhamos, recebemos a informação estarecidos de que, apesar do belo trabalho da comissão, da Cmesca, apesar de todas as discussões feita pela Cmesca e seus membros, durante um período de pelo menos um ano e meio, soubemos que o Plano Municipal não havia sido publicado e que, efetivamente, não tínhamos nenhuma garantia – ou previsão – da publicação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança na cidade de São Paulo. Depois de um ano e meio de trabalho, depois do trabalho de construção de legislação – a partir do Legislativo – da ação da Secretaria, no período do então Secretário Floriano, da construção da Comissão, da discussão do Plano, da participação – há algumas pessoas, aqui, que participaram efetiva e diretamente da construção desse Plano – fica, para nós, a sensação frustrante de que esse Plano, sem uma justificativa objetiva e concreta, não tenha sido até o dia de hoje publicado. Ele não foi publicado. E ele é fundamental para o estabelecimento das diretrizes do trabalho e das políticas públicas na cidade, em relação ao tema. Naquela sessão ainda se definiu que os próximos passos a serem dados pela Cmesca, se trouxe a informação de que os próximos passos seriam: publicar oficialmente o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abusos e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – o que, até o presente momento, salvo novidade de meia hora ou uma hora atrás, não aconteceu; elaborar planejamento bienal de atuação da Cmesca; manter reuniões ordinárias mensais abertas ao público e realizados no auditório da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, nas primeiras quartas-feiras cada mês, no período da manhã. E aqui, Sr. Presidente, queria fazer uma observação: queria propor aos membros da nossa CPI a que tivéssemos acesso à data da próxima reunião da Cmesca e que oficialmente, como membros desta CPI, fizéssemos uma visita ao trabalho e à reunião da Cmesca, como atividade extraordinária desta CPI. Acho importante, até para que a gente obtenha informações do que é que está acontecendo, onde é que parou. A última informação que a gente tinha é que o Plano parou no Conselho Municipal, no CMDCA. O CMDCA se justificava, dizendo que não havia chegado um documento. Temos a informação de que parece que o documento agora chegou e a gente gostaria de obter informações do andamento e do cronograma de estabelecimento do Plano Municipal. Uma outra proposta que surgiu naquela sessão é a de inclusão de adolescentes nas atividades da Cmesca, que é vital. Sessão de 28 de maio. A sessão não aconteceu, aquela do

convidado do Disk100.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Então, caminhando aqui para algumas conclusões, para fechar em cinco minutos, a metodologia de trabalho da CPI, a fase de investigação, a gente considerou que, como cenário ideal, nós encerramos a fase de diagnóstico e iniciamos uma fase de investigação que, bem ao certo, ainda não é a fase de investigação, porque o cenário ideal que nós havíamos imaginado seria o seguinte: ao término da sessão de diagnóstico, com todos os dados em mãos, teríamos uma reunião dos Vereadores e, a partir daí, a definição da metodologia de trabalho de investigação, ou seja, quais as diligências a serem feitas, que tipo; partir das informações que nós temos, onde seria prioritário se fazer as investigações e onde se buscar as denúncias. Então, esse seria o cenário ideal, que a gente não conseguiu. A gente está trabalhando com o cenário real. Então, ela não foi ainda realizada, a fase de investigação, ela não foi realizada, como disse, imediatamente após o término da fase de diagnóstico. A fase de investigação, como vem acontecendo de uma forma eu diria que não corresponde imediatamente àquilo que a gente idealizou, mas, enfim, é o que vem acontecendo. Nós tivemos três sessões: primeira com a Delegacia Especializada em Crimes Cibernéticos. Aliás, eu queria fazer aqui um pedido oficial, Sr. Presidente, fazer um requerimento que depois poderíamos aprovar ao final da reunião: que as notas taquigráficas da sessão do dia 18 de junho não foram fornecidas ao Relator. Então, eu gostaria de oficialmente fazer esse pedido, no sentido de obtermos as notas taquigráficas, porque foi uma sessão superimportante, importantíssima, que aconteceu com aquela discussão e a gente não tem os dados para trazer ao relatório. No dia 25, o Promotor de Justiça, Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, esteve conosco e aqui eu queria fazer um destaque: A previsão era de que a Dra. Márcia Salgado viesse falando sobre o trabalho das DDMs; e hoje a apresentação do relatório parcial da CPI.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Mas a sessão do dia 18, como eu disse, as conclusões, faltam as notas taquigráficas. E a sessão do dia 25, em que o Dr. Eduardo Rossini esteve, em nome do Ministério Público, foi uma sessão também muito produtiva - os Vereadores que estavam lembram disso. O Promotor apontou muitos caminhos de trabalho para nossa CPI. E aí alguns eu reforço o destaque que ele fez como pontos fundamentais: a atuação dos atores no sistema de Justiça, particularmente do Ministério Público do Estado de São Paulo, ele defendeu muito a questão da especialização e tal; a questão - que, aliás, a Vereadora Sandra Tadeu vem demonstrando preocupação, sempre que faz suas intervenções - da preocupação com a atuação dos Conselhos Tutelares na cidade paulistana; e um outro fato muito importante, a comunicação estabelecida no fluxo de atendimento dentre os serviços de proteção. Daí, a gente ter um documento importantíssimo, que eu vou pegar aqui, a partir do relatório, que eu deixei com o Vereador. Tem um documento importantíssimo que o Promotor nos trouxe, que é uma carta elaborada pela Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude: - É lido o seguinte: ("São Paulo, 23 de junho, Ofício 1949/2009, Referência: CPI da Pedofilia. Exmos. Srs. e Sras., Vereadores e Vereadoras, ... e sugestões para a melhoria do atendimento:" ...).

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - E aí se apontam, a partir desta carta, cinco sugestões que, no nosso desejo, aparecerão com destaque dentro do relatório. - Continuação da leitura da carta elaborada pela Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude: ("1 - As denúncias de abuso sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes vem crescendo... até o final).

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Esse documento lido fala por si só, aponta por si só caminhos prioritários no trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, abordou temáticas relacionadas às funções fundamentais do sistema de garantia e do sistema de garantia de direitos.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Constatações e perspectivas, a dinâmica. Ah, sim, esse aqui é o *slide*. Tem alguns outros *slides*, mas são mais, eu diria, mais *pro forma*. Este aqui é talvez o *slide*, da sessão de hoje, mais importante, fim do trabalho do relatório parcial, porque ele aponta constatações e perspectivas, ou seja, dentro de tudo o que discutimos, dentro de todo o trabalho elaborado, dentro da coleta de todos os dados, dentro da escuta de todos os profissionais envolvidos, enfim, Vereadores - aliás, todos os Vereadores encaminharam suas sugestões à composição do relatório, fizeram suas contribuições -, depois de tudo isso, eu aponto aqui algumas constatações e perspectivas: primeiro, que a dinâmica da CPI da pedofilia e do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, a gente estabeleceu uma dinâmica ideal, estamos trabalhando nessa, buscando essa direção, mas a gente não conseguiu. E daí eu queria destacar uma questão aqui que é muito importante, que a gente tem de repensar a dinâmica com a qual hoje a gente vem tratando a CPI. Por quê? Nós temos dificuldades concretas. Quais são? Houve a extensão de um período sem a previsão, por causa das discussões que aconteceram na Casa, que foi a fase de diagnóstico. Isso alterou o cronograma. E não houve o cumprimento e o entendimento no sentido de se estabelecer um cronograma específico para todas as sessões que aconteceriam. A que é que isso levou? Levou a uma dinâmica, todos sabem, uma dinâmica onde, na semana anterior, a gente tentava compor alguma coisa para poder realizar a sessão. E havia uma dificuldade enorme, houve uma dificuldade enorme em relação à estrutura desta CPI, a estrutura da secretaria desta CPI, algo a que eu venho fazendo um alerta já há algum tempo, no sentido do encaminhamento dos ofícios, que não têm sido feitos com celeridade, não têm sido feitos com rapidez; muitas vezes não há clareza dos ofícios enviados aos convidados ou àqueles que deverão comparecer a esta Comissão. E acontece o que, por exemplo, aconteceu com o pessoal do Disk 100: ninguém sabe ao certo se não convidou a tempo ou se são eles que não querem vir; ou, com os convidados que vieram: "Mas a temática era essa? Mas a informação que eu obtive era outra". Enfim, você vai tendo dificuldades na dinâmica, no estabelecimento do bom andamento do trabalho. Os preceitos e as finalidades de uma CPI, no contexto da CPI da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil e a política existente e o fluxo de atendimento. Aqui talvez o nosso maior desafio: olhar a fundo no que a gente tem e cooperar com o Poder Público, cobrando e propondo, no sentido da construção de um fluxo de atendimento que efetivamente proteja as nossas crianças, resolva o problema e não as revitalize como acontece hoje em dia.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Aí tem uma fala, um dos trechos das notas taquigráficas. Nós estamos trabalhando muito com foco no fluxo, na rede e na fragilidade da rede, porque nossa ideia como Vereadores que compõem esta CPI é construirmos um relatório que observe as fragilidades dessa rede, os pontos vulneráveis dessa rede e efetivamente aponte caminhos e alternativas.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - E aí só o final, não é? A fase de intervenção, que é o que a gente está olhando lá na frente, que é a última fase, o que a gente tem como cenário ideal da fase de intervenção, que é a fase do relatório final, lá na frente, em sessões destinadas à apreciação do arcabouço da própria fase do diagnóstico e principalmente dos resultados gerados na fase investigativa, para além da denúncia e da constatação, pretende-se elaborar estratégias e ações de intervenção na Cidade, como gosta sempre de ressaltar a Colega Vereadora Sandra - a Sandra sempre toca na questão da ação: "Vamos à ação". E aí a gente contempla isso aqui, na última fase, na fase de intervenção, como uma ação estratégica de intervenção na Cidade, pelas vias institucionais necessárias e pertinentes, adotadas ao longo dos procedimentos desta CPI. E acho que aí... Aí é deixar.

- Imagem produzida em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - São as sessões que nos restam. É aí finaliza, não é? É isso. Sem mais, Sr. Presidente, essa é, esse é o formato do relatório parcial que temos em mãos, a partir daquilo que construímos ao longo desses meses, do trabalho de cada um de nós, da dedicação, do tempo de cada um de nós, e efetivamente aberto a novas contribuições daqueles que participam, dialogando, daqueles que participam atendendo, ouvindo as crianças, sentindo o drama daqueles que vivem isso na nossa rede; e, particularmente, dos Vereadores

membros que compõem essa CPI.

Era isso, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Diante da apresentação do relatório parcial da data de hoje, eu coloco aqui abertamente os meus sentimentos ao Plano Municipal que é um plano importante, continua sendo um plano importante para a cidade de São Paulo, para os trabalhos também desta CPI; recebi o plano de trabalho e aos cuidados da Dra. Dalka, que nos forneceu com tanto carinho, e também é pela participação de um dia aqui tão importante e é uma pena até hoje não ter sido publicado ainda o Plano Municipal, os trabalhos do Plano Municipal na cidade de São Paulo. Eu queria deixar aberto para alguns Vereadores, se quiserem se manifestar; e também aos inscritos que quiserem fazer alguma pergunta para o Relator ou para algum membro desta CPI. (Pausa)

**A SRA. SANDRA TADEU** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, a Vereadora Sandra.

**A SRA. SANDRA TADEU** - Bom dia a todos. Eu quero parabenizar o Relator Vereador Carlos Bezerra por esse relatório, por esse brilhante relatório e dizer às pessoas que aqui estão hoje que realmente esta CPI da Pedofilia nos abriu um caminho que eu acho que, mesmo após o encerramento desta CPI, nós, Vereadores que participamos disso, temos que levar a fundo todas as medidas que foram ditas nesta CPI, como a questão dos Conselhos Tutelares. Hoje, a gente sabe que a lei criada pelo Conselho é para 200 mil pessoas. Hoje tem áreas em que estão mais de 600 mil pessoas - se não me engano, é isso -, que a gente vem discutindo na outra Comissão. Há a questão do fluxo; e a vinda do Promotor Rossini, que eu estava sentada ao lado dele e ele me disse uma coisa muito importante: disse que não tem mais, não tem fórmula mágica para a gente acabar toda a pedofilia; que o que houve e o que vai haver de mudanças estão ocorrendo em nível de Governo Federal; que, na verdade, nós que estamos aqui para baixo, nós temos que colocar em prática tudo aquilo que já está escrito nos papéis, em leis, em Conselhos. Então, na verdade, temos de bater em cima, da onde são chegadas essas pessoas. É o fluxo que não funciona; são os programas que estão aí; as leis; os Conselhos. Tudo está sendo... é montado. Agora, nós, com o Legislativo, que aqui estamos, nós, eu particularmente - e acho que os meus colegas também - quero dar um estudo melhor na questão dos Conselhos, um estudo melhor, conhecer de perto esse fluxo, como é que chega, onde fica, para onde vai, o que que acontece depois. Então, a partir disso, acho que essa CPI foi de extrema importância. Era um trabalho que realmente eu não conhecia: apesar de médica, não tinha esse conhecimento mais a fundo nessa questão de fluxo, dos Conselhos Tutelares. Então, a gente vê que isso é de extrema importância para todo esse conjunto e o conjunto está montado, ele tem que funcionar. Então, não adianta mais nós criamos leis, criamos Conselhos, criamos coisas que, na verdade, não funcionam. As coisas estão aí para se funcionar. Então, tenho certeza que agora, com o decorrer dessa CPI, nós iremos conhecer esse fluxo, ver realmente onde está a falha desse fluxo e a gente, como Vereador, com o poder que temos aqui de representar a população de São Paulo, da Capital, de nós podermos estar cobrando isso do Executivo. Esta vai ser a nossa função. Porque programa eu não aguento nem mais receber papel de programa, de conselho, de reunião para não sei aonde, sendo que as que já existem a gente não consegue colocar em prática. Então, nós temos que colocar e, durante esses mais três anos e pouco aqui, eu estarei cobrando isso. Por isso foi um estudo nosso, nós descobrimos essas falhas. Descobrimos, não. Eu conheci essas falhas agora e eu como mulher pública, acho que tenho como obrigação eu estar cobrando isso do Poder Executivo e das pessoas que assim formam todo esse fluxo, esse conjunto. Nós, Vereadores, acho que essa vai ser a nossa obrigação e o nosso trabalho e a nossa batalha durante os próximos três anos que aqui a gente vai estar nesta Casa. Então, quero parabenizar toda a CPI, o seu Presidente, os membros, o Relator. Fico muito gratificada por estar aprendendo. Eu aprendi aqui durante esse período. Eu acho que isso é de uma extrema importância e a gente como médica, como mãe, como mulher, é de extrema importância nós estarmos à frente desses trabalhos, ter um conhecimento a fundo desses trabalhos e é este o meu papel aqui, junto com toda essa CPI e é para isso que a gente vai estar aqui. E, mesmo ao término desta CPI, eu tenho comentado com o Carlos, o Vereador Bezerra, que ele tem uma experiência muito maior do que eu nesse sentido, que a gente possa fazer mudanças, realmente fazer com que as coisas aconteçam, não ficar só no blá-blá-blá e no papel. Eu espero que no final desse meu mandato e acho que os Vereadores também esperam, que tenham ação, que possamos falar: olhe, graças ao nosso trabalho, isso mudou. Isso é muito gratificante para nós. Então, para isso, vocês podem ter certeza que a gente vai continuar o nosso trabalho nesse sentido. Então, eu quero agradecer a presença de todos e ao trabalho de toda a equipe da CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigada, Vereadora Sandra Tadeu. Queria passar a palavra para o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Bom dia a todos. Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Vereador Carlos Alberto Bezerra pela excelência no trabalho do relatório, parabenizando também a sua equipe, porque eu sei que nós não fazemos nada sozinhos, apesar do nosso conhecimento, da nossa dedicação. O trabalho da equipe é um trabalho essencial. Então, queria, Bezerra, parabenizá-lo pelo relatório, pela consistência, por sua dedicação, parabenizando também toda a Comissão Parlamentar de Inquérito na figura do Sr. Presidente, Marcelo Aguiar. Acho que, a despeito do início mais conturbado, do ponto de vista do entendimento da finalidade desta CPI, nós avançamos. Em muitos momentos, nós achamos que as dificuldades seriam intransponíveis. Mas nós conseguimos avançar numa linha de entendimento coerente com o que pensa a maioria dos Vereadores desta Comissão e com aquilo que a sociedade civil organizada, especialmente - não só - mas especialmente as organizações sociais que militam nessa área contribuíram para os debates nesta CPI e a confecção desse relatório parcial. Também deixar claro o motivo da prorrogação desta CPI. Nós discutimos amplamente se prorrogaríamos ou não, porque nós não queremos "esticar" esse tema, sem ter de fato a possibilidade de dar uma contribuição à cidade de São Paulo. Nós sabemos que dando uma contribuição à cidade de São Paulo, nós estamos dando uma contribuição ao Brasil, porque tudo que é feito em São Paulo torna-se um exemplo - nem sempre um bom exemplo, mas em geral um bom exemplo - para o resto do País, para os demais grandes municípios do País. E, nesse sentido, em relação ao relatório e à prorrogação, fica claro que era necessário para que nós pudéssemos colher mais informações e para que nós pudéssemos ir atrás de informações que não chegaram a esta CPI. Mesmo o Disk 100 demorou para enviar os dados acumulados em Brasília, regionais aqui de São Paulo. Mas não é só o Disk 100. Vocês vejam - como apontou o relator e aqui eu ressalto - uma falta de diálogo e de troca de informações com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Eu lembro, quando Secretário, que eu participei pelo menos de duas audiências públicas aqui na CPI de 2007, não é isso? O senhor colocou lá, Bezerra, na CPI dos direitos da criança, não foi isso? 2007. Eu me lembro que tive, por duas oportunidades aqui, explicando o que a Secretaria vinha fazendo do ponto de vista de garantir direitos e a proteção prevista nos mais diversos códigos, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. E aquilo me ajudou como Secretário, porque o relatório final daquela CPI apontou falhas no sistema e apontou um déficit imenso de financiamento para o sistema funcionar, o que é bom para o gestor público. O gestor público não pode ter medo disso, ao contrário, ele tem de usar isso como uma argumentação favorável. Quando nós - eu sou servidor público há 14 anos - falamos: olhe, não tem dinheiro para fazer tudo; ora, todos nós sabemos. Nem nos nossos orçamentos domésticos temos dinheiro para fazer tudo. Mas, qual era a real prioridade naquele momento histórico daquele Governo de plantão em relação ao seu orçamento? Aliás, sempre disse isso várias vezes lá nos fóruns que a Profª Dalka lidera lá nos Instituto *Sedes Sapientiae*, são tão importantes para a divulgação desse tema e manter vivo o debate e a disseminação dele. Nós estávamos juntos lá na última semana. O orçamento é, talvez, a peça mais importante em qualquer gestão, seja na da sua casa, seja na gestão pública para saber qual é a sua real prioridade. É lá que você vai enxergar se tal tema é ou não é prioridade e ali não tem mistério, porque está explícito. Então, assim, eu acho, eu penso, eu vou fazer, eu quero. Não, não. Está ou não está o orçamento e quanto está previsto de gasto para determinado sistema? Aliás, não é por outro motivo que eu apresentei a esta Casa uma proposta de emenda à Lei Orgânica do Município que é como se fosse uma proposta de emenda constitucional a nível federal que também tramita lá, vinculando 5% dos recursos orçamentários à área de assistência social. E preciso que nós todos nos mobilizemos como organizações sociais e militantes da área para aprovar a Proposta

de Emenda Constitucional - a PEC - que está no Senado já, que vincula 5% do orçamento, porque não basta a vontade do Presidente de plantão. É preciso que haja, de fato, uma articulação da sociedade. Se a sociedade não se articular e dizer: nós queremos, nós precisamos de dinheiro para financiar a proteção social e a garantia de direitos do Brasil, 17% já vão para a saúde e, no caso de São Paulo, 30% para a educação; no nacional, 25%. Então, nós já não temos 30% e já não temos 17%. A assistência, hoje, tem em torno de 1,5%, 2% - quando muito - do orçamento. É preciso ter mais dinheiro. E mais do que isso, é preciso que nós trabalhemos no sentido de juntar as mais diversas políticas públicas de atendimento a essa população mais vulnerável, a essa população que é vitimada pela violência e que é vitimada em seus direitos. Eu digo isso porque eu não abro mão do dinheiro da educação e da saúde dentro dessa nossa área também. Outro dia, num debate, Vereador Bezerra, sobre o projeto de lei que tramita na Câmara e que muda o papel de certificação do Conselho Nacional de Assistência Social, dando à Saúde a certificação das organizações que trabalham com saúde e dando à Educação a certificação das organizações que trabalham com educação, eu sempre me pergunto: e as que trabalham corretamente, ou seja, de forma intersetorial, quem paga a conta? E quando for uma instituição como a APAE ou como qualquer organização que lide com alguma deficiência, é saúde, educação ou é assistência? E se passar para a saúde, quem paga a conta? Olhe, já tem 17% e ainda vão querer tirar dinheiro da assistência social. Eu estou debruçando um pouco sobre esse assunto, primeiro porque eu acho que falta uma mobilização mesmo. A rede de proteção social não se mobiliza, especialmente do ponto de vista político, da sua própria representação política, para garantir recursos. E aí eu faço a ligação com a fonte de financiamento dessa rede, porque não há milagre a despeito de todos os créditos aqui na Mesa, aliás, estão todos aqui representados. Não há milagre, ou há recursos ou não há. E o relatório deixou claro. O relatório apontou e demonstrou a insuficiência de serviços e o pouco investimento nessa rede. Está claro no relatório, ainda que nós, infelizmente, não tenhamos ou não tivemos todas as informações por parte do Poder Público Municipal necessárias. Não tivemos, o relator falou isso aqui e isto está explícito no relatório também. Faltaram informações da Prefeitura e nós vamos ter de buscá-las. Nós temos de garantir prioridade no orçamento municipal. Não é prioridade, está lá expresso. Não é. Só não está escrito assim: "não é prioridade a criança". Mas não é. Olhem o orçamento nessa área, não estou dizendo do dinheiro da educação, estou dizendo assistência. A maior quantidade de recursos é para as pós-escolas. São núcleos sócio-educativos, centros de juventude hoje, que não deixam de ser uma forma de prevenção. É evidente, é melhor a criança estar na escola e na pós-escola do que estar na rua, sozinha ou sabe-se lá onde. Mas, na área de proteção especial, os recursos são insuficientes e não é prioridade. É só você ver o que vai para a proteção básica e o que vai para a proteção especial. Outra coisa importante você destacar é a ausência de um número, de um dado sobre demanda. Está claro no relatório também. O relator não consegue apontar um dado minimamente, não digo nem confiável, um dado sobre demanda. Por quê? Porque ou você tem a demanda oficial do hospital, do registro de entrada, especialmente do Pérola Byington ou uma ou outra demanda apontada em inquérito policial, mas você não tem a demanda ... ou uma ou outra organização. A Dalka sabe no Instituto *Sedes Sapientiae* quantas pessoas são atendidas. Mas nós precisamos ter dados, porque se nós não tivermos essa demanda e ela vem crescendo, não necessariamente porque as ocorrências vêm crescendo, mas porque o tema apareceu e apareceram os problemas. Isso já foi dito aqui pelo Claudio, Hortêncio, não é? Mas, esse tema, ainda que ele vá num crescente, as ocorrências vão aparecendo, é necessário a gente ter momentos onde você tenha esse registro de demanda. Olhem, em 2007 eram tantos casos; em 2008, é assim... até porque você pode, eventualmente, criar uma curva - eu tenho um pouco de receio disso - mas até criar uma curva de atendimento e de demanda, se está crescendo, se está diminuindo, tal. Por enquanto, ela está crescendo, porque as informações ainda estão chegando para nós todos. Outra coisa que o relatório aponta é a questão da formação profissional. O Bezerra é médico e médico estuda muito. Eu sou sociólogo e estudei menos do que ele, provavelmente. É verdade, porque o médico tem a residência, nós saímos da faculdade achando que terminou, você ainda fica mais um tempo. Eu tenho a maior admiração por vocês, médicos, e respeito. E a questão da formação profissional, o relator deixa claro no relatório essa necessidade. Daí as diversas parcerias com WCF, a Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e tantas outras parcerias, o Instituto *Sedes Sapientiae* - eu não gosto de falar porque a gente esquece - a Associação Farol, enfim, tantas outras organizações e programas que a gente tem, mas a formação profissional está clara, ela é hoje absolutamente insuficiente. Então, o pessoal da militância também deve saber que nós precisamos formar mais gente, preparar mais gente, mais qualificação, mais formação. O Instituto *Sedes Sapientiae*, de certa forma, já exercita essa formação. Bom, falei de recursos, falei de demanda, orçamento. Queria dar uma pincelada também num tema que veio durante o relatório nas nossas audiências públicas que é a questão da relação com a Secretaria de Saúde do Estado. Eu estive por sorte, Vereador Bezerra e Vereador Marcelo Aguiar, recentemente com o Dr. Barradas, mas era por outro assunto, também um assunto importante que era a gripe suína. E disse que nós vamos apresentar o relatório parcial da CPI, o Bezerra está trabalhando nele. Disse que nós não tivemos oportunidade de visitar o Pérola Byington que eu queria muito e da distância que nós tínhamos do Pérola Byington, do Programa Bem-Me-Quer. Ele falou: "Não, mas o Bem-Me-Quer está no âmbito da Secretaria de Segurança Pública". "Eu sei, até uma moça que estava cuidando disso, a Bia que estava à frente desse processo. Eu disse: 'eu sei, eu a conheço, mas seria importante que nós pudéssemos colocar esse programa estadual e essa rede de atenção estadual mais próxima à rede municipal'". Eu dizia isso com conhecimento de causa, porque quando Secretário, a distância que nós tínhamos - a Adriana está aqui, o Bimbatte também, que foram os dois coordenadores na época em que eu fui Secretário da Proteção Especial da Criança e do Adolescente - nós tínhamos uma distância muito grande do Bem-Me-Quer e dos Programas Estaduais. Então, essa aproximação numa cidade como São Paulo é fundamental. Por último, queria deixar algumas sugestões para o relatório, aliás, para a atuação nesse próximo ... na prorrogação do nosso trabalho. Primeiro, que esta CPI notifique, de alguma forma, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no sentido de uma manifestação mais coerente em relação à avaliação e à aprovação do plano municipal. Bom, acho que nós podíamos notificar uma carta, um ofício - por que é um ofício da CPI - ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente questionando se há prazo, se não há prazo, e que não se avaliou até agora o plano municipal, se há algum prazo para aprovação, se querem que nós trabalhemos nisso juntos, enfim. O que não dá é para deixar da forma como está. Então, eu acho que a CPI tem um papel político também que vai além do papel

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Bom, então é uma informação importante. Perdão, eu não sabia, está dizendo que... A Lúcia está dizendo que já foi aprovado, é isso Lúcia?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Bom, então, só faltou a publicação?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Não, mas publicou? Bom, então, tem de publicar. Então, agora volta para a Secretaria. Bom, mais um motivo para a gente entrar em contato. Bom, Bezerra, eu acho que tem aí ...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - O Vereador Bezerra já tinha comentado de nós agendarmos uma diligência à próxima reunião do Cmesca. Então, acho que já foi declarado isso e a gente já podia... até vou pedir para a própria Secretaria, os assessores fazerem o levantamento disso da próxima reunião e uma ida, principalmente do Vereador Bezerra que é idealizador de tudo isso e desse projeto também. Então, nós iremos em diligência ao Cmesca.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Sr. Presidente, dentre os presentes aqui, não tem ninguém da Secretaria de Assistência Social, não tem ninguém aqui do Governo Municipal? Eu acho que ... Não, tem da Secretaria da Educação, eu estou vendo ali. Não, (ininteligível) Cidade Ademar. É, são servidores públicos da Cidade Ademar. É, mas era importante ter alguém da Secretaria da Proteção Especial. Eu acho que isso tem de ser registrado com uma ...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - É, nós estávamos falando antes da reunião, de nessa segunda fase, esse cronograma de trabalho

até junto com os Vereadores, hoje mesmo, nessas próximas reuniões do dia 20, do dia 03 e do dia 17 e até eu pedi uma extraordinária para o dia 13, numa dessas diligências, dia 23 e 17, nós montamos o cronograma dessas próximas reuniões embasadas até em cima desse relatório parcial do que foi levantado nas deficiências, inclusive, com a própria presença da nossa Vice-Prefeita, Dra. Alda Marco Antonio que ficou de estar presente conosco. Nós vamos entrar em contato passando essas três datas e nós temos certeza de que ela estará presente aqui numa dessas reuniões e contamos com a presença de todos vocês aqui, que será muito importante, perfeito?

**O SR. FLORIANO PESARO** – Bom, só para terminar, Presidente, estou me estendendo aqui porque o assunto é realmente importante e é um assunto da nossa militância. Mas acho que é importante termos a presença da Secretária, seria realmente importante, mas de qualquer maneira, a manifestação da Secretária. Eu tinha sugerido também ao relator que esta comissão também fizesse, participasse de uma reunião – pode ser aqui, pode ser lá – mas de uma reunião com a comissão municipal.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Só fazendo apenas um aparte à fala do Vereador Floriano, aliás, absolutamente oportuna, inclusive, dentro da própria leitura, da interpretação do relatório. O Vereador Floriano exagerou dizendo que eu estudei mais, mas eu garanto que o Vereador Floriano era muito mais CDF do que eu, não tenho a menor dúvida disso. É só olhar para a cara dele.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Eu vou considerar isso um elogio.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - E é. Mas eu queria dizer o seguinte. Nós temos uma oportunidade única, Vereador Floriano, que é a seguinte: as reuniões da Cmesca acontecem no espaço da Smades. Então, eu proponho a essa CPI que nós façamos, no próximo encontro da Cmesca, nós façamos uma visita oficial, uma diligência desta CPI à Cmesca e ao mesmo tempo, nós precisamos ter alguém, que será designado na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a nos fornecer os dados que foram pedidos e que até o momento, decorridos mais de 120 dias de CPI, até o momento não temos, absolutamente, nenhum acesso. Então, acho que essas duas ações podem se somar, aliás, eu acho que um grande avanço e aqui a minha humilde contribuição como Vereador, - não sei o que pensam os outros – acho que um grande avanço, inclusive, seria a saída da Cmesca do ambiente e do espaço físico da Secretaria. Porque se é um órgão que se propõe a fiscalizar ações relativas ao tema, seria absolutamente oportuno que a Cmesca, o mais rápido possível, saísse do ambiente da Secretaria, até para que tivesse maior liberdade, maior autonomia de ação e, nesse sentido, fosse uma grande aliada nossa, dos Vereadores dessa CPI, para a imediata publicação do Plano Municipal de Enfrentamento e à Violência Sexual contra a Criança, porque não há mais o que dizer. A gente manda um ofício, aliás, é sintomático, - desculpe o meu desabafo, Vereador Floriano, em cima da sua fala – mas é sintomático. Quer dizer, a gente faz um trabalho, todos os Vereadores aqui, todas as quintas-feiras a cada 15 dias aqui, se debruçam, ouvem, se colocam, ouvem a todos, todo mundo participa e é sintomático. Cadê o representante da Secretaria afim, não está presente, não está presente por quê, com qual justificativa? Quer dizer, não faz o menor sentido, aliás, acho que até faz. Demonstra, claramente, o total descompromisso com o tema e é nesse sentido que nós trabalharemos incansavelmente, incansavelmente para que o plano seja publicado com a maior brevidade. Não faz sentido ter um plano discutido há um ano e meio, pronto, elaborado e não se tem a diretriz publicada para poder, efetivamente, começar o trabalho. Assim como também, repito, humildemente, na minha visão como Vereador, não faz sentido no ambiente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Enquanto não for feita essa desvinculação, lamentavelmente, a gente vai ter esses caminhos. Encaminha um documento daqui, o outro empurra para lá, que empurra para lá, que empurra para lá e no final das contas, nós aqui, aliás, Vereador Floriano se lembra no dia em que fomos lá, na plenária, ao Sedes, da angústia de quem faz o atendimento das crianças, da angústia de quem vai fazer a denúncia, que não encontra respaldo, que não encontra interesse, porque na verdade, efetivamente, se não tiver uma ação dura, dura dessa CPI, ninguém levará a sério o tema. Ninguém levará a sério. Agora, essa ação não depende, exclusivamente, de nós Vereadores. Depende também da sociedade civil organizada, depende da ação de vocês, que é muito eficaz. Já se demonstrou eficaz na alteração dos rumos e no caminho proposto dessa CPI, que tem sido feita por nós, em parceria, em sintonia com aquilo que pensam os representantes legítimos da sociedade civil organizada. Então, eu faço esse apelo. Vamos, na próxima reunião...

-Manifestação fora do microfone.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – É na próxima? Na próxima quarta-feira, eu acho que não tem mais o que esperar. Eu proponho, aliás, em sintonia, em consonância com o Presidente, eu proponho que seja uma ação extraordinária dessa CPI, em consonância com o apelo do Vereador Floriano. Vamos lá e para duas coisas. Acho, que no final da sessão, temos que oficial, já a Secretaria para saber quem da Secretaria vai nos receber lá com as informações que foram pedidas e que até agora não foram disponibilizadas. Então, nós vamos à Cmesca, à reunião da Cmesca e queremos um representante específico da Secretaria, que efetivamente seja o gestor. Porque quem veio aqui, olhou para a nossa cara e falou o seguinte: ah, veja bem, eu não sou responsável. Mas quem é? Eu estou querendo ver, veja bem, vamos ver, vai ser designado. Então, não tem, acabou o tempo. Nós temos um cronograma, em novembro acaba essa CPI e nós não vamos correr o risco aqui de sair dessa CPI, nem desmoralizados, nem com uma CPI chamada de CPI da pizza, porque aqui não tem pizza não.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, o Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Eu queria cumprimentar, parabenizar o Vereador Carlos Alberto Bezerra pelo relatório apresentado hoje, relatório tão brilhante. Parabenizar todos os membros dessa CPI, que vêm trabalhando por essa causa. O Vereador Netinho de Paula, que hoje está ausente, pessoa maravilhosa, dedicada à criança, ao adolescente. Vereadora Juliana Cardoso, que compõe a Mesa, registrando a presença dela, que também é uma ativista na área da educação. Vereador Carlos Alberto Bezerra, brilhante Vereador de outros mandatos e deste mandato. Vereador Marcelo Aguiar, que brilhantemente vem presidindo esta CPI. Vereador Floriano Pesaro, tão empenhado nas causas sociais, um grande Secretário de Assistência Social no último governo e parabenizar todos vocês que, de alguma forma, colaboraram e estão colaborando conosco. Por todas as pessoas que passaram por aqui, que nos deixaram ferramentas para que fosse finalizado esse relatório parcial. Tenho certeza que todos nós, ao final dessa CPI, vamos continuar trabalhando por essa causa. Criança não é brinquedo, criança é assunto de adulto e por elas nós vamos lutar sempre, nessa CPI e fora dela. Então, quero agradecer e pedir licença ao Presidente, que eu tenho outra reunião agora, para poder me retirar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereador Quito Formiga. Passei a palavra para o Vereador Quito Formiga, até decorrente desse outro compromisso que ele tem e cortei o nosso nobre Vereador.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Não, mas é um prazer sempre ter o Quito, a sua espiritualidade aqui, essa questão do bem, de tratar esse tema como um tema que nós temos de colocar na nossa agenda diária, não é Quito? Obrigado por toda contribuição. O que eu ia acrescentar, para finalizar. Primeiro acrescentar ao que o Relator coloca, acho que nesse ofício que a CPI vai mandar à Secretaria e no ofício que a CPI vai mandar à Comissão, acho que devem ser dois ofícios, Presidente. Nos dois ofícios colocar que o relatório parcial foi apresentado hoje, que não havia a presença da área técnica, a presença do serviço social da Prefeitura, mas não da área técnica que cuida desse assunto na Secretaria e que o relatório se mostrou falho, - o termo pode não ser esse - no que tange às informações de responsabilidade da Secretaria e da Comissão. É por isso que nós estamos indo lá, na próxima quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Esse relatório se mostrou com uma falta de...

**O SR. FLORIANO PESARO** – Com uma falta de informação, alguma coisa nesse sentido, para corresponsabilizá-los também, entende. Por que veja, o relator tem a responsabilidade, essa comissão tem a responsabilidade, mas nós não estamos lidando com uma organização privada, que pode discutir na Justiça se vai dar ou não vai dar a informação. Nós estamos lidando com uma organização pública. Então, a obrigação de prestar a informação é deles. Nós temos a obrigação de fiscalizar, eles têm obrigação de prestar informação pública e não prestaram. Bom, eu termino dizendo o seguinte, que existe essa publicação da Abmp e da WCF, o Itamar está aqui também, que prevê a

questão do fluxo de atendimento; que também fica claro no relatório parcial, a dificuldade de construir esse fluxo e de fazer com que esse fluxo trabalhe de forma complementar, integrado e tudo mais. Mas como eu considero isso um grande desafio que nós temos na política pública em geral, não especial, nesse caso, mas em geral, acho que esse desafio é um desafio de todos nós, do primeiro e do terceiro setor, trabalharmos na articulação de uma rede que, de fato, se enxergue como rede. O fluxo é um ponto disso, porque veja, a gente tem a impressão e a gente chegou a discutir isso muito com a Profa. Dalka também, que o fluxo por si só resolveria o problema. Então, você desenha um fluxo, aliás, o Bimbatte e a Adriana Palheta, chefiando a área, no Poder Público Municipal, desenharam o fluxo. Esse fluxo chegou a ser publicado num determinado momento, mas ele não é suficiente. É como a lei, a lei que pega, a lei que não pega, lei é lei. O fluxo é fluxo. Está aprovado, está pactuado entre as partes, entre os diversos atores que atuam nesse fluxo, tem de cumprir. Então, hoje fica claro, primeiro, que temos um fluxo, temos uma revisão desse fluxo, com pontos positivos e negativos, mas não é suficiente. É preciso sensibilizar, responsabilizar, de novo evoco a fala do Claudio, aqui naquele dia. Tem de responsabilizar aqueles que não cumprem o fluxo, que está pactuado e assim por diante. Nesse sentido eu convidaria, eu faria proposta de que essa CPI pudesse convidar a Abmp e o WCF para apresentar esse trabalho, o Itamar está aqui hoje, não sei se hoje é o dia, se temos tempo, mas convidá-los a apresentar esse trabalho para todos nós. Eram essas as minhas considerações. Eu termino, mais uma vez, parabenizando o Vereador Carlos Alberto Bezerra. Eu sei da sua dedicação e eu presenciei a construção desse relatório. Ao Vereador Marcelo Aguiar, pela sensibilidade, pela compreensão do momento político, histórico que a gente vive. A todos vocês porque não só contribuíram, como estão aqui, propondo, avaliando, sugerindo e fiscalizando também o dia a dia desse trabalho nosso da CPI. Então, eu queria agradecer a todos. Muito obrigado. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Queria mencionar também a presença da Vereadora Juliana Cardoso. Nós temos algumas pessoas inscritas. Queria, primeiro, dar oportunidade para a Dra. Dalka que está aqui, se inscreveu e hoje está nos presenteando com sua presença honrosa, presença que nos ajudou muito nesse trabalho durante essa CPI. Quero dar a palavra, então, para a Dra. Dalka Chaves de Almeida Ferrari.

**A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI** – Obrigada. Queria parabenizar também o relator. Realmente foi um trabalho bastante importante de contribuição. Queria acrescentar e chamar a atenção que a gente tem essa rede e quando foi pactuada a comissão, houve a assinatura de todas as Secretarias envolvidas. Então, não estou aqui defendendo a Smades, sozinha, mas eu acho que a gente tem de fazer um empenho para que todos que assinaram, realmente cumpram e sejam responsabilizados, porque não estão fazendo. Porque a gente sente que se não tiver um movimento de empenho, a Comissão realmente vai ficar esvaziada. Acho que todas as Secretarias que assinaram o compromisso, na época quando foi feito o Decreto pelo Prefeito, deveriam estar aqui hoje e a gente viu que tem um representante da educação, alguém do CRAS, mas a saúde, segurança, justiça e tudo mais, a gente tem de fazer esse empenho, social, para que eles assumam esse compromisso para que realmente essa Comissão garanta a fiscalização a que a gente se propõe. Queria acrescentar isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu queria, antes de chamar a próxima pessoa inscrita...

**O SR. FLORIANO PESARO** – Só para complementar, o que a Dra. Dalka traz a nós, é importante que a CPI comunique aos diversos secretários que pactuaram e que têm seus representantes na Comissão Municipal, a estarem presentes. Provavelmente o Secretário nem saiba. Eu garanto que o Secretário da Saúde não sabe nem da existência dessa CPI. Precisa saber.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Ele recebeu um requerimento de informações, também. Acho que de não saber da existência, acho meio difícil. Agora, de não fornecer informações, foi o que estávamos falando agora há pouco tempo atrás. Nós pedimos informações para o Disk 100 e recebemos de uma forma precária, difícil e que não tirou ainda o interesse dessa Comissão de ir até Brasília, pessoalmente, numa diligência para poder fazer o levantamento de tudo isso. Vamos para o próximo inscrito que é a Mirian Giannella, só não sei da onde a Mirian faz parte, é Observatório da Clínica. Por favor, Dra. Mirian.

**A SRA. MIRIAN GIANNELLA** – Obrigada por nos acolher aqui nesta nobre Casa. Senhores, eu gostaria de uma explicação sobre o que poderíamos fazer para nos alçarmos de fato à posição de sujeito de direitos. Nós temos direitos, o que precisamos fazer para termos nossos direitos reconhecidos? O que podemos fazer para que a Defensoria Pública funcione e encaminhe nossas demandas? Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Olha, nós temos aqui o Floriano Pesaro que já foi Secretário, temos o nosso Relator. Sintam-se na liberdade e à vontade para poder até, se possível, responder a pergunta da Dra. Mirian.

Pode repetir novamente apenas o ponto...

**A SRA. MIRIAN GIANNELLA** – Teremos, algum dia, direito neste país?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Primeiro, bom dia a todos. Eu acho que, acho não, tenho certeza, que nós aqui, principalmente, dessa CPI, nós mais que tudo, estamos em busca desses direitos. Em busca dos direitos, principalmente, tentando envolver as Secretarias que têm todo o respaldo financeiro para poder auxiliar muito mais para ter esses direitos. Então, nós, nesse país, enfim, falta ainda muita coisa para ter direito. Não é só na criança e adolescente, é no idoso, é no jovem, na mulher, no homem, enfim. Mas eu acho que dentro dessa CPI, até mesmo com esse relatório que foi apresentado, mostra-se que a CPI da Pedofilia está buscando, da melhor forma possível, transparecer as necessidades e dessas necessidades buscar o que pode ser feito para poder ter os direitos.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Queria dar a oportunidade, agora, para o Dr. Itamar Gonçalves, que faz parte do Instituto WCF do Brasil.

**O SR. ITAMAR GONÇALVES** – Boa tarde a todos e todas. Em nome do relator Carlos Bezerra, gostaria de cumprimentar os Vereadores, os meus companheiros da sociedade civil e começar parabenizando pelo trabalho que foi realizado. Sou do Instituto WCF Brasil que trabalha, em especial, somente com essa temática, com a temática da violência sexual contra a criança e adolescente. Começar pela exposição do relator, pela seriedade com que – eu estou espantado, de fato – com o trabalho dos Vereadores, porque em momento nenhum eu escutei menor, escutei jargões do tempo do Código de Menores, que para nós, da sociedade civil, de fato, como foi dito pelo Vereador Carlos Bezerra, não é só uma questão conceitual, não. Ela se implica, também, na formulação da política e finalmente com destino dos direitos de crianças e adolescentes em nosso país. Então, nesse sentido, eu parabenizo o grupo que vem se atendo, mais a sociedade civil na construção, na trajetória desse trabalho. Fiquei também muito contente com a ampliação, que não ficou limitada à questão do pedófilo, por pura questão que já foi debatido aqui. Então, eu gostaria de marcar e me manifestar, dizer do quanto é importante a gente ampliar, de fato, para a questão da violência, e dentro da questão da violência sexual o desafio que nós temos num diagnóstico na Cidade é trabalhar a questão do abuso e trabalhar a questão da exploração. A gente vem acompanhando a mídia, há duas semanas, por exemplo, saiu a citação das agências de modelos – acho que todos viram – a questão da cooptação de adolescentes, através da internet, mas intermediada por agências de modelos. Sem dizer das situações das *lan houses* da nossa cidade, enfim, postos de gasolina, nós temos, enfim, várias situações. Em especial, venho no Instituto coordenando mais o trabalho, a gente está entrando na questão da moda, vamos de fato pensar na estruturação conjunta entre o poder público numa intervenção mais significativa nesse sentido. Venho trabalhando com meios de hospedagem, parece que São Paulo, não é, trabalhei muito no Nordeste, ultimamente, mas São Paulo é um foco extremamente importante para se trabalhar, não só como código de conduta, que é o que a gente vem trabalhando com grandes redes hoteleiras, mas trabalhar nessa intervenção, que a Vereadora Sandra dizia, qual é a nossa ação? Então, tem o que se fazer, a gente vem de uma experiência com uma rede importante, que tem 73 hotéis nessa rede, trabalhando a formação desses profissionais, criação de manual de procedimento interno dessa empresa e, por fim, a implementação de um código de conduta nas cidades. No caso de São Paulo, a gente sabe do turismo de negócios e os grandes eventos que acontecem na Cidade. Começamos a trabalhar com um grupo de *flats* daqui, após a formação desses profissionais, na semana seguinte, eles demitiram um

funcionário porque estava permitindo, tentando que uma adolescente acompanhasse um hóspede naquele espaço. São questões que estão expostas, a gente já discutiu a questão de cultura e outras situações. A minha sugestão, a Dalka, na fala dela, ela traz um aspecto importante que eu queria estar reforçando, eu queria acrescentar que quando se fala da Secretaria, aliás, para minha admiração - como sociedade civil organizada, através dessa organização que eu trabalho -, o meu espanto de a gente não ter no Plenário, numa apresentação de relatório, embora das dificuldades do nosso dia a dia, da tem a ausência do CMDCA, da presidência do CMDCA, ter a ausência do Comas, ter a ausência da Smades, nem vou me estender à Saúde e à Educação que eu acho que também, se a gente está trabalhando em rede, como têm os trabalhos que nós estamos trabalhando com a formação dessas redes, através de laços da proteção, esse trabalho que o Vereador citou, com relação à formação dos profissionais. Aliás, se me permite um parêntese, esse trabalho foi extremamente significativo na formação dos educadores e, graças ao empenho do Vereador, uma gestão junto à Educação, e que gerou dessa intervenção junto aos educadores, gerou, nós temos mais 30 projetos na Cidade que serão desenvolvidos através desses profissionais que fizeram a intervenção direta, o quanto é importante. Mas eu, de fato, enquanto sociedade civil, estou muito espantado com a ausência desses. Gostaria de lembrá-los, também, eu não vi na fala, que CMDCA se ele é um formulador da política o diagnóstico passa por lá, então, não ficaria restrito à Smades, não. Eu acho que o ofício ele deve seguir, também, o questionamento, e os números com que base vem sendo formulada a política. E falo isso na condição de CMDCA, somos parceiros na execução de um projeto na Cidade, nós tivemos de falar de quanto nós íamos, qual era a nossa meta, como que nós terminamos. E o nosso compromisso, inclusive, de sistematizar essa experiência ao final do nosso trabalho. Então, como foi citado pelo Vereador Floriano, parceiro de longa data nesse tema, nós construímos juntos com a Abmp o fluxo do atendimento é um material que, a princípio, nós pensamos em até dar uma distinção nesse material e fazer o fluxo devido, o fluxo real, o que diz a lei e o que nós queremos no futuro. Nós conseguimos fazer somente o que se dispõe, ou seja, o que a lei, as convenções, estatutos, as leis municipais estão trazendo. E a minha sugestão, inclusive, nós começamos esse trabalho na época da promotora da Laila, que é uma das que traz essa contribuição no documento, ela era presidente da Abmp na época, hoje a presidência está com o Eduardo Melo, que é um juiz lá de São Caetano e que pudesse, sim, a Abmp ser convidada para apresentar esse material, disponibilizar o material, se é que não foi, para a Comissão, enfim, está certo? Nós, do Instituto, também temos o material e poderemos disponibilizar à vontade. No mais, agradecer o convite, a abertura da Casa, eu acho que é este o papel, de fato, da nossa Câmara Municipal. Fico contente em saber do empenho e do zelo com que foi cuidado o material, novamente, queria cumprimentar o relator, o Vereador Carlos Bezerra, pela forma como foi apresentada, respeitosa, ouvir sistema de garantias de direitos, quer dizer, saber que esta Comissão tem o entendimento desse sistema, e que tem o entendimento da terminologia que nós estamos trabalhando nos deixa, de fato, muito satisfeitos em entender que, de fato, a gente vai avançar na formulação da política de defesa dos direitos de crianças e adolescentes no nosso município e contribuir, também, com o País, porque tem um equívoco bem grande no debate nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Muito obrigado, Itamar Gonçalves, queria passar a palavra agora para a Glória Mota.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Lógico, é Cláudia, não é? Lúcia, desculpa, lógico, Lúcia. A Lúcia e a Cláudia, inclusive, acompanham a CPI desde a instalação da CPI.

**A SRA. LÚCIA** – Boa tarde a todos os presentes, também gostaria de começar parabenizando o conteúdo do relatório. Queria só reiterar o que o Itamar falou, eu concordo plenamente, e o relatório, Mirian, dá uma resposta a sua indagação. O jeito que se tratou e, de fato, crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito, diferentemente do que a gente tem visto, o Itamar toca nesse assunto, quer dizer, sem expor e, na verdade, com uma intenção, de fato, de averiguar, de entender, pensando em respostas para esse enfrentamento, acho que já é um bom caminho e, de fato, transparece uma preocupação com os direitos dessas crianças e adolescentes. Eu aqui queria um pouco dar notícia em relação à Comissão, à Cmesca, na qual eu participo, represento o Conselho Regional de Psicologia, a Glória e a Carol, acho que as duas notícias eram essas: o plano foi aprovado, tanto no Comas como no CMDCA. Só para quem não acompanhou essa discussão, o CMDCA e o Comas fazem parte da Cmesca, portanto construíram isso juntos. Na verdade, era só uma formalização que a gente estava aguardando e, nesse momento, imagino que a Secretaria esteja fazendo todo um trabalho de tramitação para que a Secretária, de fato, também, encaminhe para o Gabinete do Prefeito para que ele seja publicado. Então, precisa de uma assinatura da Secretária e, consequentemente, do Prefeito. A outra coisa que a gente chegou a estar se debruçando no Cmesca é trabalhar um pouco as atribuições do Cmesca. Imagino que os vereadores tenham tomado conhecimento, ela tem uma confusão de papéis. Ora se mistura com um programa de conscientização, de autoria do vereador, e ora se confunde, de fato, com decreto publicado, e, na verdade, ali fica muito claro que ela só tem o papel de implementação, de construção do Plano Municipal. E a gente entende que não. Agora ela tem de pensar como implementa isso, monitorar, fiscalizar e avaliar esse Plano Municipal. Então a gente neste momento, de mudança, pensando no novo decreto para justamente garantir essa atribuição da Cmesca. Se os vereadores me permitem, eu gostaria de dar uma sugestão em relação ao Disk 100. Acho que é desnecessário ir até – claro que se quiserem conhecer o fluxo em relação ao Disk 100, claro que vale a pena uma ida à Brasília – mas todas as informações, e isso acontece para todos os municípios, o Disk 100 encaminha para o município e o município redistribui a informação do Disk 100. Hoje, em São Paulo, a responsabilidade em relação às informações do Disk 100 é do CMDCA. Então, hoje, a responsabilidade legal com essas informações é como CMDCA. Então, acho que abreviaria e muito, o trabalho da Comissão ir direto na fonte municipal dessas informações. Acho que em Brasília vocês poderiam conhecer o fluxo, como que tramita, como é o cuidado que o Disk 100 tem com as informações, como que isso é repassado para os municípios, enfim, conhecer de perto esse programa. Mas eu acho que, na verdade, para o propósito da CPI o mais adequado – é uma sugestão – ir ao CMDCA. Ai já consta, também, que o CMDCA também está preocupado com as informações do Disk 100, tanto é que no eixo enfrentamento à violência sexual, o CMDCA acho que tem 12 eixos eleitos pelo CMDCA como prioridades, um deles é o enfrentamento da violência sexual da criança e do adolescente. A tarefa que a Comissão que ficará responsável por esse eixo vai ser justamente cuidar das informações do Disk 100, que chegam ao CMDCA. Então, eu acho que talvez seja interessante até conhecer um pouco qual que é a intenção do CMDCA com relação a essas informações e tal. Por último, eu só gostaria de retomar a conclusão do relatório da CPI que aponta para uma faixa de fragilidade da rede. Acho que, de fato, o nosso foco, daqui para frente, tanto da Cmesca, como a partir do relatório da CPI, deveria um pouco trabalhar nesse sentido, que é de pensar em estratégias comuns de parceria, já que temos vários entroncamentos em relação a essa rede de enfrentamento, como que a gente, de fato, consegue articular essa rede para colocar, implementar e implantar o Plano Municipal. Acho que a visita da CPI na Cmesca a gente pode pensar como estratégia, para se pensar essa nova fase que é de implementação, caso publicado o Plano, e a conclusão que a CPI chegou diante de toda realidade que foi investigada.

Acho que é isso, obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Qual é o seu nome, por favor? Fale só o seu nome e o local para ficar nas notas taquigráficas.

**A SRA. MARIA DO CÉU** – Sou Maria do Céu, do Conselho Tutelar Penha. Só que o Disk 100 encaminha direto ao Conselho Tutelar, por fax.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Disk 100 encaminha direto ao Conselho Tutelar.

**A SRA. MARIA DO CÉU** – Concomitantemente às Delegacias da Vara da Infância, mas o Conselho Tutelar recebe imediatamente o fax quando chega denúncia no Disk 100. Está bom.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito. Mas nós mandamos um requerimento aos Conselhos Tutelares, que até a Juliana Cardoso, Vereadora Juliana Cardoso fez o levantamento e não vieram as denúncias do Disk 100.

**A SRA. MARIA DO CÉU** – Vou falar pelo meu Conselho Penha que, inclusive, recebemos. O Conselho Penha recebeu, nós temos a questão da demanda do diagnóstico e estamos em fase de implementação do SIPIA, que todos sabem que é um sistema de informação, e está, realmente, já sendo efetivado e assim que ele estiver posto no Município, nós poderemos responder com maior qualidade, porque nós não estamos tendo tempo e a maneira correta e o instrumento correto para responder. Então, nós respondemos, mas estamos procurando de que forma, porque o pedido quem faz a violação, onde, tem alguns pedidos da sua parte que a gente não tem no nosso instrumento e estamos verificando.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Perfeito.

**A SRA. MARIA DO CÉU** – Mas assim que o SIPIA ficar implementado no Município, esse diagnóstico e essa demanda serão fáceis a todos. Nós trabalhamos melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Está OK, obrigado. Queria suspender a sessão por dois minutos, para lermos os requerimentos e organizarmos os requerimentos que vão ser votados hoje. - Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Tem a palavra o nobre Vereador Gabriel Chalita.

**O SR. GABRIEL CHALITA** – Obrigado, Presidente. Gostaria de abrir a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos cuja pauta é apenas o nosso plano de trabalho para o semestre. Em relação à importância desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil vamos transferir para uma reunião dos Vereadores que fazem parte para discutir a pauta e para que possamos dar tranquilidade à conclusão dos trabalhos desta comissão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereador Chalita que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa.

Temos alguns requerimentos a serem votados e gostaria de pedir à secretaria que lesse os papéis. - É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Marcelo Aguiar solicitando as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária do dia 18/06/2009).

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Se todos estiverem de acordo. Aprovado. - É lido o seguinte: (requerimento à Cmesca – Eliane Schutt)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estão todos de acordo. Aprovado. Obrigado, secretaria. Não temos mais nada a tratar nesta sessão...Pela ordem, nobre Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para fazer o registro final. Primeiro, agradecer a todos que participaram e que estiveram ativamente participando dessa reunião, da elaboração e da construção desse relatório parcial e deixar claro a nossa expectativa, aqui, no conjunto de Vereadores desta CPI, de um relatório interventivo, propositivo e efetivamente transformador, particularmente, no tocante à questão da rede e dos fluxos e da política pública de enfrentamento à violência sexual contra a criança. Quer dizer que as colocações que foram aqui feitas a partir daqueles que participaram do debate serão acolhidas no relatório e serão acolhidas como sugestões ao ordenamento do trabalho dessa comissão. Queria, aqui, em nome dos membros desta CPI, hoje, por ter tido o privilégio de apresentar o relatório, como relator, queria agradecer a participação de todos e a efetiva contribuição dos senhores e das senhoras e também dos Vereadores. Gostaria de cumprimentar mais uma vez o Vereador Marcelo Aguiar pela oportunidade do tema proposto e pela oportunidade do pedido da CPI, enfim, por proporcionar essa discussão que acontece, hoje, na Câmara, e que tenho certeza de que terá um resultado muito positivo naquilo que toca o direito das crianças e adolescentes na nossa cidade. Queria fazer uma observação final, uma proposta, Sr. Presidente, primeiro, fazer uma ressalva que julgo ser importante. Quando faço críticas, como relator, e faço constatações do mau andamento em relação ao encaminhamento dos ofícios, o acompanhamento, o quadro de acompanhamento dos ofícios, queria deixar claro, aqui, publicamente, que não o faço de maneira personalista, ou seja, não o faço voltado para alguém ou para alguma pessoa, até porque sei do trabalho e do trabalho de superação de funcionários desta Casa que se superam, muitas vezes, dispendo de estruturas precárias, mas faço o apontamento e a ressalva sempre no sentido de que, de colocar que, também, necessitamos de que esta Casa, do mesmo jeito que temos cobrado do Poder Executivo, que esta Casa tenha um olhar diferenciado para esta CPI disponibilizando melhores estruturas, disponibilizando estrutura que possa efetivamente dar celeridade aos trabalhos. E, neste momento, faço uma proposta, que V.Exa., como Presidente, pudesse convocar a mim, ao Vice-Presidente, aos membros que se interessarem, a que tenhamos uma reunião, mais breve possível, com o responsável da secretaria desta comissão, responsável da Casa na secretaria desta comissão, para que tenhamos uma melhor sintonia e para que possamos fazer com que haja um melhor andamento dos trabalhos a partir do entendimento e, também, ouvindo as dificuldades daqueles que, hoje, tentam fazer de tudo no sentido de se superarem apesar de todas as dificuldades estruturais que temos tido em relação ao bom andamento dos trabalhos desta CPI. Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Fica aqui o meu reconhecimento aos trabalhos dos Vereadores, reconhecimento pessoal e particular ao trabalho da assessoria que nos deu condições para que apresentássemos esse relatório. Esse é o trabalho de uma equipe que vem se esforçando, trabalhando, que tem anos de luta e militância, enfim, é um trabalho também daqueles que se envolvem com a causa e trabalham nos oferecendo sugestões, contribuições e, particularmente, senti-me muito honrado pelo privilégio de, nesta tarde, poder ter apresentado os resultados no relatório parcial. Encerro a minha fala fazendo a última ressalva do dia porque o dia de apresentação de relatório parcial, realmente, foi um dia de emoção, mas eu não citei o último *slide* da apresentação, não sei se dá para a gente apresentar, mas a gente começou com uma reflexão inicial – sem problemas, acho que temos a cópia – falando da importância de se lembrar e trazer a pauta usando o *slogan* da campanha nacional do Dia Nacional de Combate ao Enfrentamento e queria encerrar a minha fala, no dia de hoje, com a fala que parafraseamos do Mahatma Gandhi que sirva como reflexão aos que hoje deixam a Casa, a nós, membros da CPI, enfim, a todos aqueles que participaram e participam deste momento na nossa cidade e a reflexão final que fica, como disse, parafraseando Mahatma Gandhi: "Existem dois momentos que não podemos mudar: o passado e o futuro. Há, de certo, o único tempo possível de mudança: presente. Por esse tempo, só nós somos responsáveis". Que Deus nos ajude, Sr. Presidente, a cumprimos aquilo que nos dispusemos no trabalho desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Antes de terminar, gostaria de parabenizar o nosso relator Bezerra pelo belíssimo trabalho e pela importância dos trabalhos que antecederam esta CPI que trouxe o plano municipal, como já mencionei no início; ao nosso secretário que já foi secretário, Floriano Pesaro, que é um militante também nesta área e com muito conhecimento; Juliana Cardoso, que sabemos do trabalho que ela realiza na cidade de São Paulo e a todos os assessores que nos ajudaram e participaram, até aqui, ao longo desse relatório parcial, e também falar o quanto foi importante a ampliação deste nome, a ampliação da nomenclatura da CPI que nós, no começo, queríamos manter aquela nomenclatura da CPI da Pedofilia e, depois, nós entendemos o tamanho e a dimensão de quanto isso seria importante. Foi saudável e muito importante para os trabalhos desta CPI. Parabéns ao nosso relator e não tendo mais nada a declarar nesta reunião, dou como encerrada. Lembrando que nós teremos uma extraordinária no dia 12 que será uma diligência, nós iremos a Cmesca, e também a ordinária que fica para o dia 20, no mesmo horário, às 11h, neste plenário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 20 de agosto de 2009

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Bom dia a todos. Declaro aberta uma reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

Ontem tivemos uma reunião, uma diligência. Esta Comissão saiu em diligência ontem para uma reunião ordinária do CMESCA, à qual compareceram os Vereadores Quito Formiga – que está aqui, nosso Vice-Presidente –, nosso Relator Carlos Alberto Bezerra, Floriano Pesaro, Juliana Cardoso não pôde estar presente, mas mandou seu representante, a Sandra Tadeu e o Vereador Netinho de Paula. Fomos lá ontem para colhermos informações que faltavam para os trabalhos do Relator desta Comissão.

Tivemos uma surpresa muito grande ontem nessa reunião, porque tivemos a presença da Secretária Alda Marco Antônio, que acabou nos informando a respeito da publicação, da aprovação em *Diário Oficial* do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Abuso Sexual Infanto-Juvenil do nosso querido Vereador Carlos Alberto Bezerra. E ontem, nessa reunião, nossa Vice-Prefeita e Secretária foi muito sensível ao fazer um compromisso com esta Comissão para publicar o Plano na íntegra, oficialmente, no *Diário Oficial*. Sendo assim, esse plano se torna oficial e podemos dar andamento àquilo que é uma luta dos Vereadores militantes nessa área, que é o plano municipal.

Vemos isso como um grande avanço, algo muito importante ao trabalho desta CPI, principalmente aos integrantes que fazem parte desta comissão, principalmente pela sensibilidade da nossa Secretária e Vice-Prefeita Alda Marco Antônio. Ontem, os Vereadores acabaram fazendo uma alteração na agenda, inclusive em decorrência dessa reunião ordinária do semestre e, sendo assim, hoje os trabalhos que seriam uma reunião ordinária normal, eles acabaram passando seus compromissos para o dia de hoje.

Entramos aqui num acordo junto com todos e apenas abrimos uma reunião de trabalho para passar várias informações para algumas pessoas que fazem parte sempre desta Comissão, nestas reuniões.

Sendo assim, não temos nada para deliberar no dia de hoje, a não ser passar essa informação de como foi o dia de ontem. Maiores detalhes, acho que é bom estarem todos os Vereadores presentes, porque são detalhes importantes, que dizem respeito à Câmara Municipal e também do que aconteceu. Mas vamos tratar isso na próxima reunião, que será realizada no dia 3 de setembro de 2009, às 11h, neste local. Se houver alguma reunião extraordinária, será no dia 27, mas todos serão informados.

Vereador Quito Formiga tem algo a declarar? (Pausa) Quero agradecer a presença de todos os assessores – estão todos aqui, no plenário.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião.

FL. Nº

136  
Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 20/2009

CMSP – CPI-PEDOF

Alfredo de Campos Adorno - RF 11.103



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA/EXTRAORD.AUDIÊNCIA PÚBLICA/etc.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17 de setembro de 2009

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar) – Declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da**

Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Com a presença dos Srs. Vereadores: Marcelo Aguiar, Sandra Tadeu, Quito Formiga e Floriano Pesaro.

Declaro que hoje estaremos saindo em uma diligência para os CREAS. Estaremos numa diligência com todos os Vereadores que fazem parte desta CPI ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Vila Prudente e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social do centro da cidade, na Avenida Tiradentes, 749, Bom Retiro e também na Rua Manoel Nunes Siqueira, 562, na Vila Prudente.

Um comunicado também de justificativa de ausência da Vereadora Juliana Cardoso do dia 19/09/2009 que se encontra ausente por problemas pessoais.

Não tendo mais nada a declarar, segue em diligência a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para os CREAS e declaro encerrada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

FL. Nº 138  
Anexo – Notas Taquigráficas  
Proc. nº 20/2009  
CMSP – CPI-DANOS  
Alfredo de Campos Adorno - RF 11.103

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE  
PEDÓFILOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº  
19/2009)

PRESIDENTE: MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 05 de novembro de 2009

**OBSERVAÇÕES:**

- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Com a presença do Vereador, relator desta CPI, Carlos Alberto Bezerra; eu, Presidente Marcelo Aguiar; e alguns Vereadores que estão a caminho, Floriano Pesaro, Netinho de Paula. O Vereador Quito Formiga tem um compromisso, hoje, fora da Câmara e vai tentar chegar até o final desta reunião. Hoje, nós temos na pauta da reunião a apresentação do relatório da assessoria técnica que vai ser realizado pela Simone Fantucci, que trará para nós a análise qualitativa e quantitativa para esta CPI e também a convidada de hoje que é a Neide Castanha, Presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. Eu queria já aproveitar, para ganharmos tempo, enquanto a nossa convidada está chegando e os demais Vereadores, já queria passar para a Simone Fantucci que vai fazer a apresentação da análise quantitativa e qualitativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Passo a palavra para a Simone Fantucci.

**A SRA. SIMONE FANTUCCI** – Bom dia, Srs. Vereadores, bom dia a todos os presentes. Vereador Marcelo, gostaria de pedir a sua licença, antes de apresentar o trabalho, gostaria de fazer duas retificações a respeito desta análise. A primeira delas é que no trabalho entregue no dia 29, que vocês devem ter em mãos, não foi anexado, não foi junto os anexos que são referentes a algumas informações referentes a demanda. A segunda retificação, que está na página nove, é referente a um dado sobre o número de requerimentos de informações que, ao invés de 92 ofícios, são 93 ofícios. Só isso. A estrutura deste documento é constituída de uma pequena introdução, depois a metodologia que foi empregada para esta análise, os aspectos quantitativos da análise dos dados, os aspectos qualitativos e algumas considerações finais. A primeira questão que é sobre a introdução, eu gostaria de fazer uma pequena lembrança de como foi a instalação desta CPI.

- É lido o seguinte: (a questão da pedofilia era recorrente em matérias de jornais)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu queria agradecer à Simone. Pergunto se algum membro da Comissão tem alguma pergunta a fazer a ela. (Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Na verdade, não desejo, neste momento, fazer nenhum questionamento. Minha fala é muito mais no sentido de cumprimentar a Assessoria Técnica da Casa e reconhecer seu belíssimo trabalho realizado a partir dos dados, das informações coletadas durante esses oito meses de trabalho. O que reforça, Sr. Presidente, na minha avaliação pessoal, o acerto desta Comissão no caminho que ela tomou por opção. Logo de início, fizemos a opção por uma CPI não de caráter policialesco ou de espetáculo, mas por uma CPI responsável e com um traço diferencial, que é o da intervenção social. E ao ver o trabalho hoje apresentado pela Assessoria Técnica desta Casa - de análise qualitativa e quantitativa dos dados, das informações, das opiniões, das sugestões de cada um dos Vereadores, de cada um dos mandatos que trabalharam com suas assessorias, que acompanharam as diligências, que fizeram os aportes, enfim, os dados estatísticos, a participação de cada um dos convidados -; ver, hoje, o que vemos sendo aqui apresentando, sem dúvida nenhuma é um grande estímulo para efetivação e consolidação de um relatório que, na minha opinião, será interventivo. Será um relatório claro, concreto, conciso e forte. E, sem dúvida nenhuma, quem ganha com isso, em especial, são as crianças e adolescentes da nossa cidade. Então, quero deixar aqui o registro do meu cumprimento pelo belíssimo trabalho realizado. Sem dúvida nenhuma, é um aporte mais do que importante; eu diria fundamental para a finalização do relatório que todos os Vereadores membros desta CPI desejam e que, ao final das contas, trará um grande benefício, um grande avanço em relação à temática do enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Quero agradecer à Simone Fantucci. Obrigado pela belíssima apresentação do relatório qualitativo e quantitativo desta CPI. Quero também informar a presença do Vereador Netinho de Paula e também do Vereador Floriano Pesaro. Hoje temos uma convidada, que é militante nessa área. Hoje ela faz parte da Presidência do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente. Trata-se da Neide Castanha. Bom dia. É muito bom tê-la aqui conosco. Na verdade, todas as suas posições diante desse enfrentamento – a criança, o adolescente, a mulher -, dispensam qualquer comentário em vista desse currículo maravilhoso que você tem. Queria agradecer a sua gentileza e sensibilidade de fazer parte hoje para ajudar nos trabalhos, nesse término de CPI contra a violência sexual infanto-juvenil e também contra a pedofilia. Obrigado pela sua participação. Quero já passar a palavra à nossa querida Neide Castanha.

**A SRA. NEIDE CASTANHA** – Obrigada pelo convite. É um prazer estarmos aqui hoje participando deste momento, deste debate; mas, sobretudo, pela importância desta Casa na tarefa da responsabilidade de conduzir um tema dessa natureza. Com certeza, só venceremos a aspereza com que ele se manifesta se carregados da esperança de podermos enfrentá-lo. É com essa dimensão de responsabilidade que gostaria de cumprimentar o Presidente, Vereador Marcelo Aguiar. Cumprimento - e lhe agradeço imensamente a oportunidade - o Vereador Carlos Alberto Bezerra; e os Vereadores presentes, que compõem a Comissão, Floriano Pesaro e Netinho de Paula. Também queria estender os meus cumprimentos a essa equipe técnica de relatoria por esse trabalho que acaba de apresentar, que, acho, começa realmente a dar um significado ao que a gente chama de composição dos campos de saberes e responsabilidades, onde nós podemos juntar Ciência e Política, militância e consequência na busca de uma questão que, inegavelmente, diz respeito a todos do ponto de vista de responsabilidade. Estamos acabando de vir do aeroporto, de uma outra tarefa em que estávamos, nesse caminho de fortalecimento da rede de enfrentamento à questão da violência sexual, da região Sudeste. Lá estava representado o Estado de São Paulo e próprio município de São Paulo. Cumprimento todo esse esforço, cumprimentando quem está ali conosco na platéia – a companheira Lúcia, que é da rede de enfrentamento à violência sexual do Estado de São Paulo, que deve ter vindo num voo anterior ao meu e aqui está novamente em sua tarefa, em seu compromisso – e todos os que assistem a esta sessão. Eu preparei... Porque, quem me conhece, sabe que tenho algumas dificuldades. Acho que elas conseguem inibir a minha possibilidade de uma contribuição com qualidade, que é de falar demais, e que acabo me perdendo nas minhas falas. Mas eu tenho uma desculpa para elas, para ela, essa minha atitude, que me anima muito, viu Presidente e o Relator da Comissão, nessa minha caminhada. É que o contato tão direto com as realidades e com sujeitos vivos em que transita essa perversidade tão democrática, vi aqui pelos dados apresentados no relatório, e eu fico vendo a realidade que aponta nuances diferentes, mas essências tão iguais, nos pequenos, médios, grandes municípios; na zona rural, na zona urbana, na Tailândia, em Amsterdã, Nova York, enfim. E como é que nós vamos assumir todas crianças como nossas? Então, a minha desculpa, talvez, é porque eu apenas sou jovem a mais tempo. Então, por isso, pude ir acumulando um pouco da história, que fico com muita vontade de passá-la para cada homem, cada mulher de bem, que se coloca dentro dessa luta com a responsabilidade de enfrentar. E a outra coisa que me anima e me dá força de estar sempre querendo estar muito disponível para esse debate é que não mata a minha indignação. A cada dado, a cada relatório, a cada questão que vemos ou ouvimos mais aguça a nossa convicção de que estamos diante desse problema tão áspero, mas que também acende uma esperança infinita de que somos capazes sim de enfrentar. E estou dizendo isso porque penso que esta iniciativa desta Casa, esta iniciativa deste Município, para essas crianças, que é georreferenciada, e é apenas isso, porque nós estamos com essas crianças nessa situação em qualquer canto, em qualquer lugar; vem harmonizar a uma perspectiva de uma linha de contribuição e de uma linha de uma política de enfrentamento iniciada desde 92, que é o Parlamento se colocar naquilo que é de sua competência, naquilo que é de sua ferramenta, a serviço... olha só que bonito, olha para cima. (Risos)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Falando em criança, hoje nós estamos recebendo aqui uma visita especial. Daqui a pouquinho vou pegar o nome do colégio e da professora que está junto. (Pausa) Olha, é o Colégio Sagrado Coração de Jesus, da Pompéia e a professora é a Fabiana, que está aqui hoje nos visitando. Queria pedir uma salva de palmas para a Professora Fabiana e para os alunos que hoje nos presenteariam aqui no Parlamento, uma visita tão especial, essa preciosidade que são as crianças do nosso Brasil, principalmente aqui da cidade de São Paulo.

**A SRA. NEIDE CASTANHA** - Sejam bem-vindos. Obrigado pela presença mesmo. Então, eu dizia, eu vou sempre me confundir chamando os Vereadores de Deputado, os Deputados de Vereadores, chamando o Senador de Deputado. Eu só nunca fui chamada de Senadora nem de Deputada, porque aí é verdade. Mas, além da força do Parlamento, que eles nos representam, é verdade, tem um caminho, é o caminho. Mas, Vereador Carlos, quando nós entendemos que, nesse esforço de enfrentamento da violência sexual, o Parlamento reconhece a sua possibilidade, a sua legitimidade e a sua competência, de modo objetivo e sério, de poder fazer uma intervenção, começamos a compreender que um caminho da civilidade começa a se colocar em movimento. Eu tenho tido uma verdadeira peregrinação – mês passado, estive no Acre – pelas Câmaras de Vereadores, porque a experiência do comitê mostra inequivocamente que são as iniciativas locais, as intervenções a partir das bases reais da vida do cidadão, que podemos realmente formar uma forte corrente que nos possibilita ter uma solução de âmbito nacional. Então a minha esperança, depositadas as nossas esperanças e as nossas certezas que desta CPI podemos sim partir para condições mais objetivas de fazer esse trabalho de enfrentamento à violência sexual no Município de São Paulo é uma realidade, a partir desta CPI. E, aliás, eu fiquei muito impressionada, muito impactada com o relatório, quando a gente vê que ela já é uma realidade em movimento. Tratar de ter um município que já tem um plano municipal posto, um plano municipal assumido, e da forma como ele é construído, e se ter uma Comissão em que... Isso que eu chamo de juntar diferentes lugares de saberes para uma questão que diz respeito a todos, acho muito animador. Então, eu creio que as minhas contribuições aqui venham somar a este ânimo e essa possibilidade e não a trazer novidades, porque creio que o relatório pôde nos mostrar com que competência e seriedade este trabalho foi assumido. Uma outra observação que eu queria trazer antes de podermos dar alguma contribuição da perspectiva nacional é, Vereador Carlos, esse tipo de utilização dessa legitimação de uma CPI de que o caráter investigativo não é um caráter para sair tocando uma sirene na porta dos outros, ou seja, não é uma CPI para satisfazer nossa volúpia punitiva tão e somente, mas uma CPI que busca, na realidade, entender as possibilidades de um enfrentamento efetivo, considerando uma questão pertinente ao âmbito das políticas públicas. Nós estamos diante de um problema que não resolveremos numa relação dual da vítima e o culpado. Mas como é que isso se relaciona do ponto de vista de que as criaturas têm direito a outra vida? E que, para isso, essa novidade é que eu acho que começa a desenhar uma outra compreensão do papel dentro dos diferentes poderes públicos, ou seja, não é só o Executivo que pode pensar o que é o âmbito da política pública, e não é só o aspecto punitivo do Judiciário que pode devolver direitos e dignidade a pessoas; mas é essa articulação que compreende este fenômeno como fenômeno de todos. E, por fim, eu queria fazer um comentário de que a nossa perspectiva do Comitê Nacional é que nós estamos diante de um problema que diz respeito a todos. Por isso, a indicação da solução deve repercutir essa responsabilidade de todos. É como: estamos todos no mesmo barco para cuidar de todas as crianças, que somos nós. São nossas todas as crianças. Ou seja, inaugurar uma era da criança sem dono. A criança sem dono, ao contrário de termos uma síndrome do abandono, é uma criança que todos têm responsabilidade pelo cuidado com ela. Então, a qualquer momento que qualquer criança tiver sido vítima de qualquer crime de violência, temos toda responsabilidade por essa construção. Acho que um dia nós teremos em cada janela de cada casa, que mora ou não mora, seja ou não seja domicílio de uma criança, uma frase: "aqui se cuida de uma criança". Aí acreditamos que nós teremos a civilidade da perspectiva do que seja realmente uma perspectiva de Nação e é esse o tabu que se quer quebrar, de que criança não é o futuro. Criança é o presente, porque ela é a base emblemática do que queremos enquanto Nação. Foi um pouco com isso que essa... Eu gostaria de trazer para vocês, não do ponto de vista de que essa seja a grande contribuição para a conclusão de um relatório de CPI, mas a grande legitimação da necessidade da conclusão de um trabalho dessa natureza, que é um pouco da perspectiva de por que entramos nessa conversa, por que estamos onde estamos. E o Brasil efetivamente, mesmo diante de todas suas condições de adversidade, tem sido capaz de reação para, das suas iniciativas, buscar ocupar um lugar protagônico nessa luta mundial de combate à violência sexual contra a criança e o adolescente. E não é à toa que - é apenas uma ressalva e aqui novamente o Vereador Carlos Bezerra pôde estar conosco muito recentemente num trabalho internacional que o Brasil pôde promover, que foi a realização do III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, antes acontecido em Estocolmo, na Suécia, e em Yokohama, no Japão. Então, é um pouco desse esforço que surge esse movimento no Brasil e onde estamos e por que estamos. Eu gostaria de apresentar para vocês que nosso hoje temos o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. Essa política de enfrentamento ela tem... Ah, não está no meu computador para eu virar. (Risos) está ali. Ah, está bom. OK. Esse plano ele não surge de uma vontade nem de uma pessoa, nem de um iluminado, nem de um decreto, nem de uma espada na cabeça, embora, se pudéssemos achar que uma situação de uma perversidade dessa natureza deveria colocar uma espada na cabeça de cada um de nós, mas surge efetivamente de antecedentes históricos bastante significativos, que nos levam a compreender a necessidade de uma política pública para o enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente. Os antecedentes desse Plano, ele vai colocar, primeiro, que a violência sexual ela ganhou uma dimensão relevante na agenda pública. Isso é muito importante, porque, até então, há 20 anos, violência sexual contra a criança e o adolescente era uma coisa que ninguém podia pôr a mão - era igual briga de marido da mulher, ninguém pode pôr a colher -, porque isso fazia parte do mundo privado: é uma relação entre uma vítima e um agressor e pronto; e, no máximo, uma Justiça que dá conta dela, como aqui já foi apresentado pelo Relatório Técnico, uma justiça que dá conta numa dimensão de um problema de costume, contra o costume: faz mal para o nosso olhar ver uma criança violentada e não que a sexualidade é uma propriedade humana, como a inteligência, e é ela que está sendo ofendida, se falarmos do ponto de vista do crime; e, do ponto de vista da moral, violentado enquanto direito humano. Então, essa dimensão do público ela vai surgir exatamente para nos dimensionar a questão da violência como uma reconstrução dos direitos humanos. E isso faz tempo. Isso vem desde quando os tribunais internacionais vão avaliar os crimes de guerra, a violência sexual como crime de guerra. Então, após essa discussão, começa aqui a pensar a sexualidade como um atributo humano e não como uma coisa do costume, que vai fazer mal para os outros. Então, nisso já vai nos orientar que estamos falando de um enfrentamento que dá na dimensão do público e numa Política de Direitos Humanos. Olha, isso vai fazer uma diferença tão grande, tão grande lá quando a gente for fazer um CREAS, por exemplo, do entendimento do que estamos falando. E, já no princípio, em 59, na Declaração dos Direitos Humanos, já vai surgir que: "A criança - e o adolescente - gozará proteção contra quaisquer forma de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma". Depois, eu vou dar um dado, de hoje - como, de 59 para cá, por exemplo, essa realidade do tráfico se manifesta. Daí, damos um pulo e vamos ver vários anos depois que se institui o Ano Internacional da Criança, baseada a criança já como um zelo do público e merecedora de direitos humanos. Em 1989, vamos ter a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. A convenção, até hoje - fez 20 anos, estivemos em Genebra, o Brasil levou uma delegação para comemoração dos 20 anos da Convenção -, e vejam só como nós estamos respaldados em fazer uma política pública de enfrentamento à

violência sexual. Primeiro, uma curiosidade: o tratado Internacional, que é a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Estados membros das Nações Unidas, apenas dois países não firmaram a Convenção e é incrível como são dois cujas razões que levam devem ser extremamente diferentes, porque um trata-se dos Estados Unidos e o outro da Somália. Mas são os únicos dois países que não firmaram a Convenção. É o tratado mais firmado no âmbito das Nações Unidas. É o artigo número um da Convenção que diz assim, simplesmente isso: "São crianças todas as pessoas menores de 18 anos". Esse é o artigo número um da Convenção. E olhem, de 89 para cá, é costume, nos tratados internacionais - e quando isso é importante? Quando o país firma, vira lei nacional, vejam, ele tem força legal -, é comum que os tratados internacionais, depois, vão fazendo protocolos facultativos. Isso significa que retira daquele tratado algo que vai merecer um detalhamento e que vai dar a opção do país firmar ou não. Ele firma o geral e, depois, o detalhado ele vai concordar ou não. No caso da Convenção dos Direitos da Criança, o único artigo até agora que mereceu um detalhamento para, de novo, criar os pactos internacionais, foi o artigo 34. E o que é que ele vai dizer? Ele vai dizer: "Os Estados partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual". Olha, o protocolo ele vai surgir no ano de 92, me parece, se não estou enganada. Isso aqui tudo grave. Se a gente faz uma informação errada, depois escrevem errado. Depois, eu corrijo isso, se não for certo. Bem, o que eu digo é que está para lá da hora de fazermos valer aquilo que vamos firmando e o Brasil é signatário do protocolo facultativo do artigo 34. Essa relação do problema de todos, que diz respeito a todos também é uma tendência internacional. Por isso que, logo em 90, há a criação da rede ECPAT, da qual o Brasil também e São Paulo têm várias organizações da rede ECPAT, do qual o Brasil também faz parte é uma articulação internacional, nascida na Ásia, mais precisamente na Tailândia e nas Filipinas, para combater a prostituição infantil, a pornografia infantil, o turismo e o tráfico e que hoje tem assento, a rede ECPAT, no Conselho Econômico Social das Nações Unidas. Em 92, a gente dá um grande passo também junto ao movimento feminista, o movimento de mulheres, quando o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos e lá o reconhecimento das pessoas com direitos sexuais e os direitos humanos. E nas pessoas adultas. As pessoas, no âmbito dos direitos sexuais como direitos humanos. A Conferência de 93, já Conferência dos Direitos Humanos, vai tratar violência sexual e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural, ou seja, violência sexual por razões culturais e o tráfico internacional são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminados. Respalhada nessa rede internacional que trata dos direitos humanos, e que cada vez mais o movimento e juntamente o Brasil vai ocupando espaços nessas conferências, nesses espaços do debate internacional dos direitos humanos chegamos em 1996 com a organização do I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual da Criança e Adolescente. Aqui cabe uma ressalva da participação e do papel do Brasil. No relatório apresentando aqui vemos uma parceria e uma articulação com WCF Brasil. Esse congresso é articulado no âmbito do WCF Internacional. Onde a Rainha Silvia, em uma visita que fazia ao Brasil, na Bahia, acompanhado por nós, algumas ONGs, fica um pouco impressionada com a nossa ousadia, nossa fortaleza, a gente saía no carnaval baiano jogando panfletos, tentando falar com os turistas que aproveitasse o Brasil, suas belezas e que nossas crianças tinham o direito a lazer, que deixassem elas brincarem e não tivessem apenas um olhar de que ali estava diante de uma vulnerabilidade das crianças, porque vulnerabilizada pela fome, pela pobreza e até pelo sonho de uma vida melhor se atirava naquelas questões, era um panfleto bem pequeno. Lembro que subia no trio elétrico e dizia assim: "Não façamos igual a Pero Vaz de Caminha", e ninguém entendia nada. Ai um dia o repórter disse: "Neide o que fez Pero Vaz de Caminha?" Escreveu uma carta ao rei de Portugal dizendo que aqui tem mulheres lindas a vontade, podemos deitar com elas a qualquer hora... É longa nossa história de transformar as nossas belezas, inclusive das nossas mulheres e a nossa relação com a natureza, como exotismo inclusive da natureza, em um erotismo perverso e condenador da vida das pessoas a uma submissão, a uma exploração. E daí começa esse diálogo internacional esse congresso no âmbito da ONU surge por um esforço dessa personalidade real, de realza internacional, mas extremamente sensível com as questões brasileiras que pudessem trazer enquanto exemplificação para uma mobilização na ONU. Então o primeiro congresso, realmente, sai com os esforços, e eu assumi enquanto madrinha da Rainha Silvia, e que depois vem fazer a extensão do WCF no Brasil e que tem cumprido um grande papel conosco. O primeiro congresso tem um marco importante, porque estabelece uma agenda de ações, e naquele momento 122 países assinam a Agenda de Estocolmo, que nada mais é que estabelecer diretrizes para uma política de enfrentamento à violência sexual e denomina essas diretrizes de que os estados partes vão elaborar os seus planos nacionais e o plano nacional será elaborado partindo da compreensão de que a violência sexual é uma grave violação dos direitos humanos. Este é o grande marco da política de enfrentamento. Por isso que eu gostei muito, toda hora vou estar falando disso, do relatório técnico, quando ele transforma esse conceito, essa compreensão em os conceitos operacionais e traz a intersectorialidade como que vai dar consequência objetiva a uma concepção de que trata de uma violação de Direitos Humanos. E quem resgata o direito à dignidade? O que é uma violação dos direitos humanos? É quando a sua dignidade, a condição de sujeito de direito, sofre uma violência de forma absoluta, ou seja, é a negação do sujeito. É a inexistência do outro. E como é do ponto de vista de uma política você vai restaurar, ou resgatar esse direito de dignidade? Isso só é possível nessa perspectiva de uma intersectorialidade porque não é uma política de assistência social que vai fazer isso, nem a da saúde, nem a do Meio Ambiente. Essa intersectorialidade entendida no aspecto mais plural possível, que é essa perspectiva da responsabilidade de todos, qual é o papel da sociedade e dos poderes dentro disso e aí que surge o conceito de que combater a impunidade é garantir a proteção. Se não é revitimização. Achar que combate, que resgata o direito à dignidade numa volúpia punitiva é necessário, porém, ineficaz. E ao contrario é tão urgente quanto necessário compreender que só se enfrenta uma questão como essa se você restaurar a condição da existência do outro. Por que gente, me permite, se nós tínhamos há 20, 30 anos as nossas crianças, nossos adolescentes, sendo expulso da família, da escola, sem poder tratar da saúde, sem direito ao desenvolvimento da sexualidade e assistência da saúde reprodutiva em razão do tabu da virgindade. Se ficasse grávida a restauração da sua dignidade era um casamento forçado, quem não conhece a expressão "casou na delegacia", "casou na polícia", "casou na Justiça". Esse era o padrão moral do resgate da dignidade, ou seja, a negação de outro direito. No Século XXI estamos diante de que desafios da sexualidade? Qual é a política de saúde reprodutiva de educação sexual? Ora, se temos a compreensão de direitos humanos e que sexualidade é uma propriedade humana, costume dizer, com um inteligência, uma política de educação sexual é uma política para toda vida. Nasce com direito à educação sexual e morre com direito à educação sexual. E a gente pensa que isso é perspectiva teórica, ou análise sociológica de uma dinâmica da vida humana, mas como isso repercute na prática efetiva se nós não trouxermos a intersectorialidade e o homem enquanto sua dinâmica. Se vocês pegam os dados do Disque-Denúncia vai ver um percentual muito grande de crianças, e está a CPI que muitas vezes quer mostrar seus resultados, a verdade, onde diz assim: "Olha uma criancinha de dois anos, onde tinha um senhor senil de 70 anos que foi lá e abusou daquela criança". É verdade. A relação das pessoas mais idosas com crianças na mais tenra idade no abuso sexual é muito maior que imaginamos. Mas, por quê? Porque achamos que criança não tem sexo, ela não precisa de educação sexual, de se fortalecer e conhecer a sua sexualidade e o idoso já não tem mais direito à prática sexual. Então só lhe resta o caminho do privado, do violento e do escondido. Quando falamos de políticas preventivas nessa dimensão, é muito mais complexo, não é impossível, do que achar que podemos transitar nos tabus da moralidade que fizeram desde os casamentos forçados. Há outras invenções que então nos afastamos do paradigma da condição humana do direito à sexualidade, respeitada a condição do desenvolvimento à sexualidade protegida e sadia. Não é que sexualidade tenha idade. Mas as crianças têm idade à

142

informação conforme a sua maturidade e desenvolvimento. Essa pedofilização da infância que existe por aí, esse pandemônio da erotização não tem nada a ver com o respeito à liberdade ao direito da sexualidade. Precisamos discutir mídia e sexualidade, comunicação e sexualidade, família e sexualidade, dentro de uma perspectiva de política de educação sexual para todos. Porque o que vai opor a violência é o direito. Nada mais importante do que compreendermos que um plano de ação, que quando estamos falando de violência sexual isso significa falarmos de abuso e exploração sexual que têm várias nuances, inclusive a pedofilia. Não podemos tratar violência sexual como sinônimo de pedofilia. Esse acerto acho que esta CPI já fez de cara. Não podemos - por ter a urgência que é necessária que tenhamos de conscientizar a população -, não podemos desinformá-la. Não podemos passar informações equivocadas. Se entendermos que qualquer dessas formas trata-se de uma violência, ou seja, o que explica explorar ou abusar da sexualidade do outro é uma relação de violência. É isso que explica. A categoria que explica existir isso é a violência. Qual é a necessidade dessa compreensão? Primeiro, ao se tratar de violência é uma dimensão do público. É uma responsabilidade de todos e do Poder Público. É igual combater a violência igual a do assalto, do tiro no ouvido. Trata-se de uma violência, não é problema do outro. Segundo, tirar do campo da moral para colocar no campo do direito. Não vai falar assim: "Aquele foi violentado porque seduzia o outro, insultou a lógica da masculinidade, insultou a virilidade. A culpa foi dela!" Tem criança de seis meses sendo culpada! Erotizou a masculinidade incontrolável. Estou falando sério. Se vocês pegarem o relatório da CPI de 2004, tem um capítulo que se dedica à análise das sentenças judiciais e estará escrito: "que só aconteceu porque a criança tinha uma calcinha de babadinho e que isso erotizava a masculinidade incontrolável!" Por quê? Porque trata a questão no aspecto da moral e não no aspecto do direito. Se você entende que isso é violência, o que opõe à violência é o direito! A política vai procurar resgatar o direito. Por isso que não temos mais o crime contra o costume. A Câmara dos Deputados já aprovou a lei que passa para o campo dos crimes contra a pessoa. Não são nossos costumes que estão sendo ofendidos. É igual o crime contra a vida. O atentado à vida. É assim que entendendo como violência, e o que vai resgatar é o direito, que aquela menina que está lá nas rodovias, como o Programa da Mão Certa aponta, na boleia de um caminhão, por um prosaico picolé do posto de atendimento ou por o 1,99 da propaganda das estradas, não vamos dizer que lhe falta vergonha na cara! Falta-lhe direitos. Olha como muda! Olha como compreender do que estamos falando modifica a condição da intersetorialidade. É por isso que fará sentido que os tribunais compreendam que há uma complexidade e uma condição multifacetária para este fenômeno que vem desde a necessidade para sobrevivência, da fome, da falta de emprego, da condição da família sem oportunidade da proteção mais integral por razões interpessoais ou por razões estruturais, da droga, dos costumes. Há várias coisas. Quem não conhece o grande costume da formação brasileira de trazer a pessoa pobre para a casa de uma menos pobre ou para a casa de um rico e ali ela virar objeto de várias satisfações, inclusive a sexual? E não está tão longe, não. Em Belém do Pará o comitê fez uma investida e nós ganhamos. A primeira morte registrada por abuso sexual doméstico que não é do pai na exploração, por servir um adolescente do interior, que veio para uma casa na capital, para servir aos homens daquela família e não aguentou e se suicidou! Estamos falando de um ano atrás! Se quisermos falar em São Paulo, quem não acompanhou as barbaridades de Porto Ferreira? Fiquei lá quinze dias direto. Se tivermos uma compreensão conjunta sobre o que estamos falando, estamos falando de violência, e o que resgata são os direitos e a possibilidade desse resgate é nessa lógica da intersetorialidade, na sua forma mais plural, que envolve todos os setores dos poderes públicos e que envolve a responsabilidade da sociedade, a gente começa a ganhar consequência em uma luta que sai do plano do pensamento, do plano do ideal de direitos humanos para ser uma possibilidade real de proteção de crianças e adolescentes. Não precisamos só de planos nacionais, de planos estaduais e de planos municipais. Precisamos de planos que respondam a uma realidade, mas respondam à realidade com uma dada convicção do que a que estamos combatendo. Precisamos combater a impunidade, mas, antes de tudo, precisamos reconhecer este sujeito na sua condição de existência. Daí muda tudo. Daí muda completamente porque não iremos apenas - desculpem vereadores - fazer lei que coloca pena mais alta, mais gente na cadeia. Não queremos uma cidadania com grandes cadeiões. Queremos uma cidadania em que as pessoas tenham relações civilizadas, em que o direito alcance todos, em que a cidadania seja um patamar necessário. Daí tenho convicção de que o esforço municipal é muito mais eficaz do que qualquer plataforma, por melhor que seja, do âmbito nacional. Não quero dizer com isso da isenção da responsabilidade. A minha proposição é na lógica do pacto federativo. Somos cidadãos de uma nação. Nos realizamos e nos configuramos numa identidade de nossa relação com o Estado e com os poderes. Sou mineira. Adoro São Paulo até porque tenho uma grata dívida com São Paulo porque aqui passei longos e doces anos de minha vida. Fui estudante e vivi em São Paulo por muito tempo e lamentei muito por não ter ficado aqui. São Paulo me recebeu muito bem. Sou de uma família mineira extremamente tradicional "acabou de estudar, volta para casa". Daí tive de voltar. Essa identidade com a sua georreferência é muito importante para a consolidação da sua condição de direitos, de sujeitos, de cidadania, mas, sobretudo, para consolidação da democracia, da participação. Achamos que criança e adolescente não sabem de nada, não participam, não têm voz e não sabem o que estão falando. Se investirmos no protagonismo dessas crianças talvez fiquemos muito surpresos com a velocidade que poderemos alcançar os nossos sonhos de uma sociedade mais feliz, mais igual, mais solidária, de uma sociedade mais competente para criar os seus filhos. Os filhos são nossos. Então, a ideia de um plano nacional passa por essa convicção de que estamos enfrentando a violência com uma perspectiva da compreensão dos direitos humanos. E que, nessa compreensão, as proposições vão se configurar por uma aliança de atores e forças capaz de compreender uma ação intersetorial numa perspectiva sistêmica. O que é isso? A perspectiva sistêmica é a que entende os sistemas em que ocorrem as dinâmicas que constroem - eu costumo dizer - ou a paz ou a violência. Ora, uma criança criada num processo de uma dinâmica de um sistema familiar-comunitário violento tem a mesma capacidade de aprendizado dessa socialização se oferecermos outra condição dessa socialização. Outra coisa: a investida na família não pode ser uma investida de culpabilização: "A culpa é da família". Tudo é como se essa família fosse um ser abstrato que não tivesse sido formada nessas mesmas dinâmicas sociais. Qual é a intervenção amigável que nós podemos ter de fortalecimento do núcleo familiar como núcleo básico socializador de seus membros? Efetivamente... Eu dizia na semana passada que fiquei muito satisfeita ao ouvir uma pessoa dizer assim: "Neide, eu estou indo para casa e hoje eu não tenho... E tenho certeza absoluta de que não terei o comportamento que eu tive hoje às 7h da manhã, quando saí de casa". O que é que foi? Porque eu falava uma frase assim: "Gente, vocês já pensaram como se constrói a violência? A gente poderia chamar assim: como nascem os anjos e como nascem os monstros? Você sai estressada para o trabalho, e seu filho está ali, te perturbando, enfim". Eu, por exemplo, tenho mão grande. Pega uma criança de 2, 3 anos e pega esse mãozão e pá! "É nada, eu só estou com um método de disciplina". É verdade. Para aquela mãe, o que ela quer - pelo menos, na minha região, tenho de dizer - ela quer que seu filho dê gente. Já pensou a gente ter um filho que não deu gente? Ela está preocupada desde o início. Só que que outras ferramentas a gente deu? Nenhuma. É problema dela dar ou não dar gente. Então, o que ela tem é essa ferramenta. E ela pega o mãozão e diz: "Fica quieto aí, que eu não posso mais contigo, eu tenho de sair..." enfim. E a criança, numa espontaneidade emocional da sua condição humana, chora. Na hora que ela chora, ela vira para trás e diz assim: "Engula o choro". Mas ela não tem direito nem de expressar que ela sente dor? Ela teve de engolir o choro. Já pensaram o que é isso? A gente engolir um sentimento? E essa mãe, que é culpada, que outras ferramentas...? Então, quando eu contava essa história, essa pessoa chegou para mim e disse assim: "Nunca mais nenhum filho meu vai ouvir de mim 'engula o choro'. Eu nunca tinha pensado nisso. E fiz isso hoje, 7h da manhã". Ou seja, que outras ferramentas você pode estar tratando com

a família? Então, a dimensão das dinâmicas familiares, das dinâmicas institucionais – a escola, a saúde, a assistência social, enfim -, o que queremos dizer é que sem essa base... E aí a importância desta CPI com o relatório que foi desenhar quais são as fragilidades e as potencialidades no Município de São Paulo para se impor – e eu não estou falando "propor", estou falando "para se impor" – numa condição efetiva de que aqui se pode garantir as ferramentas e as condições para uma nova página, para uma nova forma, através, sim, da condição legislativa. Eu acho que já se fez muito, mas podemos legislar muito ainda. Eu acho que nós precisamos, no âmbito municipal, poder ter uma obrigatoriedade dos bancos de informação, de que os sistemas das notificações possam ser agrupados de forma que qualquer autoridade, gestor público possa ter acesso a como se replanejar. Eu acho que nós podemos pactuar. Eu conversava rapidamente ali com o Vereador Carlos Alberto Bezerra que a gente pode pactuar melhor: os acordos do que já existem de ações no âmbito do pacto federativo, o que é que tem do nacional, o que é que tem do estadual e do municipal. Nós sabemos que há em conversações em São Paulo, e gostaria realmente de fazer um apelo de que isso pudesse avançar, de trazermos a metodologia das ações intersetoriais e de capacitação da rede, porque tem um caminho de 6 anos já desenvolvido, construído que possa disponibilizar. O comitê nacional que executa o Disque-Denúncia 100 junto ao Governo Federal está disponibilizando o disque-denúncia 100 como metodologia de municipalização. Nesse acordo com o Ministério Público e com as Varas, Justiça e Conselhos Tutelares, eu penso, meus... Sem nenhuma pretensão e não é isso. Que o trabalho que já fizeram até aqui eu acho que se nós pudermos concluir esta CPI como um exemplo da Câmara de Vereadores da maior cidade do Brasil nessa compreensão de que eu vi aqui sendo desenhados os dados técnicos e o relatório, eu gostaria de fazer um apelo e ao mesmo tempo colocar uma disponibilidade. O apelo é que possamos realmente avançar, a exemplo do que foi o dado concreto da publicação do plano, em propostas de que fechou o relatório e podemos ir para a rua e ir para os órgãos e já estar fazendo alguma coisa. E disponibilizar o comitê nacional ao que a sua trajetória, que veio até então, a essa iniciativa, ao fortalecimento, para que possamos ter, na caminhada por esse Brasil, que, como eu dizia, é uma perversidade democrática, está em todo canto, poder auxiliar outros municípios, outras Câmaras a começar a partir de um caminho andado. Apenas exemplificando, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul há 5 anos chamou esse Comitê para uma audiência, para uma contribuição e lá nós inauguramos uma proposta quando iniciamos chamada as Jornadas Legislativas no Interior. Estamos na quarta edição. Vamos atingir agora 50 e poucos municípios e eu acho que é essa corrente, são iniciativas dessa natureza que vêm encorajar o Comitê a cumprir a sua missão de monitorar ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. E eu gostaria de dizer que pode ter parecido mas não é, eu não parto de um ponto de vista de megalomania. Não estou falando de uma coisa impossível. Eu estou falando que este Brasil, este país, com os homens, as mulheres, as crianças e adolescentes de bem, que se coloca do lado, que podemos sim realizar obras extremamente da nossa capacidade humana, que está inserido nesse contexto a nossa condição de enfrentar a violência sexual contra criança e adolescente e colocar todos os nossos filhos a salvo da violência e exploração e com direitos de desenvolver uma sexualidade segura, protegida, emancipada, conforme a sua idade. Nós não somos um celeiro, nós não somos um celeiro da pedofiliação. Nós não somos pessoas que não amamos nossas crianças. Nós precisamos é colocar nossas fortalezas a serviço da civilidade. Eu gostaria de dizer da honra que esse Comitê teve de participar desta sessão e de disponibilizar a nossa rede, a nossa prática para o avanço concreto nos resultados desta CPI. E aqui em São Paulo nós temos como nossa referência e aqui está conosco a Glória e a Lúcia, que são nossas Coordenadoras colegiadas locais do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual que tenho certeza falará com mais objetividade do que eu. Mas eu já me desculpei, porque sou mais velha do que elas. Está bom? Muito obrigada, eu me coloco à disposição. (Palmas)

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Netinho.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Bom, Presidente, pelas informações, todas obtidas ao longo desses trabalhos que foram feitos aqui na nossa comissão e tendo um fechamento de audiência pública, na questão da CPI aqui na Câmara, eu acho que devemos fazer aqui, publicamente, algumas considerações muito importantes. Aproveitando muito a presença da presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, a Neide Castanha. Na fala da Neide, ela tocou num assunto que foi pauta de uma discussão inicial, quando nós decidimos quem iria fazer parte da CPI, quem nós iríamos convidar para estar aqui nos debates públicos e da preocupação, diria, de um amigo que não só nos alertou de cair na furada, mas de saber quando disse que nós poderíamos estar um tiro num passarinho e acertar uma ave muito maior, podendo contribuir de forma abrangente não só para o Estado de São Paulo, mas também para todo o Brasil, porque o que acontece aqui nesta Câmara se reflete não só no Brasil, mas até internacionalmente. Portanto, Sr. Presidente, a vontade e a dedicação do senhor, desde o início do trabalho aqui na cidade de São Paulo, merece todo o respeito, toda consideração de nós, membros dessa CPI. Não era um assunto que dominávamos, mas eu vi o empenho de sua Assessoria, eu vi o quanto, mesmo durante as sessões que aconteciam aqui na Casa, o senhor preocupado com os convidados, quem viria, aonde deveríamos visitar, o que deveríamos fazer. Portanto, eu parabeno a iniciativa, a disposição de conduzir com maestria essa CPI, mas não posso aqui, Presidente, também, não citar a grandeza do relator da nossa comissão, porque foi ele, no início, que disse que nós não deveríamos ser fantoches de um assunto que estava tomando uma proporção errada na mídia. Foi ele que nos chamou à responsabilidade, foi ele que brigou contra tudo e contra todos para que o nome da nossa CPI não se tomasse a CPI da pedofilia, mas sim do enfrentamento da violência sexual infantil e da pedofilia. Isso, Sr. Presidente, mostra o nível de pessoas que nós temos com envolvimento sobre o tema na cidade de São Paulo. Então, eu queria aqui, publicamente, em nome de todos os membros dessa nossa comissão, parabenizar, também, o Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. que dedicou, ao contrário de nós que chegamos nesta Casa e dominamos o tema, dedicou a vida dele a essa causa e como Vereador, em nome de todos nós, eu queria parabenizar o Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. por nos guiar com maestria, com experiência e tenho certeza que o relatório final da nossa CPI, vai ser um relatório que vai contribuir muito para a cidade de São Paulo. Aproveitando a presença da Neide Castanha que também vai poder participar das ações, porque esse relatório não vem puramente para a gente distribuir. Ele vem para nortear a política pública do Município de São Paulo no tema de pedofilia de criança e adolescente no próximo ano. É um assunto que, em termos de orçamento, nós estamos tratando agora, portanto esse relatório é muito importante para nós. Então, por ser a última reunião, eu quero dizer do orgulho de fazer parte disso, que nós achamos no começo que era tão tumultuado, podia não dar em nada e a gente conseguiu chegar num resultado como esse, Sr. Presidente. Parabéns a todos os membros da comissão, na figura do nosso Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu agradeço ao Vereador Netinho de Paula que com tanta importância se fez presente nas sessões, se fez presente nos trabalhos dessa CPI. É militante, agora, nessa área até porque ele é um lutador pela comunidade, não só de Itaquera, mas por todas as comunidades por onde ele passa e tem tanta vontade, iniciativa para que haja mudanças, para que haja mais investimentos, para que haja recursos para a comunidade que ele milita também e da figura importante nessa CPI. Ele tocou num ponto importante, eu acho que a sensibilidade, no começo dessa CPI, foi uma sensibilidade meio que entre ferro e fogo, para que nós conseguíssemos entender a importância da mudança da nomenclatura dessa CPI, mas foi um momento importante, de amadurecimento. Nós, que estamos no primeiro mandato nessa Casa,

chegamos muitas vezes com muita vontade de fazer, realizar, mas como é importante nós termos alguém que já é militante nessa área, que gastou a sua vida, até porque a sua própria formação, não só como homem público, mas como profissional, a sua formação por ser um médico, por ser uma pessoa que cuida de crianças, que cuida de vidas que vem a fazer parte desse mundo e que são vidas que hoje sofrem por essa situação, também. No momento aonde nós não sabíamos muito se era importante a alteração ou manter a pedofilia, até porque a mídia demonstrava que era dessa forma que nós iríamos informar, que nós iríamos estar envolvidos com o tema, foi importante porque hoje nós amadurecemos e nesse amadurecimento nós conhecemos muitas pessoas importantes durante essas reuniões, durante essa CPI. Então, eu agradeço também porque o relator foi escolhido a dedo e com certeza foi muito importante para esses trabalhos e nos ensinou muito durante esses oito, nove meses. A presença, hoje, da Neide Viana Castanha é muito importante porque a soma de um trabalho aonde ela também tem uma vida gasta nesse tema, com certeza, no final desse relatório e até para a implantação do próprio plano municipal na cidade de São Paulo, e para outros municípios também, a participação, com tudo aquilo que ela traz como conteúdo desses trabalhos, vai nos ajudar muito para aquilo que vai se realizar no próximo ano e durante a nossa vida aqui nesse lugar, aqui nessa Casa e com certeza eu já agradeço. Agradeço porque a autoridade que tem sobre o tema, o conhecimento que tem sobre o tema e, principalmente, a forma que nos faz entender algumas coisas que parecem que, às vezes, as pessoas não querem entender, a sua autoridade sobre o tema faz com que isso fique muito claro e transparente. Muito claro e transparente mesmo. Então, hoje, nesta manhã, a Câmara Municipal, a cidade de São Paulo, ganhou muito com a tua presença nessa Casa. Eu agradeço e me orgulho porque não a conhecia tanto, apenas pelos comentários que nosso Vereador Carlos Alberto Bezerra fazia. Mas hoje de manhã, no computador estudando um pouco, levantando um pouco aquilo que era a tua vida, a gente, eu, principalmente, que vim de um programa de manhã que fala de cidadania e depois me debrucei ao estudar aquilo que era a tua vida, fiquei impressionado e orgulhoso por ter uma mulher com tanta garra, uma mulher que, com certeza, já foi homenageada tantas vezes, não só pelas homenagens, mas por aquilo que foi uma luta de uma mulher, num lugar público. Uma mulher que venceu qualquer tipo de preconceito de mulher, preconceito que pudesse existir no meio do caminho e hoje é uma figura importante para o Brasil.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, eu queria antes de mais nada, aproveitando esta que é a última sessão aberta da comissão, a sessão que antecede a leitura do relatório, eu queria fazer alguns registros e fazer, antes dos registros, agradecimentos também. Agradecimentos às palavras do senhor, Presidente desta CPI, assim como do Vereador Netinho. Queria aqui fazer o registro que foram, ainda não encerramos, mas foram meses de um crescimento interno, pessoal muito grande. Crescimento interno no sentido do reforço de algumas convicções, no sentido da sensibilidade e da visão de novos olhares, o convívio intenso que tivemos nesse período de CPI. Tenho certeza que a todos nós, nos fez crescer, primeiro como pessoas, mas também nos fez crescer como Parlamentares. Todos hoje, quando ouvimos aqui a fala da Neide Castanha, quando ela fala da questão de direitos, quando ela fala da criança como objeto de direitos, o direito à sexualidade, quer dizer, isso tudo, antes do início desta CPI, era impensável imaginar que a discussão teria esse tipo de ênfase, de enfoque e que ela seria uma discussão compartilhada em suas opiniões por todos os Vereadores desta Comissão. Então, queria cumprimentá-lo, primeiro pela sensibilidade que teve em relação ao tema, quando o trouxe à pauta. Logo de início, sua chegada à Casa, estreando no seu mandato, a sensibilidade e a oportunidade de trazer o tema ao topo da agenda da Casa e da Cidade. Então, nesse sentido queria fazer o reconhecimento e o cumprimento à V.Exa. Assim como o Vereador Netinho, que tem sido guerreiro, que, aliás, tem se demonstrado a cada dia como uma das boas revelações da Casa e da Cidade, Vereador engajado que tem se colocado, em especial, na linha de frente quando o assunto é defesa dos direitos da criança e do adolescente e presidindo a Comissão de Crianças e Adolescentes na Casa. Então, eu queria também fazer um reconhecimento ao trabalho do Vereador Netinho. A composição desta CPI não poderia ter sido melhor. Cada um, a seu tempo, ofereceu uma contribuição importantíssima. O Vereador Floriano Pesaro, que foi Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social na Cidade, tem envolvimento com o tema, sempre presente, enfim, opinando. A Vereadora Sandra Tadeu, também presente sempre nas diligências, sempre expondo suas opiniões, demonstrando sensibilidade em relação à temática, sua indignação, seu inconformismo, quer dizer, é uma participação sempre propositiva, positiva. A Vereadora Juliana Cardoso, de certa forma um pouco mais tímida nesta Comissão com sua participação, em virtude das atribuições outras na Presidência da Comissão de Saúde na Casa, mas em momentos específicos, tendo posicionamentos firmes, corretos, enfim. E é claro, também o Vereador Quito Formiga, que trouxe... Que hoje, excepcionalmente, talvez uma das únicas sessões em que ele não está, mas que também com sua sensibilidade, com sua participação, trouxe também uma contribuição efetiva a esta Comissão. Eu não queria encerrar as minhas palavras sem fazer alguns apontamentos, algumas reações à fala da Neide e aí na forma de perguntas, pelo menos duas perguntas que creio serem fundamentais dentro da linha que já apontou aqui o Vereador Netinho de Paula. É uma linha que a gente vem buscando - todos nós, a gente vem perseguindo em todos esses meses - e que nós estamos, enfim, colocando todos os nossos esforços no sentido de apontarmos novos caminhos e nos incluirmos de maneira completamente diferente na construção de política pública de enfrentamento à violência sexual e de proteção e de garantia dos direitos das nossas crianças aqui na Cidade. Em relação especificamente ao Disque 100, nós sabemos que a partir da implementação desse serviço houve um aumento significativo de identificação dos casos de violência sexual em todo o País. É matéria... Já foi fruto de matéria de todos os grandes jornais, da grande imprensa, o aumento expressivo do número de casos em virtude da consolidação de um canal de denúncia, enfim, que traz identificação. Mas, a minha pergunta é na seguinte linha: como é que está pensado hoje o monitoramento desses casos, dos encaminhamentos que chegam via Disque 100 e como está sendo feita a avaliação desses encaminhamentos? Porque especificamente aqui na Cidade nós vemos as dificuldades de comunicação entre os vários órgãos. Nós todos, Vereadores, estivemos visitando vários órgãos, percorrendo o fluxo que percorrem as nossas crianças em busca também de informações. E o que a gente percebe é uma total desconexão e um dos grandes problemas vai exatamente nessa direção: o monitoramento e a avaliação, o seguimento de cada caso de denúncia, enfim, como se dá o seguimento nisso. Essa é a primeira questão. A segunda questão trata outro aspecto que você poderia comentar bem aqui, até pela sua experiência na temática e pelo conhecimento da realidade em todo o País. Após haver denúncia de violência através do Disque 100, e após haver encaminhamento do caso para o município, qual o fluxo ideal para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente que teve o seu direito sexual violado? São dois pontos que a gente vem tocando muito aqui na CPI: monitoramento, seguimento dos casos e o fluxo ideal com a perspectiva da garantia de direito.

**A SRA. NEIDE VIANA CASTANHA** – Vereador Carlos Alberto Bezerra, é fundamental realmente. O senhor tocou em dois pontos que são balizadores da perspectiva de impactos resolutivos a uma política de enfrentamento: a denúncia e o que fazer com ela. Antes de eu tentar aprofundar um pouco o pensamento que temos de avaliação a respeito de Disque 100, para se ter uma ideia da dimensão da importância desses questionamentos, de ter a resposta a eles, de 2003 quando esse serviço foi instituído na ótica de uma política pública e não nós lutando, batalhando, enquanto a ONG para ter um telefoninho e aí uma atendente atrás do telefone, como a Abrapia fazia com a anuência de todos nós no

Rio de Janeiro, ou seja, foi instituído como um serviço e assumido pelo Governo Federal em maio de 2003. Até agora, outubro de 2009, foram 110.000 denúncias encaminhadas. Não estamos falando de ligação telefônica, 110.000 denúncias encaminhadas. Imaginem a importância dessa pergunta para a gente dizer assim: o que sabemos de 110.000 vidas de pessoas que acionaram este serviço como, enfim, uma porta para a sua expectativa de resgate de direito e dignidade? Dessas 110.000 denúncias - deixe-me parar aqui um pouquinho - mas o Município de São Paulo - deixe-me ver se eu tenho o total aqui - tem, de 2003 a 2009, 1.845 denúncias de exploração sexual, prostituição; tem 134 denúncias de pornografia; tem 33 denúncias de tráfico, que é uma denúncia rara dentro das denúncias, e tem 3.795 denúncias de abuso sexual. Eu não estou aqui com o dado porque não fiz o corte, se a gente faz esse corte por 100.000 habitantes para dar um equilíbrio a cada cidade, São Paulo é um dos que menos denuncia. Está em penúltimo lugar. São Paulo, não é no ranking das denúncias, por 100.000 habitantes - porque se você pega por número absoluto isso fica desigual na análise - então, a gente agrupa por 100.000 habitantes e depois dele, só o Acre.

P - Há alguma explicação para isso?

R - A gente tem alguns ensaios, não é? A gente tem alguns ensaios que vão desde locais cuja única possibilidade de denúncia seja o 100. E aí você pode ter mais denúncias, o que seria um dado positivo, vamos dizer, o estado ou município assumindo outras portas de acudir ou de acolher essa denúncia, como tem o aspecto negativo por uma ausência do debate, da campanha ou do investimento no estado e no município, da importância disso, ou até a uma posição da não resolubilidade da denúncia, mas fragilizar do que assistir. Então, a gente tem, a gente vai inclusive soltar uma publicação do comitê, chamado monitoramento das denúncias do Disque 100, onde a gente tenta aprofundar algumas variáveis para a questão das denúncias. Mas esses números, para a gente tentar balizar da importância do que estamos falando, sobretudo da questão do monitoramento. Bom, em primeiro lugar, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., assim, é muito importante você disponibilizar portas de entrada da situação para ser assistida. Ao tempo real, também, que é muito perigoso você encorajar a exposição das pessoas, a revelação pública de uma situação sem a responsabilidade correspondente, de que, minimamente você, pelo menos, cessará a violência, por que o que uma... Não existe política de enfrentamento à violência sexual sem canais de denúncia. Não existe. Sem a revelação, impossível...

O SR. NETINHO DE PAULA - Eu queria apenas me desculpar. Eu tenho que me retirar por funções profissionais, mas o desfecho aqui eu pego depois. Obrigado, pessoal.

A SRA. NEIDE CASTANHA - Obrigada, Netinho, obrigada mesmo. Bom, então, começa que nenhum plano municipal que não tenha um canal de denúncia, que não disponibiliza para a população uma porta de entrada da situação pode parar, porque o resto não vai movimentar. Nós não estamos falando da felicidade do lar. Nós estamos falando da diversidade, e denúncia extremamente protegida, acolhida na condição da dignidade humana e da realidade, da realidade das vulnerabilidades de uma denúncia. Nós estamos falando de um crime e de uma violência. Então, não pensa, quem está do outro lado, o denunciado seja um passivo. Bom, entretanto, uma política de denúncia, em apenas de denúncia, em nada resolve, em nada resolve a eficácia de uma política pública, que, pelo menos, novamente, deverá ter três metas, uma política pública deverá, minimamente, ter três metas que possam ser mensuráveis e causar impacto. Primeiro, cessar a violência. Nós estamos falando de crianças e adolescentes numa situação de violência. Então, se você vai enfrentar essa situação, minimamente você tem que cessar a violência. É a questão da saúde. Não é? Você chegou com a perna quebrada. A criança chegou uma vez, chegou duas. Você só engessa e manda para casa, o gesso dura só quinze dias. Tudo bem, tira. A violência pode durar para a vida inteira. Então, a sua intervenção numa situação de violência física é minimamente garantir cessar a violência. Não é pôr o gesso. Segundo, restaurar direitos à dignidade. Restaurar direitos e dignidade. Hoje, quando a gente fala de uma política de enfrentamento à violência, os conselhos tutelares, pela ausência talvez do debate mais aprofundado, os organismos dizem assim: "Onde está o abrigo?" A gente tem que tirar a criança de casa e levar para um abrigo. A violência sexual no abuso sexual, que se dá de várias formas, um dos impactos imediato na vida do violentado, na vida das crianças, sobretudo os de mais tenra idade, é a instauração imediata de um trauma. A gente pode até não saber configurar como que aquilo fez, que estrago aquilo fez, e também não é fatal, não, viu gente? Quem foi abusado, vai abusar, quem foi abusado não vai ter sexualidade nunca mais. Não, agora pode ser, pode ser também. O que a gente diz é que aquele ser humano, é preciso ter uma intervenção para restauração do seu direito à vida, do seu direito à vida. Não sou eu, não, alguém já dizia: "Viver a vida não é só comida". Então, é o direito à vida. Bom, restaurar o direito à dignidade. Não sei se vocês sabem, um pacto do ponto de vista da socialização da criança, imediatamente a criança abusada é afastar da escola, e se fica na escola é não ser amparada por ela. Repete de ano... Enfim, é uma tragédia. Então, a intervenção biopsicossocial, ela é necessária, sem dúvida, aos traumas do abuso sexual, que vai ter diferenciação da exploração sexual. Talvez uma menina que faz programa, que ganha a vida, que partiu por aí, embora ela venha de um processo de sexualidade, desenvolvimento de sexualidade ou sofrida ou de uma iniciação violenta, possivelmente ela não tenha a mesma dimensão da intervenção biopsicossocial de um abuso. Isso não significa ausência da política de saúde, da política da saúde mental, da política da saúde corporal, da saúde sexual, enfim. E, por fim, direito, cessar a violência, resgatar direito e dignidade e promover inclusão social pela cidadania. Então, minimamente, uma política tem que ter essas metas mensuráveis. Agora, ela tem que iniciar por uma porta de entrada, fora a exploração sexual, que, inversamente ao que se diz, a exploração sexual é, aí sim, uma situação visível. A exploração sexual está ao alcance de todos os nossos olhos. Aqui, em São Paulo, vamos dizer, se a gente quiser dar uma passada no início da Dutra, dar uma passeada pelas zonas de concentração do entretenimento noturno. A violência sexual, fora os bordéis, inclusive os bordéis, só faltam ter placa, porque têm luz, têm coloração, têm como é. A exploração sexual é visível. O ataque a ela, o não ataque a ela diz natureza de outra ordem. O abuso sexual é extremamente invisível. Então, cessar essa violência por mecanismos de extrema proteção, desde o sigilo da denúncia, não revelação do denunciante, mecanismo de ação e fluxos rápidos, isso, sem dúvida, é inegável. Agora, se há política para o denunciamento, nós trazemos um prejuízo enorme, primeiro, porque não cumpre essas três funções básicas, mas o pior de tudo é que traz um descrédito para a população de que somos capazes de resolver essa questão. Então, ela recolhe ao mundo privado, ao mundo do sofrimento e aí, sim, essa revitimização é possível que se cronifique. Essa falta de, essa ausência, essa confiabilidade... Por isso que a gente diz que a denúncia, ela é do âmbito do público, porque à medida que houve a revelação, ela não é mais só uma condição da vítima e do denunciante. Ela passa a ser responsabilidade de todos. Por isso, seis anos depois, a gente entende que é impossível ser um serviço de dimensão nacional, que a grande estratégia é a descentralização. Garantida a metodologia, eu acho que o serviço nacional foi capaz... Nós estamos fazendo isso com outros países, país civilizado, passando a metodologia, como foi... Aliás, acabou de ter uma publicação, que é a metodologia dos Disque-Denúncia, que vai desde o recrutamento de quem escuta, quais são os mecanismos para garantir uma boa escuta. Vai ao máximo aproveitamento das condições tecnológicas. Uma denúncia que você poderia levar uma hora, como é que você transforma com a mesma qualidade em dez minutos, para que a fila de espera não faça o denunciante desistir, e uma série de mecanismos que constrói essa metodologia, mas, inequivocadamente não há fluxo que responda, não há fluxo possível que responda a uma centralização, a um serviço dessa natureza com a centralização. E o que nos levou a essa conclusão? O serviço de monitoramento. Há dois anos, nós implantamos o serviço de monitoramento, e se você... Eu não tenho aqui o dado, mas posso passar para o Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., por exemplo, São Paulo, o índice de monitoramento - o monitoramento o que é? A gente dar conta

saber o que aconteceu com aquele caso vivo, porque a denúncia é uma ficha, mas a vítima é um caso vivo - não chega a 20%, Vereador, o nível de retorno, que a gente sabe, essa criança foi assistida, não foi assistida, foi encaminhada para tal, tal, deu o processo, não deu o processo, e olha, não chega a 20%. De todas as denúncias, não chega a 20% o retorno, e dos retornos que chegam, dos retornos que chegam, 80% é do fluxo da Justiça, não é do fluxo da proteção, é do mundo do processo, não é do mundo das pessoas. E, pasme, desses que chegam do mundo da Justiça é para dizer que não houve condições suficientes para prosseguimento. Então, o serviço que construiu uma metodologia fantástica, que provou mobilizar a sociedade, a sociedade não quer jogar para debaixo do tapete a questão, enquanto poderes públicos, nós não estamos tendo condição, não estamos atentando o suficiente, ou tipo, fazendo trabalhos como esse, dessa natureza. Por isso, eu acho a importância desse trabalho aqui da Câmara, para dizer: "Há uma tarefa". Eu costumo dizer, assim, olha: "As famílias pobres, não pobres, a sociedade, de ONG rica, não rica - porque tem ONG rica também -, não rica, de gente comprometida"... Estamos dando pano para manga para nos livrarmos de uma questão tão bárbara, do tempo da barbárie, e não estamos encontrando a mesma ressonância para resposta que temos capacidade para isso. E qual é o grande risco que corremos? De um descrédito da nossa possibilidade de sermos humanos, de sermos civilizados. Eu disse que um país que não alfabetiza as suas pessoas e um país que não protege as suas crianças não pode considerar civilizado. Não deu o passo da barbárie. Então, esse é o grande dilema. E aí, falando, objetivamente, eu acho que o campo da ideia, ele já foi aprofundado. O campo do compromisso, ele já foi aprofundado. O campo da intolerância, no sentido que não queremos tolerar isso, que não queremos conviver com isso, já se foi construído um consenso. Você não chega hoje com um prefeito de município, um vereador, um deputado, um senador, um juiz que diga assim: "Ah, mas isso é a coisa mais antiga do mundo. Sempre aconteceu. O que tem?" Não é mais esse o posicionamento. Então, nós precisamos reunir fortaleza, para dar consequência objetiva àquilo que consensuamos no campo da ideia e no campo do posicionamento ético-político do que queremos ser. E está faltando objetividade nesse sentido. Por exemplo, o monitoramento do comitê nacional aponta que nós já temos quase 1.500 planos municipais, dos cinco mil e poucos municípios brasileiros, mas não tem um com orçamento. Ora, então, não temos. Aí a gente vê nos relatórios de monitoramento, prefeito, Secretário de Assistência Social, de Direitos Humanos dizendo: "Aqui nós temos ações hábeis". Sei, é verdade, não estão mentindo, mas elas não são sustentáveis porque elas existem por esforço de organização e manipulação nossa, que catam dinheiro aqui na Unicef, na cooperação internacional, no Governo Federal, do CREA, mas o plano é preciso ter consequência prática, caro Presidente, caro relator, e esta CPI acho que dará uma grande contribuição se concluir os seus trabalhos indicando a necessidade de orçar as ações, onde é que o dinheiro vai. Nós vamos dar para quem vai coordenar o plano, para tal Secretaria, e não tem que dizer: "Olha, não tem CREAs porque o Governo Federal não passou". Está certo, nós vamos ter legitimidade de cobrar as responsabilidades do outro, se cumprimos direitinho qual é a nossa... E aí eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida da força da base municipal. Não tenho dúvida dessa questão. Então, acho que isso é uma importância salutar, debruçar sobre eficácia dos mecanismos de denúncia é realmente nos levar à consequência do que é que queremos com ela. Neste exato momento, nós temos sim uma defesa dos Disque-Denúncia, pelo que ele nos revela. Nos revela uma vontade da sociedade não jogar por debaixo do tapete, nos revela uma eficácia da sua metodologia de acudir, e, mesmo tempo, um desafio do que eu chamo, temos pano para manga e precisamos, pelo menos, fazer o punho, e fazer o punho, neste momento, é costurar, minimamente, as condições orçamentárias para ter uma política municipal. Volto a dizer, respeitada as responsabilidades do pacto federativo. Não dá para ninguém ficar de braços cruzados, apontando para o nariz do outro. Todos nós temos dedo curto nessa história. Acho que tem alguém a salvar aí, que é o Movimento Social, mas eu tenho dito, quem me conhece sabe, o tempo inteiro, nós não estamos divididos entre o bem e o mal, ao Estado e à sociedade. Nós estamos colocado numa seara extremamente de areia movediça, no sentido que vai nos balizar o que queremos ser. Nós temos caminhos, e temos que fazer escolhas, e acho que estamos nos apontando para isso. Acho que a centésima, milésima denúncia, não dá para pôr a cabeça no travesseiro tranquilo. Acho que temos aí um diferencial grande, nesses seis anos, como dizia: "Não sabemos do que estamos falando, qual é a dimensão no Brasil". Eu me lembro, eu estava no Japão, e o jornalista e as pessoas ficaram meio aborrecidas comigo, porque chegaram os jornalistas de língua portuguesa para fazer os jornais da comunidade de língua portuguesa no Japão, e queria que a gente falasse, falasse, falasse, e saiu uma manchete, dizendo: "No Brasil há cem mil prostitutas com menos de 18 anos a viver da exploração sexual", e queria que eu confirmasse esse dado, e virou um bochicho, quem falou, quem não falou. Eu disse: "Para mim, eu estou pouco ligando quem falou, quem não falou, porque isso não é importante para mim. Para mim o grave é não sabermos se é ou não é". Essa é a questão. Não sabemos como vivem nossas crianças, porque eu não sei quem inventou cem mil, se é ou não é. Então, nós temos que ter informações precisas, fluxo extremamente de exigibilidade, onde eu posso ir e fazer a exigibilidade que aquele fluxo levou àquilo. Tivemos passos importantes, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.? Tivemos, com muita morosidade de implantação, é verdade, por exemplo, a notificação compulsória na saúde, no âmbito do SUS. É preciso capacitar as unidades de Saúde primárias, que estão na base, para que elas compreendam aquilo que eu falava, Vereador, do que estamos falando, senão ela pensa que é falta de vergonha na cara e não vai notificar. Entra menina com uma venérea, extremamente estourada, acabou de sair da Dutra, e lá vem, mais uma vez, já falei com ela. Enfim, é a falta de vergonha na cara e não uma violação. Vamos ter que nivelar o que queremos e o que podemos estar tratando e não fazermos capacitações aleatórias, e é em todo o mundo. Nós temos presidente de ONG que faz isso, nós temos presidente de Conselho Tutelar, nós temos Presidente de posto de saúde, nós temos todo mundo. Eu acho que imbuída da humildade que temos que trilhar um caminho em que todos precisamos nivelar, acho um bom passo. Nesse sentido, eu defendo o Disque 100. Acho que a gente tem um caminho a fazer. A continuar como ele está, é melhor que a gente deixa nossas crianças em paz. É uma arma em que, é uma ferramenta em que precisamos tanto armar, numa arma poderosa, de enfrentamento à violência sexual, porque, sem denúncia não há ação. Agora, não pode ser uma denúncia irresponsável. Não estou dizendo com isso que o Disque 100 é irresponsável. O que eu estou dizendo é que nós temos que ter massa crítica suficiente para ver o que temos que fazer com ele. O monitoramento nos traz um retorno baixíssimo, que não dá para medir resolubilidade, e essa situação compromete qualquer esforço de política pública. Os fluxos do atendimento. Duas coisas, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. Primeiro, conceituar o que falamos de atendimento. Quando falamos atendimento, nós vamos ressaltar, realmente, aquelas três dimensões, minimamente, que caracteriza um plano municipal, um plano estadual, um plano nacional. O plano nacional e que orienta os planos estaduais e municipais, ele é extremamente estratégico do ponto de vista do seu planejamento. Ele se divide em eixos, para localizar os atores possíveis de movimentar cada eixo. Isso é a forma estratégica do seu planejamento. As suas bases sustentadoras é qual resolubilidade ele vai trazer, e aí essas três dimensões têm que estar, minimamente, presentes, e é disso que vai decorrer o fluxo. Hoje nós temos ainda uma cultura da gestão e uma cultura política da autoridade extremamente autárquica. Eu faço isso, você faz isso, você faz aquilo. A noção da interssetorialidade é um conceito novo no modo da gestão e no modo das políticas. Portanto, tem que ser um investimento que parta sim da vontade da autoridade. Eu acho, por exemplo, que nós temos pouco investimento aos Presidentes dos Tribunais, que podem baixar resoluções de procedimentos, que têm competência para isso. Não precisa ser sofisticado para dizer: "Olha, só vai valer se tiver uma Vara Especial, com não sei quantos assistentes sociais, com não sei quantos psicólogos, com tais equipamentos, não sei quantos computadores". Isso tudo é bom e nos facilita. Eu costumo fazer uma crítica ao Poder Judiciário, da noção que a gente tem da distribuição de Justiça. Se a gente pensar que Conselho Tutelar, ele tem a mesma

institucionalidade da distribuição que uma Vara de Direitos da Criança, a gente fica assim, pensando: "Por que na hora que uma Vara da Pequena Causa, por exemplo, se instala, no mesmo dia que ela se inaugura, ela tem, minimamente, uma secretária, um computador, um telefone, enfim. Por que o Conselho Tutelar quase que é em baixo de uma árvore?" Por conta dessa nossa cultura, da questão que elitiza o conhecimento e o procedimento. Então, a gente pensa que só pode distribuir justiça e torná-la eficaz se a gente tiver altos e sofisticados equipamentos. Acho que discutir o conceito da inquirição especial, de ouvir criança, de justiça, de justiça restaurativa, de mecanismo, é uma coisa. Agora, a mecânica de isso funcionar, primeiro, é preciso aprofundar no nosso pensamento, criar convicção de, e aí você pode ter procedimentos singelos que vão te levando a afirmação de uma política, de uma ética no procedimento, e nós temos condição disso sim, até porque é impensável nós achar que o Brasil dos Brasis, nós vamos poder ter uma Vara Especial, por exemplo, em todo o lugar, para ali a gente escolher, a gente definir um fluxo, enfim. Mas nós podemos ter um juiz capacitado, informado e devidamente sensível para urgência e necessidade de uma situação como essa. Isso nós temos disponível, matriz de capacitação. O debate sobre a Justiça da infância no Brasil é um dos debates mais evoluídos da América Latina, que têm trazido maiores contribuições. Então, a questão do fluxo é uma questão importante, que acho que tem que aprofundar. Por exemplo, a experiência dos centros de defesa no Brasil é uma experiência inusitada no mundo. O que foi? Jovens advogados resolveram aprofundar no tema de defesa e responsabilização e fazer uma prática de defesa jurídico-social, para trazer à tona as condições de um resgate de direito e dignidade de forma muito mais apropriada com a nossa realidade. Está aí, está disponível. Eu acho que isso que eu acho da humildade do diálogo e da relação e que, notadamente enquanto mecanismo, pode ser aprofundado por meio da discussão de um fluxo de atendimento. Então, atendimento é a condição desse resgate de direito da dignidade, desse condição de cessar a violência. A inclusão social eu acho que é o fluxo das políticas públicas mesmo, agora, nós não podemos entender a violência sexual numa perspectiva de abordagem familiar e de desestruturação da família, se você tiver uma família bastante aportada, do ponto de vista psicológico, não vai haver isso, aquilo. Não é assim. Nós temos que entender que o abuso sexual, ele tem uma relação extremamente vinculado a um processo de socialização de discriminação e poder, a questão de gênero, de raça e tal está aí, ou seja, um novo padrão cultural, cuja socialização seja uma socialização para os direitos, uma disciplina com respeito e dignidade, e a exploração sexual é uma relação de mercado. Está ali a mercantilização do sexo e do corpo de pessoas. Então, esta inclusão, ela tem que ser revertida numa lógica de mercado, sim. O fluxo é outro, o fluxo é outro, e aí nós temos realmente de poder rever quais são as instituições, quais são os caminhos que nós estamos tratando para um fluxo de atendimento. Por exemplo, acho muito difícil que um CREA seja capaz de dar conta da problemática da exploração sexual comercial. Acho que se o atendimento for entendido nessa dimensão mais macro da condição da solução das pessoas, acho que, por exemplo, é muito mais apropriado que nós tenhamos uma secretaria de trabalho com novas dinâmicas e novas técnicas da geração de renda, que incorpore a economia solidária, a economia corporativada, enfim, diante da relação dessas pessoas e com uma política de redução de danos à vida das pessoas, que respeite, de alguma forma, a situação de escolhas. Nós aí não vamos falar de falta de vergonha na cara, mas de possibilidade de escolhas. Eu acho que é um pouco aí, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., que a gente poderia pensar, criticamente e tal. Por último, eu dizia isso, isso se soma com as condições de operar. Nós não estamos falando, gente, é real, que o enfrentamento à violência sexual pode se dar no âmbito de uma prática voluntária. Voluntária aqui eu estou dizendo fora de uma profissionalização e fora de uma remuneração, ou seja, é uma política que tem custo, tem um custo alto, embora você tenha pessoas que põe à disposição o conhecimento, a habilidade, enfim, mas é um plano que tem que fazer com orçamento. Acho que o primeiro fechamento é: custa dinheiro e nós podemos ir atrás dele. Não sei se respondi a sua preocupação.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Eu acho que tanto para mim como para o relator desta Comissão o conteúdo hoje de tudo que foi abordado aqui, tudo que foi trazido para esta comissão é muito valioso. Querida agradecer mesmo à Neide Viana Castanha, pela disponibilidade do tempo, pela atenção com esta CPI, e agradecer mesmo todo o norteio que você pôde nos dar aqui nesta manhã. Muito obrigado. Não tendo mais nada a tratar...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Pela ordem, Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Apenas para fazer um agradecimento final à Neide Castanha, agradecer a contribuição, a grande contribuição a esta CPI, em especial ao relatório que todos nós estamos construindo juntos, a várias mãos. Enfim, fazer um reconhecimento do trabalho que vem sendo feito pelo comitê nacional. Claro que ainda todos temos ansiedade, de que um tanto de passos devem ser dados, enfim, mas há que se fazer reconhecimento daquilo tudo que tem sido conquistado nos últimos anos, e aqui fica o meu pessoal reconhecimento. Eu queria apenas, Sr. Presidente, para encerrar, fazer uma sugestão, e que essa sugestão pudesse ser aprovada pelo conjunto dos Vereadores desta CPI, em que fizéssemos ofícios. Como foi tocado hoje, aliás, a Neide trouxe novamente à memória a questão de que a gente vem debatendo já, durante várias sessões, a importância da amarração orçamentária no sentido da garantia de políticas públicas relacionadas à temática. Então, como estamos num período de realização das audiências públicas regionais e temáticas do orçamento, que façamos um ofício, pedindo às seguintes Secretarias, SMADS, Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde e Secretaria Municipal de Participação e Parceria, que nos enviassem para essas audiências temáticas que se realizarão durante esse mês agora de novembro, que viessem para às sessões, com o detalhamento de informações orçamentárias para políticas públicas referente ao enfrentamento de violência sexual de crianças e adolescentes na cidade. Acredito que essa possa ser uma outra contribuição desta CPI, para que possamos, com a maior brevidade possível, efetivarmos a amarração orçamentária de políticas públicas em relação à temática, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** - Fica esse requerimento, então, nos Anais desta Casa. Por gentileza, só um minutinho, por gentileza. Fica o requerimento então para a Secretaria, para constar nos Anais desta Casa, e nós vamos então colher assinaturas, de acordo com todos os membros, já para que seja enviado pela Secretaria. OK, Alfredo? Como nós estamos com o nosso horário avançado deixa eu só encerrar esta sessão. Daí, nós vamos ouvi-lo. Não tendo mais nada havendo a tratar nesta reunião, dou como encerrada esta presente reunião. Estão encerrados nossos trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR CASOS DE  
PEDOFILIA, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE REDE DE PEDÓFILOS  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 19/2009)

PRESIDENTE : MARCELO AGUIAR

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 10 de dezembro de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Declaro aberta a reunião extraordinária da apreciação e votação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, com a presença dos Vereadores Marcelo Aguiar na Presidência, Quito Formiga, Vice-Presidente; Carlos Bezerra Junior, Relator; Floriano Pesaro e Netinho de Paula.

Pergunto ao relator, Vereador Carlos Bezerra Junior, se o relatório já está disponível para apreciação e votação, e proponho que sejam lidas apenas as conclusões, uma vez que os membros já têm de inteiro conhecimento a íntegra do documento.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Antes de mais nada, bom dia Sr. Presidente. Cumprimento os Vereadores presentes nesse momento, nessa que é a nossa última sessão, que é a sessão de apresentação do relatório final da CPI. Cumprimento o Vereador Quito Formiga, o Vereador Netinho de Paula, V.Exa., Presidente desta CPI, Vereador Marcelo Aguiar e o Vereador Floriano Pesaro.

Informo a V.Exa. que o relatório final está pronto. Foi enviado, há aproximadamente oito dias atrás, a todos os Vereadores para que tivessem e que fizessem suas apreciações e está disponível, neste momento, para que seja feita a leitura final.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Netinho de Paula.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Presidente, através da minha assessoria, logo que o relatório ficou pronto, o relator disponibilizou para que a gente fizesse, então, uma análise minuciosa e eu queria aqui, antes de mais nada, Presidente, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e particularmente, também, ao Relator, que foi muito preciso em sua relatoria, dando espaço ao relatório para todos que vieram aqui, que denunciaram, que apontaram irregularidades, que apontaram também soluções.

Eu acho que nós temos aqui um documento que vai nortear o Município de São Paulo, com relação à violência sexual infanto-juvenil. Então, eu falo com muito orgulho de ter participado desta CPI, de ter, timidamente, contribuído, mas quero aqui destacar muito o trabalho da relatoria e a Presidência de V.Exa.

Agradecer a participação, também, do Vereador Floriano Pesaro, que foi muito participativo nesta CPI; do Vereador Quito Formiga, Vice-Presidente desta CPI que também, em muitos momentos, presidiu e tocou o trabalho com muita grandeza.

Apreendi muito aqui nessa CPI, e acho que o Município de São Paulo vai receber um material de altíssimo nível para nortear essa política de violência sexual infanto-juvenil na Cidade.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado Vereador Netinho de Paula. Mais algum Vereador gostaria de se manifestar antes da apreciação do... Então, vamos... já queria passar a palavra, então, para o nosso relator, Carlos Bezerra Junior, para a gente poder acompanhar a apreciação de todo esse relatório, que está sendo entregue nesta manhã de quinta-feira.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Sr. Presidente, eu peço licença à V.Exa. para usar a tribuna nesta Casa, para fazer, então, a leitura e a apresentação com esse instrumento que temos, agora, na Casa que é a utilização do multimídia.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – OK, Vereador. Queria apenas anunciar que a Vereadora Sandra Tadeu e a Vereadora Juliana Cardoso estão no oitavo andar, numa atividade da Comissão de Saúde da Casa e daqui a pouco estarão presentes no encerramento do relatório da CPI.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Antes de iniciar essa apresentação onde procurarei ser o mais objetivo possível, eu queria fazer alguns reconhecimentos e alguns agradecimentos. Primeiramente, reconhecimentos aos Vereadores desta CPI. Eu me manifestava agora mesmo em entrevista ao apresentador Milton Jung da Rádio CBN e falava sobre a coragem e a sensibilidade que os Vereadores desta CPI tiveram no sentido de utilizarmos um caminho alternativo às CPIs relacionadas ao tema no País. Nem melhor, nem pior. Mas um caminho alternativo. E que estava dentro da instância que nos cabia enquanto Vereadores desta Câmara Municipal.

Quando optamos, logo no início dos trabalhos, em não sermos uma CPI que se propõe a ser uma CPI de caráter policial ou de caráter policialesco, até porque não nos cabe esse tipo de investigação de crimes, a não ser aqueles que tratam diretamente as questões de administração pública.

No momento em que fizemos a opção por uma CPI de intervenção social; no momento em que os Vereadores que compõem esta CPI acreditaram que esse era o melhor caminho para a cidade de São Paulo, que olhar para a rede, ver a nossa rede, entender as suas fragilidades e construir propostas para a construção de um novo momento na cidade de São Paulo em relação à proteção e à garantia de direitos das nossas crianças e adolescentes na Cidade, sem dúvida alguma, foi uma medida que será referência na Cidade e no País.

Tenho certeza de que nós encerramos esta CPI, todos nós, todos os Vereadores, com aquela boa sensação de dever cumprido e com a boa sensação de que, daqui a alguns anos, quando olharmos para trás e virmos o que foi feito em relação à infância e à adolescência e à proteção das nossas crianças no tocante ao enfrentamento da violência sexual, sem dúvida alguma, nós escrevemos os nossos nomes nos Anais desta Casa e na história desta cidade.

Então, queria cumprimentar cada um dos Vereadores que não mediram esforços, os Vereadores que aqui estão e que eu quero citar nominal e especialmente: Vereador Quito Formiga pela presença constante, pela sensibilidade, pelo interesse, enfim, pelas propostas, pela sua opinião sempre atenta. Então, eu queria aqui fazer esse registro.

O Vereador Netinho de Paula, aliás, a maioria dos Vereadores desta Comissão são Vereadores que chegaram a esta Casa, o que demonstra claramente que é uma comissão cheia de sangue novo e não poderia ter outro resultado que não fosse o resultado que a gente chega agora ao final dos nossos trabalhos. Mas o Vereador Netinho de Paula pela presença, pelo debate, pelo seu olhar, como comunicador social, por suas preocupações no tocante à mídia, no tocante ao grande público, no tocante à mensagem que é passada enquanto estamos aqui, suas críticas em relação à forma com a qual o Parlamento comunica suas mensagens e como ela poderia ser feita de maneira mais simples, objetiva, clara, para que a população entendesse. Enfim, eu queria aqui registrar a importância da sua contribuição e o tanto que aprendi com V.Exa.

O Vereador Marcelo Aguiar, que presidiu os trabalhos desta comissão. O Vereador Marcelo Aguiar que, embora tivéssemos em determinados momentos, opiniões divergentes, sempre respeitoso, firme, com clareza nas suas propostas, sensível ao tema. Aliás, é dele a proposta de abertura desta CPI. Talvez a sua primeira medida ao chegar a esta Casa. No momento em que chega a esta Casa, traz o tema para o topo da agenda na Cidade. Esse mérito é seu, Vereador, e ninguém pode tirá-lo. E, nesse sentido, faço aqui o reconhecimento ao trabalho, ao empenho, à lealdade, à sensibilidade de V.Exa. em relação aos propósitos do seu mandato e em relação à temática na Cidade.

E finalmente, um reconhecimento ao amigo, companheiro de bancada, que contribuiu já muito para esta cidade.

Eu falava sobre o seu trabalho, Vereador Floriano Pesaro, na TV, dois dias atrás, quando juntos fazíamos um debate, mas não falava com outro intuito que não fosse o do verdadeiro reconhecimento; não com outro sentimento que não fosse do verdadeiro reconhecimento pelo trabalho de V.Exa., em relação aos temas sociais desta cidade.

V.Exa. contribuiu muito no avanço desta cidade no enfrentamento de questões como as que estamos discutindo, mas, em especial, na questão do enfrentamento ao trabalho infantil. V.Exa. trouxe uma campanha que até hoje é emblemática nesta cidade: *Não dê esmola, dê futuro*. Ela é uma referência na Cidade e em todo o País.

Ter tido a possibilidade de, com V.Exa., dividir os trabalhos desta CPI, durante esses dez meses, sem dúvida nenhuma, para mim traz, além de honra, um enorme aprendizado. Então, nesse sentido, queria neste momento fazer o reconhecimento ao trabalho e à história de V.Exa. e de cada um dos senhores.

Um agradecimento e o reconhecimento também às Assessorias dos Vereadores, que trabalharam intensa e incansavelmente. E aí não consigo nominar, mas vocês sabem de quem estou falando, presentes em todas as audiências, presentes nas diligências, presentes nos trabalhos, oferecendo relatórios, colocando suas opiniões. Tudo isso foi levado em conta no resultado final do relatório e, nesse sentido, cada um de vocês pode dizer com muita tranquilidade que contribui e que contribuiu para o avanço das políticas públicas voltadas à infância e ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes nesta cidade. Então, faço aqui meu reconhecimento. E, finalmente, um reconhecimento aos que acompanharam esta CPI como militantes, como observadores, como representantes de entidades, de órgãos, de sindicatos, de conselhos, que sempre apontaram novos caminhos, trouxeram novas contribuições, nos fizeram olhar para outras questões que passaram ao largo e que nos ajudaram e nos auxiliaram tanto no resultado final que apresentamos.

Finalmente, o último agradecimento e reconhecimento àqueles que nos ajudaram na formulação desse relatório. Um relatório não é fruto do trabalho de uma pessoa, é fruto do trabalho dos Vereadores, de suas Assessorias, de todo um trabalho da contribuição dos militantes, dos observadores, daqueles que estiveram presentes. Mas, em especial, eu queria fazer um agradecimento e um reconhecimento especial ao Instituto Hannah (?) Cuore (?), que nos deu apoio, suporte técnico, em todo o tempo; deu ainda mais qualificação técnica ao relatório final; um instituto que foi parceiro do Relator dessa CPI, parceiro do meu mandato e que nos ofereceu um tanto de subsídios e eu quero fazer o registro especial da grande contribuição que eles tiveram em relação ao relatório final que apresento agora.

Vou tentar, da maneira mais rápida e objetiva, fazer a apresentação desse relatório, fazendo uma síntese muito rápida e, logo depois, aquilo que foi apontado nas conclusões e as proposições que faremos e que, depois votaremos, ao final desta sessão.

Abro com uma lembrança para uma reflexão, uma frase de um conterrâneo do Vereador Floriano Pesaro... (Risos), do Albert Einstein: "O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer".

Vou passar rapidamente aqui.

- O Sr. Carlos Alberto Bezerra Jr. passa a referir-se a projeções em tela.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Relatório conclusivo.

O presente relatório apresenta a retrospectiva histórica, a fim de compreendermos o motivo pelo qual realizamos esse trabalho e a importância do uso desse instrumento parlamentar em prol do reordenamento legislativo. Essa opção prioritariamente didática também se justifica por entendermos que esta CPI demarca um fato e um momento histórico, não somente na história desta cidade, mas também deste país.

Comissões Parlamentares de Inquérito têm estreita relação, seja no ordenamento jurídico estrangeiro ou no ordenamento nacional, com momentos de garantia de processo democrático de condução do Estado; presta importantes contributos à função legislativa". É nisso que nós acreditamos e já apontei isso no relatório parcial.

A estrutura do relatório conclusivo: constituição, composição, estrutura e funcionamento da CPI; historiografia da criança e do adolescente na cidade e no país - falando de aspectos na análise nacional, internacional e várias outras questões, aspectos culturais, jurídicos -; historiografia das CPIs: análise sobre esse instrumento; CPI no ordenamento jurídico nacional; conceituação de fato determinado no âmbito de uma CPI - e coloco aqui "fato determinado", entre aspas, porque, logo à frente, nas conclusões, contarei uma questão, que tínhamos um problema jurídico nessa CPI que era exatamente isso, o fato determinado: não tínhamos um fato determinado claro para a abertura da CPI e, por isso, optamos por um caminho que ampliase a investigação para que desse consistência jurídica a ela -; CPIs da Câmara Municipal de São Paulo relacionadas às crianças e aos adolescentes - o que já foi produzido por outras CPIs na nossa cidade e aqui nesta Câmara -; funcionalidade determinada por parâmetro metodológico inovador - esse é talvez um dos grandes avanços desta CPI, também para dentro da Câmara Municipal, uma CPI dividida em três fases, uma opção de todos os Vereadores que a compõem -; fase de diagnóstico, fase de investigação e a fase de intervenção; a elaboração do plano de ação da CPI; definição do cronograma de atividades - uma questão regimental cumprida -; a leitura e a aprovação do relatório conclusivo; apresentação e votação das proposições; publicação em *Diário Oficial*.

Constituição dessa CPI - os membros que a compõem, eu optei aqui pela ordem alfabética: Carlos Alberto Bezerra Junior, Juliana Cardoso, Floriano Pesaro, Juliana Cardoso, Marcelo Aguiar, Netinho de Paula, Quito Formiga e Sandra Tadeu; a composição em relação à estrutura e aos cargos da CPI: Marcelo Aguiar, Presidente da CPI, do PSC; Quito Formiga, Vice-Presidente da CPI, do Partido da República; Carlos Bezerra Junior, Relator da CPI, PSDB; Floriano Pesaro, integrante da CPI, PSDB; Juliana Cardoso, integrante, PT; Netinho de Paula, integrante, PC do B; Sandra Tadeu, integrante, Democratas.

A instalação, 5 de março... Ai, alguns detalhes: instalação, estrutura e funcionamento da questão das CPIs.

Fase de diagnóstico: o que foi levantado nas etapas metodológicas.

Conhecimento conceitual da violência sexual infantojuvenil.

Atendimento ao manifesto da sociedade civil, ampliação do foco.

Vocês se lembram do momento em que a gente definia a alteração e a mudança do nome dessa CPI, ampliando o foco para que fosse uma CPI de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente na Cidade e não apenas uma CPI da pedofilia, excluindo as outras formas de violência sexual contra crianças no nosso foco de investigação.

O levantamento dos programas de atendimento e o seu funcionamento e a constatação da precariedade da política.

A identificação do processo de revitimização - que foi uma constante nos depoimentos colhidos aqui na fase de diagnóstico: crianças expostas a um tanto de depoimentos repetidos nos vários espaços que procuram.

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil - que era inoperante, desde 2007 sendo discutido; já havia terminado a discussão e ainda não havia sido publicado.

- Dificuldades técnicas com equipamento de audiovisual.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** - Essa que é a audiência pública, só uma foto aqui, não consta do relatório, mas para lembrar, na CEMESCA onde tivemos a presença da Secretária Alda Marco Antônio.

As instituições visitadas: CEMESCA, CREAS, Hospital Pérola Byington, Projeto Quixote.

Constatações: Plano Municipal de Enfrentamento não publicado em *Diário Oficial* do Município; inexistência de plano de ação; falta de cronograma de execução; previsão orçamentária não identificada; não se observa articulação da rede de atendimento de defesa; baixa qualificação funcional; precariedade da estrutura física; demanda superior à capacidade de vagas".

Temos aproximadamente 350 vagas na Cidade, e ficou claro que a demanda é muito maior; aliás, os dados são extremamente contraditórios. Por exemplo, na nossa visita ao CREAS, no CREAS Sé, nos disseram que estavam sendo feitos seis atendimentos de crianças e adolescentes naquele semestre; e, em visita, no mesmo período, ao Hospital Pérola Byington, o Pérola Byington apontava que recebia como demanda da cidade de São Paulo aproximadamente 10 atendimentos oriundos da Cidade diariamente. Ou seja, os números absolutamente contraditórios, que demonstram claramente uma desarticulação da rede e a dificuldade na identificação na demanda.

"Capacitação funcional deficiente observada em vários órgãos visitados na questão daqueles que fazem o atendimento; desconhecimento do papel do Conselho Tutelar. Foram enviados ofícios aos 37 Conselhos Tutelares da Cidade pedindo: o perfil da violência, os números sobre a questão da violência sexual na Cidade, a questão de horários de funcionamento, estrutura dos Conselhos; e apenas três Conselhos responderam a esta CPI, demonstrando desrespeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e demonstrando claramente - porque todos os pedidos foram reiterados - o desconhecimento do papel do Conselho Tutelar. Priorização da responsabilidade em detrimento do atendimento da vítima. Fases de investigação: optamos por percorrer o percurso que faziam as vítimas de violência sexual na Cidade".

Ainda nas constatações: "inexistência do plano de proteção integral à infância, que é o balizador da política pública; ausência de um único fluxo de atendimento". Há alguns espaços, como o da saúde, que têm um fluxo extremamente organizado, mas esse não é um padrão da rede na Cidade, os fluxos estão desarticulados e, por não haver fluxo único, há revitimização de crianças na Cidade. Também ofícios sobre as questões das ações na questão da prioridade orçamentária. Até o presente momento, não sei se temos alguma manifestação, mas, enfim, esse é um pleito desta CPI. E a participação do CMDCA, é uma grande dúvida também e um questionamento desta CPI sobre a participação do CMDCA no sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes na Cidade. A fiscalização no CREAS Sé, Pérola Byington.

"Fase de intervenção: sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Atribuições e fragilidades: diz respeito ao direito à sexualidade saudável. Constatação: ênfase na responsabilização; foco: violação e não em políticas para o desenvolvimento - saúde, educação, gênero", que foi exaustivamente discutido aqui nesta CPI, a super ênfase na questão da responsabilização e, enfim, não conseguimos perceber a mesma ênfase, por exemplo, na questão do desenvolvimento de políticas públicas específicas no enfrentamento. "Contextualização da violência sexual - o disque 100; Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil", sua Secretária Executiva esteve nesta CPI. Aqui, um organograma do sistema de garantia de direitos na cidade de São Paulo. Dados encaminhados a esta CPI pelo Disque 100, que constam agora do relatório final: chamam atenção nesses dados algumas coisas aqui. Por exemplo: o crime de negligência, entre os mais citados, e crescendo assustadoramente, é motivo de preocupação, em especial na nossa Cidade. E aí a desproporção entre as denúncias feitas ao Disque 100 de pornografia, em São Paulo - 134, no Estado - e de abuso sexual e de violência física, que totalizam aproximadamente 10 mil casos, o que reforça a sensação que tínhamos, desde o início, que o foco deveria ser ampliado, não tocando apenas os aspectos da pedofilia, mas todas as formas de violência e de abuso sexual. O Disque Denúncia nacional, ainda, alguns outros números.

Só para fazer o registro, São Paulo é o penúltimo Estado em denúncias, quando comparado a outros Estados do País, o que pode ser um indicativo de desarticulação da nossa rede ou do mau encaminhamento dessas denúncias.

Aqui, alguns outros dados, que eu não vou me ater no momento, mas todos constam do relatório. "Tipos de violências registradas", eu já registrei. "Indicações da Secretária Executiva do Comitê Nacional para a intervenção: sensação imediata da violência", foi uma das falas dela aqui nesta CPI. "O resgate dos direitos", visando resgatar a dignidade, não como uma forma de compaixão de benevolência, mas sim como reconhecimento da garantia dos direitos às nossas crianças. E a "promoção

de inclusão social pela cidadania por meio de políticas públicas"; "análise Quantitativa", que foi apresentada a esta CPI.

Aliás, fazer também aqui um agradecimento, neste momento, a Secretaria desta CPI, e a estrutura desta Casa que nos foi oferecida, também com essa análise quantitativa.

"Total: oito reuniões ordinárias, duas extraordinárias, duas de trabalho, duas de fiscalização, atividade de investigação; 71 convites, 92 requerimentos e solicitações de informação, 42 reiterações de requerimentos, totalizando 206 documentos".

Os órgãos que foram oficiados: "SMADS, seis; Secretaria Municipal de Educação, um; Secretaria Municipal de Saúde, um; Secretaria Especial de Direitos Humanos, dois; Secretaria Especial de Participação e Parcerias, um; Polícia Militar, um; Pérola Byington, dois; Conselho Tutelar, 76; CMDCA, um; PGE, um; Judiciário, um. Total Geral: 93 solicitados; reiterados, 42; enviados, 135; respondidos – isso nos chama atenção – 25 – até o presente momento".

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Relator, eu não entendi aqui... nós solicitamos 93, tivemos 25 respondidos. É isso? (Pausa) Mas o que são os 135 enviados?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – É a soma com os reiterados.

O SR. FLORIANO PESARO – Ah, entendi. Eu sou sociólogo, então, às vezes, na matemática...

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Eu também sou péssimo. Mas isso chama a nossa atenção. Vejam só: 25 dos nossos requerimentos foram respondidos, o que demonstram – eu diria, em palavras leves – um desrespeito em relação a esta CPI. A análise qualitativa do que a gente enviou, a maior parte dos ofícios foi de diagnóstico, número pouco significativo de respostas.

"Conselhos Tutelares: ausência de informações sobre funcionamento dos plantões – basicamente o que a gente perguntou – e o número, tipo de atendimento e encaminhamentos feitos pelos Conselhos Tutelares". Isso é básico e fundamental para a elaboração de um relatório que mapeie a infância na Cidade. E aí uma reflexão sobre a infraestrutura e a capacitação dos Conselheiros Tutelares e o registro de informações tem que ser feito. Foi feito por esta CPI e tem que ser objetivo constante desta Câmara.

"Dificuldades na rede de atendimento: insuficiência de serviços socioassistenciais; número de equipamentos da rede direta e indireta, CREAS, Capes e outros". A demanda reprimida, já registrada e nos enviada através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social: "apesar de todas essas dificuldades de encaminhamento, conseguimos identificar uma demanda reprimida de 158 que, claramente, é subestimada. Falta de profissionais específicos, despreparo dos profissionais".

É urgente a capacitação e uma constatação que já apontei: a revitimização, repetição e forma do depoimento. Outras dificuldades apontadas na rede de atendimento: Judiciário: morosidade, decisões equivocadas, dados apontam que 80% das decisões que se dão no âmbito do Judiciário se dão por conta de indicadores de miserabilidade, de indicadores sócio-econômicos e não de indicadores psicossociais. As decisões de abrigamento hoje na Cidade, 80% são pelas questões de miserabilidade e poucas levam em conta a questão psicossocial. Pior, em geral, sempre a decisão é manter-se o abusador dentro de casa e a criança é que é abrigada e afastada. Falta de promotores e juizes especializados como nos foi apontado aqui numa das sessões da nossa CPI. Executivo: falta de fiscalização de *lan house*, burocracia nas investigações de crimes na internet, falta de entrosamento entre os atores da rede de atendimento à defesa. Ausência de diagnóstico da situação de violência sexual, sistemas de informação incipientes, o Sipir (?), e aqui para finalizar as conclusões: para constar da leitura, dinâmica da Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia e do enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, retomada dos preceitos e finalidades de uma CPI no contexto da CPI da pedofilia e do enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Aqui algumas reflexões propostas: estrutura da Câmara no atendimento das CPIs deve ser revisto; organização e método; fluxos e procedimentos. Tivemos muitas dificuldades nos fluxos dessa CPI, no encaminhamento de documentos, nos procedimentos, na tomada de decisão, vários encaminhamentos e convites foram feitos, mas nós não sabemos se as pessoas não vieram a esta CPI porque os ofícios chegaram muito em cima da hora, ou se, efetivamente, uma dificuldade enorme nessas questões estruturais o que no final das contas acaba tendo impacto direto no resultado do relatório final. Necessidade de maior integração entre os departamentos internos da própria Câmara Municipal; padronização de formulários e planilhas e outros comuns aos trabalhos da CPI. Nós não encontramos esses documentos padronizados, essa é uma reflexão que poderíamos fazer e é uma proposta que fica aqui para as próximas CPIs. Compartilhamento e transparência das informações administrativas e técnicas relativas às comissões para os mandatos, agilidade nos procedimentos pós-deliberação, como já citado; disponibilização das Notas Taquigráficas em tempo real o que se faz extremamente necessário em especial quando falamos de uma CPI que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que fala em tempo e trabalhamos com tempo determinado e se não temos a disponibilização das Notas Taquigráficas em tempo real tudo isso vai ter um impacto direto no resultado final. Aparentamento formal dos procedimentos jurídicos no curso da CPI; cumprimento dos procedimentos e prazos regimentais, comunicação entre mandatos que compõem a CPI, formato e dinâmica do trabalho dos Vereadores. A compatibilização dos trabalhos realizados em todos os oito meses com a finalidade e competência de uma CPI. Aqui quando aponto a questão do formato da dinâmica do trabalho dos Vereadores, adequação dos mandatos à composição da CPI é que eu preciso apontar isso. Houve uma dificuldade no sentido de que Vereadores membros dessa CPI participam também de outras comissões que acabam se sobrepondo e essa é uma dificuldade que com a sobreposição de horários nós perdemos e muito, muitas vezes, em sessões importantes a contribuição de Vereadores que são desta CPI, para dentro do trabalho da CPI e como todas as decisões são tomadas em conjunto por todos os Vereadores isso também contribuiu para o atraso de algumas decisões. Está aqui as discussões que foram feitas, o conjunto de regras que fizemos. Lidamos também com a dificuldade da aprovação de um cronograma dentro da CPI e na minha avaliação acho que compartilho com vocês, acho que nós somos como CPI, nós por avançarmos muito na discussão da primeira fase, a gente acabou demorando muito para estabelecer um cronograma de ação e um mapa nesse sentido. E isso, de certa forma, teve também impacto no tempo das visitas, no resultado, nas respostas dos órgãos públicos que também é lenta, mas se tornou mais lenta porque o prazo foi se tornando exíguo, está aqui apontado. E há dois apontamentos outros aqui. No total de dez sessões, oito da fase diagnóstica para se mostrar de certa forma como nós gastamos o nosso tempo. Oito na fase de diagnóstico, duas na fase de investigação, com caráter ainda diagnóstico, e uma na fase de intervenção.

Depois, na promulgação da CPI, tivemos três da fase de investigação e duas diagnósticas mesclada à análise quantitativa e qualitativa.

Aí a sequência lógica que a gente tinha proposto, logo no início da CPI que era diagnosticar, analisar, investigar, re-analisar e aí intervir para apresentar as nossas conclusões, que era uma proposta de intervenção social da nossa CPI.

Tivemos alguns problemas, como a falta de clareza e objetividade na formulação dos requerimentos e ofícios que tiveram que ser reformulados, e que foram devolvidos. Operacionalização das solicitações, convites e agendamentos, tempo curto. E a participação dos parlamentares, como eu disse aqui.

Aí os preceitos e a finalidade da CPI, como reafirmação do resultado final. O preceito é o art. 40 da Constituição, que é fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

"Escopo da CPI: promover o controle da orientação política do Poder Executivo Municipal relativo à violência sexual infanto-juvenil.

Finalidade: Fazer com que o desvio resulte no devido ajuste apontado pela Constituição e pelas leis vigentes no ordenamento jurídico nacional e municipal".

Aí corrigindo o rumo: "Inadequação de qualquer parlamento – municipal ou estadual – na apuração de crime, como eu disse logo ao início desta sessão e desta apresentação, à exceção daqueles diretamente ligados à administração pública do mesmo âmbito territorial e de sua competência". Esse é o principal motivo da mudança de nome e da ampliação de foco desta CPI, por não encontrarmos nela abrangência no sentido da apuração daquilo que se havia proposto de início. A ampliação então foi proposta e a readequação nominal Da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

O que mudou com isso? De apurar casos de pedofilia, que era a proposta inicial, para a apuração de conteúdo impróprio nos sítios eletrônicos voltada apenas para a penalização do agressor para agora o novo formato que adotamos, enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e promoção e proteção à vítima. O que mudou? A investigação se localiza nas políticas de proteção, na garantia e na defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes no município.

Produção do material na CPI.

Registrar que o relatório final encontrou uma dificuldade. "A ausência de diagnóstico global sobre a situação da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes", o que é fundamental para que sejam feitas, para que seja feito o planejamento e o combate às violações na cidade de São Paulo. Pela falta de um banco de dados organizados, o que a gente encontra é hoje a dificuldade para se fazer um mapa da situação da infância na cidade.

Os focos de intervenção política existente, o fluxo de atendimento, e o sistema de defesa e responsabilização. A meta é estabelecer políticas integradas de proteção.

Aí ainda uma reflexão no meio das conclusões do relatório. Que herança a gente deixa para as crianças da nossa cidade, com essa contribuição da nossa CPI. E a expectativa é que a gente deixe uma cidade e um mundo mais justo.

Aí as proposições. E para finalizar, eu queria apresentar as proposições do relatório final da nossa CPI.

"Primeira: Readequação normativa para nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo para a coordenação da Comissão

Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e de Adolescentes – CMESCA".

A CMESCA sai do âmbito da Secretaria, da SMADS e passa a estar no espaço que nos parece mais adequado, no Conselho de Direitos do CMDCA.

"Justificativa: A CMESCA é coordenada por definição legal, pela SMADS. No entanto, como princípio republicano, democrático e constitucional cidadão mais adequado é a ocupação do cargo de coordenação por uma instituição intersetorial e paritária, Governo e sociedade civil, característica do CMDCA que tem por atribuição controlar e deliberar as políticas públicas direcionadas ao público infanto-juvenil.

Segunda proposição do relatório final da CPI: "Estabelecimento de vinculação orçamentária – e essa é uma defesa de todos os Vereadores, friso isso, uma defesa insistente de todos os Vereadores que participaram das sessões da CPI porque era uma necessidade claríssima em todos os depoimentos – para programas especiais de média e alta complexidade da Assistência Social. Justificativa: No mesmo passo que as políticas de educação e saúde de vinculações constitucionais e regulamentações estaduais e municipais, a política de Assistência Social deve ser garantida pela via orçamentária, independentemente das vontades e opções de gestões, pois emancipada para a ótica do Direito e não mais do dano, é uma política que agrega diversos direitos sociais, haja vista a integração do SUAS com o sistema de garantia de direitos.

"Terceira proposta: Desvinculação dos programas de assistência social de proteção especial do Fundo Municipal de Assistência Social, devendo os mesmos ser custeados a partir de dotação orçamentária disposta especialmente na unidade orçamentária da SMADS. Justificativa: Nos termos na lei 4.320/64, fundo especial é destinado a financiar atividades e projetos complementares. Na nova concepção de fundos sociais adiciona-se a característica da inovação concebida no bojo das ações a serem executadas pelo financiado. Outra marca de importante destaque é o financiamento de setores da sociedade civil, ao contrário das rubricas específicas destinadas à execução pelo próprio agente público. Por isso, o Fundo de Assistência Social deve abrigar orçamento voltado às ações complementares executadas por segmento cívico e não pelos órgãos do Governo - como a SMADS - que ademais são financiados por grande parte dos recursos previstos no fundo".

Quarta proposta: "Realização de audiência pública quando da elaboração das leis orçamentárias para tratar da temática específica dos fundos municipais. Os fundos municipais foram estabelecidos na organização do sistema político para a garantia de recursos necessários à complementariedade da política pública básica, possuindo assim uma grande importância ao atendimento das crianças e dos adolescentes. Embora sejam compostos por recursos exclusivamente públicos, o planejamento ao seu empenho tem ficado alheio e olvidado no momento das audiências públicas que ocorrem para a finalidade específica de se debater publicamente o planejamento orçamentário.

Quinta proposta: "Revisão do primeiro capítulo da lei municipal nº 11.123/91. Justificativa: A Lei 11.123 dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, sendo que o seu capítulo primeiro traz, de forma muito singela e insuficiente, as disposições gerais sobre esse atendimento. Portanto, precisa de revisão para oferecer um maior subsídio normativo à cidade no que tange ao atendimento e à garantia dos direitos da criança e do adolescente".

Sexto: "Qualificação e ampliação de CREAS, Centros de Referência Especializados. Foi observado em visita realizada pelos Vereadores desta CPI ao CREAS o nível de precariedade estrutural e humana. Todavia, antes disso, as discussões parlamentares verificavam a quantidade insuficiente desses equipamentos. Nesse sentido, duas devem ser as metas relacionadas às políticas de assistência de média complexidade: aumento da quantidade de CREAS bem como a qualificação estrutural de recursos humanos dos mesmos".

"Sétima Proposta - Realização de convênio de cooperação para consultoria específica de finanças à Cemesca. Justificativa: a Cemesca necessita de consultoria especializada para elaborar a Peça Orçamentária de forma a viabilizar um cronograma de execução do Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil a ser construído por essa Comissão."

Nós cobramos, efetivamente, da Secretaria que fosse publicado o plano. No momento em que o plano foi publicado, de imediato, enviamos um ofício à Cemesca e à Secretaria para que nos fosse enviado um cronograma de execução do plano. E a grande barreira para a viabilização desse cronograma é exatamente a dificuldade que a Cemesca tem no tocante à avaliação da Peça Orçamentária. Então, nesse sentido, a gente faz aqui uma proposta aqui, de que a Cemesca tenha a possibilidade de dispor de uma assessoria, uma consultoria especializada na questão orçamentária.

"Oitava Proposta – Garantia de rubrica orçamentária para execução do Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil."

Uma das grandes conquistas dessa CPI foi a publicação do plano. Mas essa CPI não se encerra sem apontar caminhos para a garantia da execução desse plano. Justificativa: "Significante avanço teve essa CPI a partir da publicação do referido plano, no entanto, sua execução somente será viabilizada a partir da disponibilização de recursos específicos. Como bem nos alertou Neide Castanho, apesar de haver, no Brasil, cerca de 1,5 mil planos municipais, não há nenhum com previsão orçamentária, portanto, assim procedendo, seremos a primeira cidade do País a garantir essa rubrica".

"Nona Proposta – Representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo para celebração de termo de ajustamento de conduta perante o Executivo Municipal para que se comprometa a efetivar o Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Justificativa: verificou-se ser o referido Plano de suma importância para se promover na Cidade o enfrentamento à violência sexual, no entanto, de nenhuma valia terá esse documento se não assumido e colocado em prática pelo Governo Municipal".

"Décima Proposta – Criação do observatório de efetivação do Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes". Justificativa: Uma vez criado o Plano Municipal mencionado, deve haver um órgão de controle externo para verificar e avaliar sua efetiva implementação. De outro lado, o Poder Legislativo apresenta duas atribuições genéricas: elaborar leis e fiscalizar a efetivação de suas normas. É premente, assim, coadunar a necessidade de criação de órgão de controle com atribuição parlamentar de fiscalização".

"11ª. Proposta – Criação de comissão de estudos, na Câmara Municipal, para analisar, compreender e estruturar no Município de São Paulo o fluxo de atendimento às crianças e adolescentes com seus direitos humanos violados. Justificativa: a inadequação do fluxo de atendimentos na Cidade foi constatada como o grande 'nó' à garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A partir do que, necessita de um maior aprofundamento para se chegar a um consenso sobre o melhor formato, o que somente se chegará com um estudo específico da questão para, ao final, normatizar a conclusão".

Está mais do que explicado, mas percebemos que o grande 'nó' do atendimento está no fluxo e é necessário mais tempo, no período da CPI o tempo foi insuficiente, para estabelecermos uma proposta de organização e um novo encaminhamento para esse fluxo. Então se faz necessária uma comissão de estudos nesta Casa para dar sequência a esse trabalho.

"12ª. Proposta – Criação por Lei da Frente Parlamentar Municipal na defesa dos direitos da criança e do adolescente na Câmara Municipal de São Paulo. Mais abrangente do que as comissões parlamentares de estudos, a Frente Parlamentar, ao vincular setores legislativos de outras instâncias federativas, fortalece as bandeiras políticas de enfrentamento à violação de direitos das crianças e adolescentes, bem como iniciativas de aperfeiçoamento e qualificação de normativas voltadas ao público infanto-juvenil". E também no sentido de ampliar a participação de outros parlamentares, e não apenas aqueles que compõem a Comissão da Criança do Adolescente que já existe nesta Casa.

"13ª. Proposta – Realizar interlocução com a Mesa da Câmara para que esta planeje ações para 2010 visando a produção de material relacionado à violência sexual contra crianças e adolescentes escrito sob a responsabilidade do Centro de Comunicação Institucional da Câmara e audiovisual pela TV Câmara.

"Justificativa – Sabe-se que a comunicação é crucial para a garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes, especialmente em relação à violência sexual."

Reside, aí, um grande aliado ao seu enfrentamento. O Vereador Netinho frisou aqui em várias sessões a importância de se ter um instrumento de comunicação específico da temática naquilo que estávamos discutindo. Portanto, a proposta se contempla aí.

- E lido o seguinte: (14ª Proposta)

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Pode fortalecer e muito o trabalho das CPIs desta Casa. Vem ao encontro da nova proposta na Mesa Diretora feita pelo Sr. Vice-Presidente e por toda a Mesa da criação do novo serviço de comunicação da Agência de Comunicação desta Casa.

- Continuação da leitura: (14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª Proposta)

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – E aqui encerro com a reflexão final, lembrando uma frase do Reverendo Martin Luther King: "A Injustiça em qualquer parte é uma ameaça à justiça em toda a parte."

Eu queria, mais uma vez, ressaltar os agradecimentos. (Palmas).

Vejo, agora, aqui, a professora Daica que está presente em mais uma das sessões. Agradeço e reconheço a presença da professora Daica que tanto contribuiu também para o resultado final desta CPI, sei que ela está em outro seminário. Aliás, queria justificar a ausência de um tanto de outros agentes, representantes de Ongs, enfim, de militantes porque, neste mesmo momento, acontece, em Brasília, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Lamentavelmente, por acontecer de

forma simultânea, prejudica, e muito, a presença de órgãos e entidades representativas na apresentação final deste relatório, mas gostaria de ressaltar a importância dos agentes e atores que se encontram aqui neste dia.

Agradeço, Sr. Presidente, sem mais considerações. Essa foi a leitura das conclusões do relatório final desta CPI e das suas propostas.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereador Carlos Bezerra Jr. Esse foi o relatório da CPI da Pedofilia e Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Antes de passar a palavra aos Vereadores que querem fazer uso da palavra, quero ir a votação porque a Vereadora Juliana Cardoso preside a Comissão e tem de voltar para a Comissão de Saúde e também a Vereadora Sandra Tadeu que faz parte da mesma Comissão.

Queria fazer a votação nominal.

Queria saber como vota a Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Voto favorável ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como vota a Vereadora Sandra Tadeu?

**A SRA. SANDRA TADEU** – Sim. Favorável ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como vota o Vereador Floriano Pesaro?

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sim. Com o relator.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como vota o Vereador Netinho de Paula?

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Sim. Favorável ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como vota o Vereador Quito Formiga?

**O SR. QUITO FORMIGA** – Eu voto favoravelmente ao relatório, com louvor ao relator Carlos Alberto Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como vota o Vereador e relator Carlos Alberto Bezerra?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Eu voto com o meu relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu voto favoravelmente. Eu, Marcelo Aguiar, voto favoravelmente ao relatório e comunico que está aprovado o relatório da CPI da Pedofilia e Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Eu queria...

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Pela ordem, Vereador Bezerra.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Eu solicito a V.Exa. a suspensão dos trabalhos por um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Estão suspensos os trabalhos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Marcelo Aguiar.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Reaberta a sessão. Antes de passar a palavra, eu queria propor ao relator Carlos Alberto Bezerra, que fosse colocada uma proposição para que fosse colocado no relatório, o depoimento sem medo. Algo que nós, ao longo desses trabalhos, ao longo desses quase um ano em cima desses trabalhos, a gente detectou e acho que essa é a nomenclatura correta para esse Município, que é pioneiro em muitos pontos desse relatório. Depoimento sem medo.

Queria, até, colocar em votação. Como é que vota a Vereadora Juliana Cardoso?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Como é que vota o Vereador Floriano Pesaro?

**O SR. FLORIANO PESARO** – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – A Vereadora Sandra Tadeu?

**A SRA. SANDRA TADEU** – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Vereador Netinho de Paula?

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Favorável à proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Vereador Quito Formiga?

**O SR. QUITO FORMIGA** – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – O Vereador Carlos Alberto Bezerra?

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Eu também voto favorável, e esta proposição é em nome de toda a Bancada dessa CPI.

Se alguém tiver mais algum ponto para pontuar, para ser colocado no relatório.

Pela ordem, Vereador Netinho de Paula.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Eu gostaria de solicitar, ou pelo menos de acordo com a maioria dos Vereadores, que a Câmara Municipal pudesse publicar esse nosso material no *Diário Oficial*, a conclusão do nosso relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – É obrigatório. O Secretário está informando que isso é obrigatório. Eu até entendi a solicitação do Netinho, que seja feita até uma publicação especial.

**O SR. NETINHO DE PAULA** – Uma publicação especial.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Especial para esse relatório. Também informar que nós estaremos, de acordo aqui, encaminhando uma cópia desse relatório, que também é regimental, mas também ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, à também, ao Ministério Público, na pessoa do Procurador Geral do Estado de São Paulo, ao Prefeito do Município de São Paulo, e como todos estão de acordo, está aprovado.

Queria passar a palavra para a Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Obrigada, Presidente. Eu estou presidindo a Comissão de Saúde, hoje a gente está tendo uma audiência pública sobre o Hospital do Campo Limpo, mas eu queria pedir a palavra para parabenizar esta Comissão. Parabenizar o Presidente, o Relator desse trabalho que foi feito junto com outros atores que estão aqui presentes, que acompanharam desde o início essa CPI.

E eu fico contente porque a gente sai daqui com propostas e algumas soluções. Claro que nós não podemos (ininteligível) todas as soluções que a gente gostaria. Mas acho que já dar esse espaço para os encaminhamentos, em busca de resolver o problema, essa comissão da CPI está de parabéns.

Então, eu só queria deixar essa mensagem aqui e obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Queria dar a palavra para a Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU** – Também gostaria de parabenizar toda a comissão, o trabalho que foi feito, o trabalho que nós acabamos. Como eu não conhecia uma realidade de toda a instituição governamental nessas questões, para mim, esta CPI foi um aprendizado, algo que durante os três anos seguintes a gente gostaria que essas ideias colocadas dentro desse relatório pudessem realmente ser executadas. Algumas estão, outras precisam ser melhoradas e nós, membros desta comissão, tenho certeza de que durante o final do nosso mandato, estaremos lutando para que essas questões sejam melhoradas para um melhor atendimento à nossa população. Parabéns ao relator, parabéns à comissão e foi uma satisfação muito grande trabalhar com nossos Colegas. Como diz a Juliana, os outros membros que estão aqui, muitos deles sentados, com quem a gente aprendeu muito.

E estou indo para a comissão da audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereadora Sandra Tadeu. Passo a palavra ao Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Obrigado Presidente Marcelo Aguiar. Queria cumprimentar o Vereador Carlos Alberto Bezerra que nos apresentou um relatório preciso, amplo que, além de contextualizar e relatar a rica experiência obtida por esta comissão dá, mais uma vez, uma importante contribuição de natureza legislativa. Vereador Bezerra, parabéns e parabéns aos demais membros.

E queria ressaltar ainda, Presidente Marcelo, que foi determinante para os trabalhos desta CPI a postura democrática de vossa condução, buscando construir caminhos que contribuíssem, de fato, para a defesa das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo.

Eu li o relatório durante essa semana. Eu queria fazer um breve apanhado de alguns pontos que eu avalei relevantes em relação a ele e a esta CPI. Primeiro, durante a

fase de diagnóstico em que foram ouvidos especialistas e diversos setores da sociedade civil que contribuíram sobremaneira para o êxito desse trabalho, seja em relação ao objeto, seja em relação ao conceito e na análise situacional também.

Contamos com a Profª Dalka Chaves, do Instituto Sede Sapientiae que está aqui e esclareceu a todos o que é, de fato, o conceito de pedofilia, conforme podemos observar na página 49 do relatório.

Eu acho importante porque, de fato, esta CPI começou com problemas do ponto de vista do objeto e do conceito em relação à pedofilia. E ainda nos chamou a atenção a Profª Dalka para a necessidade de enxergarmos o manto do silêncio, como disse a professora, que acoberta a violência sexual em geral, em especial, no Brasil e na nossa cidade.

Ela ainda nos trouxe a experiência dos polos de prevenção que eu tive a honra de acompanhar como Secretário de Assistência Social de São Paulo, conforme a descrição também na página 81 do relatório que demonstra resultados importantes na prevenção e impactos no enfrentamento à violência. Mas que tudo e contudo não houve a continuidade necessária da ampliação dos polos.

Fica a minha crítica e já constante também no relatório. Contamos também com a contribuição da Glória Maria que não está aqui hoje, mas que deu uma contribuição imensa. Está aqui a Lúcia.

Peço que leve os nossos agradecimentos à Organização Não Governamental Farol, Lúcia, por favor, que nos ampliou o olhar para a exploração sexual, que, aparentemente, está escondida nas estatísticas do Município, embora esteja a olhos nus nas ruas da Cidade, especialmente, nas regiões mais centrais, mas não só.

Também as Organizações nos mostraram que há um caminho a seguir e que há boas experiências para se replicar. Tivemos o brilhantismo do Fórum Estadual da Defesa dos Direitos da Criança, nas falas e na presença constante do Givanildo Manoel, a quem faço um agradecimento especial.

Giva, acho que você vem contribuindo, sobremaneira, para a implementação, na sua plenitude, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também queria cumprimentar a Ana Cristina, da Rede Criança, não só pelo seu conhecimento, mas, enfim, por tudo que vocês vêm fazendo pela cidade de São Paulo. É um trabalho, muitas vezes, silencioso, mas que nós não queremos que seja silencioso. As pessoas precisam saber o que, de fato, acontece e o que se faz para que não aconteça mais.

Mas, na fase de investigação, que foi iniciada a partir de 18 de junho, vale observar, também, que foi marcada pela pró-atividade dos Vereadores em conhecer o funcionamento das políticas públicas, percorrendo o trajeto da criança, do adolescente e da família, durante o seu atendimento na rede de serviço.

Foram realizadas visitas a Cmesca, queria cumprimentar a Lana, pelo brilhante trabalho e pela dificuldade que é trabalhar no setor público, mas você já trabalhava e sabia a dificuldade que era. Mas, você vê que quando nos mobilizamos juntos, temos mais força. Não vou usar aqui o chavão de "A união faz a força", mas é a plena verdade, absoluta verdade. Então, você conte conosco, com apoio ao seu trabalho e ao trabalho de toda a Comissão.

Visitamos, também, o CREAS da Sé, o Hospital Pérola Byinton e o Projeto Quixote, que muito nos surpreendeu também. Queria parabenizar toda a equipe do Quixote.

Já na fase de intervenção, a CPI identificou de se organizar uma proposta que fosse produtiva para a Cidade. Contou com a presença do Professor Cláudio Hortêncio, que pôde explicar sobre a organização do sistema de garantias e direitos. Aliás, deu um show o Professor Cláudio. Lembro-me dos comentários do Vereador Netinho de Paula, que ficou tão surpreso quanto eu, com o conhecimento do Professor Cláudio.

Em relação ao sistema de garantias, convém ressaltar que a CPI apontou diversas lacunas, como disse o Relator, que apresentou aqui longamente. Mas, dentre elas, queria dizer das Delegacias Especializadas, mais um órgão extremamente questionado pelo Conselho Tutelar, que na capital foi pouco participativo na CPI, inclusive, quanto ao envio de informações.

Os dados apresentados no Relatório denotam que há uma lacuna em relação ao diagnóstico de violações dos direitos das crianças e dados dispersos em relação à rede de atendimento. Esse fato somado à precariedade no envio dos dados pelos órgãos públicos, como foi ali demonstrado, certamente, comprometeram os trabalhos da CPI, que focou suas ações em maior parte na fase diagnóstica.

Esse é um problema que fica para a Cidade, não obstante todo o brilhantismo do Relatório, mas está aí registrada a nossa decepção na obtenção das informações, e, nesse sentido é que quero reiterar aqui, como Membro desta CPI, minha indignação com o baixo retorno de respostas dos órgãos e com o descaso – esse é o termo – talvez, o Relator não possa falar, mas, eu, como Membro da CPI, devo dizer do descaso com que alguns agentes públicos atenderam as demandas da CPI, conforme manifestação que o Relator faz nas fls. 126 do Relatório, em especial, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que é a Secretaria que coordena os trabalhos da Cmesca, os CREAS e a Rede de Serviços Conveniados Especializados.

Outro debate que eu queria trazer aqui, Sr. Presidente, que precisará, na verdade, ser travado com o Sistema de Justiça, é o depoimento protegido ou sem medo, como foi aqui colocado e se investir na capacitação continuada dos profissionais da rede de atendimento das diversas políticas setoriais, para se romper com a revitimização, que é praticada pelas instituições que deveriam promover a defesa das crianças. Isso ficou muito claro, também, no relatório, e o relator foi sensível a essa questão da revitimização.

Em relação ao fluxo de atendimento – que é outro ponto, também, claro no relatório – muito foi debatido em relação aos circuitos, mas, em especial, aos que chamei de "curto-circuitos", que se referem às ausências, à precariedade de serviços, à inadequação das políticas de atendimento. Quando falamos em fluxo, há que se considerar as dimensões e a peculiaridade de uma cidade como São Paulo, com territórios tão distintos – como é o caso da periferia – e o Centro da cidade, exigindo uma rede de extrema capilaridade. Assim, debater os fluxos é iniciar uma longa empreitada na implementação das políticas setoriais, e digo mais, regionais também – como a experiência dos polos de prevenção.

Ressaltando-se que as ações devem ser integradas, por outro lado, motivo pelo qual urge exigir, nós, Vereadores, o cumprimento da fiscalização das políticas públicas na cidade de São Paulo, dar cumprimento do plano municipal, visto que a Cemesca tem sua gênese da intersetorialidade, constituindo-se em um *locus* privilegiado de formulação e execução de políticas públicas.

Para isso, Sr. Relator, Sr. Presidente e caros colegas, podemos nos reportar ao depoimento da Sra. Neide Castanha, do Comitê Nacional, que aponta para o prejuízo que se tem no país, pela falta de rubricas próprias para as ações de implementação dos planos municipais – como o relator destacou também.

Essa etapa, conseguimos superar, Sr. Relator, porque, na última semana, o relator do Orçamento, nesta Casa, - Vereador Milton Leite – sensível à demanda desta CPI e da Comissão presidida pelo nobre Vereador Netinho de Paula – a Comissão da Criança e do Adolescente – acatou nossa solicitação – Netinho de Paula, Vereador Bezerra, Vereador Quito, Vereador Marcelo – e criou uma rubrica específica para o Cemesca no orçamento para 2010, já aprovado em primeira votação nesta Casa.

Quero dizer que, como Vereador, já destinei 50 mil reais, das minhas emendas, para o Cemesca, visando a capacitação continuada dos atores da rede de proteção. Cabe aqui, também, talvez possamos fazer, até, um combinado e cada vereador dar mais um pouquinho. Com isso, daremos dinheiro suficiente para a Eliane poder trabalhar toda a capacitação e formação da rede.

Em relação ao Disque 100, preciso comentar também. É indiscutível que o Disque 100 ampliou e aproximou os canais de denúncia da população, motivo pelo qual se tem uma falsa – uma falsa – aparência de aumento dos casos. Mas, também, é salutar avaliar a estrutura centralizada e a efetividade dos retornos das providências tomadas a partir do Disque 100.

Quanto à questão da escassez de dados e dos canais de denúncia, quero mencionar o Projeto de Lei 390/2009, que estabelece os objetivos e diretrizes para instituição do Serviço de Denúncia à Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – o Disca – que apresentei nesta Casa, no âmbito do Município de São Paulo, permitindo à população e, em geral, aos agentes públicos – quando for o caso – o encaminhamento de denúncias, sugestões, reclamações e representações sobre violação de direito das crianças, através de uma central encarregada de receber, organizar e repassar essas informações e demandas, aos órgãos competentes, constituindo uma base de dados municipal.

Peço o apoio dos meus pares à aprovação deste projeto de lei. Quero dizer que, também, inspirado em outros projetos similares – como o do nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra, em relação ao Disque da Educação – e dizia que esse projeto também pode ser assinado por todos meus pares. Desta forma, terá diversos autores porque, o mais importante que os autores, é que o projeto seja, efetivamente, transformado em lei. É o que esperamos.

Faz-se assim, ainda é necessário destacar e reforçar o papel dos Conselhos de Direitos, seja os de direito da criança, do adolescente, seja da assistente social, como formuladores deliberativos das políticas municipais e órgãos controladores. Motivo pelo qual, Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas, indico, como minha contribuição, que sejam encaminhadas cópia desse relatório para todos os Conselhos de Direito da Cidade e do Estado, para que possam analisar e adotar as medidas competentes par implementar políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes que sejam integradas, Estado e Município.

Diante disso, quero deixar minha contribuição sugerindo que sejam encaminhadas cópias dos relatórios aos seguintes órgãos, ainda que possamos ter outros, que o Sr.

Relator e o Sr. Presidente e outros colegas proponham, mas aos seguintes órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Assistência Social; Comissão Municipal de Enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual, CMESCA; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Ministério Público do Estado de São Paulo; Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; ao Sr. Governador e ao Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente e parabéns, Sr. Relator. (Aplausos).

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereador Floriano Pesaro. É acolhida sua solicitação, sugestão para que seja enviado esse relatório. Quería saber se há mais algum Vereador que gostaria de se manifestar. Tem a palavra, o nobre Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Bom dia a todos, gostaria de parabenizar a todos os membros da CPI, principalmente as nossas assessoria que, como disse o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., trabalharam intensamente para que pudéssemos chegar a este resultado final.

Gostaria ainda de colocar um pensamento que adoto como lema de vida: “se os seus esforços foram vistos com grande indiferença, não se entristeça, pois o sol, quando nasce, apresenta um espetáculo maravilhoso e a maioria da plateia está dormindo”. Acredito que nós trabalhamos muito durante todos esses meses com um único pensamento, que é proteger as nossas crianças. Tenho certeza absoluta que hoje, isso é teoria, está no papel, mas vai ter um resultado muito positivo, em sua prática. Parabéns ao Sr. Relator, parabéns ao Sr. Presidente da Comissão que soube conduzi-la com maestria. Parabéns ao Vereador Netinho de Paula, com toda sua experiência com as crianças e com os jovens, e pela sua própria experiência de vida, parabéns ao Vereador Floriano Pesaro que já teve um papel significativo na Pasta que defendeu durante quatro anos.

Quero dizer ainda que, para mim, foi uma experiência incrível, comentava há pouco com o nobre Vereador Bezerra, foi uma escola esse ano todo, nós que chegamos à Câmara Municipal, temos aprendido muito e essa CPI foi um trabalho ao qual pude me dedicar, falo particularmente agora, com todo meu coração, porque eu amo as crianças e meu trabalho sempre foi com crianças. Assim, agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer parte dessa CPI. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Obrigado, Vereador Quito Formiga. Acho que, nesse momento, depois desse Relatório do nosso Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., e também dessa conclusão do nobre Vereador Floriano Pesaro, fecha esse Relatório com chave de ouro, tantos para os lugares para os quais serão enviados os relatórios, mas, principalmente, para aquilo que foi apontado pelo Vereador Bezerra, de suma importância para a Cidade de São Paulo. Quase um ano de trabalho, um ano no qual contamos com o apoio de muitas pessoas durante as palavras do Vereador Floriano Pesaro nos lembramos do nosso professor Claudio Ortez(?), que foi um dos responsáveis por ter sido colocado aqui o testemunho, o depoimento (ininteligível), não só nos convenceu, mas

Colocou com uma transparência muito grande e nos trouxe aqui uma participação muito importante para esta CPI. Se eu pudesse, hoje, colocar dois nomes, não só para agradecer mas para que pudesse ficar nos Anais da Casa, um desses nomes seria o da Prof. Dalka, que desde o início esteve atenta e nos ajudando muito com sua participação e sugestões colocadas durante esta CPI. Tivemos a participação da Sra. Neide Castanha, que foi muito importante para o fechamento do relatório. Agradecer as assessorias de cada gabinete, dizer que foi uma participação eficaz e importante para a conclusão dos trabalhos. Agradecer todos os profissionais da Casa, da Secretaria. Parabéns aos Secretários, sabem se lá quantos trabalhos, quantas CPIs, quantas comissões acontecem na Câmara Municipal de São Paulo e eles não mediram esforços para que tudo pudesse acontecer da melhor maneira possível, mesmo tendo suas limitações, que é algo normal para a quantidade de trabalho, mas não mediram esforços para que tudo pudesse acontecer. Parabenizo assessora Técnica Simone Vantucci; as promotoras Adela Duarte Alvarez e Daniela Piasantini. Agradecer a TV Câmara São Paulo; Polícia Militar; Guarda Civil Metropolitana; todas as entidades da sociedade civil; profissionais da copa, da comunicação, da garagem, do cerimonial, todos que receberam nossos convidados durante esse tempo de trabalho. Agradecer e deixar aqui o meu carinho, minha declaração de gratidão a cada vereador: Carlos Alberto Bezerra, que durante o início dessa CPI, de uma forma não só enérgica, mas muito posicionado naquilo que ele desejava para essa CPI, na mudança na nomenclatura, para que pudesse ser ampliado todo esse trabalho. Agradeço seu posicionamento que nos ajudou muito e me trouxe um amadurecimento muito para essa área. Hoje quando alguém me pergunta a respeito de criança, sou muito esclarecido em colocar que criança não tem de ser exposta, não tem de ser colocada de uma forma grotesca – como coloca aqui o nobre Vereador Netinho – para ser utilizado na mídia. Hoje sou convencido e agradeço a cada um que naquele momento esteve presente aqui durante essa divergência, podemos ter um resultado tão importante por esse trabalho, agradeço o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra, muito obrigado. Agradeço ao Netinho de Paula, que durante a CPI, foi um grande amigo. Pessoa que esteve presente em todos os momentos. Agradeço nobre Vereador Quito Formiga que em cada diligência, em cada reunião, sempre colocou seu posicionamento, sendo uma pessoa tão sensível ao tema. Agradecer o nobre Vereador Floriano Pesaro, que dispensamos qualquer comentário, até pelo fator de estar a frente desta pasta quatro anos e pelo trabalho brilhante que se realizou, que até se esbarra no trabalho em que V.Exa. colocou durante quatro anos diante dessa pasta. Agradecer cada vereador, cada médico, nossa querida Vereadora Sandra Tadeu, Vereadora Juliana Cardoso, que por mais, que esteve realizando outros trabalhos em outras comissões mas também foi muito importante, mesmo um pouco distante, muito importante para essa comissão. Deixo aqui minhas considerações. Muito obrigado a todos.

Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Junior.

**O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.** – Quero deixar registrado minhas palavras finais eu sintetizaria em duas palavras: a primeira é o aprendizado. Estou alguns anos nesta Casa. Iniciei meu terceiro mandato, mas tenho de fazer o registro que sem dúvida alguma essa CPI, foi um dos momentos de maior aprendizado que tive nesta Casa: aprendizado político, aprendizado humano, aprendizado técnico. Foi um grande aprendizado. A convivência com cada um dos vereadores, a convivência nessas sessões da CPI, os debates, a forma de abordagem, enfim, certa forma, entre aspas, a peregrinação que fizemos, pelas instituições, pelo atendimento, o fato de fazermos o percurso que a criança, que a família faz nessa cidade, isso quero dizer, talvez até fale por todos, isso me trouxe um enriquecimento político, humano e técnico muito grande. Eu digo, que sem dúvida nenhuma minha aproximação em relação ao tema antes dessa CPI era uma, e hoje é outra completamente diferente e isso eu devo ao trabalho, a contribuição, a esse tempo investido durante todos esses meses com cada um dos senhores vereadores que compuseram essa comissão. O trabalho do relatório, também me trouxe um aprendizado enorme, no sentido da responsabilidade, cada palavra. E como eu disse são duas palavras, resumo a CPI para mim pessoalmente como um momento de muito aprendizado, intenso aprendizado e também sintetizaria a CPI com a palavra compromisso. Encerro essa CPI com a sensação de dever cumprido e de um dever cumprido orientado pelo compromisso com a causa da Criança e Adolescente na cidade e do compromisso com a minha cidade. O relatório deixa claro de que não é um relatório de compromisso eleitoral, partidário, não é um relatório com compromissos quaisquer de outros interesses que não sejam os interesses da criança, do bem estar, da garantia do direito das crianças e dos adolescentes, em especial, no tocante a questão da violência sexual e o relatório, nesse sentido ele é muito claro e demonstra, ele expressa o meu sentimento e expressa o sentimento nosso, Vereadores dessa CPI de compromisso com a causa e com nossa cidade. E encerro minhas palavras com aquele bom sentimento de dever cumprido. Em um momento em que vemos no País, maus exemplos políticos, exemplos políticos que não nos trazem orgulho, a gente vê tantos fatos acontecendo na atual conjuntura política, mas digo com muita tranquilidade que encerramos o ano de 2009 na Câmara Municipal de São Paulo, na CPI da Pedofilia, cada um de nós orgulhando aos eleitores que nos deram a honra da prerrogativa de termos um mandato nesta Casa. Esse relatório, não de um trabalho de um vereador, mas do aprendizado de um vereador, mas é fruto da contribuição e um tanto de vereadores que representam milhares de pessoas nessa cidade. Que representam milhares de vontades, que representam a população da cidade de São Paulo de um tanto de pessoas que não necessariamente representam cidadãos mas que representam e representaram nessa CPI desejos, que representaram organizações, enfim, que representaram a Prefeitura do Município de São Paulo, outros organismos, até mesmo organismos internacionais. Nesse sentido, Sr. Presidente, minha palavra a V.Exa. muito obrigado. Muito obrigado pela honra de lutar ao seu lado nessa CPI. Muito obrigado pela possibilidade, e aí o agradecimento a todos os Srs. Vereadores. Obrigado pela possibilidade, pelo privilégio de ter sido a mão que com a caneta escreveu esse relatório. Mas quero ressaltar, frisar, que esse relatório não representa um mandato, nem o desejo e nem a vontade de um vereador, mas representa cada um dos mandatos que fizeram parte dessa CPI. Foi uma honra lutar ao lado dos senhores. Muito obrigado pelo privilégio.

**SR. PRESIDENTE (Marcelo Aguiar)** – Não havendo nada mais a tratar nesta reunião, declaro encerrada a CPI da Pedofilia.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PEDOFILIA E DO  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL  
PROCESSO Nº 19/2009)

---

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE  
VOLUME DE PROCESSO**

Este é o volume “1 - NOTAS TAQUIGRÁFICAS”

do processo nº 08-0019/2009, que

se encerra à folha nº **155.**

ALFREDO DE CAMPOS ADORNO  
RF 11.103 – Secretário da CPI

**10/ 12/ 2009**

## **CPI-PEDOF ( PROC.08-0019/2009 ) – ÍNDICE NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

|               |                                                                                               |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| FLS.001 a 155 | VOLUME 01 (fls. 001 a 155 – período de 05/03/09 a 10x/12/09)                                  |
| 001 a 006     | Notas taquigráficas da reunião de instalação – 05/03/09                                       |
| 007 a 017     | Notas taquigráficas da 1ª reunião ordinária – 19/03/09                                        |
| 018 a 032     | Notas taquigráficas da 1ª reunião extraordinária – 26/03/09                                   |
| 033 a 043     | Notas taquigráficas da 2ª reunião ordinária – 02/04/09                                        |
| 044 a 058     | Notas taquigráficas da 3ª reunião ordinária – 16/04/09                                        |
| 059 a 073     | Notas taquigráficas da 4ª reunião ordinária – 30/04/09                                        |
| 074 a 086     | Notas taquigráficas da 5ª reunião ordinária – 14/05/09                                        |
| 087 a 098     | Notas taquigráficas da Reunião de trabalho em 21/05/09                                        |
| 099 a 111     | Notas taquigráficas da 6ª reunião ordinária – 18/06/09                                        |
| 112 a 122     | Notas taquigráficas da 2ª Reunião extraordinária em 25/06/09                                  |
| 123 a 133     | Notas taquigráficas da 7ª reunião ordinária – 06/08/09                                        |
| 134 e 135     | Notas taquigráficas da reunião de trabalho em 20/09/09                                        |
| 136 e 137     | Notas taquigráficas da 8ª reunião ordinária – 17/09/09                                        |
| 138 a 147     | Notas taquigráficas da 3ª Reunião extraordinária em 05/11/09                                  |
| 148 a 155     | Notas taquigráficas da Reunião extraordinária com apresentação do relatório final em 10/12/09 |